

V. 25 Nº 2 | JUL/DEZ 2025

Dossiê

Fundamentos
históricos, teórico-
metodológicos e ético-
políticos do Serviço
Social

LIBERTAS

e-ISSN 1980-8518

Revista da Faculdade de Serviço Social - UFJF
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

R E V I S T A

LIBERTAS^{ON LINE}

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

DOSSIÊ:

Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético- políticos do Serviço Social

VOLUME 25

NÚMERO 2

JULHO/DEZEMBRO

ANO 2025

EXPEDIENTE

FOCO E ESCOPO

A revista *Libertas*, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantém interlocução.

COMISSÃO EDITORIAL

Dr^a. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-chefe.

Dr^a. Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora-adjunta.

Dr. Bruno Bruziguessi Bueno, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-adjunto.

Luciano Cardoso de Souza, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor-executivo.

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Catherine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosângela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Boutes, Université de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Rosângela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

AVALIADORES

Adriana Ramos [UFF, Niterói, RJ/Brasil];
 Adrianycy A. Silva de Sousa [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Adriene dos Santos Sá [FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Alessandra Ximenes da Silva [UEPB, Campina Grande, PA/Brasil]; Alexandre Aranha Arbia [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Álvaro de Azeredo Quelhas [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Ana Claudia de Jesus Barreto [UFF, Campos dos Goytacazes, RJ/Brasil]; Ana Cristina Oliveira de Oliveira [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Ana Livia Adriano [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Ana Luiza Avelar [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Andrea Kelmer de Barros [UFVJM, Montes Claros, MG/Brasil]; Antoniana Dias Defilippo Bigogno [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Bruna Carolina Silva dos Reis [UFSCar, São Carlos, SP/Brasil]; Bruna Figueiredo Oliveira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Bruno José Oliveira [UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Carlos Antonio de Souza Moraes [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Carolina Quemel Nogueira Pinto [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Charles Toniolo de Sousa [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Cláudia Correia Coelho [UFRGS, Porto Alegre, RS/Brasil]; Cláudia Mônica dos Santos [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Claudio Henrique Miranda Horst [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Cristiane Nobre [UFV, Viçosa, MG/Brasil]; Cristiane Silva Tomaz [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Daniela Leonel de Paula Mendes [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Davi Machado Perez [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Dayana Christina Ramos de Souza Juliano [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Eblin Joseph Farage [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Ednéia Alves de Oliveira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Elaene Alves [UnB, Brasília, DF/Brasil]; Elziane Olina Dourado [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Érika Alves Martins [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Estela Saleh da Cunha [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Evelynne Medeiros Pereira [UFPE, Recife, PE/Brasil]; Everton Melo

da Silva [UFAL, Maceió, AL/Brasil]; Fábio da Silva Calleia [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Fátima Grave Ortiz [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Fernanda Picinin Moreira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Francine Helfreich Coutinho dos Santos [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Franqueline Terto dos Santos [UFAL, Maceió, AL/Brasil]; Glaucia Lelis Alves [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Graziela Scheffer [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Gustavo Fagundes [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Haline Fernanda Canelada [UEL, Londrina, PR/Brasil]; Hiago Trindade de Lira Silva [UFCEG, Campina Grande, PB/Brasil]; Jamerson Murillo Anunciação de Souza [UFPE, Recife, PE/Brasil]; Jeovana Batista de Sousa Nunes [UFPB, João Pessoa, PB/Brasil]; Jéssica Ribeiro Duboc [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Jhony Zigato [UFVJM, Montes Claros, MG/Brasil]; José Amilton de Almeida [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; José Fernando Siqueira da Silva [UNESP, Franca, SP/Brasil]; Joseane Barbosa de Lima [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Josiane Soares Santos [UFRN, Natal, RN/Brasil]; Juan Retana Jimenez [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Juliana Fiuza Cislighi [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Juliana Menezes Mendes Maurício [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Juliana Thimóteo Nazareno Mendes [UFF, Campos dos Goytacazes, RJ/Brasil]; Julvan Moreira de Oliveira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho [UEL, Londrina, PR/Brasil]; Larissa Dahmer Pereira [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Leonardo Nogueira Alves [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Leslie Caputi [UFTM, Uberaba, MG/Brasil]; Luana Siqueira [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Lucas Bezerra de Araújo [UFAL, Maceió, AL/Brasil]; Luciana Gonçalves Pereira de Paula [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Luzia Amélia Ferreira [UFJF, Juiz de Fora,

MG/Brasil]; Mara Kátia de Oliveira Nascimento [UFRN, Natal, RN/Brasil]; Marcelo Braz Moraes dos Reis [UFRN, Natal, RN/Brasil]; Maria de Fátima Valentim Pessanha [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Maria Fernanda Ecurra [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Maria Lúcia Duriguetto [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Maria Lucia Teixeira Garcia [UFES, Vitória, ES/Brasil]; Maria Rosângela Batistoni [UNIFESP, São Paulo, SP/Brasil]; Marina Monteiro de Castro e Castro [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Michelle Capuchinho [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Milena Carlos de Lacerda [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Mônica Paulino de Lanes [UFES, Vitória, ES/Brasil]; Monica Simone Pereira Olivar [CESTEH, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Nanci Lagioto Hespanhol Simões [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Natália Perdomo dos Santos [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Nayara de Holanda Vieira [UFPI, Teresina, PI/Brasil]; Neusa Cavalcante Lima [UFF, Campos dos Goytacazes, RJ/Brasil]; Nicole Alves Espada Pontes [UFPE, Recife, PE/Brasil]; Nikolas Corrent [UNIOESTE, Cascavel, PR/Brasil]; Patricia da Silva Coutinho [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Rafaela Barbosa de Oliveira Henriques [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Renata de Oliveira Cardoso [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Renata dos Santos Alencar [UFPA, Belém, PA/Brasil]; Renata Gomes da Costa [UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Renato Veloso [UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Robson Roberto da Silva [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Rodriane de Oliveira Souza

[UERJ, Rio de Janeiro/Brasil]; Rodrigo Fernandes Ribeiro [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Rodrigo José Teixeira [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Ronaldo Vielmi Fortes [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Rosângela Gonzaga [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Rubens Luiz Rodrigues [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Sabrina Pereira Paiva [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Samuel Francisco Rabelo [UFS, São Cristóvão, SE/Brasil]; Sandra de Faria [PUC/GO, Goiânia, GO/Brasil]; Sandra Regina Vaz da Silva [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Sandra Rodrigues dos Santos [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Sebastião Donizeti Silva [Unesp, São Paulo, SP/Brasil]; Sofia Laurentino Barbosa Pereira [UFPI, Teresina, PI/Brasil]; Susana Maria Maia [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz [UNIFESP, Santos, SP/Brasil]; Tatiana Brettas [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Tatiana Dahmer Pereira [UFF, Niterói, RJ/Brasil]; Teresa Rodrigues da Silva [ISSSL, Lisboa/Portugal]; Thaís Luiz Vargas [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Thaisa Teixeira Closs [PUC/RS, Porto Alegre, RS/Brasil]; Vanessa Follmann Jurgensfeld [UNESP, Marília, SP/Brasil]; Vânia Noeli Ferreira de Assunção [UFF, Rio das Ostras, RJ/Brasil]; Vera Núbria Santos [UFS, São Cristóvão, SE/Brasil]; Vicente de Paula Faleiros [UnB, Brasília, DF/Brasil]; Victor Miranda Elias [IBC, Rio de Janeiro, RJ/Brasil]; Virgínia Alves Carrara [UFOP, Ouro Preto, MG/Brasil]; Viviane Sousa Pereira [UFJF, Juiz de Fora, MG/Brasil]; Yolanda Guerra [UFRJ, Rio de Janeiro, RJ/Brasil].



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

Editores:

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras (editora-chefe);
Isaura Gomes de Carvalho Aquino (editora-adjunta);
Bruno Bruziguessi Bueno (editor-adjunto);
Luciano Cardoso de Souza (editor-executivo).

Editor de Leiaute:

Luciano Cardoso de Souza.

IMAGENS DA CAPA E CONTRACAPA: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil, 2023.

ARTE CAPA E CONTRACAPA: Luciano Cardoso de Souza.
Juiz de Fora/MG, dezembro, 2025.

FICHA CATALOGRÁFICA

Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n. 1 (abril, 2001) –.
– Juiz de Fora, ano 2025 –
v. 25, n. 2.
Semestral
Resumo em português e inglês
Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.
Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

Diretórios e indexadores:



Crossref



EZB Elektronische Zeitschriftenbibliothek



OpenAlex



DIADORIM
Diretório de políticas editoriais das revistas científicas brasileiras



ZEITSCHRIFTEN
DATENBANK



MIGUILIM
DIRETÓRIO DAS REVISTAS CIENTÍFICAS
ELETRÔNICAS BRASILEIRAS



OJS
OPEN
JOURNAL
SYSTEMS



PKP
PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

Sumário

Editorial X

Dossiê temático:

Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social

Capitalismo dependente e Serviço Social: resistência, lutas e construções Eduardo Henrique Moraes Santos Mariana Teodoro de Sousa Yve Matayoshi Galvão Lesliane Caputi	555
Elementos para pensar o trabalho profissional de assistentes sociais pela perspectiva da totalidade social Lorena Ferreira Portes Melissa Ferreira Portes Evelyn Secco Faquin	573
Fundamentos do Serviço Social: a “questão social” no centro do debate Ana Carolina do Nascimento Rodrigues	595
Trabalho Social – uma definição em disputa: breve revisão do debate de lutas e resistências Débora Holanda Leite Menezes Camila Andrade Moura Cardoso Jullie Doria Freitas	611
Internacionalização sob critérios hegemônicos: reflexões sobre a área de Serviço Social no CAPES-Print Rafael Vieira Teixeira Janaina Lopes do Nascimento Duarte	633
Serviço Social, transformações no trabalho e desafios ético-políticos: uma análise comparativa Brasil-Itália Salyanna de Souza Silva Gisele Caroline Ribeiro Anselmo Francesca Cubeddu	654

La formación de Trabajo Social en el proceso de modernización y construcción democrática en España	672
Miguel Angel Oliver Virgínia Alves Carrara Rosana Matos–Silveira Allana Alcântara Guimarães	
30 años de debates sobre instrumentalidad: reflexiones desde la experiencia docente e investigativa del Trabajo Social en Costa Rica	695
Freddy Esquivel Corella	
Diferentes abordagens sobre fundamentos do Serviço Social e a necessidade deste debate	717
Ana Clara Serpa Cardoso Érica Aparecida dos Santos Francisco Luciana Gonçalves Pereira de Paula	
Os fundamentos do serviço social como pressuposto para a construção do projeto de trabalho	740
Claudio Henrique Miranda Horst	
Tecnologias de informação e comunicação e assistência social: inflexões no Serviço Social	758
Vinícius Paulino Lopes da Silva	
Demandas e desafios no atendimento socioassistencial a jovens na Amazônia Marajoara	782
Raquel Correia de Oliveira Roselene de Souza Portela	
A atuação do assistente social na saúde frente à disputa de hegemonias: uma análise gramsciana	806
Joseane Barbosa de Lima	
“Ainda estou aqui”: análise do Ciclo de Memórias Serviço Social na Ditadura Civil-Militar	827
Graziela Scheffer Karla da Silva Apolinario Sara Beatriz Silva de Oliveira	

Tema Livre

Ideología y ciencia en el interior de las relaciones de producción capitalistas	848
Álvaro Laine Menéndez	
Acidentes de trabalho e (des)proteção social no Brasil	862
Reginaldo Ghiraldelli Thais Pereira Carvalho	

A importância das políticas públicas para a primeira infância enquanto estratégia voltada à redução da mortalidade infantil no estado do Piauí 886

Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá
Edna Maria Goulart Joazeiro

Somos o futuro do Brasil? 906
O Programa Pé-de-Meia e a Agenda 2030 da ONU

Eduardo Cechin da Silva
Rosilaine Coradini Guilherme

A educação em saúde na atenção primária e o papel do assistente social 931

Iza Maria Pereira
Francisca Felícia Campos Paiva de Lima
Jean Carlos Dantas de Oliveira

Relato de Experiência

Serviço social e gestão de unidades acadêmicas na perspectiva da gestão democrática 947

Francine Helfreich Coutinho dos Santos

Planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde: um relato de experiência 968

Waleska Matheus Rosa

Entrevista

“Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre”: 987
entrevista com a Assistente Social Luiza Erundina de Sousa

Maria Lúcia Duriguetto
Maria Beatriz Costa Abramides
Maria Rosângela Batistoni

Resenha

DEPAULIS, Alain. **Naissance de la transdisciplinarité.** 1006
Paris: Éditions L'Harmattan, 2024.

Interpenetrabilidade epistêmica como modelo contemporâneo de construção do conhecimento: reflexões a partir de Alain Depaulis

Fábio Luiz Nunes

Editorial

Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social

Nesta edição da Libertas nos dedicamos ao tema dos fundamentos do Serviço Social, enraizados na inserção histórica da profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, na particularidade da sociedade capitalista. Os fundamentos da profissão incluem a produção de conhecimento caracterizada pelas pesquisas peculiares à área de Serviço Social, bem como a interlocução contínua com as áreas de ciências humanas e sociais. Conforme explicitamos na ementa para este dossiê, nesta temática estão incluídos os estudos e pesquisas que tratam das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, além de produções que abordam as demandas e perfis dos sujeitos que utilizam os serviços sociais; as relações estabelecidas entre assistentes sociais e as lutas/movimentos sociais na mediação com as políticas sociais; e as formas de organização da profissão.

Apresentamos às/aos leitoras/es um conjunto instigante de artigos que abordam os fundamentos do Serviço Social de modos distintos, na particularidade de inserções históricas, institucionais, situadas, inclusive, em diferentes países. Afirmar-se, assim, um debate teórico plural no campo crítico.

Tratando-se de uma revista que tem recebido parte da produção de discentes e docentes vinculados à pós-graduação no Brasil, é relevante identificar algumas características peculiares. Na particularidade brasileira, a interlocução com este tema tem se estabelecido pela apropriação de matrizes críticas, com destaque às perspectivas inspiradas na teoria social marxista. Este campo de produção e debate tem estimulado formulações que contribuem para o exercício profissional, sobretudo para a análise da realidade – nas expressões da questão social – mediadas pelas requisições institucionais e demandas sociais a serem respondidas pelas/os assistentes sociais. É mister reconhecer a contribuição destas produções para a formulação de estratégias profissionais e posicionamentos ético-políticos alinhados a perspectivas emancipatórias, em estreita relação com a resignificação e/ou criação de modos de operar a partir de referências e posicionamentos histórico-críticos, impactando na dimensão técnico-

operativa da profissão.

Organizamos o sumário com a apresentação inicial de três artigos cujas abordagens situam a profissão na particularidade da sociedade capitalista, distinguindo a inserção periférica de países latino-americanos e a centralidade da questão social para a compreensão das políticas sociais e do Serviço Social. Abrimos com o artigo **“Capitalismo dependente e Serviço Social: resistência, lutas e construções”**, escrito por Eduardo Henrique Moraes Santos, Mariana Teodoro de Sousa, Yve Matayoshi Galvão e Leslieane Caputi. O artigo proporciona refletir sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto do capitalismo dependente brasileiro, “marcado pela precarização e superexploração do trabalho” e traz elementos para entender os desafios e estratégias coletivas de resistência e luta dos assistentes sociais no Brasil. “Essas estratégias, em articulação com as entidades representativas da categoria, fortalecem as condições cotidianas de trabalho no contexto brasileiro bem como a luta em defesa dos direitos do conjunto da classe trabalhadora”. E concluem, “em um contexto marcado pela desigualdade, pela precarização e pela superexploração da força de trabalho, o Serviço Social, ao atuar de forma crítica e comprometida, contribui para questionar e expor as contradições do capitalismo dependente e para a construção de alternativas que promovam uma sociedade mais justa e equitativa”. Na sequência, Lorena Ferreira Portes, Melissa Ferreira Portes e Evelyn Secco Faquin apresentam os **“Elementos para pensar o trabalho profissional de assistentes sociais pela perspectiva da totalidade social”**. O artigo analisa o trabalho profissional, “destacando a compreensão das políticas sociais como campo mediador”, distinguindo os objetivos postos pelas políticas sociais e os objetivos profissionais. Assim, as autoras apresentam elementos para o “enfrentamento do traço praticista que desemboca na forma de compreender o trabalho e planejar as ações profissionais”, defendendo a incorporação de uma “postura dialógica, educativa e de formação permanente”. Entre outros resultados, o artigo possibilitou “aprofundar a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa no Serviço Social, que não pode ser analisada de forma desarticulada das demais dimensões do trabalho profissional — teórico-metodológica e ético-política —, tampouco apartada da realidade concreta”. Por sua vez, Ana Carolina do Nascimento Rodrigues escreve sobre os **“Fundamentos do Serviço Social: a “questão social” no centro do debate”**. Trata-se de um debate teórico-conceitual, realizado através de revisão bibliográfica, no qual a questão social é “compreendida a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista” e analisada na “formação sócio-histórica brasileira” e nas “transformações societárias que alteram as suas expressões na atualidade”. A autora conclui: “o que se apresenta como inequívoco é que este fenômeno [questão social] e todo o processo que ele desencadeia numa fase específica do capitalismo criam a necessidade e, por isso, a condição para a

existência do Serviço Social”.

O segundo conjunto é composto por cinco artigos que tratam do Serviço Social em uma perspectiva internacional ou situado em distintos países (Brasil, Itália, Espanha e Costa Rica). As autoras Débora Holanda Leite Menezes, Camila Andrade Moura Cardoso e Jullie Doria Freitas abordam as definições de Serviço Social e o debate no âmbito da FITS (Federação Internacional de Trabalho Social). O artigo escrito por elas, intitulado **“Trabalho Social uma definição em disputa: breve revisão do debate de lutas e resistências”** “realiza uma crítica à definição mundial do Trabalho Social formulada pela FITS em 2000, destacando suas limitações teóricas, políticas e práticas no contexto da atuação profissional” e os debates no âmbito latino-americano que ensejaram alguns avanços na definição de 2014. Já os autores Rafael Vieira Teixeira e Janaína Lopes do Nascimento Duarte escrevem sobre a **“Internacionalização sob critérios hegemônicos: reflexões sobre a área de Serviço Social no CAPES-Print”**, artigo no qual apresentam os resultados da pesquisa na área de serviço social junto aos programas de pós-graduação no Brasil, tendo como foco o CAPES-Print. O objetivo foi “analisar o acúmulo da área frente aos critérios e prioridades do Programa CAPES-Print”. Os autores concluem que “as análises apresentadas sobre a internacionalização da área de Serviço Social no CAPES-Print indicam que os critérios do Programa prevalecem no sentido de direcionar os trabalhos de cooperação internacional, sob a perspectiva hegemônica de internacionalização”. Porém, a área de Serviço Social “tende a conectar-se estrategicamente a princípios construídos pelo acúmulo coletivo da profissão, no sentido da solidariedade latino-americana e entre países de economia dependente, principalmente os de idioma lusófono”. As autoras Salyanna de Souza Silva; Gisele Caroline Ribeiro Anselmo e Francesca Cubeddu apresentam o artigo **“Serviço Social, transformações no trabalho e desafios ético-políticos: uma análise comparativa Brasil-Itália”** no qual expõem “as diferenças entre Brasil e Itália no que se refere aos processos de precarização e flexibilização das relações laborais sob a égide do neoliberalismo”. As autoras destacam o “crescimento de um processo de ‘externalização dos serviços sociais’ a nível mundial”, e que “nessa dinâmica, embora os/as profissionais sejam contratados/as pelo Estado, os vínculos e atribuições estão cada vez mais subordinados às organizações sociais, evidenciando o tensionamento entre a lógica mercantil e o projeto ético-político da profissão”. E concluem, “se na Itália, graças à adoção de pacto fordista- keynesiano e da força do movimento sindical operário, o mercado de trabalho contou com maior proteção social; no Brasil, ao contrário, a precarização, a informalidade e a flexibilização sempre estiveram presentes nos elementos estruturantes da relação capital-trabalho”. Seguimos com a análise da formação em Serviço Social, na Espanha. Os autores Miguel Angel Oliver Perelló,

Virgínia Alves Carrara, Rosana Matos–Silveira e Allana Alcântara Guimarães subscrevem o artigo **“La formación de Trabajo Social en el proceso de modernización y construcción democrática en España”**, destacando que na década de 1980 “os cursos de Serviço Social na Espanha foram reconhecidos como Diplomaturas e passaram a ser oferecidos pelas universidades. Seguindo as Diretrizes do Real Decreto 1850/1981, as universidades públicas aprovaram currículos, que foram posteriormente homologados pelo Conselho de Universidades. Estas alterações se processam dentro do contexto histórico de mudança na Espanha, com a criação e desenvolvimento dos serviços sociais, na aprovação de várias leis regionais sobre serviços sociais e na realização de congressos profissionais sobre a disciplina que refletiram os interesses e preocupações dos assistentes sociais durante aqueles anos”. Para os autores, “os resultados [deste estudo] destacam os novos perfis profissionais que se pretendeu com a Diplomatura, de carácter mais técnico e com uma formação voltada para a intervenção social e não para a investigação”. Fechando este conjunto, apresentamos a análise de Freddy Esquivel Corella sobre o debate da instrumentalidade no Serviço Social em Costa Rica. O artigo intitulado **“30 años de debates sobre instrumentalidad: reflexiones desde la experiencia docente e investigativa del Trabajo social en Costa Rica”** retoma o debate sobre a instrumentalidade “que alcançou 30 anos de maturidade, expandindo-se no Serviço Social da América Latina, repercutindo nos processos formativos, de pesquisa e de reprodução do exercício profissional”. Na Costa Rica, “como no restante da América Central”, o debate “adquiriu um lugar fundamental que teve de enfrentar determinadas condições intelectuais, acadêmicas, políticas e éticas que desafiam o rigor, a profundidade e a fundamentação analítica inaugurados com a obra-prima da professora Dra. Yolanda Demetrio Guerra, em 1995”. Em síntese, o autor afirma que “a delimitação explicativa dos objetos de pesquisa, auxiliada pelo debate sobre instrumentalidade, direciona em grande parte a formulação dos problemas de investigação saturados de profundos referenciais que interrogam a razão, a consciência, os meios, os fins, a sustentação ético-política, o projeto profissional, a sociedade e suas legalidades, assim como as margens de manobra imediatas e mediatas”.

O terceiro conjunto, composto por seis artigos, dedica-se ao debate teórico-conceitual dos fundamentos do Serviço Social desde a produção acadêmica referenciada no Brasil. Parte dos artigos abordam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, em estreita relação com as requisições e demandas postas às/aos assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais, na relação com as/os usuárias/os. As autoras Ana Clara Serpa Cardoso, Érica Aparecida dos Santos Francisco e Luciana Gonçalves Pereira de Paula expõem **“Diferentes abordagens sobre fundamentos do Serviço Social e a**

necessidade deste debate". O artigo propõe "reflexões sobre a necessidade da aproximação e/ou retorno ao debate dos fundamentos da profissão, procurando demonstrar como eles se fazem imprescindíveis para a compreensão do [seu] significado social" e tecem considerações sobre a "importância do avanço em estudos, pesquisas e produções sobre os fundamentos do Serviço Social". Ao final da análise, elas destacam que "o debate sobre os fundamentos do Serviço Social – consensualmente hegemônico em meio a nossa categoria profissional – encontra, de fato, muitas convergências. Mas, também esconde/revela a existência de diferentes abordagens sobre o tema. Essas diferentes abordagens, nem sempre são facilmente percebidas, pois não se revelam de maneira tão explícita e imediata. A sua captura exige um mergulho mais profundo nos estudos desses fundamentos da profissão". Claudio Henrique Miranda Horst apresenta **"Os fundamentos do serviço social como pressuposto para a construção do projeto de trabalho"**. O artigo tem como objetivo "recuperar os fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social brasileiro com vistas a contribuir para a construção do projeto de trabalho de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais". O autor dedica-se aos conteúdos que perpassam a elaboração de um projeto de trabalho profissional, sendo que a "ênfase escolhida para aprofundamento foi em torno (...) [da] concepção de profissão; o objeto/matéria de trabalho; os objetivos do trabalho; os valores ético-políticos e as atribuições e competências profissionais". Ao final, considera que "o projeto de trabalho não é um mero instrumento ou um manual. Deve condensar limites e possibilidades, sendo assim, articular os elementos institucionais e os compromissos profissionais. E deve ser um instrumento de constante avaliação". O autor Vinícius Paulino Lopes da Silva apresenta o artigo sobre as **"Tecnologias de informação e comunicação e assistência social: inflexões no Serviço Social"** visando "contribuir no debate crítico sobre a intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelo Estado na PAS [Política de Assistência Social], evidenciando suas implicações no âmbito dos direitos sociais e no âmbito profissional no Brasil". Ao final, o autor reitera que as "tecnologias sob o crivo do capital financeiro" prometem "performar a automatização das respostas profissionais e facilitar os processos de trabalho", mas elas "de forma alguma" suprimem a necessidade de uma formação continuada que considere a unidade das dimensões "teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, político-pedagógica e interventiva", mantendo o compromisso com a qualidade nos serviços prestados às/aos usuárias/os. Ainda na área da assistência social, as autoras Raquel Correia de Oliveira e Roselene de Souza Portela expõem as **"Demandas e desafios no atendimento socioassistencial a jovens na Amazônia Marajoara"**. O artigo analisa "as demandas das juventudes e as dificuldades para sua inserção como sujeitos de direito nos

programas, serviços e projetos desenvolvidos pelos Centros de Referência da Assistência Social de Breves, no Marajó/PA”. Por sua vez, “os resultados evidenciam a urgência da participação juvenil no planejamento das ações - atualmente centralizado na gestão municipal - e a necessidade de um trabalho intersetorial que amplie o acesso às políticas sociais”. As autoras indicam a necessidade do conhecimento “das particularidades socioculturais da região” para avançar nas “restrições de acesso aos programas, serviços e projetos”. Já o artigo de Joseane Barbosa de Lima aborda **“A atuação do assistente social na saúde frente à disputa de hegemonias: uma análise gramsciana”**, que tem como objetivo “analisar o exercício profissional do assistente social no campo da saúde pública, à luz do pensamento de Antônio Gramsci e dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social”. A autora recolhe as contribuições do pensamento gramsciano apropriados no Serviço Social desde os anos de 1980, contexto em que “a profissão redefine sua direção social, assumindo um compromisso ético-político com a emancipação humana e com a construção de uma ordem social pautada na justiça, na equidade e na universalização dos direitos. Ao articular teoria e prática, ética e política, o projeto profissional adquire um caráter pedagógico, com potencial transformador, afirmando-se como crítica à ordem vigente e como força promotora de novas formas de organização e consciência coletiva”. A partir desses fundamentos ético-políticos, o artigo “examina a atuação do assistente social na saúde como espaço permeado por contradições, disputas de projetos societários, resistência e afirmação de práticas contra-hegemônicas. Essa análise se insere no contexto das ofensivas neoliberais e ultraconservadoras que vêm incidindo sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os direitos sociais, tensionando o trabalho profissional e os princípios que o orientam” e busca “fortalecer o posicionamento crítico dos/das assistentes sociais frente às disputas ideológicas contemporâneas, reafirmando o compromisso da profissão com as lutas da classe trabalhadora pela transformação social”. Concluímos este conjunto com o artigo intitulado **“Ainda estou aqui”: análise do Ciclo de Memórias do Serviço Social na Ditadura**, escrito por Graziela Scheffer, Karla da Silva Apolinario e Sara Beatriz Silva de Oliveira, que apresenta o resultado da ação extensionista denominada “Ciclo de Memórias Serviço Social na Ditadura Civil-Militar”, que “foram realizadas no formato de ciclo de debates por meio de depoimentos de estudantes, docentes e profissionais cujas experiências formativas e/ou profissionais ocorreram no período ditatorial”. Este artigo analisa seis depoimentos realizados na ação, entendidos como “importante estratégia pedagógica de resgate das memórias coletivas acerca das formas das resistências profissionais na ditadura civil-militar. A memória profissional foi uma estratégia pedagógica de sensibilização da consciência histórica junto ao segmento acadêmico”, haja vista que mesmo “passados 40 anos da ditadura civil-

militar, ainda persistem as heranças autoritárias que se evidenciam na polarização social no cenário político brasileiro”.

Seguindo a publicação dos artigos em fluxo contínuo, a *Libertas* apresenta a seção Tema Livre com importantes contribuições acerca de temas que versam sobre a teoria social, as transformações no mundo do trabalho e as políticas sociais. Abrimos a seção com o artigo de Álvaro Laine Menéndez, **“Ideología y ciencia en el interior de las relaciones de producción capitalistas”**, que propõe uma série de reflexões em torno do conceito de ideologia, indicando ser mais apropriado, no campo do desenvolvimento de uma questão epistemológica em torno deste tema, se pensar a relação “ideologia-sociedade” juntamente com a relação “ideologia-conhecimento”. Destacamos também o artigo de Reginaldo Ghiraldelli e Thais Pereira Carvalho, **“Acidentes de trabalho e (des)proteção social no Brasil”**, que objetiva analisar a intensificação dos acidentes de trabalho no Brasil a partir das transformações no mundo do trabalho e o dismantelamento da política social, utilizando indicadores referentes ao período de 2015 a 2024, destacando as diversas modalidades de precarização do trabalho e as diversas mudanças na legislação trabalhista. Na sequência, temos dois artigos que discutem, por uma perspectiva crítica, objetivos diferentes estabelecidos pela chamada Agenda 2030 da ONU. O primeiro é de autoria de Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá e Edna Maria Goulart Joazeiro, intitulado **“A importância das políticas públicas para a primeira infância enquanto estratégia voltada à redução da mortalidade infantil no estado do Piauí”**, busca analisar os impactos das políticas da área da saúde voltadas para primeira infância (crianças de 0 a 6 anos) com intuito de reduzir a taxa de mortalidade infantil no estado do Piauí, destacando a meta 3.2 que integra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que estabelece a eliminação de óbitos evitáveis de recém-nascidos e menores de 5 anos até 2030. O segundo, é o artigo **“Somos o futuro do Brasil? O Programa Pé-de-Meia e a Agenda 2030 da ONU”**, escrito por Eduardo Cechin da Silva e Rosilaine Coradini Guilherme, que propõe uma caracterização do Programa Pé-de-Meia, compreendido como um “incentivo financeiro-educacional, em formato de poupança, para estudantes em tempo integral da rede pública de ensino médio”, e estabelece relação com dois objetivos preconizados na Agenda 2030 da ONU que tratam da “educação de qualidade” e “trabalho decente e crescimento econômico”. A partir dessa análise os autores evidenciam o caráter de focalização e seletividade do programa, característico dos programas de transferência de renda próprios do receituário neoliberal. Para fechar a seção, temos o artigo de Iza Maria Pereira; Francisca Felícia Campos Paiva de Lima e Jean Carlos Dantas de Oliveira, **“A educação em saúde na atenção primária e o papel do assistente social”**, que tem como objetivo fazer uma discussão sobre o papel dos assistentes

sociais na educação em saúde na atenção primária, destacando a necessidade de ampliar a compreensão sobre a importância desses profissionais para a “promoção de práticas coletivas e democráticas, fundamentais para assegurar o acesso dos usuários aos serviços de saúde, especialmente no SUS”, permitindo a ampliação de “ações estratégicas” vinculadas “à gestão de políticas públicas, ao controle social, ao exercício da cidadania e à qualificação do SUS”.

Neste número publicamos dois artigos, no formato de relato de experiência. O primeiro, escrito por Francine Helfreich Coutinho dos Santos, **“Serviço Social e gestão de unidades acadêmicas na perspectiva da gestão democrática”**, trata sobre “os desafios colocados na gestão de unidades acadêmicas, subjacente à experiência na direção da Escola de Serviço Social de uma Universidade Pública, onde se problematizam os dilemas e estratégias construídos para a realização da gestão democrática que reitera a defesa da universidade pública ancorada, ainda, no projeto ético político do Serviço Social”. O segundo texto, de autoria de Waleska Matheus Rosa, sistematiza as ações no âmbito do **“Planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde: um relato de experiência”**, “a partir da atuação enquanto assistente social residente em uma Unidade Básica de Saúde”. A autora buscou compreender “como as diretrizes dos direitos reprodutivos/planejamento reprodutivo são incorporadas e executadas na prática pela Atenção Primária à Saúde, bem como identificar quais as contribuições que a residência multiprofissional pode oferecer nas ações de planejamento reprodutivo no cenário de prática”.

A entrevista **“Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre”**, realizada com a assistente social Luíza Erundina de Sousa, sintetiza a sua trajetória no Serviço Social (1967-1981), na qual se destaca o compromisso ético-político com os usuários e as iniciativas de organização da categoria. A entrevista foi realizada por Maria Lúcia Duriguetto, Maria Beatriz Costa Abramides e Maria Rosângela Batistoni, que reconhecem na trajetória de Erundina, uma conjugação da ação profissional comprometida nas e com as lutas sociais, aspectos que formaram um grupo de profissionais naquele período.

Fechando este número da *Libertas*, apresentamos a resenha elaborada por Fábio Luiz Nunes sobre o livro de Alain Depaulis, *Naissance de la transdisciplinarité* (Éditions L'Harmattan, 2024), ainda sem tradução para a língua portuguesa. A resenha, intitulada **“Interpenetrabilidade epistêmica como modelo contemporâneo de construção do conhecimento: reflexões a partir de Alain Depaulis”** expõe o desenvolvimento dos capítulos, além de destacar os principais argumentos do livro, acrescentando-se os comentários críticos feitos pelo resenhista.

Os fundamentos históricos do Serviço Social estão permeados pelas lutas sociais, na relação de unidade e antagonismo entre capital e trabalho, contradição peculiar à sociedade

capitalista. E como expressar a atualidade dessas lutas em forma de imagem? Chegamos, assim, à capa e à contracapa desta edição. A escolha das imagens¹ que compõem este número da *Libertas* dialoga com as lutas sociais atuais, dentre as quais a luta indígena em defesa do território para os povos originários, como também a luta pela propriedade coletiva da terra, seu uso social, como tem defendido, historicamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A força desses movimentos provém, em grande medida, de milhares de mulheres que insistem e persistem na luta pela vida, ainda que sobrevivendo em condições difíceis. Assim, as imagens expressam o protagonismo feminino, a força e a resistência, através de cores vibrantes que assinalam a garra e a vitalidade necessárias a todas/os que desejam construir uma sociedade justa. E, para esta sociedade existir, é necessário enfrentar as barreiras impostas pelo capitalismo, as quais ameaçam a vida em todas as suas formas.

Ao final deste Editorial expressamos nossa gratidão à Isaura Gomes de Carvalho Aquino pelo trabalho realizado e por suas contribuições na Comissão Editorial da *Libertas* (2022-2025), dessa convivência permanecem os saberes e aprendizados compartilhados, além do espaço para um possível regresso.

Juiz de Fora, 23 de dezembro de 2025.

Alexandra A. L. T. S. Eiras, Bruno Bruziguessi, Luciano Cardoso de Souza.

¹ As belas imagens da capa e contracapa foram registradas pelo fotojornalista Fabio Rodrigues-Pozzebom, da Agência Brasil, na III Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida em Brasília em setembro de 2023. Nesta edição do encontro – promovido pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) –, o tema central foi “Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade através das raízes ancestrais”, congregando a luta por igualdade de gênero, segurança, garantia de direitos e da preservação da cultura dos povos originários, assim como a demarcação de terras e a defesa da biodiversidade.

Capitalismo dependente e Serviço Social: resistência, lutas e construções

Dependent Capitalism and Social Work:
resistance, struggles and constructions

Eduardo Henrique Moraes Santos^{*}  

Mariana Teodoro de Sousa^{**}  

Yve Matayoshi Galvão^{***}  

Lesliane Caputi^{****}  

Resumo: Este artigo oferece reflexões sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto do capitalismo dependente brasileiro, marcado pela precarização e superexploração do trabalho. Trata-se de um ensaio teórico fundamentado na abordagem crítica da tradição marxista, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Como resultado, observa-se que assistentes sociais enfrentam desafios significativos e constroem, de maneira coletiva e politicamente articulada, estratégias de resistência e luta que se alinham ao projeto ético-político hegemônico da profissão. Essas estratégias, em articulação com as entidades representativas da categoria, fortalecem as condições cotidianas de trabalho no contexto brasileiro bem como a luta em defesa dos direitos do conjunto da classe trabalhadora.

Abstract: The work brings reflections on the expressions of social workers' work in the context of Brazilian dependent capitalism, addressing aspects such as precariousness and overexploitation, aiming to express in professional work the resistance strategies adopted by professionals, from a critical-dialectic perspective. This is a theoretical essay, anchored in the critical approach of the Marxist tradition and carried out through a bibliographical review and documentary analysis. As a point of arrival, social workers face challenges and collectively and politically build strategies of resistance and struggles aligned with the hegemonic ethical-political project of the profession, in confrontation with entities in the category, building insights to strengthen everyday working conditions. in the Brazilian context.

Palavras-chaves: Serviço Social; Capitalismo dependente; Projeto ético-político.

Keywords: Social Service; Dependent capitalism; Ethical-political project.

* Universidade Federal do ABC. E-mail: santos.hm.eduardo@gmail.com

** Universidade Estadual Paulista. E-mail: teodoro.sousa@unesp.br

*** Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: yve.galvao@gmail.com

**** Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: lesliane.caputi@uftm.edu.br

Introdução

As profundas raízes da desigualdade no Brasil, marcadas pela dependência econômica e política histórica, moldam o cotidiano de milhões de trabalhadoras/es brasileiras/os e desafiam as fronteiras do Serviço Social no país. A subordinação da economia brasileira aos interesses das economias centrais restringe as possibilidades de desenvolvimento autônomo, aprofundando desigualdades e intensificando as expressões da questão social. Nesse cenário, a atuação de assistentes sociais se insere em um contexto amplo de refilantropização e plaformização das políticas sociais, ampliação da superexploração da força de trabalho e crescente limitação ao acesso nos serviços públicos.

Este artigo, sob luz do referencial marxista acerca do capitalismo dependente, investiga as relações que envolvem e moldam o Serviço Social brasileiro frente às ofensivas políticas neoliberais considerando, o desenvolvimento histórico e o significado social da profissão na perspectiva crítica, logo, marxista, para discutir as possibilidades de lutas e resistência no atual cenário marcado pela subordinação econômica, plataformização e neoliberalização da vida.

A inserção do Brasil no sistema capitalista global é marcada pela dependência estrutural e pela subordinação aos interesses dos países centrais. Concebido dentro das abordagens críticas da Teoria Marxista da Dependência, o capitalismo dependente brasileiro caracteriza-se pela superexploração da força de trabalho, pela subordinação aos fluxos de capital e pela desigualdade estrutural, configurando uma economia periférica cujos recursos e riquezas são direcionados a fortalecer a acumulação de capital nas economias centrais (Marini, 2005).

Destarte, as contradições sociais se intensificam, aprofundando desigualdades e limitando a capacidade de transformação social do país, tanto em nível nacional quanto internacional. Esses aspectos estruturais da dependência também exercem influência sobre as políticas sociais e públicas, bem como sobre o exercício de profissões que lidam com as expressões da questão social, fruto do conflito entre capital e trabalho, entre as quais se destaca o Serviço Social (Netto, 2001).

Enquanto profissão inserida na divisão de gênero, racial e sociotécnica do trabalho, o Serviço Social sofre os rebatimentos estruturais e conjunturais do modo de (re)produção social, especialmente das relações de dependência econômica e dos processos de subordinação que marcam a economia brasileira. Sua trajetória no país tem origem em um contexto conservador, vinculado ao desenvolvimento das políticas sociais estatais na década de 1930. No entanto, foi a partir da década de 1970, em meio às lutas e resistências contra a ditadura militar e empresarial na América Latina, que a profissão passou a se articular com os movimentos sociais da classe trabalhadora, impulsionando a construção de uma perspectiva histórico-crítica (Netto, 2001).

Esse processo culminou na formulação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, consolidado a partir do denominado Congresso da Virada (1979).

Esse projeto profissional está ancorado em uma proposta societária que defende a “ruptura com o conservadorismo, travando batalha anticapitalista na direção de uma sociedade igualitária e libertária, comum a todos os indivíduos sociais” (Caputi; Tabosa; Paula, 2021, p. 43). Seu eixo ético fundamental é a liberdade, associada aos princípios de democracia, ampliação e consolidação da cidadania e defesa intransigente dos direitos humanos, o que implica necessariamente o respeito à diversidade.

No entanto, as contradições geradas pelo capitalismo dependente e pela ofensiva neoliberal impõem desafios constantes ao Serviço Social. “No cenário da complexa dinâmica de forças entre Estado e sociedade civil, as políticas públicas e sociais são marcadas por negociações, ajustes, lutas e concessões políticas” (Duarte, 2021, p. 28). Alinhado ao seu projeto crítico, o Serviço Social não tem se furtado ao debate e à resistência diante dos sucessivos ataques às políticas públicas e sociais. Esse processo se intensificou nos últimos anos, especialmente no contexto do aprofundamento da agenda neoliberal no Brasil. Entre 2017 e 2022, sob um governo de extrema direita, houve um ataque frontal à ciência, à natureza pública das instituições e aos serviços e políticas sociais como um todo, em um movimento que persiste e exige vigilância e resistência contínuas.

Muitas são as estratégias de resistência, as lutas e as construções promovidas pelo Serviço Social no Brasil no contexto do capitalismo dependente, e no compêndio das reflexões deste artigo, destacam-se algumas pautadas no sentido da práxis transformadora, conectadas à defesa do Projeto Ético-Político da profissão como direção ética para a construção de práticas comprometidas com a justiça social e com a emancipação humana.

O estudo busca compreender as condições concretas de trabalho das/os assistentes sociais e as estratégias desenvolvidas para resistir às restrições impostas pela dependência. Para isso, fundamenta-se em uma revisão bibliográfica que mobiliza as principais produções sobre o capitalismo dependente, bem como sobre a trajetória e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Além disso, analisa documentos institucionais e normativos da profissão, possibilitando uma abordagem crítica sobre os desafios e possibilidades do exercício profissional nesse contexto.

Isto é, este ensaio visa contribuir para o debate sobre o papel do Serviço Social na construção de práticas que, ao mesmo tempo em que buscam responder às demandas institucionais, reforcem sua formação e visão crítica diante do compromisso com a defesa dos direitos sociais e com a promoção de uma cidadania, assumindo um papel relevante na luta

contra as desigualdades estruturais produzidas pela lógica do capitalismo dependente.

Capitalismo dependente e as políticas sociais

O conceito de capitalismo dependente constitui uma categoria analítica essencial para compreender as particularidades do desenvolvimento econômico e social na América Latina, com ênfase no contexto brasileiro abordado neste artigo. Trata-se de um sistema de produção e acumulação estruturado pela subordinação aos interesses do capital internacional, no qual a divisão internacional do trabalho impõe especializações produtivas que limitam a capacidade das economias periféricas de promover seu próprio desenvolvimento (Osório, 2017).

No Brasil, essa dependência se expressa historicamente na estrutura econômica e social desde o período colonial, intensificando-se com o processo de industrialização dependente iniciado na década de 1930 e consolidado durante o regime militar. Esse modelo econômico se organiza em função do mercado externo, priorizando setores voltados à exportação, como a agroindústria e a mineração, em detrimento de investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento social e tecnológico interno.

Nessa lógica, “a produção não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo” (Marini, 2005, p. 132), o que significa que o crescimento econômico pode ocorrer sem necessariamente resultar em melhorias nas condições de vida da população local. Isso ocorre porque o processo de realização do valor se efetiva nas economias centrais, perpetuando um desenvolvimento econômico subordinado, em que os recursos e riquezas gerados no país são desviados para atender à demanda externa.

Esse modelo de acumulação no capitalismo dependente dá origem a uma forma específica de exploração, identificada por Marini (2005) como superexploração da força de trabalho. Esse conceito se refere a um processo no qual a acumulação do capital não se dá apenas por meio da exploração convencional da força de trabalho, mas por mecanismos que intensificam a extração de mais-valia de maneira particular. Para Luce (2012), essa exploração ocorre de três formas principais: i) pelo aumento da intensidade do trabalho, ampliando a produção de mais-valia relativa; ii) pela extensão da jornada de trabalho, elevando a produção de mais-valia absoluta; e iii) pela remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, impossibilitando a reprodução plena do trabalhador.

É fundamental destacar que a superexploração não se confunde com pobreza absoluta, mas sim com a impossibilidade de suprir integralmente tanto as necessidades básicas (como alimentação, saúde e educação) quanto às necessidades sociais (como acesso a tecnologias e produções culturais de seu próprio tempo histórico). Além disso, a superexploração resulta no

desgaste precoce da força de trabalho, decorrente da intensificação da jornada laboral e das condições degradantes de trabalho impostas às populações das economias dependentes (Marini, 2014).

Embora as regiões dependentes permaneçam econômica e politicamente subordinadas, a superexploração da classe trabalhadora garante a manutenção dos privilégios das classes dominantes locais e internacionais, perpetuando esse padrão de subordinação. Nesse sentido, a superexploração não apenas intensifica a extração de mais-valia, mas também potencializa a lucratividade e a acumulação do capital nas economias centrais, consolidando a posição periférica da América Latina no sistema-mundo capitalista.

As consequências desse processo, agravadas pela diluição da proteção social, materializam-se em uma profunda desigualdade estrutural e na precarização das condições de vida da maioria da população. O acesso restrito a direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança social, amplia a vulnerabilidade da classe trabalhadora, expondo-a a formas cada vez mais intensas de exploração e exclusão social.

[...] por bilhões de homens e mulheres dependentes de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontrar, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciando diretamente o flagelo do desemprego; [...] aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos, consequência da lógica destrutiva do capital [...] novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (Antunes, 2018, p. 26 *apud* Camargo, 2021, p. 492-493).

559

Essa reorganização do trabalho, ancorada na reprimarização das economias latino-americanas, impõe impactos profundos sobre as políticas sociais. À medida que o Estado enfrenta restrições orçamentárias e crescentes pressões para se adequar às demandas do capital internacional, intensifica-se a disputa pelo fundo público e limita as possibilidades de investimento em proteção social. A adoção de políticas de austeridade, amplamente incentivada e intensificada nas últimas décadas por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, resulta em cortes sucessivos nos investimentos sociais, agravando a precarização das condições de vida da classe trabalhadora e impondo sua subjugação à superexploração como condição de sobrevivência (Brettas, 2017).

Essas dinâmicas têm implicações diretas na luta de classes e, consequentemente, nas respostas do Estado às expressões da questão social. A reconfiguração das políticas sociais ocorre por meio da implementação de programas e projetos alinhados aos processos de reestruturação produtiva, consolidando um modelo de gestão social orientado pela lógica do ajuste fiscal permanente (Brettas, 2017). Esse movimento tem como marco a contrarreforma do

Estado brasileiro iniciada na década de 1990, que estabeleceu as bases para a retração do papel estatal na garantia de direitos e para a intensificação da privatização e mercantilização dos serviços públicos.

Ao gerir as expressões da questão social por meio de políticas sociais moldadas pela lógica neoliberal, o capital mantém um discurso moralizante sobre o comportamento da classe trabalhadora, instituindo uma relação de controle social¹ que combina consenso e coerção. Esse controle se materializa nas condicionalidades impostas para o acesso às políticas sociais, restringindo a concepção de direitos e submetendo os sujeitos às exigências do capital (Souza, 2010).

A questão do controle social na dinâmica do capital torna-se evidente nas concepções de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital (Marx, 1978 *apud* Souza, 2010). Nessa perspectiva, a subordinação do trabalho ao capital se renova continuamente, intensificando a extração do trabalho excedente. Esse processo pode se manifestar de diferentes formas, desde a configuração de um Estado de Bem-Estar Social até a desregulamentação neoliberal, conforme as necessidades do capital e a correlação de forças entre as classes em cada conjuntura histórica.

Entretanto, nos países da periferia do sistema, especialmente na América Latina, historicamente marcada por uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, prevalece um padrão de proteção social limitado, seletivo e focalizado, que se constitui como expressão das contradições do capitalismo dependente.

O ciclo do capital latino-americano impõe condicionantes estruturais em todo processo produtivo e reprodutivo, neste sentido, a proteção social carrega em sua institucionalização e disposição orçamentária as contradições inerentes ao desenvolvimento desigual e combinado, acentuadas pelas variáveis do tempo histórico.

Esta particularidade estrutural evidência a disparidade nos níveis de proteção social e degradação da força de trabalho consolidadas entre os trabalhadores do norte e sul global. Assim, apesar de o capitalismo central ter experimentado seus *anos de ouro* através do intervencionismo keynesiano, tal realidade não se aplica em *Nuestra América*.

¹ “Na esfera política o controle social se expressa para regular a relação entre indivíduo e sociedade, ou seja, a relação entre as classes. Nessa esfera, o Estado mantém uma relação de complementaridade com a economia, com a base material, e exerce o controle sobre a sociedade, em particular, sobre o trabalho para diminuir os efeitos das desigualdades sociais, em face do agravamento da questão social no capitalismo dos monopólios e visando evitar os conflitos sociais entre as classes. No que se refere aquela relação de complementaridade, o Estado interfere na dinâmica da economia tanto na fase reguladora do capitalismo em que prevalece uma política keynesiana, quanto como restringe sua intervenção econômica e reduz direitos e benefícios sociais aos cidadãos, no momento em que predominam alternativas de desenvolvimento baseados no neoliberalismo” (Souza, 2010, p. 05).

Nesse contexto, as políticas sociais, ainda que apresentem traços de universalização em momentos pontuais, são, em grande medida, determinadas por condicionantes externos e restrições fiscais impostas pela lógica de transferência de valor ao capital internacional, reproduzindo mecanismos de regulação social compatíveis com as exigências do capital em sua fase contemporânea.

Esta condição impacta diretamente o exercício profissional do Assistente Social, desde a constituição da profissão até os desafios cotidianos, como observaremos a seguir.

Serviço Social no capitalismo dependente

O Serviço Social se legitima e se desenvolve como profissão no interior da divisão social, técnica, racial e de gênero do trabalho, tendo como pano de fundo as contradições e o desenvolvimento do capitalismo industrial monopolista (Iamamoto, 2007). Esses processos são apreendidos sob a ótica da luta de classes, evidenciando que a profissão atua diretamente nas políticas sociais e no enfrentamento das consequências da intensificação da superexploração do trabalho. No cotidiano, essa atuação se traduz no aumento da demanda por serviços sociais e na escassez de recursos para atender às famílias em situação de vulnerabilidade, colocando as/os assistentes sociais em uma posição de mediação entre as exigências do capital e as necessidades da classe trabalhadora.

Portanto, é nessa estrutura de exploração e subordinação que se configuram tanto os desafios diários da profissão quanto as estratégias de resistência. Aprofundando a análise da superexploração da força de trabalho e da dependência tecnológica e financeira do país, torna-se possível compreender as políticas sociais não como conquistas isoladas, mas como parte de um processo contraditório de controle e manutenção da ordem social. Ao intervir nas expressões da questão social, o Serviço Social é diretamente impactado por essas contradições (Netto, 2001), encontrando-se na linha de frente das tensões entre a reprodução de um sistema dependente e a luta pela garantia de direitos e pela construção de um projeto societário que rompa com essa lógica de subordinação estrutural.

Nesse sentido, o Serviço Social sofre diretamente os impactos do capitalismo dependente, como a intensificação da superexploração – resultante da permanente tentativa do capital de reduzir o valor da força de trabalho –, das crises urbanas, ambientais e econômicas cíclicas. Essas crises repercutem diretamente na vida da classe trabalhadora e, consequentemente, no Serviço Social, uma vez que a profissão não apenas atende a essa população, mas também se insere e se constrói enquanto parte dessa classe, engajada na defesa de suas lutas.

A/o assistente social é um/a trabalhador/a assalariado/a, com autonomia relativa, e a profissão, regulamentada pela Lei Federal nº 8.662/1993, configura-se como uma área de conhecimento das ciências sociais aplicadas. No Brasil, o Serviço Social se insere no campo das profissões liberais, embora sua prática esteja indissociavelmente vinculada às dinâmicas do trabalho assalariado e à reprodução das relações capitalistas. Sendo historicamente situado no contexto da complexificação dessas relações, o saber-fazer profissional do Serviço Social estrutura-se a partir das mediações entre capital e trabalho, constituindo sua base material e teórica. Esse processo se materializa no enfrentamento dos desafios impostos pela reestruturação produtiva e pelo aprofundamento da lógica neoliberal, que redefine as condições de trabalho e os limites da intervenção profissional (Iamamoto, 2007).

A institucionalização e a legitimação do Serviço Social no Brasil estão historicamente vinculadas à expansão das políticas sociais, inicialmente pautadas por um caráter assistencialista e conservador. No entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, a profissão passou por uma reorientação crítica impulsionada pelo Movimento de Reconceituação, em um cenário marcado pelo processo de redemocratização do país e pelo fortalecimento das bases teóricas marxistas no campo do Serviço Social (Netto, 2001). Esse movimento culminou na formulação do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), que propõe uma atuação voltada para a emancipação e a justiça social, reafirmando o compromisso da profissão com a classe trabalhadora e com a transformação das condições estruturais que perpetuam a desigualdade.

Contudo, a tentativa de consolidar uma atuação crítica encontra barreiras estruturais que desafiam a intervenção profissional e exigem estratégias de resistência e enfrentamento. Em primeiro lugar, é fundamental considerar a relação de compra e venda da força de trabalho dos/as assistentes sociais, mediada pelas determinações do assalariamento. Essa condição evidencia as limitações e contradições inerentes ao exercício profissional no contexto do capitalismo (Iamamoto, 2007).

O vínculo contratual e assalariado insere o/a assistente social sob a autoridade organizacional, submetendo-o/a às diretrizes institucionais que, muitas vezes, entram em conflito com as perspectivas e objetivos críticos do PEP. Além disso, a superexploração do trabalho se manifesta por meio de salários rebaixados, ampliação das demandas profissionais, intensificação e diversificação das requisições do capital – como a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a plataformização das políticas sociais (Guerra, 2023) –, além da flexibilização dos vínculos empregatícios, contratos temporários e terceirização, todos respaldados pelas contrarreformas trabalhistas que regulamentam a informalidade e a precarização do trabalho.

Essas condições são evidenciadas pelos dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2024), que apontam que 31,16% dos/as assistentes sociais no Brasil recebem até R\$ 2 mil e outros 32,21% recebem até R\$ 3 mil, valores inferiores à renda média nacional (Pnad, 2022). Além disso, 45% desses/as profissionais são contratados/as sem concurso público, o que reforça a instabilidade e a desproteção trabalhista. Destaca-se ainda que a profissão é predominantemente exercida por mulheres, o que insere o Serviço Social em um contexto de dupla exploração, na medida em que a precarização do trabalho se articula com as desigualdades de gênero (CFESS, 2024).

O Serviço Social, por ser uma profissão predominantemente composta por mulheres negras, assim como seu público atendido, está intrinsecamente vinculado a todas as expressões de desigualdade social advindas do sistema capitalista, como as violências contra as mulheres, a precarização no mundo do trabalho, o desemprego, o trabalho desvalorizado e não remunerado e todas as opressões, explorações, desvalorizações e subalternidades conferidas às mulheres (CFESS, 2024, n.p.).

Esse processo acentua a exploração e os adoecimentos da classe trabalhadora, compondo a nova morfologia do mundo do trabalho, cujas contradições foram intensificadas e tornadas mais visíveis com o aprofundamento da dependência. Como ressaltam Raichelis *et al.* (2022, p. 23), essa "nova-velha morfologia do trabalho" aprofunda os desafios já presentes no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais, evidenciando a necessidade de fortalecer estratégias coletivas de resistência frente às ofensivas neoliberais e à precarização das políticas sociais.

Por outro lado, a presença de legislações trabalhistas e normas organizacionais cria uma esfera de regulação e proteção que também oferece condições mínimas de dignidade ao trabalho profissional, como limites para a jornada e o direito trabalhistas. No entanto, no contexto do capitalismo dependente e das políticas de austeridade, esses direitos são frequentemente ameaçados por tentativas de flexibilização trabalhista e precarização das condições de trabalho.

[...] a precarização do trabalho não é uma fatalidade, como muitos(as) querem fazer crer, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista em tempos de mundialização neoliberal, tanto no centro quanto na periferia dependente. Trata-se de um poderoso mecanismo de reorganização do trabalho no contexto do capitalismo hegemônico pelas finanças, que combina flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho como partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global (Antunes, 2020, p. 11).

Essa conjuntura intensifica os desafios cotidianos dos/as assistentes sociais, que enfrentam uma dupla pressão em seu exercício profissional. De um lado, há a exigência institucional de adaptação à lógica de produtividade e controle, que impõe a adesão a uma racionalidade instrumental e mercadológica, subordinando o trabalho social a métricas

quantitativas e metas gerenciais. De outro, persiste o compromisso com uma prática profissional ético-política, orientada pelo acesso a direitos, pela defesa intransigente da democracia, pela superação de todas as formas de preconceito e opressão e pelo princípio da liberdade como valor ético central. Assim, o exercício profissional se estrutura como um espaço de disputa, articulando-se com os movimentos da classe trabalhadora na construção de uma outra ordem societária, antirracista, anticapacitista e, necessariamente, anticapitalista.

O neoliberalismo impõe às políticas sociais métodos de gestão voltados ao controle burocrático e à obtenção de resultados quantitativos, desconsiderando a complexidade das demandas sociais. Esse modelo de funcionamento fragmenta os serviços e dificulta a construção de vínculos de confiança e apoio entre os/as assistentes sociais e os/as usuários/as. Nos espaços sócio-ocupacionais, o Serviço Social vê-se pressionado a adequar-se a essa lógica, que reduz a multiplicidade das expressões da questão social a números e indicadores, fragilizando a intervenção profissional e desconsiderando as reais necessidades da população atendida.

Além disso, no contexto do capitalismo dependente, o Serviço Social enfrenta o desafio de atuar em um cenário de profundas desigualdades regionais e sociais, estruturadas pela lógica da dependência econômica. O Brasil, inserido nessa dinâmica, apresenta um sistema socioeconômico altamente desigual, no qual os serviços e políticas sociais são distribuídos de forma desproporcional entre as diferentes regiões e classes sociais, limitando o acesso da população trabalhadora aos direitos fundamentais e reforçando a lógica seletiva e restritiva do Estado neoliberal.

Atualmente, observamos uma crescente exponencial e agravante do contingente populacional em situação de vulnerabilidade em suas mais diversas faces. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 35,9 milhões de pessoas estão em trabalhos informais; 64,6% na margem da pobreza; 28,1 milhões em situação de rua e 33,1 milhões em insegurança alimentar (Sousa, 2023, p. 41).

Diante desse contexto, amparados pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelo Código de Ética Profissional, os/as assistentes sociais desempenham um papel central na defesa e garantia de acesso aos direitos sociais, enfrentando as contradições do capitalismo dependente e da exploração de classe. Esse compromisso ético-político está em sintonia com a perspectiva latino-americana do Serviço Social, que, conforme a definição adotada na Assembleia Geral da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS) em 2014, propõe uma atuação crítica e transformadora, voltada à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Serviço Social/Trabalho Social é uma profissão que se insere no âmbito das relações entre sujeitos sociais e entre estes o Estado nos diversos contextos

sócio-históricos de atuação profissional. Desenvolve uma práxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social (CFESS, 2012c, n.p.)².

Logo, torna-se evidente a vinculação do Serviço Social com os processos sociais que atravessam diversas instituições da sociedade e impactam diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. Os/as assistentes sociais, enquanto trabalhadoras/es, também estão inseridos nesse contexto de exploração, submetidos/as à sobrecarga, superexploração e outras formas de precarização laboral. O processo de reestruturação produtiva tem provocado alterações profundas nas requisições profissionais, tornando-as mais simplificadas, polivalentes e destituídas de especificidade, em um movimento de desprofissionalização que reduz a necessidade de especialização e amplia a realização de atividades indevidas ou inadequadas (Guerra, 2023).

Estes aspectos, acentuados pelas (contra)reformas trabalhistas e previdenciárias, tendem a prejudicar tanto o acesso a itens básicos como também os serviços inerentes à subsistência humana, comprometendo continuamente a vida dos trabalhadores. Tais condicionamentos afetam sua saúde mental e física e contribuem para o surgimento de doenças consideradas contemporâneas, mas que são intrínsecas à superexploração do trabalho no contexto do capitalismo dependente (Lira; Gurgel; Amaral, 2020).

Essa dinâmica se expressa no esgotamento prematuro da força físico-psíquica dos/as trabalhadores/as, “associado à remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor real, sustentando a dependência e a reconfiguração do papel do Estado na reprodução das relações capitalistas” (Luce, 2012, p. 122). Nesse cenário de extrema precarização, os/as assistentes sociais são impactados/as por um modelo de trabalho que subordina sua autonomia às exigências do mercado, limitando sua capacidade de atuação crítica e reforçando uma lógica instrumental alinhada aos interesses do capital.

Dessa forma, a categoria profissional sofre as consequências da nova morfologia do mundo do trabalho, que atravessam a totalidade da classe trabalhadora. Enquanto profissionais capacitados/as para intervir nas expressões da questão social, os/as assistentes sociais enfrentam a diluição de seus meios de trabalho e a intensificação das demandas sociais, sendo desafiados/as a operar entre as exigências institucionais que sustentam a superexploração e seu compromisso ético-político com a transformação social. Esse contexto de tensões reforça a

²A escolha pela proposta latino-americana de definição do Serviço Social, em detrimento da versão aprovada pela FITS, fundamenta-se na compreensão das especificidades históricas, sociais e econômicas da América Latina, que demandam uma perspectiva crítica e transformadora alinhada à realidade regional.

necessidade de um exercício profissional que vá além do atendimento imediato e emergencial, exigindo uma postura crítica que reconheça as particularidades sócio-históricas brasileiras e que questione as raízes estruturais da desigualdade.

Mesmo diante desse cenário adverso, assistentes sociais constroem e sustentam práticas de resistência no cotidiano profissional, reafirmando seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Estratégias de resistências e lutas no Serviço Social

No contexto do capitalismo dependente brasileiro, as estratégias de resistência e luta no Serviço Social tornam-se fundamentais para que os/as profissionais enfrentem as pressões neoliberais e atuem na defesa dos direitos da população em situação de desproteção social. A categoria profissional encontra-se inserida em um ambiente marcado pela precarização das políticas sociais e pela redução sistemática de investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. Diante desse cenário, torna-se imperativo que os/as assistentes sociais construam uma práxis crítica e transformadora, que tenha um teor transformador da realidade e na defesa de uma sociabilidade livre de relações de opressão.

Essa atuação exige, ainda, a apropriação contínua dos debates mercadológicos e institucionais, não como forma de adesão à lógica do capital, mas como estratégia para a obstrução de seus mecanismos de dominação e para a construção de alternativas que fortaleçam a autonomia e a garantia de direitos da classe trabalhadora.

Nesse processo, permeado por conflitos inerentes à condição de trabalhadores assalariados – como a necessidade de preservação do vínculo empregatício – e ancorado em uma bagagem teórico-metodológica e técnico-operativa orientada por perspectivas ético-políticas, os/as assistentes sociais buscam construir redes de resistência e defesa dos direitos sociais. Para isso, estabelecem conexões com outras categorias profissionais, associações e movimentos sociais, promovendo articulações coletivas que fortalecem a luta contra as contradições impostas pelas estruturas de exploração e desigualdade características do capitalismo dependente.

A partir desse contexto, delimita-se a apropriação do Projeto Ético-Político (PEP) como um eixo fundamental para o fortalecimento da resistência profissional no Serviço Social. Essa apropriação se materializa na esfera jurídico-política da profissão e nas formas político-organizativas da categoria, manifestando-se na participação ativa nos conselhos e associações profissionais, bem como na produção e sistematização coletiva de conhecimento na área. Esses pilares são essenciais para consolidar estratégias sólidas e articuladas de resistência,

possibilitando uma atuação que transcende o atendimento imediato, promovendo uma intervenção crítica e comprometida com a transformação das condições sociais e a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, destaca-se o papel estratégico dos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS), vinculados às seccionais dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Esses núcleos funcionam como espaços de debate, representação e construção coletiva da categoria, permitindo que as particularidades locais e regionais sejam consideradas na formulação de estratégias de luta. Dessa forma, impulsionam mobilizações específicas, aprofundam o engajamento em questões pontuais e ampliam o campo de formação política e profissional dos/as assistentes sociais.

Além disso, os NAS oferecem ambientes de troca e compartilhamento de experiências, fortalecendo redes de apoio e consolidando a identidade coletiva da profissão. Esse processo é essencial para sustentar a resistência frente aos ataques às políticas sociais e para reafirmar o compromisso da categoria com os princípios ético-políticos do Serviço Social, garantindo que a luta por direitos e pela emancipação da classe trabalhadora permaneça como um elemento central no exercício profissional.

Entre os inúmeros desafios enfrentados pelo Serviço Social, exige-se a articulação e fortalecimento de trincheiras coletivas, especialmente na esfera política, em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Um exemplo emblemático desse processo de mobilização coletiva é a defesa da jornada de 30 horas semanais para assistentes sociais, regulamentada pela Lei nº 12.317/2010, cuja implementação e manutenção demandam vigilância permanente e esforços contínuos.

Da mesma forma, a articulação com movimentos sociais também se consolida como uma estratégia indispensável, permitindo que suas ações ultrapassem o âmbito institucional e se conectem a lutas mais amplas, como a reforma urbana e agrária, a defesa da moradia digna, a igualdade de gênero e raça, e a proteção dos direitos da população LGBTQIA+. Esse engajamento político não apenas fortalece a capacidade de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas, mas também possibilita a denúncia de violações de direitos e a promoção de debates sobre a importância das políticas sociais.

A resistência cotidiana envolve, ainda, a criação de espaços de escuta e acolhimento que respeitem a singularidade das demandas de sujeitos atendidos com base nos valores éticos centrais da profissão. Em um contexto em que as políticas sociais são pressionadas por uma lógica de mercado e por exigências de produtividade, assistentes sociais encontram na construção de vínculos com usuárias/os uma forma de resistência à desumanização dos

atendimentos. Por meio de práticas que promovem o acolhimento, a escuta qualificada e o fortalecimento da autonomia de sujeitos, as/os assistentes sociais reafirmam o compromisso com o valor da vida humana e com outra lógica de sociabilidade.

Ademais, a formação crítica e a educação permanente constituem elementos centrais na estratégia de resistência do Serviço Social, além de representarem um compromisso ético com o aprimoramento intelectual e profissional. No contexto do capitalismo imperialista, a educação desempenha um papel fundamental na reprodução das relações de dependência econômica e tecnológica, moldando a força de trabalho para a estrutura produtiva capitalista. No entanto, essa função é multifacetada e contraditória, pois também possibilita a formação crítica e a produção de conhecimento pela própria classe trabalhadora, ampliando sua capacidade de compreensão e enfrentamento das contradições estruturais (Santos, 2024).

Ao Serviço Social, o processo de formação e atualização de conhecimentos, ao incorporar referenciais teóricos críticos, capacita os/as assistentes sociais a compreenderem o papel das estruturas econômicas e políticas na produção e reprodução das desigualdades sociais. Essa qualificação possibilita uma atuação mais consciente e fundamentada, que reconhece as particularidades do capitalismo dependente e as estratégias necessárias para resistir às ofensivas neoliberais, como coloca Iamamoto (2022, p. 179):

A formação profissional possibilita aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela "modernização" da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial.

Dessa forma, a perspectiva de uma educação ininterrupta não apenas aprofunda os parâmetros investigativos da profissão, mas também amplia a compreensão dos processos de reestruturação do capital. Ou seja, tal projeto pedagógico fomenta o desenvolvimento de análises críticas sobre os campos sócio-ocupacionais e suas respostas às demandas impostas pela racionalidade neoliberal.

Nesse sentido, por meio de cursos, comissões técnicas, políticas de formação promovidas pelo conjunto CFESS-CRESS, congressos, seminários, rodas de conversa, o Projeto ABEPSS Itinerante e boletins informativos, a categoria constrói espaços permanentes de debate e atualização profissional. Essas iniciativas adotam diferentes estratégias pedagógicas e didáticas, enriquecendo a formação e promovendo discussões críticas sobre os temas centrais da profissão, sempre ancoradas em uma perspectiva de resistência.

A educação permanente capacita a categoria a desenvolver respostas críticas às limitações institucionais e aos processos de precarização, fornecendo ferramentas para que os/as assistentes sociais possam atuar com autonomia intelectual diante das ofensivas do capital. No entanto, é imprescindível que essa formação crítica permaneça ancorada nas trincheiras de luta, cultivando um senso crítico que muitas vezes é negligenciado, inclusive durante a formação profissional, precarizada pelo avanço da mercantilização da educação e da vida. Mesmo que a pressão por ceder seja constante, é necessário manter uma postura radical e firme na busca por uma sociabilidade mais justa e livre de explorações.

Diante das (re)configurações e da precarização do mundo do trabalho, é fundamental desenvolver e manter um olhar crítico e atento às demandas institucionais associadas ao capitalismo dependente, especialmente no que concerne a requisições indevidas ou inadequadas, que desrespeitam o que estabelece a Lei nº 8.662/1993, de Regulamentação da Profissão. Reconhecer esses impactos é essencial para que possamos fortalecer uma prática profissional que, além de crítica, esteja ancorada na defesa dos princípios ético-políticos do Serviço Social, que forja inclusive o trabalho coletivo e o respeito ao pluralismo de perspectivas democráticas, o que não se confunde com ecletismo.

Aproximações conclusivas

Desvendar as múltiplas determinações que constituem nossa sociabilidade, marcada pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho, permite uma compreensão crítica da totalidade social em sua forma mais contraditória. As economias centrais e dependentes, partes interdependentes de um mesmo sistema capitalista, expressam conflitos e oposições que, de forma dialética, impulsionam processos de mudança e transformação social.

Dentro das dinâmicas do capital, surge uma antítese que impõe consequências adversas aos trabalhadores, como a precarização das condições de vida, o adoecimento e o desgaste laboral, sintomas de um sistema baseado na superexploração, amplamente perceptível no cenário brasileiro. Essa superexploração opera como um mecanismo de rentabilidade e acumulação imperialista, impondo o que, quem e como produzir, desconsiderando as necessidades reais da sociedade. Esse modelo perpetua o desenvolvimento do subdesenvolvimento das economias dependentes, ampliando as desproteções sociais.

Essa natureza integra a formação sócio-histórica do Brasil, revelando o caráter primário-exportador da economia e o poder político exercido pelos latifundiários na dinâmica de cooperação antagonica que sustenta a divisão internacional do trabalho sob o imperialismo. Nesse contexto, o capitalismo dependente particulariza o significado da questão social e suas

expressões na realidade brasileira, requerendo uma análise que ultrapasse compreensões genéricas e abstratas desse conceito.

A questão social, sendo o fundamento básico da existência do Serviço Social e sua razão de ser, demanda uma compreensão aprofundada das dinâmicas de dependência para que as/os assistentes sociais possam identificar os desafios e explorar as possibilidades de resistência e transformação no contexto brasileiro. Essa análise é indispensável para que o exercício profissional seja crítico e engajado com a realidade concreta, fundamentando-se em um entendimento preciso das contradições e desigualdades que marcam o capitalismo dependente no Brasil.

Dessa forma, o Serviço Social no Brasil encontra-se em uma posição desafiadora, mas também estratégica. A profissão, ao mesmo tempo em que enfrenta limitações estruturais, é impulsionada pelo compromisso ético-político com a emancipação social, o que lhe confere um papel de resistência e de luta por direitos. Em um contexto marcado pela desigualdade, pela precarização e pela superexploração da força de trabalho, o Serviço Social, ao atuar de forma crítica e comprometida, contribui para questionar e expor as contradições do capitalismo dependente e para a construção de alternativas que promovam uma sociedade mais justa e equitativa.

Para enfrentar essas barreiras, o Serviço Social brasileiro deve fortalecer sua formação básica e sua educação permanente crítica, bem como intensificar a articulação com movimentos sociais e demais lutas populares. É essencial incluir o debate sobre o capitalismo dependente nas leituras e no cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a compreensão das expressões da questão social à luz da realidade sócio-histórica brasileira.

Através dessas estratégias de resistência e enfrentamento, assistentes sociais podem aprofundar a análise das relações entre as condições sociais concretas e as determinações econômicas e políticas que as sustentam, promovendo uma atuação mais consciente, crítica e engajada com as demandas sociais e com as lutas da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, v. 34, n. 2, p. 53-76, 2017.
- CAPUTI, Leslieane; TABOSA, Diego S; PAULA, Luciana G. Pereira de. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e sua vinculação com a luta por uma sociedade anticapitalista. In: RODRIGUES, A. S.; TABOSA, D.; PAULA, M.M; DUARTE, R. A.

- Serviço Social e debates contemporâneos: trilhando reflexões para o trabalho e a formação profissional*. Curitiba: CRV, 2021 (p. 33 a 52).
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *As relações de trabalho no Serviço Social brasileiro e as contrarreformas no Estado brasileiro*, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao_definicao_workshop.pdf Acesso em: 07 mar. 2025.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Campanha Dia do/a Assistente Social*. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1989>. Acesso em: 07 mar. 2025.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. 2022.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil*. 2022.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Diálogos do Cotidiano: reflexões sobre o trabalho profissional - Caderno 2*, 2022. Disponível em https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_DialogosDoCotidiano-Caderno2-Final.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Campanha 08 de Março*. 2024. Disponível em <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2085>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- CAMARGO, Maria Angelina B. et al. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarianização da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, p. 488-507, 2021.
- DUARTE, R.A. *Serviço Social e debates contemporâneos: trilhando reflexões para o trabalho e a formação profissional*. Curitiba: CRV, 2021 (p. 33 a 52).
- GUERRA, Yolanda. Tecnologias da Informação e Comunicação e seus impactos no modus operandi do trabalho profissional de assistentes sociais. In: *Anais 9º Encontro Internacional de Política Social 16º Encontro Nacional de Política Social*. Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023. Disponível em <https://ticpoliticassociais.org/wp-content/uploads/2023/10/Yolanda.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Leila Lima Santos (depoimento, 2007). *Serviço Social na América Latina: 1970-1980. Em Pauta*, Rio de Janeiro, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez Editora, 2022.
- LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo; GURGEL, Idê Gomes Dantas; AMARAL, Angela Santana. Superexploração da força de trabalho e saúde do trabalhador: o trabalho precário na confecção. *Physis: Revista de saúde coletiva*, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2020.v30n1/e300106/>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, n. 32, 2012.
- MARINI, Ruy Mario. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. e STÉDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Ruy Mario. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2014.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3. p. 41-49, 2001.
- OSÓRIO, Jaime. *Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente*. Periódicos UFES, 2017.
- RAICHELIS, Raquel. VICENTE, Damaris. VIEIRA, Nuria P. *Nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: EDUC:CAPES, 2022. (Série Serviço Social).
- SANTOS, Eduardo Henrique Moraes. *Educação superior, assistência estudantil e o capitalismo dependente*. 2024. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/43884>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SOUZA, Reivan Marinho. Controle Social e reprodução capitalista: polêmicas e estratégias contemporâneas. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 10, n. 20, p. 49-76, jul./dez. 2010.

Elementos para pensar o trabalho profissional de assistentes sociais pela perspectiva da totalidade social

Elements for thinking about the professional work of social workers from the perspective of social totality

Lorena Ferreira Portes^{*}  

Melissa Ferreira Portes^{**}  

Evelyn Secco Faquin^{***}  

Resumo: Este artigo é resultado de trajetória profissional e acadêmica de docentes da área da formação e do trabalho profissional em Serviço Social. A partir de uma revisão bibliográfica, objetiva-se contribuir, à luz da totalidade social, com as discussões sobre a problemática do trabalho profissional, destacando a compreensão das políticas sociais como campo mediador do trabalho de assistentes sociais e a necessária distinção e mediação entre objetivos das políticas sociais e objetivos profissionais; e o enfrentamento do traço praticista que desemboca na forma de compreender o trabalho e planejar as ações profissionais. Para tanto, é necessária, não exclusivamente, uma postura dialógica, educativa e de formação permanente. Esse enfrentamento não será obra individual e requer o fortalecimento dos debates coletivos, da reorganização política da categoria profissional e de intenso processo de qualificação profissional.

Palavras-chaves: Serviço Social; Trabalho profissional; Totalidade social; Objetivos profissionais; Praticismo.

Abstract: This article is the result of the professional and academic trajectories of professors in the field of training and professional work in Social Work. Based on a literature review, the aim is to contribute, in light of the social totality, to discussions on the problems of professional work, highlighting the understanding of social policies as a mediating field for the work of social workers and the necessary distinction and mediation between social policy objectives and professional objectives; and addressing the practicist trait that leads to the way we understand work and plan professional actions. To this end, a dialogical, educational, and ongoing training approach is necessary, not exclusively. This approach will not be an individual endeavor, but requires the strengthening of collective debates, the political reorganization of the professional category, and an intense process of professional qualification.

Keywords: Social Work; Professional Work; Social Totality; Professional Objectives; Practicality.

* Universidade Estadual de Londrina. E-mail: lorenafportes@gmail.com

** Universidade Estadual de Londrina. E-mail: melissaportes2010@gmail.com

*** Universidade Estadual de Londrina. E-mail: evelynsecco@uel.br

Introdução

O temário proposto para esta edição da revista *Libertas* sobre os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social no Brasil e em outros países assume extrema relevância diante do contexto econômico, político, social e ambiental no qual o mundo se encontra na atualidade. A lógica do capital e seu interesse por uma reprodução ampliada acometem os mais diversificados campos da vida social. Como uma das expressões dessa lógica perversa, exploradora e opressora, encontra-se o massacre de trabalhadores com uma política regressiva de direitos sociais, de intensificação e precarização das condições de trabalho, de afrouxamento dos direitos trabalhistas e flexibilização das regulamentações até então vigentes. Ao lado desse massacre, como mais um dos ataques do presente, tem-se uma política de devastação ambiental. Enquanto vendedores/as da sua força de trabalho, portanto, investidos/as pelo estatuto de assalariamento e do subjugado decorrente, os/as assistentes sociais não devem ficar alheios/as às transformações societárias em curso, às alterações acarretadas nas políticas sociais e no mercado de trabalho, que impactam o trabalho profissional e as condições de trabalho dos/as profissionais de Serviço Social.

A atenção para as demandas e requisições do momento histórico em que vivemos, seja da sociedade de uma maneira mais ampla, seja nos âmbitos da formação e do trabalho profissional, exige um conjunto de conhecimentos teóricos, políticos e técnicos que, articulados, processados, mediados e reafirmados, podem contribuir para uma análise mais rica, crítica e aprofundada da realidade social e profissional, bem como apontar caminhos e estratégias para aprimorar e redirecionar a intervenção profissional nos distintos espaços sócio-ocupacionais em que se encontram os/as assistentes sociais no Brasil.

Por isso, a ênfase no debate dos fundamentos da profissão é tarefa premente e coloca-se como um desafio necessário. Assim, este artigo tem a finalidade de reforçar o debate sobre a problemática do trabalho profissional, enfatizando a sua fundamental apreensão pela perspectiva da totalidade social, resistindo a análises fragmentadas, idealistas e endogenistas, rechaçando uma postura presa ao imediatismo, meramente instrumental e “supostamente” técnica do trabalho profissional.

Partindo da trajetória profissional e acadêmica das autoras, na docência na graduação e na pós-graduação na área do Serviço Social, considerando coordenação e participação em projetos de ensino e pesquisa sobre a formação e o trabalho profissional, desenvolvimento de cursos de capacitação e aprimoramento profissional para assistentes sociais, supervisores/as de campo, disciplinas ministradas, orientações de trabalho de conclusão de curso, iniciação científica, mestrado e doutorado, acompanhamento de estágios supervisionados, entre outras

atribuições, apresentamos uma síntese das reflexões construídas durante o percurso profissional e formativo, buscando elucidar questões que perpassam dois elementos considerados fulcrais, quais sejam: a) a compreensão das políticas sociais como campo mediador do trabalho de assistentes sociais e a necessária particularidade e mediação entre objetivos das políticas sociais e objetivos profissionais; b) o enfrentamento de um traço ainda pertinente no trabalho de assistentes sociais que reforça uma herança praticista e empirista, desembocando na forma de compreender o trabalho e planejar as ações profissionais.

Em relação aos procedimentos metodológicos, o artigo é de natureza qualitativa utilizando-se da revisão de bibliográfica. Para a revisão, contamos com autores/as que são consideradas/os de relevância no debate e que possuem larga trajetória em suas pesquisas e problematizações sobre a temática em questão. Esse recurso metodológico é essencial, tendo em vista a pesquisa ser um trabalho de construção e reconstrução que se fundamenta em “[...] uma linguagem baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, [...] processo de trabalho em espiral” (Minayo, 2009, p. 26). Nesse sentido, Lima e Miotto (2007, p. 40) indicam a necessidade de revisão crítica dos conceitos já existentes “[...] a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador”. O artigo está dividido em duas seções, seguidas das considerações finais. A primeira busca analisar o trabalho de assistentes sociais a partir da categoria totalidade social e a segunda busca problematizar continuísmos e enfrentamentos urgentes do trabalho profissional.

Analisando o trabalho dos/as assistentes sociais à luz da totalidade social

A compreensão do trabalho dos/as assistentes sociais brasileiros/as, na segunda década do século XXI, requer retomar premissas analíticas fundamentais que não recaiam em aspectos endogenistas, idealistas e fragmentados da realidade, mas que percorram um caminho à luz da totalidade social. Sendo assim, a análise calcada na crítica da economia política é condição basilar.

Em tempos de renúncia da totalidade social condenada como totalitarismo, de rechaço à universalidade em prol de localismos e particularismos, de negação da classe social pela substituição de novos sujeitos coletivos, a demarcação do debate sobre o trabalho profissional, situado histórica, política e economicamente, é elemento urgente e contundente contra tendências epistemológicas e idealistas que teimam em ignorar e negligenciar (teórica e politicamente) a explicitação das contradições sociais oriundas do modo de produção capitalista, escamoteando o fato de que são produtos das relações de produção e reprodução capitalistas. Assim, a apreensão da categoria trabalho é despida das múltiplas determinações

que se interpõem na produção material e no conjunto das totalidades que compõe os diferentes momentos da vida social.

Estas tendências expressam-se em um conjunto muito diversificado e heterogêneo, mas que, ao final, colocam-se como respostas à considerada crise da modernidade, buscando explicar as transformações societárias no campo econômico, político e social, como desdobramentos de um novo tempo, ou melhor, de um novo espírito do tempo. Encontra-se nesse largo leque de tendências, o pensamento pós-moderno que dirige suas críticas, sobretudo, ao legado marxiano e à anulação de possibilidades revolucionárias e emancipatórias. Ao negar a crítica da economia política elaborada por Marx e Engels, os pós-modernos negam a história e as lutas de classes. Pleiteiam o fim da sociedade industrial, o fim das classes sociais e a morte do marxismo (o que não se coloca como novidade).

Na contramão dessa direção, buscamos compreender e problematizar o trabalho, em especial o trabalho realizado por assistentes sociais, na perspectiva da totalidade social. A teoria social crítica de Marx, tendo “O Capital” como sua obra síntese e madura, é construída a partir de uma interpretação da realidade pelo prisma da totalidade social. O que isso quer dizer? Ao ter por objeto de investigação o modo de produção capitalista, Marx elucidou os fundamentos que sustentam essa relação social e histórica, contraditória e passível de transformações. Desvendou a lei econômica da sociedade burguesa, ou seja, “as leis do nascimento, desenvolvimento e morte do modo de produção capitalista” (Gorender, 2013, p. 36).

Compreender como a sociedade está estruturada, como, a partir da produção social, se ergue um aparato político, ideológico e jurídico, requer uma análise das múltiplas determinações que incidem sobre o real. Dessa maneira, para que possamos entender de forma aprofundada e mais próxima do real as transformações sociais, econômicas e políticas que demarcam os tempos atuais, é preciso partir de uma análise que privilegie o conjunto de determinações que estão embutidas na realidade concreta, condenando explicações deterministas e economicistas, mas, também, explicações idealistas, especulativas, reducionistas e fragmentadas.

Valemo-nos das ponderações feitas por Netto (2011a), ao enfatizar que, para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um todo constituído por partes que são integradas funcionalmente. É uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Como há totalidades mais determinantes que outras, cabe analisar cada um dos complexos constitutivos das totalidades, esclarecendo as tendências operantes em cada uma das totalidades, que são articuladas.

Portanto, abarcar uma análise pela totalidade social implica em considerar as contradições presentes nesse conjunto de complexos de totalidades.

O real é constituído por uma totalidade prenhe de determinações que não se dão a conhecer de modo imediato. Essa totalidade é conectada por totalidades menos complexas, ou como explicou Lukács, a totalidade social é um complexo que implica em um conjunto articulado de complexos, quer dizer, um complexo de complexos. Nas palavras do autor, “todo ‘elemento’, toda parte, é também aqui um todo; o ‘elemento’ é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto”. No entanto, pontua Lukács, “essa complexidade não elimina o caráter de ‘elemento’: as autênticas categorias econômicas são – precisamente em sua complexidade e processualidade, cada uma a seu modo e cada uma em seu posto – algo efetivamente ‘último’, algo que ainda pode ser analisado, mas não ulteriormente decomposto na realidade” (Lukács, 2012, p. 307).

Diante desses apontamentos, reforçamos que a sociedade burguesa – como uma totalidade concreta – impõe um caminho investigativo que deve considerar a totalidade não como uma soma de partes isoladas e fragmentadas, mas como um todo orgânico e articulado, reconhecendo que as totalidades menos complexas não devem ser consideradas simples. O que deve ser reconhecido é a distinção em relação ao grau de complexidade e como se evidenciam as articulações e mediações com o “momento predominante” que podem resultar, como em relações subordinantes e/ou subordinadas.

Aqui é preciso enfatizar que esse “momento predominante”, permeado por contradições e mediações, não exclui ou desconsidera os elementos menos complexos, pois estes compõem a realidade concreta. É somente o conhecimento dessas conexões que permitirá uma apreensão concreta da realidade concreta. Chasin, citado por Tonet (2016, p. 143), é contundente ao afirmar que “o conceito de totalidade é absolutamente decisivo”, pois, “em última análise o método dialético é a pretensão de reproduzir na cabeça a totalidade do objeto inquirido. E do ponto de vista da dialética só a totalidade contém e revela a verdade. Fora da totalidade não há verdade” (Chasin *apud* Tonet, 2016, p. 143).

Sendo assim, é preciso distinguir o que é da ordem do pensamento e o que é da ordem do real. A realidade é rica, pois é constituída por múltiplas determinações, por uma riqueza categorial que lhe é inerente. Assim, para construir o caminho de apropriação dessas múltiplas determinações, é preciso um movimento de abstração dessa realidade. O exercício intelectual é fundamental para que se possa captar a lógica do real, sua totalidade concreta, saltando da imediatez, da aparência fenomênica para alcançar a verdade. Para isso, é preciso desvendar

o processo histórico e social que deu origem aos fatos que compõem a realidade e explicitar as relações entre os processos ocorrentes em cada totalidade constitutiva da sociedade na sua pluralidade e diversidade, partindo da totalidade macroscópica que é a sociedade burguesa.

Como explicou Marx, no texto Introdução, de 1857,

o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (Marx, 2011, p. 54).

O autor continua reforçando que, “na primeira via, a representação plena foi volatizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento” (Marx, 2011, p. 54). Portanto, o real não é resultado do pensamento, do movimento da abstração em si, pois o “método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto”. Nessa perspectiva, Marx afirma que

o todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça [...]. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação (Marx, 2011, p. 55).

Toda essa exposição é para defender o que Marx explicou sobre a totalidade concreta – a moderna sociedade burguesa. Diz Marx que, “como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça” (Marx, 2011, p. 59). Afirma, ainda, que “as categorias expressam formas de ser, determinações de existência” (Marx, 2011, p. 59). Para não falsear a realidade, é preciso considerar que, “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações”. Dessa forma, é “uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta” (Marx, 2011, p. 59).

No movimento de perseguir as múltiplas determinações que incidem sobre o real, é preciso compreender que só se atinge tal finalidade – de modo aproximativo – considerando que as mediações existem no próprio real. Isso quer dizer que a categoria da mediação é

constitutiva do real, não sendo uma criação do sujeito que apreende a realidade. Nesse sentido, Netto (2011a, p. 57) explica que, no movimento de “descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constituídas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa”, é preciso enfatizar que “tais relações nunca são diretas; elas são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade” (Netto, 2011a, p. 57). Assim, “sem os sistemas de mediação (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como ‘unidade na diversidade’” (Netto, 2011a, p. 57-58).

A partir dessas considerações, retomamos o debate sobre o trabalho profissional de assistentes sociais. Primeiramente é preciso reforçar que, distante de uma análise corporativista e endógena da profissão, o debate sobre o Serviço Social situa-se no campo da produção e da reprodução social no modo de produção capitalista. O/A assistente social compõe o trabalho coletivo e abstrato, ocupando um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho. O estatuto de assalariamento impõe aos profissionais as exigências e requisições do mercado de trabalho e do Estado, orientadas pela dinâmica da luta de classes. Os/as assistentes sociais, assim como os/as demais trabalhadores/as, estão submetidos às interferências e incidências do assalariamento, às consequências da exploração do trabalho, da extração do mais-valor, da precarização e intensificação do trabalho, do ataque aos direitos trabalhistas, portanto, das condições materiais e objetivas que se interpõem na esfera do trabalho e que se estende às demais dimensões da vida social.

Diante do exposto, ressaltamos a importância da compreensão do trabalho dos/as assistentes sociais circunscrito à dinâmica da exploração e opressões capitalistas, enfatizando que apreender esse exercício profissional particular exige considerar as condições de trabalho dos/as profissionais.

Ao tomar como problemática as condições de trabalho, ressalta-se que as relações sociais capitalistas de produção e reprodução social são condicionadas pela lógica da acumulação do capital. Tal lógica impõe determinadas condições e circunstâncias que visam à exploração cada vez mais ampliada da força de trabalho, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho. Nos termos marxianos, produzindo mais-valor absoluto e mais-valor relativo. Considerando as lutas pela redução da jornada de trabalho e as limitações postas para seu aumento, Marx explica que se impõe um “dispêndio aumentado de trabalho, uma tensão maior da força de trabalho, um preenchimento mais denso dos poros do tempo de trabalho” (Marx, 2011, p. 482). Tem-se a imposição ao trabalhador de “uma

condensação do trabalho num grau que só pode ser atingido com uma jornada de trabalho mais curta” revelando que essa massa maior de trabalho num dado período de tempo é “uma quantidade maior de trabalho” (Marx, 2011, p. 482). Sendo assim, dentro de certos limites, “o que se perde em duração ganha-se no grau de esforço realizado” (Marx, 2011, p. 483).

Enquanto trabalhador/a regido/a pelo estatuto de assalariamento, o/a assistente social fica sujeitado/a às modificações das legislações trabalhistas, fazendo com que suas condições e relações de trabalho também se alternem. As mudanças nas legislações trabalhistas, com destaque para as normativas e legislações que tratam da flexibilização e terceirização implementadas no Governo Temer, afetam toda a classe trabalhadora que precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, mas chama-se a atenção para o fato de que são os/as trabalhadores/as que estão menos protegidos/as legalmente, os/as que mais são afetados/as por tais mudanças, agravando, ainda mais, a condição de precarização do seu trabalho.

A/O assistente social trabalha no campo dos serviços e ainda que, majoritariamente, conforme pesquisa realizada pelo CFESS em 2022 sobre o perfil dos/as assistente sociais, a forma de ingresso desses/as profissionais no mercado de trabalho se dê, prioritariamente, por meio de concurso público, já é possível identificar novas formas de contratação, com destaque para o crescimento de seleções públicas simplificadas, cargos em comissão, pregão eletrônico, edital público, pejetização. Os dados da pesquisa revelam a diminuição da contratação por concurso público e o aumento de contratos precários, identificados como intermitentes e temporários.

Mas, afinal, o que pode ser entendido por trabalho precário?

Alguns pesquisadores têm buscado, principalmente, a partir da década de 1990, apontar indicadores para analisar a precarização do trabalho no Brasil. Franco e Druck (2008) têm se destacado nesse sentido. Para as autoras, pesquisadoras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o trabalho precário existe quando ele se materializa em condições inseguras, instáveis, frágeis, desprotegidas, com características de sazonalidade e temporalidade, fazendo com que o/a trabalhador/a tenha sua capacidade de resistência enfraquecida ou anulada.

Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), a precarização não pode ser entendida apenas como ausência de direitos formais ou vínculos empregatícios estáveis, mas como um processo multifacetado que envolve a intensificação do trabalho, a instabilidade contratual, a insegurança social, a degradação das condições de saúde e segurança no trabalho, além do enfraquecimento da identidade profissional e da capacidade de resistência coletiva. Nesse sentido, a precarização é vivida cotidianamente nos ambientes laborais e afeta também a subjetividade dos trabalhadores, produzindo sentimentos de medo, competição e isolamento.

Druck (2011), por sua vez, enfatiza que a precarização é um projeto político articulado ao processo de acumulação capitalista, que busca reduzir custos com trabalho, fragmentar os vínculos coletivos e enfraquecer as organizações sindicais. A autora denuncia a expansão do trabalho terceirizado e das formas atípicas de contratação (como contratos temporários, "pejotização" e trabalho por aplicativos) como instrumentos centrais da precarização. Para Druck (2011), essas formas de contratação promovem desigualdades no interior da classe trabalhadora, criando camadas distintas de trabalhadores com diferentes graus de proteção, remuneração e acesso a direitos.

Ambas as autoras destacam que a precarização não se limita ao setor privado, mas também se dissemina no setor público, por meio de políticas de gestão que introduzem lógicas empresariais nas instituições estatais, promovem cortes de pessoal, metas de produtividade e formas indiretas de contratação. Essa tendência atinge especialmente categorias como professores, profissionais da saúde e assistentes sociais, que passam a vivenciar o trabalho sob condições adversas, com sobrecarga, perda de autonomia e instabilidade funcional.

Franco e Druck (2008) também alertam para a naturalização da precarização como algo inevitável ou necessário diante das "exigências do mercado", o que impede o reconhecimento dos direitos como conquistas históricas e favorece a aceitação da flexibilização. Ao desvelar os impactos da precarização para além dos aspectos econômicos — atingindo as dimensões sociais, políticas e subjetivas do trabalho —, ambas as pesquisadoras contribuem para a formulação de estratégias de resistência baseadas na solidariedade, na organização coletiva e na valorização do trabalho decente.

É importante advertir que o trabalho precário no Brasil ganha novos entornos com a aprovação da Lei da Terceirização sancionada pelo Presidente Michel Temer em março de 2017, que agregou à precarização mecanismos de intensificação dessa precarização, exigindo mais trabalho, mais exploração, mais produtividade. O terceiro mandato do Governo Lula (2023) chegou com a proposta de revisar pontos críticos dessa legislação com o objetivo de ampliar a proteção social, fortalecer os sindicatos e combater a precarização das relações de trabalho. No entanto, na atualidade, o que se identifica é ausência de um avanço desse debate com decisões governamentais que consolidam o perfil neoliberal de sua gestão e o descaso com a melhoria das condições de trabalho da classe trabalhadora.

Dal Rosso (2008), em sua obra "Mais Trabalho", analisa o conceito de intensidade buscando resgatar seu significado ao longo do tempo, distinguindo-o do conceito de produtividade. A busca por maior produtividade pode levar à intensificação do trabalho, com consequências drásticas, principalmente para a saúde dos/as trabalhadores/as. Para o

pesquisador, os estudos sobre produtividade focalizam-se nas transformações tecnológicas, nos resultados do trabalho, naquilo que pode ser visto, que é material, mas estudar a intensificação exige se debruçar sobre outros aspectos que são imateriais, ou seja, os efeitos/consequências sobre o/a trabalhador/a, que não podem ser medidos materialmente porque envolvem dimensões como desgaste físico, questões emocionais e de saúde, por exemplo.

No processo de precarização, a intensificação é situação posta no trabalho dos/as assistentes sociais. Nos tempos atuais, o uso das tecnologias de informação e comunicação deve ser considerado no debate, assim como as novas formas (cada vez mais perversas) de contratação do trabalho dos/as assistentes sociais que enterram os direitos trabalhistas e sucumbem perante os discursos de flexibilização e modernização do trabalho na ótica gerencialista.

Se as condições objetivas e materiais colocam-se como determinantes para a análise do trabalho, isso não implica em desconsiderar as condições subjetivas que se interpõem na sua realização. Longe de um viés economicista e refutando uma apreensão subjetivista, recuperamos as contribuições de Netto (2011b) sobre a profissão no espectro da divisão social e técnica do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura, quando enfatiza que é preciso considerar o primordial, isto é, “o erguimento de uma configuração profissional a partir de demandas histórico-sociais macroscópicas” antes de recorrer à sua estrutura como saber (Netto, 2011b, p. 87). O autor continua destacando que a afirmação e o desenvolvimento de um estatuto profissional se operam mediante um duplo dinamismo: de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas socialmente colocadas; de outra, aquele que é reservado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e prático-sociais), aptas ou não para responder às requisições extrínsecas.

O esforço analítico empreendido até aqui neste texto decorre da necessidade de pensarmos o trabalho do/a assistente social enquanto produto histórico, circunstanciado pelas determinações econômicas, sociais e políticas da dinâmica do capital. Os processos de trabalho, que são coletivos, nos quais se insere o/a assistente social, são mediados pelas correlações de força, pelas tensões e disputas de projetos societários. É nesses processos, prenhes de contradição, que o/a assistente social é requisitado a construir respostas profissionais, desempenhando, assim, suas atribuições e competências. Essas respostas expressam a dimensão técnico-operativa do exercício profissional desenvolvido pelo/a assistente social, que estabelece relação com as demais dimensões, quais sejam, a teórico-metodológica e a ético-política, e que se forjam em condições de trabalho cada vez mais precárias. É uma precarização marcada

também pela intensificação do trabalho, do adoecimento, do assédio moral individual e coletivo dos/as trabalhadores/as, com imposição de índices de metas, de produtividade e de desempenho.

Reafirmamos a premissa de que a profissão de Serviço Social não se autoexplica nem se autodetermina, o que nos leva a apreender o trabalho profissional ancorado radicalmente na teoria social crítica de Marx.

O trabalho profissional de assistentes sociais e a necessária tarefa de enfrentar traços de persistência e continuísmos que limitam uma análise pela totalidade social

Considerando a apreensão construída anteriormente, que serviu para sustentar a compreensão sobre o trabalho de assistentes sociais, apresentamos, a partir de toda a trajetória profissional e acadêmica das autoras, três elementos fulcrais para adensar o debate e trazer contributos para fomentar e aprimorar os eixos teóricos analíticos, políticos e operacionais que envolvem o trabalho. **Um primeiro elemento** é retomar a premissa basilar que incide, efetivamente, nas respostas a serem apresentadas pela categoria profissional diante das demandas sociais postas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais: a imbricada relação entre profissão e política social.

As políticas sociais, ainda que não exclusivamente, constituem-se como “base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social” (Guerra; Montaña, 2024, p. 73). O/a assistente social tem sido requisitado/a, historicamente, para a formulação e implementação das políticas sociais, construindo respostas interventivas para responder às refrações da “questão social”, que resultam das lutas de classe que expressam as tensões, conflitos, contradições da apropriação da riqueza pela classe detentora dos meios de produção, mas produzida socialmente pela classe que vende sua força de trabalho.

Tais políticas sociais têm sido desconfiguradas pelo movimento de reestruturação produtiva do capital que, sob sua égide neoliberal, tem implementado um conjunto de *contrarreformas* do Estado disparadoras de grandes mudanças no mundo do trabalho que traduzem uma nova maneira de governar administrativamente a sociedade. Essa organização questiona o tamanho do Estado, sua eficiência, seu *modus operandi*, seu alcance e sua capacidade de proteção social e de financiamento.

Entre essas mudanças que vêm sendo operadas desde os anos 70 do século passado no campo dos direitos sociais no sentido de seu aviltamento, destacam-se as reformas trabalhistas, que vêm produzindo alterações nas relações e condições de trabalho. Tais reformas configuram-se como respostas às crises econômicas, próprias da dinâmica do capital, que se acirram há mais

de quatro décadas no panorama mundial e nacional. Destaca-se, no contexto brasileiro, a Reforma Gerencial do Estado Brasileiro implementada por Bresser Pereira, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que aprofundou o processo de precarização das condições de trabalho presente até hoje.

A transição do século XX para o século XXI é marcada por transformações gerenciais no campo do trabalho que precisam ser analisadas a partir de uma perspectiva histórico-dialética que nos permita entender, sem pressa analítica e conclusões precipitadas, que nos encontramos diante de mudanças que, apesar de serem anunciadas como novas e modernas formas de trabalho, precisam ser interpretadas, como problematiza Druck (2011), como velhas formas e modalidades que se reproduzem e se reconfiguram num nítido processo de metamorfose social. A autora, quando trata do trabalho precarizado na contemporaneidade, entende-o como “um novo e um velho fenômeno, porque é diferente e igual, porque é passado e presente e porque é um fenômeno de caráter macro e microsocial” (Druck, 2011, p. 35). Tal metamorfose não significa alteração ou supressão do Estado capitalista, mas estratégias perversas para sua manutenção na era da financeirização, às custas da intensificação da exploração da força do/a trabalhador/a.

Problematizar o trabalho de assistentes sociais diante das determinações apontadas traz, como exigência, a reflexão acerca dos espaços sócio-ocupacionais, que abarcam o conjunto das requisições, demandas e ações profissionais, bem como expressam e operacionalizam as finalidades das políticas sociais e das instituições. Podemos observar que há um desafio a ser encarado: o de não confundir objetivos da política social e do próprio espaço sócio-ocupacional com os objetivos da profissão. Tomando por referência as legislações sociais e consequentes normativas, protocolos e resoluções que permeiam as políticas sociais e os serviços sociais, nota-se que há uma tendência em incorporar os objetivos das políticas sociais em que se dá a atuação profissional como sendo, mecanicamente, os objetivos do trabalho profissional. Aqui, despe-se do atributo de mediação que é implícito, mas não desvelado na relação.

A realidade tem mostrado que, seja pelo imperativo das condições de trabalho que levam os/as assistentes sociais a atuarem de forma muito mais “reativa” e “devolutiva” diante das demandas postas; seja pela ausência de um planejamento de trabalho de forma mais coletiva, as respostas profissionais demonstram as dificuldades profissionais em pensar sobre o trabalho que se realiza, isto é, por meio de descrição dos cargos/vagas para contratação de assistentes sociais a partir do conhecimento atestado em legislações e do domínio do “uso” de instrumentos, técnicas, procedimentos, estratégias, mas sem terem sido solicitadas a reflexão e a análise de processos sociais mais amplos.

Autoras como Mioto e Nogueira (2013) insistem em apontar os desafios da relação entre Serviço Social e Política Social, destacando as particularidades das ações profissionais no âmbito da política social, especialmente a autonomia e a especificidade, relacionadas à inserção dos/as assistentes sociais em espaços tradicionais das políticas públicas, vinculados à prestação direta de serviços à população. Nesse prisma, por vezes, não tem comparecido de forma expressiva no desenvolvimento do trabalho dos/as profissionais o planejamento das ações profissionais, para além das demandas pontuais, mais prementes e repetitivas. Aqui, a incorporação dos objetivos das políticas sociais acaba tomando a cena, restando pouco manejo dos/as assistentes sociais no estabelecimento das finalidades que devem direcionar o seu trabalho para pensar, entre outros pontos, em questões tais como: Quais os interesses que movem as ações profissionais? Quais são e de onde vêm as demandas? Como estão sendo respondidas? Sob quais meios? Em quais circunstâncias e limitações? Quais são as concretas possibilidades de intervenção profissional? Quais conhecimentos são necessários mobilizar? Que estratégias teóricas, políticas e instrumentais são fundamentais para subsidiar um trabalho pensado, refletido e direcionado na perspectiva da defesa e reafirmação dos direitos sociais e humanos? O que precisa ser retomado, reavaliado, discutido e pautado com nossos pares, com outros profissionais, com a instituição, com a rede de serviços e com os próprios usuários?

O enfrentamento dessa equivocada apreensão exige reforçar, mesmo que repetidamente, o que de fato é a dimensão técnico-operativa para o Serviço Social. Debater a dimensão técnico-operativa no Serviço Social se torna um exercício contínuo, uma vez que sua compreensão permanece em disputa, persistindo a contradição entre as construções teóricas da categoria profissional e como esta é compreendida. Nessa direção, um primeiro aspecto que cabe ser reafirmado é que não é possível compreender a dimensão técnico-operativa de forma isolada, tendo em vista sua indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica e ético-política. Embora tenha sido construída, no decorrer das últimas décadas, uma definição para fins didáticos, como o conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, estratégias, atividades, recursos, mobilizados por assistentes sociais que agregam materialidade ao trabalho profissional, essa definição acaba se tornando inoperante quando não se articula a fundamentação teórico-analítica a um direcionamento ético-político.

Assim, no bojo das construções impetradas hegemonicamente pela profissão, considerar a dimensão técnico-operativa “apenas” a aplicação “prática”, ou tomar a definição da profissão apenas pela via da utilização de instrumentos e técnicas, é reduzi-la em proporções não tangíveis. O uso de instrumentos, técnicas, procedimentos e habilidades necessários é condição elementar ao Serviço Social, mas devem estar articulados às ações profissionais necessárias ao

cumprimento de objetivos definidos pelos(as) assistentes sociais. Tais objetivos, no entanto, precisam ser pensados e projetados pelos profissionais de Serviço Social. O movimento não deve ser pensado como ato individual, que depende dos interesses particulares, mas, ao contrário, como tarefa inadiável e intransferível dos/as profissionais que atuam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Responder ao para quê é crucial para não sucumbir às requisições indevidas, à não definição do que compete ou o que é atribuição profissional, aos equívocos de desconsiderar as especificidades profissionais e servir de “profissional polivalente”, que tudo faz, mas pouco conhecimento tem sobre as incumbências e finalidades.

Como um **segundo elemento**, alinhado às preocupações apontadas anteriormente, situamos um traço ainda pertinente no trabalho de assistentes sociais, que reforça uma herança praticista e empirista, desembocando na forma de compreender o trabalho e planejar as ações profissionais. Como profissão de natureza interventiva, o Serviço Social dá respostas às demandas e requisições apresentadas, assentadas nas ações profissionais que são orientadas pelos objetivos profissionais, pelas atribuições e competências delimitadas no campo da sua legislação profissional, pela direção política que imprime ao seu trabalho e pelos conhecimentos que mobiliza para dar concretude às respostas profissionais. Entretanto, vimos, na produção do conhecimento e no debate profissional, contextualizando, historicamente, como a profissão foi construindo o direcionamento político e o posicionamento teórico-analítico para sustentar sua intervenção profissional, o seu fazer profissional, pressupondo a articulação de três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Diante dessas considerações, apresentamos **dois aspectos** presentes no trabalho profissional que se aproximam de uma perspectiva/atitude pragmática: a) *imediatividade e supervalorização da prática*; b) *desprezo por uma teoria crítica e tendência anti-intelectual*.

O **primeiro aspecto** revela-se no fortalecimento da herança conservadora¹ presente na profissão, que a empurrou para uma perspectiva tecnicista e instrumentalista, esvaziando os componentes políticos e teóricos que perpassam o trabalho profissional. Sobre essa discussão há vasta bibliografia disponível. O traço praticista das respostas profissionais conduz a uma característica, ainda muito forte, que é a exigência por respostas pontuais, imediatas e que se prendam a uma lógica operacional que não favoreça pensar, refletir, problematizar, planejar coletivamente para além das questões imediatas e de curto prazo.

¹ Sobre a herança conservadora no Serviço Social brasileiro, consultar as produções de Marilda Villela Yamamoto. Destaque para os livros “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica”, escrito em parceria com Raul de Carvalho e “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos”.

Coelho (2013) traz ricas contribuições sobre a imediatividade no trabalho profissional do assistente social. A autora afirma que a imediatividade impõe-se no cotidiano profissional levando a uma compreensão de prática como sinônimo de utilidade, ou seja, o trabalho de assistentes sociais centra-se na possibilidade de administrar o caos, tendo por parâmetro a aferição da competência e eficácia. Nessa direção, “as respostas profissionais privilegiam a utilização dos instrumentos para a manipulação de variáveis empíricas, tendo em vista o cumprimento de metas balizadas por critérios de produtividade”, sendo que “a competência profissional está diretamente vinculada à capacidade de cumprir, eficazmente, a essas metas”. Sendo assim, concebe-se a “prática profissional” como aquela correspondente e necessária ao cotidiano, que “não requer o pensar, uma vez que não há perguntas, e as respostas são previamente demarcadas por procedimentos, normas e rotinas atribuídas; ou porque não se reconhece o pensamento intrínseco às práticas cotidianas, que resulta de largas mediações conectadas de forma imediata” (Coelho, 2013, p. 91). O perfil profissional coloca-se como a de um técnico bem adestrado (Netto, 1996) que responda, acriticamente e mecanicamente, às demandas e requisições postas; um profissional “tarefeiro”, habilitado a operar manuais e protocolos, cumprindo o receituário imposto pelas instituições, sem qualquer nível de resignação, postura crítica e atitude propositiva. Iamamoto (2013, p. 215) chama a atenção para esse perfil profissional que expressa a “tecnificação pragmatista do Serviço Social” e que leva os/as assistentes sociais a refugiarem-se “cada vez mais em uma discussão ‘interna’ sobre elementos que, por si, supostamente lhe confeririam um perfil peculiar – objetos, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção caindo nas amarras do fetiche do metodologismo”. Assim, o interesse profissional acaba se reduzindo nas preocupações com o “aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, expresso pela sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento, na busca de uma eficiência que se pretendia asséptica, nos marcos de uma crescente burocratização das atividades” (Iamamoto, 2013, p. 215). Longe de traçar uma análise endogenista e subjetivista, essas manifestações colocam-se como desdobramentos das exigências do mercado de trabalho e das instituições em que os profissionais desenvolvem o seu trabalho. No entanto, as condições objetivas, materiais e institucionais – que são determinantes em última instância – incidem significativamente nas condições subjetivas e na cultura profissional.

A supervalorização da prática consiste em extirpar qualquer possibilidade analítica, reduzindo a “prática profissional” a respostas e ações profissionais imediatas e superficiais, que não extrapolem o campo operativo subsumido aos procedimentos técnicos e instrumentais. O

importante é “*o que fazer e o como fazer*” para dar respostas “eficientes” na resolutividade dos problemas, no cumprimento das metas e métricas impostas aos profissionais.

É oportuno reforçar que a imediatividade é um nível superficial de apreensão do real. O modo de aparecer não é, de fato, o modo de ser. A imediatividade esconde as mediações contidas no real, ofuscando suas determinações ontológicas.

Guerra e Montañó, em obra recente (2024), trazem pontos centrais para pensar a superação da razão formal-abstrata na construção e consolidação de uma perspectiva crítica no Serviço Social. Destacamos, a seguir, alguns desses pontos.

Em relação ao “*imediatismo e a cotidianização*” da prática profissional, os autores pontuam que procura-se alcançar respostas imediatas a demandas emergenciais, importante assim apenas aquelas ações com impactos e resultados diretos e quantificáveis na realidade, em detrimento das ações de médio ou longo prazo, não mensuráveis imediatamente. Assim, por exemplo, privilegiam-se as ações que respondem diretamente aos problemas pontuais, específicos e emergenciais. Em tal sentido, a dinâmica das demandas emergentes e imediatas no cotidiano das pessoas parece colocar o assistente social num frenesi de respostas pontuais e imediatas no seu cotidiano profissional. A reprodução dessa **relação demanda-emergencial/resposta-imediata** leva o profissional (e a profissão como um todo) a uma lógica pragmática, movida pela “*pré-ocupação*” (Guerra; Montañó, 2024, p. 279).

A postura “reativa” dá o tom do exercício profissional ao reduzi-lo a “dar as respostas pontuais e imediatas” livres de análises mais consistentes ou de reflexões críticas mais contundentes à dinâmica do cotidiano profissional. O fetiche por modelos e receitas prontas para a intervenção também se coloca como tônica, além da atenção às ações repetitivas e mecânicas.

Agregado a isso, coloca-se o **segundo aspecto** – *desprezo por uma teoria crítica e tendência anti-intelectual*. Considerando que o trabalho de assistentes sociais tende a focar no microssocial, na demanda “recortada” que aparece para ser atendida pelos/as profissionais, gerando uma falsa ideia de que não possui vinculações com as contradições sociais do modo de produção capitalista e que, portanto, não expressam as manifestações das lutas de classes, mas como demandas pontuais, individuais e fragmentadas, o teor praticista/pragmatista influencia à medida que desvaloriza a necessidade da articulação teórico-prática. Como pontuou Guerra (2013, p. 41), “a supressão das mediações teóricas e ideopolíticas, próprias da apreensão da realidade na imediatividade do cotidiano, leva a uma apropriação da realidade como carente de mediações”. Dessa forma, “a abstração da das mediações como resultado de uma apreensão da realidade na sua imediatividade é o procedimento da consciência comum, própria do cotidiano, que não questiona a gênese e não alcança a apreensão dos fundamentos” (Guerra, 2013, p. 41). Descarta-se, por consequência, a teoria como elemento capaz de fomentar uma compreensão

mais prenhe de determinações, da totalidade do real, da superação da fragmentação e superficialidade do terreno cotidiano. Põe-se a desqualificação da teoria como ferramenta analítica fundamental para pautar o trabalho profissional, uma vez que seríamos “os profissionais da prática” a dar respostas pontuais no cotidiano, por meio de ações técnicas que não exigem uma ação reflexiva de natureza teórico-metodológica.

Aqui se faz presente uma equivocada apreensão de que só interessa mobilizar conhecimentos diretamente ligados à intervenção, reduzindo-os para o campo das legislações sociais, dos conhecimentos instrumentais e das orientações para execução das políticas sociais. O que extrapola esse universo é considerado “não funcional” ao atendimento das demandas profissionais, dada a natureza prático-interventiva da profissão. Pode aparecer, nesta situação, ou o desprezo total pela teoria ou, quando mobilizada, reivindica-se que ela seja “aplicável” ao que se coloca no imediato. Uma teoria eficiente deve responder eficientemente à prática, caso contrário, não teria validade.

A rejeição ao marxismo comparece na profissão, por vezes, por essa ótica que o considera um referencial teórico que não responde às questões da prática e do fazer profissional. Espera-se da teoria um guia para ação, reforçando uma concepção pragmática da teoria como apontam Guerra e Montañó (2024). A tendência à fragmentação do conhecimento, e sua posterior validação prática, reforça o que vimos problematizamos no decorrer do texto. Guerra e Montañó (2024) apresentam aspectos dessa expressão: “o curto prazo, o local, o singular e o imediato, ou o plano “tático”, hipotecando e deixando em segundo plano qualquer estratégia que tenha um horizonte de longo alcance, universal e mediato.

Esse quadro indica outra tendência historicamente presente na profissão: o anti-intelectualismo. Considerados/as como profissionais da prática, numa concepção esvaziada, despolitizada e meramente instrumental, os/as assistentes sociais são postos como técnicos e não como intelectuais. Cria-se até uma falsa dicotomia: ou ele é um técnico bem adestrado ou é um profissional intelectual que pensa criticamente sobre seu trabalho e na realidade social em que está inserido. Discordamos de tal apreensão, pois consideramos que o/a assistente social não se enquadra como meramente um técnico, embora seja um profissional que mobiliza conhecimentos técnicos que o habilitam a desempenhar um determinado ofício, ocupando um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho. Se assim não fosse, não haveria justificativa para a existência da profissão. Sua formação específica, porém, dotada de conhecimentos técnicos especializados, operacionais e instrumentais, que o habilitam a atuar

como assistente social, não se resume a um caráter tecnicista, desprovido de conhecimentos teórico-analíticos e de um posicionamento ético-político².

Por óbvio, o teor de “intelectual” não se restringe ao assistente social que atua na formação profissional, no âmbito da produção de conhecimentos e da pesquisa, embora essa intelectualidade tenha suas particularidades. Os apontamentos de Portes *et al.* (2024) marcam essa preocupação em não criar falácias sobre o perfil técnico e intelectual dos/as assistentes sociais, não recaindo no traço intelectualista e teoricista. Argumentam as autoras que é preciso combater a proposição de que

há os iluminados, os críticos e detentores do saber científico e estariam na academia desenvolvendo suas pesquisas e contribuindo com a produção do conhecimento; por sua vez, encontram-se os “profissionais da prática”, que atuam na gestão, no planejamento e execução dos serviços sociais, sobretudo no atendimento direto às demandas das/os usuárias/os. Esses, de forma leviana, são denominados de “tradicionais e conservadores”, ausentes de intelectualidade. O traço intelectualista deve ser constantemente enfrentado no debate do Serviço Social (Portes *et al.*, 2024, p. 18).

Continuam a exposição apontando que, para buscar superar alguns estereótipos da natureza interventiva da profissão, reduzindo-a a uma formação tecnicista e instrumental, ou seja, um profissional que está “preocupado unilateralmente em dominar um único aspecto específico da realidade, que constituiu seu âmbito de ação imediata” ou de combater uma concepção de “técnico com verniz intelectual” (Iamamoto, 2007, p. 180), poderemos recair no teoricismo e intelectualismo, segregando dimensões que estão imbricadas: os/as assistentes sociais são técnicos e intelectuais; não é “isso ou aquilo”, pois conjugam-se esses dois aspectos.

Desta forma, na recusa do intelectualismo, é preciso alargar a análise sobre o trabalho profissional e sobre o perfil de um profissional crítico e atento às questões do seu tempo, que não se coloca como um profissional que, unilateralmente, “responde e reage” reproduzindo traços subalternos do exercício profissional, mas que constrói respostas pensadas, planejadas para longo alcance, com direcionamento político e análise teórica. Guerra e Montano (2024, p. 288) reforçam que um dos desafios centrais ao profissional crítico, enquanto intelectual, remete à capacidade de enfrentar e superar, sem sucumbir ao que caracterizam como os “cantos de Sereia”. Quais seriam esses cantos?

Primeiramente, o intelectual crítico tem de superar as visões fragmentadas da realidade, pois a fragmentação da realidade, transformada em estudos “disciplinares”, leva a um conhecimento fragmentário da mesma, antagônico à necessária perspectiva dialética e de totalidade, fundamental para uma compreensão da complexidade, das diversas determinações do real, chegando à essência, aos fundamentos, à raiz da realidade que se pretende conhecer

² Há um imenso debate e produção da área sobre as dimensões profissionais, com destaque para as construções de Yolanda Guerra, Cláudia Mônica dos Santos e Rosa Lúcia Prêdes Trindade.

(Guerra; Montaña, 2024, p. 288).

Em segundo lugar, os autores defendem que o profissional crítico tem o desafio de “evitar/enfrentar o ‘novo linguajar’ de aparência progressista, mas de (camuflado) conteúdo conservador”. Um terceiro desafio ao profissional/intelectual crítico é o de “evitar a cooptação e o apassivamento por parte dos setores hegemônicos”, o que leva à adesão e à despolitização. Um quarto desafio do intelectual crítico é “evitar enfrentar a sedução do que denominamos de os ‘cantos de Sereia’” naquilo que chamaram de “ideologia do terceiro setor”, assentado em discursos pós-modernos fundados na tríade de autorresponsabilização dos indivíduos, desresponsabilização social do Estado e desoneração do capital. Destacam os autores que essa ideologia é funcional ao projeto neoliberal e promovida por organismos internacionais. Como quinto desafio, está o enfrentamento da armadilha que caracterizam como “cavalo de Troia”. Essa é uma armadilha que vem travestida de progressista – promovida pela esquerda “possibilista” e pós-moderna –, mas de conteúdo neoliberal, que destrói por dentro as lutas das classes trabalhadoras, desviando seu foco para projetos camuflados por novo linguajar (empoderamento, responsabilidade social e empresarial, economia solidária, sustentabilidade ambiental, o linguajar do politicamente correto, por exemplo) que desarticulam qualquer possibilidade de unidade dos trabalhadores.

Por certo que o campo teórico-analítico pode contribuir para o campo da intervenção no sentido de calcar as respostas profissionais. No entanto, não é determinante ou não se coloca como momento predominante, mas pode mobilizar os/as profissionais a problematizarem a realidade social, institucional e profissional que os/as cercam. É num processo de intensas e contínuas mediações e contradições em que o trabalho de assistentes sociais (como qualquer outro ofício profissional na ordem do capital) se debruça e se desenvolve. Colocado no patamar de ampliação e reafirmação de direitos sociais e humanos, de alargamento da participação dos/as usuários/as nas diferentes instâncias da organização política; da desburocratização do acesso aos serviços, benefícios, projetos e demais ações que se colocam no campo dos direitos (mesmo reconhecendo seus limites burgueses); de enfrentamento de posturas autoritárias, policialescas e discriminatórias; de problematização do papel do Estado e de seu atrelamento aos interesses do capital; de reivindicação de melhores condições de trabalho e ampliação de políticas sociais (mesmo que saibamos que, em última instância, são funcionais ao capital para reprodução da força de trabalho), o trabalho precisa ser pensando teórica e politicamente.

É preciso não confundir profissão com protopartido, com movimento social ou qualquer espécie de organização política. A natureza assalariada do trabalho já se interpõe às limitações profissionais diante das determinações macroestruturais. Isso não significa que não há

vinculação política da profissão com a luta mais ampla da classe trabalhadora, ou melhor, com seus interesses históricos. Mesmo reconhecendo o vigor limitado das ações profissionais na esfera das lutas classistas e revolucionárias, não podemos nos furtar a essa tarefa.

Consideramos que um referencial teórico crítico que dê condições para que os/as profissionais analisem a realidade na perspectiva da totalidade, contrapondo-se a elaborações superficiais, subjetivistas, idealistas e conservadoras, não é suficiente, mas é fundamental e urgente. O construto teórico-analítico pode favorecer posicionamentos políticos que se coloquem no campo dos enfrentamentos das desigualdades e injustiças sociais, de toda forma de violência e opressões e de barbárie social endereçadas à classe trabalhadora.

Netto (2017, p. 328) alerta sobre a hipertrofia que tende a insistir na área do Serviço Social: “reduzir a intervenção profissional ao exercício técnico elementar de uma assistência refilantropizada e, de outro, a reconduzir o discurso teórico-profissional a âmbitos societais microscópicos”. Aponta que a profissão enfrenta, de uma parte, o risco de “perder o estatuto acadêmico a que se alçou com a sua consolidação, convertendo-se em profissão mera e elementarmente técnica e de segunda linha” (Netto, 2017, p. 328). De outra parte, Netto pontua que “os intentos de renovação crítico-teórica tendem a recolocar, mais sofisticadamente, os impasses e limites de uma profissão de corte ‘psico-social’ como é verificável em significativos e recentes esforços de teorização profissional” (Netto, 2017, p. 328).

Não é um detalhe a ser menosprezado, pontua Netto (2017), que, “nesses esforços, intencionalmente críticos, a categoria teórica da *exploração* não compareça inclusive em boa parte daquelas elaborações que procuram pensar numa perspectiva ‘anti-opressiva’” (Netto, 2017, p. 329).

Considerações finais

A análise do trabalho de assistentes sociais à luz da totalidade social revelou-se imprescindível para a apreensão crítica das determinações históricas, políticas, econômicas e sociais que configuram a profissão na contemporaneidade. Ao romper com leituras fragmentadas, endogenistas e idealistas, o presente estudo reafirma a centralidade do referencial teórico-metodológico marxiano nas análises da realidade social, para desvelar as múltiplas mediações que condicionam o trabalho profissional.

Reconhecer o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, sob a égide do modo de produção capitalista, possibilita identificar, entre outras questões, as formas perversas de precarização que se expressam no trabalho e explicitar como incidem diretamente sobre as condições materiais e subjetivas de trabalho dos/as assistentes

sociais, comprometendo sua autonomia profissional — já historicamente relativa —, fragilizando sua saúde e afetando, de forma significativa, a qualidade dos serviços prestados à população. Esta, por sua vez, é impactada por respostas profissionais formuladas de maneira reiterativa, mecanicista e imediatista, voltadas prioritariamente ao atendimento das demandas e requisições institucionais que não foram problematizadas com rigor crítico e analítico.

A análise empreendida neste artigo permitiu aprofundar a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa no Serviço Social, que não pode ser analisada de forma desarticulada das demais dimensões do trabalho profissional — teórico-metodológica e ético-política —, tampouco apartada da realidade concreta. Pelo contrário, sua efetivação se dá de maneira articulada e processual, mediada pelas determinações da luta de classes e pelas injunções do capital sobre as políticas sociais, que conformam os espaços sócio-ocupacionais da profissão.

Para tanto, é necessária uma postura dialógica, educativa e de formação permanente para enfrentar — não na sua totalidade, por óbvio — os traços praticistas e imediatistas e, de certo modo, anti-intelectualistas, que ainda permanecem no desenvolvimento do trabalho dos/as assistentes sociais. Esse enfrentamento não será obra individual e requer o fortalecimento dos debates coletivos, da reorganização política da categoria profissional e de intenso processo de qualificação profissional.

Referências bibliográficas

- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- COELHO, M. *Imediatividade na prática profissional do Assistente Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho!:* a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DRUCK, M. G. Trabalho, precarização e resistência: novas e velhas formas de enfrentamento do trabalho precário. In: DRUCK, M. G. (org.). *Trabalho, precarização e resistências: novas e velhas formas de enfrentamento*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 21-38.
- FRANCO, T.; DRUCK, G. A Precarização do Trabalho no Brasil: um estudo da evolução da terceirização no Brasil e na indústria da Bahia na última década. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Valencia, v. 13, n. 19, p. 97-119, 2008. Disponível em: <https://alast.info/relet/index.php/relet/issue/view/15>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/TsQsX3zBC8wDt99FryT9nnj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.

- GUERRA, Y. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/YC4WByMy9S8rWF7qwRZff8y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- GUERRA, Y.; MONTAÑO, C. *Serviço Social Crítico: teoria e prática*. Campinas: Papel Social, 2024.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2013.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social: o trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. v. 1.
- MARX, K. *Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse): introdução de 1857*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2025.
- NETTO, J. P. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In: BRAZ, M. (org.). *José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 314-329.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.
- PORTES, L. F. et al. Serviço Social e seus fundamentos: uma experiência de educação permanente em uma universidade estadual do Paraná. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 24, e 24422714, p. 1-23, 2024.
- TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. 2. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

Fundamentos do Serviço Social: a “questão social” no centro do debate

Fundamentals of Social Work: the “social question” at the center of the debate

Ana Carolina do Nascimento Rodrigues*  

Resumo: O texto tem como objetivo realizar um resgate teórico acerca da “questão social”, partindo do pressuposto de que a mesma tem um lugar central na compreensão dos fundamentos do Serviço Social sob uma abordagem histórico-ontológica. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, por meio da qual nos debruçamos sobre o que grandes estudiosos vêm debatendo sobre a “questão social”. Retomamos a essência da “questão social” compreendida a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista, passamos por algumas das características da formação sócio-histórica brasileira e sobre as configurações da “questão social” no Brasil, e ainda sobre as transformações societárias, que alteram as expressões da “questão social” na atualidade. Trazemos nossas reflexões sobre como o Estado, via políticas sociais, responde a esse fenômeno e quais as relações entre a profissão e a “questão social”. Concluímos que o pensamento marxista é o único capaz de desvelar essa dinâmica.

Palavras-chaves: Fundamentos do Serviço Social; Questão social; Serviço Social.

Abstract: This text aims to provide a theoretical overview of the "social question," assuming that it plays a central role in understanding the foundations of Social Work from a historical-ontological perspective. The methodology used was a bibliographical review, through which we delve into the debates of leading scholars on the "social question." We revisit the essence of the "social question" as understood from the General Law of Capitalist Accumulation, examine some of the characteristics of Brazil's sociohistorical formation, and explore the configurations of the "social question" in Brazil. We also explore societal transformations that are altering the expressions of the "social question" today. We present our reflections on how the State, through social policies, responds to this phenomenon and the dialectical relationships between the profession and the "social question." We conclude that Marxist thought is the only one capable of unveiling this dynamic.

Keywords: Fundamentals of Social Work; Social question; Social Work.

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ananascimento.rodrigues@estudante.ufjf.br

Introdução

Segundo Guerra e Batista (2021), a “questão social” se põe na agenda de pesquisa para o Serviço Social a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Essa novidade na direção da formação profissional representa o legado crítico do Processo de Renovação da profissão¹. Junto de outros marcos normativos importantes como a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e o Código de Ética Profissional do ano de 1993, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS expressam o amadurecimento e a consolidação do Projeto Ético-Político de vertente marxista como hegemônico no Serviço Social Brasileiro. No referido documento, a “questão social” aparece como fundamento básico para a existência do Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Entretanto, a expressão “questão social” pode possuir sentidos diversos a depender do campo teórico em que se baseia (Netto, 2001), e mesmo entre autores do campo marxista, a concepção sobre a relação entre “questão social” e Serviço Social pode apresentar diferentes pontos de vista, aparecendo “como eixo fundante da profissão, como seu objeto/matéria prima, âmbito de intervenção e/ou como uma categoria teórica explicativa” (Guerra; Batista, 2021, p. 184). Tal diversidade marca a importância e a sutileza do debate.

A obra de Iamamoto e Carvalho (2014), originalmente publicada em 1982 é um marco na produção de conhecimento na área do Serviço Social brasileiro visto que inaugura a aproximação teórica da profissão com a tradição marxista. Os autores fundamentam sua análise nas categorias explicitadas por Marx para a compreensão da sociedade capitalista e desvendam o surgimento do Serviço Social nesta sociabilidade. Ao tratarem da dinâmica da sociedade capitalista, fundamentalmente vão à exploração da classe trabalhadora pela burguesia, sem a qual não é possível explicar as relações sociais no capitalismo. Tal exploração não ocorre sem contradições e, portanto, tais relações também são marcadas pelo elemento da luta de classes,

¹ Em meados da década de 1960, impulsionado pelo Movimento de Reconceituação da América Latina, o Serviço Social brasileiro iniciou seu Processo de Renovação, que não se deu de forma homogênea, mas foi atravessado por diferentes perspectivas. Em um bloco, duas vertentes que, de forma geral, defendiam uma modernização técnica da profissão sem questionar as suas bases conservadoras e o seu reforço à manutenção da sociabilidade do capital. Em contraponto a este bloco, havia a perspectiva da Intenção de Ruptura, que trouxe o questionamento das bases teórico-práticas da profissão, a aproximação com a teoria social crítica de Marx e inserção de parte da categoria em movimentos sociais e sindicais. É na década de 1980 que a Intenção de Ruptura se fortalece na academia e começa a se expandir para a base da categoria profissional, o que só foi viável porque é nesse período que o regime ditatorial entra em decadência e é iniciado o processo de redemocratização no país. Nessas circunstâncias, o coletivo da categoria, através de suas entidades representativas, passou a repensar o projeto profissional do Serviço Social e gestou-se o chamado Projeto Ético-Político, que se relaciona com a superação da ordem do capital e para tanto, deve disseminar os valores necessários à construção de uma nova sociabilidade, como: democracia, liberdade e justiça social (Netto, 1991).

que se expressa por meio da “rebeldia”, traduzida como a organização política do proletariado. A dinâmica aqui exposta nos oferece os fundamentos para a compreensão da “questão social”, conceito que não foi elaborado por Marx, mas que expressa um movimento da realidade que só é passível de desvelamento através de sua teoria.

Santos (2010) parte da análise de Iamamoto e Carvalho (2014) para apontar uma lacuna existente na produção teórica do Serviço Social nas décadas seguintes. A tese da autora demonstrou a necessidade de aprofundar a abordagem no que se referia às particularidades históricas da formação social brasileira na constituição da nossa “questão social”.

Tendo em vista o exposto, este artigo tem como objetivo a realização de um resgate teórico acerca da “questão social”, pensando os processos sócio-históricos que a colocam como fundamento do Serviço Social. Para isto, o trabalho foi organizado da seguinte maneira: na presente *introdução*, demarcamos a relevância do debate acerca da “questão social” para o Serviço Social, situando a heterogeneidade no que se refere à utilização da expressão; no tópico intitulado *A dinâmica universal da “questão social*, apresentamos elementos históricos sobre o surgimento da expressão “questão social”, sua dinâmica universal explicitada por Marx na Lei Geral da Acumulação Capitalista; o tópico seguinte - *As novas configurações da “questão social” e seu debate na contemporaneidade* - aborda, de forma sintética, algumas características da “questão social” na realidade brasileira, tendo em vista as particularidades de nossa formação sócio-histórica e as transformações societárias operadas como respostas à crise estrutural do capital das últimas décadas e seus rebatimentos na “questão social”, assim como na disputa ideológica acerca de seu significado; o último tópico recebe o nome *As relações entre a “questão social”, política social e Serviço Social*, e pretende apontar como a “questão social” mediatizada pelas políticas sociais do Estado burguês no capitalismo monopolista cria a necessidade social para o surgimento e desenvolvimento da profissão, além de oferecermos algumas reflexões sobre estas relações na atualidade; por último, trazemos nossas *considerações finais*, onde reafirmamos a necessidade de aprofundamento teórico acerca do método materialista histórico-dialético, das particularidades sócio-históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e do trato dado à “questão social” pelo Estado, que rebate na apreensão do fenômeno pela categoria de Assistentes Sociais - que tem na “questão social” a base de justificativa para a existência da profissão.

Demarcamos aqui que não temos como objetivo esgotar o tema, que sabemos ser complexo e de extrema relevância para o Serviço Social brasileiro. Intencionamos, tão somente, apresentar uma revisão bibliográfica sobre a “questão social” articulada a algumas reflexões

sumárias que realizamos sobre sua preponderância no que se refere aos estudos dos fundamentos do Serviço Social.

A dinâmica universal da “questão social”

Segundo Netto (2001), a expressão “questão social” surgiu aproximadamente na terceira década do século XIX para dar conta de explicitar o inédito fenômeno do pauperismo, que havia se tornado evidente com os efeitos da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra ao final do século XVIII. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001, p. 42). Ainda segundo Netto (2001), a partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” ganha notoriedade no campo do pensamento conservador. Tal fato guarda relação com a Revolução de 1848 e a perda do caráter progressista da burguesia. A necessidade de conservação da ordem burguesa frente ao proletariado, que faz a passagem de classe em si à classe para si, - apresentando-se como protagonista do seu próprio projeto societário - leva a burguesia à utilização de repressão e à disseminação de sua ideologia dominante, que coloca empecilhos ao desvelamento da realidade (Guerra; Batista, 2021).

Para Guerra e Batista (2021, p. 183), “Transformaram todos os processos em uma mera abstração, e ao fazê-lo, os economistas modernos não explicitam a contradição das relações reais, mas a eternizam”. A partir disso, os intelectuais burgueses passam a pensar sociedade e economia de forma desconectada, o que impede a compreensão da relação entre o desenvolvimento capitalista e o pauperismo. Desta forma, a “questão social” é vista de forma natural, como inerente a qualquer modo de produção ou ainda como um “problema” individual, passível de ação moralizadora. Sob ambos os pontos de vista, a gênese da “questão social” é mistificada, o que contribui para a conservação da sociedade capitalista.

Neste mesmo cenário, com o proletariado organizado politicamente, a classe trabalhadora compreendeu que a “questão social” tem origem na sociedade burguesa e só pode ser extinta a partir de sua supressão. É então que o pensamento revolucionário passa a apreender o traço conservador da expressão “questão social” e a utilizá-la apenas apontando este elemento mistificador (Netto, 2001). Contudo, o que Netto (2001, p. 45) aponta é que somente em 1867 com a publicação do primeiro volume de “O Capital”, é que se alcança a compreensão teórica “do complexo de causalidades da ‘questão social’”. Tornou-se possível então, desvendar a dinâmica da “questão social” para além de sua aparência mais imediata, o pauperismo. Esse desvendamento se dá no capítulo que trata da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, na qual

Marx explicita a lógica da exploração contida na relação entre capital e trabalho como traço constitutivo do capitalismo.

Quanto ao pauperismo, Marx (2023, p. 470-471), afirma:

O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo [...] O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. [...] Quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.

Santos (2010, p. 126) resume bem este movimento exposto por Marx na seguinte passagem:

A incorporação pelos capitalistas das inovações tecnológicas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, produz um movimento simultâneo de aumento de capital constante e diminuição do capital variável, empregado na força de trabalho.

Ao revelar essa dinâmica, Marx (2023) explicita como o desenvolvimento da acumulação capitalista produz uma população trabalhadora excedente, o exército industrial de reserva. População que se torna recurso indispensável ao funcionamento do capital, uma vez que “Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada” (Marx, 2023, p. 463). Essa população supérflua - que se evidencia na aparência fenomênica do pauperismo - atua de forma a pressionar para baixo os salários dos trabalhadores ativos e manter suas precárias condições de trabalho. Entretanto,

Tão logo os trabalhadores desvendam, portanto, o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante trade’s unions etc., uma cooperação planificada entre empregados e os desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruins que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da oferta e demanda (Marx, 2023, p. 468).

Marx (2023) parte da análise histórica da realidade para demonstrar que a exploração não ocorre sob o proletariado de forma passiva, mas que ao tomar consciência desta dinâmica, a classe trabalhadora se organiza, de modo a tensionar a correlação de forças que se desenha.

Todo este movimento do real, expresso na Lei Geral da Acumulação Capitalista, serve como base universal para pensar a “questão social”, entretanto é necessário também estudar as particularidades históricas e nacionais para a análise do fenômeno (Netto, 2001).

As novas configurações da “questão social” e seu debate na contemporaneidade

Ianni (1989) é uma referência ímpar para analisarmos a “questão social”, que segundo ele “reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (Ianni, 1989, p. 145). O autor aponta a existência da “questão social” no Brasil já no período da escravidão, quando os escravizados eram expropriados do produto de seu trabalho e de si mesmos, ao que só podiam resistir através do suicídio, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombos.

Gonçalves (2018, p. 515) nos mostra que no pós-escravidão “O Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania”, o que resultou na não integração dos ex-escravizados ao proletariado que se constituía, nem mesmo enquanto exército industrial de reserva. O discurso racista que orientou esta segregação foi de que os negros não dispunham das qualidades e qualificações necessárias para o erguimento da sociedade capitalista. A política migratória patrocinada pelo Estado brasileiro é parte da estratégia de branqueamento da população. Logo, a questão racial é constitutiva da “questão social” no Brasil e uma não é suprimível sem a supressão da outra (Gonçalves, 2018).

Na emergência do estatuto do trabalho livre, coloca-se explicitamente, pelo proletariado que então se formava, a “questão social” na cena pública brasileira por meio das lutas sociais que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho. Pela via estatal, passa-se então a combinar medidas de repressão com algumas concessões reformistas, visando controlar qualquer possibilidade de revolução (Ianni, 1989). Diante desta realidade, os caminhos tomados para “tratar” a “questão social” passam por naturalização, ações no âmbito da assistência social estatal, pedagogia do trabalho² e criminalização (Ianni, 1989). Caminhos estes que se combinam ao longo da história e que, em última instância, são funcionais à lógica burguesa.

² “Para muitos, a questão social diz respeito ao trabalho produtivo exigido pela economia de mercado, à reprodução progressivamente diversificada de capital. Desde o declínio do regime escravista, começou a redefinição do trabalho, como necessário e produtivo, no sentido de produzir mercadoria e lucro, de ser indispensável à vida do indivíduo e da sociedade. [...] Além dos governantes e dos porta-vozes dos setores dominantes, vários intelectuais dedicam-se a fazer apologia ao trabalho. Os novos tempos exigem a pregação sobre o trabalho, como atividade dignificante. Trata-se de combater a preguiça, a leiseira, tristeza, luxúria” (Ianni, 1989, p. 152).

Vejam os debates em seu entorno e as respostas oferecidas corroboram com tais caminhos.

Iamamoto (2014) faz um resgate das determinações históricas que redimensionam a “questão social” na contemporaneidade e para isso analisa a mundialização e financeirização da economia³. Segundo a autora:

O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho - as classes trabalhadoras e suas lutas -, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas [...] sofrem uma ampla regressão na prevalência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. Em outros termos, tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação (Iamamoto, 2014, p. 107).

A mundialização e financeirização da economia ocorrem através da fusão entre instituições financeiras e industriais, que passam a centralizar a acumulação de capital. O que a autora denomina como capital fetiche é a ideia que a esfera das finanças é capaz de criar lucro, o qual não existe sem a extração de mais-valia. Essa dominação das finanças só é possível com o suporte dos Estados nacionais, que asseguram as condições necessárias para a exploração dos países centrais sobre os de capitalismo periférico. Segundo Iamamoto (2014, p. 111),

O capital internacionalizado produz a concentração de riqueza, em um pólo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a *questão social*.

Essa dinâmica explica o aumento do desemprego crônico, o aprofundamento da precarização e da flexibilização das condições e relações de trabalho e o sucateamento das políticas sociais (Iamamoto, 2014).

O fio condutor proposto por Iamamoto (2014) é de que o processo de financeirização e mundialização da economia está no centro de processos que vêm sendo tratados de forma autônoma, como: a contrarreforma do Estado, a reestruturação produtiva, a “questão social”, a ideologia neoliberal e o pensamento pós-moderno. Para ela, é fundamental apontar tais conexões, inclusive para clarificar o entendimento de que esse momento do capitalismo traz novidades que redimensionam a “questão social”, trazendo novas configurações, mas não alteram sua estrutura. Dessa forma, entende que não é possível falar em uma “nova questão social” ou “questões sociais” autônomas entre si. Reafirma que a gênese da “questão social” está na dinâmica exposta na Lei Geral da Acumulação Capitalista. Embora reconheça as

³ Não seria possível, nos limites deste artigo, descrever todo esse complexo processo, que aparece de forma aprofundada na obra de Iamamoto (2014, p. 116-118).

transformações econômicas, regionais e culturais das últimas décadas que produzem alterações na forma da “questão social”, é categórica na compreensão de que elas não alteram seu conteúdo.

Na contramão do que explicita Iamamoto (2014) acerca das transformações societárias acima descritas, está o debate francês sobre a “questão social” - largamente incorporado no discurso institucional brasileiro -, representado por Castel (1998) e Rosanvallon (1998). Castel (1998) interpreta a “nova questão social” a partir do enfraquecimento da condição salarial advinda da “perda da centralidade do trabalho”, que ele concebe como fundamento da cidadania. Ao tratar da precarização do emprego e do desemprego, Castel (1998), aponta a existência dos supranumerários e compreende a partir do pensamento de Durkheim, que estes estão desintegrados da sociedade, cabendo ao Estado o papel de fiador da “coesão social” via políticas sociais.

Para Rosanvallon (1998, p. 23), “Os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem. Assim surgiu uma “nova questão social”, fenômeno que também teria na “coesão social”, via Estado, a sua resposta. Isso demarca que sua análise também se encontra no campo teórico do positivismo. Aponta a “inserção social” pela via do trabalho como um direito que deveria prevalecer em detrimento de um direito à renda. Além disso, argumenta sobre a necessidade de condicionalidades para aqueles que recebem assistência social estatal. Através dessa lógica defende a não remuneração da exclusão. Em suma, concebe a crise do Estado Providência⁴ como uma crise de valores. A solidariedade, enquanto um valor, seria uma forma de compensar as “desigualdades naturais” através da distribuição.

Não é nosso objetivo nos aprofundarmos nos escritos de Castel (1998) e Rosanvallon (1998) sobre a “questão social”, apenas trouxemos os principais pontos de suas análises para demarcar que ainda hoje existem disputas em campos teóricos divergentes sobre o significado da expressão “questão social”. Isto não é secundário, uma vez que o pensamento dos referidos autores penetra nas políticas sociais brasileiras, em especial na política de Assistência Social. Sem a pretensão de simplificar o debate dos autores ou de igualá-los, o que podemos apreender é que ambos analisam a sociedade a partir da teoria social de Durkheim, o positivismo. Não

⁴ Apresentamos um trecho do prefácio escrito por Lúcio Alcântara na edição brasileira do livro “A Nova Questão Social” (Rosanvallon, 1998) onde ele traz as palavras do próprio Rosanvallon para explicar a relação entre o Estado Providência e a social-democracia “Baseia-se na ideia de compromisso social, ligando o Estado, o patronato (o capital) e os sindicatos (a classe operária). A classe operária aceita não contestar as relações de produção (a propriedade privada) em troca de um Estado social redistributivo e da existência de um sistema ativo de negociações sociais” (Rosanvallon, 1998, p. 12).

possuem como objetivo trazer reflexões que possam contribuir com a ultrapassagem do modo de produção capitalista. Ao contrário, propõem ações nesta que entendem ser a sociedade possível, contribuindo para a sua conservação. Ao falarem em “nova questão social”, compreendem que as transformações ocorridas no mundo do trabalho criam um novo “fato social”. Não compreendem que a dinâmica exposta por Marx na Lei Geral da Acumulação Capitalista se reatualiza em novos cenários e momentos, mas não perde sua essência.

Santos (2010) traz uma crítica importante sobre a incorporação do debate francês para pensar a “questão social” no Brasil, afirmando que tal incorporação desconsidera as particularidades do capitalismo brasileiro. Como exemplo, a autora aborda o debate de Castel (1998) sobre o fim da sociedade salarial, modelo que nunca chegou a ocorrer no Brasil. A autora propõe uma análise sobre as particularidades da “questão social” no Brasil sob a ótica do desemprego, tendo em vista “a centralidade do trabalho como elemento fundante da sociabilidade” (Santos, 2010, p. 130). Para isto caracteriza alguns fenômenos da formação sócio-histórica brasileira.

Um destes fenômenos é o caráter conservador da modernização capitalista no Brasil, como exemplo, Santos (2010) cita o latifúndio, que tem sua origem no Brasil Colônia, mas acaba sendo refuncionalizado dentro da dinâmica capitalista brasileira. Nas palavras da autora:

Por mais que o desenvolvimento capitalista posteriormente operado no país tenha possibilitado o ingresso na fase de industrialização pesada, o mesmo não implicou qualquer alteração significativa em relação à estrutura fundiária. Seus impactos podem ser observados na transformação na base produtiva da agricultura brasileira, pautada por processos de modernização que, incentivados pelos fortes mecanismos creditícios públicos, disponíveis aos grandes proprietários, consolidaram, com base no latifúndio, as chamadas agroindústrias. [...] A modernização do agronegócio se faz, no entanto, sob a mesma base sócio-política (a grande propriedade territorial) e com a mesma debilidade da modernização industrial (importando tecnologia e insumos), o que caracteriza, na atualidade uma espécie de “volta ao passado” (Santos, 2010, p. 133).

Outro aspecto abordado por Santos (2010) acerca do caráter conservador da modernização capitalista no Brasil é a dependência de países partícipes da “rota de transferência de tecnologia e dos acordos de cooperação tecnológica” (Santos, 2010, p. 135), da qual o país não faz parte. Aponta ainda, a clássica exclusão das camadas populares nos processos de decisão política do país, conforme também aparece em Ianni (1989). A estratégia se dá pela “antecipação das classes dominantes aos movimentos reais ou potenciais das classes subalternas” (Santos, 2010, p. 136). Conectado a isto está o papel do Estado brasileiro, imbuído de interesses burgueses, que atua “no sentido de garantir as condições para o elevadíssimo grau

de exploração da força de trabalho” (Santos, 2010, p. 138), mas também na garantia de subsídios em todas as fases de desenvolvimento até a consolidação do capitalismo monopolista.

Um elemento primordial na análise de Santos (2010) é que a precarização do trabalho e o desemprego não são problemáticas que surgem no Brasil com a entrada do modelo de acumulação flexível, como resposta à crise do capitalismo mundial. Para a autora:

Se a flexibilidade e precariedade costumam aparecer ligadas à fase de acumulação flexível do capital, no Brasil, não se pode considerá-las sem que sejam, antes, situadas como características do “fordismo à brasileira”: o desemprego enquanto expressão da “questão social” adquire o caráter de desemprego estrutural na economia brasileira desde que o capitalismo retardatário completa seu ciclo, no auge da “industrialização pesada” (Santos, 2010, p. 145).

Dito isto, Santos (2010) não nega que acumulação flexível, neoliberalismo e financeirização tenham rebatimentos importantes nas demandas relacionadas à “questão social” no Brasil e no desemprego, enquanto expressão da “questão social”. O que chama a atenção em sua análise é para que não se caia na superficialidade de considerar a realidade dos países centrais como universal, ignorando as mediações referentes às particularidades do desenvolvimento do capitalismo em nossas terras e, por conseguinte, da “questão social” no Brasil. Todavia, defende que “se manifesta na atualidade uma extensão e aprofundamento da flexibilidade estrutural do mercado de trabalho, estendendo-a a outros aspectos além da flexibilidade quantitativa dos empregos, expressa na alta rotatividade da mão-de-obra” (Santos, 2010, p. 146).

Segundo Iamamoto (2014, p. 123):

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do “círculo da civilização”, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que lhes restam, na ótica oficial, são a “violência e a solidariedade”.

Diante desta conjuntura, Pereira (2001) traz uma provocação importante sobre o uso da expressão “questão social” na atualidade. A autora problematiza que tem sido comum tomar a “questão social” como a contradição entre capital e trabalho, desconsiderando a luta de classes enquanto um de seus elementos constitutivos. Sua tese é de que na contemporaneidade, a classe trabalhadora não vem dispondo das condições necessárias para explicitar politicamente os “problemas” pulverizados que enfrenta como uma questão que possui uma raiz comum. Aponta ainda que da forma fragmentada como se apresentam, tais reivindicações não são suficientes para pôr em xeque a ordem burguesa na direção de um projeto contra-hegemônico.

Portanto, por falta de forças sociais com efetivo poder de pressão para fazer

incorporar na agenda pública problemas sociais ingentes, com vista ao seu decisivo enfrentamento, entendo que temos pela frente não propriamente uma “questão social” explícita, mas uma incômoda e complicada “questão social” latente, cuja explicitação acaba por tornar-se o principal desafio das forças progressistas (Pereira, 2001, p. 52).

No próximo item, traremos os elos que se formam entre a “questão social”, política social e Serviço Social no surgimento da profissão e na conjuntura ora explicitada.

As relações entre a “questão social”, política social e Serviço Social

Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83-84),

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento pelo Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Tal conceituação é necessária para compreender porque os autores afirmam ser a “questão social” a base de justificação para o Serviço Social. É por meio das políticas sociais que são criadas pelo Estado no capitalismo monopolista como respostas às expressões da questão social que surge a necessidade de profissionais especializados para atuar nelas, entre os quais, Assistentes Sociais. Desta forma, Iamamoto e Carvalho (2014) pontuam que o surgimento e desenvolvimento da profissão é mediatizado pelas políticas sociais estatais e serviços sociais ofertados pela classe dominante, nos quais Assistentes Sociais se inserem enquanto trabalhadores assalariados. Guerra (2004, p. 26-27), afirma que

a ontologia de Marx permite consubstanciar a compreensão da profissão como produto histórico e, como tal, auto-implicado no processo histórico. É história social, resultado da ação dos homens na produção e reprodução da sua vida material e espiritual, tendo no trabalho a forma primária de manifestação da vida, que funda o chão no qual a profissão irá se desenvolver.

Para Netto (1996, p. 22) este chão é sedimentado a partir da fase monopolista do capitalismo em que “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem”. Logo, as políticas sociais no capitalismo monopolista não nascem isentas de contradições, ao mesmo tempo em que são o resultado da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, também são uma estratégia do Estado e da burguesia para atuar no controle do proletariado, pois contribuem para a reprodução material e ideológica da força de trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2014). Uma vez

que o Serviço Social se institucionaliza principalmente neste espaço, essa contradição também marca a profissão.

A intervenção estatal sobre a “questão social” via políticas sociais ocorre de forma fragmentada e parcializada, pois esta é a única forma possível do Estado burguês oferecer respostas à “questão social” sem colocar em risco a ordem burguesa (Netto, 1996). Desvendar que as mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora têm origem em um único fenômeno, a “questão social”, seria assumir a exploração do trabalho pelo capital. Ao dar respostas parcializadas, ocultando a gênese da “questão social”, o Estado burguês atende a algumas reivindicações da classe trabalhadora na direção da produção de consenso. Além disso, garante que os trabalhadores ativos e o exército de reserva se mantenham vivos e operando em condições favoráveis à dinâmica capitalista.

No que tange ao Serviço Social e sua relação com a “questão social”, Pereira (2001, p. 58) sugere que apesar de ser este “o foco privilegiado de interesse científico e político” da profissão, o conceito não está suficientemente claro para a categoria. Tal constatação apresenta um problema fundamental para o Serviço Social brasileiro, a quem a autora faz a provocação de somar-se a outras profissões de conteúdo social para contribuir com a desnaturalização da “questão social”, que “pela sua natureza (como expressão) não possui poder explicativo” (Guerra; Batista, 2021, p. 185). Sem a explicitação da dinâmica - em que o proletariado seja protagonista na construção de um projeto societário que leve à supressão da “questão social” - que se esconde atrás dessa expressão, a utilização indiscriminada do termo serve apenas à conservação da ordem do capital.

Gonçalves (2018) traz um dado fundamental para a qualificação do debate sobre a “questão social” no Brasil pelo Serviço Social. Afirma a adesão da profissão, em seu surgimento, às políticas sociais eugenistas e higienistas do Estado brasileiro à época, movimento que demarca a vinculação às ideias da classe dominante. A autora aponta que a herança do período escravocrata, que esteve presente no início da profissão, se mantém na atualidade por meio da naturalização da miséria, segundo ela “Suspeita-se da índole dos(as) trabalhadores(as) negros(as) e não das desigualdades de classes” (Gonçalves, 2018, p. 520). Com isso, a autora explicita que a questão racial é nuclear para a compreensão da “questão social” no Brasil e que o Serviço Social brasileiro não pode se furtar dessa compreensão e da contribuição para o tensionamento da correlação de forças onde dominam os grandes sistemas de opressão: capitalismo e racismo.

Guerra (2018) revela tendências a serem enfrentadas no ensino em Serviço Social para a formação de Assistentes Sociais verdadeiramente críticos, cientes de qual dinâmica a

expressão “questão social” designa - enquanto base de fundação da profissão - e, principalmente, aptos a intervir na realidade com o objetivo de alterá-la. Uma das tendências apontadas pela autora é o teorismo, que representa a inclinação de compreender que a apropriação do referencial teórico marxista (por si só) seria suficiente para formar Assistentes Sociais dotados de competência técnica para produzir respostas críticas e qualificadas frente às requisições institucionais. Segundo Guerra (2018, p. 31), “O teorismo é parte de uma apropriação idealista do real” e segue apontando que sob esta lógica, os conceitos são abstraídos de sua constituição ontológica, não captando as mediações estruturais.

Consideramos fundamental trazer uma associação entre a tendência ao teorismo apontada por Guerra (2018) e a adesão formal de Assistentes Sociais à utilização do termo “expressões da questão social” para definir o objeto de intervenção da profissão. Neste caso, podemos supor com base em Pereira (2001), que a “questão social” se tornou um jargão profissional que vem sendo utilizado indiscriminadamente e desconstituído de suas determinações histórico-ontológicas. O caminho anunciado por Guerra (2018, p. 32) para fazer frente a este movimento está em “que os docentes demonstrem claramente os nexos internos, intrínsecos entre tais categorias ontológicas da sociedade burguesa e a existência da profissão”. Este caminho contribui ainda, segundo Guerra (2018), para qualificar as respostas profissionais para além dos “manuais” elaborados no âmbito das políticas sociais que, por possuírem a natureza conservadora que já sinalizamos, servem a objetivos estranhos aos do Projeto Ético-Político hegemônico na profissão.

Há ainda em Guerra (2018), reflexões sobre o tratamento da história na formação em Serviço Social, que pela própria lógica da periodização, pode ser abordada de uma forma etapista, em detrimento da concepção de história a partir do materialismo histórico-dialético. Por meio desta última:

A história da sociedade é mobilizada pelas classes sociais. A luta de classes como motor da história põe e repõe a necessidade da profissão e os dilemas nos quais atua. Seguramente, não se explica a profissão nem muitas de suas características sem a problematização do projeto de modernização conservadora, de sua cultura política autoritária, corporativa e de suas instituições. A heteronomia e as práticas antidemocráticas são marcas de uma sociedade na qual se valoriza as práticas de favor, o clientelismo, os casuísmos, os fisiologismos. É preciso entender como essas práticas da nossa cultura atravessam e entretecem o Estado, caracterizado pelo seu patrimonialismo, e as instituições que o representam; como as políticas sociais são criadas na lógica da coerção e da busca do consenso identificando as requisições institucionais daí derivadas; como a profissão vem reagindo e resistindo a essas investidas na conformação do seu modo de ser e de responder à realidade (Guerra, 2018, p. 35).

Desta forma, a autora coloca que a concepção de história como processo de avanços e retrocessos torna possível compreender que o conservadorismo, que marca o surgimento da profissão, não é algo superado, mas que se reatualiza e se refuncionaliza sob novas roupagens (Guerra, 2018). Aqui podemos citar como exemplo: a visão higienista criticada por Gonçalves (2018), que ainda ressoa no cotidiano de Assistentes Sociais ao atuar junto à população negra, pobre e periférica; a adesão de parcela da categoria, sob a influência das políticas sociais (em especial a de Assistência Social), ao debate francês da “questão social”, que tem na integração e na coesão social a resposta para o fenômeno, culminando na incorporação ao discurso profissional dos conceitos de risco, vulnerabilidade social e fortalecimento de vínculos sem a devida problematização de qual campo teórico denotam e a qual projeto de sociedade fortalecem.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho nos propusemos a olhar para a “questão social”, sua natureza, determinações histórico-nacionais, disputas teóricas e sua relação com o Serviço Social mediatizada pelas políticas sociais. Essas são apenas algumas de suas facetas. Independente de compreender se a “questão social” trata-se do objeto de intervenção do Serviço Social, ou de seu fundamento, ou ainda do interesse teórico-científico da profissão, o que se apresenta como inequívoco é que este fenômeno e todo o processo que ele desencadeia numa fase específica do capitalismo criam a necessidade e, por isso, a condição para a existência do Serviço Social. Essa relação só é clarificada pelas lentes da teoria social marxista.

Concordamos com Guerra (2004, p. 27) ainda quanto a sua abordagem histórico-ontológica dos fundamentos do Serviço Social. Para a autora, os fundamentos versam sobre o que funda a profissão. Afirma que “a concepção dialética da história entendida como um processo de continuidades e rupturas tem uma substância, um núcleo, que permanece”. Logo, podemos depreender que a base de justificativa para o surgimento da profissão e seu desenvolvimento permanece a mesma ao longo dos anos – a “questão social” e todo o processo político que o fenômeno desencadeia no estágio monopolista do capitalismo, que exige respostas via políticas sociais estatais.

Entretanto, é necessário captar as mediações particulares de como a “questão social” se desenvolveu na realidade brasileira, quais as características da nossa formação social lhe oferecem diferentes contornos, como o Estado a responde via políticas sociais e como Assistentes Sociais se inserem no bojo dessas respostas. Questões que obviamente se alteram com as transformações vivenciadas pelo capitalismo, nas ofensivas que produz para sua

conservação. Concordamos com Guerra (2018, p. 29) que a formação em Serviço Social deve “fornecer os fundamentos para uma intervenção qualificada que expresse os fundamentos nos quais se subsidia e que seja capaz de produzir conhecimentos relevantes do ponto de vista social, dentro de um projeto de ruptura”. Neste sentido, o esforço produzido aqui se deu no sentido de reunir elementos para reflexão sobre a “questão social” como ponto fulcral para o Serviço Social, que esperamos contribuir para suscitar ainda mais o debate.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálysis*. Florianópolis. v. 21. nº 3. p. 514-522. set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2024.
- GUERRA, Y. A Força Histórico-Ontológica e Crítico-Analítica dos Fundamentos. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.
- GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA et al. (Org.). *Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. p.25-46. Campinas: Papel Social, 2018.
- GUERRA, Y; BATISTA, A. A expressão “questão social” em questão: um debate necessário ao Serviço Social. *Revista Temporalis*. Ano 21, nº 42. p.173-187. jul/dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36507/24533>. Acesso em: 31 de outubro de 2024.
- IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IANNI, O. A questão social. *Revista USP*. São Paulo. nº 3. p. 145-154. Setembro, Outubro e Novembro/1989.
- MARX, K; *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I - O Processo de Acumulação do Capital. 3ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2023.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. *Revista Temporalis*. Brasília, ano 2, nº3, p.41-50, jan./jul. 2001.
- PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. *Revista Temporalis*. Brasília, ano 2, nº3, p.41-50, jan./jul. 2001.
- ROSANVALLON, P. *A Nova Questão Social: Repensando o Estado Providência*. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasil: Elementos para o debate. *Revista Temas e Matizes*. v. 9, n. 17, p.125–150. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4707>. Acesso em: 23 nov. 2024.

Trabalho Social – uma definição em disputa: breve revisão do debate de lutas e resistências

Social Work – a disputed definition: conflicts and resistance in debate

Débora Holanda Leite Menezes*  
Camila Andrade Moura Cardoso** 
Jullie Doria Freitas***  

Resumo: Este artigo realiza uma crítica à definição mundial do Trabalho Social formulada pela FITS em 2000, destacando suas limitações teóricas, políticas e práticas no contexto da atuação profissional. Utiliza-se o materialismo histórico-dialético como método, com revisão bibliográfica e documental. A partir de um resgate histórico e da análise das propostas do CFESS e do workshop brasileiro sobre o Serviço Social, discute-se a necessidade de incorporação de conhecimentos teóricos sólidos, a superação do conservadorismo e a valorização do caráter ético-político da profissão. O texto enfatiza que a prática profissional deve transcender o individualismo, promovendo a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, em consonância com as especificidades culturais, políticas e socioeconômicas de cada país. Por fim, ressalta-se a urgência de revisar a definição continuamente para fortalecer a identidade, a superação do conservadorismo e o projeto político do Serviço Social no cenário mundial.

Palavras-chaves: Trabalho Social; Serviço Social; FITS.

Abstract: This article presents a critique of the global definition of Social Work formulated by IFSW in 2000, highlighting its theoretical, political, and practical limitations within the context of professional practice. The study employs historical-dialectical materialism as its methodological approach, based on bibliographic and documentary review. Through a historical overview and analysis of the proposals by CFESS and the Brazilian workshop on Social Work, the article discusses the need to incorporate solid theoretical knowledge, overcome conservatism, and reinforce the ethical-political character of the profession. It emphasizes that professional practice must transcend individualism, promoting the unwavering defense of human and social rights in accordance with the cultural, political, and socioeconomic specificities of each country. Finally, it underscores the urgency of revising the current definition in order to strengthen the profession's identity, overcome conservatism, and advance the political project of Social Work on the global stage.

Keywords: Social Work; FITS.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: debyholandauftj@gmail.com

** Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: camilaandradecardoso19@gmail.com

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: julliedoria@gmail.com

Introdução

O Serviço Social é uma profissão que atua diretamente na interface das complexas relações sociais, políticas, econômicas e culturais que estruturam as sociedades contemporâneas. No Brasil, a sua prática profissional não se restringe a intervenções pontuais, mas se insere em um projeto ético-político que visa a transformação das condições sociais e a promoção da justiça social, da dignidade humana e dos direitos universais.

Em vista disso, a pesquisa adota o materialismo histórico-dialético como fundamento teórico-metodológico, pois essa proposta nos permite compreender a realidade social como um processo histórico em constante metamorfose, marcado por contradições e mediações. Essa perspectiva possibilita uma análise crítica e totalizante do objeto de estudo, superando visões fragmentadas e imediatistas. Metodologicamente, recorre-se à revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de identificar, analisar e comparar as produções teóricas e registros de instituições como o Conselho Regional de Serviço Social (CFESS) e a Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais (FITS), de forma a contribuir para a compreensão do fenômeno investigado em sua historicidade e inserção nas relações sociais mais amplas.

No cenário internacional, a definição e conceituação do Trabalho Social têm sido objeto de múltiplos debates, revelando a diversidade e a pluralidade das práticas profissionais, assim como as dificuldades para se estabelecer uma definição que abarque as especificidades locais e regionais de maneira adequada. Esse contexto evidencia a importância de refletir criticamente sobre os fundamentos teóricos e políticos que sustentam as definições oficiais, especialmente aquelas produzidas por organismos internacionais como a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS).

Destarte, este artigo parte do pressuposto de que a definição do Serviço Social ou Trabalho Social dos anos 2000, proposta pela FITS, incorpora orientações conservadoras que limitam a compreensão crítica da profissão. A análise aqui apresentada se fundamenta na interpretação histórica de José Paulo Netto (1999) e Marilda Villela Iamamoto (1999), que destacam a construção do Serviço Social como prática social situada em contextos históricos e políticos específicos, marcada por disputas ideológicas e pela busca de legitimação profissional. Ao adotar essa perspectiva, torna-se possível compreender a necessidade de problematizar conceitos que, ainda que formalmente reconhecidos, reproduzem ecletismos teórico-políticos e fragilizam o compromisso emancipatório da profissão.

A definição mundial de Trabalho Social, elaborada pela FITS em 2000, foi amplamente discutida e contestada por diversas correntes profissionais, em especial pelos países da América Latina. Essa definição, apesar de representar uma tentativa de unificação conceitual,

apresentava limitações significativas, sobretudo no que diz respeito à sua dimensão teórica, à compreensão da prática profissional e à perspectiva ética que orienta a profissão nos países latino-americanos. Muitos apontam que essa formulação da FITS incorreu em equívocos ao enfatizar uma abordagem holística que se traduz em práticas predominantemente individualistas e psicossociais, e ao mesclar aspectos conservadores com tentativas ecléticas de superação, resultando em uma definição ambígua e, por vezes, contraditória. Além disso, a manutenção dessa definição sem revisões adequadas contribui para a perpetuação de concepções distorcidas e dificulta o fortalecimento do Serviço Social enquanto campo de conhecimento crítico e interventivo.

Diante dessas controvérsias, o Brasil, por meio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e de *workshops* específicos, esteve desenvolvendo propostas alternativas que reafirmaram o compromisso ético-político da profissão, valorizando a análise crítica do processo histórico, o enfoque na totalidade das relações sociais e a transformação estrutural das desigualdades e injustiças. Essas proposições destacam a importância de um domínio teórico-metodológico consistente, da defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, e da atuação articulada com as políticas públicas e movimentos sociais. Assim, a reflexão acerca da definição mundial do Trabalho Social e a busca por sua redefinição se apresentam como um passo fundamental para a consolidação de um projeto profissional que dialogue com as realidades específicas de cada país, respeitando suas particularidades e promovendo a emancipação social a partir de uma práxis social crítica e comprometida.

A definição de Serviço Social no Brasil: das protoformas à emergência e consolidação da profissão

A definição de Serviço Social no Brasil não surgiu de forma linear ou pacífica, tampouco descolada de disputas ideológicas e políticas de um determinado período histórico. Pelo contrário, trata-se de uma construção histórica profundamente marcada por contradições, influências conservadoras e processos de ruptura e resistência. Das protoformas¹ da caridade e filantropia, de sua emergência até a consolidação do seu projeto ético-político crítico, o Serviço Social brasileiro trilhou um caminho que ainda hoje carrega marcas dessa disputa por identidade e legitimidade profissional.

¹ Para Netto (2009), as protoformas do Serviço Social são intervenções sociais anteriores ao surgimento da profissão, comumente de caráter assistencialista, com viés caritativo e na perspectiva da ajuda e da filantropia. De todo modo, não será a continuidade evolutiva dessas práticas que explicaria o surgimento da profissão de Serviço Social, mas sim a ruptura com essas práticas em um contexto da necessidade de criação de um profissional para gerar respostas às expressões da questão social. Nesse contexto, surge o profissional assistente social no interior da lógica da divisão social e técnica do trabalho no contexto do capitalismo monopolista.

Historicamente, o Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, no processo de constituição e consolidação do Estado burguês e da ordem social condicionada ao capitalismo monopolista. Nesse início, a profissão será vinculada ao processo de restauração do catolicismo no Brasil, com as primeiras escolas de Serviço Social criadas sob a orientação da ação católica. Além da influência do catolicismo social europeu, que desde a encíclica *Rerum Novarum* de 1891, buscava promover uma intervenção moral e religiosa diante da Questão Social. Como destaca Ana Maria Ramos Estevão (1999), o imaginário popular consolidou a figura do assistente social como “aquela moça boazinha que o governo paga para ter dó dos pobres”. Essa concepção reforçava um papel assistencialista, tutelar e moralizante, baseado na ajuda individualizada aos “necessitados”, descolada da análise crítica das estruturas que produzem a pobreza.

Esse perfil advém de um período que antecede a consolidação do Serviço Social enquanto profissão voltada às intervenções sociais. Nessa fase embrionária ou pré-profissional, as práticas sociais assumiam um caráter essencialmente caritativo e assistencialista, orientadas por uma lógica moral e religiosa de ajuda ao “próximo”. Apesar de todo o processo histórico de ruptura, crítica e superação dessas bases, sobretudo com a contribuição do movimento de reconceitualização a partir do final da década de 1960, e a consolidação do Serviço Social como uma profissão de caráter interventivo, crítico e eticamente comprometido, tal representação inicial permanece, até os dias atuais, como uma retórica recorrente e amplamente reproduzida no senso comum.

Iamamoto (1982) também aponta que o Serviço Social, nesse período inicial, desempenhava um papel funcional à manutenção da ordem social capitalista, agindo como mediador entre o Estado e os segmentos sociais em situação de vulnerabilidade, sem, no entanto, questionar as causas estruturais da desigualdade. A atuação profissional era guiada por valores religiosos e por uma concepção moral da pobreza, e o foco recaía sobre o comportamento dos indivíduos, reforçando o caráter psicologizante e normativo da intervenção social.

Nas décadas de 1940 a 1960, o processo de institucionalização do Serviço Social avança, com a criação de escolas de formação e a incorporação da profissão ao aparelho estatal. Esse vínculo institucional permitiu certo reconhecimento jurídico e funcional, mas também reforçou a dimensão conservadora do exercício profissional, atrelado à lógica da adaptação dos sujeitos à ordem vigente, principalmente através de ações de cunho moral e disciplinador.

Nesse período, segundo Iamamoto (2004), a profissão consolidou seu papel na gestão da “questão social”, compreendida ainda de forma fragmentada, atuando nas políticas públicas

com enfoque na resolução imediata dos “problemas” sociais, sem romper com o modelo liberal de compreensão da sociedade.

A partir do final da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980, com a crise do regime militar e o processo de redemocratização, emergem movimentos dentro da categoria profissional que propõem uma ruptura com o conservadorismo e uma reorientação do Serviço Social com base em fundamentos marxistas. Nesse contexto, ganha força o chamado projeto ético-político profissional, que passa a articular o Serviço Social com os interesses das classes trabalhadoras.

José Paulo Netto (2022) foi um dos principais intelectuais que contribuíram para a consolidação desse projeto. Para ele, o Serviço Social deve se entender como uma profissão que atua nas expressões da questão social, ou seja, nas contradições sociais resultantes da dinâmica capitalista de produção e reprodução da vida. O assistente social, portanto, não busca “resolver problemas”, mas sim contribuir com processos de organização popular, defesa de direitos e transformação das condições sociais que produzem a desigualdade.

Essa concepção é incorporada de forma paradigmática no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), que rompe com a lógica tutelar e afirma princípios como: “a defesa intransigente dos direitos humanos”, “a ampliação da cidadania” e “o posicionamento a favor da equidade e justiça social” (CFESS, 2011). Em termos legais, a Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão, também reforça o papel do assistente social como profissional comprometido com a construção de políticas públicas, formulação de estratégias de enfrentamento da desigualdade social e mediação das demandas da população usuária junto ao Estado.

Mesmo após a regulamentação legal e ética da profissão, a definição de Serviço Social no Brasil permanece em disputa. Isso se deve ao fato de que a prática profissional se realiza em um contexto contraditório: enquanto o projeto ético-político aponta para a emancipação humana e para a construção de uma nova ordem societária, a realidade concreta impõe limites, como o desmonte das políticas públicas, a precarização do trabalho e a crescente demanda por respostas imediatas às necessidades sociais.

Iamamoto (2008) alerta que o Serviço Social se realiza como especialização do trabalho no interior da divisão social do trabalho no capitalismo, e, portanto, está sujeito às suas determinações históricas. No entanto, isso não significa uma adesão acrítica às suas funções, mas a possibilidade de tensioná-las, redefini-las e resistir às tendências conservadoras, inclusive aquelas que reaparecem travestidas de “novas práticas”, como a psicologização da intervenção social.

Assim, o Serviço Social brasileiro carrega uma trajetória marcada por rupturas e permanências. A disputa pela definição da profissão reflete, na verdade, a disputa por projetos de sociedade. E é justamente esse aspecto que entra em choque com definições simplificadoras, como a proposta elaborada pela Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS), que será analisada no tópico seguinte.

Uma pauta baseada na FITS: definição mundial de Trabalho Social e suas repercussões

É ponto pacífico para a corrente crítica, atualmente hegemônica no Serviço Social brasileiro, que existe um problema teórico, político e ético com a definição de Trabalho Social² estabelecida pela FITS nos anos 2000. Há cerca de 25 anos, foi formulada em assembleia realizada em Montreal, no Canadá, uma definição que perdurou por mais de uma década, até a sua modificação ocorrida no ano de 2014. Evidencia-se que essa definição foi pouco debatida democraticamente e não contemplava o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, assim como deixava às margens a compreensão de Trabalho Social estabelecida por outros países da América Latina.

O conservadorismo arraigado na definição deliberada por esta assembleia fortalecia uma regressão na compreensão mundial do que realmente é o Serviço Social. Há 11 anos, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) já apontava os perigos e as inconsistências encontradas na atual definição em seu artigo na revista “Serviço Social e Sociedade” na edição de número 108, publicado em 2011, denominado como “A definição de Trabalho Social da FITS: Por que revisar?”.

O documento apontava as dificuldades de se condensar uma definição que contemplasse os amplos aspectos e as contradições vivenciadas pelo Serviço Social ao longo do mundo. O CFESS neste artigo defendeu a impossibilidade e o fato de não ser necessária uma definição mundial, com riscos de se cair em uma produção simplista, extremamente genérica e na pior das hipóteses eclética, ideo-política e teoricamente. Defendeu-se a exclusão da atual definição, contudo compreendendo que era uma luta “vencida”, propôs-se a sua alteração, em conjunto com outras instâncias do Serviço Social, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

² Cabe destacar que este artigo não tem como objetivo central aprofundar as distinções conceituais entre as expressões “trabalho social” e “Serviço Social”. Embora reconheçamos que tais termos possam assumir significados diversos em determinados contextos teóricos e nacionais, optamos, neste estudo, por utilizar a expressão “trabalho social” como equivalente a “Serviço Social”. Essa escolha se justifica pela predominância dessa terminologia nos documentos e debates da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS), bem como por sua ampla adoção nos países latino-americanos, onde a profissão é, em grande medida, reconhecida e representada por essa designação. Nossa ênfase, portanto, recai sobre as aproximações e convergências, e não sobre as divergências terminológicas.

em Serviço Social (ABEPSS), para a assembleia da FITS que aconteceria em Estocolmo na Suécia, entre 08 a 12 de julho de 2012.

No entanto, apesar do empenho e movimentação efetivados pelas instâncias mais significativas do Serviço Social brasileiro, a definição só sofreu alterações após 14 anos, e ainda assim, foram encontradas escassas produções disponíveis a respeito da assembleia realizada em Estocolmo e a respeito de como se desdobrou a questão referente à definição mundial de Trabalho Social. O único documento encontrado foi um relatório anual de gestão de 2011 a 2014 elaborado pelo CFESS, em que no tópico 5.2.3 desdobra-se a respeito da participação na FITS, informando que a nova definição de Serviço Social foi aprovada em Melbourne na Austrália no dia 06 de julho de 2014 durante a Assembléia Geral da FITS. Essa nova definição encontra-se disponível no site da FITS³ com suas respectivas traduções.

[...] O investimento realizado pelo Conjunto CFESS/CRESS nesse tema e a realização do Workshop em 2012 no Rio de Janeiro, permitiu que as organizações latino-americanas e caribenhas pudessem propor e aprovar uma definição de Serviço Social de consenso entre organizações da região. O texto aprovado em 2012 integra o estatuto do COLACATS, aprovado em 2013 e composto por 12 países. O maior saldo do processo de disputa em torno da definição de Serviço Social desde 2000 foi que, ao provocar o debate internacional, fortalecemos o debate regional. A nova definição aprovada pela FITS permite que cada região construa sua interpretação, legitimando o processo construído na América Latina e Caribe [...] (CFESS, 2015, p. 81).

Diante da resistência apresentada pela FITS pelo período de 14 anos, mesmo que subliminarmente, através da omissão e negligência diante das solicitações de redefinição feitas por diferentes países que compõem a América Latina. Diversas recomendações foram feitas com o intuito de remediar a questão e buscar alternativas democráticas de construção teórica sobre o que seria o Trabalho Social ou Serviço Social por todo o globo. Uma dessas propostas pautava-se na construção do *workshop* de 2012 e teria a contribuição de profissionais de Serviço Social e das diferentes organizações de Serviço Social atuantes em países da América Latina, em que participaram o Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, República Dominicana e Porto Rico. Também participaram instituições como a Associação Latino-americana de Investigação e Ensino em Trabalho Social (ALAIETS) e a ABEPSS. O *workshop* culminou em diretrizes de atualização da definição, que na realidade configurava uma transformação radical das balizas perpetradas na definição anterior.

Para que seja possível a compreensão das diferenças e mudanças substanciais promovidas por essa proposta, torna-se necessário o retorno ao ponto de partida, analisando de onde viemos e para onde essas instâncias buscavam e buscam caminhar. Dessa forma, propõe-

³ <http://ifsw.org/get-involved/global-definition-of-social-work/>

se um comparativo entre a definição orquestrada na assembleia de Montreal e a proposta feita pelos países da América Latina no *workshop*. A FITS, em 2000, definiu o Serviço Social como uma profissão na qual o profissional assistente social busca a mudança social e a resolução de problemas, trabalhando com teorias do comportamento humano e o empenho dos sujeitos na melhoria de seu “bem-estar”, focalizando a sua atuação nas relações entre as pessoas, norteados pelos princípios dos direitos humanos e da justiça social (FITS, 2000).

Definição: O exercício da profissão de assistente social ou trabalhador social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do "bem – estar". Aplicando teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. Os princípios de direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social (FITS, 2000, p. 01).

É possível identificar diferenças conceituais densas somente neste pequeno trecho que condensa a definição, conforme a compreensão do que é Serviço Social para o conjunto CFESS/CRESS, para a ABEPSS e consoante aos intelectuais consagrados do Serviço Social brasileiro, entre eles Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto.

O primeiro ponto a ser destacado é que o Serviço Social não busca a mudança social, contudo, os profissionais assistentes sociais atuam na perspectiva da defesa da construção de uma nova ordem social livre de desigualdades de raça/etnia, gênero e classe social. Apesar de não estar nítido, existem diferenças conceituais significativas, a mudança possui um viés superficial, no entanto, uma nova ordem implica em uma alteração profunda da dinâmica societária, conforme definido por José Paulo Netto (1999) ao abordar sobre o projeto ético-político brasileiro: “conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (p. 15).

Ressalta-se que a transformação social seria o termo mais próximo para se comparar à categoria utilizada pela FITS. Porém, quando nos referimos a uma nova sociedade, é sob o vislumbre da possibilidade de construção de uma sociedade que permita a plena expansão e emancipação dos indivíduos sociais e, para tal, será necessária a subsunção da sociedade de classes. Todavia, o termo transformação social já foi utilizado como forma de individualização das expressões da Questão Social, sendo apropriado pela fenomenologia. “Esta tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos) é analisada por Netto (1994, p. 201) como uma forma de reatualização do conservadorismo” (Netto *apud* Yazbek, 2009, p. 08).

O próprio Netto debate e ironiza a aplicação do termo transformação social em seu livro “Ditadura e Serviço Social” de 1994, “O “marco referencial teórico” da “nova proposta” é uma tríade conceitual: diálogo, pessoa e transformação social, cuja articulação e implementação constituem propriamente a metodologia profissional, posto o Serviço Social no escaninho da ajuda psicossocial” (p. 228).

E para dirimir quaisquer dúvidas acerca do que entende por transformação social, que “um grande número de autores” concebe em termos “da mudança em nível socioeconômico”, Almeida esclarece que lhe parecem “de maior importância aquelas definições que enfocam a dimensão da mudança no crescimento e no desenvolvimento da pessoa. Nesta perspectiva, a transformação social se traduz em modificações qualitativas de seus elementos, expressas no movimento ‘do ser ao ser mais’” (Netto, 1994, p. 228).

Portanto, neste quesito, devido à sua apropriação equivocada pelo viés altamente conservador no passado, o termo transformação social sucumbe ao mesmo empobrecimento teórico que a categoria mudança e se iguala ao seu sentido, já que na própria definição da FITS fala-se de “empenhamento das pessoas” e “teorias do comportamento humano”. Essas categorias estão alinhadas à psicologização das expressões da Questão Social, vertente conservadora que não assume mais o papel privilegiado em nosso projeto ético-político hegemônico, ou no nosso Código de Ética Profissional de 1993 e nem mesmo nas diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS. A resolução do CFESS nº 569, de 25 de março de 2010, inclusive, veda a realização de terapias associadas ao exercício profissional do Assistente Social.

Art. 1º. A realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social.

Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias:

- a. Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas;
- b. Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique (CFESS, 2010, p. 02).

Sendo assim, associar o bem-estar e a mudança social ao empenhamento das pessoas individualiza as expressões da Questão Social e mascara as desigualdades sociais. Ademais, atrelar as teorias do comportamento humano a esse véu ultraconservador e focalizar a intervenção no relacionamento das pessoas recai em uma atuação psicologizante que remonta ao passado conservador da profissão, significando o apoderamento e a incorporação de categorias e conceitos da psicologia que retiram o caráter político da intervenção social e desviam o “olhar da análise das causas estruturais da questão social” (Iamamoto, 1982, p. 111).

Quanto à concepção de resolução de problemas no contexto das relações humanas, compreende-se que o Serviço Social não soluciona problemas, mas busca fornecer respostas às expressões da Questão Social. “O Serviço Social é parte constitutiva das relações sociais, participando do processo de reprodução das relações sociais capitalistas e das formas de enfrentamento da questão social” (Iamamoto, 2008, p. 48).

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2004, p. 27).

Desse modo, enquanto problema aparenta ser uma situação pontual, individual e desarticulada de uma conjuntura social, política e econômica específica, a Questão Social trabalha na perspectiva da contradição capital *versus* trabalho e na dinâmica das classes sociais que produzem desigualdades sociais. O problema é uma concepção fragmentada que não está vinculada à dimensão da totalidade sócio-histórica e por isso permeia o campo do imediatismo sem alcançar a essência dialética dos fenômenos que se apresentam.

Ao realizar um comparativo com as definições propostas tanto pelo CFESS em 2011, quanto pelo *workshop* de 2012 realizado pelos países da América Latina, notam-se diferenças cruciais na forma de compreender o exercício profissional do assistente social ou trabalhador social. Importante ressaltar que ambas as definições precisavam ser mediadas visando que fossem aceitas, já que os grupos de trabalho previam que definições propondo mudanças radicais não seriam aceitas pelas vertentes mais conservadoras da FITS. Sendo assim, podem-se notar processos de ruptura, de refinamento teórico e de atenuação de determinados termos.

A concepção proposta pelo CFESS (2011) altera alguns termos da atual definição mundial de Trabalho Social, como “focaliza a sua intervenção no relacionamento entre as pessoas” (FITS, 2000) para “atua no âmbito das relações entre os sujeitos sociais e, entre eles, o estado”, ou, por exemplo, o “empenhamento das pessoas na melhoria do bem-estar” para “fortalecer a autonomia, a participação e o exercício da cidadania”. A definição proposta refere que:

Definição: O/a Trabalhador Social ou Assistente Social atua no âmbito das relações entre os sujeitos sociais e, entre eles, o Estado. Desenvolve um conjunto de ações de caráter socioeducativo que incidem na reprodução material e social da vida, com indivíduos, grupos, famílias, comunidades e movimentos sociais numa perspectiva de transformação social. Essas ações visam: fortalecer a autonomia, a participação e o exercício da cidadania; capacitar, mobilizar e organizar os sujeitos, individual e coletivamente, garantindo o acesso a bens e serviços sociais; a defesa dos direitos humanos; a salvaguarda das condições socioambientais de existência; e a efetivação dos

ideais da democracia e o respeito à diversidade humana. Os princípios de defesa dos direitos humanos e da justiça social são elementos fundamentais para o Trabalho Social, para que esse trabalho se realize com vistas a combater a desigualdade social e as situações de violência, de opressão, de pobreza, de fome e de desemprego (CFESS, 2011, p. 746).

Pode-se notar a alteração da categoria mudança social para transformação social, que apesar das críticas apresentadas, neste contexto trata-se de um avanço conceitual, pois o autor contextualiza a sua definição de transformação social, que no caso está atrelada a ações que incidam sobre a reprodução material e social da vida, garantindo o acesso a bens e serviços sociais desvinculando das mudanças individuais. Ainda assim, pode-se dizer que essa vertente não possui um caráter vinculado à concepção de uma nova ordem societária, como proposto por José Paulo Netto no texto supracitado de 1999, mas possui um caráter de alteração ou transformação no sentido literal da palavra.

Para além disso, na atualidade, não nos referimos mais ao assistente social como garantidor de direitos, mas como um profissional que busca a viabilização dos direitos sociais. Isto se dá justamente porque na sociedade do capital, com o processo de retração dos direitos sociais, os recursos estão cada vez mais escassos para operar as políticas, benefícios e serviços públicos, tornando uma exceção o acesso a direitos e garantias sociais e não a regra (Iamamoto, 2004). Bem como, no que diz respeito à definição promovida pelo *workshop*, compreende-se que caminhou pela mesma base de orientação, sendo identificadas somente mudanças pontuais entre esta última e a proposta “brasileira”.

Definição: O Serviço Social/Trabalho Social é uma profissão que se insere no âmbito das relações entre sujeitos sociais e entre estes e o Estado nos diversos contextos sócio-históricos de atuação profissional. Desenvolve uma práxis social e um conjunto de ações de natureza socioeducativa, que incidem na reprodução material e social da vida, em uma perspectiva de transformação social comprometida com a democracia e com o enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo a autonomia, a participação e o exercício da cidadania, na defesa e na conquista dos direitos humanos e da justiça social (CFESS, 2012, p. 01).

Como únicos pontos de convergência, as três possuem em comum os ideais de direitos humanos e justiça social, identificados como fundamentos do trabalho social. Embora seja contraditório e eclético em certa medida, se comparado a outros elementos trazidos pela definição da FITS, entende-se como um avanço, que de fato deveria ser um norte para o Serviço Social ao redor do mundo.

O Código de Ética do Assistente Social brasileiro também elenca como princípios do exercício profissional fundamentais a “II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” e “V. Posicionamento a favor da equidade e justiça social, que

assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (1993, p. 23). O código de ética brasileiro traz mais informações que auxiliam na interpretação do que seria o significado de direitos humanos e justiça social, ao invés de deixar às custas da imaginação, como faz a definição proposta pela FITS.

Veja bem, seria totalmente acessível à compreensão dessas categorias analíticas, caso a definição dessa federação não contemplasse elementos tão dissonantes. Do modo como está estabelecida, torna-se uma empreitada deveras difícil de engendrar sem cair em equívocos teóricos conceituais.

Posto esse motivo, observa-se o comentário relacionado à definição que compõe o documento. Identificam-se termos como “ajudar”, “enriquecer”, “prevenir disfunções” e a afirmação na qual o assistente social é um agente de mudança na vida dos sujeitos, apelando para o messianismo, apagando a luta de classes, e retirando a autonomia, mesmo que relativa, dos sujeitos no processo de construção e alteração da sua própria realidade.

Comentário: O Trabalho Social, nas suas diversas vertentes, abrange as múltiplas e complexas interrelações que se estabelecem entre as pessoas e o meio que as envolve. A sua missão é ajudar as pessoas a desenvolverem todas as suas potencialidades, a enriquecerem as suas vidas e a prevenir as disfunções. Desta forma, os profissionais do trabalho social são agentes de mudança na sociedade e também na vida dos indivíduos, família e comunidades a quem o seu trabalho se dirige. Ao trabalho social está subjacente um conjunto articulado de valores, de teorias e de práticas (FITS, 2000, p. 01).

Novamente, avalia-se a dissonância entre o que está posto e o projeto ético-político brasileiro, bem como em relação ao conjunto de competências e atribuições da categoria, estabelecidos pela lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão. Não se trata de compreender o Serviço Social brasileiro como um projeto de caráter “colonizador”, que pretende impor suas regras e os princípios profissionais em escala global. Contudo, é fundamental realizar esse comparativo para identificar em que aspectos o nosso projeto profissional avança, retrocede e de que modo pode contribuir para a construção coletiva de uma prática e objetivos profissionais que não sejam tão divergentes entre si. Tal análise permite vislumbrar uma possível unidade vinculada a princípios universais orientados pela promoção da igualdade, dignidade humana e da justiça social, princípios altamente mencionados na definição de 2000, mas que, em certa medida, entram em contradição com as bases teóricas e fundacionais dessa mesma definição.

Ao analisar o tópico dos comentários, avalia-se que ele dá voz à reiterada afirmação de que a “assistente social é aquela moça boazinha que o governo paga para ter dó dos pobres”, conforme muito bem elucidado por Ana Maria Ramos Estevão, em seu livro “O que é Serviço

Social” de 1992. Esse é um perfil delineado a partir de um período anterior à emergência do Serviço Social como profissão institucionalizada, quando suas protoformas ainda se encontravam intrinsecamente vinculadas aos ideais perpetrados pela igreja católica e que ainda atuava no âmbito da caridade e do assistencialismo. Apesar de toda a trajetória de superação dessas premissas, essa continua sendo uma retórica constante e reiterada no senso comum.

Como contraponto a essa proposta, tem-se o comentário elaborado pelo CFESS para a 20ª conferência Mundial de Serviço Social em Hong Kong de 10 de junho de 2010.

Comentário: a formação do(a) assistente social está fundamentada em princípios que respeitam as diferenças e fortalecem as potencialidades dos sujeitos com os quais trabalha, sem discriminação de qualquer natureza. Para tanto o(a) profissional deve ter postura ética, competência teórica e habilitação técnica para desenvolver suas competências e atribuições articuladas a um conjunto de valores, teorias e práticas de defesa dos direitos humanos (CFESS, 2011, p. 743).

E do mesmo modo, o comentário elaborado pelo *workshop* supramencionado:

Comentário: A construção de uma definição mundial de Serviço Social adota o princípio da unidade na diversidade. Reconhece que a existência do Serviço Social no mundo está relacionada às manifestações da desigualdade social inerentes às sociedades contemporâneas e aos meios do seu enfrentamento, que apontam para: a) democracia e direitos humanos; b) constituição de uma esfera pública (regulações sociais e políticas); c) sistemas de solidariedade internacional, proteção e segurança social; d) movimentos e lutas sociais. Estes meios demandam ações profissionais particulares, de acordo com as características socioeconômicas, políticas e culturais de cada país/região (CFESS, 2012, p. 01).

É notória a diferença entre as propostas, inclusive o comentário extraído do *workshop* avança perante o comentário produzido pelo próprio CFESS, no que se refere à análise de macroestrutura, com vistas a contemplar as diferentes perspectivas de trabalho social ao longo do mundo, enquanto o CFESS, de maneira coerente, busca se ater na reparação dos danos ocasionados pela definição mundial quanto às competências do assistente social. Posto isso, “ajudar” torna-se a busca por meios de enfrentamento das desigualdades sociais, o “enriquecimento” se transforma em sistemas de solidariedade internacional, com vistas à proteção e segurança social, e “prevenir disfunções” agora é transmutada para o respeito às diferenças.

Constatam-se palavras, categorias e terminologias que escondem o seu real caráter mistificador das relações sociais de classe, gênero e raça, que, quando alteradas e confrontadas, aparentam ser antônimas, possuindo um significado político e social completamente diverso da proposta inicial.

Na parte que incidem os valores profissionais, a proposta não é muito diferente, a não ser no que tange ao aprofundamento dos ideais conservadores. Havendo uma contradição inerente aos princípios elencados, pois como é possível a busca pelo respeito, dignidade e igualdade estarem atreladas ao objetivo de mitigar a pobreza para os desfavorecidos e vulneráveis? Os princípios da igualdade e dignidade não expressam a redução das desigualdades sociais, e sim a sua extinção.

Outro ponto-chave de análise reside no entendimento de que diversos termos utilizados há décadas atrás, nos dias de hoje, estão sendo substituídos e sumindo de nossos vocabulários profissionais, já que possuem um caráter conservador que perpetua a naturalização das desigualdades sociais. Diante do cenário de movimento histórico e dialético constante, compreende-se que não é possível estabelecer uma definição que não sofra mudanças e não seja reformulada ao longo do tempo. Uma definição estática seria a-histórica e, por esse motivo, totalmente incoerente. Desse modo, defende-se neste artigo uma redefinição contínua, visando dar conta das transformações ocorridas no seio das sociedades.

Valores O trabalho social desenvolve-se a partir dos ideias de humanismo e democracia e os seus valores radicam no respeito pela Igualdade, valor e dignidade de todos. Desde o seu início, há um século atrás, o trabalho social centrou a sua ação na resposta às necessidades das pessoas, bem como o desenvolvimento das capacidades do ser humano. Os direitos humanos e a justiça social motivam e legitimam a sua ação. Solidariamente com os mais desfavorecidos visa mitigar a pobreza e liberar as pessoas vulneráveis e oprimidas promovendo a sua inclusão social. Os valores subjacentes ao trabalho social constam de códigos de ética da profissão a nível nacional e internacional (FITS, 2000, p. 01).

Os valores propostos pelo CFESS suscitam a superação da pobreza, da fome, do desemprego, das desigualdades e discriminações sociais. Entre outros valores que realizam uma contraposição clara e evidente aos valores da FITS, ampliando o significado do que seriam os valores que devem nortear a profissão.

Valores: As ações profissionais têm por base valores e princípios éticos universais, ou seja, a defesa da liberdade, da igualdade, da justiça social e da cidadania tendo em vista a superação da opressão, da fome, da pobreza, do desemprego e das desigualdades e discriminações sociais. Guiadas por tais valores e no zelo de sua qualidade, as práticas objetivam: o fortalecimento das instituições democráticas, das políticas econômicas a serviço do crescimento e da redistribuição da renda e da riqueza, dos direitos sociais universais; a observância de normas internacionais dos direitos humanos com respeito à diversidade de cultura, etnia/raça, geração, pensamento, identidade e relações de gênero, orientação sexual, concepções teórico-metodológicas e defesa de uma sociedade sem guerras, violência e opressão; o apoio às ações sociais globais na defesa das condições socioambientais e da sustentabilidade do meio ambiente que contribuam no combate à pobreza, à fome e ao desemprego; no apoio à população em situações especiais decorrentes de conflitos políticos, religiosos e militares (CFESS, 2011, p. 746).

No documento produzido pelo *workshop*, mantém-se a primeira oração, alterando somente a parte dos princípios éticos universais para apenas princípios éticos isoladamente. Porém, o restante do parágrafo é sublimado, transformando a proposta em uma contribuição reducionista. De todo modo, é possível inferir que isto se deu com o intuito de contemplar o entendimento de Trabalho Social em outras nações, pois nem todas se identificam com os valores ético-políticos brasileiros. Como se pode avaliar na íntegra, “valores: as ações profissionais têm por base valores e princípios éticos como: a defesa da liberdade, da igualdade, da justiça social, do pluralismo e da cidadania, tendo em vista a superação da opressão, da fome, da pobreza, do desemprego, das desigualdades e das discriminações sociais” (CFESS, 2012, p. 01).

Não deixa de ser uma perda significativa de compreensão das possibilidades teórico-históricas de um Serviço Social bem articulado e bem posicionado politicamente. Contudo, trata-se de uma sugestão de definição mundial, necessitando ser mais abrangente, e ao menos os valores elencados são coerentes com a corrente atualmente hegemônica do Serviço Social brasileiro.

Nesse momento, adentramos em um tópico ainda mais delicado, trata-se da concepção sobre a teoria que norteia o trabalho social e que fatalmente será diversa ao redor do mundo. Na FITS, como era de se esperar, a teoria estará pautada prioritariamente em conhecimento empírico e teorias de desenvolvimento de comportamento humano, com vistas a promover transformações subjetivas e no plano individual, e até mesmo culturalmente. Inclui como teoria os estudos sobre os fatores biopsicossociais e superdimensiona a esfera psicológica.

Teoria: A metodologia do trabalho social apoia-se num conjunto de conhecimentos empíricos e resultantes de investigação e de avaliação de experiências práticas, incluindo conhecimentos específicos, inerentes a determinados contextos locais. O trabalho social tem em conta a complexidade das interações entre os seres humanos e o meio que os rodeia e a capacidade destes apesar de afectados por isso, de estarem preparadas para as modificarem incluindo os factores de âmbito bio- psicosocial. O exercício desta profissão apoia-se em teorias de desenvolvimento de comportamento humano e ainda de sistemas sociais para analisar situações complexas e proporcionar transformações a nível individual, organizacional, social e cultural (FITS, 2000, p. 01).

Importante ressaltar que, apesar da importância do assistente social compreender os fatores biológicos e psicológicos que incidem sobre o processo saúde-doença, principalmente para aqueles que atuam na área da saúde, esta não é uma teoria que fundamenta os estudos em Serviço Social e não é a nossa esfera de atuação. Estudamos esses fatores, meramente com um único intuito: olhar de maneira macroscópica para as necessidades sociais dos sujeitos, e com

isso buscar respostas qualificadas às expressões da Questão Social, mediante uma atuação que se atém à dimensão social do processo saúde-doença.

Remontamos à época de Mary Richmond, na qual a principal proposta do Serviço Social é trabalhar a personalidade da pessoa humana e o seu meio social, e este meio estaria reduzido ao núcleo sociofamiliar e comunitário. Atuando-se na perspectiva do desenvolvimento de potencialidades, com a elaboração de diagnósticos sociais individuais para estabelecer um plano de atuação, e este plano desenvolveria as capacidades e a personalidade dos sujeitos (Estevão, 1999). Viés simplista, reducionista e altamente culpabilizatório, já superado pela vertente teórica alavancada no processo de intenção de ruptura orquestrado na década de 1970.

É visível esse movimento de ruptura embutido no tópico da teoria elaborado pelo CFESS em 2011,

Teoria Para compreender as relações sociais e as condições de vida dos usuários, o Trabalho Social incorpora teorias sociais e econômicas que lhe permitam analisar e intervir na realidade com vistas à sua transformação. Assim, portanto, a metodologia do Trabalho Social fundamenta-se em um acervo de conhecimentos teóricos e de informações empíricas resultantes de pesquisa científica e da socialização de experiências que possibilitem uma leitura crítica do processo histórico numa perspectiva de totalidade, em seu movimento e em suas contradições; simultaneamente, permitam decifrar a inserção de indivíduos, grupos, famílias e coletividades no processo social, suscitando a compreensão de seus modos de vida e de trabalho e de suas reivindicações sociais (CFESS, 2011, p. 747).

Já a proposta do *workshop* retifica a incorporação de teorias econômicas para conhecimentos específicos, avalia-se que isso se deu justamente devido às diferentes aproximações teóricas feitas pelos trabalhadores sociais nas mais diversas sociedades. Ampliou-se a nomenclatura de Trabalho Social, já que alguns países denominam o Trabalho Social de maneira diferente, como no Brasil, onde a profissão é Serviço Social e o profissional é assistente social e não trabalhador social. Ambas as redefinições substituíram conhecimento empírico por informações empíricas, compreendendo que o empirismo não é conhecimento sem a articulação com um embasamento teórico e científico, mas sim um ponto de partida para as análises. Ademais, em conjunto, retiraram a teoria do âmbito individual, caminhando para o ideal de totalidade. Por fim, a proposta que apresentaremos no próximo parágrafo avançou no sentido de metamorfosear indivíduos em sujeitos sociais.

Teoria: O Serviço Social/Trabalho Social mundial fundamenta-se em teorias sociais e conhecimentos específicos, para analisar e intervir na realidade, visando à sua transformação. A metodologia fundamenta-se em um acervo de conhecimentos teóricos, informações empíricas e saberes populares resultantes da pesquisa científica e da socialização de experiências que possibilitem uma leitura crítica do processo histórico, numa perspectiva de totalidade, permitindo, ao mesmo tempo, compreender a inserção dos sujeitos

sociais (indivíduos, grupos, famílias e coletividades) no processo social, suscitando a compreensão de seus modos de vida, de trabalho e de suas reivindicações (CFESS, 2012, p. 01).

Por fim, no que se refere à prática profissional, nos parâmetros da FITS, os equívocos são pressupostos de uma teoria “social” fadada ao fracasso. Aborda-se uma prática reiterativa e irrefletida, que busca respostas para os “problemas” de natureza pessoal do dia a dia, por meio de uma abordagem holística, com processos de natureza psicossocial e focalizados a nível individual. Identificou-se o trabalho com terapias, tratamentos familiares e aconselhamentos, além da miscelânea com a caridade por intermédio da noção de “ajuda” e inclusive com a premissa de desenvolvimento econômico.

Vêm-se promovendo uma mistura das vertentes conservadoras, ao mesmo tempo que, de forma totalmente eclética, encontram-se ideais de superação desse mesmo conservadorismo. Vinculando-o aos princípios de justiça social e dignidade da pessoa humana, citando a importância do enfrentamento das desigualdades sociais e das injustiças existentes na sociedade, com ações de planejamento da atuação diante das políticas sociais, e até mesmo a importância de considerarmos as particularidades sociais, políticas, culturais e econômicas de cada país.

Prática: O trabalho social enfrenta as barreiras, desigualdades e injustiças existentes na sociedade. Atua em situações de crise e de emergência, mas também dá resposta aos problemas de natureza pessoal e social do dia a dia. Este tipo de trabalho utiliza uma variedade de práticas, técnicas e ações em consonância com a abordagem holística (integral) do ser humano e do ambiente que o rodeia. A variedade de intervenções do trabalho social passa desde processos de natureza psicossocial focalizados a nível individual até intervenções relacionadas com a política social, planejamento social e desenvolvimento social. As intervenções integram aconselhamento, acompanhamento de casos, trabalho de grupo, trabalho social de cariz pedagógico, tratamento e terapia familiares, bem como ajudar as pessoas a obter os bens e serviços disponíveis na comunidade. A sua intervenção inclui ainda a gestão de organismos, de serviços comunitários e envolvimento em ações político-sociais para influenciar a política social e o desenvolvimento económico. A intervenção holística do trabalho social é universal, mas as prioridades no seu exercício variam de país para país e de tempos a tempos, conforme as condições culturais, históricas e sócio – económicas existentes (FITS, 2000, p. 01).

A sugestão do Cfess (2011) para a prática profissional compreende as potencialidades e os limites da atuação profissional, valorizando as dimensões do exercício profissional, como a ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Evidenciando a capacidade do assistente social em formular e executar as políticas sociais, promover a participação popular nos espaços ocupacionais, prestar assessoria e consultoria em matéria de Serviço Social,

orientações sociais para identificação de recursos e defesa de direitos e inúmeras outras competências que visam promover, proteger, restaurar e ampliar os direitos sociais.

Prática: O exercício profissional requer domínio teórico-metodológico, postura ética e habilitação técnica para desenvolver competências e habilidades técnico-operativas atinentes ao trabalho social, tais como: formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, em empresas e em organizações da sociedade civil; elaborar, executar e avaliar planos, projetos e programas na área social; contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais relacionados às políticas sociais e à garantia dos direitos humanos e sociais da coletividade; orientar a população na identificação de recursos para o atendimento e defesa dos seus direitos; realizar estudos socioeconômicos para a identificação de demandas e necessidades sociais; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Trabalho Social; exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área; assumir o magistério em Trabalho Social e supervisionar estudantes estagiários. Para isso é necessário que o Trabalhador Social seja crítico e propositivo, com sólida formação acadêmico-profissional, contribuindo na promoção, proteção, restituição e exigibilidade dos direitos sociais e os meios de acessá-los (CFESS, 2011, p. 747).

No que tange à formulação sobre a prática profissional proposta pelo *workshop*, verifica-se uma diferença de conceituação, já que esta formulação foca mais nos objetivos que se busca alcançar através da prática profissional, do que nas competências e atribuições profissionais.

Prática: O exercício profissional do assistente social/trabalhador social requer domínio teórico-metodológico, técnico-operativo, postura ética e habilitação específica para desenvolver competências e atribuições atinentes à profissão. A prática profissional tem como objetivos: o fortalecimento da cidadania e das instituições democráticas, dos direitos sociais universais; o respeito às normas internacionais de Direitos Humanos relativas à diversidade de cultura, etnia, geração, pensamento, identidade e relações de gênero, orientação sexual; o apoio às ações sociais em defesa das condições socioambientais; o combate às desigualdades e à pobreza, à fome, ao desemprego e a todas as formas de injustiças e violências, com a redistribuição da renda e da riqueza. Para isso, é necessário que o/a assistente social/trabalhador social seja crítico/a e propositivo/a, com sólida formação acadêmico-profissional, contribuindo com a promoção, proteção, restituição e exigibilidade dos direitos humanos e sociais e os meios de acesso aos mesmos (CFESS, 2012, p. 01).

Mais uma vez, interpreta-se que essa diferença de conceituação ocorreu devido à dificuldade de se ter uma prática similar mundialmente, as competências e atribuições profissionais se alteram a depender da sociedade e da sua dinâmica política, social e econômica. Ainda assim, não deixa de ser essencial a compreensão dos meios utilizados, isto é, das técnicas,

instrumentos e habilidades, para alcançar os objetivos propostos, pois, em última instância, a práxis social compreende instrumentais, conhecimento e, sobretudo, intencionalidade.

Finalmente, no ano de 2014, a proposta de revisão foi aceita e incorporada pela FITS. Sendo assim, é preciso evidenciar o avanço significativo que essa definição apresenta em comparação à definição dos anos 2000. De acordo com a tradução para o português denominada como “Proposta de tradução da Definição Global da Profissão de Serviço Social”, é possível identificar que inúmeras premissas de caráter altamente conservador foram retiradas de cena, não identificamos mais conceitos como: ajuda, teorias comportamentais, conhecimento empírico, problemas sociais, entre outros (IFSW, 2014).

Todavia, ainda é possível identificar noções que destoam em determinada medida da concepção latino-americana de Serviço Social ou Trabalho Social. Por exemplo, a ideia de promoção da inclusão e coesão social alinhada ao desenvolvimento social, ou termos como desfavorecidos e *empowerment* atrelados à promoção da pessoa, e até mesmo análises e intervenções pautadas em ideais holísticos, biopsicossociais e espirituais.

Nesta perspectiva, ainda existem incoerências significativas entre a definição mundial e as compreensões de Serviço Social ao longo do mundo, entretanto, é possível identificar progressos consideráveis, no que tange às teorias. Essa definição irá afirmar que “[...] nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social” (IFSW, 2014, p. 01). Identifica-se também a referência a práticas emancipatórias, e a análise das estruturas sociais que perpetuam as desigualdades, a discriminação, a exploração e a opressão, os princípios como a defesa da justiça social e dos direitos humanos permanecem.

Ainda que se verifiquem inúmeros avanços na definição contemporânea, já se passou mais de uma década sem uma reformulação ou refinamento de pontos que, notoriamente, permanecem imersos em um ecletismo teórico-político. Nesse sentido, é necessário compreender a construção do entendimento coletivo sobre o que constitui o Serviço Social ou Trabalho Social como uma tarefa contínua e ininterrupta, reconhecendo que a promoção de relações democráticas constitui um pilar fundamental, e não um elemento acessório, desse processo. Torna-se, portanto, indispensável que o trabalhador assistente social ou trabalhador social se reconheça como parte de um conjunto profissional, cujos integrantes possuem sua força de trabalho e seus direitos igualmente expropriados no contexto do capitalismo “globalizado”.

Fechando um parênteses para abrir novos caminhos

No prelúdio deste documento, realizou-se um resgate histórico das bases que moldaram a nossa profissão, com o intuito de fornecer um fundamento teórico para a crítica realizada ao longo do texto, em torno da definição mundial de Trabalho Social realizada pela FITS nos anos 2000.

Ao longo do desenvolvimento, evidenciou-se que a trajetória do Serviço Social no Brasil é marcada por disputas ideológicas e políticas que atravessam desde a retomada das protoformas caritativas até a consolidação do projeto ético-político crítico, comprometido com a emancipação humana e a transformação social. Demonstrou-se que, diferentemente de perspectivas conservadoras e individualizantes, o Serviço Social brasileiro fundamenta-se em uma compreensão histórico-dialética da realidade, que reconhece a Questão Social como expressão das contradições do modo de produção capitalista e orienta sua práxis pela defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social.

A análise comparativa entre as definições propostas pela FITS (2000 e 2014) e as formulações críticas apresentadas pelo CFESS revelou que a primeira incorreu em equívocos teórico-metodológicos, ao adotar uma abordagem psicossocial e eclética, descolada da totalidade histórica das relações sociais. Por sua vez, as propostas brasileiras buscaram superar esse reducionismo, reafirmando a centralidade da dimensão ético-política e a necessidade de um arcabouço teórico consistente que articule teoria, método e prática em direção à transformação social. Ainda que a redefinição de 2014 represente um avanço significativo, constatou-se que persistem resquícios de ecletismo e de perspectivas conciliatórias que destoam da concepção crítica latino-americana.

Ainda que, passados 25 anos, permaneça controverso o processo de formulação dessa primeira definição, causa ainda mais perplexidade o fato de ela ter permanecido inalterada por quatorze anos, apesar dos inúmeros equívocos que apresentava e da intensa reivindicação dos países latino-americanos por sua revisão. Não se sustenta o argumento de que havia pautas emergenciais prioritárias ou de que os dirigentes da FITS não estavam a par da insatisfação gerada com a definição proposta nos anos 2000, sobretudo diante da expressiva mobilização promovida, como referido, em grande parte pelos países da América Latina. Entre essas ações, destacam-se as propostas de redefinição apresentadas por diferentes nações, o *workshop* brasileiro e as diversas manifestações realizadas em encontros e assembleias subsequentes à promulgação da referida definição.

À primeira vista, pode parecer irrelevante ou pouco pertinente atribuir tamanha importância a essa temática. Contudo, para aqueles que analisam a questão de forma crítica e

atenta, torna-se evidente a urgência e relevância deste debate. A definição analisada, mesmo que não intencionalmente, compõe um projeto político e econômico antagônico ao que é vislumbrado pelo projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro, e a sua perpetuação facilita a mistificação do que é o Serviço Social ao redor do mundo. Contribuindo para a formulação de ideias no senso comum, muitas vezes contrárias ao que o Trabalho Social pretende ser em determinados países. Essa definição também influencia nos rumos que o Serviço Social irá tomar nos diferentes países, principalmente naqueles que ainda não possuem bases teóricas sólidas.

Diante da compreensão de que o Serviço Social e/ou Trabalho Social compõem e influenciam, ainda que em certa medida, o movimento histórico da sociedade, a sua redefinição foi e continua sendo uma pauta necessária. Persistem, contudo, determinados equívocos presentes na redefinição de 2014, sobretudo pela dificuldade em articular princípios e valores tão divergentes das diferentes sociedades que integram a Fits. Portanto, essa revisão precisa ser conduzida de forma sistemática e não deve ser postergada, pois, como demonstra a própria história, adiar o imprescindível é permitir que o amanhã perdure por décadas. E, até mesmo, no mais sombrio dos desfechos, incorrer o risco de converter-se naquele “dia que durou 21 anos”⁴.

Referências bibliográficas

- ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CEAD/UnB, 1999. p. 15–16.
- BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). *Resolução nº 569, de 25 de março de 2010. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.
- CFESS. A definição de trabalho social da FITS: Por que revisar? *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 108, p.733-747, out/dez. 2011.
- CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. 8. ed. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 16 de julho de 2025.
- CFESS. *FITS (2000) Definição mundial de trabalho social*. [S. l.]: CFESS, 2000. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao_consolidado_definicoes-FINAL.pdf. Acesso em 15 de julho de 2025.
- CFESS. *Workshop sobre a definição de serviço social*. [S. l.]: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao_definicao_workshop.pdf. Acesso em: 15 julho 2025.
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. *O que é Serviço Social*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.

⁴Referência à ditadura civil-militar no Brasil, instaurada em 1964 e oficialmente encerrada em 1985, período comumente mencionado como "o dia que durou 21 anos". A expressão ganhou notoriedade com o documentário de Camilo Galli Tavares, lançado em 2012, que leva esse título e apresenta uma crítica contundente ao regime.

- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2025.
- IFSW. *Global Definition of Social Work*: Proposta de tradução da Definição Global da Profissão de Serviço Social. [S. l.]: International Federation of Social Workers (IFSW), 2014. Disponível em: <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>. Acesso em: 10 de out. de 2025.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Elizabete Ana. *et al* (org.). *Serviço social e saúde*: formação e trabalho profissional. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2022. p 1-22.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1994.
- TAVARES, Camilo (Direção). *O dia que durou 21 anos*. São Paulo: Pequim Filmes, 2012. 1 vídeo (77 min), son., color.. Disponível em: <https://youtu.be/4ajnWz4d1P4?si=uy97FaWEDjBiF2n6>. Acesso em: 29 de julho de 2025.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS (org.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: UnB, 2009. p. 1–27.

Internacionalização sob critérios hegemônicos: reflexões sobre a área de Serviço Social no CAPES-Print

Internationalization under hegemonic criteria: analyzing Brazilian Social
Work field through the CAPES-Print program

Rafael Vieira Teixeira*  

Janaina Lopes do Nascimento Duarte**  

Resumo: Apresenta-se resultados da pesquisa de pós-doutorado sobre a internacionalização da área de Serviço Social no CAPES-Print. O objetivo foi analisar o acúmulo da área frente aos critérios e prioridades do Programa. O estudo documental baseou-se em dados oficiais disponíveis nas páginas oficiais da CAPES, das Instituições e dos Programas de Pós-Graduação (PPG's) envolvidos. Identificou-se tendência de subordinação dos PPG's aos critérios do Print e indícios de ações de cooperação internacional estrategicamente baseadas nos princípios do Projeto Ético Político Profissional.

Palavras-chaves: Pós-graduação; Serviço Social; Internacionalização; CAPES-Print.

Abstract: We share results of research on the internationalization of the Social Work field in the CAPES-Print Program. We analyzed the experiences of the field within the criteria and priorities of this Program. We found a strong tendency to subordinate graduate program to the established criteria. At the same time, however, we noted the experience of the Brazilian Social Work Project, which was a milestone in history. We believe that some choices follow the values of the project and express a strategic intention to carry out internationalization in an internationalist way.

Keywords: Graduate; Social Work; Internationalisation; CAPES-Print.

* Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: rafael.v.teixeira@ufes.br

** Universidade de Brasília. E-mail: jana.lopesduarte@gmail.com

Introdução

Apresentam-se, neste texto, os resultados de pesquisa cujo tema foi a internacionalização da pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil. Objetivando analisar este processo na atualidade, elegemos¹ o Programa CAPES-Print² (CAPES, 2017) para investigar a internacionalização dos Programas de Pós-Graduação (PPG's) da área 32 (Serviço Social).

O estudo bibliográfico sobre o tema constituiu parte fundamental no processo, e a coleta de dados decorreu de pesquisa documental na página eletrônica oficial da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação), no período entre agosto de 2024 a novembro de 2025. Em um primeiro momento, focamos a busca por conhecer a concepção de internacionalização presente nas publicações da agência. Dentre outras, as regulamentações que sustentam o Programa CAPES-Print foram significativas, a fim de detectar os fundamentos hegemônicos sobre a perspectiva de internacionalização. O passo seguinte consistiu em conhecer as IES (Instituições de Ensino Superior) e os PPG's (Programas de Pós-Graduação) participantes do Programa, com foco nos PPG's da área de Serviço Social. Assim, incluímos na busca documental os sites oficiais dessas IES e de seus respectivos PPG's, coletando informações sobre propostas institucionais de internacionalização e a participação dos programas da área 32 no CAPES-Print.

A partir da coleta passamos ao processo de sistematização e análise, quando elaboramos algumas planilhas. Com os dados extraídos e organizados a partir de tabelas e quadros, e amparados na permanente revisão bibliográfica, analisamos os principais achados sobre a atuação dos PPG's da área de Serviço Social no CAPES-Print, acreditando que contribuímos com reflexões consistentes.

Além desta introdução, o artigo traz mais 03 seções, e considerações finais: 1) contextualização do Programa CAPES-Print na atual conjuntura, em que problematizamos as tendências em curso para a pós-graduação e, conseqüentemente, para a internacionalização. Na trilha de Florestan Fernandes (2010), discutimos a universidade e seus dilemas na relação com as estratégias adotadas pelos países, reconhecendo que a internacionalização é parte da geoeconomia política inerente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; 2)

¹ De acordo com Leão, Nogueira e Castro (2024, p. 99), desde 2017, quando a CAPES destinou aproximadamente R\$ 1 bilhão para impulsionar a internacionalização das Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, o CAPES-Print “se tornou o principal instrumento de internacionalização dos programas de Pós-graduação”. A alta relevância do CAPES-Print também pode ser constatada na página oficial da CAPES. Dentre as ações de internacionalização listadas de 2020 a 2024, o CAPES-Print aparece como a primeira em todos os anos. Vale menção, ainda, o fato das ações do CAPES-Print terem findado, efetivamente, em 2025, mesmo ano em que foi lançado seu correlato, o Programa Redes para Internacionalização Institucional CAPES-Global.Edu (Portaria GAB/CAPES nº 74, de 28 de Março de 2025).

² Programa Institucional de Internacionalização Capes-PrInt, instituído pelo Edital nº. 41/2017 (CAPES, 2017).

apresentamos uma breve digressão histórica do Serviço Social Brasileiro, com foco nos fundamentos que embasaram o desenvolvimento do Serviço Social enquanto área de conhecimento, e sua crescente atuação na pós-graduação; 3) analisamos a participação dos PPG's da área de Serviço Social no CAPES-Print. Nas considerações finais, sintetizamos os principais achados, fortalecendo a perspectiva internacionalista da Área, frente aos critérios hegemônicos adotados pela CAPES.

Pós-graduação, CAPES-Print e a concepção hegemônica de internacionalização da Educação Superior

De acordo com Leher e Santos (2023), desde o começo da ditadura empresarial-militar de 1964, a internacionalização da pós-graduação constitui parte do projeto heterônimo de desenvolvimento adotado no Brasil. Conforme os autores, em 1986, com o III Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), “a internacionalização passou ser concebida como uma variável chave e definitiva do prestígio do pesquisador, do grupo, do centro ou da instituição [...]” (Leher; Santos, 2023, p. 16). Os autores ainda explicam que nos PNPG's seguintes a internacionalização passou a ocupar cada vez mais uma posição central, no tocante às prioridades de desenvolvimento da pós-graduação, mantendo, contudo, uma direção subordinada aos interesses imperialistas.

Na mesma direção, Knobel *et al.* (2020, p. 674) argumentam que:

a implementação de políticas dependentes de relações internacionais se confunde com o próprio desenvolvimento do sistema, haja vista a participação de atores externos – sobretudo os Estados Unidos – em processos históricos determinantes, como [...] na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu*.

Assim, podemos inferir que o tema internacionalização da educação superior vem ganhando notoriedade, quase sempre conectado à pós-graduação *stricto sensu*. A pós-graduação no Brasil se constitui e desenvolve subordinada à particularidade de uma economia periférica e dependente e, na atualidade, o desenvolvimento da pós-graduação continua a seguir diretrizes assumidas desde os Planos Nacionais do período empresarial-militar. Podemos também entender que a pós-graduação, no Brasil, enquanto política pública, ocorre majoritariamente nas universidades públicas e sob financiamento público-estatal (Leher; Santos, 2023).

Convém, então, considerar que a importância crescente da internacionalização da pós-graduação está contida em um contexto histórico no qual as políticas neoliberais avançam mundialmente, impactando as políticas públicas e sociais. Segundo Knobel *et al.* (2020, p. 674, grifos nossos):

[...] foi a partir dos anos 2000 que o significado e as funções designadas à internacionalização adquiriram *novas conotações* no Brasil. Como reflexo das *reconfigurações na educação superior mundial*, o processo tem se tornado cada vez mais intencional, sistemático [...], frequentemente referenciado pelos discursos políticos e acadêmicos dominantes como um imperativo [...] para que o país se integre à chamada ‘economia global do conhecimento’.

Com base em Dierckxsens e Piqueras (2018, p. 105) afirmamos que as reconfigurações na educação superior a partir do final do século XX e início do XXI tem como causalidade uma série prolongada de queda nas taxas de lucro em nível mundial, denotando tendência ao esgotamento da reprodução do capital ao nível da totalidade, a qual configura uma “situação de crise estrutural mundial”. E, assim, de acordo com Duarte (2020, p. 27),

[...] a educação superior vem se constituindo como política estratégica do projeto de reestruturação e mundialização do capital em tempos de crise, pois se compõe como espaço amplo de acumulação e, ao mesmo tempo, atende à requisição de formação profissional de um perfil compatível com os interesses capitalistas em cenário de crise.

Neste contexto, as pesquisas, sobretudo as que levam à rápida aplicação, passam a ser objeto de obsessão pelas corporações, pelas cúpulas das classes dominantes e pelos gestores que atuam na formulação de políticas institucionais. Isto amplia a importância da internacionalização na pós-graduação, porém com viés cada vez mais subordinado às necessidades da acumulação, sob inequívoca apropriação instrumental e competitiva do processo de produção e partilha do conhecimento. (Dierckxsens; Piqueras, 2018)

No Brasil, o protagonismo estatal na indução das políticas de pesquisa e pós-graduação, assim como nas demais políticas educacionais, tem sido subordinado aos critérios macroeconômicos neoliberais. Esta realidade se mostra através de cortes e contingenciamentos orçamentários que priorizam compromissos com rentistas, impactando a internacionalização. Como anotam Moreira e Ribeiro (2022), para uma lógica crescentemente privatista e competitiva:

[...] há uma explícita opção pelo aprofundamento das políticas de austeridade fiscal, que se materializaram, sobretudo, nos sucessivos contingenciamentos e cortes no orçamento, em particular para a Educação. Nesse sentido, se no início da década a temática da internacionalização da Educação Superior emergia atrelada a uma política de Estado, sua permanência enquanto elemento da política educacional sugere a prevalência de uma perspectiva que a concebe como um bem privado, capaz de garantir diferenciação social [...] (Moreira; Ribeiro, 2022, p. 4).

Considerando também o padrão dependente educacional brasileiro³, o estímulo à internacionalização neste contexto restritivo de investimentos públicos, implica critérios ainda

³ Como afirma Fernandes (2010, p. 267), “as universidades das nações subdesenvolvidas também estão inseridas nas relações de dependência e concorrem para preservar as formas de subordinação cultural existentes”.

mais competitivos e individualizados, como *fatores de diferenciação social*. Podemos identificar que é precisamente neste ambiente que a CAPES fomenta e avalia os programas de pós-graduação no Brasil, elegendo a internacionalização como principal indicador de excelência⁴.

Todavia, apesar de aparecer como indicador central para o desenvolvimento da pós-graduação, é interessante notar que a internacionalização não é acompanhada por uma análise crítica de seus propósitos. Os documentos da CAPES analisados em nossa pesquisa não apresentam, explicitamente, uma concepção própria sobre a internacionalização almejada, tampouco sua vinculação às prioridades de desenvolvimento da nação. A pretensa isenção dos documentos a esse respeito sugere, na aparência, que esta não é uma questão importante e, principalmente, que os indicadores de avaliação são neutros. A nossa análise é que a opção por não posicionar uma concepção de maneira explícita indica, subliminarmente, a pretensão de fazer crer que uma dada concepção possa ser tomada como consensual, ou como um “*processo natural* de amadurecimento institucional em internacionalização” (CAPES; 2020a, p. 5, grifos nossos).

Mesmo não apresentando uma concepção fundamentada sobre o tema, a CAPES manifesta que trabalha com as distintas visões existentes em diversas áreas. No entanto, a produção objetiva do órgão se atém a um conjunto de prescrições em comum para avaliação da internacionalização em todas as áreas, produzindo: “[...] uma definição conceitual de internacionalização *voltada para o processo de avaliação* dos programas de pós-graduação, *abrangendo todas as áreas do conhecimento*” (CAPES; 2019). Parece sintomático, nesse sentido, que o relatório do Grupo de Trabalho Internacionalização⁵, elaborado em 2019, apresente apenas o conceito de “avaliação da internacionalização”, sem antes indicar o que entende por internacionalização:

A avaliação da internacionalização refere-se à forma e ao conteúdo da formação oferecida pelos programas de pós-graduação, indicada por pesquisa colaborativa multilateral, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes em colaboração e atuação institucional, além de condições institucionais específicas de apoio (CAPES; 2019, p. 5, grifos nossos).

⁴ Vale destacar que os mais elevados conceitos do Órgão para avaliação dos programas de pós-graduação, as maiores notas, 6 e 7, “expressam excelência constatada em nível internacional” (CAPES, 2007, *on line*).

⁵ O Grupo de Trabalho Internacionalização foi instituído pela Portaria MEC Nº 277, de 24 de dezembro de 2018, tendo como objetivo “Definir *de maneira uniforme, para todas as áreas* de avaliação da CAPES, conceitos, variáveis e indicadores que representem o tema e a dimensão da internacionalização no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*” (CAPES, 2019, p. 3, grifos nossos).

A partir disso, o Grupo de Trabalho (GT) apresenta diretrizes e indicadores para a avaliação da internacionalização, orientadas por quatro dimensões gerais: Pesquisa colaborativa, divulgação da produção intelectual, mobilidade de docentes e discentes, e atuação institucional (CAPES, 2019). Note-se que, dentre as quatro, apenas uma dimensão prioriza a internacionalização como um processo coletivo e estratégico: as condições institucionais. As demais, via de regra, são gerenciadas a partir dos currículos de pesquisadores/as.

As dimensões da pesquisa, da divulgação da produção e da mobilidade são avaliadas mediante indicadores quantitativos e individualizados, com efeito de hierarquizar o mérito acadêmico e científico. Assim, o GT define como indicadores, entre outros: quantidade de docentes e discentes partícipes em projetos de cooperação, sobretudo, com financiamento internacional; quantidade de publicações em veículos internacionais, associados aos fatores de impacto; número de docentes e discentes que visitam instituições internacionais e de docentes e discentes estrangeiros que visitaram instituições no Brasil, etc. (CAPES, 2019). Em resumo, todos estes indicadores são colhidos mediante a quantificação da participação dos indivíduos em ações de internacionalização.

Ademais, ao tratar das prioridades de acordos de cooperação e da busca por veículos de divulgação dos trabalhos, notamos que nos documentos são priorizados indicadores que aproximam os vetores de internacionalização aos interesses dos países centrais do capitalismo, ou, mais precisamente, como afirmam Leher e Santos (2023, p. 13), “as diretrizes e métricas de internacionalização reproduzem as assimetrias da geoeconomia política do conhecimento”. A título de exemplo, podemos identificar no excerto, extraído do Guia para Aceleração da Internacionalização (CAPES, 2020b), o que seriam as *lições aprendidas*, quais os *principais parceiros* e que sistemas devem ser *ajustados à realidade brasileira*:

[...] *lições aprendidas* com o primeiro Relatório do Programa Institucional de Internacionalização da CAPES – PrInt (em operação desde 2019), das orientações de mentoria do Projeto “Laboratório de Internacionalização” do American Council of Education (uma parceria recente entre a DRI e Comissão Fulbright para três instituições brasileiras), bem como de perspectivas de internacionalização resultantes da colaboração institucional dos *principais parceiros* Alemanha, Estados Unidos, França e Reino Unido (em ordem alfabética). A proposta é contribuir para que as instituições possam planejar as *ações considerando [os] principais sistemas de ranqueamento internacional de universidades (World Class Universities)*, [...] *ajustados à realidade brasileira* (CAPES, 2020a, p. 5, grifos nossos.)

Analisando criticamente este processo de internacionalização inspirado nas chamadas *World Class Universities*, Leher e Santos (2023) argumentam que o ranqueamento é parametrizado por agências e critérios construídos nos países que possuem posições de destaque nestes rankings, reproduzindo assimetrias e alimentando a heteronomia: “O grosso da

classificação e dos registros científicos está sob inequívoco controle monopólico” (Leher e Santos, 2023, p. 15). Enquanto instituições sediadas nos EUA e Reino Unido ocupam quase sempre a primeira e a segunda posição nestes rankings, os autores destacam que: “A despeito da excelência e da relevância das universidades públicas brasileiras, estas não se encaixam nos critérios de modo virtuoso; ainda assim, perseguem febrilmente um melhor lugar nos pelotões de frente dos rankings.” (Leher; Santos, 2023, p. 14)

Logo, podemos entender que o alinhamento à concepção hegemônica neoliberal se baseia em experiências internacionais dos países centrais do capitalismo, resultando em um processo desfavoravelmente competitivo para as nações periféricas e dependentes, e expresso por indicadores que ranqueiam as atividades acadêmicas a partir do acúmulo, da realidade e dos interesses daqueles países. Desta forma, o Programa CAPES-Print se estrutura sob as mesmas diretrizes gerais acolhidas pela CAPES.

Segundo o edital que inaugurou o CAPES-Print, o Programa

[...] visa à seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa que tenham ao menos quatro (4) Programas de Pós-Graduação (PPG) recomendados pela Capes [...] entre os quais deverá haver, pelo menos, dois (2) com cursos de doutorado (CAPES, 2017, p. 1).

Verificamos que este Programa se dirige à dimensão das condições institucionais, dentre as que norteiam a avaliação da CAPES. De maneira construtiva, esta perspectiva induz à cooperação interna entre PPG's de uma mesma instituição, estabelecendo indicadores que invocam o planejamento institucional e que aproximam a perspectiva da internacionalização desde uma posição relacionada ao desenvolvimento da instituição em termos de uma política nacional. Por outro lado, seguindo os demais determinantes da avaliação da CAPES, sobressai a perspectiva de ranqueamento, com critérios competitivos e interessados principalmente na cooperação com países que se encontram em uma posição privilegiada na *geoeconomia política do conhecimento*. É assim, por exemplo, que o Anexo I do edital estabelece o que seriam os países prioritários, isto é, para os quais deveriam ser destinadas, pelo menos, 70% das propostas submetidas (CAPES, 2017).

No Quadro 1 vemos a distribuição dos países considerados estratégicos/prioritários por continentes, o que demonstra de maneira muito consistente que a prioridade é manter uma associação dependente em relação aos países de desenvolvimento capitalista avançado, principalmente da Europa Ocidental e América do Norte. Enquanto apenas a Argentina é considerada prioritária dentre os países sul-americanos, quase 70% dos países prioritários se encontra na Europa e na América do Norte, além de outros países da Ásia e da Oceania. E

apenas um país africano foi considerado estratégico/prioritário, mesmo com tantos afrodescendentes brasileiros.

Quadro 1: Países Estratégicos Prioritários CAPES-Print (Geral).

Continente		Qt.	Perc.	Países
África		1	4%	África do Sul
América	Norte	3	11%	Canadá, Estados Unidos, México
	Central	-	-	-
	Sul	1	4%	Argentina
Ásia		4	15%	China, Coreia do Sul, Índia, Japão
Europa		15	58%	Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Rússia, Suécia, Suíça
Oceania		2	8%	Austrália, Nova Zelândia
Total		26	100%	

Fonte: Elaboração própria com base no Anexo I do Edital 41/2017 (D.O.U 02/02/2018, Seção 3, p. 23).

Também condizente com os princípios da internacionalização assumida pela CAPES, o Print estabelece como critério de seleção de propostas a avaliação de mérito acadêmico e científico, baseando-se no ranqueamento. Estabelece, por exemplo, que as propostas demonstrem “[...] o grau de excelência dos Programas de Pós-graduação, inclusive o percentual de PPG’s com notas 5, 6 ou 7 na avaliação da Capes de 2017” (CAPES, 2017, p. 13).

Além disso, como já sinalizamos, o fomento está rigorosamente subordinado a contenções orçamentárias. Conforme o item 2.8 do Edital 41/2017, os projetos contemplados estão “[...] sujeitos a eventuais contingenciamentos orçamentários que repercutirem sobre a Capes. Em tais ocasiões, os Projetos Institucionais de Internacionalização deverão ser readequados pelos seus Gestores à nova situação financeira e orçamentária” (CAPES, 2017, p. 2). Aqui vemos um aspecto que merece ser posto em destaque: na ausência de recursos, mesmo em casos de contingenciamento, o ônus recai individualizado sobre quem pesquisa.

Então, parece inequívoco que o CAPES-Print segue princípios e critérios hegemônicos para estimular o processo de internacionalização da pós-graduação no país. Por outro lado, é necessário reconhecer a importância do estímulo às relações de cooperação entre instituições de ensino e pesquisa em nível internacional, principalmente as públicas, mantendo “em curso relevante interação entre grupos de pesquisa e unidades acadêmicas” (Leher; Santos, 2023, p. 13).

É preciso ressaltar a importância do financiamento público para o trabalho em cooperação, pois, ainda que prevaleçam critérios ranqueadores, o financiamento público por

meio de editais possibilita que instituições públicas fortaleçam suas experiências de cooperação e pesquisa em nível internacional. Este parece ser um aspecto presente nas experiências em curso na área de Serviço Social. A seguir, enfatizaremos aspectos históricos que deram origem à atuação madura da área de Serviço Social na pesquisa e na pós-graduação brasileiras. Esta digressão importa para entendermos a perspectiva ético-política que orienta a contribuição da área nas ações de internacionalização, frente aos desafios postos pelos critérios do CAPES-Print.

Balizas históricas para análise da internacionalização da área de Serviço Social no Brasil

Para iniciarmos esta sessão convém discutirmos abreviadamente dois marcos relevantes do processo sócio histórico do Serviço Social brasileiro, cujas repercussões são estratégicas para a análise do atual processo de internacionalização na área, sendo eles os processos de Renovação do Serviço Social latino-americano e de construção do Projeto Ético-Político.

O primeiro deles é o processo de Renovação do Serviço Social Latino-Americano. No campo dos fundamentos do Serviço Social é importante precisar que, conforme análises de Netto (1998), a Renovação do Serviço Social se constitui como um fenômeno internacional, a partir dos anos 1960, sendo “verificável, ainda que *sob formas diversas, em praticamente todos os países* onde a profissão encontrara um *nível significativo* de inserção na estrutura sócio-ocupacional e articulava algum lastro de legitimação ideal” (Netto, 1998, p. 142, grifos nossos). O autor complementa que “[...] em *escala mundial*, ela (a profissão) experimentou uma profunda inflexão, cujo conteúdo basilar se constituiu justamente na *erosão da legitimidade*⁶ do Serviço Social tradicional” (Netto, 1998, p. 145, grifos nossos).

Como parte integrante do processo de Renovação, a partir da erosão do Serviço Social tradicional, o Movimento de Reconceituação na América Latina⁷ se inscreve “na dinâmica de

⁶ Segundo Netto (1998), no Brasil, até a primeira metade da década de 1960, o Serviço Social brasileiro se constituía com razoável homogeneidade em relação a sua direção teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, uma vez que a profissão “[...] mostrava uma *relativa homogeneidade* nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, *sem disputas de vulto*, uma consensual direção interventiva e cívica” (Netto, 1998, p. 128).

⁷ Tal movimento permitiu uma “grande união profissional que abriu a via a uma Renovação do Serviço Social. A Reconceituação foi um processo que se esboça em 1965, tendo como objetivo adequar a profissão às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental – e que sensibilizavam o Serviço Social pelos mesmos condutos e sujeitos que, internacionalmente forçavam e parametravam alterações profissionais” (Netto, 1998, p. 146-147). Vale destacar que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano teve seu ponto de arranque a partir do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre/RS em maio de 1965, sendo seguido por diversos outros seminários nacionais e latino-americanos (com ênfase no Cone Sul), culminando com uma Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAEETSS) e promovendo intenso debate por meio de publicações diversas da área (Netto, 2005). No entanto, o

rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (Netto, 1998, p. 146), que repensa a sociedade e a profissão inserida na dinâmica societária. Na particularidade brasileira, podemos dizer que a Renovação permitiu um “giro” fundamental no Serviço Social que passa a disponibilizar ao mercado “um profissional ‘moderno’, cuja legitimação advém menos de uma (auto)representação humanista abstrata que de uma fundamentação teórico-técnica do seu exercício como Assistente Social” (Netto, 1998, p. 127).

Ao longo das décadas 1960/70, período em que o Brasil expande a modernização conservadora para relações de produção tipicamente monopolistas, ampliando a dependência externa sob uma ditadura empresarial-militar (Fernandes, 1976), o Serviço Social vivencia um processo de contestação de suas bases tradicionais conservadoras, de caráter confessional.

Em meio à crescente contestação do “Serviço Social Tradicional” na América Latina, em particular no Brasil ganharam força na profissão perspectivas associadas à modernização dependente e também críticas a ela. Isto porque a Renovação da profissão, conforme análises incontestáveis de Netto (1998), desenvolveu-se de modo diferencial, cronológica ou teoricamente, em três direções principais: a) *Modernizadora*, a partir da aproximação com o positivismo e a ideologia desenvolvimentista, defendida no contexto da ditadura, no qual o fazer técnico era supervalorizado; b) *Reatualização do Conservadorismo*, de inspiração fenomenológica, focada no indivíduo, nas suas vivências e sentimentos, de tendência intimista e psicologizante, cultura tolerada pela ditadura; e c) *Intenção de Ruptura* com o conservadorismo, sob o suporte da tradição marxista, especialmente a partir de finais dos anos 1970. Netto (1998, p. 136, grifos nossos) avalia que a Renovação do Serviço Social se constitui como:

processo complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões, é uma *tensão entre vetores de transformação e permanência* – e todos comparecem, em medida desigual e metamorfoseados, na resultante em que, indubitavelmente, predomina o novo.

Desse modo, diante da diversidade e complexidade da Renovação, a partir da mescla entre revitalização do “velho”/arcaico e emergência do “novo em potencial”,

O Movimento de Renovação da profissão [...] *não rompe imediatamente com o projeto conservador no Serviço Social, mas (este) começa a perder a hegemonia* no início dos anos 1980, (com) um novo horizonte para a dinâmica

Movimento de Reconceituação teve seu ponto final no prazo de uma década (1975), sendo duas causas fundamentais para este rompimento: as ditaduras que contiveram firmemente o movimento e a “visível pseudo-união entre os profissionais” (Netto, 1998, p. 148) dos diferentes países da América Latina. Logo, Netto (1998; 2005) nos instiga a interpretar que o Movimento de Reconceituação é a expressão do processo de Renovação e da sua complexidade, sendo “viabilizado na América Latina, sobre o protagonismo do Brasil e de outros países como Chile e Argentina, entre o período de 1965 e 1975” (Duarte, 2019, p. 10).

formação e trabalho profissional como resultado do Movimento de Renovação, especialmente a partir da vertente de *Intenção de Ruptura com o Conservadorismo* [...] (Duarte, 2019, p. 10, grifos nossos).

Netto (2005) explica que este Movimento, mesmo interrompido pela forte censura que predominou no Cone Sul, com as sucessivas ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos, deixou um legado decisivo para o Serviço Social latino-americano, que contribuiu para implementação da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Dentre este legado, ressaltamos como pontos importantes para pensarmos a internacionalização da área: a) a articulação de uma nova concepção de unidade latino-americana, partindo-se das problemáticas comuns da América Latina e da necessidade de uma “unidade construída autonomamente, sem as tutelas confessionais ou imperialistas” (Netto, 2005, p. 11); b) a interlocução crítica com as Ciências Sociais e o reconhecimento do pluralismo, inclusive admitindo as diferentes matrizes teórico-metodológicas da profissão; e, c) a valorização do estatuto intelectual da profissão, abrindo portas para a pesquisa na área e para o amadurecimento das investigações sobre a relação teoria-prática.

O segundo acontecimento relevante para o Serviço Social se insere no processo de retomada do debate da Reconceituação: estamos nos referindo à construção do chamado Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, tendo como anos decisivos para sua construção as décadas de 1980 e 1990, período em que o Estado brasileiro, mediante forte apelo popular, retomou a institucionalidade democrático-burguesa. Superando o atrelamento das instâncias profissionais ao Regime Ditatorial, o Serviço Social brasileiro produziu uma virada em termos de direcionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

O Serviço Social brasileiro passa a assumir, enquanto profissão e área de conhecimento, uma posição na qual assistentes sociais/docentes/estudantes devem se reconhecer enquanto parte da classe trabalhadora e, portanto, solidária às demandas e anseios populares. De acordo com Netto (2009), iniciou-se um processo mais substantivo de ruptura com os fundamentos conservadores que procuravam se aliar ao projeto de modernização dependente.

Este processo aproximou o Serviço Social da crítica radical à sociabilidade capitalista e à dominação imperialista. Se na década de 1980 a intenção de ruptura encontrou inconsistências na sua perspectiva de construção de um novo projeto profissional, é importante demarcar que alcançou avanços importantes na década de 1990, consolidando sínteses profissionais fundamentais para direcionar sua atuação profissional e acadêmico-formativa. No âmbito político-institucional, Duarte (2017) destaca marcos legais fundamentais alcançados na década de 1990:

O referido projeto perpassa e concretiza-se, do ponto de vista legal, no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), nas atuais Diretrizes Curriculares da Formação Profissional (1996), [...] dentre outros [...] esse conjunto contribui e compõe um “alicerce” sólido e progressista para o Serviço Social, resultando da luta da categoria profissional aliada à luta mais ampla da classe trabalhadora (Duarte, 2017, p. 189).

Desse modo, o Serviço Social vem construindo um projeto profissional que se inspira em uma perspectiva progressista, aliada à classe trabalhadora e às suas lutas gerais. Reconhece, a partir de fundamentos teórico-metodológicos e ético-filosóficos, os limites da sociedade capitalista vigente, projetando a perspectiva de “construção de uma nova ordem societária.” (CFESS *apud* Duarte, 2017, p. 189). No âmbito acadêmico, a articulação entre escolas, docentes, discentes; o avanço da pós-graduação e da pesquisa; e as construções coletivas organizadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), resultam do mesmo processo de construção.

A maturidade acadêmica alcançada pelo Serviço Social encontra-se expressa pelo seu reconhecimento como área de conhecimento alcançado a partir de 1980, com a expansão da pós-graduação *stricto sensu*. Destaca-se que os avanços na formação profissional em nível de pós-graduação [...] chancelam essa maturidade acadêmica, via produção de bibliografia consistente, crítica, vasta, plural e contemporânea (ABEPSS *apud* Mendes; Santos; Werlang, 2017, p. 168).

Ante o exposto, podemos afirmar que o Serviço Social brasileiro, enquanto área de conhecimento e enquanto profissão, almeja a solidariedade entre os povos e corrobora a perspectiva de que o conhecimento deve ser compartilhado multilateralmente. Isso significa que a internacionalização, como colaboração acadêmico-formativa é um valor contido no Projeto Ético-Político. Assim também, nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 11) defende-se a necessidade de “uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social.” Na mesma direção, Leher e Santos (2023, p. 17), argumentam que a internacionalização da pós-graduação:

[...] não pode ignorar a centralidade dos problemas nacionais e, no plano mundial, dos problemas dos povos, como os desafios das mudanças climáticas, da soberania e da segurança alimentar, das novas pandemias e da superação de manifestações racistas e de outras discriminações, assim como da desigualdade social planetária.

Portanto, a internacionalização na área de Serviço Social incorpora os processos sócio-históricos acima tratados. Isto é, as relações internacionais não se resumem à produção de conhecimentos, mas a incorporam. A noção de unidade latino-americana está presente na

própria construção do projeto profissional, vinculada a uma perspectiva de superação da dependência econômica, da heteronomia cultural, e do imperialismo total (Fernandes, 1976). A pesquisa e o propósito da cooperação internacional estão conectados aos princípios ético-políticos que incorporam uma agenda internacionalista com perspectiva de avanços das lutas gerais das classes trabalhadoras rumo à construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração.

A pós-graduação da área de Serviço Social no Programa CAPES-Print: entre critérios hegemônicos e o internacionalismo ético-político

De acordo com Garcia e Fernandez (2018), a partir da década de 1990 houve um crescimento significativo da pós graduação na área de Serviço Social no Brasil. As autoras mostram que até o final da década de 1980, a área possuía apenas 6 Programas de Pós Graduação (PPG's) *stricto sensu*; entre 1980 e 1990 foram criados mais 6; e mais 15 na primeira década dos anos 2000. Atualmente, no início da terceira década do século XXI, a área conta com um total de 37 PPG's no País, dos quais 22 ofertam cursos de mestrado e doutorado. Este crescimento da área 32 mostra-se compatível com o crescimento da pós-graduação em geral no Brasil. Dados da CAPES do ano de 2022 mostram que houve um crescimento de 37% no número de programas de excelência (conceitos 6 e 7) (CAPES, 2022), somando todas as áreas de conhecimento.

Com relação ao Programa CAPES-Print, dos 37 PPG's da área, apenas 8 foram contemplados. O levantamento de dados desta pesquisa mostra que, dentre os PPG's contemplados, o conceito CAPES dos referidos programas está entre 5 e 7, com predominância do conceito 6. Importante comentarmos que dois dos Programas da área, avaliados com conceitos 6 e 7, não participam do Print. Não podemos precisar as razões desta ausência, mas é fato que o CAPES-Print exigiu que a submissão de propostas vinculasse, no mínimo 4 PPG's, através de um Plano Institucional Internacionalização. Isso significa que não seria possível a adesão individual de qualquer PPG, independente de seu conceito na CAPES. Ainda merece registro o fato de 2 PPG's da Área 32 com conceito 5 terem sido contemplados pelo Print, condizendo com a análise que fizemos na primeira seção sobre as condições institucionais.

Então, o Print induziu interlocuções e aproximações entre distintas áreas de conhecimento de uma mesma instituição. A elaboração das propostas institucionais permitiu agregar PPG's de áreas diversas através da proposição de temas/eixos comuns. Em cada tema, os PPG's poderiam apresentar projetos próprios ou em conjunto com PPG's de outras áreas. Isso significa que há projetos que agregam várias áreas em um mesmo tema.

Percebemos, entretanto, que a associação por temas pode ser problemática. Algumas propostas institucionais para o Print envolveram muitas áreas em um mesmo tema, dificultando a nitidez sobre o papel de cada área na respectiva ação de internacionalização. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, o PPG em Serviço Social apresentou um projeto no tema *sustentabilidade, crescimento e combate às desigualdades* e, neste mesmo tema, estão mais 35 PPG's, das mais diversas áreas⁸.

Em síntese, há ricas possibilidades de interlocução e colaboração entre os PPG's de uma mesma IES e de áreas afins, mas, por outro lado, devemos considerar que há uma ameaça a investigações específicos de algumas áreas, as quais podem ser diluídas ou esvaziadas em prol da captação de recursos para a internacionalização. Além disso, a hierarquia que se produz por meio dos rankings de avaliação tende a se reforçar neste formato, uma vez que programas com maiores conceitos devem “puxar a fila” na elaboração de temas e projetos submetidos a Programas como o Print.

Outro aspecto importante revelado pela pesquisa é a significativa prevalência de universidades públicas dentre as contempladas pelo Print. Tanto no geral, quanto na área de Serviço Social, pelo menos dois terços das instituições são públicas estatais (Quadro 2). Este dado corrobora com Leher e Santos (2023), quando afirmam que, no Brasil, a maior parte da pesquisa de excelência é realizada nas universidades públicas, junto à pós-graduação. Considerando que o Print é financiado a partir do Orçamento Geral da CAPES⁹, isto é, com recursos públicos providos pelo Ministério da Educação, é essencial demarcar a importância da destinação de recursos públicos para o fortalecimento das instituições e serviços públicos.

⁸ Administração, Arquitetura, Artes Visuais, Astronomia, Ciências Contábeis, Comunicação, Direito, Economia da Indústria e da Tecnologia, Educação, Educação em Ciências e Saúde, Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia de Sistemas e Computação, Engenharia de Transportes, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Engenharia Oceânica, Engenharia Química, Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos, Filosofia, Física, Informática, Letras (Ciência da Literatura), Letras (Letras Vernáculo), Letras Neolatinas, Linguística, Lógica e Metafísica, Matemática, Planejamento Energético, Planejamento Urbano e Regional, Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social, Urbanismo (UFRJ, 2018).

⁹ Conforme o Edital 41/2017: “2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS 2.1. Os recursos destinados a este Edital, no presente exercício, correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral da Capes, previstas no Programa Institucional de Internacionalização, Fonte 0112 – Ação 0487 – Concessão de bolsas de estudos no Ensino Superior. 2.2. As despesas nos exercícios subsequentes correrão à conta dos respectivos orçamentos, conforme legislação aplicável e de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da Capes” (CAPES, 2017).

Quadro 2: Instituições no CAPES-Print por Natureza Jurídica.

Nat. Jurídica	Geral		Serviço Social	
Públicas	31	86%	6	75%
Privadas	5	14%	2	25%
Total	36	100%	8	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de CAPES (2020b).

Passando a outro aspecto da nossa análise, qual seja a distribuição regional, vemos que os critérios e indicadores do Print reforçam distorções causadas pelo desenvolvimento desigual no país. A alta concentração de Instituições de Ensino Superior (IES) e de Institutos de Pesquisa (IP) contemplados na Região Sudeste, seguido pela Região Sul, indica ausência de esforços no sentido de corrigir desigualdades regionais existentes na pós-graduação. No Quadro 3, vemos que pelo menos 75% das propostas financiadas pelo Print estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul, seja em geral ou especificamente na Área 32. A esse respeito, concordamos com Leher e Santos (2023) quando criticam a aferição do mérito acadêmico a partir dos critérios adotados, considerando que estes tendem a reforçar desigualdades, e não o contrário.

A metodologia de cálculo exacerba a desigualdade, pois não basta ser excelente; é preciso alcançar percentual elevado de indicadores de instituições que já ocupam a liderança do ranking. A utilização da mesma métrica para aferir a influência internacional dos países a partir dos rankings *apaga contrastes marcantes* (Leher; Santos, 2023, p. 14, grifos nossos).

Sobre os *contrastos marcantes apagados* por esta lógica, no Quadro 3 vemos que nenhuma instituição da região Norte brasileira teve proposta deferida pelo Print. Este é, sem dúvidas, um dado alarmante e preocupante. As instituições sediadas na Amazônia, uma região imensa e muito importante, não contam com recursos do Programa. Isso significa que o estímulo a parcerias internacionais em pesquisa e pós-graduação no Brasil reforçam contrastes regionais, ao invés de buscar corrigi-los.

Quadro 3: Distribuição IES/IP no Print por Regiões Brasileiras (Geral e Área 32-Serviço Social).

Região	Geral		Área 32	
Sul	8	22%	2	25%
Sudeste	20	56%	4	50%
Centro Oeste	2	5,50%	1	12,50%
Nordeste	6	16,50%	1	12,50%
Norte	0	0	0	0
Total	36	100%	8	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de CAPES (2020b).

Avançando na análise dos dados, notamos que a área de Serviço Social também acompanha a tendência geral requisitada pelo Print quanto à escolha de países para realização de parcerias internacionais. A maioria dos temas que envolvem PPG's da área de Serviço Social no Print é realizada mediante projetos de cooperação com instituições sediadas em países considerados estratégicos/prioritários. A título de exemplo, aproximadamente 60% das ações que envolvem a área 32 no Print se conectam a instituições da Europa e da América do Norte (Quadro 4).

Como consta na primeira seção deste artigo, dentre os requisitos para submissão de propostas ao Print, definiu-se que “[...] ao menos 70% dos recursos devem (sic) ser destinados às parcerias com instituições de países com os quais a Capes mantém cooperação efetiva (listados no Anexo I)” (CAPES, 2017, p. 5). No Quadro 1, vimos que o referido Anexo lista o que, de acordo com o Relatório de Execução do Print (2020b), seriam países estratégicos prioritários. A análise mostra que a maioria dos países estratégicos e prioritários são de desenvolvimento capitalista avançado, notadamente Europa Ocidental e Estados Unidos.

A esse respeito, convém retomarmos brevemente uma discussão com base em Florestan Fernandes (1976; 2010) e em Leher e Santos (2023). Para Fernandes (1976) a forma de associação dependente do Brasil ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países de desenvolvimento avançado no capitalismo implica uma permanente posição subordinada e heteronômica. Leher e Santos (2023) corroboram essa assertiva ao analisarem a associação dependente no âmbito das escolhas “estratégicas” em termos de internacionalização da educação superior:

[...] a internacionalização das universidades é indissociável das revoluções burguesas e dos projetos de futuro empreendidos pelos blocos de poder. Ignorar essas mediações é uma forma de negacionismo sobre o significado do sistema de Estados que conforma o imperialismo atual. É inequívoco que os

indicadores [...] são congruentes com as práticas já estabelecidas nos países do núcleo hegemônico [...]. As experiências brasileiras possuem lastros virtuosos com as relações acadêmicas internacionais, mas são frágeis pelas bases heterônomas de tais interações (Leher; Santos; 2023, p. 17).

Segundo Fernandes (2010, p. 216): “As Universidades nos países dependentes concorrem para preservar formas de subordinação cultural existentes (‘elos de assimilação à cultura hegemônica’) e propor adaptações mantenedoras da posição heterônoma [...]”. Assim, entendemos que a crítica à posição do país na geoeconomia política mundial é um pressuposto para se pensar a internacionalização sob uma perspectiva estratégica. Neste sentido, a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação deve estar conectada às prioridades de desenvolvimento balizadas por um projeto nacional soberano, o que pressupõe como horizonte estratégico a superação da condição dependente e heterônoma.

O que identificamos nos documentos elaborados no âmbito do Print, ao contrário disso, é a busca irrefletida de associação aos modelos de desenvolvimento hegemônicos. No Autodiagnóstico publicado pelo Grupo Gestor do Print em 2021, por exemplo, afirma-se que: “Maturidade científica e reputação de classe mundial constituem um importante e necessário passo para o domínio tecnológico e a soberania da nação brasileira no cenário internacional” (CAPES, 2021, sem paginação). Concordando com a análise de Leher e Santos (2023), entendemos que a mera busca pela reputação “world class university” pode se expressar contraditória e antagonica à expressão *‘passo para a soberania da nação brasileira em cenário internacional’*.

Logo, nossa posição é de que a internacionalização da pós-graduação não deve privilegiar a cooperação com instituições sediadas em países centrais do capitalismo, como ocorre no Print. Na verdade, dever-se-ia considerar estímulos à cooperação solidária também com países periféricos e dependentes na geoeconomia política mundial. Da mesma forma, deve-se valorizar e priorizar a pesquisa em cooperação com Instituições da região Amazônica, por exemplo, adotando-se uma perspectiva de partilha e produção de conhecimento que não se reduzam às ilhas de excelência “de classe mundial”. Nas palavras de Leher e Santos (2023, p. 18, grifos nossos): “[...] mais do que associar a internacionalização da pós-graduação aos problemáticos rankings, uma estratégia exitosa de internacionalização *deveria estar ancorada em projetos nacionais*”.

Quadro 4: Países Parceiros CAPES-Print (Área 32 - Serviço Social).

Continente		Qt.	Perc.	Países
África		2	6%	África do Sul, Moçambique
América	Norte	3	8%	Canadá, Estados Unidos, México
	Central	1	3%	Cuba
	Sul	4	11%	Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai
Ásia		6	17%	China, Coreia do Sul, Índia, Japão, Paquistão, Timor Leste
Europa		17	49%	Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Escócia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal , Inglaterra, Rússia, Suécia, Suíça
Oceania		2	6%	Austrália, Nova Zelândia
Total		35	100%	

Fonte: Elaboração própria com base em informações do CAPES-Print e dos PPG's da Área de Serviço Social.

O Quadro 4 mostra que, nas ações da área de Serviço Social no Print, há parcerias com países além dos considerados prioritários. Isso pode indicar que a perspectiva internacionalista construída pelo Serviço Social se expressa como um aspecto de resistência, sobretudo em termos de uma solidariedade latino-americana. Observando os temas e projetos que incluem PPG's da área 32, vemos que boa parte abrange países do Cone Sul, como Argentina, Chile e Uruguai. Em nosso entender, tais experiências se conectam ao lastro histórico recente da profissão em nível nacional e latino-americano. O quadro 4 mostra, também, que há parcerias com Cuba, e com China, Índia e África do Sul, integrantes dos BRICS¹⁰, o que sugere uma aproximação estratégica nos termos refletidos acima. Assim, acreditamos que a Área pode atuar ampliando e ressignificando o sentido “estratégico” e “prioritário” colocado pelo Edital do Print.

Ainda quanto às parcerias dos PPG's da área 32, destacamos que um número considerável de países parceiros tem como primeiro idioma o português. Isso significa que o idioma tende a ser um fator que aproxima parcerias na área, representando também uma postura resistente e contra-hegemônica. De acordo com Knobel *et al.* (2020, p. 676), o idioma inglês é visivelmente prioritário nas ações de internacionalização hegemônicas, o que se coloca tanto como obstáculo

¹⁰ De acordo com sua página oficial: “O BRICS é um agrupamento formado por onze países membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Serve como foro de articulação político-diplomática de países do Sul Global e de cooperação nas mais diversas áreas” (BRICS Brasil, 2024).

para o acesso a ações de internacionalização, haja vista os testes de proficiência, quanto, por consequência, como fator que acentua desigualdades.

Em síntese, consideramos que as análises apresentadas sobre a internacionalização da área de Serviço Social no CAPES-Print indicam que os critérios do Programa prevalecem no sentido de direcionar os trabalhos de cooperação internacional, sob a perspectiva hegemônica de internacionalização. Por outro lado, observamos que a presença da área de Serviço Social é viva e latente, e que tende a conectar-se estrategicamente a princípios construídos pelo acúmulo coletivo da profissão, no sentido da solidariedade latino-americana e entre países de economia dependente, principalmente os de idioma lusófono. Diante do exposto, concordamos com a análise de Duarte (2020) de que é preciso problematizar a totalidade da profissão a partir da sua localização sócio histórica na sociedade capitalista dependente brasileira. Por isso,

Há que se pensar na agenda da internacionalização para o Serviço Social considerando: as diferenças e as particularidades da profissão, incluindo, aqui, as diferentes concepções em nível mundial, sua trajetória e protagonismo histórico e teórico-metodológico na América Latina e no Caribe; as distinções com outras áreas; e suas experiências; a afinidade teórico metodológica crítica; os desafios atuais no campo das políticas sociais, dentre outros (Duarte, 2020, p. 105-106).

Portanto, concluímos que, de forma crítica e reflexiva, é possível acreditar na contribuição estratégica da internacionalização realizada pela área de Serviço Social, entendendo que “a universidade só aparece e se afirma historicamente como ‘fator de desenvolvimento’, quando concorre para a negação e a superação desse *status quo*” (Fernandes, 2010, p. 216).

651

Considerações Finais

Neste artigo discutimos que a internacionalização da pós-graduação está conectada com a geoeconomia política e com as estratégias hegemônicas que tentam contornar a atual crise estrutural do capitalismo. Entendendo a particularidade brasileira enquanto uma economia dependente e analisamos que esta realidade repercute nas prioridades da CAPES para o fomento das ações de cooperação internacional. Assim, o Print tende a expressar a perspectiva hegemônica que não problematiza a condição dependente, o que distancia a possibilidade de se desenvolver ações de cooperação em sentido estratégico, visando a superação desta condição.

Sobre o Serviço Social, enquanto área de conhecimento, enfatizamos que este agrega a herança ético-política e teórico-metodológica de sua construção histórica recente no Brasil. Com isso, analisamos que algumas ações de cooperação podem incorporar, crítica e estrategicamente, iniciativas importantes para uma perspectiva de internacionalização solidária

e pautada no anseio por um projeto nacional de desenvolvimento autônomo e soberano. Todavia, é preciso reconhecer que estas iniciativas são subordinadas aos critérios do Print.

Por fim, esperamos que o compartilhamento das aproximações de nossa pesquisa possa estimular outros estudos e reflexões que se debrucem sobre o tema da internacionalização no Serviço Social. Em especial estudos que, como o nosso, ressaltam o acúmulo da área em uma direção estratégica e internacionalista do trabalho em cooperação.

Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, novembro de 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 31/03/2025.
- BRICS Brasil. Sobre o BRICS. *BRICS Brasil 2025*, 12 dez. 2024. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics>. Acesso: 21/07/2024.
- CAPES. *Programas de excelência crescem 37% na pós-graduação*. Brasília: CAPES, 2022, *on line*. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/programas-de-excelencia-crescem-37-na-pos-graduacao>. Acesso em: 21/07/2024.
- CAPES. *Autodiagnóstico: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO (CAPES-PRINT)*. Brasília: CAPES, 2021, *on line*. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-relacoes-internacionais/print/Autodiagnostico_Internacional_Institutuc_GrupoGestor_mai21.pdf. Acesso em: 28/03/2025.
- CAPES. *Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional com foco na Pós-graduação Stricto Sensu*. Brasília: CAPES, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 18/07/2024.
- CAPES. *Relatório de execução*. Programa institucional de internacionalização (CAPES-Print). Brasília, agosto/2020b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/diretoria-de-relacoes-internacionais/print/Relatorio_Parcial_CAPESPrInt_bolsas_out2020.pdf. Acesso em: 21/07/2024.
- CAPES. *Grupo de Trabalho Internacionalização: relatório e recomendações*. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2020-01-03-relatorio-gt-internacionalizacao-pdf>. Acesso em: 21/07/2024.
- CAPES. *EDITAL nº. 41/2017 – Programa Institucional de Internacionalização Capes/PrInt*. Brasília: CAPES, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>. Acesso em: 21/07/2024.
- CAPES. *Para que serve a avaliação da Capes*. Brasília: CAPES, 2007, *on line*. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_18_07_07.pdf. Acesso: 16/07/2024.
- DIERCKXSENS, W.; PIQUERAS, A. (ORGS). *O capital frente ao seu declínio*. Fim da unipolaridade global: transição para o pós-capitalismo? 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- DUARTE, J. L. do N. *Educação Superior e Trabalho Docente no Serviço Social: processos atuais, intensificação, produtivismo e resistências*. 1. ed. Curitiba/PR: Editora e Livraria Appris, 2020.
- DUARTE, J. L. do N. Potencialidade dos fundamentos para uma formação crítica do assistente social. *Anais do 7º Encontro Internacional de Política Social e do 14º Encontro Nacional de Política Social*. Vitória: UFES, 2019, p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25768>. Acesso em: 04/05/2025.
- DUARTE, J. L. do N. Notas sobre o Projeto Ético-Político Profissional: fundamentos, construção e desafios. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 176-200, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/30382> Acesso em: 19/07/2024.
- FERNANDES, F. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. Prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda – São Paulo: Globo, 2010. (E-book).
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GARCIA, M. L. T. FERNANDEZ, C. B. Graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 262 - 275, ago./dez. 2018.
- KNOBEL, M.; LIMA, M. C.; LEAL, F. G.; PROLO, I. Desenvolvimentos da internacionalização da educação superior no Brasil: da mobilidade acadêmica internacional à institucionalização do processo na universidade. *ETD- Educação Temática Digital Campinas*. São Paulo, v.22 n.3 p. 672-693 jul./set. 2020.
- LEÃO, B.N.F.; NOGUEIRA, F. A.; CASTRO A.M.D.A. Internacionalização da Pós-Graduação no Brasil: o Programa CAPES-Print (2018-2022). *Rev. FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 33, n. 73, p. 91-107, jan./mar. 2024. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v33n73/2358-0194-faeeba-33-73-0091.pdf>. Acesso: 01/12/2025.
- LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. Geoeconomia política do conhecimento e os desafios para a internacionalização da pós-graduação. *Argumentum*. Vitória, v. 15, n. 2, p. 8-21, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40987/28048>. Acesso: 14/03/2025.
- MENDES, J. M. R.; SANTOS, A. M.; WERLANG, R. Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: há uma pedra no caminho. *Revista Katalysis*. Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 165-174, maio/ago. 2017.
- MOREIRA, C. R. B. S.; RIBEIRO, M. P. A internacionalização da Educação Superior: como o tema é tratado pelo campo da Educação? *Pro-Posições*. Campinas/SP. V. 33. 2022.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil* pós 64. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, J. P. III CBAS: Algumas referências para sua contextualização. In: CFESS (Org.). *30 anos do congresso da virada*. CFESS: Brasília, 2009, p. 15-42.
- NETTO, J. P. O movimento de reconceitualização: 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade*. nº 84, Ano XXVI. São Pulo: Cortez. Novembro de 2005.
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Proposta Institucional CAPES-Print – UFRJ*. Rio de Janeiro: CAPES/UFRJ, 2018. Disponível em: http://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/Projeto_Institucional_Internacionalizacao_Gerado_26Mar19.pdf. Acesso em: 21/07/2024.

Serviço Social, transformações no trabalho e desafios ético-políticos: uma análise comparativa Brasil-Itália

Social Work, transformations in work and ethical-political challenges:
a comparative analysis between Brazil and Italy

Salyanna de Souza Silva^{*}  

Gisele Caroline Ribeiro Anselmo^{**}  

Francesca Cubeddu^{***} 

Resumo: O presente artigo analisa as transformações recentes no mercado de trabalho das assistentes sociais, destacando as diferenças entre Brasil e Itália no que se refere aos processos de precarização e flexibilização das relações laborais sob a égide do neoliberalismo. O objetivo é apresentar reflexões preliminares identificadas no percurso de uma pesquisa comparativa fruto do intercâmbio entre assistentes sociais, docentes, estudantes de Serviço Social de universidades brasileiras e italianas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo em ambas as realidades, incluindo aplicação de questionários e realização de entrevistas com assistentes sociais e “observadores privilegiados”. Ao examinar o impacto das mudanças no mundo do trabalho e suas reverberações na atuação das/os assistentes sociais no âmbito da política de assistência social, notamos o crescimento de um processo de “externalização dos serviços sociais” a nível mundial. Nessa dinâmica, embora os/as profissionais sejam contratados/as pelo Estado, os vínculos e atribuições estão cada vez mais subordinados às organizações sociais, evidenciando o tensionamento entre a lógica mercantil e o projeto ético-político da profissão. caracteres); resumo português.

Abstract: This article analyses recent transformations in the labour market of social workers, highlighting the differences between Brazil and Italy with regard to the processes of precarisation and flexibilisation of labour relations under the aegis of neoliberalism. The objective is to present preliminary reflections identified during a comparative research project resulting from exchanges between social workers, lecturers, and students of Social Work from Brazilian and Italian universities. To this end, field research was conducted in both contexts, including the administration of questionnaires and interviews with social workers and “privileged observers”. By examining the impact of changes in the world of work and their repercussions on the practice of social workers within the field of social assistance policy, we observed the expansion of a process of “outsourcing of social services” on a global scale. In this dynamic, although professionals are formally hired by the State, their employment relations and responsibilities are increasingly subordinated to social organisations, revealing the tensions between market logic and the ethical-political project of the profession.

* Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: salyanna.silva@ufes.br

** Universidade Federal da Paraíba. E-mail: gisele.anselmo@academico.ufpb.br

*** Università degli Studi di Salerno. E-mail: francesca.cubeddu@irpps.cnr.it

Palavras-chaves: Trabalho; Transformações societárias; Trabalho do/a assistente social; Política Social; Projeto ético-político.

Keywords: Labour; Societal transformations; Social worker's labour; Social policy; Ethical-political project.

Introdução

Nas últimas décadas, o mundo do trabalho tem passado por profundas transformações estruturais, marcadas pela ofensiva do capital sobre os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. O avanço do projeto neoliberal em escala global tem promovido reconfigurações nas formas de contratação, nas relações entre Estado e sociedade civil e na organização dos serviços públicos, impactando diretamente a atuação profissional em distintas áreas. A intensificação da lógica de mercadorização da vida social e a crescente externalização das políticas públicas resultam na precarização dos vínculos laborais e no enfraquecimento do papel do Estado como garantidor de direitos. Nesse cenário, profissões que atuam diretamente na mediação das expressões da questão social, como o Serviço Social, são desafiadas a responder às contradições de um contexto em que o próprio sentido do trabalho e da intervenção pública é colocado em disputa.

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões preliminares identificadas no percurso da pesquisa “Trabalho profissional, precarização e Projeto Ético-Político: uma análise entre as/os assistentes sociais de Vitória e Roma” (2022-2025)¹. Iniciada em setembro de 2021, e concluída em setembro de 2025, a investigação resulta do intercâmbio entre assistentes sociais, docentes, bolsistas de Iniciação Científica e estudantes de Serviço Social vinculados/as a universidades brasileiras e italianas.²

A pesquisa realizou um estudo comparativo entre Brasil e Itália sobre as transformações contemporâneas no trabalho profissional, com ênfase nos processos de precarização, intensificados no contexto de aprofundamento das ofensivas do neoliberalismo. Buscou-se, com isso, analisar as repercussões ético-políticas dessas transformações na atuação de assistentes sociais nos dois países.

Adota-se como fundamento teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, buscando realizar o estudo comparativo do desenvolvimento da profissão em contextos

¹ Além das bolsas de Iniciação Científica (IC) concedidas pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC) da UFES, a referida pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES) e da Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para realização de visita técnico-científica na Itália no primeiro semestre de novembro de 2022.

² O presente artigo retoma considerações e elementos apresentados no trabalho “*Serviço Social e a precarização do trabalho: um estudo do contexto brasileiro e italiano*” publicado no XVII CBAS, do qual fizeram parte além das autoras deste artigo, as autoras Larisse Nunes e Rosinei Ferreira de Jesus.

socioeconômicos e históricos distintos. Parte-se da compreensão de que “tal metodologia não se limita a identificar as semelhanças e diferenças entre os fenômenos, mas abrange a explicação do porquê de elas ocorrerem ou o que faz com que o comportamento da parte seja diverso (Carvalho, 2014, p. 139).

A pesquisa adotou uma abordagem de métodos mistos, incorporando elementos das abordagens quantitativa e qualitativas. Em acordo com John W. Creswell e J. David Creswell (2021) essa integração entre as duas diferentes abordagens “gera uma compreensão que vai além das informações fornecidas pelos dados quantitativos ou qualitativos isoladamente” (p. 4), não se restringindo, portanto, a um plano metodológico rigidamente prescrito.

A partir do objetivo geral, foram realizadas pesquisa bibliográfica e de campo junto aos profissionais de Serviço Social, com o intuito de analisar as atuais transformações relacionadas à precarização do trabalho e suas implicações ético-políticas na atuação de assistentes sociais que trabalham nas políticas de assistência social da cidade de Vitória (Brasil) e Roma (Itália). A pesquisa empírica foi conduzida em duas etapas, a saber: 1) aplicação de um questionário composto por questões abertas e fechadas; 2) realização de reuniões para socialização dos dados brutos coletados, bem como escuta das demandas e sugestões apresentadas por as/os assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em Vitória, e nos *Segretariato Sociale* em Roma.

Destacamos que os procedimentos éticos referentes a pesquisa com seres humanos foram seguidos em todas as fases do presente estudo, atendendo assim as normativas éticas vigentes nos países envolvidos. A coleta de dados em Vitória foi iniciada somente após aprovação junto à Comissão de Pesquisa da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura de Vitória e do Comitê de Ética em Pesquisa da UFES (CAAE 52697421.9.0000.5542). Essa etapa ocorreu entre os meses de fevereiro a abril de 2022. Ao todo, foram obtidos 25 questionários, o que corresponde a um total de 69,5% do universo de profissionais convidados/as. Vale sinalizar que obtivemos a resposta de representantes dos 12 CRAS do sinalizado município mencionado.

Além da coleta por meio de questionários, foram obtidos dados qualitativos por meio do contato direto com as profissionais durante a realização de um curso de extensão, no qual foram apresentados os dados preliminares da pesquisa e registradas falas das participantes.³

³ O curso de extensão intitulado “Dimensões éticas e pedagógicas do Serviço Social: contribuições para um debate internacional” foi realizado entre abril e junho de 2023 com carga horária de 40 horas, teve como objetivo apresentar os dados de Vitória obtidos na pesquisa bem como fomentar o debate crítico sobre as condições de trabalho e atuação profissional das/os assistentes sociais.

No caso da cidade de Roma (Itália), a coleta de dados foi precedida por solicitação formal de autorização. Inicialmente, o link do questionário foi enviado via *Posta Elettronica Certificata* (PEC) a cada coordenador/a dos *Segretariati Sociali* dos 15 municípios romanos. No entanto, não houve retorno substancial⁴: apenas cinco assistentes sociais responderam ao instrumento, sendo duas do Município I e uma de cada um dos Municípios VI, IX e XV. Diante da baixa adesão, optou-se por organizar um grupo focal de discussão com assistentes sociais dos *Segretariati Sociali* dos municípios de Roma. O encontro foi realizado em novembro de 2022, no *Istituto per gli Studi sui Servizi Sociali (ISTSSS)*, ocasião em que foram discutidos os processos de precarização do trabalho profissional nos dois países, a partir da apresentação dos dados obtidos em Vitória/ES. Nessa ocasião, também foi possível obter informações mais detalhadas sobre a realidade do trabalho das/dos profissionais em Roma.

Adicionalmente, foi realizada uma entrevista em profundidade com um “observador privilegiado”: o professor universitário Marco Buralassi, docente da *Università degli Studi Roma Tre*, diretor do Curso de Graduação em Serviço Social e membro do Conselho de Assistentes Sociais de Roma. Reconhecido estudioso do trabalho profissional e do sistema de *Welfare* italiano, o docente contribuiu com importantes reflexões acerca da atuação profissional no contexto de precarização e das respostas institucionais às transformações do mundo do trabalho. Foi possível investigar as dimensões do trabalho dos assistentes sociais e o impacto da emergência de saúde da Covid-19.

O presente artigo organiza-se em três partes. Na primeira, são analisados os elementos históricos, políticos e econômicos que conformam as características do mercado de trabalho nos contextos brasileiro e italiano, com ênfase nas transformações decorrentes do avanço do neoliberalismo e seus efeitos nas condições de trabalho das/dos assistentes sociais. A segunda parte dedica-se à análise dos impactos dessas transformações para o Serviço Social nos dois países, considerando os efeitos sobre as práticas profissionais, os discursos institucionais e os desafios cotidianos enfrentados pelas/os assistentes sociais, evidenciando tanto as semelhanças quanto as especificidades de cada realidade nacional. Por fim, na terceira parte, são apresentadas as considerações finais, com reflexões sobre os principais pontos discutidos ao longo do texto, à luz do projeto ético-político da profissão.

⁴ Acreditamos que um dos elementos que explica a dificuldade aos Secretariados romanos seja a vastidão do território e o número de municípios (15 municípios) em Roma, que são tão grandes quanto uma cidade. Roma, de fato, tem uma população de 2.813.544 habitantes distribuídos em 15 municípios. Para obter dados, consulte: <https://www.comune.roma.it/web/it/roma-statistica-popolazione1.page> (Última visualização em 20/11/2023).

Precarização do trabalho e neoliberalismo no Brasil e na Itália

Nas últimas décadas, tem-se observado um intenso processo de reestruturação no âmbito do Estado e da economia, inserido em um movimento de alcance mundial orientado pela lógica neoliberal. Tal dinâmica tem se expressado por meio da privatização de bens e serviços públicos, da negação de direitos sociais e trabalhistas, da retração das políticas sociais e da crescente desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Enquanto projeto econômico e político, o neoliberalismo visa potencializar a “liberdade individual”, entendendo esta como incompatível com a justiça social. Logo, as políticas keynesianas que se baseiam no estímulo à intervenção do Estado na economia, são satanizadas. O centro da perspectiva neoliberal passa a ser o *estado de liberdade individual*, ou seja, o indivíduo na sua procura unicamente singular está concomitantemente contribuindo para o interesse de toda a sociedade, trata-se aqui da defesa da perspectiva de *mão invisível* de Adam Smith. (Mustafá; Silva; Anselmo, 2018).

Ao serem generalizadas e impulsionadas por órgão supranacionais, com destaque para Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as medidas neoliberais promoveram uma verdadeira destruição econômica e social principalmente nos países ex-União Soviética e do Sul Global.⁵

Associado a tal processo temos também o movimento de flexibilização. Para Ricardo Antunes (2013), a partir da década de 1970, emerge a era da acumulação flexível, com base no Toyotismo, como resposta à crise estrutural do capital. Inicia-se, assim, um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho em escala mundial. A terceirização, a informalidade e a flexibilização passam a compor a dinâmica predominante das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo.

Ainda segundo Antunes (2013), a lógica desse modelo reside na redução do proletariado estável e na ampliação, no interior das plantas produtivas modernas, de formas de trabalho precarizado, como jornadas parciais (*part-time*), contratos temporários, terceirizações e vínculos marcados pela instabilidade. Soma-se a isso o crescimento do desemprego estrutural. Exige-se dessas(es) trabalhadoras(es) níveis cada vez mais elevados de qualificação profissional para executar múltiplas funções cada vez mais complexas, frequentemente mediadas pelas novas máquinas informatizadas de maior incremento tecnológico.

Para Claudia Nogueira (2013), no período pós-1970, observa-se também um processo de *feminização do trabalho*, com uma intensificação da inserção das mulheres no mercado de

⁵ Para maiores aprofundamentos sobre a trajetória histórica do neoliberalismo sugerimos Mustafá, Silva e Anselmo (2018).

trabalho. No entanto essa inserção ocorre majoritariamente por meio de ocupações precárias, marcadas por acentuada exploração. A autora destaca a existência de uma divisão sociossexual do trabalho, um fenômeno histórico que se transforma de acordo com determinado período e é diferenciado a depender da sociedade a qual faz parte. Na sociedade capitalista, o trabalho doméstico fica sob responsabilidade das mulheres, tanto quando exercido de forma remunerada ou não.

Ainda segundo Nogueira (2013), a divisão sociossexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que contribui para a desqualificação e desvalorização do trabalho feminino, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo

Ao compreendermos esse movimento geral do capital, buscamos, neste artigo, aproximar-nos de determinadas expressões da particularidade brasileira e italiana. Partimos do pressuposto de que, para realizar um estudo comparativo sobre as características do trabalho assalariado, é fundamental analisar os elementos históricos, políticos, econômicos e sociais que repercutem no movimento histórico-dialético da realidade em cada realidade nacional.

Nosso objetivo não é meramente compor um “quadro comparativo” entre as condições de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Itália, mas compreender os fatores estruturais e conjunturais que influenciaram o desenvolvimento dessas particularidades.

Neste sentido, Edneia Alves Oliveira (2017) sinaliza que embora Brasil e Itália ocupem posições diferentes na divisão internacional do trabalho, é possível identificar algumas características comuns em seus processos históricos. No âmbito da formação no Estado, ambos os países compartilham a ausência de uma revolução burguesa clássica, a persistência de disparidades regionais marcantes e a presença de um forte fisiologismo na condução das políticas sociais. Oliveira (2017, p. 2) destaca ainda a “implementação do ideário neoliberal e as mudanças em curso orquestradas para adequar a legislação trabalhista ao novo processo organizativo”

Segundo a referida autora, o mercado de trabalho italiano sempre apresentou como característica histórica a proteção ao/à trabalhador(a), resultado do pacto keynesiano/fordista pós-Segunda Guerra e da luta do movimento sindical operário⁶. Um exemplo emblemático é a Caixa Integração de Ganhos Ordinária (*Cassa Integrazione Guadagni Ordinaria* - CIGo), criada na década de 1980, considerada como uma política social mais difundida e generosa na Europa.

⁶ Cabe evidenciar a importante influência do Partido Comunista Italiano (PCI) para o movimento operário, dentre as ações mais conhecidas podemos destacar os Conselhos de Fábrica que nascem em Turim no ano de 1919 sob liderança de Antônio Gramsci.

No caso brasileiro, Josiane Soares Santos (2012) enfatiza o caráter periférico e retardatário do capitalismo nacional, acentuado pelo imperialismo e pelos processos de concentração e centralização de capital próprios do capitalismo em seu estágio monopolista. Destarte, as relações sociais e de trabalho no país conformaram-se de maneira “não clássica”, com uma burguesia nacional que recorre constantemente à lógica da “revolução passiva”.

Assim, o mercado de trabalho no Brasil se constituiu a partir de elementos particulares da sua formação social. Santos (2012) afirma que o capitalismo brasileiro não se desenvolveu um modelo clássico de padrão “fordistas/keynesianista”, o que resultou na prevalência da “flexibilidade estrutural e a precarização das ocupações como características históricas do regime de trabalho” (Santos, 2012, p. 232).

A autora também destaca que o passado colonial-escravista e a ausência de uma “ruptura” real entre a burguesia nacional e os setores aristocráticos e elitistas, contribuíram para a conformação de uma sociedade que tem o racismo como um elemento estrutural. Mesmo após a abolição da escravidão, a população negra não foi imediatamente transformada em trabalhadores(as) assalariados(as). Ao contrário, o Estado nacional priorizou à imigração europeia, promovendo um projeto de *branqueamento* da população brasileira e a consequente marginalização dos/as trabalhadores/as negros/as, elementos presentes até os dias de hoje, seja na sociedade que na constituição do mercado de trabalho nacional (Santos, 2012, p. 138).

Ao trazer elementos históricos e econômicos da formação das classes sociais no Brasil, Clóvis Moura (2019) analisa o racismo como componente estruturante e segregador da sociedade brasileira. Segundo o autor, a população negra ex-escravizada, mesmo após a abolição da escravidão, não foi incorporada ao trabalho assalariado automaticamente, mas foi relegada às formas mais aviltantes de trabalho e às piores condições de moradias. Como destaca Moura (2019, p. 103):

Assim como a sociedade brasileira não se democratizou em suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou em suas relações raciais. Por essa razão, aquela herança negativa que vem da forma como a sociedade escravista teve início e se desenvolveu, ainda tem presença no bojo da estrutura altamente competitiva do capitalismo dependente que se formou em seguida (Moura, 2019, p. 103).

Nesse sentido, enquanto Oliveira (2017, p. 21) observa que, na Itália, o mercado de trabalho historicamente contou com certa proteção social, no Brasil, ao contrário, os processos de precarização e flexibilização sempre foram elementos estruturais. Conforme suas palavras:

Na Itália há uma tendência de precarização contínua, mas ainda com determinada proteção social, o que considero uma precarização protegida, enquanto no Brasil o que assistimos é uma ausência de direitos sociais e trabalhistas revelando uma precarização desprotegida (Oliveira, p. 252).

Mais recentemente com a adoção do neoliberalismo a nível mundial, observa-se o acirramento dos processos de exploração e de perda de direitos nos dois contextos nacionais analisados. A partir do final dos anos de 1980, a Itália começa a adotar medidas de flexibilização e precarização das relações de trabalho, com o objetivo de atender às exigências do Tratado de Maastricht (1992)⁷ e garantir sua inserção no bloco da União Europeia. Segundo Oliveira (2017), o neoliberalismo italiano apresentou contornos mais suaves, em comparação àquele brasileiro, mas foi igualmente caracterizado pela liberalização do mercado financeiro, pela adoção de diversas contrarreformas nas políticas sociais e pela flexibilização da legislação trabalhista. Destaca-se ainda que tais medidas aconteceram principalmente durante os governos de Silvio Berlusconi, sob a influência de grupos e partidos de extrema-direita, como a *Lega Nord*.

Dentre os marcos legais desse processo, destaca-se o chamado “Pacote Treu”, de 1997, que representou uma inflexão normativa no sentido da flexibilização do mercado de trabalho italiano. Em 2003, a Lei nº 30 aprofundou esse caminho, ao instituir novas tipologias contratuais e multiplicar as formas de trabalho parcial e precarizado.

No Brasil, o movimento não foi diferente. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, observa-se um processo de mudanças constitucionais “pelo alto”, principalmente via aprovação de Emendas Constitucionais e Medidas Provisórias. Nos anos 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, consolidou-se a implementação do receituário neoliberal definidos desde o Consenso de Washington (1989). Como destaca Netto (2012, p. 417), o projeto neoliberal fundamentava-se em três eixos principais: a “flexibilização” da produção e das relações de trabalho; a “desregulamentação” das relações comerciais e dos circuitos financeiros; e, da “privatização” do patrimônio estatal, que seguiram as orientações do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mesmo nos governos de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), durante as gestões dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, assistimos a uma continuação da implementação de políticas que refletiam o ideário neoliberal, embora com características diferenciadas em comparação aos governos anteriores.

No contexto do governo ilegítimo de Temer, foi aprovada a Lei nº 13.429/2017, conhecida como contrarreforma trabalhista. Seus efeitos sobre a classe trabalhadora têm se mostrado as mais nefastas possíveis, aprofundando a precarização das relações de trabalho. Para

⁷ O Tratado de Maastricht estabeleceu medidas a serem adotadas pelos países europeus em consonância com o Consenso de Washington (1989), a adoção do Euro subordina a economia nacional dos países europeus aos ajustes propostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (Oliveira, 2017, p. 78).

Martins, Feres e Beluzzi (2017), essa normativa se estrutura a partir de quatro diretrizes principais: (1) a supremacia das negociações diretas entre empregados e empregadores sobre as normas trabalhistas, ou seja, a primazia do negociado sobre o legislado; (2) a ampliação a ampliação das possibilidades de terceirização, incluindo atividades-fim e atividades-meio; (3) a flexibilização dos contratos e das jornadas de trabalho, com modalidades ajustáveis; e (4) a imposição de limites ao acesso e à atuação da Justiça do Trabalho.

Em pouco tempo após a entrada em vigor da referida legislação, observaram-se aumentos dos indicadores de desemprego e subemprego, bem como o crescimento da informalidade nas contratações e a supressão de direitos historicamente conquistados. Dados do IBGE (2020) sinalizam que, entre os anos de 2012 e 2014, houve um aumento de 7,3% nas ocupações formais. Contudo, no período de 2017 a 2019, tal aumento ocorreu nas ocupações informais, com variação de 6,1%. Para Passos e Lupatini (2020), o avanço da informalidade não apenas compromete a estabilidade das relações de trabalho, como também reduz o acesso da classe trabalhadora aos direitos assegurados pela seguridade social, especialmente no que se refere às políticas públicas de saúde e previdência social⁸.

Dilemas da profissão em tempos de generalização da precarização do trabalho.

O surgimento do Serviço Social enquanto profissão está diretamente associado ao momento histórico em que as multifacetadas refrações da “questão social” passaram a ser objeto de intervenção por parte de legislações e políticas sociais. Conforme analisa Netto (2001), esse processo ocorre no marco do desenvolvimento do Estado monopolista.

Enquanto trabalhadoras(es) assalariadas(os), mediadas(os) pelo mercado de trabalho, assistentes sociais têm a compra e venda de sua força de trabalho intermediada pela relação dinheiro/salário. Nesse sentido, segundo Raichelis (2020), as/os assistentes sociais, na condição de integrantes da classe trabalhadora, estão igualmente submetidas(os) aos processos de degradação das relações laborais e de violação de direitos que atingem o conjunto da classe trabalhadora. Iamamoto (2008) destaca entre esses processos a alienação, a precarização dos vínculos de trabalho e a degradação do próprio local institucional de atuação, principalmente, no âmbito do setor público.

⁸Sobre as demais políticas sociais destacamos duas outras grandes contrarreformas, são a Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal com limite para os gastos da União para as próximas duas décadas, e a EC nº 103/2019 logo no primeiro ano do (des)governo de Jair Bolsonaro, que expressou uma verdadeira perda de direitos previdenciários.

Outro elemento que reverbera no desenvolvimento da profissão em cada país são aqueles relacionados a seu objeto e principal lócus de atuação: as respostas historicamente construídas às multifacetadas expressões da “questão social”.

No tocante ao Serviço Social brasileiro, Raichelis (2020) evidencia que novas formas de trabalho e contratação tendem a tornar-se cada vez mais frequentes. Assistentes Sociais passam a ser recrutadas por meio de realização de pregões, por intermédio de “cooperativas de trabalhadores, trabalho temporário, empresas de prestação de serviços internos e externos, e principalmente as chamadas PJs (personalidade jurídicas)” (Raichelis, 2020, p. 25).

A autora sublinha que as transformações do “mundo do trabalho” deixaram de ter caráter residual para assumir um papel central e generalizado, alcançando diferentes campos de atuação. Essas mudanças ocorrem não apenas no âmbito empresarial, mas também no interior das organizações estatais, com repercussões diretas para o significado da profissão, suas atribuições, competências, respostas profissionais e implicações éticas.

As repercussões da reestruturação produtiva e da generalização da precarização no trabalho da/o assistente social podem se expressar na intensificação do tempo de trabalho, na rotinização das atividades, na padronização dos processos de intervenção, no fortalecimento de mecanismos de controle dos serviços e benefícios, bem como na crescente burocratização das atividades desempenhadas. (Raichelis, 2020, p. 33).

Assim como no Brasil, na Itália o Serviço Social também é reconhecido com uma profissão regulamentada, respaldada pela Lei nº 84, de 23 de março de 1993. Possui caráter autônomo e está estruturado em torno de conselhos profissionais em nível nacional e regional. O atual Código Deontológico do Serviço Social italiano foi lançado em 2020⁹.

Os/as assistentes sociais italianos/as são organizados/as em dois registros; Seção A e Seção B. A Seção A abrange os/as profissionais que cursaram o mestrado profissional em Serviço Social e Políticas Sociais¹⁰, enquanto a Seção B corresponde àqueles/as com formação trienal em Serviço Social (três anos)¹¹. O exercício legal da profissão exige aprovação no Exame de Ordem e inscrição no respectivo Conselho Regional. De modo geral, os/as profissionais da Seção A tendem a ocupar cargos de gestão e administração, além de

⁹ Sobre o debate dos fundamentos do Serviço Social brasileiro e italiano vide o artigo de Silva (2020) e Anselmo e Silva (2021).

¹⁰ Curso de pós-graduação com a duração de dois anos, assim como os mestrados acadêmicos brasileiros (classe LM-87 — Laurea Magistrale in Servizio Sociale e Politiche Sociali).

¹¹ Curso de graduação que após a reforma universitária de unificação do sistema de ensino superior europeu (Declaração de Bolonha, 1999) passou a ter a duração de três anos, assim como todos os demais cursos de graduação na União Europeia (classe: L-39 — Laurea triennale in Servizio Sociale).

apresentarem, frequentemente, maior tempo de atuação e experiência laboral em comparação àqueles/as da Seção B.

Uma pesquisa realizada em 2010 sobre o trabalho das assistentes sociais da Região de Lácio evidenciou que os vínculos laborais da Seção B são significativamente mais precarizados em relação aos/as profissionais da Seção A. Como destaca Buralassi (2012, p. 37):

A seção A, se diferencia pela presença muito consistente de trabalhadores a tempo indeterminado (78,6%), sobretudo na faixa etária de 50 a 59 anos (50%), e uma porcentagem modesta, 8,9%, de precarizados (assistentes sociais com contrato a tempo determinado) (...). Na seção B, pelo contrário, a análise associada das duas características evidencia uma situação completamente diferente a respeito da seção A, evidenciando as dificuldades dos jovens assistentes sociais a entrarem no mundo do trabalho e/ou de ter condições trabalhistas mais estáveis (Buralassi, 2012, p. 37, tradução nossa).

Conforme observado no item anterior, notamos que tal dado dialoga com a realidade nacional italiana, na qual as recentes contrarreformas neoliberais realizadas foram no sentido de generalizar os vínculos de trabalho precarizados, impactando principalmente entre mulheres e jovens.

Ao analisar o exercício profissional frente à crise do chamado “*Welfare italiano*”, Buralassi (2012, tradução nossa) afirma que o Serviço Social é uma profissão particularmente sensível à crise societária vivenciada atualmente. Diante uma fase de graves dificuldades socioeconômicas, a/o assistente social enfrenta uma dupla dificuldade: de uma parte, se depara com o aumento de demandas consideradas já tradicionais da realidade italiana, somadas a novas formas e situações de vulnerabilidades específicas do atual cenário; de outra parte, deve atuar em um quadro caracterizado pela redução dos recursos e serviços públicos.

Na Itália, assim, os assistentes sociais se encontram atualmente de frente a um desafio. Por definição, o mandato do Serviço Social é aquele de promover o bem-estar das pessoas e da comunidade e nos últimos anos a eficácia das suas ações foi fortalecida (...). Porém, em um cenário no qual começam a delinear-se os efeitos de uma inversão de tendências, o trabalho dos profissionais se confronta com carências, dificuldades e obstáculos que podem condicionar e comprometer suas orientações e operacionalizações (Buralassi, 2012, p. 20, tradução nossa).

Nesse sentido, durante a entrevista com o observador privilegiado, foi destacado que, embora nas últimas duas décadas tenha havido um avanço na valorização do Serviço Social e no reconhecimento da profissão dentro da rede de proteção social, (devido aos avanços no âmbito de legislação e normatização como vimos no item anterior¹²), tal processo não implicou, necessariamente, um aumento efetivo do número de profissionais no sistema público.

¹² Vale sinalizar para Lei 178/2020 (Lei Orçamentária para 2021), que em seu artigo 1º, parágrafo 797 e seguintes, previa um número definido de assistentes sociais por número de habitantes, especificamente um trabalhador para

(..) isto é, o número de assistentes sociais que trabalham dentro do sistema público não cresceu muito, enquanto a componente de assistentes sociais que trabalham no terceiro setor por sua vez cresceu muito, porque os atores institucionais, o sistema público, o Estado, as Regiões, as Comune¹³ cada vez mais delegam ao terceiro setor a realização dos serviços. Dessa forma, os serviços são ainda financiados pelos Comune e pelos sujeitos públicos, mas são cada vez mais realizados dos sujeitos externos, pelas organizações externas. Logo, tivemos um crescimento complexo no sistema dos serviços, um crescimento da componente dos assistentes sociais e do reconhecimento da importância de seu trabalho, que, contudo, é um pouco realizado na rede pública e muito realizada no setor privado, *no profit* (Burgalassi, 2022, tradução nossa)¹⁴.

O professor Marco Burgalassi, nosso observador privilegiado, afirma em entrevista concedida a uma das autoras que o movimento de delegação de responsabilidades do Estado ao terceiro setor, frequentemente identificado como processo de “externalização dos serviços sociais”, tem se intensificado nos últimos anos. Segundo ele, tal dinâmica resultou em um expressivo crescimento no número de assistentes sociais atuando no terceiro setor na Itália.

Essa realidade também foi apontada no grupo focal realizado em novembro de 2022, em Roma. Na ocasião, as/os participantes destacaram a carência de profissionais nas estruturas municipais, em decorrência de cortes no Fundo Nacional de Políticas Sociais e da fragilidade do marco regulatório regional.¹⁵

A administração pública tende a externalizar os serviços sociais (...) Estes continuam serviços públicos, cujo o Comune decide a finalidade, o financiamento, as regras, porém a realização concreta é atribuída à sujeitos externos, assim o Comune evita todos os problemas ligados (...) às admissões, às substituições, logo a tendência é aquela de ter um núcleo cada vez mais reduzido de profissionais do setor público e do outro lado ter uma parte cada vez maior de profissionais no setor privado (Burgalassi, 2022, tradução nossa)¹⁶.

No Brasil, essa lógica também se evidencia. Dados da pesquisa nacional do CFESS (2022) sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil destacam um momento de realização de “parcerias” entre o setor público e privado para oferta de serviços, o que se expressa na contratação de profissionais via instituições sociais. Assim, “essa situação explosiva alimenta

cada 5.000 habitantes / 4.000 habitantes.

¹³ O Comune é uma autoridade local territorial autônoma de acordo com o artigo 114 da Constituição da República Italiana. Ele pode ser subdividido em frações (partes muito pequenas do território ligado ao Comune), que, por sua vez, podem ter poder limitado graças a assembleias eletivas especiais. Um município também pode ter o título de cidade.

¹⁴ Entrevista concedida a Salyanna de S. Silva em novembro de 2022.

¹⁵ As funcionárias contratadas por meio de cooperativas, mas que atuam na Comune de Roma, possuem um endereço de e-mail distinto, utilizado especificamente para indicar que estão colaborando com a administração municipal, embora não integrem a equipe interna da Prefeitura.

¹⁶ Entrevista concedida a Salyanna de S. Silva em novembro de 2022.

a dinâmica de privatização do bem público e de contratação indiscriminada de trabalhadores/as temporários/as, terceirizados/as e/ou comissionados/as” (CFESS, 2022, p. 99).

Particularmente, na cidade de Vitória (ES), esse fenômeno se expressa de forma concreta. Segundo Girelli (2023), em 2021 a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) mantinha 15 Termos de Colaboração com cinco Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Nesse mesmo ano, o número de trabalhadoras(es) era de 978 pessoas, sendo que 809 possuía vínculo indireto, via Termos de Parceria, e apenas cerca de 10% eram servidoras(es) efetivas(os).

Os dados da pesquisa de campo indicam que o 84% (21) das(os) assistentes sociais que responderam ao questionário tinham vínculo celetista via convênio/termo de colaboração com entidades, particularmente com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), entidade vinculada à Igreja Adventista do Sétimo Dia. Apenas 16% (04) assistentes sociais afirmaram que seu vínculo é via contratação direta com a Prefeitura (Designação Temporária - DT)¹⁷. A forma de ingresso nesse caso se dá via seleção simplificada, a verba para contratação de tais profissional é via Edital público do Governo de Estado.

Embora a SEMAS conte com servidoras(es) concursadas(os)¹⁸, entre as/os assistentes sociais que atuam diretamente nos CRAS, se evidencia a prevalência de vínculos de trabalho via Termo de Colaboração e Designação Temporária. As diferentes formas de contratação das/os profissionais implicam não apenas em cargas horárias diversas, mas em diferenciações no acesso à direitos trabalhistas no interior de uma mesma equipe. Por exemplo, entre as(os) profissionais concursadas(os) e que ingressam via DT a carga de trabalho semanal é de 40 horas; enquanto as(os) profissionais contratadas(os) via ADRA tem uma carga horária de 30 horas, com acesso a plano de saúde e odontológico, além do vale transporte não ser descontado.

Tanto na realidade italiana quando na brasileira, observa-se um processo de negação do papel do setor público com garantidor de direitos, com crescente substituição por uma lógica empresarial voltada à eficiência e à competitividade.

Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) destacam a reconfiguração da ação pública sob o neoliberalismo, marcada por uma “*mercadorização da instituição pública* obrigada a funcionar

¹⁷ A SEMAS firmou um Termo de Colaboração com ADRA (Termo nº 121/2019 – Processo nº 1890554/2019 que foi prorrogado até 31 de julho de 2023), através de tal mecanismo a ADRA disponibiliza profissionais que atuam diretamente nos serviços da proteção social básica do município, dentre esses os CRAS, o parâmetro para tal atuação é Plano de Trabalho presente no Termo.

¹⁸ O último concurso público para SEMAS foi realizado em 2008. Em 2012 a Prefeitura realizou ainda um concurso para Secretaria de Saúde.

de acordo com as regras empresariais” (Dardot; Laval, p. 275). Os autores observam que o Estado foi reestruturado em duas direções:

[...] de fora, com privatizações maciças de empresas públicas (...), mas também por dentro, com a instauração de um Estado avaliador e regulador, que mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais (Dardot; Laval, 2016, p. 273).

Na entrevista, o professor Buralassi sinalizou que em torno de dez mil assistentes sociais atuam atualmente no terceiro setor em toda a Itália. Em geral, os contratos duram de três a cinco anos. Tal situação cria uma precariedade, as/os profissionais nessa condição trabalham sabendo que um dia o contrato acaba.

Essa dinâmica comporta precariedade, porque se uma pessoa tem a certeza de estar em seu posto de trabalho também nos próximos anos, trabalha com o espírito sereno, quem sabe não satisfeito, mas sereno, sobretudo porque pode fazer projetos futuros, com a certeza de poder comprometer-se, comprar uma casa, criar uma família (Buralassi, 2022, tradução nossa)¹⁹.

Na primeira década dos anos 2000 a Itália apresentou um crescimento nos níveis da pobreza e miséria. Tal processo não foi seguido do crescimento no âmbito das políticas sociais, o que reverbera no trabalho das/os assistentes sociais.

As necessidades crescem, entretanto, depois de uma fase favorável, entre 2013-2014 os serviços sociais desaceleram e também o trabalho dos assistentes sociais se transforma complexo e cansativo, porque passa a existir cada vez mais emergências e situações complexas (...) os próprios assistentes sociais tiveram que assumir problemas cada vez mais complexos, especialmente na frente da pobreza e marginalização onde tivemos um crescimento exponencial. Na Itália, em poucos anos, o número de pobres estimado em cerca de dois milhões e meio passou para cerca de cinco milhões em situação de pobreza absoluta, abaixo do limiar de subsistência. Assim grandes problemas, grandes necessidades, com recursos muito modestos (Buralassi, 2022, tradução nossa)²⁰.

O referido professor Buralassi chama atenção para os riscos futuros ao Serviço Social que tange a seus fundamentos ético-políticos. As transformações nas diretrizes do *Welfare*, tais como o enfraquecimento da universalização, a redução da socialização das necessidades e riscos ligados à desigualdade de natureza socioeconômica, o declínio da solidariedade distributiva e o crescimento do papel do chamado terceiro setor²¹ podem implicar em tensões éticas relevantes nos fundamentos da profissão (Buralassi, 2012, tradução nossa).

¹⁹ Entrevista concedida a Salyanna de S. Silva em novembro de 2022.

²⁰ Entrevista concedida a Salyanna de S. Silva em novembro de 2022.

²¹ A Itália historicamente apresenta uma forte tradição em relação à atuação e oferta de serviços de caráter assistencialistas e caritativos principalmente através de organizações religiosas, com destaque para a Caritas e a Comunidade Sant’Egídio.

Dessa forma, observa-se que o avanço das contrarreformas neoliberais e a ampliação da lógica de externalização dos serviços sociais, tanto no Brasil quanto na Itália, têm repercutido diretamente nas condições de trabalho das/os assistentes sociais e nos fundamentos que orientam sua prática. As diferentes formas de precarização, a fragmentação dos vínculos e o reordenamento das responsabilidades públicas colocam em xeque não apenas os direitos sociais conquistados, mas também os princípios ético-políticos que sustentam o projeto profissional do Serviço Social.

Embora no âmbito do Serviço Social brasileiro possamos falar de um Projeto Profissional Ético-Político, que se constituiu historicamente, ancorado nos diferentes fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social, nos Conselhos Federal e Estaduais (Conjunto CFESS/CRESS), na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), nas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS e no Código de Ética Profissional de 1993, não podemos esquecer que a conjuntura internacional em que vivemos se apresenta com um intenso acirramento das bases histórico-político sob as quais tal projeto foi construído. Seguindo as palavras de Santos (2007), é imprescindível não superdimensionamos tal direção e fazermos uma leitura realista de tais desafios conjunturais. Concordamos com Silva (2023) ao afirmar que:

Em tempos de ataques constantes à democracia, ultraneoliberalismo e conservadorismo, as/os assistentes sociais, por atuarem diretamente nas políticas sociais junto às parcelas da população mais subalternizada, precisam ter com imperativo de seu fazer profissional o conhecimento crítico da realidade, da política social em qual atua, mas principalmente o domínio dos elementos que envolvem a direção e posicionamento ético-político (Silva, 2023, p. 233).

É nesse cenário de intensas transformações que se impõe a necessidade de resistência, análise crítica e reafirmação do compromisso com a universalização dos direitos e com a justiça social. Trata-se dessa forma de um desafio ético-político que vai além da boa e eficaz execução da política social, mas orienta-se na direção de uma emancipação humana.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos apresentar alguns dados preliminares de uma pesquisa comparativa que tem como objetivo geral analisar quais as atuais transformações no âmbito da precarização do trabalho e suas possíveis implicações ético-políticas para a atuação das/os assistentes sociais inseridas na política de assistência social no Brasil e na Itália.

A partir de um levantamento bibliográfico sobre aspectos estruturantes da formação social de cada país, foi possível evidenciar a existência de algumas particularidades nacionais

relevantes. Se na Itália, graças à adoção de pacto fordista- keynesiano e da força do movimento sindical operário, o mercado de trabalho contou com maior proteção social; no Brasil, ao contrário, a precarização, a informalidade e a flexibilização sempre estiveram presentes nos elementos estruturantes da relação capital-trabalho. Com a adoção de medidas neoliberais, a precarização/flexibilização do trabalho passou a ser adotada como uma exigência condicionante ao “apoio” financeiro de organismos internacionais (Oliveira, 2017).

Tanto na realidade brasileira quanto italiana, observou-se um movimento de “externalização dos serviços sociais”, evidenciando uma tendência mundial de transformação e mercadorização da ação pública (Dardot; Laval, 2016). O que por sua vez reverbera no acesso ou não à estabilidade e aos direitos trabalhistas para a/o assistente social que atuam nas políticas sociais. Temos dentro de um mesmo serviço profissionais que atuam com cargas horárias e acesso a direitos trabalhista diferentes, pois muitas vezes seu vínculo trabalhista e suas atribuições é atrelado às organizações sociais.

Diante das transformações em curso no mundo do trabalho, torna-se necessário que as reafirmando o compromisso com o projeto ético-político profissional, pautado na defesa dos direitos sociais, na ampliação da cidadania e na luta coletiva pelos interesses da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *Perenidade (e Superfluidade) do Trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho*. In: SILVA, J.F.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (org.). *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- ANSELMO, G. C. R.; SILVA, S. de S. Os fundamentos do Serviço Social brasileiro e italiano: um estudo comparativo sobre bases históricas, teóricas e ético-políticas. In: CUNHA et al. (org.) *História na ponta do LAPESS: existir, resistir e esperar na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2021. E-book. Disponível em: <http://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2022/02/Selo-MASS-Hist%C3%B3ria-na-ponta-do-Lapess-Vers%C3%A3o-Final.pdf>. Acesso: 02 de julho de 2022.
- BURGALASSI, M. *Promuovere il benessere in tempo di crisi*. Una ricerca sugli assistenti sociali nel Lazio, Roma: Carocci, 2012.
- CUBEDDU, F.; ANSELMO, G. C. R.; NUNES, L.; JESUS, R. F. de; SILVA, S. de S. Serviço social e a precarização do trabalho: um estudo do contexto brasileiro e italiano. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, 2022. Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/inais/0000000917.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília, DF: CFESS, 2022.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- GIRELLI, C. M. I. *O uso da tecnologia da informação no SUAS Vitória: um estudo do SIGAFWEB*. Orientador: Prof. Dra Jeane Andréia Ferraz Silva. 2023. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2021.
- ITÁLIA. *Legge 23 marzo 1993, n. 84*. Ordinamento della professione di assistente sociale e istituzione dell'albo professionale. *Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana*, Roma, n. 76, 1º apr. 1993. Disponível em: <https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:1993-03-23;84!vig=>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- MARTINS, A P. A.; FERES, L. P.; BELUZZI, T. P. Reforma trabalhista e argumentos econômicos: o Brasil entre dois projetos. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, Campinas, SP, n. 51, p. 49- 166, jul./dez. 2017.
- MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MUSTAFÁ, A. da S. M.; Silva, S. de S, ANSELMO, G. C. R. Democracia e justiça social em tempos de golpe sob a égide do neoliberalismo. *Revista Katálysis*, v. 21 n.2. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p416>. Acesso em: 28 de novembro de 2025.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.
- NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. *Revista Serviço Social & Sociedade*, N. 111. São Paulo: Cortez, Set 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?lang=pt#> Acesso em 03 jul. 2022.
- NOGUEIRA, C. M. A precarização e a divisão sociossexual do trabalho. In: SILVA, J.F.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (org.). *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- OLIVEIRA, E. A. *A política de emprego na Itália e no Brasil*. A precarização protegida e a precarização desprotegida. Curitiba: Editora CRV. 2017.
- PASSOS, S. da S., LUPATINI, M. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. *Revista Katálysis*, v. 23, nº 1, p. 132-142, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/qVVvQN4Wg5Zx8937PxmTGVp/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 abr. 2024.
- RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). *Atribuições Privativas do/a assistente social em questão – CFESS*, Volume 2, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- SANTOS, J. S. *“Questão Social” particularidades no Brasil*. Biblioteca Básica/Serviço Social. São Paulo: Ed Cortez, 2012.
- SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, S. de S. Dimensões político-pedagógicas e ética profissional: um estudo a partir do trabalho profissional das assistentes sociais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Vitória (ES). (2023). *Temporalis*, 23(46), 218-235. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n46p218-235>. Acesso em: 10 abr. 2024.

- SILVA, S. de S. Fundamentos éticos e projetos profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano. *Revista Serviço Social & Sociedade*, Nº 138, p. 283 a 301 (mai/ago). São Paulo: Cortez, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.213>. Acesso em 2 jun. 2021.
- W. CRESWELL, J., CRESWELL, J. D. *Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e misto*. 5ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

La formación de Trabajo Social en el proceso de modernización y construcción democrática en España

The training of Social Work in the process of modernization and democratic construction in Spain

Miguel Angel Oliver* 

Virgínia Alves Carrara** 

Rosana Matos-Silveira*** 

Allana Alcântara Guimarães**** 

Resumo: En la década de los años ochenta, los estudios de Trabajo Social en España son reconocidos como Diplomatura y pasan a ofertarse por las Universidades. A partir de las Directrices del Real Decreto 1850/1981, se aprueban por parte de diferentes universidades públicas, los planes de estudio que, posteriormente, son homologados por el Consejo de Universidades. Todo ello tiene lugar en el contexto histórico de cambio en España, que se pone también de manifiesto con la creación y desarrollo de los servicios sociales, la aprobación de las distintas leyes autonómicas de servicios sociales y la realización de diferentes congresos profesionales de la disciplina que plasman los intereses y preocupaciones de las trabajadoras sociales en esos años. La metodología de investigación utilizada, de tipo cualitativo, se sustenta en una búsqueda documental de los planes de estudio de Trabajo Social aprobados en la década de los años ochenta, en el marco de un proceso de cambio y modernización de las estructuras de la sociedad española con repercusión en el sistema universitario. Los resultados destacan los

Abstract: In the 1980s, Social Work studies in Spain were recognized as Diplomas and began to be offered by universities. Following the Guidelines of Royal Decree 1850/1981, various public universities approved curricula, which were subsequently approved by the Council of Universities. All of this took place within the historical context of change in Spain, also reflected in the creation and development of social services, the approval of various regional laws on social services, and the holding of various professional conferences on the discipline that reflected the interests and concerns of social workers during those years. The qualitative research methodology used was based on a documentary search of the Social Work curricula approved in the 1980s, within the framework of a process of change and modernization of the structures of Spanish society with an impact on the university system. The results highlight the new professional profiles sought with the Diploma, which are more technical in nature and offer training designed for social intervention rather than research.

* Universitat de les Illes Balears. E-mail: mangel.oliver@uib.es

** Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: vcarrara@ufop.edu.br

*** Universidad de Granada. E-mail: rosanadm@ugr.es

**** Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: allanaalcantara@gmail.com

nuevos perfiles profesionales que se pretenden con la Diplomatura, de carácter más técnico, y con una formación pensada para la intervención social y no para la investigación.

Palavras-chaves: Formación en Trabajo Social; Planes de estudio; Proceso de Modernización; Democratización; España.

Keywords: Training in Social Work; Studs Plans; Modernization Process; Democratization; Spain.

Introducción¹

En la formación de Trabajo Social en España, la década de los años ochenta del siglo XX resultó un período trascendental. Tiene lugar en esos años la creación del Título de Diplomado en Trabajo Social y el establecimiento de las directrices para la elaboración y aprobación de los planes de estudio de las diferentes universidades en el marco de la *Ley Orgánica 11/1983, de 25 de agosto, de Reforma Universitaria*. Todo ello se produce en un contexto de cambios sociales y políticos en el país que persiguen, en su conjunto, la modernización de diferentes aspectos de la sociedad española tras el fin de la etapa franquista. Con la *Ley de Reforma Universitaria* se pretende democratizar también el sistema universitario en el que se ha venido produciendo, además, desde la década de 1970, un aumento significativo en el número de estudiantes. Esta Ley señala que serán las universidades las que elaborarán y aprobarán sus planes de estudio, recogiendo también las materias que deberán ser cursadas para la obtención de los títulos bajo las directrices aprobadas por el Ministerio de Educación y Ciencia.

Este trabajo analiza los planes de estudio de Trabajo Social aprobados por diferentes universidades públicas y posteriormente homologados por el Consejo de Universidades en la década de los años ochenta, en el contexto histórico de cambio en España y en relación con otros acontecimientos fundamentales que tuvieron lugar en ese período: la creación y desarrollo de los servicios sociales con la aprobación de las distintas leyes autonómicas de servicios sociales y la realización de diferentes congresos profesionales de la disciplina que plasman los intereses, preocupaciones y dificultades de las trabajadoras sociales y de la propia profesión en esos años. El estudio pretende contribuir a la comprensión de las tendencias profesionales presentes en el Trabajo Social en España en los años ochenta, en este caso, a través de su vertiente formativa, recordando una etapa fundamental de la misma como fueron los primeros

¹ Este trabajo se enmarca en un subproyecto integrado en una investigación más amplia denominada “*O Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais - América Latina e Europa (1960-2020)*”, aprobado por la *Chamada Universal 2023 del CNPq*, bajo la coordinación del Dr. Maurílio de Castro Matos.

años de la transición democrática. Esta conllevó, entre el conjunto de cambios que tuvieron lugar en la sociedad española, la aprobación de iniciativas fundamentales para el desarrollo de los servicios sociales y de la profesión de Trabajo Social.

Metodología

Este trabajo tiene por objetivo analizar la formación de Trabajo Social en la década de los años ochenta del siglo XX en España, con eje en los planes de estudio que fueron aprobados por las distintas universidades, su relación con el contexto social y los cambios de tipo normativo que, en el ámbito de la política educacional y en materia de servicios sociales, se producirán en esos años. El enfoque cualitativo utilizado en esta investigación, habitual en estudios con una finalidad exploratoria, descriptiva e interpretativa (Pérez Serrano, 2007), parte de una revisión bibliográfica sobre los cambios que tienen lugar en el período analizado en relación a la enseñanza superior, los servicios sociales y la profesión de Trabajo Social en España. Para esto último, además de la consulta de normativas y documentos públicos, destaca como uno de los elementos también importantes en este análisis, los contenidos de los congresos profesionales de la disciplina que tuvieron lugar en esos años en España, de los cuáles las autoras de este trabajo ya trataron en un artículo anterior. Al centrarse en los aspectos formativos de la disciplina, la búsqueda documental se ha focalizado en un segundo momento en identificar las universidades que imparten los estudios de Trabajo Social en España en la década de los años ochenta. Se ha accedido a veintidós planes de estudios de Trabajo Social de los años ochenta, de diferentes escuelas universitarias de las cuales veinte eran públicas y dos privadas. Se ha llevado a cabo una preselección de estas escuelas a partir del criterio de distribución territorial de las mismas en las diferentes regiones o Comunidades Autónomas del Estado español, y se han recogido los contenidos de los planes de estudio de ocho de estas universidades que, a través del Consejo de Universidades se han ido aprobando entre los años 1983 y 1989. Se han analizado los planes de estudio a través de las disciplinas que se imparten vinculadas a cada una de las áreas de conocimiento, resultando los diferentes números del Boletín Oficial del Estado (BOE) correspondientes a la década analizada, uno de los principales documentos de consulta para el acceso a la información.

La Reforma Universitaria y el desarrollo de los Servicios Sociales en el marco del proceso de modernización del Estado español.

Modernización e integración representan ideas fundamentales en España en los años ochenta, con la apertura del país y su incorporación - en 1986 - a la Comunidad Económica

Europea (CEE). Este proceso estableció las bases para una España progresista y plural, que buscaba alejarse de su reciente pasado dictatorial. Bajo una monarquía constitucional, la Constitución Española (CE) de 1978 garantizó el Estado de derecho, al mismo tiempo que respetaba la diversidad cultural de las distintas regiones de España. Con su peculiar formación socio-histórica, compuesta por distintas regiones y sus respectivas lenguas oficiales: gallego, euskera, catalán y castellano, reconocidas oficialmente por la CE, se refuerza desde los tiempos remotos la particularidad de España como país plurinacional. El contexto social, económico, político y cultural de los años ochenta estaba enmarcado por los rasgos del difícil proceso de la transición democrática. Estado y sociedad experimentaban el movimiento de apertura con el reconocimiento de libertades y derechos fundamentales, y la construcción del Estado Social en España, pero en un escenario marcado por el recetario neoliberal impulsado por el Reino Unido y los Estados Unidos, así como por las determinaciones del Banco Mundial. La economía española necesitaba incorporarse al comercio internacional después de años de retraso significativo en todas las áreas, una vez que el sistema autárquico en la dictadura franquista ²aisló a España de la Europa desarrollada.

En el proceso de modernización y con su incorporación a la CEE, España desarrolló cambios en la enseñanza superior bajo la *Ley Orgánica 11/1983, de 25 de agosto de 1983, de Reforma Universitaria*. Con anterioridad a la *Ley Orgánica de Reforma Universitaria de 1983*, estuvo vigente en España, desde 1943 y hasta 1970, la *Ley de Ordenación Universitaria* (LOU), que establece la naturaleza católica de la universidad e integrándose ideológicamente con el Estado afirma que su misión es “la de formar a la juventud para la vida humana, el cultivo de la ciencia y el ejercicio de la profesión al servicio de los fines espirituales y del engrandecimiento de España” (Boletín Oficial del Estado, núm. 212, de 31 de julio de 1943). Posteriormente, ya en 1970 se aprueba la Ley General de Educación (LGE), que reorganizó el sistema universitario y representó un cierto avance en la modernización de la universidad. Durante todo el período de la dictadura franquista, la universidad española estaba altamente centralizada y controlada por el Estado desde el Ministerio de educación, que regulaba todos los procesos internos de gestión, organización y gobierno de la universidad, sin que esta pudiera apenas tomar decisiones sobre cuestiones estratégicas (Sánchez-Ferrer, 1996;

² La dictadura franquista fue un largo período de la historia de España (desde 1939 a 1975), que comportó un aislamiento internacional durante sus primeros veinte años. Se caracterizó por el nacionalcatolicismo, con la Iglesia Católica ejerciendo un papel fundamental en la vida pública y la educación; por la existencia de un partido único, el Movimiento Nacional (la Falange Española); el autoritarismo en torno a la figura de Franco - que ostentó el título de "Caudillo" -; y la represión política a movimientos sociales y sindicatos, que forzó a miles de personas al exilio.

Fernández, 2025).

Como recoge el Boletín Oficial del Estado (BOE, N° 209, p. 24034), en ella se declara que “la incorporación de España a las sociedades industriales avanzadas pasa necesariamente por su plena incorporación al mundo de la ciencia moderna”. Se asume que es la Universidad la institución social mejor preparada para asumir el reto del desarrollo científico-técnico, tal como la experiencia de los países próximos ha demostrado. En ese sentido, se justifica la necesaria reforma universitaria, “para impulsar el desarrollo de la mentalidad y el espíritu científico en España”, aunque esta se debe también a otros factores: “el creciente número de estudiantes que exigen un lugar en las aulas [...] la previsible incorporación de España al área universitaria europea supondrá una mayor movilidad de titulados españoles y extranjeros”.

El desarrollo científico, la formación profesional y la extensión de la cultura son señaladas como las tres funciones básicas que la renovada Universidad española en su proceso de democratización de la educación, debe cumplir rumbo al siglo XXI. La Universidad con esta reforma tuvo el objetivo de ofrecer calidad docente e investigadora. La Ley disponía que eso “sólo se podrá ofrecer si le garantizan condiciones de libertad y de autonomía, pues sólo en una Universidad libre podrá germinar el pensamiento investigador, que es el elemento dinamizador de la racionalidad moderna y de una sociedad libre” (BOE, N° 209, p. 24034). De acuerdo con Monedero (2017, p. 225), “España se incorporaba a la modernidad cuando la posmodernidad conservadora estaba haciendo sus estragos.”

Es importante remarcar que la *Ley de Reforma Universitaria* buscó alinear la enseñanza superior a las nuevas exigencias de Europa y, por tanto, la necesidad de introducir estándares capaces de garantizar una calidad mínima homogénea para todas las universidades. Esta *Reforma Universitaria*, ya prepara de alguna manera el terreno para lo que serán los importantes cambios que tendrán en el siglo XXI con la creación del Espacio Europeo de Educación Superior, conocido como Proceso de Bolonia³, al ser uno de los ejes de la *Ley de Reforma Universitaria*: “la adaptación de los planes de estudio y la flexibilización de los títulos que se ofertan en el mercado de trabajo”.

Considerada como el servicio público de la educación superior, las funciones de la Universidad van desde la creación, desarrollo, transmisión y crítica de la ciencia, de la técnica

³ El Proceso de Bolonia de 1999, con el objetivo de unificar la enseñanza superior europea, reorganizó los estudios universitarios españoles para que fueran compatibles con el Espacio Europeo de Educación Superior (EEES). Tanto las licenciaturas, hasta entonces de 5 años de duración de los estudios, como las diplomaturas, de tres años de duración, pasaron con algunas excepciones, a tener cuatro años, denominándose todos ellos grados universitarios, mientras que los másteres universitarios, generalmente de un año de duración, se consolidaron (Fernández, 2025).

y de la cultura, a la preparación para el ejercicio profesional, apoyo social, científico, económico y tecnológico, tanto nacional como de las comunidades autónomas, y la extensión de la cultura universitaria al servicio de la sociedad. Heredera del pacto constitucional, la *Ley de Reforma Universitaria* introdujo competencias propias de las universidades, al incorporar una cierta autonomía universitaria respecto a las administraciones públicas (Estado y autonomías). Por otro lado, de acuerdo con Farrerons Vidal (2005, p. 7) es la primera ley en España que reconoce con carácter general la creación de universidades privadas. A finales de la década de los ochenta se inició una expansión de la oferta universitaria en España, con la creación de universidades a lo largo del territorio, tanto de titularidad pública como de titularidad privada. Con el proceso de transferencia de competencias desde el Estado central español para las regiones autonómicas, y con la *Reforma Universitaria*, las universidades fueron poco a poco transferidas y las comunidades autónomas fueron promulgando leyes de ordenación de sus sistemas universitarios (Farrerons Vidal, 2005, p. 8).

En este contexto de inversión por parte del Estado español en la educación superior, el Trabajo Social logró su incorporación a las universidades con el *Real Decreto 1850/1981 de 20 de agosto*. Con las nuevas exigencias de la *Orden de 12 de abril de 1983* por la que se establecen las directrices para la elaboración de los Planes de Estudio de las Escuelas Universitarias de Trabajo Social, la profesión pasó a ser reconocida como Diplomatura, y entró a formar parte de la cultura universitaria en el contexto de reforma de la Universidad.

En el ámbito social, una particularidad de esta modernización se da a comienzos de los años ochenta cuando se aprueban, en distintas regiones del Estado español, las leyes autonómicas de servicios sociales⁴. A pesar de la heterogeneidad existente - dado las peculiaridades de cada territorio -, se destacan de estas leyes varios elementos en común, como la estructuración del sistema en dos niveles: el *especializado*, dirigido a situaciones que exigen una alta especialización interdisciplinar y técnica, y *los servicios sociales comunitarios o de atención primaria*, de gestión pública y como primera línea de atención, es decir, en el ámbito municipal, teniendo como atribuciones las de detectar las situaciones de necesidad y prevenir, informar, asesorar e intervenir desde la complementariedad con la atención especializada.

Con la aprobación de la *Ley de Bases de Régimen Local en 1985*, se incorporan un gran número de trabajadores/as sociales a la administración pública, al mismo tiempo que se irá progresivamente consolidando la colaboración entre el Estado, Tercer Sector y entidades

⁴ A partir de la promulgación de la Constitución Española, la asistencia social pasa a ser competencia de las Comunidades Autónomas (art. 148.1.20), dejando de depender los servicios sociales de organismos centrales en aspectos relativos a la financiación, planificación y gestión de los mismos.

mercantiles. Para los profesionales, esta puesta en marcha de los nuevos servicios sociales municipales se vive como un gran desafío, al participar estos de forma notable, en los procesos de planificación.

En 1988 se crea el Ministerio de Asuntos Sociales, asumiendo el Estado la responsabilidad en la ejecución de la política de acción social para el conjunto del país (Picornell-Lucas *et al.*, 2022). La inexistencia de una ley de servicios sociales de ámbito estatal se compensa con la aprobación, en el mismo año, del Plan Concertado de Prestaciones Básicas de Servicios Sociales, que permite garantizar unas prestaciones mínimas a toda la población (Subirats *et al.*, 2007).

Todas estas reformas y aprobación de leyes que se llevan a cabo, permiten el paso de una atención asistencial y paternalista de la etapa franquista, a la creación de un sistema de protección de vocación universalista, integral, polivalente y arraigado en el territorio, inspirado en las propuestas de los Estados de Bienestar europeos. No obstante, este importante desarrollo del Sistema Público de Servicios Sociales (SPSS) no logra superar del todo la tradición asistencialista, consolidándose un modelo gerencialista que continúa “recibiendo un cierto mandato social de atender a los pobres” (Aguilar, 2013, p. 11), que hace que estos mantengan elementos de continuidad con el modelo de la beneficencia pública. El modelo de Estado de Bienestar español, para Rodríguez (2007), se crea a partir de una combinación entre la privatización creciente y la asistencialización de la protección social, reflejando las ideologías de tipo neoliberal que contemplan la incompatibilidad del mismo a largo plazo, con el crecimiento económico y la centralidad del mercado.

Las nuevas exigencias en el proceso de modernización en el Estado español se constatan también en las demandas y preocupaciones de las profesionales de Trabajo Social que acompañan el movimiento de otras esferas de la sociedad. Ello se refleja en los tres Congresos Estatales de Asistentes Sociales realizados durante la década de los ochenta, que se enmarcan en este contexto de democratización. Por consiguiente, sus contenidos han fortalecido no solo el proceso de consecución de los derechos ciudadanos, sino también los cambios en la propia profesión, tanto a nivel formativo como profesional. En el IV Congreso Estatal realizado en Valladolid (1980), se evidencia la lucha por el reconocimiento de los estudios de Trabajo Social como estudios universitarios de primer ciclo. Se reivindicaba, además, la incorporación de las trabajadoras sociales a los niveles de planificación y dirección de programas de acción social y la ampliación de las funciones profesionales en el ámbito de la Administración central y local. En el V Congreso realizado en Vizcaya (1984), se defendió la importancia de impulsar un Sistema de Bienestar Social que respondiera a las necesidades

reales de la población española. Y, por último, el VI Congreso, que se llevó a cabo en Oviedo (1988) se centró principalmente en la articulación entre el Trabajo Social y los Servicios Sociales desde el marco de la Política Social, resaltando la importancia del desarrollo de una intervención científica y rigurosa en la realidad social, en un marco en el que predominan los discursos sobre Bienestar Social. En este mismo Congreso, una de las tres ponencias marco tratará sobre la formación profesional y, en relación al tema, se presentarán asimismo cinco comunicaciones. En todos estos encuentros se evidencia la preocupación por la formación de los futuros profesionales centrándose en aspectos como la diversidad de planes de estudio existentes y la calidad de las enseñanzas. Sobre este esfuerzo del colectivo de profesionales cabe recordar, finalmente, que este se llevará a cabo dentro de los límites de una profesión que ingresa en la Universidad con el inicio de la década y que, hasta 1991, no será reconocida como área de producción de conocimiento (Oliver; Alves-Carrara; Matos-Silveira, 2024; Alves-Carrara; Oliver; Matos-Silveira, 2025; Moran-Carrillo, M.; Jiménez, 2016).

Los años ochenta: una década clave en la formación de Trabajo Social en España

Como ya hemos señalado, la década de los años ochenta resultó trascendental para la formación y consolidación disciplinaria en Trabajo Social. Si en febrero de 1980⁵ se crea el Título de Diplomado en Trabajo Social, un año después, las Escuelas de Asistentes Sociales pasarán a conocerse como Escuelas Universitarias de Trabajo Social⁶. La denominación de “asistentes sociales” se cambiará por la de “trabajadores sociales” en 1981⁷, adaptándola al marco internacional. Ambos acontecimientos son el resultado de las resistencias y las luchas de las trabajadoras sociales que estuvieron presentes en la historia, con sus acciones y producciones, y que se articularon con el “movimiento de la sociedad española que buscaba modernizarse y situarse en sintonía con el resto de países que conforman una Unión Europea en proceso de construcción” (Carrara; Matos-Silveira; Oliver, 2025, p. 51).

Coincidimos con Banda Gallego (2017) al afirmar que todas estas conquistas fueron fruto de un proceso largo y laborioso de la categoría profesional:

Si el reconocimiento de las Escuelas de Asistentes Sociales había supuesto un esfuerzo durante catorce años, la transformación de estas en Escuelas Universitarias se consiguió tras doce años de trabajo continuado. Esta larga lucha, y esta larga espera, nos indican lo inalcanzable que se veía, pero, a su vez, lo creíble que resultaba. No nos queda más que reconocer que lo

⁵ Proposición No de Ley aprobada por el Pleno del Congreso de los Diputados el 25 de febrero de 1980. Madrid, B.O.E de las Cortes Generales nº 161-II, de 28 de febrero de 1980.

⁶ Real Decreto 1850/1981 de 20 de agosto, Ministerio de Educación y Ciencia. Madrid, B.O.E. nº 206 de 28 de agosto de 1981.

⁷ Decreto 1850 del 20 de agosto de 1981.

conseguido hasta aquí ha sido gracias a la creencia en las potencialidades del Trabajo Social, por ello, pensamos que debemos estar sumamente agradecidos con todas aquellas personas que creyeron, con un alto nivel de convencimiento y un elevado nivel de persistencia, que el lugar del Trabajo Social estaba en la universidad, al igual que otras profesiones sociales (p. 153).

Con el paso de Estudios de Asistentes Sociales a Escuelas Universitarias de Trabajo Social, el Ministerio de Educación y Cultura exige la fijación de directrices que deberían presidir la elaboración de los Planes de Estudio. En abril de 1983 se publican las directrices para la elaboración de los Planes de Estudio de las Escuelas Universitarias de Trabajo Social⁸, cuyo objetivo fue servir de marco general dentro del cual cada Universidad pudiera proponer su propio plan “pretendiéndose, al mismo tiempo, que mediante estas directrices los Planes de Estudio posean la necesaria homogeneidad; de modo que se permita al alumnado el posterior desarrollo de sus funciones profesionales en todo el ámbito nacional” (BOE, N° 93, de 1983, p. 10799). Como recoge el propio Boletín Oficial del Estado de 1983, con la aprobación de estas directrices se ha pretendido que “el contenido de las enseñanzas estuviese orientado al logro por los alumnos de los conocimientos y capacidades necesarias para desempeñar eficazmente sus funciones en el campo del Trabajo Social y de los servicios sociales, mediante el estudio de las áreas fundamentales para alcanzar los citados objetivos”. Como se ha destacado en el apartado anterior, la profesión impulsó y fue impactada por el movimiento socio-histórico de la realidad española, especialmente en lo que se refiere a las políticas sociales públicas en proceso de desarrollo. Analizamos que eso generó también una “relación ambivalente” (Nebreda y Cabrero, 2021, p.209) desde una simbiosis entre la profesión de Trabajo Social y los servicios sociales, lo que se puede verificar en las estructuras curriculares aprobadas en el Boletín Oficial del Estado (BOE), que fueron investigadas en el proceso de elaboración de este trabajo.

Las directrices para la elaboración de los Planes de Estudio fueron aprobadas en el contexto de la CE de 1978 pero todavía bajo el paraguas del artículo 37.1 de la *Ley General de Educación, de 4 de agosto de 1970*, una ley enmarcada en los años de la dictadura fascista de Franco. Con la *Ley Orgánica de Reforma Universitaria, de 25 de agosto de 1983*, se legitima una modernización del sistema universitario con trazos marcados todavía por la ideología franquista. La Ley hace hincapié en la autonomía de las universidades, regulando los ejercicios del profesorado y estableciendo sus cuerpos: profesores titulados y catedráticos.

En este contexto, el programa curricular de los estudios de Diplomado en Trabajo Social, consistía en un total de tres años de formación, a diferencia de otras titulaciones, las

⁸ Orden de 12 de abril de 1983, Ministerio de Educación y Ciencia. Madrid, B.O.E. n° 93 de 19 de abril de 1983.

licenciaturas, que constaban de cinco años. La Diplomatura estaba estructurada en seis semestres, con asignaturas teóricas y prácticas, favoreciendo una integración entre la experiencia profesional y el aprendizaje académico. Se distribuyó en tres áreas, con especial atención a la específica del Trabajo Social, constituida como área *vertebradora e integradora* de las enseñanzas. Cabe destacar que el análisis que aquí desarrollamos se centra en las estructuras curriculares de los estudios de Trabajo Social aprobadas⁹ en las directrices recogidas en la *Orden de 12 de abril de 1983* que, haciendo referencia a las distintas universidades, fueron publicadas en los Boletines Oficiales del Estado. En el *Área del Trabajo Social* se estudia la naturaleza y forma de organización de los Servicios Sociales, así como la metodología y técnicas propias del Trabajo Social, posibilitando al alumnado un conocimiento global de las necesidades y recursos sociales existentes. En el *Área de las Ciencias Básicas* se estudian las ciencias del comportamiento humano, tanto a nivel individual como social, así como los fundamentos jurídicos en cuyo marco se encuadran, y que capacitan al alumnado para la comprensión de las necesidades y aspiraciones humanas en su proceso de desarrollo ante el medio natural y social. Finalmente, el *Área de las Ciencias complementarias* consistía en disciplinas que, por su contenido, implican la formación en sectores complementarios e instrumentales de carácter básico para una mejor comprensión del campo del Trabajo Social. En cuanto a la formación práctica, esta se realiza progresivamente a lo largo de los tres cursos que integran los estudios, siendo su finalidad posibilitar al alumnado la aplicación y verificación de los conocimientos adquiridos, así como poder desarrollar las aptitudes y competencias prácticas de la profesión.

681

El número de asignaturas obligatorias señaladas por las universidades para la totalidad de los cursos que componen el Plan de Estudios no podía ser superior a diecisiete. El Plan incluyó, asimismo, un número de asignaturas optativas, de las que el alumnado debería elegir necesariamente entre un número de tres y un máximo de cinco, de manera que el número total de asignaturas del Plan de Estudios no fuera inferior a dieciocho y no supere las veinte. La distribución de las asignaturas optativas se realiza, de forma equilibrada, entre el segundo y el tercer curso, sin que en ningún caso el número total de asignaturas por curso pudiera ser superior a ocho.

⁹ Para este artículo, no fueron analizados los contenidos de los Planes de enseñanza de las asignaturas. La búsqueda de los mismos es una tarea que está en proceso de cara a una futura publicación.

Tabla 1: Asignaturas obligatorias (15) que deben incluir los Planes de Estudios de las Escuelas Universitarias de Trabajo Social

Áreas	Primer curso	Segundo curso	Tercer curso
Ciencias Básicas	- Psicología General, Evolutiva y Diferencial (obligatoria) - Sociología General (obligatoria) - Fundamentos de Derecho para el Trabajo Social (obligatoria)	- Psicología Social (obligatoria) - Estructura Social Contemporánea (obligatoria)	
Trabajo Social	- Introducción a los Servicios Sociales (obligatoria) - Trabajo Social I (obligatoria)	- Servicios Sociales I (obligatoria) - Trabajo Social II (obligatoria)	- Servicios Sociales II (obligatoria) - Trabajo Social III (obligatoria) - Política Social y de Bienestar Social (obligatoria)
Ciencias Complementarias	- Estadística y Técnicas de Investigación Social (obligatoria)	- Derecho Administrativo (obligatoria) - Economía aplicada al Trabajo Social (obligatoria)	- Antropología Social y Cultural (no obligatoria) - Ética General y del Trabajo Social (no obligatoria)

Fuente: BOE, núm. 93, de 19 de abril de 1983.

Las cinco asignaturas del *Área de Ciencias Básicas* son de carácter obligatorio y se imparten a lo largo de los dos primeros años de la carrera. En el primer año, la asignatura *Psicología General, Evolutiva y diferencial* tiene como finalidad desarrollar en el alumnado competencias relacionadas con el conocimiento de todas las etapas del desarrollo humano conductual, los conceptos psicológicos fundamentales (personalidad y su estructura, sensación y percepción, motivación y capacidades, conducta, vida afectiva, etc.), así como sus tratamientos en diferentes corrientes psicológicas. Por su lado, en *Sociología General* se estudian las categorías sociológicas básicas desde una visión metodológica, las sociedades humanas en general y los distintos fenómenos sociales. Se incluye también dentro del primer curso la asignatura *Fundamentos de Derecho para el Trabajo Social*, teniendo como contenido el estudio sobre de Derecho Constitucional, Derecho Civil (Derecho de Familia en especial), Derecho Penal (en especial lo relativo a medidas de privación de libertad y régimen penitenciario) y Derecho Laboral (instituciones de la Seguridad Social, especialmente). Estos contenidos permiten al alumnado acceder al conocimiento de conceptos, instituciones y normas de ordenamiento jurídico indispensables para el ejercicio del Trabajo Social en la realidad española.

En el segundo curso, se imparten también contenidos de psicología, pero ahora articulando la conducta humana al ámbito social. La asignatura denominada *Psicología Social* busca así desarrollar competencias relacionadas con la comprensión de las distintas formas de interacción de la profesión tanto a nivel social como micro-institucional. La segunda asignatura, *Estructura Social Contemporánea*, ofrece conocimientos sobre los rasgos, conflictos y procesos

estructurales básicos que caracterizan a la sociedad contemporánea (y, en particular, a la española), así como el análisis de los agentes sociales que inciden en la misma.

Todas las asignaturas vinculadas al Trabajo Social y los Servicios Sociales son obligatorias y se imparten desde el primer curso. Como queda recogido en el Boletín Oficial del Estado (BOE, N° 93, p. 10800), el objetivo con estas materias es el de permitir a los estudiantes “conocer la formas históricas y evolución de la intervención profesional” [...] contemplando “los principios metodológicos y la iniciación a las técnicas instrumentales propias del Trabajo Social”. Destaca desde el primer curso, el acercamiento del alumnado a la formación práctica con el contenido de las asignaturas de Trabajo Social: metodologías para la intervención individualizada, con grupos y comunidades, centradas en el uso de las técnicas e instrumentos. La asignatura de Servicios Sociales se centra en permitir al estudiante “conocer el concepto, naturaleza, evolución histórica, objetivos y clasificación de los Servicios Sociales, con especial incidencia en sus dos áreas fundamentales: la comunitaria [...] y la sectorial”. En cuanto a la primera, el contenido versaba sobre los instrumentos básicos de información, orientación y asesoramiento respecto de los derechos y recursos sociales existentes, y la sectorial se centraba en desarrollar “programas especiales en los campos de la familia, infancia y juventud; consideración de la mujer; tercera edad, minusvalías físicas y psíquicas; reinserción social de marginados, etc”. Durante el segundo curso se profundiza en el conocimiento global de las estructuras e interrelaciones de las materias, una vez que el conocimiento básico fue adquirido en el primer curso. Se pretende dotar a los estudiantes “de una metodología científica que le permita el análisis de la situación y de los procesos de desarrollo que se manifiesten en las relaciones humano-sociales, en las necesidades sociales y en la organización y funcionamiento de los recursos y servicios sociales”. En ese sentido, el contenido de Trabajo Social II comprenderá la Metodología del Trabajo Social, el Proceso del Método con sus etapas (análisis-diagnóstico; planificación; ejecución y evaluación), y las Técnicas Instrumentales (el informe social; investigación y fuentes documentales, y organización administrativa del Trabajo Social). La asignatura de Servicios Sociales en el segundo curso, de acuerdo con las directrices, proporcionará al alumnado los instrumentos y técnicas cualitativas y cuantitativas para que estos sean capaces de realizar análisis de las instituciones prestadoras de Servicios Sociales de la Administraciones Públicas, las gubernamentales y no gubernamentales existentes y los modelos de evaluación de resultados. En el tercer curso en general, las materias y asignaturas deben capacitar a los futuros trabajadores sociales para la aplicación de la metodología y las técnicas de Trabajo Social, en los Servicios Sociales, la Política Social y de Bienestar Social. La especial atención aquí recae sobre los programas y sistemas de Bienestar

Social como Seguridad Social, Salud Pública, Educación, Cultura, Ocio y Vivienda, entre otros. La asignatura de Trabajo Social III, se desarrolla a través de seminarios en los que participarán servicios de distintas áreas y para el desarrollo de contenidos relativos a técnicas de intervención: comunicación social, dinámica de grupos, animación comunitaria, organización y movilización social y, metodología en equipos interdisciplinarios y en programas institucionales.

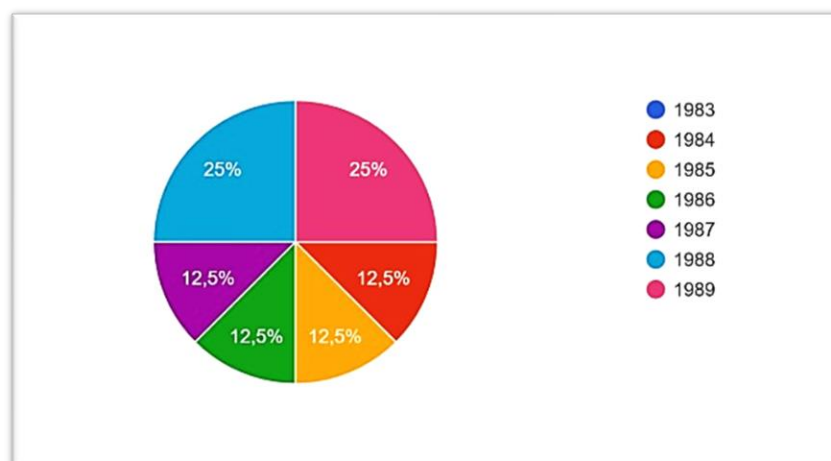
El área de las Ciencias Complementarias consta de cinco asignaturas, tres de ellas obligatorias - Estadística y Técnica de Investigación Social, Derecho Administrativo y Economía Aplicada al Trabajo Social - cuyos contenidos son ofertados a partir del primer curso. Estas materias proporcionan, fundamentalmente, conocimientos básicos para la investigación social y para el conocimiento de las instituciones de servicios sociales. Por otro lado, dos asignaturas del área de Ciencias complementarias, Ética General y del Trabajo Social y, Antropología Social y Cultural, no figuran como asignaturas obligatorias.

Análisis de resultados y discusión

Las ocho universidades públicas seleccionadas para el análisis de sus respectivos planes de estudio han sido las siguientes: la Universidad de Valencia, U. de Valladolid, U. de Alicante, U. de Madrid (U. Complutense), U. de Huelva (adscrita a la U. de Sevilla), U. de Tarragona (adscrita a la U. de Barcelona), U. de Zaragoza y U. del País Vasco. La definición de las asignaturas y la descripción de sus correspondientes contenidos mínimos de las directrices para la elaboración de los planes de estudio en Trabajo Social, se vincula a “la necesidad de fijación de los mismos como estudios dotados de una conexión con otras disciplinas (Sociología, Psicología, Derecho, etcétera), que permitan la configuración de un campo académico y profesional propio” (BOE, Nº 93, de 19 de abril de 1983). Los contenidos, de acuerdo con el referido documento fueron determinados por dos principios:

por la necesidad, para el trabajador social de conocer las necesidades humanas desde el punto de vista individual y colectivo, así como los recursos, institucionales o no, de que dispone la sociedad para atenderlas; y por otro lado la necesidad de que trabajador social utilice una metodología específica que permita abordar los problemas propios de su actividad con unos métodos adecuados y no utilizando sistemas o enfoques propios de otras disciplinas (BOE, Nº 93, de 19 de abril de 1983).

Tabla 2: Año de homologación del plan de estudios por el Consejo de Universidades.

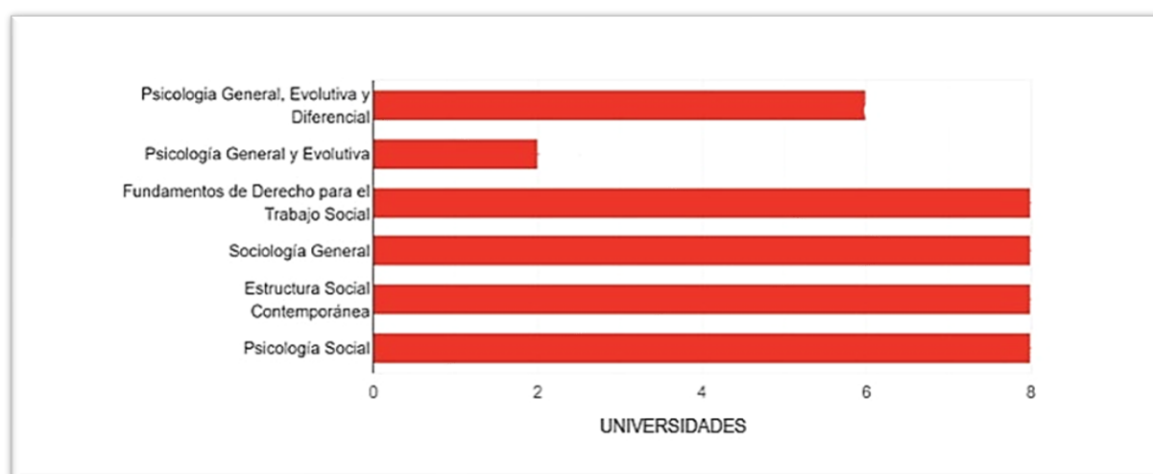


Fuente: BOE, N° 93, de 19 de abril de 1983. Elaboración propia.

De las Escuelas Universitarias de Trabajo Social aquí analizadas, a partir de las nuevas exigencias impuestas por las directrices para elaboración de los Planes de Estudio, se observa que en el año siguiente al de la publicación de la Ley, en 1984, la Escuela Universitaria de Valladolid será la primera en tener aprobado su Plan de Estudios, seguida por la de Madrid, en 1985, Alicante en 1986, y Valencia en 1987. En los dos últimos años de la década de los ochenta, cuatro escuelas se adecuarán a las nuevas exigências para la formación de trabajadores sociales: la de San Sebastián, adscrita a la Universidad del País Vasco, y la de Huelva, adscrita a la Universidad de Sevilla, ambas en el año de 1988; y la Escuela universitaria de Trabajo Social San Vicente de Paul, adscrita a la U. de Zaragoza y la de Tarragona, ambas en 1989.

685

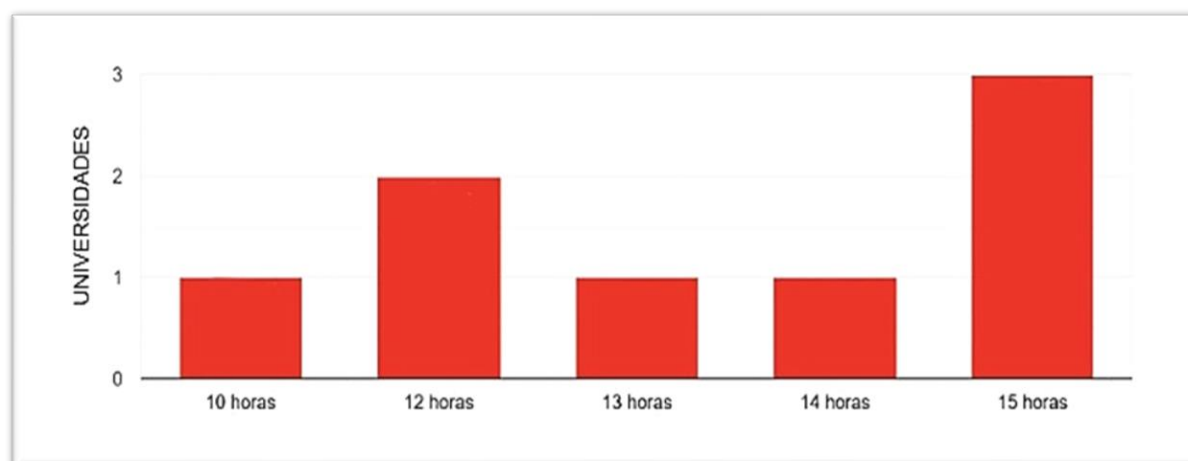
Tabla 3: Área de conocimiento de Ciencias Básicas (asignaturas).



Fuente: BOE, N° 93, de 19 de abril de 1983. Elaboración propia.

Consideramos que las directrices y contenidos del *Área de Ciencias Básicas* en Trabajo Social ofrecen una formación académica que prima discusiones de las ciencias sociales desde su vínculo con cuestiones sociológicas, políticas y económicas desde el marco del contexto histórico contemporáneo de ampliación de derechos sociales. De hecho, la teoría sobre derechos civiles, penales, laborales y constitucionales - a través del conocimiento de ordenamientos jurídicos - son aplicados desde la academia al desarrollo del ejercicio profesional del Trabajo Social y en consonancia con el reciente contexto de aprobación de la CE y el proceso de democratización del país. Los contenidos de psicología también van más allá, es decir, no solo se centran en aspectos de la conducta humana a nivel individual sino también desde una perspectiva social, complementados por conocimientos que profundizan en las causas estructurales de los problemas sociales.

Tabla 4: Área de conocimiento de Ciencias Básicas (número de horas).



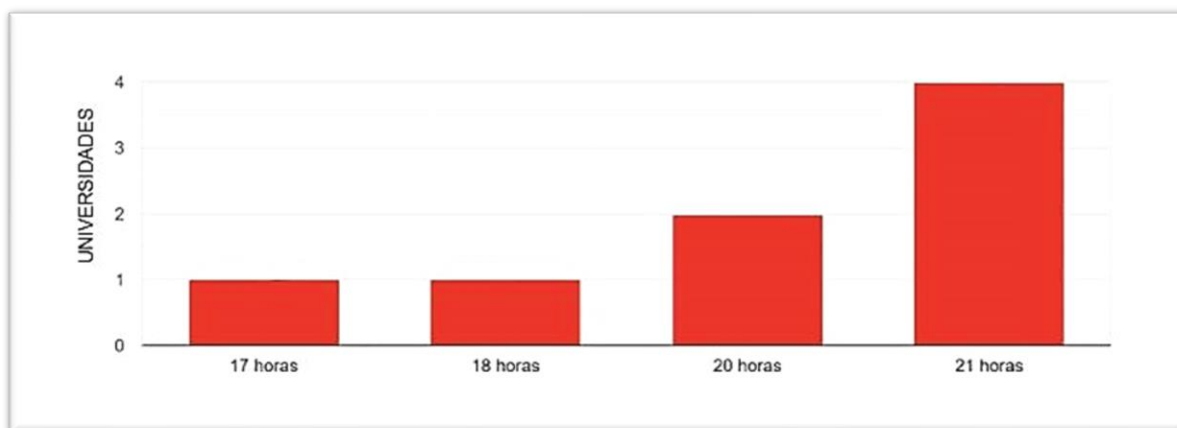
Fuente: BOE, Nº 93, de 19 de abril de 1983. Elaboración propia.

Las Escuelas Universitarias de Madrid, Huelva y País Vasco son las que disponen de más horas para las asignaturas de Ciencias Básicas, privilegiando las áreas de Psicología General y Evolutiva, y Sociología General, con entre tres y cuatro clases semanales. La Escuela Universitaria de Zaragoza, por su parte, es la que menos horas asignaba.

El Trabajo Social al incorporarse a la Universidad como Diplomatura participa también de los debates y la cientificidad propia de la ciencia moderna, desarrollando en los estudiantes la mentalidad y el espíritu científico en relación a la intervención. La profesionalización de la acción social busca distanciarse de la beneficencia, lo que en el ámbito universitario exigía laicizar y capacitar a los futuros trabajadores sociales de las metodologías y técnicas necesarias para ello. Los Servicios Sociales, aunque carezcan de una Ley Estatal, se consagran como el espacio socio-ocupacional “natural” de las trabajadoras sociales, en un

momento trascendental en el desarrollo de las políticas sociales y de conquista de los derechos sociales de los ciudadanos. La sociedad española y el Estado Español reconocieron la profesión como una necesidad social.

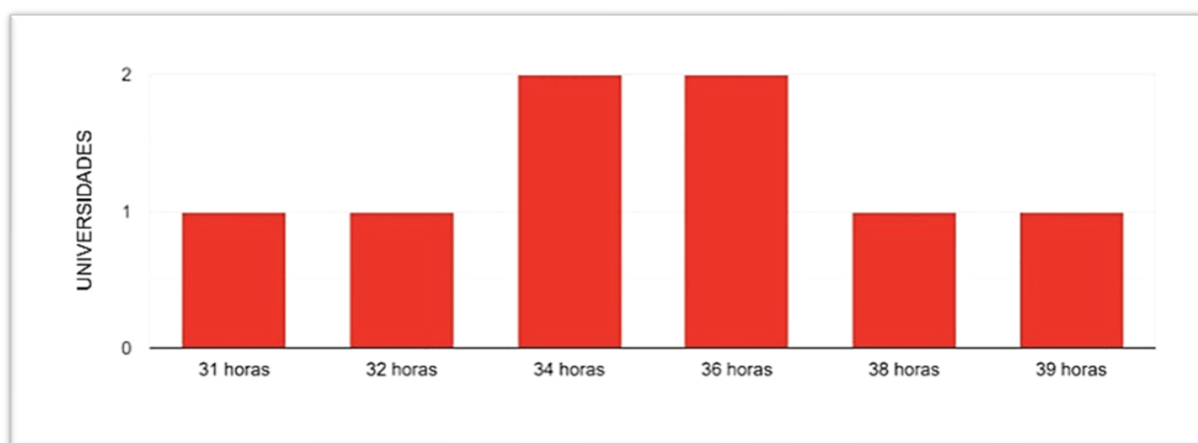
Tabla 5: Área de conocimiento Trabajo Social (número de horas).



Fuente: BOE, N° 93, de 19 de abril de 1983. Elaboración propia.

En los ocho Planes de Estudio las asignaturas de Trabajo Social presentes en todas las universidades son: Trabajo Social I, II y III; Introducción a los Servicios Sociales, Servicios Sociales I y Servicios Sociales II; Política Social y de Bienestar Social; Prácticas Primer, Segundo y Tercer Curso. Las asignaturas obligatorias presentes en las ocho Escuelas universitarias de Trabajo Social exponen diferencias en la carga horaria de las mismas. En cuatro Planes de Estudio las asignaturas de Trabajo Social y Servicios Sociales poseen una mayor concentración de horas, con un total de veintiuna en los casos de Tarragona, Alicante, Huelva y Madrid. En la Escuela Universitaria de Trabajo Social San Vicente de Paul, adscrita a la U. de Zaragoza, encontramos la menor cantidad de horas dedicada a la materia de Trabajo Social. Como las directrices no definen la carga horaria para cada asignatura, cada escuela podrá proponer el diseño de su estructura curricular en función del perfil de profesional que se desee formar, pudiendo situar una mayor presencia de otras materias dependiendo también del cuadro docente de cada universidad. Recordemos que, en ese periodo, Trabajo Social todavía no está reconocido como área de conocimiento, lo que solo será una realidad en los años noventa. Ello incide en que buena parte del profesorado de la Diplomatura pertenecía a disciplinas diferentes a la de Trabajo Social, como Psicología, Pedagogía, Sociología o Derecho.

Tabla 6: Enseñanzas prácticas (número de horas).

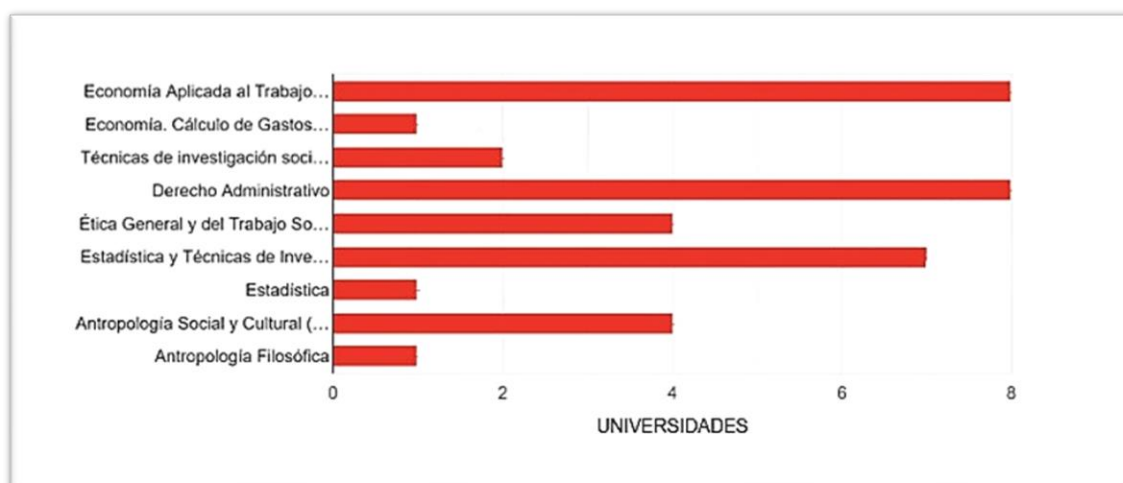


Fuente: BOE, N° 93, de 19 de abril de 1983. Elaboración propia.

Las prácticas en Trabajo Social, como materia fundamental en la formación de las estudiantes, han estado siempre presentes en los planes de estudio del conjunto de universidades españolas, introduciendo al alumnado en el rol profesional, procurando en el mismo una reflexión sobre la intervención y sobre la realidad social, y contribuyendo con todo ello a la construcción de su identidad profesional (Oliver, 2024).

Las enseñanzas prácticas en los estudios de Diplomado en Trabajo Social se desarrollan de forma progresiva a lo largo de los tres cursos de la carrera y se llevarán a cabo dentro de la propia institución docente a través de talleres o prácticas de laboratorio, así como en instituciones de servicios sociales, preferentemente en segundo y tercer curso, representando en su conjunto más del 40% de las enseñanzas impartidas. Durante el período de prácticas de campo el alumnado contará con supervisiones que, en el marco de un proceso educativo de apoyo al estudiante, estas permiten también valorar los aprendizajes que se van adquiriendo y que serán llevadas a cabo por parte de profesionales de Trabajo Social del centro docente así como de las instituciones.

Tabla 7: Área de conocimiento de Ciencias Complementarias (asignaturas).

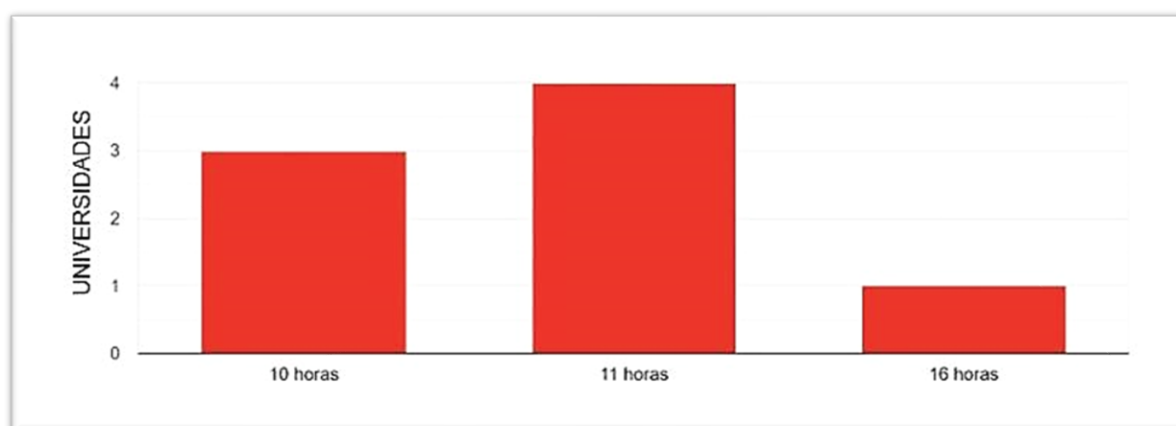


Fuente: BOE, N° 93, de 19 de abril de 1983. Elaboración propia.

De las asignaturas de Ciencias Complementarias, destacar que la materia de Ética General y del Trabajo Social, que no figura como obligatoria, es ofertada por cuatro de las Escuelas Universitarias analizadas: País Vasco, Zaragoza, Valladolid y Alicante, con dos horas semanales de clase en cada una de ellas. La cuestión de la ética profesional, resulta importante en estos años, y como tal es reconocida en el VI Congreso de Trabajo Social de 1988, celebrado en Oviedo, en el que se trata la importancia de la ética en la formación de las profesionales dentro del eje que hace referencia a la formación profesional.

689

Tabla 8: Área de conocimiento de Ciencias Complementarias (número de horas).

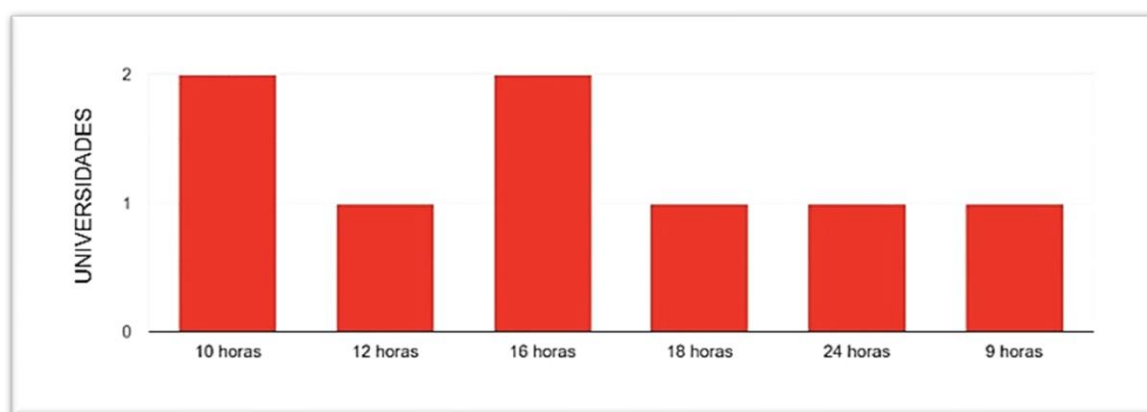


Fuente: BOE, N° 93, de 19 de abril de 1983. Elaboración propia.

Las escuelas de formación profesional en Trabajo Social con una mayor carga horaria para las Ciencias Complementarias son aquellas que, más allá de las asignaturas obligatorias, incorporaron también *Antropología Social y Cultural*, y *Ética General y del Trabajo Social* (Tabla 1), como son los casos de la Escuela de Valladolid y Alicante con diez horas de carga

lectiva en su Plan de Estudios. En la Escuela de Madrid, no están presentes las asignaturas no obligatorias citadas anteriormente, mientras que *Fundamentos Médicos para el Trabajo Social* e *Historia de las Ideas y Movimientos Sociales*, figuran en el Plan de estudios con once horas. Por otro lado, en el caso de la Escuela de Tarragona, adscrita a la Universidad de Barcelona, materias como *Estadística y Técnicas de Investigación Social* y *Economía Cálculo de Gastos de Proyectos Sociales*, son las asignaturas adoptadas como complementarias a la formación de los futuros profesionales. Las asignaturas complementarias elegidas por las diferentes escuelas, muestran también de alguna manera, las tendencias sobre los perfiles profesionales que se pretenden formar.

Tabla 9: Materias optativas (número de horas).



Fuente: BOE, N° 93, de 19 de abril de 1983. Elaboración propia.

Entre el conjunto de asignaturas optativas ofrecidas por las diferentes universidades destacar algunos aspectos que muestran también las tendencias de la formación en esos años. Por un lado, la concurrencia de universidades (cinco de las ocho analizadas) que tienen entre sus asignaturas optativas, materias que hacen referencia a la historia (social, económica o política), de la región autonómica en la que se ubican las universidades, con la que se enfatiza para las futuras profesionales la importancia del conocimiento del contexto en el que estas, de forma mayoritaria, desarrollarán su profesión. También en cinco de las ocho universidades analizadas, se ofrecen asignaturas vinculadas al ámbito de la salud, que representa uno de los campos de conocimiento más destacados en la relación de materias optativas con asignaturas como *Salud Pública*, *Medicina Social*, *Salud y Trabajo Social* o *Psiquiatría*.

La conexión de los contenidos de la carrera de Trabajo Social con otras disciplinas se evidencia también en relación a las asignaturas optativas, donde materias como Antropología (social) está presente en la mitad de las universidades analizadas, además de figurar también en

diferentes planes de estudio como asignatura obligatoria vinculada al área de conocimiento de Ciencias Básicas o Complementarias.

Apuntar, por último, el escaso peso que representan materias como *Desarrollo Comunitario*, que no estando presente de manera específica como asignatura obligatoria en ninguno de los planes de estudio analizados - los contenidos de la misma se incluirán en todo caso junto a otros dentro de materias como *Trabajo Social* -, figura únicamente como materia optativa en tres de las ocho universidades, incluyendo las dos que llevan por título *Animación Sociocultural*. En este sentido cabe recordar, en línea con Colomer (2009), Ramos Feijóo (2000) o Domènech (2008), el lugar central del trabajo comunitario, con connotaciones ideológicas, en la práctica profesional del asistente social en las décadas de los años sesenta y setenta en España y que, con su escasa relevancia en los nuevos planes de estudio, se evidencia alguna de las tendencias de ruptura en relación a etapas anteriores que se pretenden en la formación de nuevos profesionales.

Conclusiones

En la formación de Trabajo Social en España, la década de los años ochenta del pasado siglo constituye un período fundamental al llevarse a cabo una serie de cambios que, en línea con el proceso modernizador que tiene lugar en la sociedad española en su conjunto, incidirán notablemente en la profesión. Los cambios se reflejan también a través de los Congresos de Trabajo Social que tienen lugar en esa década, en los que se abordan aspectos relativos a la formación como las reformas universitarias, los planes de estudios, o las propias necesidades de formación de las profesionales de Trabajo Social. En los Congresos destaca, junto a la preocupación por el alcance de los derechos ciudadanos, el interés por el desarrollo de instrumentos y técnicas que contribuyan también, junto a lo anterior, al distanciamiento de un modelo asistencialista y a la imagen de beneficencia que continuaba vigente en la profesión.

En los planes de estudio de Trabajo Social de diferentes universidades públicas en la década de los años ochenta en España, destaca la vinculación de los aspectos teóricos y prácticos de la profesión, con la que pretende la integración de la experiencia profesional y el aprendizaje académico, con el área de Trabajo Social como eje central si bien es evidente entre el conjunto de contenidos de la carrera, la conexión que esta mantiene con otras disciplinas. En los años ochenta tiene lugar una ampliación de los espacios profesionales en los que las trabajadoras sociales desarrollarán su labor, y del mismo modo, se produce un notable incremento en el número de profesionales. Todo ello posibilitará que se amplíen igualmente los

campos de prácticas, con instituciones y servicios pertenecientes a distintos ámbitos, y no únicamente al de los servicios sociales.

La nueva Diplomatura en Trabajo Social, por otra parte, refleja de forma clara, los nuevos perfiles que se quieren formar a partir de ese momento, dotados de un carácter más técnico de la profesión y alejados de perspectivas ideológicas, con una tendencia general en enfatizar los aspectos instrumentales en la formación. Junto a otro tipo de factores, ello incidirá, sin duda, en el hecho de que cada vez más profesionales dedicarán buena parte de su tiempo a ejercer como gestores de recursos en contextos profesionales progresivamente burocratizados. Los contenidos de los planes de estudio, evidencian al mismo tiempo, el interés en formar a profesionales para la intervención social, y no para el desarrollo de tareas de investigación, excepto para aquellas más elementales relacionadas con la propia intervención a llevar a cabo. Cabe recordar que las investigaciones sobre problemas sociales serán llevadas a cabo mayoritariamente en España en esos años, desde disciplinas afines, y prácticamente hasta que los estudios continúen manteniendo el carácter de diplomatura universitaria, que impide el acceso directo desde esta a estudios de máster y doctorado, lo que no se producirá hasta la segunda década del siglo XXI.

Los contenidos de la formación muestran su relación con los determinantes históricos y socioculturales presentes en la realidad española en la década de los ochenta, especialmente, en relación con la reivindicación de los derechos sociales, con materias que tratan aspectos de *Derecho Constitucional*, o de *Política y Bienestar Social*, que estudia las políticas sociales de los distintos sistemas estatales e internacionales. Todo ello en sintonía, además, con los discursos que se recogen en los diferentes congresos profesionales de la época, y que reflejan al mismo tiempo, las luchas por la democracia de las que venían participando las trabajadoras sociales.

Bibliografía

- AGUILAR, M. J. *Trabajo social. Concepto y metodología*. Ediciones Paraninfo/Consejo General del Trabajo Social. 2013.
- CARRARA, V.; MATOS-SILVEIRA, R.; OLIVER, M. Á. *Política social y servicios sociales: debates y propuestas en los congresos de Trabajo Social en la década de los años 80 en España*. *Revista Em Pauta, Serviço Social na História: diálogos entre países europeus y de nuestra América*, n. 59, 2025. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91734>. Acceso en: 20 jun. 2025.
- BANDA GALLEGO, T. Las instituciones formativas del Trabajo Social en España. *Trabajo Social*, n. 79, p. 137-157, 2017. Acceso en: 20 jun. 2025.

- ESPAÑA. *Boletín Oficial Del Estado* (BOE) núm. 212, de 31 de julio de 1943. Disponible en: <https://www.boe.es/buscar/pdf/1943/BOE-A-1943-7181-consolidado.pdf>. Acceso en: 22 jul. 2025.
- ESPAÑA. *Ley Orgánica 11/1983, de 25 de agosto, de Reforma Universitaria*. 1983.
- ESPAÑA. Directrices para la elaboración de los Planes de Estudio de las Escuelas Universitarias de Trabajo Social, 10799-801. *Boletín Oficial del Estado*, n. 93, de 19 de abril de 1983.
- ESPAÑA. Orden de 10 de febrero por la que se aprueba el plan de estudios de la Escuela Universitaria de Trabajo Social de Alicante, adscrita a la Universidad de Alicante, 9708. *Boletín Oficial del Estado*, n. 63, de 14 de marzo de 1986.
- ESPAÑA. Orden de 24 de abril por la que se aprueba el plan de estudios de la Escuela Universitaria de Trabajo Social de Tarragona, dependiente de la Universidad de Barcelona, 24172. *Boletín Oficial del Estado*, n. 178, de 27 de julio de 1989.
- ESPAÑA. Orden de 20 de mayo por la que se aprueba el plan de estudios de la Escuela Universitaria de Trabajo Social de Madrid, dependiente de la Universidad Complutense de Madrid, 19639-40. *Boletín Oficial del Estado*, n. 150, de 24 de junio de 1985.
- ESPAÑA. Orden de 06 de octubre por la que se aprueba el plan de estudios de la Escuela Universitaria de Trabajo Social de Huelva, adscrita a la Universidad de Sevilla, 32902. *Boletín Oficial del Estado*, n. 277, de 18 de noviembre de 1988.
- ESPAÑA. Orden de 21 de junio por la que se aprueba el plan de estudios de la Escuela Universitaria de Trabajo Social de San Sebastián, adscrita a la Universidad del País Vasco, 25528. *Boletín Oficial del Estado*, n. 197, de 17 de agosto de 1988.
- ESPAÑA. Orden de 29 de julio por la que se aprueba el plan de estudios de la Escuela Universitaria de Trabajo Social, adscrita a la Universidad de Valencia, 27616. *Boletín Oficial del Estado*, n. 218, de 11 de septiembre de 1987.
- ESPAÑA. Orden de 24 de julio por la que se aprueba el plan de estudios de la Escuela Universitaria de Trabajo Social de Valladolid, adscrita a la Universidad de Valladolid, 31710. *Boletín Oficial del Estado*, n. 262, de 1 de noviembre de 1984.
- ESPAÑA. Orden de 24 de abril por la que se aprueba el plan de estudios de la Escuela Universitaria de Trabajo Social de San Vicente de Paúl, adscrita a la Universidad de Zaragoza, 27048. *Boletín Oficial del Estado*, n. 200, de 22 de agosto de 1989.
- COLOMER, M. *El trabajo social que yo he vivido. Impuso a la acción social*. Madrid: Consejo General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social, 2009.
- DOMÈNECH, R. *L'evolució del Treball Social Comunitari (1970-1980)*. RTS, *Revista de Treball Social*, n. 184, p. 58-76, 2008. Acceso en: 20 abr. 2025.
- FARREONS, V. *Evolución histórica de la Universidad española*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2005.
- FERNÁNDEZ-MELLIZO, M. Los cambios en la universidad española (1975-2025): expansión, reorganización y financiación. *Revista de Educación*, n. 410, p. 63-86., 2025. Disponible en: <https://doi.org/10.4438/1988-592X-RE-2025-410-706> Acceso en: 20 jun. 2025.
- MONEDERO, J. C. *La Transición contada a nuestros padres: Nocturno de la Democracia*. 6. ed. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2017.
- MORÁN-CARRILLO, J.; DÍAZ, R. La profesionalización del trabajo social contemporáneo en España: un análisis socio-histórico desde las aportaciones a los Congresos Nacionales de Trabajadoras/es Sociales 1968-2013. *Documentos de Trabajo Social: Revista de Trabajo y Acción Social*, n. 57, p. 191-216, 2016. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6095385>. Acceso en: 20 jun. 2025.

- NEBREDÁ, R.M. I.; CABRERO, G. R. Trabajo social y servicios sociales: una relación ambivalente. *Cuadernos de relaciones laborales*, v.39, n.2, p. 205-219, 2021. Acceso en: 20 nov. 2025.
- OLIVER, M.; MESTRE, M.; MARTÍN, P. La supervisión de estudiantes en las prácticas externas de los estudios de trabajo social: un análisis a partir de la experiencia de la Universitat de les Illes Balears. *Servicios Sociales y Política Social*, n. 132, p. 77-89, 2024. Disponible en: <https://www.serviciosocialesypoliticassocial.com/-159>. Acceso en: 20 jun. 2025.
- PÉREZ, S. *Investigación cualitativa: retos e interrogantes*. Madrid: Editorial La Muralla, 2007.
- RAMOS FEIJÓO, C. Enfoque comunitario, modernidad y postmodernidad: el trabajo social con la comunidad en tiempos de la globalización. *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, n. 8, p. 185-204, 2000. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.14198/ALTERN2000.8.8>. Acceso en: 20 jun. 2025.
- RODRÍGUEZ, A. Más allá de la perspectiva crítica. *Cuadernos de Trabajo Social*, v. 20, p. 117-137, 2007. Acceso en: 20 jun. 2025.
- SÁNCHEZ-FERRER, L. Políticas de Reforma Universitaria en España: 1983-1993. Madrid: Editorial Civitas, 1996. Disponible en: <https://repositorios.march.es/sites/default/files/images/node-53388-document.pdf>. Acceso en: 19 nov. 2025.
- SUBIRATS, J., ADELANTADO, J., FERNÁNDEZ, M., GIMÉNEZ, M., IGLESIAS, M., RAPOPORT, A., & MARTÍN, J.S. (2006). *Los Servicios Sociales de Atención Primaria ante el cambio social: Los Servicios Sociales de Atención Primaria ante el cambio social*. Disponible en: <https://portalrecerca.uab.cat/en/publications/los-servicios-sociales-de-atenci%C3%B3n-primaria-ante-el-cambio-social-11>. Acceso en: 22 jul. 2025.

30 años de debates sobre instrumentalidad: reflexiones desde la experiencia docente e investigativa del Trabajo Social en Costa Rica

30 Years of Debates on Instrumentality: Reflections from Teaching and Research Experience in Social Work in Costa Rica

Freddy Esquivel Corella* 

Resumo: El presente artículo retoma el debate sobre instrumentalidad que alcanzó 30 años de madurez y expansión en el Trabajo Social de América Latina, repercutiendo en los procesos formativos, investigativos y de reproducción del ejercicio profesional. En Costa Rica -como en el resto de Centroamérica- adquirió un lugar fundamental que ha debido enfrentar determinadas condiciones intelectuales, académicas, políticas y éticas que desafían el rigor, la profundidad y el asidero analítico que se inauguró con la obra maestra de la profesora Dra. Yolanda Demetrio Guerra en 1995.

Abstract: This article resumes the debate on instrumentality, which has matured and expanded for 30 years in Latin American social work, impacting academic, research, and professional reproduction processes. In Costa Rica—as in the rest of Central America—it has acquired a fundamental position, but has had to confront certain intellectual, academic, political, and ethical conditions that challenge the rigor, depth, and analytical rigor inaugurated by Dr. Yolanda Demetrio Guerra's masterpiece in 1995.

Palavras-chaves: Instrumentalidad, Trabajo Social; Marxismo; Historia; Costa Rica.

Keywords: Instrumentality; Social Work; Marxism; History; Costa Rica.

A modo de introducción y remembranza:

El presente escrito fue elaborado para su exposición en la celebración del treinta aniversario¹ de la obra “*A Instrumentalidade do Serviço Social*”, de la profesora visitante de la Universidad Federal de Juiz de Fora (Brasil) Dra. Yolanda Guerra, publicado por primera vez en 1995 por la Editora Cortez (São Paulo, Brasil).

* Universidad de Costa Rica. E-mail: freddy.esquivel@ucr.ac.cr

¹ Dicha actividad académica se llevó a cabo los días 2 y 3 de julio del 2025, en las instalaciones de la Universidad Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais), con el apoyo de la Universidad Federal Fluminense (Río das Ostras), de la Universidad Federal de Rio de Janeiro, teniendo financiamiento de FAPEMIG y el respaldo de la Asociación Brasileña de Enseñanza y Pesquisa en Serviço Social, en tanto conmemoración previa a la celebración de los 100 años de fundación de la primera Escuela de Servicio Social en América Latina (Santiago, Chile, 1925).

Las páginas que continúan, se sustentan en bibliografía especializada sobre el tema, pero también, en algunas narraciones de la propia experiencia de quien escribe, en razón de la trayectoria de acompañamiento que se ha tenido sobre el debate de la instrumentalidad en el contexto costarricense, y que, a la vez, permite rememorar estas tres décadas de idas y venidas alrededor del lugar y el sentido del ejercicio del Trabajo Social.

Inicialmente cabe situar que debatir acerca de instrumentalidad en la categoría profesional, solamente ha sido posible a partir del camino recorrido, con fracturas y prolongaciones, en el sentido más amplio que direccionó el llamado Movimiento de Reconceptualización, en tanto evidencia tangible, con el paso de las décadas, de los esfuerzos de maduración, diversidad y pluralidad en el campo del Trabajo Social, planteando, desde entonces, una confrontación con las posiciones conservadoras y positivistas hegemónicas, al tenor de un estudio más riguroso, profundo y complejo, tanto de la obra marxiana, como, entre otras vertientes, del inédito aporte del filósofo húngaro G. Lukács (Sousa, 2016; Faria; Silva, 2021).

Desde la experiencia de quien escribe, derivada desde el istmo centroamericano, la faena de familiarizarse y asimilar el debate de instrumentalidad, en absoluto ha sido sencillo; se constituyó en un desafío personal, intelectual, político, académico y profesional.

En América Central el llamado Movimiento de Reconceptualización, fue el contacto más intenso que esta región de Latinoamérica alcanzó con el patrimonio de los avances profesionales de Suramérica, como con los sustentos que aún perduraban del Servicio Social europeo (Faleiros, 1976).

La consolidación de las primeras experiencias académicas y las complejidades derivadas por legitimar y sustanciar el mundo laboral y profesional de dicha categoría en Centroamérica, tuvieron como base fundacional el *Social Work*, una praxis impregnada del proyecto societal norteamericano yanqui, forjada en los emporios metropolitanos industrializados y financieros de New York, Chicago, Columbia, entre otros (Luquet; Monroe, 2022).

Dichos entornos, se distanciaban completamente de las devastadas naciones centroamericanas, sometidas a la invasión y el etnocidio español, el constante asedio británico, y el filibusterismo norteamericano, maniobrando para someter este estrecho, pero estratégico territorio, al llamado “Destino Manifiesto” (Fonseca, 2013), lo cual, se potenció con la expansión del capitalismo monopolista y su materialización en una economía desigual y combinada como explicó Marini (1981).

El *Social Work*, en tanto praxis fenomenológicamente diferenciada del Servicio Social europeo y sus ramificaciones en América del Sur (Esquivel, 2024), se caracterizó desde inicios del siglo XX, por tratar de responder al proyecto capitalista norteamericano (Devine, 1922), cuyos marcos filosóficos y teórico-sociales eran próximos al pragmatismo, al utilitarismo, al conductismo, al estructuralismo, al funcionalismo, y también, transversalizado por influencias teológico protestantes anglosajonas, donde más adelante, el psicoanálisis clásico fue adquiriendo preponderancia (Yelolly, 1980; Payne, 2005).

En términos del debate que aquí nos convoca, los basamentos para Centroamérica fueron tendencialmente derivados de la racionalidad lógico formal abstracta (Gutiérrez; Miranda, 2014), encuadrado ello en la prolongación de la decadencia ideológica, como explicaba Lukács (1968), pero aún más exacerbada, sumado a las antinomias de vectores deontológicos cargados de referenciales puritanos y protestantes, que tomaron lugar en una ética ya bastante bien caracterizada por Max Weber (2004).

En esas condiciones, el debate marxista, a lo sumo, fue colocado como nota al pie en algunas clases de desarrollo y teorías económicas, acentuando aquel sesgo economicista, ya debatido en bastante literatura más cercana a los análisis ontológicos. Durante la llamada Guerra Fría², ese contenido prácticamente se fue disolviendo (Rojas; Solano, 2018), junto a la nomenclatura “cuestión social”, que había llegado a estas latitudes por influjos anarquistas, socialistas, reformistas, y con ciertos representantes de un liberalismo social de las oligarquías locales, mostrando, al mismo tiempo, poca evidencia de su lugar en el discurso de la Iglesia Católica, debido a la carencia de una capa de intelectuales del clero formados en doctrina social (Brenes, 2019).

Existe importante literatura profesional que explica que el marxismo que se filtró durante el Movimiento de Reconceptualización, estuvo signado por el estructuralismo francés, el uso de segundas fuentes, mostrando una importante positivización, siendo interpretado en un

² El contexto donde se desarrolla más cercanamente la defensa de la racionalidad instrumental. Según Guerra (1995), es en la pos Segunda Guerra Mundial, cuando el imperialismo norteamericano pasa a comandar la hegemonía internacional, donde su racionalidad reposa al nivel de una política capaz de mantener la dominación necesaria y la sobrevivencia del sistema capitalista. Léase: El contexto de la crisis de hegemonía del imperialismo norteamericano, que desarrolla en los países capitalistas dependientes formas agresivas y represivas de control, aquella razón racionalista, tecnocrática, instrumental es colocada en cuestión, ya que el foco de análisis pasa a ser las consecuencias y costos sociales que derivan del desenvolvimiento de las fuerzas productivas (Guerra, 1995, p. 74). En ese mismo entorno histórico, la autora subraya que se encuentra la presencia de un nuevo interlocutor en la crisis de los paradigmas, el cual es el neo-irracionalismo, que se apoya en la racionalidad formal, cayendo en el escepticismo de las posibilidades de la razón, a saber: “La consecuencia es, conforme observa Lukács (1968), la destrucción de la razón, dado que la ataca en sus fundamentos constitutivos y disuelve su perspectiva universalista, excluye la necesidad del concepto, niega la objetividad, transformándolos en elementos exógenos al sistema” (Guerra, 1995, p. 70).

sentido doctrinario, militante y de activismo armado (Iamamoto; Dos Santos, 2021), lo cual, en terrenos como el Centroamericano, recibió poca resistencia, debido al escaso arco intelectual que pudiera hacer frente a esos sesgos (Esquivel, 2021).

Se sumó a ello, el entorno convulso de inestabilidad política y persecución ideopartidaria y sindical, impulsado también desde el imperialismo norteamericano, con el que comulgaban bastantes oligarquías de la zona (Pérez, 1990; Fonseca, 2013), como a su vez, porque el aguante conservador en Trabajo Social³, ganó terreno para neutralizar y confinar sus cuestionados avances, revalidando, modernizando y maniobrando bajo los entonces discursos progresistas del desarrollo humano, la calidad de vida, el combate a la pobreza y los derechos humanos, en ambientes de reconstrucción democrático electorales (Esquivel; Silva, 2025).

Una conclusión interesante, es que en lugar de una “*virada*”, en estos procesos académicos y gremiales en Centroamérica, más bien se intensificó el sincretismo, que según Netto (1995), ha caracterizado genéticamente a esta profesión, posteriormente oxigenado por el neopositivismo, el neoconservadurismo, el postestructuralismo y la posmodernidad, en un difuso entramado con el neodesarrollismo y los primeros influjos neoliberales; las posturas más críticas hasta ahora localizadas, fueron ciertas oscilaciones desde algunos referentes de la llamada Escuela de Frankfurt y la obra de Habermas (Esquivel, 2021, 2024).

Todo lo expuesto, ilustra las condiciones imperantes y las implicaciones que ello generaba para, en primer lugar, tener un acercamiento, no quisiera escribir casual, con las obras producidas principalmente en Brasil y ahí con la tradición marxista.

Fue en Guatemala en 1995, en el XV Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social y Servicio Social, que se materializó el contacto con la producción de Cortez Editora; tanto para El Salvador, Guatemala y Costa Rica, ese espacio brindó el primer marco de acercamiento a la Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, coordinada en ese entonces por el profesor Dr. Carlos Montaña de la Universidad Federal de Río de Janeiro (Brasil); no circulaba aún en castellano⁴ el libro de la profesora Dra. Yolanda Guerra sobre instrumentalidad⁵.

³ Es un imperativo hacer mención, que, a pesar de ese entorno, por un corto tiempo operó desde la Universidad Autónoma de Honduras, la Maestría Latinoamericana de Trabajo Social, que se constituyó en un brazo de densidad académica para esta región, aunque luego pasó ser absorbida por los direccionamientos neodesarrollistas, que han moldeado un número importante de programas de posgrado de dicha rama en Centroamérica (Esquivel, 2021).

⁴ En castellano empezó a circular en 2007, nuevamente gracias al esfuerzo de Cortez Editora, bajo el tesonero trabajo de traducción de la profesora Dra. Kattia Marro y el profesor Dr. Ramiro Dulcich.

⁵ Sin embargo, fue tal el impacto de ese intercambio, que para el año 1996 se celebró en San José de Costa Rica, el I Congreso Universitario Internacional de Estudiantes de Trabajo Social, que fue un evento pensado para conectar nuevas generaciones estudiantiles, animar la organización universitaria en América Latina y definir una agenda de posibles eventos, gracias a los recursos de las universidades públicas de la región; la consigna de ese encuentro fue: “El Trabajo Social en el contexto de las políticas neoliberales”.

La profesora Yolanda Guerra donó en ese tiempo ejemplares de su recién publicada obra sobre instrumentalidad en lengua portuguesa; a lo cual, es menester recordar, que no se había localizado contemporáneamente, evidencia significativa, de un diálogo histórico desde Centroamérica con Brasil, en materia de debates académicos y profesionales; quizás, porque fue ahí uno de los epicentros del Movimiento de Reconceptualización que habían combatido las fuerzas conservadoras del Trabajo Social centroamericano, a su vez, porque aún se localizaban influencias marxistas, o bien, debido a que se privilegiaba la bibliografía norteamericana, o de otras ramas de las llamadas ciencias sociales, humanas o de la filosofía expresamente positivizada⁶.

Cabe aclarar que para entonces circulaban en esta región obras del Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), órgano de investigación y formación de la entonces Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS) (CELATS, 1983), así como selectas producciones de la Editorial Hvmanitas, Ecro y Espacio Editorial; en esos años, el acceso a internet era extremadamente restringido y con poco contenido si se le compara con la actualidad.

Se logró, con el paso del tiempo, tener más acceso a la bibliografía en castellano de la Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social como la obra de Pereira (2002), Netto (1995) e Iamamoto (1995), así como algunos libros y revistas en portugués, sin embargo, se adolecía de muestras de su calado en los procesos formativos, debates gremiales o estudiantiles, que, casi al finalizar la década del noventa del siglo pasado y los inicios del presente, tenían poca sustancia relacionada con las agendas de discusión profesional.

A pesar de ello, un limitado grupo estudiantil colocó la necesidad de aprender a leer portugués con la finalidad de ampliar el acervo bibliográfico que circulaba en el país, para junto a ello, tratar de resolver ciertas demandas académicas vinculadas con sus trabajos finales de graduación de licenciatura, aspirar a intercambios con universidades brasileñas y abonar a las tareas docentes con nuevos insumos.

Sin embargo, uno de los desafíos más determinantes que la obra de Guerra (1995) planteaba, en absoluto se lograba resolver sin un esfuerzo intelectual y político mayor: estudiar

⁶ Por ejemplo, para ese entonces en Costa Rica era explicada como: “(...) una disciplina y una profesión con objetivos de cambio social, mediante la intervención asistencial, terapéutica, promocional, educativa y concientizadora en la búsqueda de la realización de los derechos humanos en todas sus formas y manifestaciones. Para ello explicita tres dimensiones de estudio e intervención: a) el subsistema microsocial que comprende individuos, familias, grupos y organizaciones de base; b) el subsistema intermedio o mezzosocial que supone la gerencia de programas sociales públicos y privados y c) el subsistema macrosocial al que corresponde la formulación y evaluación de políticas sociales (Molina y Romero, 1994, p. 14) Aunado a lo anterior, se recalca la hegemonía de los presupuestos positivistas, que siguiendo a Guerra (1995), se apoyan en la racionalidad instrumental, que es la racionalidad substantiva del orden social burgués. (Al respecto ver Netto *et al.*, 1992).

directamente la obra de Marx, así como identificar sus influencias en el campo profesional costarricense.

Dicho proceso ha sido complejo hasta la contemporaneidad, tanto por la notoria ausencia de la tradición marxista en las ciencias sociales de esta región, por el rigor y sistematicidad que se demanda para penetrar en las obras del pensador alemán, así como para intentar confrontar al entorno intelectual antes descrito, que, por ejemplo, para el contexto local, se sintetizaba en la hegemonía estructural-funcionalista, sistémica y donde prevalecía la ética neotomista con traslapes protestantes (Castro, 2019).

De tal manera, se recalca que fue en el proceso de investigación de los trabajos finales para optar por el grado de licenciatura en Trabajo Social, tramo académico en el que se exige, por ejemplo, una tesis inédita, donde se posibilitó filtrar principalmente de “abajo para arriba” el debate de la instrumentalidad.

Destacaron en ese período finisecular, algunos ejes nucleares relacionados con la naturaleza de la profesión, los textos de Montaña (1998) y Martinelli (1992), las explicaciones de Iamamoto (1995) sobre el Servicio Social y la división social del trabajo, los razonamientos de Netto (1995) sobre la categoría profesional y su organicidad con las amplias transformaciones del capitalismo monopolista, así como la obra de Pereira (2002) sobre necesidades humanas; pero en la particular experiencia de quien escribe, el desafío fue recuperar el debate de instrumentalidad de Guerra (1995).

Instrumentalidad y los desafíos para asimilar el debate en la formación académica

A partir de lo reconstruido anteriormente, sería mezquino iniciar este breve apartado sin dejar de referir a que, al inicio del siglo XXI en la Universidad de Costa Rica, se empezó a formular una reforma curricular entonces liderada por la profesora M.Sc. María Lorena Molina; en ella se trataban de incorporar algunos de los insumos bibliográficos antes referidos; dicha propuesta formativa, se consolidaría en el año 2004 (Molina; Morera; Ruíz, 2005), sin embargo, a nuestro entender, cinco aspectos generaron tensiones importantes, y siguen pesando más de veinte años después, en especial, para discusiones asociadas a la categoría instrumentalidad.

El primero refiere a una dispersión, imprecisión y falta de rigor del debate de la tradición marxista en la formación académica, ya que, al recuperar las lecciones aprendidas del Movimiento de Reconceptualización, cabía preguntarse para esos años, cómo asimilar las obras antes mencionadas de la Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, adoleciendo del estudio, al menos elemental, pero riguroso y directo, de la obra de Marx.

Principalmente, porque, a nuestro entender, dichos contenidos fueron delegados a los cursos de sociología, que transformaban el patrimonio marxiano en otra corriente sociológica, donde la fuente de referencia que predominaba era el Manifiesto del Partido Comunista (Marx; Engels, 1970).

En segundo sitio, la carencia de profesorado que pudiera impartir esos contenidos, tanto por la ausencia de personal que hubiese estudiado marxismo (ya que la mayoría se adscribían al funcionalismo y la teoría de sistemas), y que validara su lugar indispensable en la formación de profesionales en Trabajo Social; junto a ello, que estas docentes también dieran evidencia de haber profundizado en las obras de lo que paulatinamente pasó a llamarse más extensamente en América Latina: Trabajo Social Crítico⁷.

Como tercer aspecto, que fue insalvable, al avanzar en el asunto del fundamento teórico-metodológico de dicha reforma, predominaron las formulaciones planteadas por Molina y Romero (2001), obra criollamente costarricense, llamada “*Modelos de intervención asistencial, socioeducativo y terapéutico en Trabajo Social*”⁸, lo cual, generó que ello colisionara con la matriz crítica que los debates antes mencionados advertían, y que luego se recalca en la obra de Guerra sobre instrumentalidad y la racionalidad formal abstracta.

Como cuarto asunto, se sitúan las llamadas “prácticas profesionales”, mismas que reflejaban una mixtura que arrastraba lógicas de la era del Movimiento de Reconceptualización-grupos populares, educación popular, prácticas fuera de las lógicas de la política estatal (con influencias formativas abstraídas del análisis del mundo laboral, bajo las reflexiones que desataba el estudio de la división social del trabajo que discutía Iamamoto, 1995)-, tratando

⁷ Lo cual, se agravó por la carencia de un programa de posgrado que resolviera este asunto, debido a que las titulaciones de maestría existentes fueron derivadas también de la fuerte impronta del *Social Work*, concentrando sus contenidos y titulaciones en la intervención terapéutica, la investigación positivista y la gerencia social, este último eje, se tornó de importancia para los avances que luego germinarían asociados al tema de la investigación sobre instrumentalidad profesional. Léase: *Maestría en Trabajo Social*: este posgrado (...) plantea tres rutas académicas como opciones de los interesados (as) i) *Gerencia Social* como respuesta al desafío de un Estado que fortalecerá la inversión social y sea garante de una mejor administración y que por lo tanto requiere de profesionales especializados, ii) *Intervención terapéutica*: es requerida la especialización en tanto la complejidad social y sus repercusiones en lo individual y familiar incrementa la necesidad de profesionales que contribuyan con los sujetos en los procesos de esclarecimiento sobre sus sistemas de relaciones-comunicaciones (...) iii) *Investigación*: el tránsito de profesión a disciplina es un desafío actual. Superar interpretaciones e intervenciones basadas en el empirismo, sentido común, es un requisito medular en el desarrollo científico y la investigación es el vehículo para generar conocimientos y desarrollos teóricos (Molina; Romero, 1994, p. 36-37).

⁸ En lo referente a la práctica profesional del Trabajo Social, Guerra (2017) afirma que históricamente su formación ha sido limitada a la enseñanza de instrumentos y técnicas de las “llamadas metodologías de acción”. En este ámbito la concepción de práctica es la de adiestramiento y entrenamiento. Así como al aprendizaje estricto de los campos de acción que contribuye a reforzar la concepción positivista de la “dicotomía entre teoría y práctica”; para la autora, la práctica profesional tiene que estar vinculada a las dimensiones técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativa, ético-política y formativa.

también de replicar en los espacios donde se desplegaban las experiencias “prácticas”, los modelos arriba señalados.

Finalmente, en quinto sitio, asociado a la prolongación de la carencia de la enseñanza rigurosa y analítica de la obra de Marx (incluso sin entrar en el terreno de la producción lukacsiana⁹), de la prevalencia de cuadros académicos con escasa formación actualizada en esos debates, que habían heredado en sus licenciaturas estudios neopositivistas y con la intención por legitimar los fundamentos teórico-metodológicos desde una propuesta de modelos de intervención en los “espacios de práctica”, emergieron importantes antinomias en el debate de la ética en la formación, ya que se continuó con una prolongación de la vertiente neotomista y protestante, lo cual, tampoco amarraba con los impulsos que para entonces ya eran colocados, por ejemplo, en las obra de Barroco y que se tradujo al castellano en el 2004¹⁰.

Así las cosas, avanzar en los aportes sobre instrumentalidad, como en lo que respecta al análisis de mediaciones, fue más que un proceso materialmente distorsionado, con limitaciones de profundización teórica y carente del rigor académico e intelectual que este debate exige. En la actualidad, la discusión sobre la instrumentalidad se ha incorporado, con las mismas falencias arriba anotadas, incluso como una expresión más de los debates teórico-metodológicos contemporáneos, al lado de otras explicaciones modernizadoras, posmodernas y decolonizadoras.

Ahora bien, en lo que respecta a la investigación académica, la instrumentalidad ha ganado quizás más terreno, por la impronta de ciertas maniobras de docentes que, habiendo hecho estudios doctorales, algunas de ellas en Brasil, así como muy estrechamente vinculadas al debate marxista, recuperan su aporte para la aprehensión de los objetos de pesquisa, bajo el entendido de que en la mayoría de las ocasiones hay que regresar a subsanar condiciones como las expuestas párrafos atrás en la formación del estudiantado.

Los trabajos finales de graduación asociados a la reproducción socio-laboral de la categoría profesional han sido los que latentemente incorporan el análisis de instrumentalidad

⁹ Otra de las determinantes en el debate de instrumentalidad es el indispensable estudio directo de la obra del filósofo húngaro György Lukács, cuya *Ontología del Ser Social* aún no se encontraba traducida al castellano; un primer texto desprendido de esa monumental producción empezó a circular hasta 2007 en España, editada por Akal S.A., bajo el título *Marx, ontología del ser social*. Para entonces básicamente se tenía acceso a los cuatro tomos que publicó Editorial Grijalbo de Estética (1966); luego al conjunto de ensayos intitolados *Historia y Conciencia de Clase* (1969) y *El joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista* (1970). Capítulos de la *Ontología del Ser Social* fueron paulatinamente traducidos por Ediciones Herramienta de Argentina: *Ontología del ser social. El trabajo* (2004); *Ontología del ser social: la alienación* (2013). De manera más reciente se publicó en castellano *Sobre la ontología del ser social/I. Prolegómenos. Cuestiones de principio de una ontología que hoy es posible* (2024), por parte de Prensas de la Universidad de Zaragoza, España.

¹⁰ Como referencia asociada al debate ético político, ya circulaba en Costa Rica en portugués la obra de Adeodata, Vinagre, Apolinari y Gonelli (2001).

en Costa Rica, lo cual, ha potencializado generar conocimientos sobre campos inexplorados donde se contratan estos (as) agentes, tales como empresas transnacionales, empresas nacionales, cooperativas, fundaciones, asociaciones obreras, así como para comprender el mercado general de empleabilidad profesional, la supervisión del trabajo profesional, la flexibilización laboral, el desempleo en el gremio, los nuevos nichos socio ocupacionales y el debate ético-político.

Vinculado a ello, también ha sido referente para las investigaciones que analizan intervenciones profesionales en materia de violencia contra las mujeres, ámbitos de la educación primaria y universitaria, farmacodependencia, elaboración de informes sociales, participación social, promoción de la salud, protección del recurso hídrico, cuido, educación sexual y política criminológica, entre otras áreas.

Instrumentalidad como soporte de una experiencia investigativa

En línea con lo expuesto en las páginas anteriores, corresponde ahora recuperar la experiencia de quien escribe, al haber desarrollado la primera investigación directamente suplida por la obra de la profesora Guerra (1995) sobre instrumentalidad en el campo profesional en Costa Rica, específicamente en materia de gerencia de servicios sociales. Para dicha investigación, se colocó la exigencia de un razonamiento¹¹ onto-histórico, entendido como aquel que busca comprender la naturaleza material del ser social (objetiva y subjetiva), y, por tanto, la totalidad que edifica¹² y le mediatiza; para nuestro interés, en la generalidad del modo de vida de la sociedad burguesa capitalista y su dialéctico proceso donde se reproduce el trabajo (Gonçalves; Rodrigues; Pereira, 2020; Netto, 2023).

Esa aprehensión onto-histórica, decantó en la demanda analítica de mediatizar y desfetichizar el objeto de estudio, o sea, la gerencia de servicios sociales, que se ha colocado en los procesos de intervención profesional, más allá de reconocerlos como meros “hechos”; por el contrario, exigió profundizarlos en sus movimientos dinámicos, saturados de historia, de correlaciones de fuerzas y de antagonismos teleológicos (Netto, 1978).

¹¹ Sobre ello se adiciona: “La racionalidad dada por la razón dialéctica es la síntesis de procedimientos activos e intelectivos y se torna un adjetivo de la razón que desalinea, desmitifica, niega lo dado en su apariencia y es capaz de engendrar acciones que ultrapasan la dimensión manipuladora e instrumental” (Guerra, 1995, p. 44, traducción propia).

¹² Guerra (1995) señala que la razón, a lo largo de la historia, se ha vinculado estrechamente con la libertad humana, entendida como resultado del dominio sobre la naturaleza y los avances científicos y técnicos. Asimismo, destaca cómo la historia se incorpora al contenido de la razón, ya que las personas construyen la historia al responder a los desafíos de su tiempo, y a la vez, se constituyen a sí mismas en ese proceso. Esta reflexión se enmarca dentro de un debate más amplio y formativo que también ha sido abordado por Lukács (1959).

Guerra (2017) define la instrumentalidad como una categoría propia de la relación entre las personas y la naturaleza, que en el orden burgués se transforma en mediación entre personas; a la vez, la autora precisa esta noción al considerarla como las propiedades sociales de los objetos, atribuidas por las personas en el proceso de trabajo, convirtiéndolos en medios para satisfacer necesidades y alcanzar fines, en función de sus posiciones teleológicas.

En el ámbito del Trabajo Social, la instrumentalidad se presenta como una categoría reflexiva que permite identificar las formas de inserción de la profesión, en los espacios socio-ocupacionales, como, por ejemplo, las llamadas prácticas gerenciales, así como sus competencias y requisitos, conduciendo la comprensión de los vínculos y determinaciones entre fuerzas productivas, relaciones de clases, estructura política y expresiones de conciencia en la intervención profesional (Guerra, 2000).

Junto a ello, el debate en cuestión, permitió avanzar en el alejamiento de los tratamientos endógenos, eslabonando el análisis al estudio de la reproducción del capital, de sus crisis y del significado e implicaciones para la vida social, cuestionando las maniobras de intervención imperantes en el campo gerencial, para encubrir o maquillar las devastaciones del mercado en la vida social (Vasconcelos, 2015).

Lo anterior, se recuperó imperativamente, debido a que cuando se abstrae la sustancia ontológica del ser social, en el marco de las relaciones sociales instituidas por el modo de producción capitalista, se adolece reconocer el conflicto de clases, junto a ello, tampoco se identifica a las personas en condiciones de explotación, llegando a refractarse una “naturalización” y/o cosificación de las relaciones existentes, como si estuvieran en un “anillo de hierro” (Lara, 2017).

Lo antes expuesto, demandó comprender, según Guerra (1995), la instrumentalidad de la práctica profesional¹³, concatenada al unísono con fundamentos teórico-metodológicos¹⁴, procedimientos analíticos y categorías intelectivas, a la luz de un proyecto ético-político y de sociedad, que extrapolaran el ámbito del Trabajo Social y que interrogaran las racionalidades¹⁵

¹³ Práctica profesional, es concebida en este escrito como el ejercicio de la praxis profesional del Trabajo Social para atender las demandas que la sociedad capitalista burguesa le coloca, bajo un cuerpo de conocimientos al amparo de una teoría social, y, por ende, de un proyecto de sociedad, con un colectivamente acordado sustento ético-político, que maniobra con recursos técnico-operativos, procedimentales e instrumentales, en escenarios altamente contradictorios.

¹⁴ Sobre lo anterior se apunta: Al ser “encuadrado” como profesión de carácter eminentemente técnico, al ejercer funciones ejecutivas, el asistente social piensa poder eximirse de la reflexión teórica *in totum* y fija su foco de preocupaciones en su cotidiano profesional, por lo que los modelos analíticos e interventivos, testados y cristalizados por sus experiencias y de otros, son suficientes. A esto se combina el elenco de disciplinas que se dedican a los hechos de la realidad empírica, que le refuerza un cuadro referencial teórico ecléctico, segregado en informaciones parciales, fragmentadas, generalizantes (Guerra, 1995, p. 170, traducción propia).

¹⁵ Guerra (1995), analiza las diversas matrices fundamentales de la razón moderna, como son el sistema ético-

subyacentes en las formas de ser y pensar de la profesión, así como las finalidades¹⁶ colocadas en las llamadas praxis gerenciales (Gianna; Mallardi, 2011; Alves; Gianna, 2024).

Así las cosas, el estudio de Guerra, permitió centrar inéditamente el debate entre la instrumentalidad del Trabajo Social y las racionalidades subyacentes en el campo del gerenciamiento social, ambas construidas en el campo de las fuerzas en las cuales la profesión se reproduce (tomadas como determinaciones diferenciadas de un mismo proceso), conduciendo a las comprensiones de las singularidades del Trabajo Social¹⁷, en el marco de las expresiones universales de la sociedad capitalista consolidada (Soares, 2008).

El debate sobre instrumentalidad, fue incisivo para develar la racionalidad lógico formal para el abordaje de la “cuestión social” desde las llamadas intervenciones gerenciales, especialmente en este escenario neoliberal que ha encubierto, entre otros, el traspaso de la lógica del Estado a las lógicas del mercado, de pregonar una sociedad civil enlazada a una participación social despolitizada y deseconomizada, de legitimar maniobras de hiperfocalización, de redistribución asistencialista, de acciones de búsqueda de mayor eficacia, eficiencia y maximización de recursos, respaldando los recortes presupuestarios en materia social, de flexibilización, desreglamentación y desregulación de los derechos sociales, de terciarización de servicios, de desestabilización y destrucción del empleo (Silva, 2021). Igualmente, al tenor de estas reflexiones se constató que la valoración, evaluación y legitimidad de políticas y servicios sociales, que esas prácticas gerenciales apuntalan, pasaban tendencialmente a ser tamizadas reiteradamente según criterios racionalistas lógico-formales, que respondían a su “función” de complejos minimizadores de conflictos y reproductores parciales de fuerza de trabajo (Pontes; Oliveira; Marinho, 2022).

Lo cual, trajo a colación que desde su naturaleza, el Trabajo Social históricamente ha estado intentado responder a las demandas que el colectivo profesional recibe contextualmente, coyunturalmente y epidérmicamente, producto de la sociabilidad imperante y encarnadas en las condiciones de vida de camadas expoliadas cada vez más numerosas; teniendo como contracara, las presiones de los entes contratantes para gerencialmente, atenuarlas, disimularlas,

filosófico kantiano y la filosofía especulativa de Hegel, además, incorpora referencias a la razón dialéctica y a su contrapunto el racionalismo formal-abstracto, reflexiones que la llevan al estudio del racionalismo burgués moderno, como última forma de explicación y organización de la sociedad.

¹⁶ Entendemos, según escribe Guerra (2017), que la teleología va a estar siempre permeada por dos elementos, razón y voluntad; ya que son ellos quienes direccionan las escogencias de “el qué”, “cómo” y “para qué” hacer, de ahí que los resultados de las acciones dependen tanto de la existencia de condiciones favorables, como de lo coherente de las escogencias y de las intervenciones práctico-críticas a los objetivos y al proyecto ético-político que se prioriza, y también de la correlación de fuerzas presentes en el momento.

¹⁷ Dentro de las contradicciones a las que se enfrenta el Trabajo Social, es necesario ubicar el espacio donde se crea y reproduce la profesión, el cual es altamente sincrético, ya que su génesis se ubica en un marco de demandas altamente fragmentado y carente de un referente teórico crítico-dialéctico (Netto, 1995).

condicionarlas, anticiparlas y controlarlas, como aparentes respuestas (Gianna, 2015; Lavoratti; Costa, 2016; Siqueira, 2023)

Derivando en la comprensión del colectivo profesional, en su innata condición asalariada¹⁸; lo cual, es todavía un imperativo mayor, para establecer parámetros de movilización en espacios de incertidumbre que arrojan las mediaciones constitutivas de su intervención profesional¹⁹ (Horst; Freire; CRESS, 2023; Sousa, 2008; Guerra, 2020).

Por ello, se logró debatir aquellas concepciones que argumentaron que la intervención se encuentra regida por procedimientos, criterios, normas y reglamentos previamente definidas por las organizaciones sociales, sobre los cuales las (os) agentes profesionales no ejercen influencia, resistencia, reconducción o espacios de maniobra alguna (Guerra, 2025; Forti; Guerra, 2010).

Todavía, de manera más delimitada, en especial para una profesión con demandas de intervención tan determinantes como lo es el Trabajo Social, y en los llamados espacios gerenciales, la investigación de Guerra (1995), auxilió para situar los influjos que han tenido preponderancia para ecualizar la comprensión entre naturaleza y sociedad, al limitar el conocimiento a la apariencia inmediata, donde el racionalismo formal acaba por trasladar procedimientos del método lógico experimental para el análisis de la sociedad, lo que permite establecer tanto modelos²⁰ de explicación, como patrones programáticos de intervención social,

¹⁸ Léase muy detenido lo siguiente: “(porque por favor, no nos hagamos ilusiones, quien entra a trabajar a una institución, a una organización, tiene compromisos muy claros y no los puede violar arbitrariamente) (...) Este rol mediador no significa ni un aporte a la sublevación o a la insurrección general. Significa (...) colocar una especie de piso donde se pueda transaccionar, negociar” (Netto, 1998, p. 48). Debe reconocerse también que el/la profesional en Trabajo Social vivencia algunas premisas similares que el resto de las camadas asalariadas en el capitalismo, vendiendo sus conocimientos, habilidades interventivas, prácticas privativas por ley, elaboración de ciertos productos -peritajes, estudios, diagnósticos, informes, evaluaciones, investigaciones, entre otros -, respondiendo por lo tanto a las exigencias de la organización contratante, sea por jornada laboral, resultados, cumplimiento de objetivos o entrega de evidencias específicas.

¹⁹ A lo cual se agrega: “(...) la legítima demanda proveniente de las necesidades sociales de los segmentos demandantes de los servicios sociales. La demanda profesional incorpora la demanda institucional pero no se restringe a ésta, pudiendo y debiendo ultrapasarla. La construcción de la demanda profesional impone al profesional la recuperación de las mediaciones ontológicas e intelectivas que dan sentido histórico a la particularidad del Servicio Social en una totalidad dada relativa” (Pontes, 1995, p.174, traducción propia). De no aprovechar el trabajo con las mediaciones, el o la profesional pueden ubicarse en lo que se ha llamado el profesional domesticado o cínico, o bien el/la héroe, léase: “ La primera es la de, simplemente ejecutar sus atribuciones institucionales, o sea, desempeñar aquellas atribuciones que le están asignadas por la institución (...) puede simplemente situarse ejerciendo una función unilateral, situarse como un vector ejecutivo de la organización o de la institución (...) la segunda, es ejercida por aquel profesional que -aun manteniéndose en el espacio de la institución o de la organización- pretende hacerse vector únicamente de las demandas de los usuarios, o sea, una sola dimensión en el sentido opuesto (...) Es el profesional heroico, es aquel tipo que está dispuesto incluso a perder su trabajo, y casi siempre lo pierde. Y al perderlo, no pierde solamente sus condiciones de reproducción, su salario, también pierde el espacio profesional específico, porque es precisamente en este campo de tensión que él puede desempeñarse como Trabajador Social. El resto es militancia, muy generosa, muy respetable, pero militancia profesional voluntaria, que es una forma de escaparse o ser expulsado del campo profesional” (Netto, 1998, p. 36-37).

²⁰ A lo cual se adiciona: Este repertorio técnico tiene su racionalidad hipotecada a las regularidades sociales

para lo cual se ofrece un conjunto de procedimientos manipulativos e instrumentales que orbitan en la positividad de los llamados hechos sociales en el capitalismo (Siqueira, 2022).

Dos ejemplos de ello, en las prácticas gerenciales, han sido la radical influencia de la teoría general de sistemas y sistemas complejos, donde se fortalece la concepción del método como el conjunto de procedimientos y/o reglas de conocimiento (cuyo legado de Durkheim es ejemplar), o hasta como medio de aplicación prescriptivo del Trabajo Social, y en segundo lugar, los referenciales pragmatistas y neopragmatistas que siguen emanando de los influjos anglosajones trenzados con la posmodernidad y el posestructuralismo, suspendiendo cualquier asidero ontológico de la vida social (Gianna, 2016; Berringer, 2019; Guerra, 2022; Potter, 2017).

Guerra (2007) pone de manifiesto que en el colectivo profesional es constante la demanda de “nuevos” instrumentos operativos, o bien de la efectiva aplicación de la teoría en la práctica, lo cual, se vincula al señalamiento de que en el caso de la gerencia social, tendencialmente se ha brindado la ilusión que su ubicación privilegiada en las líneas de mando o toma de decisiones, establece una supuesta excepción a otras prácticas tradicionales; sin embargo, ello no rompe en absoluto con que él o la profesional se circunscribe a un espacio inmediato que captura apenas la forma de aparecer de los hechos y los fenómenos, pero no alcanza sus propiedades constitutivas, tampoco su naturaleza contradictoria y las posibilidades de revertir que ellas poseen.

Según el análisis realizado desde la instrumentalidad acerca del gerenciamiento de servicios sociales, se comprueba la reiteración de un espectro racional que sigue estimulando en el ejercicio profesional la fijación de los hechos en patrones y procedimientos predeterminados, lo cual limita la conexión, la articulación, o la vinculación entre las instancias socio-económicas, políticas e ideo-culturales, impidiendo rescatar las mediaciones²¹ ontológicas²² presentes en el modo de vida en que el capital se reproduce (Morais; Sobral, 2023).

epidérmicas del orden burgués -tal repertorio es esencialmente la transcripción inmediata de éstas al plano del pensamiento formal abstracto. Por eso mismo, en los períodos donde la reproducción de las relaciones sociales se da sin revisión crítica de su procesamiento estable (o sea, fuera de las situaciones de crisis), su articulación teórica y su instrumentación práctica- tanto sus sistemas de saber cómo sus instrumentos técnicos, se revelan sincronizados a las epidermis del movimiento social y aptos sea para aportar una explicación coherente sobre éste, sea para encontrar formas interventivas como grados viables, pero efectivos, de eficacia (Netto, 1995, p. 99).

²¹ Reconociendo la discusión ontológica e intelectual de las mediaciones, se pone de relieve que el o la profesional en Trabajo Social actúa con y en las mediaciones, pero no es una de las mediaciones, o un/a mediador/a, aunque sí un/a articulador y potencializador de mediaciones, en una palabra, escribe Pontes, “(...) él actúa en los sistemas de mediaciones que moldean las refracciones de la “cuestión social”, constitutivas de las demandas sociales a la profesión” (Pontes, 1995, p. 177, traducción propia).

²² Pontes señala al respecto: La búsqueda de la expresión de las leyes universales, presentes en el espacio institucional, con la consecuente abstracción de las condiciones singulares que tipifican los problemas sociales que demanda acción profesionalizada, conducen al movimiento complejo de la razón en la reconstrucción del objeto

Justamente, parece ser que las maniobras gerenciales, más bien refuerzan esas directrices a favor del capital, de las lógicas del Estado, del mercado, de los condicionamientos de los organismos internacionales y sus patrones de dirección, con nuevos lenguajes, justificaciones, evidencias amoldadas a los fines que se persiguen, operando como un importante soporte ideológico (Ver Esquivel, 2022).

Lo cual, desata una intervención centrada en la búsqueda de la manipulación de variables empíricas (vertidas en la cotidianidad), como escenario inmediato de este conjunto de agentes profesionales del entramado gerencial, mostrándose aparentialmente como destrezas efectivas, amparadas también a particulares marcos éticos²³ (Lima; Rodrigues, 2024).

Por lo cual es valioso subrayar lo que advierte Guerra (1995), cuando acota que en esas condiciones, las discusiones sobre el significado social y político de la profesión pasan a segundo plano, en detrimento de las formas de realizar la intervención, debido a que al no atribuir la debida importancia a las expresiones de representación de la profesión -a su razón de conocer-las(os) asistentes sociales, suprimen el contenido social de sus acciones, e incorporan (acríticamente) el contenido funcional, social y “naturalmente” atribuido”.

Lo anterior, en la experiencia de investigación desarrollada, se comprobó en cambios promovidos por las propias personas en las nomenclaturas de sus puestos, pasando de ser profesionales en Trabajo Social a gerentes regionales, de área o de servicios; más orgánicos a la estructuración institucional que a la categoría profesional.

Tal y como se ha logrado ilustrar, esas expresiones inmediateistas que se contienen muchas veces como verdaderas en los nichos ocupacionales, solamente reproducen una tendencia simplificadora de la complejidad que se entrama en los procesos de intervención profesional.

Lo anterior, es reforzado al reconocer que la racionalidad positivista hace posible que la realidad no se revele tal cual de manera automática; por ello, se exige que los y las profesionales

de intervención de los sujetos y las refuerzas sociales presentes. Este procedimiento cognitivo no significa un abandono de lo empírico, de la dimensión fáctica, sino, la búsqueda de su particularidad ontológica (Pontes, 1995, p. 168, traducción propia).

²³ Esa instrumentalización esta mayormente permeada por la racionalidad lógico-formal abstracta, que viene a ser respaldada en los sustentos del discurso conservador, y reforzados por la ética neotomista. Esa relación no le permite superar el panorama inmediato que se le refuerza ideológicamente, por lo cual, apega su ejercicio profesional al cumplimiento de los valores que son fundamento del pensamiento conservador. Por ende, el aislamiento de lo político en el ejercicio profesional, según la racionalidad hegemónica, lo torna más científico, y por la ideología que lo baña, lo hace supuestamente más neutral. Desde una posición endogenista y neoconservadora, la profesión del Trabajo Social en su referencial ético-político, conserva y reproduce los elementos que constituyen un legado ético de las corrientes neotomistas, asimismo, un aislamiento de lo político como parte constitutiva de las mediaciones donde los/as profesionales desarrollan su práctica; incluso se acepta por parte de algunos grupos que el ejercicio del Trabajo Social no es político, que no son personas políticas y, por ende, que lo “político” está fuera de su marco de acción profesional.

aprehendan las determinaciones que se generan en la relación capital-trabajo, como una totalidad altamente contradictoria, en relación con el movimiento social que emana de los conflictos que estas relaciones generan.

En el espacio de las demandas organizativas ante el intelecto del profesional, éstas aparecen sin mediaciones, norteadas por los objetivos técnico-operativos, como un fin en sí mismo, y según la experiencia de la investigación desarrollada por quien escribe, bajo discursivas de “bien común”, “justicia social”, “democratización”, “participación”, “priorización”, “uso racional de los recursos”, “responsabilidad” y “concientización”.

Por ello, Guerra (1995) coloca de forma innegociable, interrogar a la categoría profesional en el debate del mundo del trabajo, de las relaciones de clases, de las configuraciones del Estado, de la socialización y la sociabilidad, y de sumo interés, penetrar en la recuperación de las políticas sociales, no apenas en cuanto espacio de inserción privilegiado del Trabajo Social, si no, sobre todo, en razón de su determinación, ordenamiento y prescripción de las formas de intervención

Sin embargo, Guerra (1995) reconoce que la razón²⁴ no es por sí sola determinante de la realidad, pero sí una forma de percibir y comprender lo real; es la vía que, según su argumento, reestablece el encuentro entre la persona que conoce y el objeto a ser conocido, lo cual, no se debe confundir con identidad, ya que la realidad siempre es más rica de determinaciones que la capacidad intelectual de atraparlos.

La razón es una condición en el momento en que el pensamiento busca aprehender la realidad como movimiento, y es por eso que tiene que recorrer abstracciones más simples, dadas por el intelecto, en el sentido de determinarlas por medio de las mediaciones que vinculan los hechos a determinados procesos, saturados de determinaciones. Ella lleva en su interior la posibilidad de establecer relaciones, reconocer y reconstruir las condiciones objetivamente dadas²⁵.

Al razonar, se incorporan los elementos del sentido común, necesarios para las acciones cotidianas, como aquellas construidas por los procedimientos que el intelecto realiza,

²⁴ Desde luego la razón es capaz de refigurarla por la vía de del pensamiento: “La razón es lo que da inteligibilidad a los hechos y estos se constituyen en sus fundamentos, al mismo tiempo en que son constituidos, constitutivos y constituyentes de relaciones que obedecen a los principios de causalidad y contradicción” (Guerra, 1995, p. 43, traducción propia).

²⁵ Pontes (1995) agrega que delante de un cuadro aproximativo del movimiento dialéctico de las categorías históricas y de las mediaciones ontológicas, el o la agente profesional podrá participar del proceso intelectual, seguramente, con posibilidades más amplias de alcance de atención de las demandas socio-profesionales. Además, el autor explica que pueden existir profesionales que trasciendan y reconstruyan las mediaciones donde intervienen, y otros/as que no lo hagan; en ambos casos, éstas se encuentran presentes ya que son ontológicas, y no una “opción”.

superándolo; por tanto, se atrapan las conexiones causales de la realidad en la propia praxis, que, al engendrar nuevas conexiones en la realidad, permite refigurar la realidad por el pensamiento (Netto, 1998).

Por tanto, deben localizarse histórica y teóricamente el campo de tensiones, oculto en la lógica rectilínea de la demanda organizacional, lo cual, implica reconstruir las verdaderas demandas socio-profesionales, a través de un análisis de negociación de lo inmediato, trascendiendo el elemento empírico²⁶.

Obliga todo ello a recuperar las conexiones entre la singularidad-particularidad-totalidad²⁷, por tanto, se vienen a romper los moldes lógico-formales contruidos por medio de la razón predominante.

Por ello se exige la necesidad de que la categoría instrumentalidad asuma un papel central en el plano del análisis como de la intervención del profesional, y por ende en la propuesta de gerencia social, ya que él o ella se mueven en una totalidad compleja en relación con otra más compleja y totalizante.

Consideraciones finales

La teoría social marxista, logró adensarse de forma muy diversa en el campo profesional luego del Movimiento de Reconceptualización, recuperando las lecciones aprendidas durante ese proceso; el debate sobre instrumentalidad justamente es una evidencia destacada que requiere un entramado de elementos académicos, intelectuales, políticos y culturales que son difíciles de situar a lo largo de los procesos académicos de Trabajo Social en América Latina. En Centroamérica, la categoría profesional aún se tiene que desafiar intelectualmente, académicamente, profesionalmente y políticamente para calibrar la densidad de estos análisis en sus procesos de formación e investigación, caso contrario, vulgariza, positiviza y deforma el debate de instrumentalidad.

A juicio de quien escribe, esta región, junto con la América Insular, es la más vulnerable y frágil en términos de la direccionalidad y fundamentos profesionales en el continente, quizás,

²⁶ De esta manera, en su dimensión ontológica (o sea que existen en el ser social independiente de la razón), estas mediaciones que estructuran, informan, permiten movimiento, dan textura histórico-social, colaboran en el pasaje entre las instancias constituyentes de la totalidad, a través de racionalidad dialéctica; por ello se pone en relieve que: “Este es el movimiento de la razón buscando a través del movimiento de lo abstracto a lo concreto, capturar las mediaciones ontológicas en su propia estructura del objeto de conocimiento por el sujeto cognoscente. Este movimiento va a permitir el ultrapasaje de la fatalidad, con la recuperación de las categorías históricas (concretas), conduciendo al agente profesional a una comprensión relativamente próxima del movimiento y constitución del objeto” (Pontes, 1995, p. 175, traducción propia).

²⁷ Léase: “La racionalidad dada por la razón dialéctica es la síntesis de procedimientos activos e intelectivos y se torna un adjetivo de la razón que desaliena, desmitifica, niega lo dado en su apariencia y es capaz de engendrar acciones que ultrapasan la dimensión manipuladora e instrumental” (Guerra, 1995, p. 44, traducción propia).

cada vez más expuesta a ser absorbida por las líneas maestras del *Social Work* neoconservador y neopragmatista, en especial, en esta coyuntura de crisis del imperio yanqui, lo que pone en juego nuestro sueño de la Patria Grande, en palabras de Simón Bolívar.

Es una verdad incuestionable que debates como el de instrumentalidad ascienden del sur de América, desde Brasil principalmente, para el resto del continente y el mundo, los cuales, serían imposibles de haberse logrado en muchos entornos académicos de Trabajo Social como el centroamericano y caribeño; razón por la cual, se subraya el cuidado y las salvaguardas que implican llevar estos avances a nuestros países; ese es un desafío muy complejo, tal y como se ha intentado denotar en este escrito.

Junto a ello, las bases formativas indispensables que reclama el análisis de instrumentalidad, potencian los correctos procesos de investigación, caso contrario, se reiteraran las deformaciones demostrando nuevamente la “miseria de la razón”.

Por su parte, la delimitación explicativa de los objetos de investigación, auxiliados por el debate de instrumentalidad, direcciona en gran parte la formulación de los problemas de pesquisa saturados de profundos referentes que interrogan la razón, la conciencia, los medios, los fines, el asidero ético-político, el proyecto profesional, la sociedad y sus legalidades, así como los márgenes de maniobra inmediatos y mediatos.

Así las cosas, las mayúsculas demandas analíticas desde este asidero son un apasionante proceso que estimula la recuperación de los movimientos, los procesos y las contradicciones que instituyen la totalidad, con sucesivos acercamientos y direccionamientos precisos.

La respuesta del entorno profesional y académico a estos análisis, debe también ser estimado, en especial en estos tiempos de ultraneoliberalismo, donde el neoconservadurismo, el neofacismo y el irracionalismo envuelven importantes parcelas del universo societal-profesional.

Investigar desde la instrumentalidad es una apasionante gesta contestataria, por ello, en muchos espacios se nos ha querido acallar...pero aquí estamos, 30 años después, desafiándonos nuevamente.

Referências bibliográficas

- ADEODATA, D.; VINAGRE, M.; APOLINARI, M.; GONELLI, V. (org.) *Serviço Social e ética. Convite a uma nova práxis*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 2001.
- ALVES, M.; GIANNA, S. A instrumentalidade na formação e na prática do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, n.147, e-6628417, 2024. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/yjQj7cNXhmMC3M6YFqqC5KR/?lang=pt>. Acceso en: 30 jun. 2025.
- BARROCO, M. *Ética: Fundamentos sócio-históricos*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 2004.

- BERRINGER, K. Reexamining epistemological debates in Social Work through american pragmatism. *Social Service Review*, vol. 93, n. 4, on line, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1086/706255>. Disponible en: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.1086/706255>. Acceso en: 30 jun. 2025.
- BRENES, A. Servicio social e iglesia católica: Condiciones contextuales de su relación en los primeros años de la Escuela de Servicio Social de la Universidad de Costa Rica. *Revista Reflexiones*, año 98, n.1, p. 23-37, 2019. Disponible en: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?pid=S1659-28592019000100023&script=sci_abstract&tlng=es. Acceso en: 30 jun. 2025.
- CASTRO, H. *Influencias en la comprensión de la ética en el proceso de formación académica en la Escuela de Servicio Social de la Universidad de Costa Rica*. Tesis para optar por el grado y título de licenciada en Trabajo Social. Escuela de Trabajo Social. San José, Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2019. Disponible en: <https://repositorio.sibdi.ucr.ac.cr/browse/author?value=Castro%20Solano,%20Hellen%20Paola>. Acceso en: 30 jul. 2025.
- CENTRO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL. *Trabajo Social en América Latina*. Lima, Perú: Ediciones CELATS, 1983.
- DEVINE, E. *Social Work*. Nueva York, Estados Unidos: The Macmillan Company, 1922.
- ESQUIVEL, F. *Trabajo Social en Centroamérica: contemporaneidad y principales influencias teóricas. Informe de licencia sabática*. San José, Costa Rica: Vicerrectoría de Docencia, Universidad de Costa Rica, 2021.
- ESQUIVEL, F. Raíces capitalistas de la gerencia social. Reflexiones desde la era industrial al neoliberalismo. *Fronteras*, n. 19, p. 71-84, 2022. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8786701>. Acceso en: 30 jul. 2025.
- ESQUIVEL, F. Social Work y Servicio Social en América Latina. *Revista Costarricense de Trabajo Social*, 45, en línea, 2024. Disponible en: <https://revista.trabajosocial.or.cr/index.php/revista/article/view/439/636>. Acceso en: 30 jul. 2025.
- ESQUIVEL, F.; SILVA, J. Trabajo Social y reproducción coetánea del capitalismo en Centroamérica. *Serviço Social e Sociedade*, vol. 148, n.1, 2025.
- FALEIROS, V. *Trabajo Social. Ideología y método*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Ecro, 1976.
- FARIA, L.; SILVA, T. Convergências históricas entre Gramsci e Lukács: reflexões sobre o intelectual orgânico e o Serviço Social. In: SILVA, E.; VETTORAZZI, A. (org.). *Serviço Social: aplicação da ciencia e seus antagonismos*. São Paulo, Brasil: Editora Atena, p. 31-41, 2021.
- FONSECA, E. *Centroamérica: Su historia*. San José, Costa Rica: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2013.
- FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). *Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social*. Río de Janeiro, Brasil: Lumen Juris, 2010, p. 3-22.
- GIANNA, S.; MALLARDI, M. Tensiones y contradicciones en la teleología de los procesos de intervención en Trabajo Social. *Tendencias y Retos*, vol. 1, n. 16, p. 18-31, 2011. Disponible en: <https://revistas.lasalle.edu.co/files-articles/te/vol1/iss16/2/fulltext.pdf>. Acceso en: 30 jul. 2025.
- GIANNA, S. Trabajo Social reflejo e intervención: crítica a la noción de particularidad como centro. *Temporalis*, Brasilia, vol. 15, n.30, p. 429-452, 2015. Disponible en: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10750/10007>. Acceso en: jun. 2025.
- GIANNA, S. Trabajo Social y pensamiento sistémico: acerca de la centralidad de la familia en la intervención profesional. In: GIANNA, S.; MALLARDI, M. *Transformaciones familiares*

- y *trabajo social: debates contemporáneos y contribuciones analíticas*, 2016, p. 7-44. Disponible en: <https://catedralibrets.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/04/gianna-mallardi.pdf>. Acceso en: 25 jun. 2025.
- GONÇALVES, P; RODRIGUES, T.; PEREIRA, H. Serviço social e formação permanente: possibilidades de superção de cotidianos de alienação. *Revista Katálysis* (23) 1, p. 72-80, 2020. Disponible en: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n1p72/42512>. Acceso en: 6 jun. 2025.
- GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 1995.
- GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 62, p. 53-63. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 2000.
- GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social e Sociedade*, n.91, p. 5-32, 2007.
- GUERRA, Y. *Trabajo Social: fundamentos y contemporaneidad*. La Plata, Argentina: Colegio de Asistentes Sociales o Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires, 2017.
- GUERRA, Y. Trabalho e formação profissional: desafios e perspectivas atuais ao Serviço Social Brasileiro. In: GOULART, E.; BATISTA, V. (org.). *Serviço Social: Formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. Brasil: EDUFPI, 2020, p. 33-62. Disponible en: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/edufpi/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E-BOOK-1.pdf. Acceso en: 25 jun. 2025.
- GUERRA, Y. Expresiones del pragmatismo en el Trabajo Social: reflexiones preliminares. *Propuestas críticas en Trabajo Social*, vol. 2, n.3, p. 179-197, 2022. Disponible en: <https://revistapropuestascriticas.uchile.cl/index.php/RPCTS/article/view/65285/70244>. Acceso en: 4 jun. 2025.
- GUERRA, Y. La dimensión técnico-operativa del ejercicio profesional Trabajo Social. *Debates Críticos*, vol. 1, n.1, p. 134-149, 2025. Disponible en: <https://revista.salud.mdp.edu.ar/index.php/dc/article/view/32/26>. Acceso en: 4 jun. 2025.
- GUTIÉRREZ, J. y MIRANDA, M. *Trabajo Social centroamericano: los determinantes históricos que explican su surgimiento*. Tesis para optar por el grado y título de licenciadas en Trabajo Social. Escuela de Trabajo Social. San José, Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2014. Disponible en: <https://repositorio.sibdi.ucr.ac.cr/items/a5104649-dda3-4cb4-a01b-5caee805da42/full>. Acceso en: 12 jun. 2025.
- HORST, C.; FREIRE, T.; CRESS. (org.) *A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte, Brasil: CRESS, 2023. Disponible en: <https://www.cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Livro-CRESS-MG--A-dimens%C3%A3o-t%C3%A9cnica-operativa-no-trabalho-de-assistentes-sociais-.pdf>. Acceso en: 14 jun.2025.
- IAMAMOTO, M. *Servicio Social y división del trabajo. Un análisis crítico de sus fundamentos*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 1995.
- IAMAMOTO, M. y DOS SANTOS, M. *A História pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2021.
- LARA, R. *História e práxis social: introdução a los complexos categoriais do ser social*. Brasil: Canal 6 Editora, 2017.
- LAVAROTI, C.; COSTA, D. (Org.) *Instrumentais técnico-operativos no Serviço Social. Um debate necesario*. Ponta Grossa, Brasil: Estúdio Texto, 2018. Disponible en: <https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2018/10/LIVRO-INSTRUMENTAIS-TECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf>. Acceso en: 17 jul. 2025.

- LUQUET, W.; MONROE, S. The origin and evolution of the term “Social Work”. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, año 49, n.2, 2022, p. 64-92.
<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://scholarworks.wmich.edu/cgi/viewcontent.cgi%3Farticle%3D4599%26context%3Djssw> Acceso en: jun. 2025.
- LIMA, J.; RODRIGUES, V. Trabalho, racionalidade e instrumentalidade. Fundamentos e pressupostos para o Serviço Social. In: Lima, J. (Org.) *A instrumentalidade do Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social*. Ponta Grossa, Paraná, Brasil: Atena Editora, 2024, p. 1-10.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. México. Fondo de Cultura Económica, 1959.
- LUKÁCS, G. *Estética*. Tomo I-II-III-IV. Barcelona, España: Ediciones Grijalbo, 1966.
- LUKÁCS, G. *Historia y conciencia de clase. Estudios de dialéctica marxista*. México: Ediciones Grijalbo, 1969.
- LUKÁCS, G. *El joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista*. México: Ediciones Grijalbo, 1970.
- LUKÁCS, G. *Ontología del ser social. El trabajo*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Herramienta, 2004.
- LUKÁCS, G. *Marx, ontología y ser social*. España: Akal S.A., 2007.
- LUKÁCS, G. *Ontología del ser social: la alienación*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Herramienta, 2013.
- LUKÁCS, G. *Sobre la ontología del ser social/I. Prolegómenos. Cuestiones de principio de una ontología que hoy es posible*. España: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2024.
- MARINI, R. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1981.
- MARTINELLI, M. *Servicio Social. Identidad y alienación*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 1992.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifiesto Comunista*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria S.A, 1970.
- MOLINA, L.; ROMERO, M. Costa Rica, la educación en Trabajo Social. *Cuadernos de Trabajo Social*, n. 7, p. 11-39, 1994. Disponible en: <https://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/CUTS9494110011A/8453>. Acceso: 29 jul. 2025.
- MOLINA, L.; ROMERO, M. *Modelos de intervención asistencial, socioeducativo y terapéutico en trabajo social*. San José, Costa Rica: EUCR, 2001.
- MOLINA, M.; MORERA, N.; RUÍZ, A. El proyecto de formación profesional 2004. *Escenarios*, vol. 5, n. 9, p. 7-20, 2005.
- MONTAÑO, C. *La naturaleza del Servicio Social: un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 1998.
- MORAIS, S.; SOBRAL, E. Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: desafios da articulação com os movimentos sociais. In: Coelho, D.; Sobral, E.; Alexandre, T. (org.) *Serviço Social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza, Brasil: EDUECE, p. 27-45, 2023. Disponible en: <https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2023/09/Servi%C3%A7o-Social-instrumentalidade-e-movimentos-sociais.pdf>. Acceso: 27 jul. 2025.
- NETTO, J. *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa, Portugal: Seara Nova, 1978.
- NETTO, J. *Capitalismo monopolista y servicio social*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 1995.
- NETTO, J.; VERAS, M.; PAULA, J.; PINHO, A.; BARREIRA, I.; QUIROGA, A. *La investigación en trabajo social*. Lima, Perú: CELATS-ALAETS, 1992. Disponible en: <https://repo.umc.cl/server/api/core/bitstreams/94f98107-d623-44e3-94ad-4b6c4d8ec85c/content> Acceso: 17 jul. 2025.

- NETTO, J. "Instituciones: un encuadre interdisciplinario". In: Asociación Civil de Profesionales de Servicio Social de la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires (Org.) *V y VI Jornadas Municipales de Servicio Social*. Buenos Aires, Argentina: Asociación Civil de Profesionales de Servicio Social de la Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires, 1998, p. 35-49.
- NETTO, J. *Lukács: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- PAYNE, M. *The origins of social work: continuity and change*. New York, USA: Palgrave Macmillan, 2005.
- PÉREZ, H. *Breve historia de Centroamérica*. Madrid, España: Alianza Editorial, 1990.
- PEREIRA, P. *Necesidades Humanas. Para una crítica a los patrones mínimos de sobrevivencia*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 2002.
- PONTES, R. *Mediação e Serviço Social*. Editora Cortez, São Paulo, Brasil, 1995.
- PONTES, E.; OLIVEIRA, E.; MARINHO, S. Ultraneoliberalismo e direitos: reflexão crítica acerca da miséria do direito e seus rebatimentos na materialização dos direitos sociais no Brasil. Ponencia presentada en el XVII Congreso Brasileiro de Assistentes Sociais, 11-13 de octubre, 2022. Disponible en: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000001510.pdf>. Acceso en: 18 jun. 2025.
- POTTER, G. *The philosophy of social science. New perspectives*. New York, USA: Routledge, 2017.
- ROJAS, J.; SOLANO, L. *Tradición marxista y formación académica en Trabajo Social*. Tesis para optar por el grado y título de licenciatura en Trabajo Social. Escuela de Trabajo Social. San José, Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2018. Disponible en: <https://repositorio.sibdi.ucr.ac.cr/items/a44c22b3-1ec7-4a19-8a7f-665c2f72b3ec/full>. Acceso en: 14 jun. 2025.
- SILVA, M. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. *Texto & Contextos*, vol. 20, n. 1, p. 1-16, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.41004>. Disponible en: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/41326/27278>. Acceso en: 10 jun. 2025.
- SIQUEIRA, J. (org.) *Trabajo Social, fundamentos y tendencias teóricas. Aportes al debate latinoamericano*. São Paulo, Brasil: Cortez, Editora, 2022.
- SIQUEIRA, T. Ultraneoliberalismo e pandemia: apontamentos do âmbito da assistência social. Ponencia presentada en el 9 Encontro Internacional de Política Social. 16 Encontro Nacional de Política Social. Espírito Santo, Brasil, 2023. Disponible en: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.ufes.br/einps/article/download/41289/27374>. Acceso en: 7 jun. 2025.
- SOARES, F. *Instrumentalidade do Serviço social: Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social. Universidad Federal do Rio Grande Do Norte, 2008. Disponible en: <https://repositorio.ufrn.br/bitstreams/74b2b013-b23f-4b6a-a26d-6d7eade12c1/download>. Acceso en: 5 jun. 2025.
- SOUSA, C. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Vol.8, n. 1, p.119-132, 2008. Disponible en: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf>. Acceso en: 3 jun. 2025.
- SOUSA, A. *Lukács e o Serviço Social brasileiro*. Curitiba, Brasil: Editora Prismas, 2016.
- VASCONCELOS, A. *A/o assistente social na luta de classes: projecto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo, Brasil: Editora Cortez, 2015.
- WEBER, M. *La ética protestante y el «espíritu» del capitalismo*. Madrid, España: Alianza Editorial, 2004.

YELLOLY, M. *Social work theory and psychoanalysis*. New York, USA: Van Nostrand Reinhold, 1980.

Diferentes abordagens sobre fundamentos do Serviço Social e a necessidade deste debate

Different approaches to the foundations of Social Work and the need for this debate

Ana Clara Serpa Cardoso^{*}  

Érica Aparecida dos Santos Francisco^{**}  

Luciana Gonçalves Pereira de Paula^{***}  

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar diferentes abordagens que se fazem presentes no debate dos fundamentos do Serviço Social. Estes estudos vêm sendo acumulados ao longo de oito anos, mas o recorte aqui tratado é fruto direto de dois projetos de pesquisa: “Mapeamento sobre o debate dos fundamentos, formação e trabalho profissional no Serviço Social”; “Serviço Social e seus fundamentos: tendências e concepções”. O artigo traz, ainda, reflexões sobre a necessidade da aproximação e/ou retorno ao debate dos fundamentos da profissão, procurando demonstrar como eles se fazem imprescindíveis para a compreensão do significado social da mesma. Por fim, tece algumas considerações que apresentam a importância do avanço em estudos, pesquisas e produções sobre os fundamentos do Serviço Social.

Abstract: This article aims to present different approaches present in the debate on the foundations of Social Work. These studies have been accumulated over eight years, but the section discussed here is the direct result of two research projects: "Mapping the Debate on the Foundations, Training, and Professional Work in Social Work"; and "Social Work and Its Foundations: Trends and Conceptions." The article also reflects on the need to re-engage with and/or revisit the debate on the profession's foundations, seeking to demonstrate how they are essential to understanding its social significance. Finally, it offers some considerations that highlight the importance of advancing studies, research, and production on the foundations of Social Work.

Palavras-chaves: Serviço Social; Fundamentos; Questão social.

Keywords: Social Work; Fundamentals; Social issues.

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: anaclaracardoso.ufjf@gmail.com

** Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: erica_dos_santos_jf@hotmail.com

*** Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luggppaula@ufjf.br

Introdução

Este artigo expressa o acúmulo de, aproximadamente, oito anos de estudos sobre o tema dos fundamentos do Serviço Social, por parte de uma das autoras¹, e a construção de diálogos e parcerias, dentro desta temática, com as demais companheiras que contribuíram para a construção das reflexões que serão aqui compartilhadas². Mas, o recorte temático que será apresentado decorre, especialmente, dos estudos realizados no decorrer do desenvolvimento de dois projetos de pesquisa: “Mapeamento sobre o debate dos fundamentos, formação e trabalho profissional no Serviço Social”³, entre os anos de 2023 e 2024; “Serviço Social e seus fundamentos: tendências e concepções”⁴, iniciada em 2025.

Em se tratando dos fundamentos do Serviço Social, na primeira pesquisa, uma hipótese nos orientou: a de que uma aproximação rasa e superficial com a temática imprime a falsa sensação de que tudo o que já foi produzido apresenta consenso; como se todos os autores apresentassem uma mesma compreensão sobre o tema; como se tudo já estivesse muito bem explicado e, portanto, muito bem compreendido e, por isso, não fossem mais necessários estudos ou aprofundamentos sobre a questão. O que em nosso entendimento não seria verdadeiro e, portanto, deveria ser refutado com a comprovação de que ainda são necessários os estudos e as pesquisas sobre os fundamentos do Serviço Social.

¹ Luciana Gonçalves Pereira de Paula, embora sempre tenha dialogado com o tema do Serviço Social desde sua monografia de graduação, passando por dissertação de mestrado e tese de doutorado, iniciou seus estudos sobre os Fundamentos do Serviço Social, mais especificamente, no processo de pós-doutorado iniciado em 2017, sob supervisão de Yolanda Guerra, no PPGSS/UFRJ. Contribuíram para o amadurecimento de seus estudos nesta área as experiências docentes com a disciplina “Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social”, ministrada no Doutorado em Serviço Social da UFJF, desde o ano de 2023; e a participação na coordenação nacional do GTP “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional” da ABEPSS, nas gestões 2023/2024 e 2025/2026.

² As interlocuções com Ana Clara Serpa Cardoso e Érica Aparecida dos Santos Francisco se deram, inicialmente, por causa da disciplina “Fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social” (ministrada por Luciana) e se estenderam pelo fato de serem ambas orientandas da mesma docente em seus processos de doutoramento. E pela inserção de uma delas no GEPEFSS. Esta parceria já possui alguns frutos, como artigos apresentados em eventos da categoria e publicados em periódicos da área.

³ A pesquisa se propôs a identificar os debates construídos na área do Serviço Social sobre: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. Ancorada no método materialista-histórico-dialético, de natureza quanti-quali, debruçou-se sobre os trabalhos publicados nos anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), realizado em 2022, no Rio de Janeiro; e sobre as teses e as dissertações, publicadas no catálogo da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação (MEC), entre 2019 e 2022.

⁴ A pesquisa tem como objetivo compreender as possíveis diferenças e/ou divergências conceituais presentes no debate dos Fundamentos do Serviço Social, no Brasil. Para isso, se propõe a localizar, por meio de pesquisa bibliográfica, as principais obras publicadas na área do Serviço Social que abordam o debate dos fundamentos da profissão; capturar nestas obras as principais tendências no que se refere ao debate dos Fundamentos do Serviço Social; identificar as principais tendências no debate dos Fundamentos do Serviço Social, presentes nos trabalhos apresentados, neste subeixo temático, no último Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), realizado no ano de 2024, em Fortaleza/CE; detectar as perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas, bem como a concepção de Fundamentos nas produções da área, através da análise dos produtos dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social publicadas no banco de teses e dissertações CAPES, no período de 2023 a 2024.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, ainda durante a primeira pesquisa, identificamos que existem abordagens distintas sobre o tema dos fundamentos do Serviço Social nas produções da nossa área. Essas diferentes abordagens também se confirmaram com as análises realizadas nos trabalhos publicados nos anais do XVII ENPESS e nas teses e dissertações disponíveis e defendidas entre 2019 e 2022⁵. Portanto, identificamos a existência de diferentes tratamentos sobre o tema dos fundamentos do Serviço Social, mas também percebemos – especialmente nos trabalhos publicados no XVII ENPESS – muita imprecisão na abordagem da temática. O que nos levou a concluir que o debate dos fundamentos do Serviço Social ainda não se encontra plenamente captado e compreendido por nossa categoria profissional.

Esse foi um dos motivadores que nos levou ao desenvolvimento do segundo projeto de pesquisa, com enfoque nos fundamentos do Serviço Social. Nele renovamos a nossa hipótese anterior, mas avançamos com a seguinte indicação: embora pareça existir consenso, em meio a nossa categoria profissional, quando se trata dos fundamentos do Serviço Social, na realidade existem diferentes abordagens sobre esta temática que nos revelam construções/compreensões/concepções distintas sobre o tema⁶. E, para a comprovação de nossa hipótese, nos propusemos ao aprofundamento teórico, realizando estudos sistemáticos sobre a bibliografia previamente levantada⁷.

Deste modo, o artigo que ora se apresenta tem o objetivo de apontar resultados parciais de nossa segunda pesquisa, especialmente no que se refere aos estudos bibliográficos que foram realizados sobre os fundamentos do Serviço Social. Nosso intuito é dividir com nosso leitor algumas de nossas reflexões, mas essencialmente, a forma como estamos organizando/sistematizando nossa compreensão em torno destas – como estamos chamando – diferentes abordagens sobre os fundamentos do Serviço Social. Este será o objetivo do item subsequente a esta introdução.

Mas porque estudar fundamentos do Serviço Social? Esta é uma pergunta que ronda o universo acadêmico e profissional de discentes e assistentes sociais. Não são raras as vezes em que ouvimos, em sala de aula, questionamentos sobre a necessidade de tantas disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social em nossa proposta curricular. Também já escutamos de assistentes sociais e docentes, algumas vezes, que o

⁵ Esses resultados podem ser encontrados em Lima *et al.* (2024).

⁶ Compreensão reforçada por Silva, Nóbrega e Serpa (2021, p. 57): “É importante destacar que o debate dos fundamentos do Serviço Social não goza de consenso entre os diversos/as autores/as que tratam o tema. O que se explicita é um debate acerca da compreensão do seu significado”.

⁷ Com as principais produções sobre Fundamentos do Serviço Social identificadas na pesquisa bibliográfica, organizamos um grupo de estudos semanal no GEPEFSS com o objetivo de aprofundamento, debate e reflexão sobre a temática.

debate dos fundamentos do Serviço Social é algo muito endógeno e que precisamos avançar para outras discussões maiores e mais amplas – como se este campo fosse menos importante que outros.

Em nossa perspectiva estas percepções encontram-se cravejadas de compreensões equivocadas – ou de não compreensões – acerca dos fundamentos da profissão e da importância deste debate. Desse modo, este artigo trará, um segundo tópico cuja proposta será demonstrar, mesmo que de forma breve, a necessidade da aproximação ou do retorno aos estudos dos fundamentos do Serviço Social.

Por fim, sinalizamos algumas considerações finais que demonstram o quanto ainda precisamos avançar nas reflexões, nas pesquisas e nas produções sobre os fundamentos do Serviço Social. Estamos certas de que esta é a única chave que permite o entendimento pleno da nossa profissão. Afinal, se você não sabe de onde veio, ou quem é, como irá saber onde quer chegar?

Diferentes abordagens sobre os fundamentos do Serviço Social

Para melhor desenvolver as reflexões que serão apresentadas neste artigo, se fazem necessárias algumas considerações preliminares. Primeiramente, destacamos que as diferentes abordagens sobre os fundamentos, que vem sendo construídas por autores do Serviço Social, encontram-se todas em um mesmo campo do pensamento, o qual seja o campo marxista. São abordagens distintas e apresentam, em alguns momentos, compreensões e/ou concepções diferentes sobre os fundamentos do Serviço Social, mas estão todas ancoradas no campo do materialismo-histórico-dialético.

Outro ponto importante de destaque é a demarcação de quando surge este debate sobre os fundamentos do Serviço Social. E para esta demarcação encontramos indicações relevantes em Guerra (2018) e Teixeira (2019).

De acordo com Guerra (2018), “o debate sobre os fundamentos no Serviço Social ganha centralidade no contexto da análise do currículo de 1982”. A autora nos explica que

[...] o debate dos fundamentos encontra sua gênese na necessidade de superar a tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos de 1980, que por sua vez logrou a superação da visão tradicional do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade e consagrou a nova direção social assumida pela categoria explicitada nas “Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social”. É a busca em ultrapassar a fragmentação posta pela tricotomia mencionada anteriormente que inaugura o debate dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos no Serviço Social (Guerra, 2018, p. 27).

Em Teixeira (2019, p. 137) encontramos a seguinte argumentação:

Na busca pela trajetória histórica do debate dos fundamentos do Serviço Social, a passagem das disciplinas de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, para disciplinas mais abrangentes e globalizantes, como História, Teoria e Metodologia do Serviço Social, é um avanço. Mas foi principalmente na implantação e avaliação desse novo currículo e das demandas teórico-metodológicas daí decorrentes que podemos aproximarmos da construção dos fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Ambos os autores apontam que a efervescência do debate sobre os fundamentos do Serviço Social é impulsionada pelos processos de construção e revisão dos projetos de formação profissional nas décadas de 1980 e 1990. Corroboramos com os autores, pois compreendemos que mesmo que o termo “fundamentos” já fosse utilizado previamente em debates e produções da área do Serviço Social, ele não abarcava as reflexões e compreensões acumuladas nos processos desenvolvidos pela profissão nestas décadas. Principalmente, ele não se encontrava alicerçado no campo crítico do pensamento marxista, o único capaz de oferecer fundamentos ao debate dos fundamentos do Serviço Social, como defenderemos mais adiante. Portanto, sem dúvida, no marco histórico dos anos de 1980 e 1990, ele ganha novo peso e monta.

Apresentadas estas considerações preliminares, traremos em seguida quatro diferentes abordagens sobre os fundamentos do Serviço Social. Faremos esta exposição tomando sempre um ou dois autores por referência, compreendendo que, em certa medida, há uma centralidade de tal abordagem em suas produções. Mas, também procuraremos sinalizar o diálogo destes com outros autores que apresentam em suas produções abordagens semelhantes, quando possível. Vamos então a elas.

1 - A abordagem dos fundamentos do Serviço Social em Teixeira (2019) – “Fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS”.

Rodrigo José Teixeira é um intelectual que tem se destacado entre autores de uma nova geração que tem tomado o Serviço Social como objeto de estudo e análise. Sua mais relevante contribuição para o debate dos fundamentos do Serviço Social, até o momento, é a tese de doutorado intitulada “Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS”, do ano de 2019.

O objetivo central da tese foi “[...] analisar os fundamentos do Serviço Social a partir da unidade dos núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS” (Teixeira, 2019, p. 33). E a tese defendida afirma “[...] que a unidade articulada dos núcleos de

fundamentação das Diretrizes expressa uma concepção acerca dos fundamentos do Serviço Social no trabalho e na formação profissional” (Teixeira, p. 40).

Desse modo, de acordo com Teixeira (2019, p. 66), “a construção do documento das Diretrizes Curriculares é o esforço de explicar o significado social da profissão para formar assistentes sociais nesse significado”. E ainda sobre a lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o autor afirma que

O método, ao mesmo tempo, permite analisar as diretrizes curriculares em sua lógica, sua estrutura e sua dinâmica. Não significa que as disciplinas de História, Teoria e Metodologia do Serviço Social, que se configurou como o eixo do currículo de 1982, transformaram-se em uma matéria Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social. Mas que História, Teoria e Metodologia como unidade articulada expressa toda a lógica de construção das diretrizes curriculares da ABEPSS. Isso deve ser considerado na análise dos fundamentos (Teixeira, 2019, p. 85-86).

Essa defesa se faz fundamental, pois no próprio autor encontramos o seguinte relato:

Para as/os discentes, os fundamentos do Serviço Social diziam respeito à disciplina Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos (FHTM) do Serviço Social. Estes componentes, muitas vezes, são vistos como cronologia histórica no conjunto de 04 ou 05 semestres, distribuídos por períodos cronológicos e não pelas respostas profissionais diante das diferentes conjunturas nacionais e internacionais, demonstrando que estudavam muito mais a historiografia do Serviço Social do que o significado do Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista (Teixeira, 2019, p. 27).

E, então, Teixeira (2019, p. 45) aponta: “os fundamentos do Serviço Social, apreendidos no projeto de formação, são fundamentos da profissão, uma vez que estão no projeto de formação, mas são fundamentos do trabalho de assistentes sociais e da formação profissional, em uma perspectiva de totalidade”.

Nesse sentido, Goin (2019b, p. 03) é uma autora que dialoga com as reflexões de Teixeira (2019) quando afirma que “[...] o entendimento dos fundamentos do Serviço Social ultrapassa a noção formalista de matéria curricular – os conhecidos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social – para situá-los na totalidade histórica [...]”.

Na mesma direção, encontramos preocupações semelhantes em Guerra (2018), quando a autora defende que um projeto de formação consistente e coerente precisa ser orientado por um determinado projeto de profissão. E prossegue apontando que

[...] é nessa perspectiva que se entende a necessidade de indicar que a ausência de ter o Serviço Social no centro e na articulação da formação profissional, como eixo estruturante do currículo e engrenagem que movimenta os conteúdos dos núcleos de fundamentação, pode levar à formação de profissionais com um claro e consistente perfil teórico-político, mas com pouca ou nenhuma condição de intervir criticamente na realidade institucional [...] (Guerra, 2018, p. 29).

Por fim, o autor reforça suas defesas:

O desvendar dos fundamentos como unidade articulada dos núcleos exige um caminho teórico-metodológico que tenha a totalidade e a mediação como condutos para que essa análise da vida social seja particularizada na sociedade brasileira e estes no trabalho profissional. Nesse sentido que reafirmamos as Diretrizes Curriculares da ABEPSS como um documento vivo, atual, o qual, quando considerado sob uma perspectiva crítico-dialética, é uma resistência frente aos desafios e contém os elementos que nos permitem construir respostas profissionais (Teixeira, 2019, p. 303).

2 - A abordagem dos fundamentos do Serviço Social em Abreu e Cardoso – “A categoria da práxis como fundamento da prática profissional de assistentes sociais”

Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso são professoras, pesquisadoras e intelectuais militantes que se constituíram como referência do chamado “Grupo do Maranhão” (Tapiro; Paulo, 2024, p. 193).

Na tentativa da captura e da compreensão da abordagem de fundamentos do Serviço Social nas produções destas autoras, foram analisadas três publicações: Cardoso (2007), Abreu e Cardoso (2014) e Abreu (2018)⁸.

A análise do texto de Cardoso (2007), nos revela que a autora traz uma importante contribuição ao debate dos fundamentos do Serviço Social quando ressalta a necessidade de se pensar sobre a estrutura das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) no processo de formação profissional. Nesta publicação, Cardoso (2007) se propõe a discutir o modo como as disciplinas de FHTMSS têm sido organizadas e oferecidas nas instituições de ensino, a partir dos núcleos de fundamentação presentes nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A autora destaca que, mesmo em instituições comprometidas com uma formação profissional crítica e qualificada, fortemente vinculadas à tradição marxista, o debate dos fundamentos do Serviço Social tem se mostrado, muitas vezes, impreciso ou incoerente. Nesse artigo de 2007, percebemos que as reflexões apresentadas pela autora dialogam muito com as preocupações de Teixeira (2019) apontadas acima. No entanto, destacamos Abreu em parceria com Cardoso, como autoras que tratam os fundamentos do Serviço Social em uma outra abordagem, devido ao texto escrito por ambas e publicado em 2014.

Neste artigo, Abreu e Cardoso (2014) apresentam o Serviço Social como uma expressão da práxis e destacam:

[...] a reflexão sobre a categoria da práxis ganha importância, a partir da referência marxiana e outras referências da tradição marxista com destaque

⁸ Tais publicações foram selecionadas porque apresentam em seu título o descritor “fundamentos”; e tratam do Serviço Social brasileiro – esses foram os nossos critérios de inclusão/exclusão.

para Gramsci, como fundamento para pensar o Serviço Social como totalidade histórica, ou seja, o Serviço Social como profissão, apreendida a partir das mediações que determinam a sua institucionalização e a particularizam no movimento real totalizante da práxis, constituindo-se uma expressão desse movimento, enquanto uma totalidade em menor nível de complexidade (Abreu; Cardoso, 2014, p. 314).

A análise das autoras parte da categoria da práxis, fundamentada na tradição marxista, como chave interpretativa para compreender os desafios históricos que atravessam tanto o desenvolvimento da sociabilidade capitalista, quanto o horizonte da emancipação humana. No entanto, reconhecem que, no cenário atual, as possibilidades emancipatórias têm sido marcadas por retrocessos, especialmente diante da intensificação das desigualdades, da precarização do trabalho e do retrocesso das políticas sociais (Abreu; Cardoso, 2014).

Cardoso e Abreu (2014) destacam que vivemos em um contexto marcado por intensas disputas políticas e ideológicas, no qual, diferentemente de outros momentos históricos, não há uma efervescência dos movimentos sociais e sindicais. O que observamos é uma atuação fragmentada, pontual e esporádica desses sujeitos coletivos. Nesse cenário, as autoras defendem a superação de uma concepção instrumental e formal dos fundamentos do Serviço Social. Propõem, em seu lugar, uma abordagem crítica e articulada à totalidade da vida social, em que o próprio Serviço Social, enquanto prática profissional, seja compreendido como expressão da práxis.

Portanto, no que se refere, em particular, aos fundamentos do Serviço Social, a compreensão das autoras assenta-se na categoria da práxis como fundamento da prática profissional de assistentes sociais (Abreu; Cardoso, 2014). Nesta perspectiva os fundamentos do Serviço Social envolvem uma leitura crítica da realidade social, que reconhece as disputas políticas em curso e reafirma o compromisso ético-político da profissão com as lutas sociais. Assim, os fundamentos do Serviço Social são entendidos como elementos vivos e dinâmicos, que se constituem no interior das contradições sociais e exigem constante atualização teórica, crítica e compromisso com a transformação social.

Para as autoras, os fundamentos do Serviço Social não podem ser entendidos como um conjunto estático de conteúdos, mas como expressões vivas de um processo social em constante transformação — um reflexo da práxis e, portanto, da luta de classes e das contradições estruturais da sociedade capitalista (Abreu; Cardoso, 2014).

O terceiro artigo, escrito somente por Abreu (2018) aponta a trajetória histórica e a função política do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional” da ABEPSS. A autora nos apresenta algumas considerações sobre os fundamentos partindo da própria ementa do GTP, que os trata como: “Fundamentos

teóricos do Serviço Social: historicidade, configuração e paradigmas teóricos na realidade nacional e internacional nos âmbitos latino-americano e mundial”. Notamos, desse modo, que a própria ementa do GTP, destacada pela autora, apresenta uma concepção que entende os fundamentos do Serviço Social de maneira mais próxima à leitura desenvolvida com maior centralidade por Yazbek em suas produções – esta será a próxima abordagem apresentada.

A autora ainda sinaliza que nos eventos da categoria, em especial no Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS), os artigos publicados na ênfase de fundamentos incorporam: “[...] os estudos do método e da produção do conhecimento, as vertentes teóricas e ideopolíticas presentes no debate da profissão e os estudos sobre a trajetória histórica da profissão, bem como o debate do projeto ético-político [...]” (Abreu, 2018, p. 191).

3 - A abordagem dos fundamentos do Serviço Social em Yazbek (2009, 2018, 2020, 2024)⁹ – “Fundamentos do Serviço Social como matriz histórico-ontológica explicativa da realidade e da profissão”

Maria Carmelita Yazbek é uma das principais referências para o debate dos fundamentos do Serviço Social (Lima *et al.*, 2024). É uma das autoras mais lidas e utilizadas em produções que versam sobre os fundamentos da profissão.

No texto mais antigo, por nós analisado, a autora afirma que

A análise dos principais fundamentos que configuram o processo através do qual a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social, constitui o principal objetivo deste texto. É necessário assinalar que essa análise das principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão, sobretudo nas três últimas décadas não é tarefa fácil ou simples, pois exige o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção (Yazbek, 2009, p. 01-02).

Com as afirmações aqui apresentadas, a autora está abordando fundamentos do Serviço Social em duas perspectivas: uma histórica e outra teórico-metodológica. E, embora a autora demarque a importância da análise do processo histórico que incide diretamente no Serviço Social, sua abordagem irá privilegiar a análise das principais matrizes do pensamento que oferecem fundamentação ao exercício profissional de assistentes sociais (Yazbek, 2009).

Esse é também o caminho construído por Yazbek (2018), quando discorre sobre: o pensamento doutrinário, o pensamento conservador, a matriz positivista, o pragmatismo, a

⁹ Tais publicações foram selecionadas porque apresentam em seu título o descritor “fundamentos”; e tratam do Serviço Social brasileiro – esses foram os nossos critérios de inclusão/exclusão.

abordagem estruturalista, a matriz marxista, a perspectiva fenomenológica, o pensamento pós-moderno. No entanto, na produção de 2018 encontramos uma definição mais explícita acerca do que seriam os fundamentos do Serviço Social quando a autora afirma: “[...] entendemos que os fundamentos consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade” (Yazbek, 2018, p. 47).

E, acerca das perspectivas de análise – anteriormente apontadas como histórica e teórico-metodológica, em 2009 –, no artigo de 2018, encontramos:

É no âmbito da análise acerca dos fundamentos que se observa a incorporação pela profissão de matrizes fundamentais de conhecimento do social na sociedade burguesa. Esses fundamentos são constituídos por múltiplas dimensões: históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Na atualidade, eles se expressam na abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana (Yazbek, 2018, p. 47).

Portanto, aqui os fundamentos já aparecem analisados em quatro perspectivas de análise – tratadas pela autora como dimensões –, sendo elas: histórica, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Na citação destacada acima também surge um outro elemento, da argumentação da autora, que será mais bem desenvolvido nas duas últimas produções por nós analisadas: o de que esses fundamentos, na atualidade, se expressam por meio do campo marxista.

No artigo de 2020 essa defesa aparece ainda mais consolidada como podemos verificar:

[...] em primeiro lugar reafirmo, a centralidade dos fundamentos em minha abordagem sobre a profissão, entendendo aqui por fundamentos a matriz histórico-ontológica, explicativa da realidade, e da profissão, sob múltiplos aspectos, e que permeia a interlocução entre o Serviço Social e realidade. Fundamentos que na atualidade se expressam na abordagem histórico-crítica, fundada na Teoria Social de Marx e na Tradição Marxista e que se colocam como base para o projeto profissional hegemônico, expressando uma direção social que se estrutura nas dimensões histórico-ontológicas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas (Yazbek, 2020, p. 294).

De acordo com a autora a compreensão dos fundamentos do Serviço Social se faz necessária porque “[...] tivemos fortes marcas de fundamentos doutrinários, positivistas e sabemos também que o pensamento conservador nos persegue, nos engendra, de múltiplas formas” (Yazbek, 2020, p. 296). Essa passagem mais uma vez reforça a centralidade da abordagem dessa autora na compreensão dos fundamentos do Serviço Social enquanto matrizes do pensamento.

No artigo de 2024, a autora apresenta uma compreensão de fundamentos definindo-os como: “[...] a matriz histórico-ontológica, explicativa da realidade e da profissão, sob múltiplos aspectos, e que permeia a interlocução entre o Serviço Social e a realidade” (Yazbek, 2024, p. 152).

Em outra passagem, ela volta afirmar a centralidade dos fundamentos na matriz analítica da Teoria Social Maxiana:

[...] diz respeito ao núcleo central do debate brasileiro contemporâneo sobre fundamentos, que se estrutura sob a perspectiva da Teoria Social Marxiana e sua direção a partir de um determinado modo de entender a profissão, no âmbito das relações sociais constitutivas da ordem capitalista, consideradas as particularidades de sua condição periférica (Yazbek, 2024, p. 153).

Uma autora – também da nova geração que vem se dedicando ao debate dos fundamentos do Serviço Social – que dialoga com a abordagem construída por Yazbek (2024) é Closs (2017). A autora aponta que “tais fundamentos podem ser definidos como uma matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica a realidade brasileira” (Closs, 2017, p. 52).

No entanto, diferente de Yazbek (2009, 2018, 2020, 2024) a autora destaca que a análise dos fundamentos do Serviço Social ocorre quando observamos o acervo teórico-metodológico, construído no campo da profissão. Assim, “destaca-se a importância das produções da área nos anos 1980 e 1990 para a qualificação deste acervo [...]” (Closs, 2017, p. 26). Closs (2017, p. 135), afirma que “os fundamentos se assentam na conjugação de método/teoria marxistas e valores de cunho emancipatório, na análise histórico-crítica da profissão na realidade brasileira, conformando o núcleo central da matriz explicativa hegemônica construída nas últimas décadas”.

Assim, ambas as autoras localizam os fundamentos do Serviço Social, no escopo das matrizes explicativas da realidade e da profissão, que incidem na formação e no trabalho de assistentes sociais. Mas, há nuances que diferem também as suas abordagens.

4 - A abordagem dos fundamentos do Serviço Social em Guerra (1997, 2004, 2015, 2018, 2020, 2023a, 2023b, 2024)¹⁰ – “O debate dos fundamentos histórico-ontológicos da profissão”

Yolanda Aparecida Demétrio Guerra, mais conhecida no meio acadêmico como Yolanda Guerra, consagrou-se nas últimas décadas como uma autora de destaque no campo do Serviço Social. Suas importantes inserções políticas e acadêmico-científicas na ABEPSS e no GTP supramencionado fizeram com que ela se tornasse referência indispensável para qualquer pesquisador que deseje enveredar nos estudos dos fundamentos da profissão.

Para compreender o debate de fundamentos do Serviço Social construído por Guerra, analisamos oito artigos publicados pela autora, ao longo de 27 anos. É importante enfatizar que,

¹⁰ Tais publicações foram selecionadas porque apresentam em seu título o descritor “fundamentos”; e tratam do Serviço Social brasileiro – esses foram os nossos critérios de inclusão/exclusão.

desde seus primeiros textos, a autora demonstra uma compreensão acerca do Serviço Social firmemente ancorada na tradição marxista. Guerra (1997, 2004) já considera o campo marxista como sendo o único capaz de nos permitir um mergulho real nos fundamentos do Serviço Social.

Para Guerra (1997) a gênese do Serviço Social articula-se diretamente ao desenvolvimento capitalista para “[...] intervir nos conflitos oriundos dos antagonismos de interesses das classes (ou segmentos das classes) sociais fundamentais da ordem burguesa constituída” (Guerra, 1997, p. 10). E logo após afirma:

[...] o Serviço Social [...] tem que se reconhecer numa determinada realidade sócio-histórica que lhe atribui uma razão de ser e coloca seus objetos de intervenção. Se a sua lógica de constituição e se os seus objetos de intervenção se vinculam a determinada realidade histórico social, seu substrato material é a realidade social (Guerra, 1997, p. 11).

Desse modo, a autora nos indica que são as determinações sociais que conformam esta profissão, do mesmo modo que ainda a legitimam. Portanto, identificamos no trecho destacado acima elementos cruciais para o entendimento daquilo que funda o Serviço Social, portanto, de seus fundamentos – mesmo que esta ainda não seja uma formulação redigida pela autora.

Vemos concepção semelhante, e cada vez mais refinada, em seus textos seguintes. No artigo de 2004, a autora afirma que “ir aos fundamentos” é “recuperar a essência das coisas” (Guerra, 2004, p. 21). E pensando, então, o Serviço Social, ela nos diz que:

[...] pretende-se resgatar a importância da tradição marxista no Serviço Social e de seu investimento em compreender as bases histórico-ontológicas que fundam a profissão, na apreensão do seu significado social e sua funcionalidade, na crítica ao conservadorismo teórico-metodológico e prático-político e na construção de um projeto profissional que intencione a ruptura com o conservadorismo (Guerra, 2004, p. 25).

Segundo a autora, a realidade social se apresenta como a base sólida sobre a qual se constroem tanto o Serviço Social quanto às teorias que buscam explicá-lo. A partir dessa perspectiva, a autora defende que é somente a ontologia do ser social – desenvolvida por Marx e aprofundada por Lukács – que oferece os instrumentos teórico-metodológicos necessários para uma análise crítica dos fundamentos da profissão. É nesse contexto que, em Guerra (2004), surge pela primeira vez a formulação de que os fundamentos do Serviço Social estão enraizados em suas bases histórico-ontológicas. Ou seja, são as categorias marxianas que possibilitam compreender, de forma profunda e crítica, os fundamentos que forjam a profissão.

Guerra (2015, p. 7) nos apresenta uma definição ainda mais precisa acerca dos fundamentos do Serviço Social quando aponta:

Quanto ao Serviço Social, por fundamentos estamos considerando as bases sócio-históricas objetivas e subjetivas, bem como as mediações que vinculam

e permeiam o exercício profissional do assistente social, ambos resultantes das determinações societárias mais amplas, as quais se particularizam em determinações próprias da cultura profissional (Guerra, 2015, p. 7).

Neste artigo, Guerra (2015) constrói uma argumentação coerente e comprometida, onde insiste na importância de se compreender o Serviço Social no bojo das relações sociais mais amplas. E nesse sentido, afirma que:

[...] podemos captar a profissão como resultado histórico, no confronto de interesses antagônicos entre o capital e o trabalho e na mediação entre as classes sociais fundamentais e o Estado e as funções deste como administrador dos ciclos de crise. Nesta direção, a busca dos fundamentos permite à profissão compreender a sua funcionalidade ao projeto societário do capital, mas também as possibilidades de questioná-la (Guerra, 2015, p. 9).

No artigo de 2018 encontramos, pela primeira vez, a menção da autora a existência de um debate sobre os fundamentos do Serviço Social, indicando sua percepção de que existem diferentes abordagens sendo construídas em torno do tema.

Ainda neste artigo, Guerra (2018, p. 29) aponta

[...] que ter a realidade social como fundamento significa que são as condições de produção e reprodução da vida social e espiritual dos homens e mulheres as suas bases constitutivas, processo construído por meio de sua práxis individual e social que, ao mobilizar/enfrentar as contradições de classe, constroem a história (Guerra, 2018, p. 37).

Os fundamentos do Serviço Social compreendidos enquanto histórico-ontológicos, inscritos na realidade social são reafirmados em Guerra (2023a). Neste capítulo de livro, a autora explicita, pela primeira vez, a compreensão de que existem diferenças entre o que compreendemos enquanto fundamentos do e para o Serviço Social, quando afirma que “[...] se faz necessário reconhecer que a temática dos fundamentos do/para o Serviço Social ganha novos contornos na quadra história que vivenciamos” (Guerra, 2023, p. 34).

Em Guerra (2023b, p. 45), encontramos, de forma didática, o significado etimológico da palavra fundamentos: “[...] princípio sobre o qual se apoia e se desenvolve uma coisa”.

Com base nessa reflexão, considero fundamento as bases e a razão de ser que explica a gênese e a existência da sociedade e da profissão. Trata-se de fundamentos histórico-ontológicos enquanto as balizas, pilastras, razão e modos de ser constitutivos e constituintes da realidade e da profissão (Guerra, 2023b, p. 45).

Em Goin (2019a), encontramos uma abordagem dos fundamentos do Serviço Social que dialoga muito com as construções apresentadas acima:

É nesse bojo de análise que, em síntese, se entende por fundamentos do Serviço Social os elementos que (a) alicerçam e assentam as bases da formação e do trabalho profissional ao longo de sua trajetória sócio-histórica e (b) conferem configuração particular à profissão em face da processual e orgânica relação com a realidade, interpondo-lhe a necessária apropriação das

matrizes de conhecimento do social e do movimento da sociedade para prover de direção social e política do trabalho profissional [...] (Goin, 2019a, p. 31).

E, por tudo o que já foi até aqui exposto, podemos perceber, na abordagem construída por Guerra ao longo dos anos, a centralidade que os fundamentos histórico-ontológicos têm. Entretanto, a autora também destaca a existência e a importância dos fundamentos teórico-metodológicos, compreendidos pela mesma enquanto “[...] formas de interpretar a realidade e a profissão”; e os fundamentos ídeo-políticos que em suas palavras: “[...] subjazem determinadas concepções de homem e mundo, priorizam determinados valores e afirmam determinado projeto de sociedade e de profissão” (Guerra, 2023b, p. 45).

De modo ainda mais apurado, encontramos em Guerra (2024) a seguinte afirmação:

Estamos considerando fundamentos, a partir do seu sentido etimológico, como base, o alicerce, os princípios que regem realidade e profissão, tanto o que funda quanto sua lógica constitutiva; mas, também: as explicações, os argumentos de interpretação, a justificativa de existência de ambas (Guerra, 2024, p. 159).

No entanto, para Guerra (2024, p. 159), ao se pensar a profissão, os fundamentos histórico-ontológicos “[...] tem prioridade em relação aos que buscam explicá-la”. Isto porque são produtos da práxis e denotam a “[...] prioridade ontológica da realidade sobre o conhecimento, da prática sobre a teoria, dos fundamentos histórico-ontológicos sobre os teórico-filosóficos” (Guerra, 2024, p. 160). O que não significa dizer que os fundamentos teórico-filosóficos são menos importantes. Eles

[...] são a base de fundamentação sobre a realidade e sobre a profissão. Eles têm como objeto os fenômenos e práticas sociais e se constituem em modos de explicar a realidade social, buscam a apreensão da sua base material, da sua lógica constitutiva e, nesta base, da profissão (Guerra, 2024, p. 160).

Em Guerra (2020), encontramos a análise mais completa da autora sobre os chamados fundamentos teórico-filosóficos. Nesta produção, ela nos oferece importante contribuição ao estudo do que convencionamos chamar de fundamentos para o Serviço Social.

Para Guerra (2020) o conhecimento teórico é essencial para orientar “[...] nossa forma de ler, de interpretar a realidade” e dá suporte para “pressupostos teórico-metodológicos e visões de mundo, cujo substrato é ético e político e nos conduzem a uma determinada postura diante do real que pode ser de sua transformação ou manutenção” (Guerra, 2020, p. 32).

Neste capítulo, a autora faz uma densa incursão sobre os “fundamentos dos fundamentos”. Ou seja, Guerra (2020) se propõe a realizar um debate sobre as determinações filosóficas e ídeo-políticas contidas nas fundamentações teóricas que influenciam a nossa profissão.

Segundo Guerra (2020) no campo do Serviço Social, até os anos de 1980, a produção de conhecimento estava assentada em referenciais teóricos ancorados em uma racionalidade formal-abstrata. E foi somente com a aproximação da profissão com a produção de Karl Marx que se inaugura a possibilidade de uma produção de conhecimento fundamentada em bases histórico-ontológicas.

Dessa forma, nas produções de Guerra encontramos profícuos caminhos para o debate dos fundamentos do Serviço Social e para a compreensão da necessidade de apreensão dos fundamentos para o Serviço Social. Seus artigos fazem a defesa de que apenas alcançamos os fundamentos do Serviço Social por meio dos fundamentos da matriz teórico-filosófica marxista. Sendo esta a única fundamentação que nos permite captar a essência do que funda a profissão. Seria, portanto, o campo marxista que nos ofereceria os fundamentos **para** a compreensão dos fundamentos **do** Serviço Social.

O necessário retorno aos fundamentos do Serviço Social

O tópico anterior deste artigo se propôs a apresentar o debate dos fundamentos do Serviço Social, destacando algumas das suas diferentes abordagens. Mas, qual a relevância do estudo e da compreensão dos fundamentos do Serviço Social para o desenvolvimento do nosso trabalho profissional, enquanto assistentes sociais? Sinalizar essa relevância – ou ao menos lançar luzes sobre ela – é o nosso intuito nas breves reflexões que se seguem.

O debate sobre os fundamentos do Serviço Social, mediante as distintas abordagens anteriormente apresentadas, se faz imprescindível para a compreensão da profissão na atualidade. Portanto, estudar os fundamentos do Serviço Social e/ou retornar a eles, não significa visitar o seu passado ou conhecer a sua história; nem apenas elencar as matrizes de pensamento que já serviram a assistentes sociais na busca pela compreensão da realidade social. É o estudo dos fundamentos do Serviço Social que nos possibilita a apreensão do significado social do nosso trabalho profissional – movimento indispensável para a elaboração consciente das respostas profissionais para o enfrentamento das expressões da “questão social” nos diversos espaços ocupacionais.

Portanto, compreender os fundamentos do Serviço Social significa captar o significado social da profissão, inscrita na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho (Escurrea; Iamamoto, 2020). Para isso, faz-se necessário captar as bases que fundam o Serviço Social constituídas por determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas, inscritas na dinâmica concreta da vida social.

No Brasil, os autores que inauguram essa análise, no ano de 1982, são Iamamoto e Carvalho (2014). Os autores, ancorados na perspectiva marxiana, apresentam a compreensão do significado da profissão inscrita no processo de reprodução das relações sociais capitalistas como um tipo de especialização do trabalho coletivo, partícipe da divisão do trabalho. Buscam desvendar as múltiplas determinações que provocam o surgimento do Serviço Social na sociedade capitalista, no contexto brasileiro, bem como o caráter contraditório do trabalho profissional, ultrapassando a compreensão endógena da profissão voltada para uma análise de seus fundamentos a partir de si mesma.

Em Iamamoto e Carvalho (2014) encontramos, pela primeira vez, a indicação da “questão social”¹¹ como elemento fundante do Serviço Social. Desse modo, o Serviço Social se institucionaliza e se legitima como uma profissão no processo de desenvolvimento da industrialização e expansão urbana no Brasil – no contexto de constituição da classe trabalhadora e da burguesia industrial – enquanto um dos recursos acionados pelo Estado e pelo empresariado, com apoio da Igreja Católica para o enfrentamento das manifestações da “questão social”, que se revela como a base de justificação da profissão (Iamamoto; Carvalho, 2014).

O adensamento deste debate se faz posteriormente com Netto (2011), por meio das análises que revelam o surgimento do Serviço Social a partir da constituição de um tratamento diferenciado dado às expressões da “questão social” em um determinado momento histórico preciso: a conformação do capitalismo monopolista. Segundo Netto (2001), nos diferentes estágios da ordem capitalista, a “questão social” é produzida compulsoriamente em diversas manifestações. A sua estrutura medular é determinada pela relação capital/trabalho, pelos componentes sociais, políticos, culturais e econômicos constituintes do modo de produção capitalista.

Portanto, para o autor, a profissão surge vinculada à ordem monopólica, tendo esse momento histórico como seu fundamento. Assim, o Serviço Social torna-se necessário mediante aos fatores sócio-históricos que estão postos na realidade. Nesse processo de legitimação da categoria profissional, seus agentes são chamados a atuarem frente às expressões da “questão social” e na execução das políticas sociais na esfera do Estado.

¹¹ A questão social se refere ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Têm sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de suas necessidades vitais (Iamamoto, 2001, p. 16-17).

Dessa forma, em nosso entendimento, encontramos em Iamamoto e Carvalho (2014) e Netto (2011) elementos imprescindíveis para o debate e para a compreensão dos fundamentos do Serviço Social assentados na perspectiva marxiana. No entanto, há também nesses autores diferenças em suas abordagens.

A obra de Iamamoto e Carvalho (2014) debruça-se sobre a conjuntura nacional, especificamente no começo no século XX, procurando desvendar as determinações concretas da gênese do Serviço Social em terras brasileiras. Enquanto em Netto (2011), encontramos o esforço teórico-metodológico de compreensão e explicação do momento de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, em um contexto internacional/mundial, na transição do século XIX para o XX.

Portanto, por mais que estes autores estejam ambos ancorados no referencial marxista e no método materialista-histórico-dialético, eles estão nos apresentando análises diferentes sobre o surgimento do Serviço Social. Não diferentes enquanto concepção de profissão, mas, diferentes leituras de momentos e lugares em que surge o Serviço Social, no intuito de captar os seus fundamentos.

Iamamoto e Carvalho (2014) destacam que as condições que particularizam o trabalho profissional de assistentes sociais se processam na dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade capitalista. O exercício profissional de assistentes sociais é polarizado pelos interesses distintos das classes sociais antagônicas presentes nesta sociedade. Isso significa que assistentes sociais reproduzem interesses contrapostos ao realizarem qualquer atividade em seu cotidiano profissional. Respondem tanto às requisições da classe dominante, quanto às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora por meio de qualquer ação que venham a desenvolver.

A razão de ser desta profissão, portanto, é dada pela contribuição que oferece no jogo da luta de classes na sociabilidade do capital, o que revela o caráter ideológico do seu significado social. Do ponto de vista das requisições da classe dominante, o Serviço Social contribui com o controle político-ideológico e/ou repressivo, principalmente por meio do aparato burocrático do Estado, facilitando a criação de mecanismos ideológicos favoráveis à manutenção das relações sociais capitalistas, no sentido de camuflar as tensões que lhe são próprias, como se fossem relações harmônicas e passíveis de conciliação.

No entanto, pode também atender às demandas da classe trabalhadora para além do que lhe é imediatamente solicitado. O Serviço Social tem o papel de contribuir na luta de classes por meio da capacidade intelectual de seus agentes, os quais podem utilizar seus conhecimentos para imprimir uma direção ético-política à sua ação para favorecer a criação de condições de

mobilização e de organização política dessa classe, visando contribuir para construção de um novo tipo de sociedade.

Isso significa tomar a “questão social” de fato como fruto de uma contradição posta, que sendo o conjunto das desigualdades engendradas pelo modo de produção capitalista revela também a potencialidade da resistência e da rebeldia da classe trabalhadora. Portanto, assistentes sociais devem buscar construir suas ações não somente para amenizar/minimizar as condições de pobreza e miséria da classe trabalhadora, mas, especialmente, para dar voz a estes segmentos desfavorecidos, para legitimar a sua inconformidade, para identificar seus focos de resistência, para estimular a conformação de consciência crítica, para potencializar a organização e a luta dos trabalhadores.

Em se tratando da “questão social”, Netto (2001) explicita que esta expressão, ganhou notoriedade na segunda metade do século XIX, passando a ser usada pelo pensamento conservador, na intenção de naturalizar as desigualdades sociais, tornando-as alvo de ações de caráter reformista e moralizador¹². A intenção era evitar a compreensão de que sua determinação se assentava no modo de produção capitalista, na contradição entre capital/trabalho.

Afinal, encontramos em Marx (2008), mais precisamente na lei da acumulação capitalista, o fundamento – enquanto base de fundamentação capaz de explicar a existência – da “questão social”. Por meio dela compreendemos que o avanço dos meios de produção é sempre superior à capacidade de absorção dos trabalhadores produtivos disponíveis no mercado. Com o incremento tecnológico e científico no processo de produção, os trabalhadores acabam produzindo mais em menor tempo. Esse processo advém do interesse dos empresários capitalistas em extrair uma quantidade cada vez maior de trabalho de uma parcela cada vez menor de trabalhadores. Além disso, amplia-se a jornada de trabalho e as formas de intensificação da exploração do trabalho (Iamamoto, 2001).

Esse quadro contribui tanto na produção das formas de mais-valor, quanto na produção de uma população relativamente supérflua para o regime de acumulação do capital. Assim, a população de trabalhadores sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego na dinâmica de valorização do capital. Entretanto, na sociedade capitalista, o “trabalhador livre” depende da venda de sua força de trabalho em troca de um salário para a

¹² O autor sinaliza que a expressão “questão social” surgiu [...] para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização [...] massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial [...] (Netto, 2001, p. 42).

garantia da sua sobrevivência¹³, ou seja, precisa encontrar espaço no mercado de trabalho. Logo, essa dinâmica “gera, [...], uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (Iamamoto, 2001, p. 15).

Nestas condições, as demandas da população e dos trabalhadores passam a ser parcialmente atendidas e refuncionalizadas para dinamizar os superlucros da ordem monopólica. Esse processo foi tensionado por conflitos e contradições em escala global. A necessidade de legitimação do Estado encontrou saída na consolidação de políticas voltadas à classe trabalhadora, num jogo das forças políticas. Por meio dessas condições, as expressões da “questão social” passaram a ser objeto de intervenção por parte do Estado, sendo foco das políticas sociais (Netto, 2011). Assim, Netto (2011) afirma que a origem do Serviço Social deve ser compreendida nesse período monopolista do capital, especificamente, quando as expressões da “questão social” se expandem e o Estado passa a intervir enquanto instrumento de controle da mesma, possibilitando alavancar o modo de produção capitalista.

As políticas sociais são implementadas como respostas institucionalizadas frente às expressões da “questão social”, que são recortadas como problemáticas sociais – como o desemprego, a fome, a falta de habitação, a ausência de escola, o não acesso aos serviços de saúde etc. – para assegurar o funcionamento da ordem monopólica. É no âmbito político que as políticas sociais são operacionalizadas, enquanto instrumentos de apoio à ordem sociopolítica, oferecendo “[...] um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, como mediador de interesses conflitantes” (Netto, 2011, p. 31).

Portanto, as bases de fundação da profissão estão atreladas aos processos sócio-históricos que estão postos na realidade. Conforme Netto (2011, p. 73-74), o Serviço Social se funda “[...] indivorciável da ordem monopólica”, pois os profissionais passaram a ser chamados para a operacionalização das políticas sociais, e a profissão encontrou sua funcionalidade na divisão social e técnica do trabalho: a administração das manifestações da “questão social”.

A “questão social” está inscrita na dinamicidade das relações sociais capitalistas e se reformula sob condições sócio-históricas de produção/reprodução, na órbita do capital. As expressões da “questão social” se modificam em razão das configurações das transformações societárias, da política, da cultura, das particularidades territoriais, dos aspectos étnico-raciais,

¹³ Aqui, tem-se “[...] a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade – enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção [...]”, assim, ele é “[...] excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência” (Iamamoto, 2001, p.16).

das relações de gênero, das disputas ambientais e das lutas sociais, que lhe atribuem uma redefinição. Tais expressões alteram-se, mas sem extinguir sua natureza no processo de exploração do trabalho e nas respostas do Estado sob égide capitalista, fazendo com que o Serviço Social permaneça necessário. A compreensão desse processo se faz imprescindível para quem quer, de fato, entender que profissão é essa.

Considerações finais

Chegando ao final deste artigo, voltamos a destacar que o nosso intuito foi, a partir das reflexões apresentadas, demonstrar como o debate sobre os fundamentos do Serviço Social – consensualmente hegemônico em meio a nossa categoria profissional – encontra, de fato, muitas convergências. Mas, também esconde/revela a existência de diferentes abordagens sobre o tema. Essas diferentes abordagens, nem sempre são facilmente percebidas, pois não se revelam de maneira tão explícita e imediata. A sua captura exige um mergulho mais profundo nos estudos desses fundamentos da profissão.

Este é apenas um dos muitos elementos que indicam para nós o quanto este debate ainda não se esgotou e como se faz necessário que avancemos em nossas pesquisas sobre fundamentos para continuar fazendo emergir à superfície aquilo que ainda se encontra submerso.

Nesse sentido, um ponto a ser destacado – que em nossa compreensão merece maiores aprofundamentos – trata-se do debate sinalizado por Guerra (2024), onde a autora aponta que:

[...] parece-nos que fazer a distinção (puramente didática) entre os termos fundamentos e fundamentação pode dar maior visibilidade à nossa argumentação sobre a diferença entre as filosofias e/ou sociologias e a Teoria Social de Marx. Todas as filosofias/sociologias podem prestar uma fundamentação à realidade e, indiretamente, fornecer explicações à profissão. Qualquer uma pode ser objeto de escolha de assistentes sociais, segundo sua visão de homem e mundo e o mirante sob o qual captam a realidade. Contudo, [...] nem todas as perspectivas teóricas alcançam dos fundamentos da vida social. E não o fazem, justamente, por eliminarem as bases concretas das suas análises [...] somente a perspectiva da ontologia do ser social inaugurada por Marx é capaz de fundar ontologicamente a análise da realidade e da profissão (Guerra, 2024, p. 174).

O debate provocado por Guerra (2024) – que já havia aparecido anteriormente em outras de suas produções – nos leva a pensar se, no âmbito do Serviço Social existe diferença entre o que chamamos de fundamento e o que entendemos enquanto fundamentação. Se tratamos todas as concepções teórico-filosóficas – os campos do pensamento conservador que já foram hegemônicos no Serviço Social ao longo da sua trajetória – como fundamentos, isso significa dizer que os fundamentos da profissão foram se alterando com o seu desenvolvimento? Ou ainda, considerando que todos esses campos do pensamento conservador, em maior ou menor

escala, continuam incidindo no Serviço Social hoje – embora não se façam mais hegemônicos – todos eles seriam fundamentos do Serviço Social?

A nosso ver, faz-se necessário retomar esse debate e avançar na construção de reflexões que possam abrir novos caminhos para a compreensão do que estamos chamando de fundamentos do Serviço Social. Afinal

[...] nem todas as referências teórico-metodológicas que estão na base das Teorias Sociais apreendem os fundamentos histórico-ontológicos da realidade e da profissão. Aqui se faz necessário estabelecer a distinção entre aquelas fundamentações que se detêm na expressão fenomênica da realidade e da profissão tomada como a sua base de explicação, aquelas que consideram os fundamentos ontológicos da realidade como inacessíveis, aquelas que “desconfiam” da distinção entre aparência e essência e aquelas que reconhecem o papel da busca dos fundamentos na apreensão da lógica constitutiva dos processos e práticas sociais, no movimento que vai da aparência para a essência (Guerra, 2023b, p. 46).

Dessa forma, as produções de Iamamoto e Netto não foram retomadas aqui por acaso. É nelas que, ainda, encontramos o cerne do debate sobre os fundamentos do Serviço Social. Portanto, conhecê-las ou revisitá-las não é tarefa superada; é missão urgente para assistentes sociais que não querem se ver tragados pela aparente falta de perspectiva dos cotidianos institucionais. Retornar a estas produções não significa uma volta ao passado, não representa olhar para o que foi o Serviço Social. Nas obras aqui mencionadas – e em outras que não foram abordadas pelos limites deste artigo – encontramos profícuos caminhos para olhar adiante e compreender que esta é uma profissão que ainda tem muito o que construir pela frente.

737

Referências bibliográficas

- ABREU, M. M. O Grupo Temático de Pesquisa “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” no âmbito da ABEPSS – determinações, trajetória e função político-acadêmico-científica. In: GUERRA, Yolanda *et al.* (org.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Editora Papel Social, 2018.
- CARDOSO, F. G.; ABREU, M. M. Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 18, p. 313–321, 5 ago. 2014.
- CARDOSO, F. G. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. *Temporalis*, Brasília, n. 14, p. 31–54, jul./dez. 2007.
- CLOSS, T. T. *Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área*. Curitiba: CRV, 2017.
- ESCURRA, M. F.; IAMAMOTO, M. V. Serviço Social e trabalho da(o) assistente social: revisitando o debate histórico-crítico. In: MELO, A, I, S. C; CARDOSO, I. C.; FORTI, L; V. (org.). *Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social: desafios e utopias*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

- GOIN, M. *Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais*. Campinas, SP, Papel Social, 2019a.
- GOIN, M. Tendências atuais o ensino dos Fundamentos do Serviço Social. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, v.18, n.02, p. 01-12, jul./dez., 2019b.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, Cláudio H. M.; ANACLETO, Talita F. M. (org.). *Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais*. Belo Horizonte: CRESS, 2023b.
- GUERRA, Y. A força histórico-ontológica e crítico analítica dos fundamentos. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.
- GUERRA Y. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. In: *Serviço Social e Sociedade*. Cortez Editora. São Paulo, v.18, n. 54, p. 9–25, jul. 1997.
- GUERRA, Y. A pesquisa sobre fundamentos, formação e trabalho profissional em Serviço Social frente à conjuntura nacional e internacional na atualidade. In: REIDEL, T. et al. *Serviço Social – perspectivas internacionais sobre fundamentos, formação e trabalho profissional*. Embú das Artes: Alexa Cultural, 2023a.
- GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. et al. (orgs). *Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.
- GUERRA, Y. Elementos para uma crítica ontológica das “filosofias” e de seus fundamentos. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). *Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social*. Coleção Fundamentos Críticos para o Serviço Social. Fortaleza: Socialis Editora, 2020.
- GUERRA, Y. Fundamentos, afinal do que se trata? Elementos para a formulação de uma concepção sobre fundamentos na perspectiva crítica. In: LIMA, C. C. et al. *Serviço Social ao redor do mundo – debate crítico sobre fundamentos e formação profissional*. Embú das Artes: Alexa Cultural, 2024.
- GUERRA, Y. *O serviço social e a análise crítica de seus fundamentos*. 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”, Vitória, 2015.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Graflin, ano 2, n. 3, p. 09-32, 2001.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41 ed. CELATS, São Paulo: Cortez, 2014.
- LIMA, C. C.; SILVA, J. O. B; COELHO, K. A. F. P.; PAULA, L. G. P.; GOIN, M.; SANTOS, V. N. Debate sobre os fundamentos do Serviço Social nos encontros nacionais de pesquisadores/as em Serviço Social e nas teses e dissertações da área. In: LIMA, C. C. et al. (org.). *Serviço Social ao redor do mundo: debate crítico sobre fundamentos e formação profissional*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus; EDUA, 2024.
- MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 26ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8 ed. Cortez Editora, São Paulo: 2011.
- NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, Brasília, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.
- SILVA, Y. V. A.; NÓBREGA, M. B.; SERPA, M. A. Fundamentos do Serviço Social: tendências significativas da produção de conhecimento na área. In: GONÇALVES, M. C. V.; SANTOS, V. N. *Serviço Social em contracorrente*. Curitiba: CRV, 2021.
- TAPIRO, J. P. S.; PAULO, D. M. D. Franci Gomes Cardoso: uma intelectual militante do Grupo do Maranhão. *Em Pauta*, n. 56, v. 22, Rio de Janeiro, set./dez., 2024.

- TEIXEIRA, R. J. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, 2019.
- YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y, *et alii* (org.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.
- YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *Libertas*, Juiz de Fora, v.20, n.02, p. 293-306, jul./dez., 2020.
- YAZBEK, M. C. As diferentes perspectivas conceituais da tradição marxista presentes no debate dos fundamentos do Serviço Social brasileiro. In: LIMA, C. C. *et. al.* (org). *Serviço Social ao redor do mundo: debate crítico sobre fundamentos e formação profissional*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2024.

Os fundamentos do serviço social como pressuposto para a construção do projeto de trabalho

The foundations of social work as a prerequisite for the construction of the work project

Claudio Henrique Miranda Horst*  

Resumo: O artigo tem como objetivo recuperar os fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social brasileiro com vistas a contribuir para a construção do projeto de trabalho de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Trata-se de reflexão construída a partir da sistematização da prática profissional e da assessoria a equipes de assistentes sociais, articulada com a revisão de literatura. A ênfase escolhida para aprofundamento foi em torno do que consideramos ser a primeira parte de um projeto de trabalho: a concepção de profissão; o objeto/matéria de trabalho; os objetivos do trabalho; os valores ético-políticos e as atribuições e competências profissionais.

Palavras-chaves: Fundamentos; Serviço Social; Projeto de Trabalho.

Abstract: This article aims to revisit the historical and theoretical foundations of Brazilian Social Work, aiming to contribute to the development of social workers' work projects in various socio-occupational settings. This reflection builds on the systematization of professional practice and the support provided to teams of social workers, supported by a literature review. The chosen emphasis for further developing the work project was on what we consider to be its first component: the conception of the profession; the object/subject matter of work; the work objectives; ethical and political values; and professional responsibilities and competencies.

Keywords: Fundamentals; Social Work; Work Project.

Introdução

A discussão sobre a elaboração do *projeto/plano*¹ de trabalho de assistentes sociais tem se colocado cada vez mais como fundamental. De imediato, podemos demarcar algumas justificativas para sua elaboração: a) porque identificamos o que nos compete naquele espaço sócio-ocupacional; b) porque conseguimos nos diferenciar do projeto da instituição (o projeto

* Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br

¹ A partir daqui tratarei apenas como *projeto de trabalho* da/do assistente social, considerando que o plano de trabalho diz respeito a uma dimensão mais ampla e que precede o projeto de trabalho que é da/os assistentes sociais de um setor/equipe. Ou seja, consideramos que o plano de trabalho é da instituição.

da instituição/política social compõe o arsenal do projeto de trabalho, mas não podemos nos resumir a ele); c) porque se torna um importante instrumento de trabalho para o diálogo com as demais profissões que compõem a equipe; d) porque pode incorporar as demandas das/os usuárias/os; e e) porque pode se transformar em um importante recurso para analisar o exercício profissional e os seus resultados (Couto, 2009).

Desse modo, é importante ressaltar que o projeto de trabalho não é um mero instrumento e, muito menos, um manual a ser seguido; ele deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional, como também referendaram os compromissos profissionais (Couto, 2009, p. 4).

Sendo assim, não temos dúvidas de que a construção de um projeto exige conhecimento teórico-metodológico, escolha consciente de valores éticos e políticos, além de competência técnico-operativa. Afinal, é a intencionalidade do que objetivamos – sempre atravessada pelas condições éticas e técnicas – que guia nosso planejamento e pode ser capaz de delinear os limites e possibilidades do trabalho com clareza e delimitá-los em um projeto de trabalho (Horst, 2023).

Portanto, a elaboração de um projeto de trabalho exige esforços no cotidiano frente a sua dinâmica, mas trata-se de uma tarefa inadiável quando se busca avançar com experiências no dia-a-dia do exercício profissional cada vez mais sintonizadas com o projeto ético-político (PEP). Em nossa perspectiva, é o projeto de trabalho ancorado nos fundamentos do Serviço Social que pode ser capaz de revelar o que nos difere de outros projetos de *sociedade* e de *profissão*.

Afinal, precisa trazer em si demarcações básicas, como por exemplo: a) a concepção de Serviço Social que orienta o referido exercício profissional; b) o objeto de trabalho do Serviço Social; c) o objetivo do Serviço Social; e d) os valores ético-políticos que nos orienta; e) bem como nossas atribuições e competências, entre outras questões (Horst, 2023).

Sendo assim, compreendemos que a construção do projeto implica em delimitarmos com clareza os fundamentos do Serviço Social, como pressuposto para sua construção na perspectiva crítica. Ao tratarmos de fundamentos, estamos considerando dois pilares distintos, mas interligados, ao compreendermos que os fundamentos do Serviço Social são constituídos de *fundamentos sócio-históricos* e *fundamentos teóricos*.

Nessa direção, apesar de compreendermos que os fundamentos são os pressupostos de todo o projeto de trabalho, no presente artigo, aprofundaremos a relação entre os fundamentos do Serviço Social e a construção do primeiro “bloco” de um projeto de trabalho de assistentes

sociais, conforme experiência já elaborada pelo autor (2023). O esforço de retomar o debate dos fundamentos para a elaboração do projeto de trabalho por parte da/o assistente social e/ou equipe é urgente, afinal, conforme destacou Guerra (2023), o debate dos fundamentos está no cerne das disputas por um projeto de profissão que envolve a unidade trabalho e formação profissional.

Sendo assim, ao compreendemos que “o planejamento se coloca como instrumento tanto de definição como de redefinição da prática, ao exigir estudos, pesquisas, levantamentos” (Vasconcelos, 2015, p. 227), elaborar um projeto de trabalho como guia do exercício profissional possibilita o enriquecimento de assistentes sociais como sujeitas/os em constante formação e comprometidas/os com o aprimoramento intelectual.

Metodologicamente, o artigo foi construído a partir da sistematização da prática profissional, em diálogo com a revisão de literatura. No primeiro momento, recuperamos a compreensão sobre os fundamentos do Serviço Social. No segundo momento, aprofundamos o debate sobre o projeto de trabalho demarcando a concepção de profissão, o objeto de trabalho, os objetivos, valores ético-políticos e as atribuições e competências, com vistas a demonstrarmos como certa compreensão dos fundamentos é central para a construção e demarcação no projeto de trabalho de assistentes sociais comprometidas/os com o PEP.

Fundamentos do Serviço, afinal do que se trata?

A nosso ver, a construção de um projeto de trabalho de assistentes sociais na perspectiva do PEP deve partir dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos para decifrá-los criticamente.

Nos últimos anos, temos reafirmado, no âmbito da profissão, a necessidade de voltarmos aos fundamentos. Seja pelo equívoco em seu trato e entendimento desde a formação profissional (Teixeira, 2019); seja pela tendência de a política social ser tomada como fundamento da profissão (Guerra, 2019); seja pelo falso consenso em torno do entendimento do que são os fundamentos do Serviço Social, como se não houvesse interpretações divergentes (Rezende; Paula; Silva, 2025).

Sendo assim, inicialmente cabe destacar que compreendemos os fundamentos históricos da profissão como os *fenômenos sócio-históricos* (ontológicos) que *fundam* a profissão. E não só fundam a profissão, como permanecem evidenciando a necessidade social da mesma na atualidade, bem como incidem sobre a formação e o exercício profissional de assistentes sociais. Ou seja:

Considero fundamento as bases e a razão de ser que explica a gênese e a

existência da sociedade e da profissão. Trata-se de fundamentos histórico-ontológicos enquanto as balizas, pilastras, razão e modos de ser constitutivos e constituintes da realidade e a profissão. Sem dúvida, esta concepção encontra-se sustentada por determinados fundamentos teórico-metodológicos, os quais me permitem considerar que são as bases histórico-ontológicas ou as condições histórico-sociais da realidade que fundam a necessidade da profissão em determinando momento da sociedade capitalista no seu estágio monopolista, com todas as suas determinações constitutivas (ver Netto, 1992), bem como as condições que fazem a profissão manter funcionalidade e legitimidade social na sua trajetória histórica e na contemporaneidade. E, aqui, repito, refiro-me aos fundamentos histórico-ontológicos que explicitam a lógica constitutiva dos modos de ser da realidade e da profissão (Guerra, 2023, p. 45).

Diferentemente, os fundamentos teóricos ou *fundamentação* já se refere à dimensão teórico-metodológica, à matriz do pensamento, à perspectiva teórica que a profissão elege para explicar os seus fundamentos e a realidade. Nessa direção, compreendemos que somente as perspectivas marxistas e o método materialista histórico dialético possibilitam a explicitação crítica dos fundamentos históricos do Serviço Social.

Portanto, estamos destacando no presente texto que existem fundamentos históricos e fundamentos teóricos, ou seja, que a fundamentação teórica não é a mesma coisa que os fundamentos históricos da profissão. Afinal, o marxismo não é o fundamento da profissão, a profissão não surgiu ou se explica por causa do marxismo. Ele, como fundamentação teórica, possibilita a leitura crítica dos fundamentos históricos e ontológicos da profissão.

Nesse sentido, não coadunamos com algumas leituras que concebem os fundamentos como sinônimo de história da profissão. Por essas perspectivas, o conjunto de disciplinas que tratam dos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM) se resume a narrar o histórico da profissão. Conforme demonstrou Teixeira (2019), “os Fundamentos do Serviço Social, na maioria das vezes, são compreendidos somente como disciplina obrigatória da matriz curricular dos cursos como Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTM)”. Ou somente quando as disciplinas que, equivocadamente, os cursos vinculam ao terceiro núcleo de fundamentação, qual seja: o núcleo de fundamentação do trabalho profissional².

Também não nos vinculamos à concepção que trata os fundamentos como matrizes do pensamento, entendendo que o método materialista histórico-dialético, bem como a teoria

² Conforme Teixeira (2019) demonstrou na perspectiva das diretrizes curriculares todos os componentes de um currículo precisam garantir os três núcleos de fundamentação no seu interior. Ou seja, as disciplinas, laboratórios, oficinas, supervisão, TCC e etc. precisam trabalhar ambos os núcleos: *de fundamentação teórico-metodológico da vida social; da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e, do trabalho profissional* como possibilidade de garantir uma leitura correta dos fundamentos do Serviço Social a partir da unidade articulada entre os três núcleos de fundamentação.

social marxiana, seriam os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade (Yazbek, 2018). Consideramos que a profissão já possuiu e possui diversos “fundamentos”, tratando-se de fundamentos teóricos (esses sim diversos) sendo a fundamentação o que possibilita a leitura dos fundamentos históricos.

Sendo assim, se o marxismo é a fundamentação que possibilita explicar nossos fundamentos históricos, ou seja, explicar as bases sócio-históricas do Serviço Social e sua justificação e explicar os fenômenos que incidem sobre a formação e o exercício profissional. E considerando que os *elementos que fundam esta profissão* e que ainda hoje a tornam necessária são os fenômenos sócio-históricos, inscritos na realidade. Que fundamentos históricos são esses?

Em nível mundial, a conformação do *capitalismo* em sua etapa *monopolista* – e a “*questão social*” como base material de surgimento da profissão e suas expressões, como a matéria de trabalho de assistentes sociais. Vale lembrar que a “questão social” não determina por si só a gênese da profissão, “ela apenas dá base para a emergência da profissão quando se transforma em objeto de intervenção do Estado, quando surge uma mediação política entre a “questão social” e o Estado; mediação instrumentalizada pelas políticas sociais cujo executor terminal é o/a assistente social” (Guerra, 2024, p. 35).

Sendo assim, conseguimos como profissionais captar o **significado social da profissão inscrita na divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho** e recuperar um pressuposto central: *o serviço social como partícipe no processo de produção e reprodução social*. Ou seja, a partir das determinações econômicas, políticas, sociais, culturais, ideológicas, etc. compreendemos o *significado social* da profissão na sociedade capitalista.

Portanto, entendemos que o exercício profissional se realiza em condições de assalariamento e submetido às injunções do mundo do trabalho - o que implica limites à autonomia profissional e à prestação de um serviço de qualidade. Assim, ao delimitarmos os fundamentos da profissão a partir de uma leitura crítica, abre-se uma concepção de profissão:

Parto da premissa de que o Serviço Social é um trabalho profissional, premissa esta que se sustenta na condição concreta e objetiva das e dos profissionais enquanto trabalhadoras e trabalhadores assalariados, vendedoras e vendedores de força de trabalho, e ainda que possam escolher a quem vender sua força de trabalho e sua duração, não detêm a posse dos meios de produção, o que os coloca em determinado lugar na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho. Inserida como uma especialização nesta mesma divisão do trabalho, a profissão responde a uma parcela das necessidades sociais, ao tempo em que tais respostas se orientam por fundamentações teórico-metodológicas e tem implicações ético-políticas (Guerra, 2023, p. 44).

Nessa direção, cabe ressaltar que o exercício profissional envolve uma dupla dimensão: a) *subjetiva*: que diz respeito ao preparo pessoal da/o profissional, à fundamentação teórico-metodológica, à capacidade intelectual, seus valores, às condições subjetivas de responder às exigências do trabalho, às competências, etc.; b) *objetiva*: que diz respeito às condições materiais, estruturais e financeiras dos espaços sócio-ocupacionais, às dinâmicas da realidade brasileira, às correlações de forças, etc.

Para fecharmos esse primeiro tópico, destacamos abaixo alguns elementos centrais a partir da compreensão dos fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social:

- a) A fundamentação, a matriz teórica e o método que melhor desvela os elementos fundantes e estruturantes da profissão (seus fundamentos históricos) são o marxismo e o materialismo histórico-dialético;
- b) Que essa perspectiva não concebe a história como uma sucessão etapista e cronológica, nem a profissão a partir de uma leitura endógena, mas sim o *Serviço Social na história*;
- c) O trabalho como um complexo social central que possibilitou o desenvolvimento do ser social e o surgimento da humanidade, bem como sua particularidade no capitalismo como trabalho assalariado, explorado e alienado;
- d) A “questão social” e suas expressões, a partir da lei geral de acumulação capitalista, como base fundante da profissão e matéria do exercício profissional;
- e) O exercício profissional de assistentes sociais inseridas/os em diversos processos de trabalho, como trabalho assalariado, é polarizado por interesses de classes distintas. Essa contradição não está sob o nosso controle em “abrir mão”, mas em nos comprometermos com o fortalecimento de um dos polos: o da classe trabalhadora, ou seja, os interesses das/os usuárias dos serviços.

Ao chegarmos até aqui, poderíamos pensar: por que esse debate é importante para a construção do projeto de trabalho? Por que retomar o debate dos fundamentos da profissão para o planejamento e sua materialização no projeto de trabalho?

Ora, compreendemos que os elementos que fundam a profissão e a tornam necessária ainda hoje são primordiais para um trabalho consciente de seus limites e também de suas possibilidades, fugindo da lógica *fatalista ou messiânica* no exercício profissional. Essa compreensão possibilita a construção de estratégias na perspectiva do projeto profissional que pretendemos nos vincular e fortalecer, o projeto ético-político.

Portanto, resgatar a concepção histórica de fundamentos é um exercício necessário para se pensar a profissão, pois ele nos permite o entendimento do

Serviço Social inscrito na própria realidade social. Visto ser dela que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do trabalho e as possibilidades de respostas a serem formuladas por assistentes sociais. A partir disso, reafirmamos a ênfase na necessidade de aprimorarmos os nossos debates em torno da concepção de profissão inscrita no movimento histórico que funda o Serviço Social (Cardoso; Paula, 2024, p. 14).

Concepção construída no processo histórico da renovação profissional no Brasil que possibilitou a aproximação com a fundamentação teórico-metodológica já apresentada acima e logo, uma leitura coerente dos fundamentos históricos da profissão, inaugurada com a obra seminal de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (2014).

Assim, foi possível pensar as condições do trabalho a partir de contradições presentes *na realidade* e que possuem implicações diretas para o exercício profissional, a exemplo: a flexibilização e precarização da formação profissional, ameaças e redução dos direitos, e a precarização das relações e condições de trabalho. Rompendo com a leitura messiânica e endógena de que o exercício profissional comprometido com o PEP depende apenas da boa vontade de assistentes sociais³.

A Análise histórica crítica dos fundamentos da profissão compreende que o Serviço Social surgiu como uma especialização do trabalho coletivo, na fase monopolista, particularmente quando o Estado passa a enfrentar as expressões da “questão social” por via das políticas sociais. Não se trata de uma profissão que se desenvolveu a partir da ajuda e caridade, mas que surge como produto histórico, participando da reprodução das relações sociais de classes e da relação contraditória entre elas, cujo significado social (sua função social) é contribuir na garantia da *reprodução da força de trabalho* e a *reprodução da ideologia dominante* (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Portanto, o Serviço Social como profissão não pode fugir dessa realidade, uma vez que é nela que se realiza o exercício profissional, ou seja, é próprio das relações vigentes. Ao reconhecermos que na mesma atividade atendemos e reproduzimos “interesses contrapostos que convivem em tensão” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 81) e que é a partir dessa compreensão que “se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 81)”, entendemos que a construção de um

³ Conforme sabemos, a impossibilidade do exercício profissional ser conduzido inteiramente pelo PEP não tem relação *apenas* com a mera vontade e capacidade de assistentes sociais, mas tem a ver com limitações estruturais e históricas da realidade e da profissão. As dificuldades de sua realização se dão por questões tanto de ordem material-concreta: desfinanciamento de políticas sociais; precarização do trabalho, por exemplo, como de ordem subjetiva de profissionais: fragilidade teórico-intelectual; negação dos valores ético-políticos, etc. (Guerra, 2015).

projeto de trabalho profissional pode assumir o papel de orientar um exercício profissional comprometido com o horizonte e os interesses das classes trabalhadoras.

Construindo o projeto de trabalho profissional: *aprofundando a primeira parte de um projeto.*

Iniciemos nosso tópico delimitando a compreensão de projeto que nos guia, com vistas a diferenciar projeto como sinônimo de plano e de projeto de intervenção⁴. O projeto de trabalho é das/os assistentes sociais, e deve expressar um planejamento coletivo quando se tratar de mais de um/a profissional ou individual do trabalho profissional naquele setor/instituição/política/projeto.

Compreendemos o projeto de trabalho como uma organização sistematizada e escrita que apresenta as ações técnico-operativas, os fundamentos profissionais, as defesas ético-políticas e a forma de responder às expressões da “questão social” que aparecem cotidianamente. Nele aparecem a compreensão que temos da profissão, da política social, dos usuários, etc. Ou seja, uma elaboração que apresenta de maneira consciente o projeto profissional a que nos vinculamos (Horst, 2023).

Diferentemente do *plano*, que nos termos de Baptista (2015, p. 99), “delineia as decisões de caráter geral do sistema, suas grandes linhas políticas, suas estratégias, suas diretrizes e precisa responsabilidade” e é tomado como marco de referência para os setores, serviços e instituições, com vistas a elaboração de programas e projetos específicos. O projeto, “é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de um conjunto de ações” (Baptista, 2015, p. 101). É o instrumental mais próximo da execução. E pode ser a setorização do plano, um desdobramento do plano, cujos objetivos do setor poderão ser alcançados a partir de objetivos específicos do trabalho de assistentes sociais⁵.

O processo de elaboração de um projeto de trabalho é tanto um exercício de conhecimento e sistematização da realidade alvo do exercício profissional,

⁴ “O projeto de trabalho é algo do serviço social (profissional individual, equipe, setor), mas precisamos lembrar que os projetos de intervenção já não dizem respeito apenas ao serviço social. Eles podem não envolver toda a equipe de assistentes sociais, podem ser elaborados com base nas duplas, equipes multidisciplinares. Um trabalho em grupo com mulheres idosas, por exemplo, pode ser conduzido por uma assistente social, uma psicóloga, então precisa ser elaborado um planejamento (projeto de intervenção) por ambas” (Horst, 2023, p. 126).

⁵ Portanto: “Vale demarcar que estamos partindo do pressuposto que projeto de trabalho não é a mesma coisa que projeto de intervenção. Um projeto de trabalho é mais amplo, já que reúne em si a concepção de profissão, a concepção da política social com que atuo, além de traçar todas as ações que irei realizar junto às suas temporalidades e prazos, por exemplo. Dessa forma, eu posso elaborar um projeto de trabalho, e posteriormente, o projeto de intervenção, destrinchando as ações. Nessa direção, temos que o projeto de intervenção detalha mais cada ação. Se no projeto de trabalho, eu vou colocar que me reúno com a equipe semanalmente, realizo supervisão de estágio, além de reunião com a rede, entrevistas, visitas e relatórios, no projeto de intervenção é o momento em que irei qualificar – se eu quiser elaborar mais detalhadamente cada uma destas ações – o horário, os objetivos, o público-alvo, o dia, os temas, locais, recursos etc., dessas ações” (Horst, 2023, p. 125).

quanto a sistematização do conjunto das ações profissionais a serem realizadas – sua explicitação, justificativa, organização – no contexto das condições e relações de trabalho em que se encontra inscrito o assistente social (CFESS, 2001, p. 48).

Conforme destacamos desde a introdução, no presente artigo daremos destaque na construção do que estamos chamando de “primeira parte de um projeto”, a partir da sugestão construída por nós, conforme figura abaixo. Ou seja, daremos ênfase na *parte 2* intitulada *Serviço Social*.

Quadro 1: Tópicos do Projeto de Trabalho Profissional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A concepção de Profissão:

O primeiro tópico que sugerimos nesta parte do projeto pretende demarcar a ***concepção de profissão*** da/o assistente social e/ou equipe de assistentes sociais. É preciso demarcar de que Serviço Social se fala. Portanto, trata-se de delimitá-lo como uma *profissão* inscrita na divisão social, sexual, racial e técnica do trabalho, como *trabalho*. Com vistas a enfrentar concepções de ajuda, de caridade, da ideia de que a profissão seria ciência ou uma técnica, de que seria militância ou até mesmo de ser confundida com a política social, como acontece em relação à política de assistência social, etc. (Horst, 2023).

Conforme apresentamos no primeiro tópico do texto, a concepção da profissão revela seus objetivos, intencionalidades e o projeto profissional que nos vinculamos no âmbito da profissão⁶. Portanto, ao compreendermos o Serviço Social como trabalho, enfrentamos perspectivas endógenas que ainda hoje atravessam o significado e a compreensão da profissão, compreendendo como evolução da ajuda, vocação, etc.

Desta forma, nesta perspectiva de análise, o Serviço Social (ou o Trabalho Social) "profissional" seria o resultado final do processo de evolução da ajuda. Portanto, sua função social seria a prestação de ajuda às populações mais vulneráveis, tal como nos seus "precedentes evolutivos", mantendo os mesmos fundamentos e funcionalidade que a caridade e a filantropia; apenas se diferenciando nas modalidades operativas, na formação profissional ou não, e na base técnica e científica. Os mesmos fundamentos e funcionalidade, entre o Serviço Social e a caridade e filantropia, mas diferentes características e mecanismos de ação (Guerra, 2024, p. 30).

Na contramão dessa leitura, reforçamos uma análise histórico crítica “onde a profissão só pode ser compreendida como um fenômeno, uma particularidade da sociedade capitalista, na idade do monopólio, constituída a partir dos fundamentos desta realidade social, e não da evolução da ajuda” (Guerra, 2024, p. 48).⁷

O objeto de trabalho

No trabalho de assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais destacam-se as diversas expressões da “questão social” que atravessam o cotidiano e as vidas das/os usuárias/os. Como também as violações aos direitos humanos e as desproteções sociais consequências, em sua maioria, da dinâmica da lei geral de acumulação capitalista e de um modo de produzir e reproduzir a vida que nega a diversidade humana. Compreendemos, conforme Iamamoto que:

A matéria prima do trabalho do assistente social encontra-se no âmbito da questão social em suas múltiplas manifestações – saúde da mulher, relações de gênero, pobreza, habitação, urbanização etc. – tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais cotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos (Iamamoto, 2001, p. 100).

Nesse tópico, portanto, cabe demarcar o que nós, como assistentes sociais compreendemos como matéria/objeto do trabalho, com quais expressões da “questão social”

⁶ Vale destacar que pesquisas recentes têm levantado as tendências/projetos presentes na profissão, entre eles: Projeto de Cariz Tecnocrático; Projeto da Vertente Neoconservadora; Projeto da Vertente Aparentemente Radical; O “projeto” do Serviço Social Libertário; O “projeto” das 23 teses pela reforma do Serviço Social; O Projeto do Serviço Social Clínico. Que vão apresentar a) fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e filosóficos distintos; b) diferentes concepções de *profissão*, do *objeto* e *objetivo* de trabalho de Assistentes Sociais; c) diferentes valores éticos políticos; d) vinculações a diferentes projetos societários.

⁷ Sugerimos duas leituras para o aprofundamento do debate pelas profissionais: o livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. Bem como as Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS (ABEPSS, 1996).

nos defrontamos e lidamos, para não incorrerem nos equívocos de acreditar que o objeto de trabalho é a política social, a proteção social, a família, o risco, a vulnerabilidade etc. (Horst, 2023).

Ao mesmo tempo, quando demarcarmos o que são as expressões da “questão social”, exige-se a compreensão que assistentes sociais “não intervêm diretamente e pessoalmente nas sequelas da “questão social”; tal intervenção remete a um processo institucional, a partir da inserção deste profissional na implementação desses instrumentos estatais de intervenção social” (Guerra, 2024, p. 69). E conforme sabemos, nossas intervenções nas refrações da “questão social” são mediadas por uma modalidade específica de respostas às mesmas: as políticas sociais.

É urgente que assistentes sociais aprofundem a compreensão e dialoguem em equipe para delimitarem o objeto de trabalho. Afinal, o entendimento de que “estamos partindo todas/os do mesmo lugar” não condiz com uma realidade profissional onde convivem distintas experiências de formação profissional, diferentes perfis de assistentes sociais e diversas concepções de mundo e profissão.

Em uma pesquisa recente realizada com assistentes sociais no Estado do Rio Grande do Sul, Reidel *et al.* (2019) apresenta resultados curiosos em relação à pergunta sobre o *objeto do trabalho profissional dos assistentes sociais*. Nela, 1.415 assistentes sociais responderam serem as relações sociais e/ou familiares o objeto de trabalho profissional. Em segundo lugar, ficaram as expressões da “questão social”. Em terceiro lugar, ficou riscos e vulnerabilidades. Em quarto, 1.184 assistentes sociais responderam o “empoderamento/fortalecimento de sujeitos sociais”. Em quinto lugar, “os problemas sociais”. E em sexto, a “ajuda humanitária” como objeto. E ainda, 205 profissionais marcaram outros.

Assim, compreendido o "objeto" do Serviço Social, não como "problema" isolado ou autônomo, mas como particularidade da totalidade social, historicamente constituída, como *manifestação da "questão social"*, o enfrentamento por parte do assistente social também não constitui um processo autônomo, mas sistemático, institucional, atrelado à implementação de políticas sociais. Neste sentido, mesmo mudando as condições imediatas dos sujeitos envolvidos (o que certamente pode constituir melhora na qualidade de vida para a população), compreende-se que os fundamentos desse fenômeno, no caso, da pobreza, continuam a se perpetuar. Tanto a compreensão do fenômeno, como sua resposta ou enfrentamento, deve ser saturada das mediações. Entende-se assim, que a ação profissional do assistente social, na implementação das políticas sociais, não elimina os fundamentos do "problema", mas pode melhorar as condições imediatas de vida; isto é: a política social e a intervenção profissional não eliminam a pobreza, mas ameniza seus efeitos para a população. Ou seja, **o "objeto" de intervenção profissional não é a "questão social", mas suas manifestações, expressões, refrações, sequelas.** Desta forma a intervenção

profissional do assistente social, por via das políticas sociais consegue mudar a realidade imediata/cotidiana, a "manifestação", mas não transformar seu fundamento, a estrutura social, a chamada "questão social" (Guerra, 2024, p. 233, grifos nossos).

Na perspectiva crítica, ancorada nos fundamentos, conforme estamos apresentando, a concepção do objeto – que não é somente de intervenção, mas também de estudos e pesquisa, exige ser pensado a partir de alguns pressupostos, conforme destacou Guerra (2024, p. 231). Quais sejam: “(a) os fundamentos da sociedade contemporânea (a “questão social”), constituindo e determinando a diversidade de fenômenos e situações cotidianas; (b) os fenômenos (ou “situações problema”) como manifestações da “questão social”; (c) a intervenção/prática do assistente social sendo mediada pelas Políticas Sociais, numa relação: ‘Questão Social /Políticas Sociais/Serviço Social’.

O objetivo do exercício profissional

Apresentado uma concepção de profissão, bem como seu objeto de trabalho, devemos demarcar no projeto quais os objetivos do nosso trabalho. O que requer a intervenção profissional e o que pode ser esperado a partir da nossa intervenção. Ou seja, com qual objetivo e intencionalidade queremos exercer o trabalho. Essa parte é essencial com vistas, inclusive, a não resumir o trabalho à dimensão técnico-operativa. Por exemplo, como se o nosso objetivo na instituição fosse realizar visitas domiciliares, elaborar relatórios, etc.

Trata-se de informar os objetivos gerais da profissão que em outra parte do projeto deverão ser mediados com a particularidade do espaço sócio-ocupacional. Por exemplo, como assistente social na Vara da Infância e Juventude, trabalhando no setor de guarda e adoção, posso demarcar que meu objetivo é trabalhar para viabilizar o acesso de crianças e adolescentes a direitos sociais (como um objetivo da profissão mais geral). Naquele setor, meu objetivo pode ser: viabilizar o acesso de crianças e adolescentes ao direito à convivência familiar e comunitária.

Nessa direção, destacamos aqui pelo menos três grandes objetivos do Serviço Social na perspectiva do projeto ético político: a) viabilizar o acesso aos direitos sociais; b) contribuir nos processos de formação, mobilização e organização dos diferentes segmentos das classes trabalhadoras que atendemos; c) contribuir na construção de novos valores éticos e morais sintonizados com uma perspectiva crítica dos direitos humanos e com a defesa da diversidade humana (Horst, 2023).

Para fecharmos esse tópico, é importante demarcarmos, conforme Guerra (2024) nos chamou atenção, que ao pensarmos o horizonte da prática profissional podemos didaticamente

pensá-lo a partir de dois grandes horizontes (ou se quisermos objetivos): um *horizonte prático-interventivo* e um *horizonte ídeo-político*, “horizontes diferentes, mas também não contraditórios. Onde um não se converte mecanicamente no outro, mas o potencializa e qualifica” (Guerra, 2024, p. 265).

O horizonte prático-interventivo é o horizonte possível de ser alcançado no cotidiano do trabalho profissional, com nossa intervenção na realidade. Trata-se do horizonte que revela os objetivos já destacados acima. Um horizonte possível, mas vale destacar conforme a autora, “mas não direta e naturalmente alcançado pela prática profissional” (Guerra, 2024, p. 266). Por isso, quando assistentes sociais se comprometem com esse objetivo, estamos tratando de questões atreladas à emancipação política. Ou seja, “mesmo não tendo como resultado a eliminação das causas estruturais das situações de carência, mesmo não tendo como um efeito da sua ação a transformação social, no entanto a prática profissional pode alcançar importantes resultados” (Guerra, 2024, p. 265).

Mas o exercício profissional pode – e na perspectiva aqui defendida deve – estar ancorado em um objetivo, horizonte mais amplo: o *horizonte ídeo-político*. Este horizonte, para assistentes sociais críticos, possui uma perspectiva revolucionária, de superação dos fundamentos históricos das desigualdades, opressões, explorações e por isso se vincula à emancipação humana.

Trata-se portanto de um horizonte enquanto “utopia”, dos fundamentos ideológicos, éticos e políticos que orientam o profissional, de uma perspectiva histórica, de superação da ordem, visando a plena emancipação dos homens e mulheres. Se no horizonte prático-interventivo a prática profissional crítica pode contribuir direta ou indiretamente para a emancipação política; no horizonte ídeo-político é a emancipação humana que contribui (inspira, orienta) com a prática profissional crítica. Ou seja, por um lado, a prática profissional crítica pode contribuir com a emancipação política, representando seu horizonte prático-interventivo. Por outro lado, é a emancipação humana, como horizonte ídeo-político do profissional, que contribui com a prática profissional crítica, dotando-a de perspectiva, de sentido, de esperança, de uma utopia (Guerra, 2024, p. 266).

Valores ético-políticos

Apresentar no projeto os valores ético-políticos defendidos e que deverão orientar o exercício profissional é fundamental para termos clareza da nossa direção ético-política, bem como delimitá-la para a instituição, equipe, empregadores. Conforme sabemos, as direções ético-políticas estão explicitadas nos *princípios fundamentais* e ao longo do Código de Ética Profissional (1993). Outras defesas éticas da profissão constam no documento online: “Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras de luta” (CFESS, 2022, n.p.).

A partir dos nossos fundamentos históricos e teóricos, compreendemos que o exercício profissional não é neutro e “isso implica uma prática profissional voltada a contribuir na criação de novos valores para a realização da liberdade e do enfrentamento aos preconceitos, moralismos e toda forma de opressão e exploração” (Horst, 2023, p. 130). Sendo assim, não há intervenção profissional que não seja mediada por um projeto, uma projeção.

Afinal, a todo o momento fazemos escolhas, projetamos finalidades, construímos meios para realizá-las, com invocação de valores que legitimam (ou não) nossas escolhas. Muitas vezes, até sem consciência, fazendo escolhas a partir de valores acríticos (desvalores)⁸. Portanto, todo exercício profissional é constituído por uma dimensão ético-política “o que envolve [...] a escolha de valores (ético) e a construção de meios para atingir suas finalidades (político)” (Cardoso, 2013, p. 76).

Sendo assim, é preciso demarcar no projeto de trabalho nossas escolhas ético-políticas, já que o exercício profissional é constituído, tendo nós consciência, acreditando ou não, pela *dimensão política*.

Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios (Teixeira; Braz, 2009, p. 6).

Por isso, é impossível uma prática profissional neutra. Mesmo negando-a, estamos trabalhando em uma direção ético-política, a partir de uma determinada projeção, vinculada a um *projeto profissional e societário*. É importante saber de que projeto se trata, com vistas a qualificarmos nossa prática profissional, coerente com o que defendemos e legitima a profissão no Brasil. Reforçamos que a dimensão política não se trata de *militância*, seja ela religiosa, partidária ou de movimentos sociais. São dimensões distintas. Negar a dimensão política não

⁸ Compreendemos como *desvalor* toda forma de agir que obscurece ou aliene as/os indivíduos/os. E que, portanto, impede a realização de ações éticas que criem liberdade e impeça as violências, o desrespeito, as injustiças e todas as formas de opressões e explorações (Barroco, 2010).

faz com que ela desapareça no cotidiano e, ao mesmo tempo, alimenta a despolitização da prática profissional⁹.

Atribuições e competências

As atribuições e competências estão previstas na Lei que regulamenta a profissão (8.662/1993), particularmente nos princípios 4º e 5º. É a partir desses dois artigos que podemos delimitar o que compete ao Serviço Social nos diversos espaços de trabalho. Sempre partindo das premissas já indicadas pela legislação e incorporando, desde que coerentes com nossas defesas e objeto de trabalho, o previsto na própria instituição (Horst, 2023).

Conforme Raichellis (2020) nos alertou, debater as atribuições e competências profissionais na atualidade é uma tarefa desafiadora. Exige no mínimo apreender a reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais diante da nova morfologia do trabalho, num contexto de crise do capital e profundo ataque e desmonte contra o trabalho e os direitos.

Sendo assim, “as definições legal e normativa das atribuições e competências profissionais não são suficientes para garantir legitimidade social frente aos/às empregadores/as e, principalmente, na relação com os/ as usuários/as dos serviços sociais” (Raichellis, 2020, p. 12). Deste modo, nos cabe pensar que o reconhecimento de novos espaços, a possibilidade de compor novas equipes e setores, e possivelmente sermos requisitados/as para o desenvolvimento de *novas competências e/ou atribuições*, exige uma reflexão que não pode se resumir ao texto da lei. Pelo menos por duas questões.

Primeiro, as *competências* profissionais previstas na legislação, longe de restringir, oferecem um amplo leque de possibilidades de inserções e frentes de trabalho, conforme nos provocou Raichellis (2020) ‘desde que nos qualifiquemos para isso’.

Segundo, o ponto de partida para avaliar uma nova requisição de atribuição e/ou competência consiste em identificar se há objeto *do Serviço Social*: as expressões da “questão social”. Isto possibilita ampliar atribuições e competências na perspectiva profissional desde que a matéria da profissão seja identificada.

Deste modo, uma vez que a matéria/objeto profissional está em constante transformação na realidade, é possível que novas e velhas demandas se reponham no cotidiano. Cabe a nós

⁹ Para a escrita desse tópico sugerimos a inserção dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993 além dos outros artigos e incisos presentes no mesmo. Bem como destacar a partir do Documento Bandeira de Lutas, quais defesas contidas no mesmo se vinculam ao espaço sócio-ocupacional que trabalho. Por exemplo, se trabalho na política de habitação e/ou urbana, posso inserir: “Defesa do direito à cidade, com posicionamento contrário aos processos de gentrificação provocados pela especulação imobiliária”.

avaliar quais expressões da “questão social” podem ser objetos de respostas profissionais a partir das demandas reais (Iamamoto, 2012).

Essa perspectiva nos exige refletir sobre as competências profissionais de maneira ampla para além do que já está na legislação e definir as novas atividades e objetivos do trabalho em vista do fortalecimento da identidade profissional conforme o projeto ético-político (Iamamoto, 2012). Portanto:

Mais importante do que a disputa pelo monopólio das atividades privativas em si mesmas são **as respostas profissionais às demandas e requisições** do cotidiano institucional, **os conteúdos** e a **direção das atividades** realizadas no âmbito do trabalho coletivo que assistentes sociais, juntamente com outras/os profissionais, realizam *no enfrentamento das expressões da “questão social”*, pela mediação das políticas sociais, em que exercem funções de operacionalização, planejamento e gestão (Raichelis, 2020, p. 12, grifos nossos).

Assim sendo, é importante delimitar o que compete ao Serviço Social no espaço sócio-ocupacional partindo das premissas já indicadas pela legislação (artigos 4º e 5º) e incorporando, desde que coerentes com nossas defesas, o previsto como atribuições e competências na instituição.

Demarcar no projeto as atribuições e competências é uma estratégia para não nos resumirmos ao profissional do “não”, nem ao profissional “faz de tudo”, pois ambas as tendências prejudicam a profissão (Horst, 2023), sendo necessário pensar formas alternativas de responder e enfrentar as requisições indevidas e conservadoras¹⁰.

755

Finalizando...

Ao longo do nosso diálogo recuperamos os fundamentos Históricos e teóricos do Serviço Social demonstrando sua atualidade e a necessidade desses pressupostos para o exercício profissional e a construção do projeto de trabalho. O projeto de trabalho é

[...] um importante instrumento de negociação diante do avanço de requisições indevidas e demandas conservadoras. Trata-se de mais uma estratégia para tensionar o alargamento da autonomia profissional, processo que precisa ser construído cotidianamente ao longo da vida profissional (Horst, 2023, p. 137).

O projeto de trabalho não é um mero instrumento ou um manual. Deve condensar limites e possibilidades, sendo assim, articular os elementos institucionais e os compromissos profissionais. E deve ser um instrumento de constante avaliação. “É fundamental destacar que o projeto de trabalho ganha mais qualidade e peso na instituição quando elaborado de maneira

¹⁰ Vale a pena a leitura e aprofundar o debate com os dois livros publicados pelo CFESS: “Atribuições Privativas do/a assistente social em questão”, volumes 1 (2012) e 2 (2020).

coletiva por assistentes sociais” (Horst, 2023, p. 126), o que não impede as diversas ações isoladas que serão destrinchadas nos projetos de intervenção.

Finalizamos a presente reflexão com uma breve síntese de Guerra (2024, p. 269) que demonstra a urgência em recuperarmos nossos fundamentos, de termos clareza em relação aos limites e possibilidades no cotidiano profissional e do necessário protagonismo profissional na direção do projeto ético-político como possibilidade de experiências mediadas pelo mesmo.

Torna-se, portando, essencial a clareza do profissional na correta caracterização e compreensão dos fundamentos profissionais, dos determinantes histórico-sociais, assim como dos fundamentos teórico-filosóficos, e do protagonismo profissional em relação à definição sobre a formação, sobre os valores éticos que orientam este último particularmente a prática profissional, na produção de conhecimento, na articulação política, institucional ou social, mas também nos processos concretos de prática profissional, para o exato entendimento dos limites das potencialidades, o que permitirá superar as visões tanto fatalistas como messiânicas. Só a clara ponderação dos determinantes histórico, por um lado, e do protagonismo profissional, por outro, permite a superação do fatalismo e do messianismo. Só a correta avaliação dos limites e potencialidades, permite a superação dessas visões limitadas e reducionistas da profissão (Guerra, 2024, p. 269).

Referências bibliográficas

- ABEPSS. *Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.
- BAPTISTA, M. V. *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras Editora, 2015.
- BARROCO, M. L. S. *Ética: Fundamentos Sócio-Históricos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CARDOSO, A. C. S.; PAULA, L. G. P. Fundamentos do serviço social em debate: algumas diferenças de concepção. In: *Anais do 10º Encontro Internacional de Política Social e do 17º Encontro Nacional de Política Social*. v. 1 n. 1. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45665>. Acesso em: 18 set. 2025.
- CARDOSO, P. F. G. *Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Campinas: Papel Social, 2013.
- CFESS. *Recomendações para a elaboração do projeto de intervenção. Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 5. Brasília, UNB, 2001.
- CFESS. *Sou Assistente Social e aqui estão minhas bandeiras de luta*. Brasília, DF. Reimpressão. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha-BandeiradeLutas2019eAcoesEstrategicas2016-Site.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.
- COUTO, B. R. *Formulação de projeto de trabalho profissional. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS, 2009.
- GUERRA, Y. A. D. *Serviço Social Crítico: teoria e prática – uma análise dos fundamentos do serviço social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão*. Campinas: Papel Social, 2024.
- GUERRA, Y. A. dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais, In: HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M. (org.). *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

- GUERRA, Y. A. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V. L.; GUERRA, Y. A. D. (org.). *Projeto Ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- GUERRA, Y. Desafios para o Serviço Social na Seguridade Social: Formação nas Políticas ou Para as Políticas Sociais? In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. *Temas contemporâneos em serviço social: uma análise de seus fundamentos*. 1.ed. Campinas: Papel Social, 2019.
- HORST, C. H. M. O planejamento e a elaboração do projeto de trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M. (org.). *A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, M. V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do/a assistentes social na atualidade. In: CFESS, *Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão*. 1ª edição ampliada, Brasília, 2012.
- IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez. 2014.
- RAICHELIS, R. Atribuições e competências revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS, *Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão*, volume 2. Brasília, 2020.
- REIDEL, T. et al. *Perfil, formação e trabalho dos assistentes sociais no Rio Grande do Sul*. Pesquisa interinstitucional CRESS-RS, UFRGS, PUCRS, 2019.
- REZENDE, J. Z; PAULA, L. G. P. de; SILVA, N. C. O. Fundamentos sócio-históricos e teórico-metodológicos na/para a formação profissional em Serviço Social. In: HORST, Claudio. Henrique. Miranda; SILVA, Diego. Tabosa; CAPUTI, Leslieane; PAULA, Luciana. Gonçalves. Pereira (org.). *Formação Profissional em Serviço Social: diálogos necessários*. Editora UFOP, Ouro Preto, 2025. No prelo.
- TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS (org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. 2009.
- TEIXEIRA, R. J. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS*. 2018. 325 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- VASCONCELOS, A. M. *A/O Assistente Social na Luta de Classes – Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda (org.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

Tecnologias de informação e comunicação e assistência social: inflexões no Serviço Social

Information and communication technologies and social assistance: inflections in Social Work

Vinícius Paulino Lopes da Silva*  

Resumo: O artigo em tela é produto de experiências vivenciadas em meio às diversas lutas dos usuários dos serviços da Política de Assistencial Social (PAS) e de estudos realizados no espaço acadêmico. O trabalho objetiva contribuir no debate crítico sobre a intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelo Estado na PAS, evidenciando suas implicações no âmbito dos direitos sociais e no âmbito profissional no Brasil atual. Além de partir da ideia de tecnologia enquanto originária do labour, o texto privilegia a crítica da apropriação do capital sobre a tecnologia coletivamente produzida. A sintonia entre o materialismo histórico e dialético, a pesquisa bibliográfica e os dados secundários revelam que, tendencialmente, as TICs aparecem no cotidiano enquanto mecanismos sofisticados de expropriação de direitos na medida em que o capital tem intensificado a racionalidade formal abstrata, ofuscando, portanto, a cultura legatária do projeto ético-político.

Palavras-chaves: Intensificação; Tecnologias de informação e comunicação; Trabalho; Assistência social; Projeto ético-político.

Abstract: This article is the product of experiences lived amidst the various struggles of users of Social Welfare Policy (PAS) services and of studies developed in the academic space. The work aims to contribute to the critical debate on the intensification of the use of Information and communication technologies (ICTs) by the State in PAS, highlighting its implications in the scope of social rights and in the scope of professional work in Brazil today. In addition to starting from the idea of technology as originating from labor, this text privileges the critique of the appropriation of capital over collectively produced technology. The harmony between historical and dialectical materialism, bibliographical, and secondary data reveal that, tendentially, ICTs appear in everyday life as sophisticated mechanisms of expropriation of rights to the extent that capital has intensified abstract formal rationality, thus obscuring the legacy culture of the ethical-political project.

Keywords: Intensification; Information and communication technologies; Work; Social assistance; Ethical-political project.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: vinicius.profpaulino@gmail.com

Introdução

O artigo em tela é fruto do acúmulo de experiências vivenciadas junto às lutas travadas pela população usuária dos serviços da Política de Assistência Social (PAS), de aproximações sucessivas com o estudo bibliográfico, de discussões e de reflexões desenvolvidas no âmbito acadêmico. O trabalho tem como objetivo contribuir para o debate crítico sobre a intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelo Estado na PAS, evidenciando suas implicações no âmbito dos direitos sociais e do trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil contemporâneo. O texto contará com a sustentação de três chaves de análises, para além dessa introdução, sem a pretensão de exaurir a temática aqui discutida.

No primeiro ponto, faz-se um esforço de desmistificar a falácia ecoada pelas classes dominantes e pelo senso comum de que a tecnologia tem uma “autonomia própria”. Na rota inversa desse ideário, argumenta-se que os bens tecnológicos têm uma relação histórica com o trabalho, isto, é, a tecnologia expressa o alto grau de desenvolvimento coletivo das forças produtivas (Marx, 2013; Vieira Pinto, 2005).

Privilegia-se o contexto da maquinaria e grande indústria enquanto mediação fulcral para a reprodução ampliada do capital ao tornar todas as dimensões da vida social em potenciais mercadorias (Marx, 2013). De acordo com Marx (2013), nos escritos do Livro I de *O capital*, intitulado “Processo de produção capitalista”, tal período foi marcado pela incorporação da tecnologia pelo capital no chão da fábricas, cuja exploração se dava através da força de trabalho de crianças, jovens, idosos, mulheres etc. no sentido de fazer crescer, por um lado e exponencialmente, a extração de mais valia, o trabalho morto em relação ao trabalho vivo e a valorização desenfreada do valor; e, por outro lado, a materialização da lei geral de acumulação capitalista, isto é, o desemprego estrutural e a precarização da vida social.

No segundo ponto, articulam-se as determinações do movimento mais geral e internacional da reestruturação produtiva neoliberal dos anos 1970 (Alves, 2011; Antunes, 2009; Harvey, 2017) e pós-crise de 2008 (Tonelo, 2021), com o aparecimento das TICs, da inteligência artificial (IA) e das novas/velhas tendências no mundo do trabalho, tais como o *cibertariado* (Huws, 2017) e a *uberização* (Abílio, 2020). Nessa esteira, os ditames impostos pela crise capitalista recente têm forçado velhas/novas formas de exploração e subsunção via TICs no mundo do trabalho e impulsionado a contrarreforma, a mercadorização e a privação dos direitos e serviços sociais públicos no âmbito do Estado. Além disso, no âmbito ideológico, o fio condutor da “pós-modernidade” tem ecoado a falsa concepção de perda da centralidade do trabalho e da unidade de classe no chão das relações sociais e das metanarrativas e tem supervalorizado os signos, a performance individual, a informação e o jogos de linguagem.

No terceiro ponto, destaca-se a intensificação do uso das TICs pelo Estado na PAS e suas inflexões no âmbito dos direitos sociais e no âmbito do trabalho profissional de assistentes sociais na realidade brasileira contemporânea (Boschetti, 2018; Dal Rosso, 2008; Guerra, 2023b; Iamamoto, 2015; Veloso 2006). Assim sendo, nos últimos tempos, o Estado brasileiro tem reforçado o seu caráter racista, machista e conservador frente à questão social ao combinar “modernização” e “atraso”.

Por fim, sem a pretensão de esgotar o debate, tentaremos, nas breves considerações finais, apontar as inflexões do uso das TICs no âmbito dos direitos sociais e no âmbito das dimensões profissionais que atravessam, dialeticamente, a unidade do modo de ser e de existir do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.

Trabalho, tecnologia e valor: uma relação histórica indivorciável

Parte-se do pressuposto de que a tecnologia dispõe de uma relação indivorciável com o trabalho (Vieira Pinto, 2005), sendo este uma categoria histórica fundante do ser social e de todas as suas determinações que, por meio de “[...] sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (Marx, 2013, p. 255). Assim sendo, a tecnologia é produto coletivo do alto grau de desenvolvimento das forças produtivas; em outras palavras, ela “[...] revela o modo de proceder do homem com a natureza, o processo imediato de produção da vida, e, assim, elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que delas decorrem” (Marx, 2004, p. 428).

O ser social na mediação com a natureza e com os instrumentos e técnicas laborais objetiva um fim determinado que o distingue e o faz superar as barreiras com o mundo natural. Por meio do controle de seu sistema cognitivo “autônomo”, da linguagem articulada com os demais indivíduos sociais (sociabilidade) e de sua estrutura corpórea, mulheres e homens que trabalham passam a vislumbrar um campo de possibilidades a partir de escolhas concretas (em situações concretas da existência). Assim sendo, a humanidade cria e atende dialeticamente às suas necessidades e condiciona novas necessidades e novas descobertas, passando a construir, coletivamente, uma nova história.

Sobre a distinção entre o ser social e a natureza, Marx (1985, p. 149-150) nos esclarece:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste já existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente (Marx, 1985, p. 149-150).

Na esteira desse processo, o acúmulo de conhecimentos, capacidades e habilidades próprias da relação fundamental estabelecida entre o trabalho “humano-genérico” e a tecnologia tornam-se dimensões constituintes e constitutivas da dinâmica (re)produtiva das relações sociais em sua totalidade. A relação em questão é objetivada na medida em que, quanto mais o ser social conhece a esfera natural, melhor se aproxima desta, concretiza situações mais complexas até então nunca antes experienciadas, e, portanto, qualitativamente, a domina, resultando num valor de uso¹ (Marx, 2013).

Sob o lastro da sociabilidade burguesa madura, a tendência geral e internacional das relações sociais é caminhar numa outra direção: tornar todas as dimensões objetivas e espirituais da vida social em potenciais mercadorias (valor de troca) (Marx, 2013), incluindo o trabalho, a ciência e a tecnologia (Vieira Pinto, 2005). Tais dimensões são apropriadas pelo capital em relações que se deitam sobre o estranhamento; ou seja, os aparatos tecnológicos produzidos coletivamente pelos sujeitos tornam-se cada vez mais alheios a quem os produz. A partir disso, objetivam-se processos de alienação entre o produtor e o produto do seu trabalho.

Dessa maneira, potencializa-se o projeto de dominação capitalista ancorado na relação antagônica de exploração entre capital² e trabalho³, relação esta que busca preservar a sua (re)produção ampliada, extrair a mais-valia (D’), e, conseqüentemente, supervalorizar o valor a partir de suas leis tendenciais. Trata-se de leis objetivas que são readaptadas a cada momento histórico-conjuntural e são determinadas pelo movimento contraditório da luta de classes por hegemonia.

É no livro *O capital*, particularmente, nos escritos da Seção IV, Capítulo 13, intitulado “Maquinaria e grande indústria”, que Marx (2013) se debruça e identifica, à luz do materialismo histórico e dialético, os momentos originários da apropriação capitalista pela tecnologia no contexto da Revolução Industrial Inglesa do século XVIII.

Segundo o autor, o intuito geral da máquina é “[...] baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo” (Marx, 2013, p. 7). De

¹ Independentemente do modo de produção e sua forma histórica, mulheres e homens que objetivam o trabalho buscam satisfazer as suas necessidades humanas seja de forma direta (meio de subsistência) ou indireta (meio de produção). Assim, “[...] os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (Marx, 2013, p. 46).

² Expressa a classe burguesa enquanto detentora da propriedade privada e dos meios sociais de produção. Foi histórica a consolidação da Revolução Francesa (1789) na medida em que se gestaram as bases para a burguesia revolucionar a forma de produção, superando a antiga relação feudal entre suserania (senhor feudal) e vassalagem (servos da gleba), como também conservar a reprodução social do capital, imprimindo um novo modo de pensar, ser e agir estritamente egoísta.

³ Diz respeito à classe social formada por um conjunto multifacetado de sujeitos explorados pela classe capitalista/burguesa. São despossuídos da propriedade privada, dos meios sociais de produção, e, cotidianamente, vendem a sua força de trabalho em troca de um salário (fruto da mais-valia) para manter sua reprodução social.

acordo com Harvey (2018, p. 111), Marx buscou analisar “[...] algumas das consequências da transformação tecnológica para o lucro e a renda [...]. O seu foco em *O capital* é o papel da tecnologia e da ciência em relação à valorização do capital e à produção de mercadorias”.

Nesse interim, tal apropriação se deu não para aliviar a *classe-que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2009) das exaustivas jornadas laborais nas minas de carvão e nas indústrias; pelo contrário: os objetivos do capital, desde o referido período sócio-histórico, já eram explícitos: intensificar, via maquinário, a exploração e as jornadas de trabalho em nome dos lucros privados; aumentar o trabalho morto; e reduzir significativamente o trabalho vivo (mas não o findando):

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada (Marx, 2013, p. 11).

Diante dessas questões, o filósofo alemão percebera metamorfoses operadas nos processos de trabalho. Os aspectos mais rudimentares da manufatura (trabalho individual, manual, agrícola) já não eram mais suficientes para atender as novas necessidades humanas. Com a implementação da maquinaria pelo capital, “[...] o meio de trabalho é metamorfoseado de ferramenta em máquina ou em que a máquina difere do instrumento manual” (Marx, 2013, p. 7), fazendo aumentar exponencialmente a quantidade de mercadorias produzidas em menos tempo possível. Por isso, com base na crítica da economia política, o que passa a determinar o preço da mercadoria é o tempo de trabalho socialmente necessário ao capital (Marx, 2013).

Através da inserção do maquinário nas indústrias, objetivou-se um salto qualitativo na sociabilidade burguesa até então. Esse salto fez com que Marx (2013) chegasse à seguinte constatação: inevitavelmente, a ferramenta ativa no processo de trabalho seriam mulheres e homens compostos por uma força motriz. Já a maquinaria seria uma força complementar — a exemplo das forças animal, hidráulica, eólica etc. — que diverge da força vital da humanidade.

Nesse sentido, para Marx (2004), a mediação do trabalho (força motriz) com a maquinaria (força complementar) resultou no aumento da intensidade e produtividade do trabalho por dois motivos: 1) porque o maquinário muda substancialmente a interação e a velocidade com que o trabalhador produz as mercadorias a serem vendidas; e 2) porque a maquinaria cooptada pelo capital foi responsável pela divisão social do trabalho, que reorganizou a produção no chão das fábricas e nos demais espaços laborais existentes na sociedade com o fim de explorar, fragmentar e despolitizar as lutas políticas e coletivas de trabalhadores.

Divergindo de Adam Smith, que atribuiu o conceito de valor ao trabalho realizado nas indústrias, e de David Ricardo, que relacionou a teoria do valor ao tempo médio de produção (pautados numa perspectiva conservadora), Marx (2004, p. 375) ressalta que “[...] o trabalho que se objetiva em valor é trabalho de qualidade social média, exteriorização de força de trabalho média”, o que garante que múltiplas mercadorias sejam trocadas. É o trabalho que transfere valor aos meios de produção. O primeiro modifica/transforma o segundo; os meios de produção estacionados não produzem mais-valia, tampouco são “autônomos” (Marx, 2004).

Revela-se, assim, o potencial da tecnologia na seara do capitalismo. Marx (2013) supera os dois primeiros e preocupa-se em apreender como a maquinaria tendencialmente alongava o processo de extração de mais-valia pelos capitalistas. Ao mesmo tempo, o autor reafirmava socialmente o seu compromisso humanístico e vislumbrava, a partir das condições concretas vivenciadas, a superação estrutural do capital, ancorada na emancipação humana da classe trabalhadora em sua diversidade. Sendo assim, é a partir dessa direção teórica e política que nos é permitido apreender o real significado da tecnologia fincada no solo árido dessa sociabilidade.

Com base no legado marxiano, Vieira Pinto (2005) considera que se propagam distintos significados ao conceito de tecnologia. Vejamos: 1) “[...] a tecnologia aparece com o valor fundamental e exato do ‘lógos da técnica’” (Vieira Pinto, 2005, p. 219). Ou seja, a etimologia da palavra “tecnologia” desponta como a teoria e/ou o estudo limitado à técnica, incluindo as profissões; 2) a tecnologia, no vocabulário popular e do senso comum, corresponde à pura técnica. Há uma generalização da expressão de origem americana *know how* para privilegiar o aspecto do meramente “saber fazer” em todas as dimensões da vida societária; 3) a tecnologia é interpretada como o conjunto de todas as técnicas existentes em qualquer fase de desenvolvimento da história humana em que se objetiva desde os grupos sociais mais pretéritos até os grupos sociais que estabelecem suas relações no bojo da sociedade moderna. Tais grupos, nos termos do autor, apresentam um grau potencializado das forças produtivas sob um caráter “genérico” e “global”; e 4) considera-se a tecnologia enquanto “ideologização da técnica”, que necessita de maior atenção e crítica. Nessa dimensão, é possível encontrar as mediações concretas para desmistificar a sua suposta “neutralidade”.

Em referência à técnica, o autor aprofunda:

[...] ao conceitua-lo como a característica de uma ação, e a isso se resume todo o conteúdo do termo “*técne*”, o homem quer exprimir que o ato realiza enquanto mediação, o fim intencional do agente. Revela-se-nos, com isso, a essência da técnica. É a mediação na obtenção de uma finalidade humana consciente. Embora esta se origine e se conserve no pensamento do agente, a mediação que a deve concretizar tem de ser realizada no plano objetivo, no mundo material, pela transformação dos objetos, pela criação de novas

substâncias e coisas, o que só pode acontecer com o emprego dos próprios corpos e das energias dos fenômenos naturais de que o agente previamente se apossou, ao ter formado o universo de representações que os refletem veridicamente (Vieira Pinto, 2005, p. 175-176).

À vista disso, pode-se afirmar que a técnica não é ingênua; ela tem intencionalidade. Logo, está carregada de ideologias. Para pensar o projeto tecnológico, se faz necessário articulá-lo às dimensões concretas e ideológicas que atravessam os projetos societários e projetos profissionais nas arenas de disputa. Nessa seara, por exemplo, é muito banalizado pelo senso comum a difusão do termo “explosão tecnológica”. O referido termo foi criado pela burguesia e suas frações para ser compreendido e discutido nas relações sociais enquanto algo apartado das conexões históricas anteriores, ou seja, uma visão de mundo que está limitada ao campo imediato/singular da aparência, distante das macro determinações que a contém.

Ademais, o foco é direcionado para a superioridade do estágio tecnológico atual como se as máquinas e a técnica delas oriundas adquirissem “vida própria”, sem a interação indivorciável com o trabalho humano. Evoca-se somente o que está presente no aqui e no agora (o presentismo), bastando a tecnologia “em si mesma” para resolver as problemáticas existentes no cotidiano. Com isso, objetivam-se duas faces contraditórias: por um lado, é inegável que esta representa multiplicidades de conhecimentos/saberes produzidos e acumulados coletivamente pela humanidade no seu desenvolvimento sócio-histórico; por outro, a (re)produção particular da consciência dominante faz com que as classes subalternas incorporem o pensamento de que as tecnologias do tempo presente são determinantes para o futuro das próximas gerações.

Segundo Vieira Pinto (2005), enraíza-se o falso discurso de que virão outras “explosões tecnológicas” que serão “inovadoras”, “positivas” e que flertam com o “progresso” e com o “desenvolvimento”. Entretanto, o fio condutor de tal consciência é reproduzir o projeto de classe que se movimenta concretamente numa constante entre “modernização” e “atraso” para a conservação do modo de ser e existir capitalista.

Ao mesmo tempo em que há, na essência desse sociabilidade, a necessidade de mais trabalho para alavancar a produção desenfreada de riquezas, há, também, a preocupação em reforçar o desenvolvimento desigual e combinado das cadeias produtivas ditadas pelos países imperialistas (Fontes, 2010). Nas últimas décadas, essa ofensiva tem se espalhado incansavelmente para todos os países do mundo, assegurando a hegemonia do capital e refletindo, de forma mais intensa, nos países periféricos e dependentes, a exemplo de alguns países da América Latina (Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador, Honduras, Peru, Nicarágua, etc.), da África e do Caribe.

Esses países são historicamente marcados pela superexploração da força de trabalho, pelo racismo estrutural, pelas jornadas de trabalho aviltantes, pelos empregos informais, pela desvalorização dos salários, pelo precário sistema de proteção social e pela condição de simples exportadores de matérias primas (Marini, 1977). Tais tendências resultam em drásticas condições de subsistência desses trabalhadores e suas famílias na medida em que agudiza-se as múltiplas expressões da “questão social” (desemprego estrutural, fome, miséria etc.).

Sob essa lógica, “[...] aos países subdesenvolvidos só resta o recurso de se incorporarem à era tecnológica na qualidade de séquito passivo em marcha lenta, consumidores das produções que lhe vem do alto, imitadores e no máximo fabricantes do já sabido” (Vieira Pinto, 2005, p. 44). Por isso:

Temos de denunciar o lado secreto, maligno do endeusamento da tecnologia, aquele que visa unicamente a fortalecer ideologicamente os interesses dos criadores do saber atual, a fim de conservá-lo no papel de instrumento de domínio e espoliação econômica da maior parte da humanidade, levada a trabalhar para as camadas mais altas dos povos senhoriais sob a falsa e emoliente impressão de estar participando na única forma em que lhe é possível, da promoção do progresso em nosso tempo (Vieira Pinto, 2005, p. 44).

Crise do capital, mundo do trabalho e TICs

Partilha-se das reflexões teóricas e políticas de que a crise capitalista é expressão fenomênica de seu “sistema socio-metabólico”. Em outras palavras, ela não se reproduz sem momentos de crescimentos e instabilidades, atravessando a base material da existência humana, a ideologia, as artes, a cultura, o movimento entre as classes sociais, suas frações e a relação dessas com o Estado burguês, afetando a totalidade da sociabilidade (Mészáros, 2011). Articulando produção e reprodução social, o referido autor afirma que a crise iniciada nos anos 1970 é essencialmente estrutural porque: 1) tem um intrínseco caráter universalizante que compromete todas as esferas produtivas; 2) sua expansão é cada vez mais global, perpassando os diversos países existentes; 3) apresenta uma escala de tempo extensa, continua e permanente que diverge das crises cíclicas anteriores; e 4) é marcada por inúmeros colapsos, convulsões, abundâncias e escassez no futuro (Mészáros, 2011).

Nessa ótica, a raiz da crise estava na rigidez fordista⁴. O fordismo criou “[...] uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista, populista” (Harvey, 2017,

⁴ No termo gramsciano, o *americanismo fordismo* surgiu em 1914, cujo principal representante foi Henry Ford, quando criou a linha de montagem automobilística nos Estados Unidos da América (EUA). O fordismo tinha como base a produção de caráter rígida em massa, o consumo exacerbado, a capacidade do trabalhador em conhecer a totalidade do processo produtivo, as atividades laborais repetitivas e a extensa esteira produtiva.

p. 125). Exemplo disso é o filme *Tempos modernos*, protagonizado por Charles Chaplin, que expressa a interação desumana entre o trabalhador e a linha de montagem a partir de movimentos repetitivos. Essa realidade é síntese histórica da relação universal de estranhamento objetivada entre capital e trabalho na sociedade.

Em consequência a isso, a mediação utilizada pelo capitalismo para responder à sua instabilidade foi a reestruturação produtiva de lógica flexível toyotista, cujo fio condutor é a redução de custos para a manutenção da valorização do valor. Essa lógica acarretou mudanças no campo da produção, do Estado e da ideologia: no âmbito do trabalho, por exemplo, aparecem relações intermitentes, polivalentes, precarizadas, informais e terceirizadas, em que se valorizou o trabalho morto em relação ao trabalho vivo com a inserção de novas tecnologias — círculos de controle de qualidade⁵ (CCQs), o Kanban e outras formas de controle e gestão.

Segundo Antunes (2009), o sistema toyotista⁶ de produção apresenta as seguintes particularidades em relação ao fordismo: 1) o foco da produção passa a ser regulado por demanda do mercado individual na qual prioriza-se um estoque mínimo; 2) no modelo flexível, a produção de mercadorias são cada vez mais heterogêneas, sofisticadas e com força de trabalho diversa na qual o trabalhador torna-se um operador de máquinas para expandir desenfreadamente a produção, modificando as relações de trabalho; 3) a defesa do “trabalho em equipe”, integração entre os colaboradores e a multiplicidade de funções a realizar, cuja consequência é a fragmentação da produção (polivalência); 4) incentivo do sistema *just-in-time*, ou seja, a busca do melhor “aproveitamento” do trabalhador em sua jornada de trabalho (a realização de mais-trabalho em menos tempo possível, por demanda); e 5) a produção é horizontalizada, fragmentada, flexível e descentralizada e as empresas tornam-se “enxutas” e prestadoras de serviços, fomentando a terceirização, a privatização e a concorrência intercapitalista.

No âmbito do Estado, tem-se o revigoração das “contrarreformas”, cujas políticas sociais assumem tendências focalizadas, paternalistas, gera “gastos” para a coisa pública e são mercantilizadas, pulverizadas e limitadas aos programas de transferência de renda, priorizando o fundo público para o pagamento da dívida externa. Esse cenário aprofunda a retirada de direitos sociais e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora (Behring, 2003).

⁵ Na utilização dos CCQs, criam-se grupos de trabalhadores que passam a ser regulados, controlados e avaliados pela sua capacidade individual de desempenho e qualidade dos serviços prestados no processo laboral (Antunes, 2009).

⁶ O que também demarca a lógica toyotista de produção é a captura da subjetividade do trabalhador. Criou-se o banco de horas, jornadas e dias extras de trabalho e as folgas reduzidas. Em síntese, é um espaço no qual se materializa a subsunção real do trabalhador ao capital, se expropria o seu saber e se intensifica a extração de mais-valor relativo via inserção de novas tecnologias na produção (Alves, 2011).

No âmbito ideológico, por sua vez, o capital, em sua face neoliberal, tem incentivado a perspectiva “pós-moderna” (Lyotard, 2009), que se ancora na negação das metanarrativas e deslegitima a centralidade do trabalho, suas lutas nas relações sociais e o materialismo histórico e dialético. Nesse âmbito, o que vale são os signos, a comunicação, a informação, o micro — e não o macro —, o presentismo e a falácia do “*fim*” da *história* (Fukuyama, 1992). Tais valores têm revigorado a ofensiva decadente do projeto burguês, objetivando uma *nova razão do mundo* (Dardot; Laval, 2016).

Por sua vez e de forma ampliada, Harvey (2017) utiliza o conceito de *acumulação flexível* para expressar a superação do regime fordista através de amplo processo de transformações nos diversos âmbitos da vida societária no bojo do capitalismo global a partir dos anos 1970. O autor sustenta ter havido um novo movimento de “compressão do espaço-tempo”, modificando as relações sociais com a abertura de novos mercados, a criação de novos estilos e modos de ser e o aparecimento do setor de serviços (imagens, a moda, as transações financeiras), cujo objetivo é a necessidade constante de flexibilizar os processos de trabalho e fragmentar os sindicatos, os movimentos sociais progressistas e a vida cotidiana.

O conjunto dessas transformações societárias tem provocado o acirramento da luta de classes em escala global que atravessou os anos 1980, 1990, 2000, e, no contexto pós-crise de 2008, essas transformações nos levam a refletir criticamente sobre a possibilidade de que “[...] vivemos uma nova fase de reestruturação do capital das condições de trabalho e produção, superando (dialeticamente) o fordismo, o toyotismo e alguns aspectos da acumulação flexível” (Tonelo, 2021, p. 158), mas não encerrando esta última. A também chamada crise dos *subprimes*⁷ foi notada: 1) pelos planos de austeridade fiscal entre os anos (2009-2010) para manter a reprodução ampliada do capital; 2) pela histórica questão da imigração; 3) pela função da guerra comercial, os conflitos ideológicos e geopolíticos, afetando a divisão internacional do trabalho; e 4) pela inserção de novas TICs, a robotização e a IA.

É nesse lastro histórico neoliberal que emerge na realidade a Indústria 4.0⁸ (ou Quarta Revolução Industrial), marcada pelo *capitalismo de plataforma* (Srnicek, 2014)⁹, pela expansão

⁷ Foram as hipotecas/empréstimos imobiliários concedidos, majoritariamente, pelo Banco Lehman Brothers e pelo Bank of América à classe trabalhadora nos Estados Unidos. O não pagamento desses empréstimos motivou o *boom* da crise capitalista, que, por sua vez, refletiu em todas as esferas da vida social em escala mundial (Tonelo, 2021).

⁸ A indústria 4.0 teve a sua criação no ano de 2011 em Hannover, na Alemanha. O seu intuito inicialmente era pensar como revolucionar a organização, gestão e desenvolvimento das cadeias globais de valor a exemplo da criação das “fábricas inteligentes” e automatizadas, com produtos e serviços personalizados, além de criar novos modelos operacionais para diminuir custos (Schwab, 2018).

⁹ Termo utilizado para expressar modalidades de trabalho e serviços mediadas pelo uso das TICs na atualidade e dinamizar os lucros capitalistas, a exemplo das empresas-aplicativos (Ifood, Happie, 99 Food, Uber, UberEats) produtos da reestruturação produtiva neoliberal no contexto pós-crise de 2008 (Antunes, 2022; Srnicek, 2014).

da *gyg economy* (economia de bico), pelo domínio de algoritmos, pelo ChatGPT, pelos carros elétricos e celulares cada vez mais arrojados com reconhecimento facial e vocal, pela internet das coisas, pelo 5G, pela *uberização*¹⁰ (Abílio, 2020) e pelas plataformas digitais — Apple Music, Amazon, Canva, Deezer, Facebook, Google Play, Instagram, Netflix, Spotify, Tidal, Twitter, Youtube etc.

Tais aspectos até então nunca foram vistos antes pela humanidade. Diante desse salto qualitativo, é importante destacar que “[...] o que torna a 4ª Revolução Industrial fundamentalmente diferente das anteriores é a fusão dessas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos” (Schwab, 2018, p. 20-21). A tendência do capitalismo contemporâneo é “[...] a utilização de novas TICs com a emergência das ‘economias de plataforma’ como forma de debilitar decisivamente qualquer elemento de estabilidade laboral” (Tonelo, 2021, p. 154).

Segundo Huws (2017), as relações de trabalho em tempos de crise atual contribuem para a formação de um *cibertariado* (trabalhadores que vendem a sua força de trabalho mediada pelo digital) num mundo real, permeado por relações concretas, espirituais e por conflitos de classes, que, por sua vez, avolumam “[...] uma oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros” (Marx, 2013, p. 275). Por isso, reitera-se que, mesmo em tempos de plataformas, algoritmos e IA, o capital não sobrevive sem a interferência vital do trabalho humano. É o trabalho que produz a tecnologia, e não o oposto.

Enquanto Tonelo (2021) e Huws (2017) trazem a discussão das TICs articulada ao mundo do trabalho e às plataformas digitais, Castells (2020, p. 87)¹¹ caracteriza as TICs¹² como “[...] um conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e

¹⁰ Tendência em curso de generalização das relações de trabalho que compõe diversos setores da economia, níveis de ocupações, qualificação e renda, que ganhou notoriedade social com a empresa Uber. O termo *uberização* refere-se às questões que não envolvem somente o nome da tal empresa. Em síntese, materializa-se uma nova forma de controle/subordinação, gerenciamento e organização das relações de trabalho, o que diz respeito à regulação do Estado na perspectiva de retirada de direitos trabalhistas, na “flexibilização” do trabalho para explorar de forma intensa as/os trabalhadoras/es e na banalização de transferência de custos e riscos do trabalho ao trabalhador. As empresas-aplicativos se autointitulam como mediadoras de serviços que detêm os aparatos tecnológicos no sentido de burlar a legislação protetora do trabalho (gerenciamento algorítmico do trabalho), (re)produzindo um vasto número de trabalhadores disponíveis para a exploração e atendendo às demandas das plataformas (*just-in-time*) (Abílio, 2020).

¹¹ O autor preocupou-se em estudar as transformações da cultura na era da informação relacionada ao hipertexto, dando continuidade aos estudos que lhe antecederam, a exemplo dos estudos de Vannevar Bush, Ted Nelson, William Gibson.

¹² Pierre Lévy (2010), na sua obra intitulada *As tecnologias da inteligência*, foca a discussão no “fetichismo” das TICs a partir do conceito de hipertexto. Para Lévy (2010, p. 20), o hipertexto “[...] é um conjunto de nós ligados por conexões, [sendo que os] nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos”.

hardware), telecomunicações/rádiodifusão [...], a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicações”.

Na perspectiva de Antônio Casili (2021), para apreender criticamente as plataformas digitais como mecanismos que alavancam a reprodução ampliada do capital, são necessários alguns conceitos centrais, a saber: o *valor qualificação*; o *valor de monetização*; e o *valor de automação*. O primeiro trata do funcionamento das plataformas por meio das quais operam os diversos algoritmos. Na empresa Uber, por exemplo, os algoritmos trabalham na mensuração dos valores das viagens e serviços nas rotas mais próximas entre motoristas e passageiros; já nas redes sociais, o algoritmo *ad rank* trabalha no acesso, classificação e bloqueio das informações no *feed* (imagens, mensagens, vídeos, propagandas, etc.).

O segundo conceito diz respeito à quantidade gigantesca de dados que os seres humanos produzem, dados estes que são apropriados e transformados em “valor monetário”/“fluxo monetário” — nos termos do autor — para o capital. O terceiro conceito, por sua vez, diz respeito ao modo com que as plataformas expandem a “inovação” e “direção para o futuro” via algoritmos ao criar e performar, por meio de IA, novas ferramentas para estimular a concorrência entre usuários (trabalhadores) e os grandes conglomerados tecnológicos (detentores do capital) (Casili, 2021).

Diante do exposto, é nesse chão árido, desigual e de disputas entre distintos projetos societários e tecnológicos, de plataformização, informalidade, desemprego, precarização do trabalho e da vida social que a classe trabalhadora vem, por meio de articulações, lutas coletivas e movimentos sociais, pautando melhores condições de subsistência, exigindo publicamente o reconhecimento e respostas do Estado frente às expressões da “questão social”. Portanto, o Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento inserida na divisão sociotécnica, étnico/racial, sexual e geracional do trabalho está no bojo do movimento da realidade, vivenciando, na contemporaneidade, as inflexões das TICs nas políticas sociais e nos direitos sociais em que atua conforme trataremos no ponto a seguir.

A intensificação do uso das TICs na PAS: implicações nos direitos sociais e no trabalho de assistentes sociais no Brasil contemporâneo

Na particularidade da realidade brasileira, o Estado, sobre os preceitos neoliberais e de acumulação flexível (conforme discutiu-se na seção anterior), começou a implementar as TICs tardiamente a partir dos anos 1990. Assim, essas tecnologias são injetadas na burocracia dos serviços públicos (e também privados) através da Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev), criada nos anos 1970. Em seguida, o mesmo ocorreu na política

de saúde via Departamento de Informática do SUS (DataSUS). Na Assistência Social, as TICs foram implantadas no Sistema Único de Assistência Social (Suas), vinculado à base de dados do Sistema do Cadastro Único (CadÚnico), do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) dentre outros, atravessando os anos 2000¹³ (Santos, 2019).

No contexto de crise pandêmica da covid-19, o país foi orquestrado por um (des)governo, entreguista, ultraconservador, ultraneoliberal, de extrema-direita, machista, racista e xenofóbico que negou a ciência e atrasou a compra de vacinas. A partir das frases como “é só uma gripezinha!” e “e daí, eu não sou coveiro!”, verbalizadas pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, além da frase “passar a boiada!” dita pelo ex-ministro do meio ambiente Ricardo Salles, sintetizou-se o passado recente de nossa formação social em que o poder da burguesia mescla “modernização” e “atraso”, exalando seu ódio de classe contra os pobres e tomando decisões “pelo alto” de forma autoritária, travando qualquer participação democrática e popular (Fernandes, 1975).

Resultado da crise estrutural, o *capitalismo pandêmico*, nos termos de Antunes (2022), foi drástico: soou como uma espécie de laboratório para intensificar os processos de exploração contra a classe-que-vive-do-trabalho, e, por meio dele, presenciou-se a agudização das históricas expressões da “questão social” (o desemprego estrutural, a fome, a miséria, as violências, a precarização e a informalidade do trabalho etc.) e da concentração de renda, além das milhares de vidas politicamente ceifadas¹⁴.

Nesse contexto, a PAS, por um lado, foi reconhecida pelo Estado e pela sociedade civil enquanto um serviço essencial; porém, por outro lado, as condições necessárias para o seu qualitativo funcionamento não foram realizadas. O auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00, por exemplo, foi visto pelo governo como uma “benesse” de ajuda aos pobres e necessitados e

¹³ Nos últimos anos, as TICs vem sendo legitimadas pelo Estado a partir de uma série de leis e decretos, a saber: Lei nº 12. 682, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos; o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital; o Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019, que institui o portal único “gov.br” e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal; o Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019, que institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas; a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021; e mais recentemente, os aplicativos Meu INSS, SouGov, Bolsa Família, dentre outros sistemas digitais (Governo [...], 2024).

¹⁴ Um dos primeiros casos de morte causado pelo vírus da covid-19 no Brasil ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de março 2020. A vítima, uma trabalhadora doméstica, idosa, negra, periférica, foi contaminada pelos padrões brancos que moravam na Zona Sul da cidade. Tal realidade é produto da estrutura patriarcal-racista-capitalista que determina as condições de trabalho (divisão social, racial e sexual), de vida e morte da população negra em nosso país (Cisne; Santos, 2018). Até a manhã do dia 26 de fevereiro de 2020, em todo o mundo haviam sido confirmados 18.570.858 caso de covid-19. Em relação ao número de mortes, até a referida data, 156.839 haviam sido confirmadas nos Estados Unidos e 95.819 no Brasil (Johns Hopkins University, 2020).

como uma medida de reforço à filantropia, por meio da qual se excluiu o antecessor Programa Bolsa Família (PBF).

Numa perspectiva de totalidade histórica, o auxílio emergencial surgiu enquanto produto das lutas sociais, de movimentos sociais progressistas, do debate acadêmico, dos usuários da PAS e da correlação de forças entre os partidos políticos de oposição para fazer valer o projeto de renda básica no país. Essa medida foi instituída e implementada em caráter de urgência a partir da Lei nº 13.982/2020, de 2 de abril de 2020 (Brasil, 2020).

A alternativa encontrada pelo Estado para o benefício foi a mediação do uso das TICs. Tal medida excluiu digitalmente do benefício uma parcela significativa dos usuários, tais como desempregados, desalentados, informais, pessoas sem acesso à renda e mães solo. Dizia o Artigo 5, Inciso 1º da referida lei, que “[...] a plataforma digital poderá ser utilizada para o acompanhamento da elegibilidade ao auxílio emergencial por todos os trabalhadores” (Brasil, 2020, art. 5, inc. I).

Essa concepção balizava as desigualdades e o uso das TICs era visto como uma forma de “superação da pobreza”. A partir disso, percebe-se o foco no mérito individual e acredita-se na tecnologia como responsável pelo bem-estar social e pelo avanço nacional, desarticulando as determinações e contradições dos projetos societários e tecnológicos em disputa.

É importante salientar que não houve sequer prioridade do Ministério da cidadania para gerir as condições de vulnerabilidade social. O (des)governo deu aval exclusivo para as decisões autoritárias do Ministério da Economia, representado pelo ex-ministro Paulo Guedes (Chicago boy), seguindo o plano de cortes de gastos desde a PEC nº 95, aprovada no ano de 2016, que congelou por 20 anos o investimento nas políticas de seguridade social.

Na realidade, trabalhamos com a possibilidade de que o auxílio emergencial/Auxílio Brasil (e demais aplicativos utilizados nas políticas sociais), mediado pelo uso das TICs, apareceu na realidade enquanto mecanismos sofisticados de expropriações¹⁵ contemporâneas de direitos sociais. Segundo Boschetti (2018), a partir dos escritos de Marx (2013), as expropriações contemporâneas são concebidas como o momento predominante em que o capital submete a classe trabalhadora à lei geral de acumulação, corroendo todas as condições de trabalho e existência humana. A autora também nos elucida questões para pensar na atualidade o projeto “competente” do Estado brasileiro para a inserção da Assistência Social no circuito

¹⁵ Classicamente tratada por Marx (2013) em *O capital*, mais especificamente no capítulo 24 intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”. Trata-se de um contexto histórico marcado pela violência, por cerceamentos, por saques dos bens da Igreja Católica e pela expulsão dos servos das terras feudais, transformando-os em trabalhadores assalariados e reféns da propriedade privada. Em síntese, nesse período, objetivou-se a separação entre trabalhadores e os meios de produção.

de reprodução ampliada da financeirização do capital, que impôs “goela abaixo” aos usuários a abertura de contas digitais via aplicativo Caixa Tem, desconsiderando as determinações sociais, econômicas, educacionais, sanitárias e culturais da população mais pauperizada (Boschetti, 2018).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no quarto trimestre de 2019 mostraram que, na conjuntura que a Sars-CoV-2 chegou ao Brasil, cerca de 12,6 milhões de domicílios não utilizavam a internet (IBGE, 2020). As motivações para o não uso eram duas: 26,2% afirmavam que o acesso era caro e 25,7% disseram que nenhum morador sabia manusear o uso de internet e tecnologias (IBGE, 2020). Ainda segundo a PNAD, no último trimestre de 2019, somente 40,6% dos domicílios entrevistados tinham computador, 44,8% tinham *tablet* e mais de 90% tinham celular móvel (IBGE, 2020). A partir desses dados, as famílias que possuíam esses recursos tecnológicos tinham uma renda acima de R\$1.000,00 e as famílias que não tinham celular o rendimento foi de R\$557,00 (IBGE, 2020). Ou seja, foram essas últimas famílias – as mais pauperizadas – as que sofreram os maiores impactos na pandemia, junto ao avanço predatório das expropriações atuais do capital.

A Controladoria Geral da União (CGU) verificou inconsistências na análise dos cadastros para o requerimento do auxílio emergencial. Segundo a CGU (2022), a análise era realizada por robôs e comandadas por IA, que realizava o cruzamento do banco de dados do Governo Federal. A partir de estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), identificou-se que 23% das classes D e E, ou seja, as mais pauperizadas da classe trabalhadora, não conseguiram acessar o auxílio emergencial por questões limitadas de acesso à internet (FGV, 2021). Além disso, 28% desses sujeitos não acessaram o aplicativo (APP), 18% não sabia baixar o app, 22% apresentavam dificuldades de internet e 22% não tinha celular (FGV, 2021).

A PAS, fruto das lutas e movimentos sociais pós-Constituição Federal de 1988, compondo o tripé da seguridade social ao lado da política de saúde e da Previdência Social, foi refém da ganância dos bancos. O Estado se eximiu para os bancos atuarem na criação, gestão e implementação da transferência de renda, e, com isso, objetivou-se a transição da esfera da política pública e dever do Estado (direito) para a esfera dos serviços via acesso restrito as plataformas digitais, os algoritmos e o mercado “[...] ao restringir o uso do fundo público para as políticas sociais e sistemas de seguridade social. O que determina estas formas de expropriação contemporânea é a reprodução ampliada do capital em larga escala” (Boschetti, 2018, p. 159).

No ano de 2023, o rendimento dos domicílios que tinham acesso a serviços de *streaming*¹⁶ de vídeo foi de R\$ 2.731,00, valor que representa quase o dobro das famílias que recebem R\$1.245,00 em relação a tal serviço. As famílias que têm acesso aos canais fechados de televisão via internet tinham o rendimento médio de R\$ 3.603,00 (IBGE, 2024).

Em relação à existência de microcomputador ou *tablet* nos domicílios, a pesquisa da PNAD evidenciou que, do ano de 2016 ao ano de 2023, houve uma pequena queda. No ano de 2015, o percentual era de 45,9%. Anos mais tarde, em 2022, o percentual foi de 40,2% e 39,0% no ano posterior (IBGE, 2024). Segundo a referida pesquisa, o acesso ao *tablet* por essas famílias acaba sendo de maior facilidade em relação ao microcomputador pelo fato de este ser um equipamento mais caro e não acompanhar o orçamento familiar (IBGE, 2024). Além disso, a pesquisa trata das disparidades regionais no que diz respeito aos equipamentos tecnológicos entre o âmbito urbano e o âmbito rural (IBGE, 2024).

Ainda no ano de 2023, a ausência de telefone fixo manteve-se elevada nas regiões Nordeste (5,25%) e Norte (3,8%), enquanto que, nas demais regiões do Brasil, o percentual não passou de 2% (IBGE, 2024). Já o acesso a telefone móvel celular tem apresentado aumento desde o ano de 2016 — 93,1% — havendo estabilidade apenas nos anos de 2022 (96,6%) e 2023 (96,7%). Nesse mesmo período, o percentual de acesso ao celular foi significativamente maior: 91,2% em 2022 e 97,5% em 2023; e o telefone fixo teve como percentuais 2,8% em 2022 e 10,5% no ano de 2023 (IBGE, 2024).

Diante da realidade apresentada, é perceptível que o acesso restrito à renda pela classe trabalhadora aparece no chão do cotidiano como uma das principais determinações do processo de reprodução de desigualdades, dada a pequena parcela de trabalhadores que tem as condições objetivas para o usufruto das plataformas e dos equipamentos tecnológicos cada vez mais socialmente produzidos. Aliado a isso, a mediação política e ideológica do Estado neoliberal influencia diretamente no processo de como a tecnologia, os serviços, os programas e benefícios sociais acoplados nessas plataformas digitais irão chegar (ou não) a viabilizar os direitos da população usuária das diversas políticas sociais.

Dentre essas políticas, tem-se a PAS, que, majoritariamente, trabalha com menos orçamento público com a população usuária que é racializada e composta por mulheres de periferia que vivenciam o cotidiano da informalidade do trabalho, da fome e do analfabetismo,

¹⁶ O *streaming* diz respeito à transmissão de dados (áudio, imagens, vídeos etc.) mediada pelo uso da internet sem necessariamente fazer o *download* do conteúdo. Em outras palavras, trata-se da reprodução *on-line* de um produto (filme, série, telenovela etc.) que é encaminhado em tempo real ao dispositivo que está sendo transmitido (celular, *notebook*, *tablet*, Ipad etc.) Netflix, Spotify, Prime Video, HBO Max, Apple TV e outras plataformas são exemplos dessas transmissões.

além de terem o universo tecnológico muito distante da vida social — ou seja, a classe social historicamente expropriada de direitos, e, portanto, os mais pauperizados da sociedade. Assim, há, por um lado, a intencionalidade política de metabolizar sem pudores via tecnologia a expropriação de direitos e da vida social dos mais pobres; e, por outro, o anseio de fazer crescer a centralização e a concentração dos lucros das empresas detentoras dos meios tecnológicos de produção capitalista em nossos tempos.

Em virtude disso, a relação TICs e expropriação contemporânea na PAS revela um novo/velho “[...] processo de subtração de condições históricas de reprodução da força de trabalho mediadas pelo Estado [...] por meio da reapropriação, pelo capital, de parte do fundo público” (Boschetti, 2018, p. 158). Essa reapropriação, vale ressaltar, é fruto do trabalho social da classe trabalhadora e passa a ser autoritariamente imposta pelo Estado brasileiro, destinado ao pagamento dos juros da dívida pública, em especial do capital imperialista norte-americano.

Tais adaptações e disputas tecnológicas vem contraditoriamente afetando a totalidade das inúmeras profissões e dos seus processos de trabalho — dentre essas, o Serviço Social, que atua no enfrentamento às expressões da “questão social” no chão das políticas sociais. Na PAS, as/os assistentes sociais historicamente “[...] são consideradas[os] agentes públicos [...] que concretizam atenções e cuidados para superar desproteções sociais e garantir direitos de cidadania” (Sposati, 2021, p. 251).

Desde o contexto pós-crise de 2008, e, em seguida, a crise pandêmica de covid-19, o capital financeiro reavivou, de forma intensa, a *nova morfologia do trabalho no Serviço Social* (Raichelis; Arregui, 2021), intensificando as nossas relações de trabalho e a vida social através do *home office*. O teletrabalho, inclusive, direcionou os custos do trabalho para os trabalhadores, a exemplo das compras de equipamentos tecnológicos, da internet *wi-fi*, pacotes de dados moveis, smartphones, fones de ouvido, *webcam* e *ring light* (luz do anel) para a realização de reuniões e atendimentos com os usuários via plataforma Google Meet, Zoom, Lives, dentre outras plataformas¹⁷. Intensificar o trabalho sempre fez parte do projeto de lucratividade burguês.

A partir do conceito de intensidade, a relação capital, trabalho e TICs, o contexto de isolamento social impôs à categoria (e ao conjunto de trabalhadores inseridos na divisão social, técnica, étnico/racial, sexual, geracional e territorial do trabalho) tanto um esforço corporal quanto da “[...] acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos

¹⁷ Destaca-se que o contexto pandêmico exacerbou as desigualdades estruturais e digitais. Nem todos os usuários tinha condições econômicas para acesso aos bens tecnológicos, tais como internet *wi-fi*, pacotes de dados moveis 4G ou 5G, tampouco letramento digital para manusear celulares, computadores etc.

através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização” (Dal Rosso, 2008, p. 21). No âmago dessas tendências, a intensificação do uso das TICs está objetiva e subjetivamente contido nos valores e interesses de classe baseados na reificação e na reprodução da “razão formal abstrata”, que, tendencialmente, recai em respostas profissionais burocráticas, limitadas às rotinas institucional, pragmáticas e conservadoras que reiteram a ordem burguesa, controlam e intensificam o ritmo, as formas de contratação, a produtividade e o tempo do trabalho de assistentes sociais na contemporaneidade.

Com isso, corroe-se por dentro os legados da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), dos conselhos e conferências municipais, estaduais e federais de Assistência Social — espaços de ricos debates públicos e fortalecimento dos serviços —, dos programas e benefícios sociais (cestas básicas, auxílio funeral, auxílio enxoval etc.), do CadÚnico, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), do Acesso ao Trabalho, do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), sendo esses equipamentos essenciais para a socialização de informações e direitos sociais.

Por um lado, percebe-se a coalisão entre a racionalidade mecanizada dos algoritmos, da indústria 4.0 e das plataformas digitais na atualidade, que busca, cotidianamente, quantificar dados e prometer respostas prontas, acabadas e esvaziadas de mediações. O processo em questão tem interferido nos fundamentos da relativa autonomia (Iamamoto, 2015) e no sigilo profissional, atingindo o núcleo das atribuições privativas e competências e aprofundando a subsunção do saber ao capital e do revigoramento de práticas punitivistas, acríticas e fatalistas. Desta maneira:

O que é certo é que as alterações substantivas nas requisições e uso de tecnologias e plataformas digitais, orientadas por algoritmos, estabelecem o controle e gerenciamento sobre as trabalhadoras assistentes sociais, extraíndo-lhes sobretrabalho e conduzindo suas ações a determinados resultados antecipadamente programados a partir de cálculo racional. Chamamos a atenção sobre a racionalidade do algoritmo ou “a receita”, que através do passo a passo, produz uma determinada resposta ao problema apresentado, impondo uma tomada de decisão automatizada (Guerra, 2023b, p. 12).

Por outro lado, tem-se o direcionamento social e estratégico contido nas reservas de forças legatária do projeto ético-político (desde a “virada” de 1979) que se articula entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, cuja finalidade é a materialização de respostas críticas, propositivas, qualificadas e teleologicamente orientadas típicas da instrumentalidade profissional.

Sobre a dimensão teórico-metodológica, a palavra “fundamento” origina-se do latim *fundamentum*, cujo o significado é “princípio sobre o qual se apoia e se desenvolve uma coisa” (Guerra, 2023a, p. 45), podendo ser sinônimo de “base”, “pilastra” e/ou “fundação”. Em outras palavras, “fundamento” diz respeito à forma de ser, à explicação de algo. A partir desse entendimento, tal dimensão se particulariza pelos fundamentos histórico-ontológicos que explicam o movimento de gênese e (re)produção da sociabilidade e da profissão na captura da totalidade, das contradições, das macrodeterminações para além da aparência reificadora da realidade.

Trata-se da fundamentação adotada pela profissão e pela profissional que lhes permite apreender a realidade social e nela a profissão. Nessa concepção também se considera os fundamentos ideo-políticos — aos quais subjazem determinadas concepções de homem e mundo, priorizam determinados valores e afirmam determinado projeto de sociedade e de profissão (Guerra, 2023a, p. 45).

Os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social são produtos de uma extensa luta histórica da categoria profissional e da classe trabalhadora no seio do Movimento de Reconceituação Latino-americano. Este, por sua vez, ultrapassa as perspectivas caritativas, positivistas e fenomenológicas típicas da reprodução da ordem capitalista e se coaduna com um determinada apreensão/forma político-crítica de ser na sociedade e no mundo, de concepção de Estado, de cultura, de política social, de ideologia e de valores que reafirmam um novo projeto de sociedade e de profissão.

A dimensão ético-política, por sua vez, é o campo em que se manifesta politicamente o direcionamento social e estratégico da profissão acumulados historicamente, que advoga contra a neutralidade, a reprodução de conservadorismos e expressões de dominação/opressão e exploração de raça/etnia, classe, gênero, território e geração, que por sua vez, extrapola os marcos jurídicos-legais, a exemplo, do Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação nº 8.662/1993. Trata de finalidade profissional — o “para que fazer”?

Essa direção tem chão nos fundamentos ontológicos que possibilitam “[...] a elevação aos valores humano-genéricos, mas sua necessária abstração teórica não a isola da *práxis*” (Barroco, 2001, p. 55) contra concepções e ações moralistas e moralizantes da vida social. A concepção de liberdade é o nosso valor ético central.

O conceito em questão se pauta na possibilidade de escolhas concretas entre condições concretas de existência e não a liberdade, fadada ao direito de manutenção da propriedade privada burguesa. Além disso, defende a bandeira da democracia articulada ao pluralismo de ideias e da emancipação humana. Em sintonia com tais princípios, o conjunto composto pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pelos conselhos regionais de Serviço Social

(Cress), pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) representa as entidades representativas da categoria profissional que se posicionam e são criticamente comprometidas com a formação e com o exercício profissional.

Por fim, tem-se a dimensão técnico-operativa¹⁸, que é a forma com que a profissão aparece no campo singular da aparência em que se disputam as políticas sociais, o Estado e a população usuária dos serviços sociais públicos e privados existentes por direitos. É nessa seara que “[...] emana a imagem social da profissão e sua autoimagem” (Guerra, 2012, p. 40).

A partir dessa concepção, materializa-se a síntese do exercício profissional para intervir no emaranhado do cotidiano marcado pelo fragmento, pela parcialidade, pela tentativa de “neutralidade”. Entretanto, visamos “[...] o nosso trabalho como resultado de uma totalidade que engloba diversos elementos” (Paula, 2023, p. 85) que atravessam as múltiplas determinações da vida em sociedade.

Na perspectiva de Santos, Filho e Backx (2012, p. 19):

[...] a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teórico-metodológicas — para analisar o real e investigar novas demandas — e ético-políticas — permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação —, além das condições objetivas do trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais (Santos; Filho; Backx, 2012, p. 19).

777

Em outras palavras, a unidade no diverso que constituem e são constitutivas das dimensões profissionais até então apresentadas “[...] permite a passagem de análises macroscópicas, genéricas e de caráter universalista às singularidades da intervenção profissional, em contextos, conjunturas e espaços historicamente determinados” (Guerra, 2000, p. 23), reconstruindo cotidianamente o nosso objeto de intervenção, isto, é, a “questão social” e as suas múltiplas expressões que ganham terreno no bojo das políticas sociais, típicas da sociabilidade burguesa.

De acordo com o Código de Ética Profissional de 1993, mais especificamente no Capítulo I, Art. 5, Alínea C, devemos, na rota inversa dos interesses do capital, “[...] democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as” (CFESS, 2011, p.

¹⁸ No contexto de crise capitalista, “[...] há na atualidade o predomínio de outro perfil de profissional, o do ‘técnico treinado para intervir num campo de ação determinado com a máxima eficácia operativa’, que historicamente tem sido priorizado na profissão e que se encontra perfeitamente adequado ao projeto educacional do neoliberalismo e à sua racionalidade instrumental” (Guerra, 2002, p. 17).

29). Por isso, reforçamos que o trabalho das/os assistentes sociais, mediado pelo uso da TICs, deve ser apreendido enquanto uma “[...] possibilidade de constituir-se com um dos recursos que podem ser utilizados para o aprofundamento e a consolidação deste projeto profissional” (Veloso, 2011, p. 121), estimulando a articulação com movimentos sociais progressistas, objetivando o conjunto de valores ético-políticos estimulados desde a formação profissional e vislumbrando uma nova ordem societária para além das opressões e dominações de gênero, classe, raça/etnia e geracional, ecoadas pela generalização do capitalismo decadente.

Considerações finais

Com base no exposto, defendeu-se que a tecnologia expressa o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da relação fundamental entre o trabalho, teleologicamente realizado entre homens e mulheres, com a natureza. No âmbito da sociabilidade burguesa, o trabalho alienado, a ciência e a tecnologia passaram a ser dimensões de valorização do valor, especificamente em tempos de plataformas digitais, da uberização, da indústria 4.0, da IA e do domínio de algoritmos.

Essas transformações societárias têm afetado as relações de trabalho e as políticas sociais onde em que as/os assistentes sociais, sobretudo na PAS. A articulação entre o materialismo histórico e dialético, a pesquisa bibliográfica e qualitativa e os dados secundários demonstraram que a apropriação das TICs pelo Estado neoliberal reforça, por um lado, a expropriação contemporânea de direitos sociais, e, por outro, a valorização do valor para as grandes empresas detentoras de tecnologias em escala global.

Na esfera do trabalho profissional, o cotidiano, marcado pela burocratização, focalização, precarização, sucateamento, mercadorização e virtualização dos serviços sociais públicos, tem colidido com o legado da instrumentalidade que baliza historicamente o projeto ético político profissional. Com isso, reiteramos que: 1) embora as tecnologias sob o crivo do capital financeiro tenham reforçado o consenso de que elas prometem performar a automatização das respostas profissionais e facilitar os processos de trabalho, de forma alguma essas tecnologias substituem a necessidade da unidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, político-pedagógica e interventiva; 2) a formação continuada é fundamental para que as intervenções profissionais via TICs sejam críticas, criativas e propositivas sob o norte da qualidade dos serviços prestados à população usuária, propiciando, assim, materialidade à dimensão investigativa/produção de conhecimento; e 3) tratar a relação entre as TICs e a unidade das dimensões profissionais é pensar na ligação entre essas tecnologias e os interesses da classe trabalhadora, levando em consideração a socialização de

informações e o acesso aos direitos e buscando reafirmar, no miúdo do cotidiano, os valores contidos historicamente no nosso PEP crítico (dimensão político-pedagógica).

Referências bibliográficas

- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.
- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2009.
- ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social*. Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, I. (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL. *Lei nº 13.982/2020, de 2 de abril de 2020*. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32045742#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%208.742,durante%20o%20per%C3%ADodo%20de%20enfrentamento>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- CASILI, A. O trabalho digital além da uberização. In: GROHMANN, R. (org.). *Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 33-39.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- CISNE, M. A.; SANTOS, S. M. M dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do Assistente Social: Lei 8662/93*. Brasília: CFESS, 2011.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). *Relatório de Avaliação Auxílio Emergencial*. Brasília: Ministério da Economia, 2022.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho!* A intensidade do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de uma interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 1975.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Exclusão digital deixa famílias pobres sem auxílio emergencial. *Fundação Getúlio Vargas*, São Paulo, 8 jun. 2021. Disponível em: <https://easp.fgv.br/noticias/exclusao-digital-deixa-familias-pobres-sem-auxilio-emergencial>. Acesso em: 29 jul. 2025.

- GOVERNO Digital. Legislação governança digital. Gov.br, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/governanca-digital#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%2012.069%2C%20de%2021,per%C3%ADodo%20de%202024%20a%202027>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- GUERRA, Y. Instrumentalidade no processo de trabalho do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 62, p. 5-34, 2000.
- GUERRA, Y. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 9-21, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/issue/view/1254/330>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.
- GUERRA, Y. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M. (org.). *A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS, 2023a. p. 43-57.
- GUERRA, Y. Tecnologias da informação e comunicação e seus impactos no modus operandi do trabalho profissional de assistentes sociais. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., 2023, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: [s. n.], 2023b. p. 1-16. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/41296>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.
- HARVEY, D. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HUWS, U. *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Campinas: Unicamp, 2017.
- IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: primeiro trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. Coronavirus Resource Center, 2020. *Johns Hopkins University*, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MARX, K. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1985.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 22. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2004.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. São Paulo: Outras Expressões, 1977.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PAULA, L. G. P. A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, C. H. M.; ANACLETO, T. F. M. (org.). *A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais*. Belo Horizonte: CRESS, 2023a. p. 79-95.

- RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 134-152, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242>.
- SANTOS, F. Sistemas de informação e suas implicações no exercício profissional de assistentes sociais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. *Anais* [...]. Brasília: CBAS, 2019. p. 1-13. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/220/215>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- SANTOS, C. M.; FILHO, R. S.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.
- SCHWAB, K. *A quarta revolução industrial*. [S. l.]: Edipro, 2018.
- SPOSATI, A. SUAS e o trabalho profissional. In: TAPAJÓS, L. et al. (org.). *Pandemia, políticas públicas & Sociedade*. Florianópolis: Emais, 2021. p. 249-258.
- SRNICEK, N. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2014.
- TONELO, I. *No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- VELOSO, R. dos S. *Tecnologia da informação: contribuição importante para o exercício profissional?* 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- VIEIRA PINTO, Á. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Demandas e desafios no atendimento socioassistencial a jovens na Amazônia Marajoara

Demands and challenges in the social assistance services for youth in the Marajoara Amazon

Raquel Correia de Oliveira^{*}  

Roselene de Souza Portela^{**}  

Resumo: Este artigo analisa as demandas das juventudes e as dificuldades para sua inserção como sujeitos de direito nos programas, serviços e projetos desenvolvidos pelos Centros de Referência da Assistência Social de Breves, no Marajó/PA. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se na teoria social crítica, com base na tradição marxista. Para a produção dos dados empíricos, utilizou duas técnicas: a observação sistemática e oito entrevistas semiestruturadas com profissionais e jovens usuárias dos CRAS. A análise se deu por meio da análise de conteúdo, na modalidade temática. Os resultados evidenciam a urgência da participação juvenil no planejamento das ações - atualmente centralizado na gestão municipal - e a necessidade de um trabalho intersetorial que amplie o acesso às políticas sociais. A identificação dos CRAS como espaços de promoção de direitos contribui para pesquisas futuras, além de subsidiar o debate sobre a demanda pela efetivação de políticas públicas para a juventude.

Palavras-chaves: Juventudes; Proteção social; Assistência Social.

Abstract: This article examines the needs of young people and the challenges they face in being recognized as subjects of rights within the programs, services, and projects carried out by the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Breves, located in the Marajó region of Pará. The qualitative study is grounded in critical social theory, drawing on the Marxist tradition. To produce the empirical data, two techniques were used: systematic observation and eight semi-structured interviews with professionals and young female CRAS users. The analysis was conducted using thematic content analysis. The results highlight the urgent need for youth participation in planning activities - currently centralized within municipal management - and the importance of intersectoral work to broaden access to social policies. Identifying the CRAS as spaces for the promotion of rights contributes to future research and supports ongoing debates on the need to implement effective public policies for youth.

Keywords: Youth; Social protection; Social Assistance.

^{*} Universidade Federal do Pará. E-mail: raquelco@ufpa.br

^{**} Universidade Federal do Pará. E-mail: roseleneportela@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho é parte dos resultados de uma dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em que foi realizado um estudo com profissionais que compõem as equipes técnicas dos CRAS e com jovens atendidas.

A partir da constituição da juventude como objeto de estudo, surge pela primeira vez a possibilidade de compreender processos que impactam de forma específica a vida dos(as) jovens. No entanto, como aponta Weisheimer (2009), o tema nunca se consolidou como campo de estudos capaz de mobilizar um grande número de pesquisadores e, por isso, não produziu conceitos compartilhados de forma consensual entre aqueles que se dedicaram a esse campo como disciplina. Para o autor, esses dois aspectos dificultaram a institucionalização da disciplina em larga escala. No entanto, esse cenário se alterou nas últimas décadas, fazendo com que a Sociologia da Juventude, como disciplina acadêmica e linha de pesquisa, experimentasse um grande impulso iniciado no século XXI (Weisheimer, 2009).

Nesse sentido, debate sobre as juventudes enquanto categoria social e sua interface com as políticas sociais, especialmente nas áreas que lidam com demandas específicas, ganhou relevância não apenas no âmbito governamental, mas também na academia, passando a figurar como um campo de estudos consolidado (Castro, 2009). Com o aumento dos estudos nos anos 2000, o(a) jovem como sujeito de direitos tornou-se o paradigma predominante (Castro, 2009).

No centro deste debate estão as políticas públicas sociais para as juventudes, em que o acirramento da (des)proteção social entre jovens da classe trabalhadora é o mote. Para Scherer (2015, p. 26), as políticas sociais “[...] devido ao sociometabolismo do capital, sob sua feição neodesenvolvimentista, acarretam um processo contínuo de (des)proteção social que, dialeticamente, movimenta o fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social”.

Sendo assim, as reflexões levantadas neste trabalho possibilitam compreender como a dinâmica de reprodução do capital, que impacta a vida de todo o conjunto de trabalhadores, potencializa, cada vez mais, a desigualdade social entre as juventudes. Desse modo, tem-se o intento de apresentar reflexões a respeito de como esse quadro de (des)proteção social se acentuou no contexto do capitalismo contemporâneo, considerando-o como resultado de uma sociabilidade que compreende os jovens enquanto segmento que deve ser controlado, de modo a cumprir com papéis pré-determinados.

Decidiu-se, assim, abordar a temática política social e juventudes, considerando a importância de adensar os debates que tratam de problemáticas relacionadas ao

recrudescimento da pobreza, violência, drogadição, desemprego estrutural, entre outros, que atingem o cotidiano dos(as) jovens (Scherer, 2013). Traz-se à baila a realidade marajoara, que também apresenta demandas relacionadas às violações de direitos, que são agravadas por desafios relacionados à extensão territorial e a estruturação desigual do capital nos territórios periféricos (Guimarães, 2021).

Contudo, por mais que os estudos ressaltem a importância de abordar a diversidade (Gershenson; Scherer, 2016), ainda existe um processo de mistificação presente em uma dualidade no entendimento do que é ser jovem. Ao mesmo tempo em que há uma exaltação da juventude, há também um movimento que atribui a ela uma série de problemas que devem ser foco de intervenções (Scherer, 2013).

As políticas públicas sociais têm dificuldade em promover ações que atendam às juventudes em suas particularidades (Costa, 2018). Desse modo, a relevância social deste estudo reside na possibilidade de discutir uma realidade que é invisibilizada. Por outro lado, oportuniza a produção de conhecimento a respeito do atendimento das juventudes pela Política de Assistência Social (PAS) e, a partir disso, contribui para que profissionais que atuam com jovens conheçam as demandas e as limitações do atendimento.

Questiona-se: como a PAS, por meio dos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS do município de Breves, efetiva ações para os(as) jovens, que atualmente se apresentam enquanto sujeitos de direito com necessidades e anseios próprios das juventudes? O objetivo é conhecer as demandas dos(as) jovens e as dificuldades presentes na sua inserção enquanto sujeitos de direito nos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS de Breves, localizado no Arquipélago do Marajó, estado do Pará.

Quanto à estrutura do artigo, após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico, que traz sínteses da literatura sobre juventudes e políticas sociais. Na sequência, apresentam-se as seções de método, resultados e discussão. Considerações finais e referências bibliográficas encerram o texto.

Contextualização histórica sobre juventudes

Para a compreensão das demandas dos(as) jovens e das dificuldades que surgem a partir de sua inserção enquanto sujeitos de direito das políticas sociais, é necessário, primeiramente, refletir sobre o conceito de juventudes, explicitando a complexidade presente nas construções que definem o que é ser jovem, bem como as divergências teóricas que surgem. Tal complexidade está relacionada ao fato de que não se trata de um grupo homogêneo de sujeitos, mas diverso em suas formas de existência.

Refletindo sobre a abordagem histórica do francês Phillipe Ariès (1981), Weisheimer (2009) afirma que, em síntese, a noção de juventude conhecida atualmente resulta de processos iniciados pela modernidade, que implicaram no crescimento da racionalização e da individualização das práticas sociais, promovendo a distinção entre a esfera privada (família) e a esfera pública (escola).

É nesse contexto que a juventude, enquanto categoria construída social e historicamente, se diferencia dos demais grupos etários, inicialmente no âmbito das elites entre os séculos XVII e XVIII, expandindo-se como fenômeno social por meio da nuclearização das famílias e da universalização do ensino para todas as classes sociais (Weisheimer, 2009).

Para Barbiani (2007), após a Segunda Guerra Mundial, a juventude passou a ocupar lugar de destaque em diversos campos, tais como: ciência, Estado, Igreja, mercado e mídia. Consolidou-se, então, um discurso jurídico, um discurso escolar e uma florescente indústria que reivindicaram a existência dos(as) jovens como sujeitos de direito e também como sujeitos de consumo.

Ao refletir sobre a juventude como questão social, Aquino (2009) afirma que, na contemporaneidade, isso ocorre a partir de duas abordagens. A primeira se dá pela via dos “problemas” geralmente associados aos(as) jovens – como a delinquência, comportamentos de risco e drogadição, entre outros – que demandam medidas de enfrentamento por parte da sociedade. Por outro lado, tradicionalmente, a juventude foi tematizada como uma fase transitória para a vida adulta, que exigia um esforço coletivo, principalmente da família e da escola, para “preparar o jovem” para se tornar um adulto ajustado e produtivo na sociedade (Aquino, 2009).

No entanto, de acordo com Scherer (2013), é necessário considerar as múltiplas determinações e expressões da juventude na atualidade e, para isso, é preciso pensá-la e referi-la no “plural”. Assim, o uso do termo “juventudes” não tem o objetivo de abranger todas as especificidades do segmento, mas identificar a existência de uma ampla gama de possibilidades (Pais, 1993 *apud* Esteves; Abramovay, 2008).

No interior das diferentes instituições observa-se que há um desconhecimento das juventudes enquanto categoria social, identificando-se a figura do(a) adolescente, o que acaba contribuindo para um processo de invisibilidade social. Ao refletir sobre isso, Scherer (2013, p. 25-26) argumenta que “[...] tem-se a necessidade de olhar para a universalidade da categoria juventudes e, ao mesmo tempo, olhar para as situações e demandas particulares, pois a realidade se mostra de modo diferente [...]”.

Para a construção de um conceito de juventude ancorado na perspectiva da diversidade, é preciso, em primeiro lugar, não a prender a critérios rígidos, mas considerá-la como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas no contexto social. A juventude integra um processo amplo de constituição de sujeitos, no qual estão presentes especificidades que marcam, de modo distinto, a vida de cada um (Dayrell, 2007).

Há uma tendência de definir juventude principalmente pela faixa etária, mas, conforme Esteves e Abramovay (2008), trata-se de uma construção social produzida pelas formas como a sociedade percebe os(as) jovens, articulando estereótipos, contextos históricos e diferentes condições de classe, gênero, etnia, grupo etc. Adota-se esse entendimento porque pensar as juventudes exige ir além do critério etário.

Políticas sociais e juventudes

Segundo Scherer (2015), há um contexto de (in)segurança que se apresenta de forma fragmentada, mas que tem como raiz comum a relação estrutural de produção e reprodução de valor no capitalismo contemporâneo. Para ele, a demanda por proteção social entre os(as) jovens é significativa, uma vez que os impactos dessa conjuntura são alarmantes.

Para Pereira (2016), o termo “proteção social” carrega um ardil ideológico ao sugerir um caráter sempre positivo, o que exige superar interpretações lineares sobre o tema. Isso porque a proteção social está inserida em uma totalidade contraditória própria da sociabilidade capitalista, podendo ao mesmo tempo responder a necessidades sociais e permanecer estruturalmente vinculada aos interesses das classes dominantes.

Nesse sentido, observa-se que ao longo do tempo as políticas sociais, que deveriam atuar na garantia de direitos, acabam assumindo um caráter neodesenvolvimentista e “[...] acarretam um processo contínuo de (des)proteção social que, dialeticamente, movimenta o fetiche das juventudes como instrumento de desenvolvimento social” (Scherer, 2015, p. 26).

Esse contexto se agrava com o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, em curso desde meados da década de 1970. Para Macário, Júnior e Silva (2016), essa crise teve origem em três dimensões internas do capitalismo, caracterizando uma tripla fratura: produção, consumo e circulação de produtos, o que evidencia limites intransponíveis ao grande capital, como o desemprego estrutural e a destruição dos recursos naturais.

Foi exigida, então, a adoção de novas estratégias para recuperação das taxas de lucro, com destaque para a reestruturação produtiva, a mundialização da economia e o ajuste neoliberal, os quais impulsionaram uma nova sociabilidade e uma nova política (Yazbek, 2010).

Os processos de “reforma” do Estado, decorrentes dos planos de ajuste estrutural, principalmente na década de 1990, são representativos desse período e adotam as determinações da agenda neoliberal (Behring, 2003).

De acordo com Iamamoto (2012), houve um processo de mundialização do capital que impulsionou a generalização das relações mercantis, com um redimensionamento das lutas sociais, resultando em uma conjuntura de regressão de direitos sociais e políticas públicas correspondentes, afetando até mesmo as condições e relações sociais.

Para Macário, Júnior e Silva (2016), o projeto neoliberal implementado na América Latina articulou o capitalismo dependente latino-americano às novas exigências do capital imperialista em um cenário de crise estrutural. Esse projeto seguiu um conjunto de orientações políticas e macroeconômicas formuladas no âmbito do Consenso de Washington, com ajustes no campo econômico, político e ideológico, sob a justificativa de modernizar e dinamizar as economias locais para competir no mercado mundial.

Em tempos de avanço do ultraneoliberalismo, as políticas sociais sofrem os impactos dos cortes orçamentários realizados com o objetivo de conter a crise fiscal do Estado, o que acaba por precarizar os serviços prestados à população mais vulnerável. Ao analisar os impactos dessas ações no campo social, observa-se que “[...] os resultados foram ainda mais desastrosos, por causa da vertiginosa concentração de renda nas frações mais ricas das classes dominantes locais e forâneas, aumentando a desigualdade, além de ter precipitado índices alarmantes de desemprego, pobreza e violência” (Macário; Júnior; Silva, 2016, p. 128).

Esse contexto de incertezas também afeta as juventudes, pois “[...] a contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, *jovens*, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino” (Iamamoto, 2012, p. 119, grifo nosso).

A questão social assume novas roupagens, destacando-se uma enorme fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais. Nesse contexto, os(as) trabalhadores(as) são os principais atingidos, uma vez que “[...] além do segmento masculino adulto de trabalhadores urbanos e rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e *as novas gerações de filhos da classe trabalhadora, jovens e crianças*, em especial negros e mestiços” (Iamamoto, 2012, p. 145, grifo nosso).

Partindo dessas reflexões, considera-se a existência de uma conjuntura de (des)proteção social para as juventudes brasileiras, uma vez que há um crescimento exponencial no número de jovens que têm seus direitos violados, e as políticas sociais que deveriam garantir proteção

e acesso às condições materiais para seu pleno desenvolvimento, acabam por reproduzir ações focalizadas e de pouca qualidade.

Nossa compreensão de política social está ancorada em Pereira (2016, p. 79), que a define como “processo de desenvolvimento e implementação de medidas geridas pelo Estado e demandadas pela sociedade como direitos devidos para suprir necessidades sociais e promover o bem-estar dos cidadãos”.

Percurso metodológico da pesquisa

Este artigo apresenta um estudo exploratório, cujo objetivo geral consiste em conhecer as demandas dos(as) jovens e as dificuldades presentes em sua inserção enquanto sujeitos(as) de direito nos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS de Breves/Marajó-PA. Para alcançá-lo, recorreu-se a uma estratégia de pesquisa qualitativa, cuja centralidade permite a apreensão mais aprofundada do objeto em estudo.

A adoção da abordagem qualitativa permitiu considerar as trajetórias de vida e as experiências sociais dos sujeitos, contemplando, na análise, sua participação (Martinelli, 1999). Adotou-se o método dialético, que possui uma perspectiva teleológica e traz para o processo investigativo um equilíbrio entre as condições subjetivas e objetivas do objeto, nas quais há um movimento de contradição na constituição dos fenômenos sociais, interligados à totalidade (Prates, 2016).

A pesquisa de campo foi realizada na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMTRAS) e em três CRAS da cidade de Breves-PA, município com a maior população de todo o Arquipélago do Marajó e com a maior infraestrutura de equipamentos públicos da região. Ressalta-se que a pesquisa foi realizada durante a pandemia da COVID-19, o que demandou modificações na metodologia do trabalho, principalmente quanto à limitação do número de participantes e à redução das observações.

A pesquisa seguiu todos os princípios éticos recomendados pelas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 196, de 10/10/96, e nº 251, de 07/08/97, tendo sido aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Quanto aos participantes, foram selecionados(as) usuários(as) e profissionais que atuam na Política de Assistência Social. No caso dos(as) profissionais, adotou-se como critério de inclusão que os(as) integrantes da Equipe de Gestão e das Equipes Técnicas estivessem atuando há pelo menos um ano nesses espaços, em razão da alta rotatividade de profissionais existente na SEMTRAS e nos CRAS. Já o critério para inclusão dos(as) jovens era que tivessem sido atendidos(as) em pelo menos um programa, serviço ou projeto de um dos CRAS pesquisados. A coleta de dados contou com duas técnicas

distintas: observação sistemática e entrevistas semiestruturadas, aplicadas de forma simultânea durante os três meses de trabalho de campo.

A observação sistemática foi realizada junto a gestores(as), assistentes sociais, pedagogos(as), orientadores(as) sociais e jovens. Compreende-se que “[...] observar não é um simples olhar, mas destacar de um conjunto aquilo que é específico, prestando atenção em suas características; é abstrair do contexto dimensões singulares” (Prates, 2010, p. 17). A observação sistemática foi utilizada na fase exploratória, durante visita a um CRAS, e, posteriormente, no momento das entrevistas.

Além das observações, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas — cinco com profissionais das equipes técnicas e de gestão, e três com jovens atendidas nos CRAS. Essa técnica “[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (Triviños, 2011, p. 146).

Antes da realização das entrevistas, procedeu-se à apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos(as) participantes. Na ocasião, foram informados(as) sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, com ênfase na voluntariedade da participação e no sigilo das informações pessoais, acessíveis apenas às pesquisadoras. Após a leitura e o esclarecimento de eventuais dúvidas, os(as) participantes assinaram o TCLE, recebendo uma via do documento.

Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática, compreendendo três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação) (Bardin, 1977). De acordo com Prates (2010), a análise de conteúdo se destaca como a principal técnica para a sistematização dos dados, pois consiste em um conjunto de estratégias que facilitam o processo de interpretação da comunicação. Segundo a autora, esse tipo de análise volta-se aos produtos resultantes da ação humana, que se explicitam por meio das ideias, e não apenas pelas palavras em si.

O Arquipélago do Marajó

O Arquipélago do Marajó possui um vasto território situado ao norte do Estado do Pará, banhado pelos rios Amazonas e Tocantins, além do Oceano Atlântico. Sua extensão é de aproximadamente 50.000 km², com uma população de 591.064 (quinhentos e noventa e um mil e sessenta e quatro) habitantes, conforme o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. A mesorregião do Marajó está dividida em três

microrregiões (MRG): Arari, Furos de Breves e Portel. O arquipélago é composto por 17¹ municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM) do ano de 2007, o Marajó é uma região extremamente rica em recursos hídricos e biológicos, sendo a maior ilha flúvio-marítima do mundo. O documento destaca que sua realidade está intrinsecamente ligada ao contexto amazônico, tanto pelas características ambientais quanto pela história marcada por intensas transformações econômicas e sociais, que influenciaram a organização familiar e as estratégias de sobrevivência da população local.

Destarte, infere-se que o Marajó também tem sua história marcada pelos ciclos de desenvolvimento. Nesse sentido, os ciclos de exploração da borracha e da madeira são os principais, pois de acordo com Tavares (2008), muitos seringais se localizavam na região do Marajó, sendo que até a década de 1870 os municípios de Breves, Anajás e Melgaço se destacavam na exploração deste produto. Já a exploração da madeira é praticada há bastante tempo como meio de complementar a renda das famílias ribeirinhas. Entretanto, nos anos 2000 a exploração se intensificou e grandes madeireiras passaram a se fixar na região. Em 2004 a produção de madeira chegou a atingir o montante de 11,2 milhões m³, representando 46% do total produzido na Amazônia Legal (Veríssimo *apud* Brasil, 2007).

Segundo o Relatório Analítico do Marajó (2012) nos municípios marajoaras as condições de vida e de reprodução são estruturadas por baixos padrões de qualidade, uma vez que a falta de acesso às políticas públicas faz com que o potencial de desenvolvimento econômico existente não seja aproveitado. Isso gera dependência dos programas sociais, no entanto, é através deles que ainda é possível reduzir as vulnerabilidades sociais enfrentadas cotidianamente pelas famílias (UFPA; MDA, 2012).

Como principais atividades econômicas o PDTSAM (2007) destaca a atividade agrícola, que se volta principalmente para a subsistência e tem como principal produto a mandioca; a pecuária bovina e bubalina; a suinocultura; a pesca; o extrativismo vegetal, com grande destaque para a madeira e o açaí; e o turismo, visto que a região tem nas suas praias, igarapés, bem como nas atividades culturais importantes atrativos. Às atividades ligadas à pecuária, especialmente à bubalina, estão mais presentes na porção do arquipélago em que os campos

¹ A inclusão do município de Oeiras do Pará foi feita por meio do Decreto nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022, editado pelo governo estadual.

naturais são predominantes. Já as atividades relacionadas ao extrativismo concentram-se nas áreas de florestas (UFPA; MDA, 2012).

Analizando as grandes problemáticas educacionais que o Marajó enfrenta, Rodrigues (2016) fala que a região possui um histórico de déficit social, onde a economia se assenta no setor primário e depende de repasses financeiros do governo federal. Destaca que a população marajoara é essencialmente jovem, que cresce exponencialmente e demanda políticas públicas que considerem suas particularidades, favorecendo suas potencialidades de modo a produzir melhoras em suas condições de vida (Rodrigues, 2016).

A partir desta contextualização acerca do Arquipélago do Marajó, segue uma caracterização do município de Breves, lócus da pesquisa de campo, que se destaca por ser a maior cidade do Marajó, tanto em termos populacionais quanto na infraestrutura de serviços.

Segundo dados do IBGE (2019), o município de Breves tem uma área territorial de 9.566,572 km² e faz parte da microrregião chamada de Furos de Breves, contando, no ano de 2022, com uma população total de 106.968 (cento e seis mil novecentos e sessenta e oito) habitantes. Está dividida em 4 (quatro) distritos: Antônio Lemos, Breves, Curumú e São Miguel dos Macacos. Assim como os demais municípios do Arquipélago do Marajó, o acesso a Breves se dá predominantemente por via fluvial, sendo que as viagens de navio que partem diariamente de portos localizados em Belém têm duração mínima de 12 horas. A demora desse deslocamento configura um dos principais desafios para quem precisa sair ou chegar ao município.

O município de Breves possui uma conformação territorial que além de comportar a sede do município, também é marcada pela existência de muitas localidades² que se desenvolveram ao longo dos furos de rios e que concentram grande parte da população do município. Como a maioria das cidades amazônicas, Breves também foi construída às margens de um rio, que neste caso é o Parauaú.

Um dos elementos considerados mais importantes para desvendar a realidade desse município é a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que, no ano de 2010, era de 0,503³. Com esse índice, Breves figura entre o grupo de municípios que apresentam desenvolvimento humano baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599)⁴.

² Breves (2015 *apud* Rodrigues, 2016) afirma que no meio rural brevesense existem aproximadamente 170 (cento e setenta) localidades.

³ De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,284, em 1991, para 0,503, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade da Federação (UF) passou de 0,493 para 0,727. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,233), seguida por Longevidade e por Renda. (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

⁴ Os municípios que compõem o Marajó Ocidental são os seguintes: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves,

Nesse cenário, as juventudes correspondem a 29,39% da população brevense (IBGE, 2022) constituindo o maior segmento populacional, que é um dos mais afetados pelo aumento da insegurança, caracterizada por condições de violação de direitos que impedem a garantia de cidadania.

Para Guimarães (2021), os municípios marajoaras apresentam oportunidades limitadas para que as juventudes acessem o nível médio e superior, onde a ausência de planos municipais de saneamento básico, bem como a ausência de políticas de cultura e lazer contribuem para o acirramento das desigualdades.

No que tange às demandas das juventudes, a temática da inserção no mundo do trabalho é uma das que mais se destacam. No entanto, o direito ao trabalho passa longe de ser garantido no contexto da realidade brevense uma vez que há um “baixo grau de estruturação dos seus mercados de trabalho evidenciado pela maior incidência de trabalho desprotegido” (Silva; Lima, 2019, p. 49).

Perfil das jovens e suas demandas para o atendimento nos CRAS de Breves-Marajó/PA

Conhecer o perfil das jovens entrevistadas promoveu uma aproximação com a realidade em que vivem. As entrevistas foram realizadas com três jovens pertencentes ao grupo com idades entre 18 e 24 anos que foram atendidas pelos CRAS⁵. Nesse sentido, a seguir destaca-se o perfil dessas jovens:

Quadro 01: Identificação das jovens entrevistadas

Idade	Bairro	Estado civil	Número de filhos	Com quem mora	Escolaridade
22	Jardim Tropical	Solteira	1	Filho	Ensino Médio Incompleto, cursando o 1º ano
20	Jardim Tropical	Casada	0	Marido	Ensino Médio Incompleto, cursando o 3º ano
21	Jardim Tropical	Casada	0	Marido	Ensino Superior Incompleto, cursando o 2º semestre de Ciências Naturais

Fonte: Elaboração própria (2021).

Sobre o estado civil, 1 se declarou solteira e as outras 2 informaram ser casadas. Além disso, 1 morava com o filho e as demais moravam com seus maridos em suas próprias casas.

Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista.

⁵ A Jovem 1 foi atendida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Projeto Construindo o Amanhã, Projeto Nascer e recebeu Benefícios Eventuais, principalmente quando necessitava de cesta básica; a Jovem 2 foi atendida no programa ACESSUAS Trabalho e cursos profissionalizantes; a Jovem 3 foi atendida no Projeto Construindo o Amanhã.

Com relação à escolaridade, 2 estavam cursando o Ensino Médio⁶ – uma no 1º ano e outra no 3º ano – ambas com as atividades escolares suspensas no período em que as entrevistas foram realizadas, em razão da pandemia de Covid-19⁷. Apenas 1 entrevistada estava matriculada no Ensino Superior, cursando Ciências Naturais.

As jovens são moradoras do bairro Jardim Tropical, localizado na periferia do referido município e no momento da entrevista todas estavam estudando. Oriundas do meio rural marajoara, migraram com suas famílias para Breves, em busca de melhores condições de vida. Ao chegar à cidade, passaram a morar com suas famílias em ocupações que sofrem com a ausência de água potável, postos de saúde, escolas, saneamento básico e condições de habitacionais adequadas.

Apresentam um perfil com destaque para o atraso escolar vivenciado pelas Jovens 1 e 2 e a precarização do trabalho, cujos baixos salários se destacam. Esta precarização ocorre especialmente no âmbito do trabalho em “casas de família”, que foi apontado enquanto alternativa frente à impossibilidade de inserção no mercado de trabalho formal, mesmo que o salário fosse de, no máximo, R\$300,00 (trezentos reais) por mês conforme elas informaram.

São essas vivências que as levaram a buscar atendimento no CRAS, pois reconhecem nesse espaço um lugar onde podem acessar seus direitos. A Jovem 1 frequenta o CRAS desde os dez anos de idade, quando foi inscrita por sua mãe nos serviços:

Desde quando eu era pequena. Eu era, eu estudava desde que eu tinha, desde quando eu tinha 10 anos eu comecei no CRAS, aí com 16 a gente saía, né. Aí, participei de muitas coisas, fez muita apresentação, aí mudava. O primeiro que eu participei foi em frente à câmara, depois quando ainda não tinha aqui o do Jardim Tropical, aí nós fomos pro do Santa Cruz (Jovem 1, 2021).

Na época da pesquisa, essa jovem – então com 22 anos de idade – vinha sendo atendida no CRAS havia 12 anos, com persistência das demandas que a levaram a procurá-lo pela primeira vez. Ela listou os diversos cursos que fez no âmbito do CRAS: garçonne, doces e salgados natalinos e informática básica.

Após a identificação do perfil das jovens, indagou-se sobre suas percepções quanto a efetivação de ações para jovens, no âmbito dos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS. A Jovem 1 refletiu que a cidade tem muitos jovens, pouco aprendizado e que “não

⁶ Apesar das jovens não terem concluído a Educação Básica até os 18 anos, ambas não cursavam o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

⁷ A pandemia de covid-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11/03/2020, momento em que os casos da doença já haviam se espalhado por muitos países, o número de mortos já era de 4.291 (quatro mil duzentos e noventa e um) e a preocupação quanto a disseminação da doença era muito grande.

tem algo ligado pros jovens” (Jovem 1, 2021), destacando a ausência de uma política pública para as juventudes.

Relatam que nunca tiveram dificuldade para conseguir atendimento nos CRAS. Entretanto, afirmam que as dificuldades surgiram quando já estavam participando das atividades. Sobre a estrutura disponível para atendimento, as entrevistadas avaliaram como inadequada, uma vez que se trata de prédios alugados, que não foram construídos para funcionar como CRAS e que, por isso, não contam com salas suficientes para atender a população. Outra questão levantada é a insuficiência de materiais para o desenvolvimento das atividades, o que acaba prejudicando o andamento dos serviços e projetos.

Destacaram que nunca tinham sido atendidas por outros programas ou serviços voltados para as juventudes fora da PAS. Sobre as necessidades diferenciadas que se apresentam para as juventudes, refletiram que “[...] Precisa de mais atenção acho, pros jovens breveses, a gente tem pouca oportunidade aqui... em todas as áreas, de todas as maneiras [...]” (Jovem 1, 2021).

Nas entrevistas, trouxeram a percepção de que existem poucas iniciativas para atender às juventudes, pois mesmo as que são desenvolvidas pelos CRAS não conseguem dar conta das demandas, principalmente no que diz respeito aos cursos de preparação para o mundo do trabalho, que, segundo elas, não proporcionam experiências práticas.

As jovens 2 e 3 não consideraram de imediato as necessidades específicas, mas tiveram outra percepção quando foram indagadas se para jovens era mais difícil conseguir trabalho, por exemplo. Segundo a Jovem 2 “[...] com certeza é mais difícil. Tem... eu já fui, tipo aqui na Padaria Kauã, eu fui levar um currículo lá [...] só que eles não queriam daquela idade, que eu acho que era de dezenove, dezoito anos, entendeu? [...]” (Jovem 2, 2021). Observa-se que as jovens identificam todas as dificuldades que as juventudes têm que enfrentar. Entretanto, elas não haviam refletido sobre as especificidades que fazem as necessidades serem diferenciadas ao ponto de demandarem a implementação de uma rede de atendimento.

A Jovem 2 fez uma abordagem mais ligada às possibilidades de trabalho que os cursos podem trazer. Para ela, tais possibilidades, no que condiz ao trabalho, são muito remotas, porém, seu cadastro junto ao CRAS lhe dá prioridade para a participação nos cursos ofertados.

Elas consideram que tiveram suas necessidades atendidas em parte, destacando o conhecimento que adquiriram por meio das atividades em que participaram. A Jovem 2 reitera que sua maior expectativa – ainda não atendida – era a inserção no mundo do trabalho. Segundo ela, tal expectativa não pôde ser contemplada devido às formações terem como objetivo a geração de emprego e renda por meio do empreendedorismo, que para ela não era possível devido a ausência de recursos financeiros para investir na abertura do próprio negócio.

A partir de suas experiências com os atendimentos recebidos, as entrevistadas refletiram sobre as limitações nas ações para os(as) jovens. A principal limitação apontada referiu-se ao fato de que as ações voltadas à formação para o mundo do trabalho – cujo maior representante são os cursos de geração de renda – não contemplam uma parte prática que segundo elas seria essencial para que tivessem mais oportunidades.

Esse contexto faz aumentar o número de jovens que desejam mudar de cidade em busca de melhores oportunidades. A Jovem 1 fala “[...] Indo embora, aqui é uma cidade muito boa de se viver, em relação a vida, as coisas de, tipo as coisas que a gente gosta de comer. [...] mas em relação a tu ter teu emprego, ter teu trabalho, te sustentar, ter o teu ganho próprio é muito dificultoso. [...] (Jovem 1, 2021). A jovem fala que muitas vezes o trabalho existe, mas os(as) jovens não estão qualificados. Tal reflexão remete a uma realidade cujo acesso dos(as) jovens breves ao ensino superior ainda é limitado, quando comparado ao número de jovens que concluem o ensino médio todos os anos. Diante disso, postos de trabalho que exigem maior qualificação quase sempre são ocupados por pessoas vindas de fora.

Análise das limitações dos serviços socioassistenciais para jovens nos CRAS

A categoria “Limitações no atendimento das juventudes” emerge da análise das entrevistas com profissionais da gestão e das equipes técnicas dos CRAS, abordando questões relacionadas às dificuldades para a realização do trabalho com os(as) jovens dentro dos CRAS. No que diz respeito às limitações, seis temas se destacaram em termos de frequência, com recursos e infraestrutura sendo o mais mencionado, seguido pela falta de subsídios financeiros, ausência de acompanhamento, ausência de formação para trabalhar com jovens, falta de planejamento específico e ausência da secretaria de juventude.

Quadro 02 - Análise de conteúdo: limitações no atendimento das juventudes

Categorias empíricas	Registro das expressões classificatórias
Recursos e infraestrutura	“[...] E... essa infraestrutura também limita né, o trabalho. Aí tem a questão dos recursos né, a Assistência a gente sabe que ela é a prima pobre, que a gente fala, então já há um recurso é... menor de que das outras políticas né. Comparando, então é um recurso básico pra desenvolver os serviços” (Participante 5, 2020).
Falta de subsídios financeiros	“[...] Ora, se as pessoas, o público-alvo são pessoas em vulnerabilidades sociais e econômicas, teoricamente essas pessoas, elas não têm um recurso inicial. Então, por exemplo, dum público de vinte, cinco vão tentar iniciar por conta própria. Outras, vai ficar ali, o diploma, o certificado engavetado, porque não tiveram oportunidade, não tiveram o incentivo financeiro inicial” (Participante 1, 2020).
Ausência de acompanhamento dos(as) jovens	“[...] E outra coisa, é o acompanhamento e a assistência contínua... da política pública, da assistência... entendeu, porque essas famílias, elas precisam ser inseridas em acompanhamento, pra vê de que forma ela tá conseguindo trabalhar com isso” (Participante 1, 2020).

Ausência de formação para trabalhar com jovens	“Acho que também um dos, além desses que eu te falei dos recursos, da estrutura é... vamo dizer assim, a falta de... até mesmo pra gente, uma formação pra gente trabalhar, entendeu” (Participante 4, 2020).
Falta de planejamento específico	“Não tem uma autonomia de pensar e aí tu automaticamente poderia incluir questões dessa juventude. [...] Então, nós temos que reinventar isso aí e aí eu penso que o nosso principal problema são essas limitações impostas pela gestão, que acaba não tendo um planejamento específico pra determinadas ações [...]” (Participante 3, 2020).
Ausência da Secretaria da Juventude	“Hoje, nós não temos uma Secretaria da Juventude [...]. E isso já é um grande problema, porque por exemplo, se tu tens uma necessidade específica, então o governo já tinha que ter mandado um projeto de lei pra Câmara, criando a questão da secretaria, estabelecendo políticas pra juventude e criando efetivamente ações direcionadas pra esse segmento, pra que os CRAS possam atuar de forma verdadeira” (Participante 3, 2020).

Fonte: Elaboração própria (2021).

Os recursos e infraestrutura limitados foram apontados como um dos principais obstáculos existentes na realização do trabalho com jovens. Há um entendimento de que a redução de recursos para a PAS, bem como a infraestrutura cada vez mais precarizada, fazem com que a qualidade do atendimento caia consideravelmente, o que também leva a uma redução no número de serviços implementados e de usuários(as) atendidos(as). Para as juventudes, que ainda não tem uma política de atendimento consolidada, isso reflete na redução dos programas, serviços e projetos específicos.

Outra limitação relatada foi a falta de subsídios financeiros para os(as) jovens que concluem os cursos de geração de renda, pois, conforme relata o(a) Participante 1, eles(as) não têm condições financeiras de iniciar um negócio por conta própria. Assim, muitos(as) concluem os cursos, mas não conseguem colocar em prática a qualificação recebida. Observa-se que os(as) jovens fazem os cursos com a esperança de que possam ter uma ocupação, mas quando se deparam com a realidade de falta de subsídios, percebem que terão apenas mais um certificado “engavetado”, e que segundo suas próprias narrativas, nada mudará em suas vidas.

Compreende-se que a limitação de recursos destinados a PAS contribui para que esses subsídios não sejam disponibilizados, pois a realidade demonstra que as ações são cada vez mais focalizadas e não contam com o orçamento necessário, o que torna cada vez mais difícil a implementação destas ações.

Junto à falta de subsídios financeiros, está a ausência de acompanhamento dos(as) jovens que participam das atividades de qualificação profissional. Segundo o(a) Participante 1, existem muitas dificuldades para que esse acompanhamento aconteça, e isso é reflexo da falta de recursos adequados, que faz com que as equipes técnicas que trabalham nos CRAS sejam reduzidas e não consigam realizar esse acompanhamento.

Outra questão pontuada foi a ausência de formação para trabalhar com jovens, considerando que por se tratar de um público específico, existem particularidades que precisam ser observadas, até mesmo para que não se corra o risco de reproduzir estigmas. Quando a(o) Participante 4 afirma sentir falta de que a gestão promova uma formação para que os(as) profissionais possam trabalhar com jovens, está destacando justamente a necessidade de conhecer as especificidades desse público.

A falta de planejamento específico para pensar o atendimento do segmento também é um fator que limita o trabalho que vem sendo realizado. Percebe-se que os(as) participantes reconhecem limitações na questão do planejamento que são impostas pela gestão, que acaba não contemplando as juventudes.

Uma outra limitação identificada é a inexistência, na prática, de uma secretaria específica para a juventude no município. Embora o site da Prefeitura de Breves registre a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMEL), não há disponibilidade de informações básicas de contato. Considerando suas atribuições formais e os dados de campo, verifica-se que não ocorre trabalho em rede entre a SEMEL e a assistência social, pois os(as) profissionais entrevistados(as) desconhecem ações ou serviços da secretaria voltados ao atendimento das juventudes.

Discussão

Os achados da análise de conteúdo convergem com a perspectiva crítica apresentada por Scherer (2015), cujas reflexões apontam que as políticas sociais de atendimento para as juventudes assumem uma feição neodesenvolvimentista que tensiona um processo de (des)proteção social. Neste trabalho tal assertiva foi evidenciada pela baixa efetividade no atendimento de demandas das jovens usuárias dos CRAS e o acesso limitado às políticas setoriais. Nesse sentido, a insuficiência de políticas voltadas à garantia de proteção social contribui para um cenário de insegurança, marcado pela ausência de políticas específicas para garantia de direitos das juventudes.

Essa realidade observada dialoga diretamente com a crítica desenvolvida por Gershenson e Scherer (2016), para quem as políticas destinadas às juventudes operam sob uma “promessa civilizatória perversa”. Para os autores, tal promessa está “[...] calcada em um constructo ideológico fetichizado que refere que, por meio do acesso ao emprego, as manifestações da (des)proteção serão enfrentadas [...]” (Gershenson; Scherer, 2016, p. 167). Assim, é como se a qualificação profissional fosse suficiente para assegurar a inserção no mundo do trabalho e, conseqüentemente, garantir segurança e proteção.

Nesse contexto, a assistência social também é atravessada por essa racionalidade, operando sob a lógica da promessa civilizatória que privilegia respostas focalizadas e voltadas à empregabilidade. É justamente essa dinâmica que se evidencia no atendimento socioassistencial às jovens em Breves, pois embora estejam inseridas em uma política que deveria assegurar “atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993), o que acessam são ações fragmentadas, cursos precarizados e oportunidades restritas, que não correspondem às suas expectativas de formação profissional nem às necessidades concretas de inserção no mundo do trabalho.

Embora as juventudes tenham vivenciado avanços importantes nos mecanismos de garantia de proteção social — especialmente com a criação da Política Nacional de Juventude (2005) e do Estatuto da Juventude (2013) — persistem situações de pobreza, violência e precariedade no acesso ao trabalho, revelando os limites impostos pela sociabilidade capitalista (Gershenson; Scherer, 2016). Para os autores, esses avanços não eliminam a lógica de (des)proteção presente nas políticas sociais brasileiras, marcada por ações fragmentadas, pontuais e precarizadas que, em vez de assegurar direitos, acabam por reforçar a lógica de reprodução do capital.

Assim, um dos principais desafios para que as políticas sociais de atendimento às juventudes sejam efetivadas diz respeito à dificuldade para garantir uma articulação intersetorial entre tais políticas (Gershenson; Scherer, 2016). Quanto a isso, os achados da pesquisa indicam que no que se refere a PAS, não é realizado um trabalho intersetorial junto às demais secretarias, o que contribui para o agravamento das situações de violações de direitos humanos. A PAS recebe inúmeras demandas específicas, as quais não consegue atender em virtude não só da falta de orçamento, mas também porque as ações não são planejadas de modo a compreender as particularidades desse público, tampouco se fala em participação efetiva desses sujeitos nos espaços de tomada de decisão.

Nesse sentido, Pereira (2016) aponta que a acumulação simultânea de riqueza e pobreza, própria do capitalismo, obriga o capital a criar estratégias para enfrentar suas crises, seja pela legitimação, por meio de medidas socialmente protetivas, seja pela reprodução, convertendo tudo em mercadoria. Inserido nessa totalidade contraditória, o campo do bem-estar atende a interesses diferenciados, ainda que estruturalmente vinculado às classes dominantes. Assim, a proteção social deve ser entendida não como sinônimo dos serviços socioassistenciais da proteção básica, mas como um conjunto mais amplo de políticas sociais inscritas nesse contexto contraditório.

Essa contradição apontada por Pereira (2016) abre a possibilidade para que os(as) profissionais que atuam nas políticas de proteção social em suas múltiplas áreas (educação, saúde, assistência, trabalho) sejam críticos e propositivos, pois as disputas internas tensionam se as ações empreendidas irão caminhar para o atendimento das necessidades sociais dos sujeitos ou se serão pautadas pela lógica da meritocracia com o implemento de ações focalizadas.

Corroborando essa concepção ampliada e contraditória de proteção social, os achados da pesquisa indicam que no interior dessa proteção social, a assistência social — materializada nos CRAS — desempenha um papel estratégico, pois pode ser trabalhada de modo a contribuir para o fortalecimento das lutas sociais, uma vez que muitos jovens acessam seus direitos por meio deles. Tem-se nos espaços pesquisados uma série de contradições, onde há o entendimento de que as lutas e os direitos conquistados pelas juventudes são legítimos, mas ao mesmo tempo observa-se a implementação de políticas focalizadas e voltadas quase que em sua totalidade para o incentivo ao empreendedorismo, que é alardeado como a principal saída para compensar a ausência de uma política de trabalho.

Os serviços e os projetos do CRAS são percebidos pelas jovens entrevistadas enquanto oportunidade de terem acesso a conhecimento, tanto no que se refere à formação cidadã, quanto à uma formação voltada para o mundo do trabalho. No entanto, Scherer (2015) destaca que no âmbito da PAS enquanto uma das dimensões específicas da proteção social, predominam programas e ações voltadas à transferência de renda e à qualificação profissional, por meio de cursos voltados para a geração de emprego e renda, conforme os achados desta pesquisa também indicam.

Compreende-se que há necessidade de maiores avanços no que diz respeito ao trabalho em rede dentro dos CRAS, articulados à uma política de trabalho implementada em âmbito municipal para garantir o direito dos(as) jovens ao trabalho. Estes avanços também perpassam pela criação de uma política de atendimento para as juventudes, bem como pelo fortalecimento de grupos que trabalham em defesa dos direitos e da participação dos(as) jovens nos diferentes espaços.

No entanto, as ações específicas para as juventudes não contam com o investimento necessário, o que torna a experiência limitada, principalmente no que diz respeito à oferta de cursos alinhadas às suas expectativas, qual seja uma formação crítica que esteja voltada para o mundo do trabalho, e não apenas à geração de renda por meio da venda de doces e salgados, crochê etc.

Segundo Costa (2018), apesar de constatar-se que a PAS incorpora várias políticas públicas que impulsionam os direitos das juventudes, tais ações demonstram uma aparente limitação no que diz respeito à intersetorialidade. Tal afirmação se sustenta no fato de que grande parte da demanda da secretaria analisada por ela, concentra-se no gerenciamento dos serviços socioassistenciais previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e nas suas palavras, ainda existe um distanciamento e pequena participação de outras secretarias existentes no município na elaboração e execução das atividades para jovens (Costa, 2018).

Corroborando tal afirmação, observa-se que de fato ocorre uma secundarização das ações para as juventudes. Na realidade marajoara, a secundarização, citada por Costa (2018), também está presente quando se verifica que em grande parte dos municípios não há uma secretaria de juventude para planejar e implementar ações, conforme também se verificou no caso do município de Breves.

Outro ponto diz respeito a falta de reconhecimento das juventudes, que faz com que o segmento não tenha suas demandas contempladas dentro dos serviços socioassistenciais. As particularidades de raça, gênero, classe e território são pouco trabalhadas, em um contexto que não oportuniza aos(as) jovens condições de acessar os bens de consumo coletivos indispensáveis ao seu desenvolvimento humano (Gershenson; Scherer, 2016).

A ampliação de iniciativas que possam contemplar os grupos identificados como “jovem-jovem” e “jovem-adulto” ainda é um desafio, na medida em que há uma reduzida oferta de programas e projetos para os(as) jovens de 18 a 29 anos, somado ao fato de que o segmento de 15 a 17 anos conta com projetos socioassistenciais que são ofertados no âmbito da PAS, mas que são planejados para crianças e adolescentes (Costa, 2018).

Nesse sentido, a análise do Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021 revelou apenas uma ação específica voltada às juventudes no eixo da Proteção Social Básica: o fortalecimento de iniciativas destinadas a jovens em situação de vulnerabilidade, com foco na permanência escolar e na inserção no mercado de trabalho (Breves, 2018). O fato de essa ser a única ação direcionada ao segmento evidencia a prioridade dada pela gestão ao entendimento de que a educação deve ser reforçada como meio para viabilizar o ingresso dos(as) jovens no trabalho. Nesse sentido, o plano estabelece como meta a articulação em rede, prevista por meio de parcerias e cooperação intersetorial.

Segundo Baptista (2008), as abordagens presentes nas políticas sociais destinadas às juventudes revelam a própria disputa de interesses no interior do Estado. Historicamente, essas políticas reproduzem uma hierarquia de classe ao definir projetos educativos e profissionais distintos, nos quais jovens ricos têm acesso a uma formação de qualidade, enquanto os jovens

pobres recebem uma formação técnica e aligeirada voltada às demandas do mercado. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre como se estruturam as ações voltadas à inserção dos(as) jovens das camadas populares no mundo do trabalho, considerando que tais iniciativas esbarram nos limites do próprio modo de produção e, portanto, não podem ser tomadas como único critério para assegurar esse direito.

Nesse ínterim, as ações direcionadas para as juventudes voltam-se para a qualificação profissional voltada para uma possível inserção em um mercado de trabalho que a cada dia está mais restrito. Nessa conjuntura, mais do que nunca é necessário o desenvolvimento de ações específicas para as juventudes, levando em consideração suas particularidades em todos os níveis de complexidade (Scherer, 2015).

No caso do município de Breves, para que a ação proposta no Plano Municipal de Assistência Social 2018–2021 pudesse ser desenvolvida, identificamos duas outras ações que estão a ela relacionadas, ambas inseridas na área da Gestão. São elas: “Desvinculação da política de Trabalho da SEMTRAS e criação da Secretaria Municipal do Trabalho e Renda” (Breves, 2018, p. 44) e “Firmar parcerias com instituições provedoras de oportunidades de acesso à qualificação profissional” (Breves, 2018, p. 45).

Para propor a desvinculação, o plano prevê como atividade principal a tramitação e aprovação de uma lei municipal que ordene a PAS e a Política de Trabalho no município. Assim, a meta era de que a implementação da política de trabalho no município fosse feita no período de 2019 a 2020. Entretanto, verificou-se que a política de trabalho continua a ser desenvolvida em conjunto com a assistência social, por meio de uma mesma secretaria.

Esta vinculação da Política de Trabalho à PAS é uma realidade que está presente até mesmo a nível estadual, conforme já observado por Carneiro, Vieira e Araújo (2019), na análise da realidade institucional da gestão da PAS no norte e nordeste. Nos três estados pesquisados a PAS é associada a outras políticas setoriais. No caso do estado do Pará, o órgão era denominado Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, ou seja, agrega as políticas de Trabalho e Assistência Social (Carneiro; Vieira; Araújo, 2019).

As autoras analisam que o fato de as políticas sociais, no caso em questão as políticas de trabalho e assistência social, estarem em um único lócus de execução de políticas públicas, pode facilitar a integração e a complementaridade das ações entre elas. Entretanto, destacam que, conforme explica Boschetti (2016), identifica-se uma tensão inerente entre trabalho e assistência social. Essa tensão também está presente no planejamento da SEMTRAS, onde existe a percepção de que há a necessidade de criação de uma secretaria de trabalho e renda.

Outra questão relevante refere-se a formação de parcerias institucionais para a implementação de ações para o atendimento das juventudes. Nesse sentido, os achados corroboram as reflexões de Cristo (2017), que destaca a existência de uma ênfase na formação de parcerias institucionais, que eram vistas enquanto uma oportunidade de fortalecimento de projetos e serviços. Entretanto, a autora ressalta que as parcerias institucionais não podem ser compreendidas como sinônimo de trabalho intersetorial, uma vez que vai muito além disso, pois se relaciona ao *fazer juntos* as ações que possuem um objetivo em comum, podendo até mesmo ser previsto formalmente (Cristo, 2017).

Assim, compreende-se que firmar parcerias institucionais é importante para o desenvolvimento do trabalho nos CRAS pesquisados. Entretanto, o trabalho intersetorial não se resume a isso, pois o público com que a PAS trabalha é constituído por sujeitos que sofrem os impactos de diversas expressões da questão social. Portanto, necessitam que as políticas sociais trabalhem de forma articulada, com o fim de garantir o seu acesso aos serviços de modo permanente.

No que diz respeito à formação de parcerias com as instituições, destaca-se como atividade a ser desenvolvida, a criação de convênios de cooperação técnica com instituições federais e estaduais de ensino, como o Instituto Federal do Pará, a Universidade Federal do Pará e a Escola Tecnológica, com o fim de promover a realização de cursos voltados para a formação profissional de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade.

Importa observar que o fortalecimento das ações para as juventudes mais do que nunca esbarra em desafios relacionados à lógica do sistema capitalista, que não busca garantir direitos para todos(as). Scherer (2015) afirma que nessa conjuntura o trabalho intersetorial é imprescindível e não deve ter como foco o “desenvolvimento econômico”, tampouco a “formação de capital social”, mas estar ancorado na perspectiva do desenvolvimento integral, de modo a trazer possibilidades para a efetivação do acesso das juventudes aos serviços de que necessitam.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo conhecer as demandas dos(as) jovens e as dificuldades que se apresentam na sua inserção enquanto sujeitos de direito dos programas, serviços e projetos desenvolvidos nos CRAS do município de Breves/Marajó-PA. Os achados da pesquisa revelaram que as ações socioassistenciais para o atendimento das juventudes se dão de modo limitado e restrito, pois a realização de um trabalho intersetorial ainda é um desafio. Além disso, a análise indica que o atendimento ofertado não parte do reconhecimento das

especificidades dos(as) jovens, cujas demandas mais desafiadoras estão relacionadas com a formação profissional e o ingresso no mundo do trabalho.

As narrativas de jovens e profissionais indicam que, mesmo em uma conjuntura regressiva que fragiliza a garantia de direitos humanos, houve avanços no reconhecimento das juventudes como sujeitos de direito no âmbito da PAS. No entanto, no contexto marajoara, as dificuldades para implementar serviços que contemplem a integralidade dos territórios são ainda mais intensas. Esse quadro se agrava diante do sucateamento das estruturas dos CRAS, da interrupção de projetos e do risco de fechamento de equipamentos sociais por falta de recursos.

As demandas que permanecem sem atendimento e as limitações do atendimento socioassistencial tensionam um processo de insegurança. O contexto de regressão das garantias de direitos evidencia contradições inerentes à implementação das políticas sociais: embora haja avanços no reconhecimento dos(as) jovens como sujeitos de direito, a invisibilidade social continua se reproduzindo dentro dos próprios equipamentos públicos. Esse processo é reforçado pelo desconhecimento das particularidades socioculturais da região e pelas restrições de acesso aos programas, serviços e projetos, o que contribui para o acirramento das desigualdades sociais no Marajó.

No que se refere às contribuições deste estudo, espera-se oferecer subsídios para o atendimento no âmbito da PAS, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento do protagonismo juvenil nos programas, serviços e projetos dos CRAS, considerando a importância de que estes possam dialogar e interferir de forma contínua no planejamento.

Quanto às limitações da pesquisa, decorrem, em parte, da pandemia de Covid-19, que reduziu o alcance do trabalho de campo ao interromper os serviços dos CRAS e dificultar o contato com os(as) jovens. Soma-se a isso o fato de somente mulheres jovens terem participado do estudo, o que, embora não fosse o foco da análise, evidencia como o marcador de gênero incide nas trajetórias dessas jovens, influenciando aspectos como o acesso aos cursos ofertados e a continuidade dos estudos. Essa constatação demonstra a existência de demandas para que pesquisas futuras trabalhem questões relacionadas ao gênero.

A realização de investigações que tenham a finalidade de elucidar questões pertinentes às demandas de proteção das juventudes que vivem na Amazônia apresenta grande relevância, uma vez que evidenciam o quanto ainda é necessário caminhar para a garantia do acesso às oportunidades para o desenvolvimento integral. Nesse sentido, destaca-se a importância da PAS na viabilização de ações socioassistenciais que tenham centralidade nas juventudes, efetivando o seu reconhecimento como sujeitos de direito.

Referências bibliográficas

- AQUINO, L. M. C. de. Introdução. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (org.) *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. 303 p.
- BAPTISTA, T. A. Juventude, educação e trabalho: discursos e práticas sobre mosaico da juventude no Rio de Janeiro. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. de. (org.). *Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/ UERJ, 2008.
- BARBIANI, R. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 138 153, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1051>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARBOSA, R. B.; BEGA, M. T. S. A centralidade do trabalho e o jovem “nem-nem”. In: XV Encontro Nacional da EBET, 15, 2017, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: 2018. Tema: Trabalho, crise e desigualdades: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343432078_A_CENTRALIDADE_DO_TRABALHO_E_O_JOVEM_NEM-NEM. Acesso em: 03 mar. 2021.
- BRASIL. Governo Federal, Governo do Estado do Pará. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó*. Brasília: PDTSAM, 2007. 313 p.
- BREVES. Prefeitura Municipal de Breves. Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social. *Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021*. Breves, PA: Prefeitura Municipal de Breves, 20 dez. 2018.
- CARNEIRO, A. M. F.; VIEIRA, M. C.; ARAÚJO, M. S. S. Qualificando a Política de Assistência Social nos estados do Pará, Maranhão e Ceará e nos municípios da amostra da pesquisa empírica. In: SILVA, M. O. S. (coord.). *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e especificidades*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 55-80. ISBN 978-85-249-2748-5.
- CASTRO, E. G de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 7, n. 1, p. 179-208. 2009.
- COSTA, T. I. A. *Viver é melhor que sonhar: uma análise de políticas públicas de juventude no município de Mossoró-RN*. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2018.
- CRISTO, L. A. *Proteção Social e Juventude: unificação do Projovem Adolescente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV em Manaus*. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, O. et al. (org.). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. 284 p.
- ESTEVES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Lisboa. *Anais [...]* Lisboa: 2008. p. 1-14. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016. Tema: Mundos sociais: saberes e práticas.

- GERSHENSON, B.; SCHERER, G. A. Uma promessa civilizatória perversa: as políticas públicas e juventudes na era neodesenvolvimentista. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 160 - 170, jan./jul. 2016.
- GUIMARÃES, J. T. da S. Direitos humanos de crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 13, n. 25. 2021.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MACÁRIO, E.; JÚNIOR, N. R.; SILVA, R. A. Trabalho e questão social no Brasil contemporâneo: para uma crítica ao neodesenvolvimentismo. In: MACÁRIO, E.; JÚNIOR, N. R.; VALE, E. S. (orgs.). *Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão social*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2016.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, v. 25, p. 139-165, 1990. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282670420_A_Construcao_Sociologica_da_Juventude_-_alguns_contributos. Acesso em: 20 fev. 2016.
- PEREIRA, C. P. *Proteção Social no Capitalismo – Críticas a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- RODRIGUES, J. M. P. *No espelho do rio o que reflete e o que “SOME”?* O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na ótica de jovens egressos no município de Breves – Pará. Orientador: Gilmar Pereira da Silva. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- SILVA, M. O. S.; LIMA, V. F. S. A. Pontuando a realidade socioeconômica das regiões, estados e municípios espaços da pesquisa empírica. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (coord.). *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e especificidades*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 37-54. ISBN 978-85-249-2748-5.
- SCHERER, G. A. *O caleidoscópio da (in)segurança: os reflexos da dialética da (des)proteção social nas juventudes*. 2015. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.
- SCHERER, G. A. *Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena*. São Paulo: Cortez, 2013.
- TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes a formação de municípios. *Revista ACTA Geográfica*, ano 2, n. 3, p. 59-83, jan./jun. de 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Relatório Analítico do Marajó*. 2012. Disponível em: sit.mda.gov.br/download/ra/ra129.pdf. Acesso em: 02 jan. 2019.
- WEISHEIMER, N. *A situação juvenil na agricultura familiar*. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- YAZBEK, M. C. Mudanças atuais no Capitalismo e perspectivas para as políticas públicas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, número especial, p. 59-65, ago. 2010.

A atuação do assistente social na saúde frente à disputa de hegemonias: uma análise gramsciana

The practice of the social worker in health care amidst the dispute for hegemony: a gramscian analysis

Joseane Barbosa de Lima*  

Resumo: O artigo analisa o exercício profissional do assistente social na saúde pública à luz do pensamento de Gramsci e dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A partir da apropriação crítica de categorias como hegemonia, contra-hegemonia e intelectual orgânico, discute-se a atuação do Serviço Social como prática contra-hegemônica, comprometida com os interesses da classe trabalhadora. A análise situa-se no contexto das disputas societárias em torno do SUS, marcado por ofensivas neoliberais e neoconservadoras, e enfatiza a dimensão ético-política do trabalho profissional como mediação entre estrutura e sujeitos. Conclui-se que a intervenção crítica no campo da saúde potencializa a construção de uma nova hegemonia, articulando resistência cotidiana, participação social e defesa intransigente dos direitos.

Palavras-chaves: Hegemonia; Projeto Ético-Político; Serviço Social; Saúde.

Abstract: This article analyzes the professional practice of social workers in public health in light of Gramsci's thought and the foundations of the Ethical-Political Project of Social Work. Through the critical appropriation of categories such as hegemony, counter-hegemony, and organic intellectuals, Social Work is discussed as a counter-hegemonic praxis committed to the interests of the working class. The analysis is situated within societal disputes over the Brazilian Unified Health System (SUS), marked by neoliberal and neoconservative offensives, and emphasizes the ethical-political dimension of professional practice as a mediation between structure and subjects. It concludes that critical intervention in the health field enhances the construction of a new hegemony, by articulating everyday resistance, social participation, and the unwavering defense of rights.

Keywords Hegemony; Ethical-Political Project; Social Work; Health.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o exercício profissional do assistente social no campo da saúde pública, à luz do pensamento de Antônio Gramsci e dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Parte-se da concepção gramsciana de hegemonia como direção política, moral e cultural das classes dominantes, construída no âmbito da

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: joseane.lima@ufjf.br

sociedade civil por meio do consenso e da articulação de alianças. Em contrapartida, sustenta-se que as classes subalternas são capazes de elaborar um projeto societário alternativo, fundamentado em práticas contra-hegemônicas enraizadas nas condições concretas da vida social.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, fundamentada em revisão bibliográfica. Foram mobilizados autores clássicos e contemporâneos do Serviço Social e da tradição marxista, com ênfase no referencial gramsciano, com o objetivo de contribuir para o debate crítico sobre os desafios e potencialidades do trabalho profissional na saúde como mediação estratégica na luta por uma sociabilidade emancipada.

A apropriação crítica da obra de Gramsci — especialmente das categorias de hegemonia, intelectual orgânico e filosofia da práxis — foi determinante para o processo de renovação do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980. Nesse contexto, a profissão redefine sua direção social, assumindo um compromisso ético-político com a emancipação humana e com a construção de uma ordem social pautada na justiça, na equidade e na universalização dos direitos. Ao articular teoria e prática, ética e política, o projeto profissional adquire um caráter pedagógico, com potencial transformador, afirmando-se como crítica à ordem vigente e como força promotora de novas formas de organização e consciência coletiva.

Com base nesse referencial teórico-crítico, o artigo analisa os fundamentos ético-políticos que sustentam o projeto profissional do Serviço Social e examina a atuação do assistente social na saúde como espaço permeado por contradições, disputas de projetos societários, resistência e afirmação de práticas contra-hegemônicas. Essa análise se insere no contexto das ofensivas neoliberais e ultraconservadoras que vêm incidindo sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os direitos sociais, tensionando o trabalho profissional e os princípios que o orientam.

Diante do avanço do conservadorismo, da intensificação das desigualdades e do recrudescimento dos ataques aos direitos sociais e às liberdades democráticas, reafirma-se a centralidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social como instrumento de resistência e defesa intransigente da democracia, dos direitos historicamente conquistados. Ao fazê-lo, o artigo busca fortalecer o posicionamento crítico dos/das assistentes sociais frente às disputas ideológicas contemporâneas, reafirmando o compromisso da profissão com as lutas da classe trabalhadora pela transformação social.

Hegemonia e contra-hegemonia¹ em Gramsci: a disputa de projetos societários

A hegemonia, no pensamento de Antônio Gramsci, constitui um conceito-chave para a compreensão das formas de dominação e das possibilidades de transformação na sociedade capitalista. Diferentemente de uma concepção reducionista baseada apenas na coerção estatal, Gramsci entende hegemonia como a capacidade de uma classe dirigir as demais por meio do consenso ativo, construído na sociedade civil, mediante a difusão de uma concepção de mundo que se torna dominante (Gramsci, 2002).

Trata-se de uma forma de direção político-ideológica que articula coerção e convencimento, sendo exercida não apenas no campo institucional, mas, sobretudo na cultura, na moral, na linguagem e nas práticas cotidianas (Neves, 2017). Assim, a hegemonia não é sinônimo de dominação, mas um processo de liderança ética e intelectual, sustentado na construção de consenso e na interiorização de valores que legitimam a ordem vigente.

Segundo Dias (2005), é no terreno da totalidade social — compreendida como o conjunto articulado de práticas, representações, relações sociais e estruturas de poder — que se travam os embates entre distintos projetos hegemônicos. A teoria política gramsciana, portanto, recusa a separação entre economia, cultura e política, entendendo-as como dimensões interligadas da realidade. Como enfatiza o autor, “a teoria política seria um discurso vazio se examinada como exterioridade em relação à totalidade social ou como mero epifenômeno do ‘econômico’” (Dias, 2005, p. 21). Assim, faz-se necessário articular o real a partir da reflexão sobre as práticas e os discursos dos dominados, bem como das ideologias dominantes, visando à superação destas e à construção do campo hegemônico das primeiras.

A luta por hegemonia envolve, portanto, a construção de um projeto societário alternativo, fundado nas experiências históricas das classes subalternas e na elaboração de uma concepção de mundo própria. Para Gramsci (2002), esse processo se inicia antes mesmo da tomada do poder estatal, por meio da atuação nos espaços da sociedade civil, da persuasão contínua e da disputa cultural. A hegemonia é, nesse sentido, um processo pedagógico de construção de consciência coletiva, que visa formar sujeitos históricos capazes de romper com a ordem vigente.

Nessa direção, a conquista da hegemonia, segundo Gramsci (2002), exige uma reforma intelectual e moral, ou seja, uma transformação profunda nas formas de pensar e agir que

¹ Embora amplamente empregado na tradição marxista contemporânea, o termo “contra-hegemonia” não aparece de forma literal no vocabulário político-conceitual formulado por Antonio Gramsci. Seu uso, contudo, não se distancia dos fundamentos teórico-políticos gramscianos que subsidiam a compreensão das disputas de hegemonia e dos processos de direção moral, política e intelectual na sociedade.

permita superar interesses corporativos e particulares, rumo à constituição de um projeto universalizante, característico de uma classe que se pretende dirigente no sentido histórico. Essa reforma não se limita a mudanças individuais ou culturais isoladas, mas envolve a conformação de um novo sujeito histórico, alinhado a um projeto coletivo de transformação da ordem social vigente.

No âmbito desta análise, destaca-se a centralidade da filosofia da práxis. Como aponta Souza (2018), ao revisitar a obra de Gramsci (1975), essa filosofia representa uma concepção de mundo que orienta o processo de reforma intelectual e moral, articulando teoria e prática como dimensões indissociáveis da luta social. Parte do reconhecimento de que toda concepção de mundo emerge de condições históricas concretas e somente adquire força transformadora quando é capaz de responder aos desafios de sua época, convertendo-se em prática viva, incorporada ao cotidiano das massas.

Para Gramsci, uma concepção só se revela verdadeiramente transformadora quando se enraíza na experiência coletiva, influenciando valores, atitudes e ações. Isso significa que a reforma intelectual e moral deve expressar-se em mudanças efetivas na cultura e na organização das classes subalternas, possibilitando a construção de uma nova hegemonia a partir de baixo (Souza, 2018).

Dessa forma, a proposta gramsciana de reforma intelectual e moral articula transformação cultural, política e ideológica, reconhecendo o papel estratégico da formação da consciência crítica e da organização coletiva das classes subalternas na disputa pela direção moral e política da sociedade.

Com base nessa compreensão de hegemonia como construção ativa de um novo consenso social, Gramsci aprofunda sua crítica à ordem burguesa, especialmente ao refletir sobre a estrutura do poder na sociedade capitalista. A partir disso, desenvolve uma leitura inovadora do Estado, que ultrapassa sua dimensão institucional e coercitiva, considerando-o como um terreno ampliado de disputas sociais e ideológicas

Para além da crítica ao liberalismo como ideologia legitimadora da burguesia, Gramsci compreende o Estado como uma totalidade ampliada, que abrange tanto a sociedade política — vinculada aos mecanismos de coerção — quanto a sociedade civil — relacionada à produção do consenso. Nessa formulação, o Estado é um espaço de disputas e contradições, onde diferentes projetos societários se enfrentam (Dias, 2005).

Nesse contexto, a hegemonia opera em duas frentes fundamentais: de um lado, como crítica teórico-prática às formas de dominação; de outro, como condição de possibilidade para a transformação social (Dias, 2005). Tal formulação permite compreender a hegemonia não

apenas como uma forma de legitimação da ordem vigente, mas também como um campo de disputa no qual se constroem alternativas históricas.

A teoria liberal, segundo análise de Dias (2005), cumpre um papel essencial na manutenção da ordem capitalista ao apresentar a cidadania como um campo homogêneo e consensual. Com isso, oculta os antagonismos de classe e inviabiliza a formulação de uma visão de mundo autônoma por parte das classes subalternas, contribuindo para a fragmentação das lutas sociais e a individualização das contradições.

A superação dessa lógica exige a constituição de um *novo bloco histórico*, sustentado por intelectuais orgânicos — sujeitos coletivos que emergem das próprias classes trabalhadoras e expressam seus interesses históricos. A ausência desses intelectuais compromete a autonomia política das classes subalternas, favorecendo sua adesão passiva à lógica hegemônica (Dias, 2005).

Portanto, é necessário que essas classes rompam com os discursos e práticas dominantes, apresentando-se como forças revolucionárias capazes de construir sua identidade e de se colocarem, nas palavras de Dias (2005, p. 30), “como sujeito fundador da possibilidade de um novo bloco histórico”. Essa ruptura está diretamente ligada à constituição de seus próprios intelectuais que, tendo por norte a filosofia da práxis, sejam capazes de enfrentar a hegemonia dominante.

Os intelectuais exercem funções organizativas e articuladoras essenciais na constituição e na manutenção da hegemonia do grupo social ao qual estão organicamente vinculados. De acordo com Gramsci (1975 *apud* Souza, 2018), esses sujeitos atuam como “funcionários” do grupo dirigente, sendo responsáveis por funções subalternas tanto no âmbito da hegemonia social quanto no exercício do governo político.

Essa atuação se desdobra em dois eixos centrais. O primeiro diz respeito à produção de um consenso aparentemente “espontâneo” por parte das amplas massas populares em relação à direção política e moral exercida pelo grupo hegemônico. Tal consenso é historicamente construído com base no prestígio e na confiança atribuídos a esse grupo, em função de sua posição estratégica no processo de produção e de sua capacidade dirigente.

O segundo eixo refere-se à mediação exercida pelo aparato estatal de coerção, cuja função é garantir a disciplina dos setores que não aderem ao consenso, seja de forma ativa ou passiva. Essa coerção é operacionalizada juridicamente por meio da legalidade, estruturando-se de modo a atuar preventivamente em toda a sociedade — especialmente em contextos de crise de direção, quando o consenso espontâneo tende a se enfraquecer (Gramsci, 1975 *apud* Souza, 2018).

Dias (2005) analisa que um dos principais elementos de subordinação das classes subalternas reside na dificuldade de elaborarem sua identidade própria, já que:

O seu saber/pensamento é construído errática e fragmentariamente a partir de sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas. É, normalmente, no interior, no próprio cerne destas práticas, e discursos (...) que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes” (Dias, 2005, p. 31).

Romper com a ideologia dominante significa, nesse contexto, superar as condições materiais e simbólicas que sustentam a opressão de classe. No pensamento de Gramsci, essa superação exige uma crítica contundente à separação entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que tais esferas são compreendidas como dimensões interdependentes da totalidade social. Como observa Dias (2005, p. 32), “pensar a sociedade civil separada da sociedade política significa desconhecer as condições reais das lutas de classes”.

Gramsci (2002) argumenta que, enquanto a sociedade política se manifesta por meio dos aparatos coercitivos do Estado, a sociedade civil representa o terreno do consenso, englobando instituições privadas, práticas culturais e mecanismos de reprodução da hegemonia. É nesse espaço que se desenvolve a chamada “guerra de posição”, característica das sociedades capitalistas avançadas, em contraste com a “guerra de movimento”, típica de contextos de revolução. Nessa perspectiva, a transformação social não se dá por meio de rupturas abruptas, mas por meio de uma disputa prolongada e estratégica nos campos da educação, cultura, religião e comunicação, exigindo das classes subalternas uma atuação planejada e persistente (Neves, 2017).

Por outro lado, a perspectiva liberal tende a estabelecer uma dicotomia artificial entre essas duas esferas. Nessa concepção, a sociedade política é reduzida ao Estado, cuja função seria garantir a ordem, a propriedade privada e os contratos; enquanto a sociedade civil é idealizada como um espaço neutro de cidadania e consenso. Tal visão, no entanto, desconsidera os antagonismos de classe que perpassam a vida social, obscurecendo as desigualdades estruturais próprias do modo de produção capitalista. Ao adotar essa noção de cidadania homogênea, corre-se o risco de suprimir os conflitos sociais e, conseqüentemente, desmobilizar a crítica à ordem vigente. Como adverte Dias (2005, p. 33), esse processo implica “eliminar os antagonismos, construir os caminhos da derrota e da incorporação à ordem capitalista”.

Dessa forma, a cidadania, sob a ótica das classes subalternas, não deve ser concebida como um ideal abstrato ou um campo neutro, mas como um espaço historicamente atravessado por contradições, onde se travam lutas por direitos e por transformações sociais efetivas. Ignorar

tais contradições significa reforçar a aparência de igualdade formal, contribuindo para a manutenção da exclusão e da desigualdade sob a fachada da cidadania universal.

A hegemonia deve ser compreendida, simultaneamente, como direção política e processo pedagógico. Trata-se da construção de uma nova concepção de mundo, enraizada nas experiências e necessidades históricas das classes subalternas, orientada à constituição de uma cultura contra-hegemônica (Neves, 2017). Como observa Dias (2005, p. 64), esse processo exige a estruturação de um campo de lutas, alianças e estratégias que componham o “horizonte ideológico e simbólico” da classe trabalhadora, permitindo-lhe disputar a direção da sociedade em sua totalidade.

É nesse complexo terreno de disputas por projetos societários, travadas no interior da sociedade civil, que o Serviço Social brasileiro também atua, sobretudo a partir da consolidação de seu Projeto Ético-Político. A apropriação crítica do pensamento gramsciano, especialmente a partir da década de 1980, foi decisiva para a reconceitualização da intervenção profissional como práxis — compreendida como mediação entre as determinações estruturais da sociabilidade capitalista e a ação concreta dos sujeitos sociais (Neves, 2017). Nessa perspectiva, a profissão passa a reconhecer seu papel ativo nas lutas sociais, assumindo uma direção ético-política orientada à construção de alternativas emancipatórias no interior das contradições do Estado e da sociedade.

Os fundamentos ético-políticos do Serviço Social como projeto contra-hegemônico

A compreensão da hegemonia como síntese entre direção cultural e transformação material tem sido central nas aproximações entre o pensamento gramsciano e o Serviço Social. Segundo Simionatto (1995), ao pensar a hegemonia como fenômeno político-cultural e econômico, Gramsci oferece subsídios teóricos para compreender a profissão como um espaço de disputa por um novo projeto de sociedade. A partir dessa chave analítica, o Serviço Social crítico se constitui como uma práxis contra-hegemônica, vinculada aos interesses históricos das classes trabalhadoras e comprometida com a construção de uma nova direção ético-política no interior da ordem social vigente (Neves, 2017).

No entanto, é importante destacar que essa perspectiva crítica não está presente na origem da profissão no Brasil. A institucionalização do Serviço Social nos anos 1930 deu-se em um contexto de modernização conservadora do Estado, marcado pelo autoritarismo e pela consolidação da hegemonia burguesa no período do Estado Novo. Nessa conjuntura, a profissão assumiu feições técnico-burocráticas, fortemente influenciada pela doutrina social da Igreja,

atuando como mediadora da questão social, mas sem questionar suas determinações estruturais (Iamamoto; Carvalho, 2008).

A crítica a esse modelo ganha força a partir dos anos 1960, impulsionada pelas lutas populares na América Latina e, sobretudo, pela incorporação das contribuições do marxismo. No Brasil, esse movimento se intensifica na década de 1980, com o processo conhecido como “intenção de ruptura” (Netto, 2011), que marca o esforço coletivo de revisão dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão. Nesse contexto, o pensamento gramsciano passa a ocupar lugar de destaque, contribuindo com categorias centrais, como bloco histórico, intelectual orgânico, sociedade civil e filosofia da práxis, orientando a construção de um novo projeto profissional vinculado à emancipação humana.

Segundo Simionatto (2021, p. 11),

A presença de Gramsci no Serviço Social se amplia na década de 1980, com conquistas importantes na discussão teórico-metodológica, com a implantação do currículo de 1982, na direção social da formação e da prática profissionais, afirmadas na disputa da hegemonia com o conservadorismo e o pragmatismo, mas também na atuação e na organização política da categoria. A inovadora contribuição de Gramsci ao marxismo, através da filosofia da práxis, impulsionou o aprofundamento dos estudos sobre o método crítico dialético, a imprescindível unidade entre teoria e prática, entre pensamento e ação (Abreu; Cardoso, 1989). Defendida por Gramsci como instrumento de combate ao positivismo e suas incrustações no marxismo, a filosofia da práxis configura-se como uma teoria da ação-político cultural necessária para apreender e, ao mesmo tempo, reorganizar o mundo em busca da sua transformação.

813

Nessa perspectiva, os confrontos políticos mais significativos entre os setores conservadores da profissão e aqueles alinhados à perspectiva crítica se intensificam nos processos de reformulação do Código de Ética Profissional, especialmente nos anos de 1986 e 1993. Conforme Barroco (2009), nesse período, tanto a práxis política quanto a produção teórica passaram a desempenhar um papel decisivo na consolidação de um novo ethos profissional, de caráter crítico e democrático, orientado para a superação do irracionalismo, do conservadorismo e do tradicionalismo que historicamente marcaram o Serviço Social.

O Código de Ética de 1986 constitui um marco nesse processo, ao compreender a ética profissional, pela primeira vez, como elemento constitutivo de um projeto coletivo. Essa concepção rompe com a perspectiva anterior, que restringia a ética ao plano da moral individual. Ainda que os fundamentos éticos não tenham sido plenamente explicitados, o documento já expressava uma importante inflexão: a política, antes subordinada à moral, passa a ser compreendida como subordinada à ética política. Isso indicava o surgimento de uma nova

práxis política, marcada por um distanciamento da lógica individualista e moralizante até então predominante (Barroco, 2009).

O ano de 1986, portanto, inaugura um novo ciclo, que será aprofundado na década de 1990. Nos debates que culminaram na formulação do Código de Ética de 1993, essa articulação entre ética e política se aprofunda, com o aporte de novos fundamentos teóricos e filosóficos, inspirados em autores da filosofia política, em referências marxistas contemporâneas e nas fontes originais do pensamento marxiano.

As entidades representativas da categoria passaram a desenvolver ações voltadas à capacitação, à reflexão crítica e ao debate sobre ética, sempre em diálogo com a política, reafirmando a indissociabilidade entre essas duas dimensões no interior do projeto profissional. Com isso, consolida-se, a partir de 1993, a formulação do chamado Projeto Ético-Político, que expressa, de forma mais orgânica, essa articulação entre ética e política como fundamento para a atuação crítica do Serviço Social (Barroco, 2009).

Nas palavras de Netto (1999) o significado sócio histórico e ideo-político do referido projeto,

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional (Netto, 1999, p. 104-105).

Assim, o projeto ético-político do Serviço Social constitui-se como um projeto contra-hegemônico. Ao se orientar pela defesa dos direitos sociais, pela radicalização democrática e pela emancipação humana, ultrapassa os limites de uma atuação técnico-administrativa e assume uma dimensão política fundamental. O/a assistente social, inserido/a nas trincheiras da sociedade civil e política, atua como um/a intelectual orgânico/a das classes subalternas, contribuindo para a construção de novos consensos alinhados aos interesses da classe trabalhadora (Simionatto, 1995).

Essa prática, contudo, se dá em meio a contradições. Como observa Jacinto (2017), a atuação profissional ocorre em instituições que operam majoritariamente para a reprodução das relações capitalistas. Portanto, mesmo orientado por um horizonte emancipador, o projeto ético-político enfrenta limites impostos pela hegemonia burguesa que se atualiza nas formas institucionais. Esse tensionamento é intensificado no contexto contemporâneo, marcado pelo

avanço do conservadorismo, pelo esvaziamento dos movimentos populares e pela fragmentação das lutas sociais.

Nesse cenário, o desafio do/a assistente social é construir práticas que articulem o ético ao político, o imediato ao histórico, e a mediação às finalidades últimas do projeto profissional. Como destaca Neves (2017), trata-se de disputar os sentidos da intervenção profissional no interior das instituições e da sociedade civil, atuando estrategicamente na "guerra de posição" gramsciana. A prática profissional, assim, adquire uma dimensão pedagógica, ideológica e política, mediando demandas concretas com os projetos coletivos de transformação social.

Não se trata, no entanto, de uma atuação previamente roteirizada. Gramsci (2000) adverte que o papel do intelectual orgânico exige uma constante dialética entre saber e sentir — uma unidade entre teoria, emoção e ação histórica, só possível mediante o enraizamento nas experiências vividas pelos sujeitos populares. A ausência desse vínculo abre espaço para a burocratização da prática e o distanciamento entre profissionais e os sujeitos históricos da transformação.

Nesse sentido, o intelectual cumpre uma função estratégica na construção e na manutenção da hegemonia. Gramsci (2007) destaca que os intelectuais exercem um papel organizativo fundamental, articulando o consenso social e o domínio político do grupo dirigente. Segundo o autor:

Os intelectuais têm uma função na 'hegemonia' que o grupo dominante exercita em toda a sociedade e no 'domínio' sobre ela que se encarna no Estado, e esta função é precisamente 'organizativa' ou conectiva: os intelectuais têm a função de organizar a hegemonia social de um grupo e o seu domínio estatal, isto é, o consenso dado pelo prestígio da função no mundo produtivo e o aparato de coerção para aqueles grupos que não 'consentem' nem ativamente nem passivamente ou para aqueles momentos de crise de comando e de direção em que o consentimento espontâneo passa por uma crise. Desta análise resulta uma extensão muito grande do conceito de intelectuais, mas apenas assim me parece possível chegar a uma aproximação concreta da realidade (Gramsci, 2007, p. 476).

Nesse marco, é possível compreender o/a assistente social como um intelectual orgânico vinculado às classes subalternas, cuja prática profissional se insere nas disputas pela direção moral e política da sociedade. A apropriação do pensamento gramsciano pelo Serviço Social, portanto, não se reduz ao uso instrumental de categorias analíticas, mas constitui uma orientação ética e política. Ao afirmar os fundamentos do seu projeto ético-político, o Serviço Social se posiciona contra a lógica mercantil da vida e reafirma seu compromisso com a dignidade humana, a justiça social e a construção de uma nova hegemonia.

Esse compromisso se concretiza nas mediações cotidianas do trabalho profissional. Desde o atendimento direto até a elaboração de pareceres, passando pela articulação com redes

e equipes e pela formulação de políticas públicas, cada ato profissional carrega escolhas ético-políticas. Como sublinha Simionatto (2021, p. 14), a atuação do/a assistente social tem função pedagógica e política fundamental, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a organização da cultura e da consciência social — elementos centrais na luta pela hegemonia. À luz da perspectiva gramsciana, esse profissional não se limita a uma atuação neutra ou tecnicista, mas se insere de maneira ativa nas disputas ideológicas, culturais e políticas do seu tempo histórico. Seu trabalho implica participar da produção de sentidos sociais e na construção de hegemonias vinculadas aos interesses da classe trabalhadora.

Como afirmam Santos e Mancini (2021, p. 130), trata-se de um exercício profissional atento à totalidade social, o que exige a apreensão crítica da “lógica do capitalismo contemporâneo, o papel do Estado, as dinâmicas da gestão pública e a luta de classes”. Tal compreensão é indispensável para que a intervenção profissional supere respostas imediatistas ou meramente adaptativas, assumindo uma postura ético-política propositiva e comprometida com a emancipação social.

No contexto atual, caracterizado pela intensificação das expressões da questão social, pelo avanço de forças conservadoras e pelo desmonte das políticas públicas em prol da financeirização do capital, essa atuação crítica torna-se ainda mais necessária. Como analisa Silva (2022), observa-se a produção de uma imagem distorcida da realidade, acompanhada por um discurso de mudança que, sob a lógica do ultraneoliberalismo, apresenta falsas soluções para a crise estrutural do capitalismo. A esse discurso se soma a retórica moralizante de cunho fundamentalista religioso, promovida por setores das igrejas neopentecostais, que constroem a figura do comunismo como inimigo interno e ameaça à “família tradicional” e seus valores morais.

Essa articulação ideológica atua sobre o senso comum, consolidando visões de mundo simplificadas que moldam as condutas e as formas de pensar das massas. Silva (2022, p. 17) aponta que tais argumentos “aderem e sedimentam-se no senso comum, modelando convicções e operando sobre a vida prática”. Essa perspectiva encontra eco em Gramsci, para quem “nas massas como tais, a filosofia não pode não ser vivida como uma fé” (Gramsci, 2007, p. 1390). Ou seja, as ideias difundidas por determinados intelectuais se tornam forças materiais quando vivenciadas como crenças, orientando práticas e consolidando projetos societários. Por isso, o senso comum é um campo de disputa central na construção da hegemonia, sendo moldado tanto por intelectuais comprometidos com a transformação social quanto por aqueles que contribuem para a sua estagnação.

Nesse último caso, destacam-se os chamados “intelectuais medíocres”, cuja atuação obscurece os elementos estruturais da realidade, reforçando respostas reacionárias diante das crises. Conforme analisa Schlesener (2017, p. 156), “os intelectuais medíocres [...] conseguem obscurecer em vez de esclarecer os movimentos de massa, ou porque não dominam a teoria ou porque não entendem sua posição na luta de classes ou, ainda, porque partem de saída de uma posição de elite (são medíocres e arrogantes)”. Tais sujeitos operam como difusores de um senso comum conservador, impedindo a elevação da consciência crítica dos setores subalternizados.

No caso brasileiro, como destacado por Silva (2022), a desorganização da cultura nacional foi um dos fatores que possibilitou o surgimento de um movimento de massas reacionário, viabilizando a ascensão do bolsonarismo. Ainda que a atual conjuntura não possa ser explicada exclusivamente pela ação desses intelectuais, seu papel na conformação do bloco histórico dominante é decisivo. O crescimento do discurso da “ditadura cultural marxista”, os ataques sistemáticos à ciência, à educação, à democracia e à soberania nacional são expressões do avanço de formas intelectuais que Gramsci criticou duramente. Referindo-se a esse tipo de atuação ideológica, afirmou: “os grupos intelectuais que exprimiam questões lorianas², na realidade, desprezavam, não só a lógica, mas a vida nacional, política e tudo mais” (Gramsci, 2007, p. 2335).

Diante desse cenário, o/a assistente social, enquanto intelectual orgânico da classe trabalhadora é desafiado a disputar sentidos no cotidiano profissional, contribuindo para desnaturalizar a ordem vigente e fomentar a construção de uma nova hegemonia, pautada nos valores da justiça social, da emancipação humana e da radicalização da democracia.

Dessa forma, o Serviço Social é chamado a atualizar permanentemente seu compromisso com as classes subalternas. Rerler Gramsci, como alerta Neves (2017), não significa repetir fórmulas, mas recriar sua teoria à luz das contradições do presente. É por meio dessa práxis viva e historicamente situada que a profissão se afirma como força ativa na construção de um novo projeto societário. A disputa entre projetos antagônicos segue presente — tanto na sociedade quanto na profissão — e exige que o Serviço Social se posicione de forma clara, crítica e coerente com os fundamentos que sustentam sua identidade.

Nesse horizonte, compreender o projeto ético-político do Serviço Social como expressão de uma racionalidade contra-hegemônica implica reconhecer a prática profissional como espaço de mediações históricas, políticas e ideológicas. Essa concepção torna-se ainda

² Gramsci utiliza o termo *lorianismo* para criticar intelectuais que carecem de rigor teórico, metodológico e ético, buscando prestígio por meio do diletantismo e da distorção dos fatos. Refere-se especialmente a Loria, mas também a autores como Einaudi, Ferri, Lombroso e Orano (Schlesener, 2017)

mais relevante quando analisamos o exercício profissional em áreas estratégicas, como a saúde. É nesse campo, marcado por disputas em torno da concepção de direitos, do papel do Estado e da forma de organização das políticas públicas, que se materializam muitas das contradições enfrentadas pelo Serviço Social. Assim, no próximo item, analisaremos o trabalho do assistente social na saúde como uma mediação crítica e um espaço de resistência, à luz dos fundamentos discutidos até aqui.

O exercício profissional do Assistente Social na Saúde: Resistência e Construção de Hegemonia no SUS

O campo da saúde pública brasileira, estruturado pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) — universalidade, integralidade e equidade — configura uma conquista histórica dos movimentos sociais e sanitaristas, expressando a materialização de disputas por hegemonia no interior do Estado brasileiro.

À luz do pensamento gramsciano, a criação do SUS pode ser compreendida como resultado de um processo de disputa hegemônica na sociedade civil, no qual distintos grupos buscaram afirmar projetos antagônicos para a saúde pública no país. Nesse contexto, a Reforma Sanitária emergiu como um projeto contra-hegemônico, empenhado em construir uma nova direção moral e intelectual ao afirmar a saúde como direito universal e dimensão da cidadania. Assim, as lutas sociais em torno da concepção de saúde

[...] Buscam construir uma contra-hegemonia, [...] pauta um projeto emancipador para a humanidade e evidência a necessidade de enfrentamento dos desafios postos por uma realidade permeada de contradições e interesses destrutivos do capital, as quais determinam socialmente a situação de saúde da coletividade em uma dada sociedade (Carvalho, 2019, p. 14).

Forjado nesse processo, o SUS rompe com modelos biomédicos, assistencialistas e mercantilistas, instituindo a saúde como direito social e dever do Estado. Entretanto, desde sua institucionalização, o sistema permanece atravessado por contradições estruturais, enfrentando permanentes investidas do capital, expressas na mercantilização da atenção, no subfinanciamento/desfinanciamento crônico, na precarização das condições de trabalho e na adoção de modelos gerenciais alinhados à lógica da acumulação capitalista.

Segundo Bravo (2020), o SUS é tensionado por três projetos distintos: o projeto da Reforma Sanitária, que propõe um sistema público, estatal, universal e com controle social por meio da participação popular; o projeto privatista, que busca subordinar a saúde ao mercado; e o projeto da Reforma Sanitária flexibilizada, que tenta conciliar os princípios do SUS com as exigências do neoliberalismo.

Esses três projetos materializam, em termos gramscianos, distintas estratégias de hegemonia no interior do Estado ampliado. Enquanto o projeto da Reforma Sanitária busca expandir a direção democrática da classe trabalhadora, o projeto privatista expressa a tentativa de restauração da hegemonia neoliberal. Já o projeto da Reforma Sanitária flexibilizada evidencia a convivência contraditória entre projetos antagônicos, revelando a complexidade da disputa hegemônica na área da saúde.

A inserção do Serviço Social na saúde se intensifica com a criação do SUS, momento em que essas disputas passam a moldar sua institucionalização. Esse processo repercute na profissão ao evidenciar a tensão entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, suas bases vinculadas à Reforma Sanitária Brasileira e as demandas cotidianas de trabalho ainda fortemente condicionadas pelo modelo hospitalocêntrico e curativista (Carvalho, 2019).

Nesse cenário permeado por conflitos e disputas ideológicas, o trabalho do/a assistente social se insere como possibilidade de mediação crítica, articulando as determinações estruturais do capitalismo, os limites impostos pelas políticas públicas e as demandas concretas dos sujeitos sociais.

Ao incorporar uma compreensão ampliada das determinações sociais do processo saúde-doença, o/a assistente social passa a tensionar os debates acerca da questão social que atravessa as condições de vida dos/as usuários/as do SUS, promovendo um diálogo essencial com a equipe multiprofissional de saúde. Nessa direção, sua atuação contribui para o enfrentamento das perspectivas conservadoras no campo da saúde, articulando a defesa dos direitos sociais à necessária politização da prática profissional. Desse modo, o trabalho do/a assistente social pode se configurar como uma prática contra-hegemônica, fortalecendo a construção de uma nova hegemonia, nos termos gramscianos, que afirme a integralidade do cuidado, a equidade e a transformação social.

Considerando essa inserção crítica, torna-se evidente que o/a assistente social ocupa um lugar estratégico no interior da política de saúde, dada a complexidade das demandas que chegam ao serviço e a necessidade de apreensão ampliada das necessidades sociais e de saúde. De acordo com Carvalho (2019), o contato permanente com situações multifacetadas e com a dinâmica cotidiana do SUS, confere à profissão um acúmulo técnico, ético e político singular. Quando esses elementos são elaborados de forma crítica, à luz dos fundamentos ético-políticos e dos referenciais teórico-metodológicos que orientam o projeto profissional, convertem-se em base para práticas que disputam projetos no interior do próprio SUS.

Nesse contexto, o/a assistente social pode se configurar, em termos gramscianos, como um intelectual orgânico da classe trabalhadora, na medida em que produz, organiza e difunde

concepções críticas sobre a realidade social e o processo saúde-doença. Essa condição se expressa na capacidade de articular elaboração teórica, direção política e prática educativa, intervindo de modo qualificado nas contradições presentes nos serviços de saúde.

A contribuição da categoria na composição de um movimento contra hegemônico na saúde, que tem a perspectiva da determinação social da saúde como eixo norteador, é um forte indicativo da nossa capacidade teórica e política de questionar movimentos ideológicos que pretensamente busquem direcionar pressupostos, métodos e práticas sociais em função de interesses que diferem da direção social do nosso Projeto Ético Político hegemônico, contribuindo inclusive com o revigoramento da direção social crítica que fundamentou a saúde coletiva, face aos desafios enfrentados pelo movimento sanitário na atualidade (Carvalho, 2019, p. 79).

Assumir uma prática profissional que se contraponha à lógica dominante nos serviços de saúde requer, portanto, construir mediações capazes de negar a subordinação do trabalho do/a assistente social aos projetos societários que se fortalecem no contexto neoliberal. Esse compromisso ético-político implica enfrentar não apenas a racionalidade gerencialista e produtivista que atravessa o SUS, mas também as expressões do conservadorismo, dos preconceitos e das práticas discriminatórias que se reproduzem nos serviços — seja na forma de moralização das demandas dos/as usuários/as, na patologização das desigualdades sociais ou na naturalização das violências que afetam, sobretudo, populações negras, pobres, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Nesse sentido, como destaca Vasconcelos (2015), a práxis profissional requer apreender criticamente as determinações sociais que conformam essas expressões e produzir respostas que afirmem a centralidade do ser social na construção do cuidado.

Ao mesmo tempo, o exercício profissional do/a assistente social, longe de ser homogêneo, apresenta elementos tanto de reprodução das relações sociais conservadoras quanto de possibilidades para a construção de práticas críticas e emancipadoras. Como destaca Netto (2006), embora o conservadorismo tenha perdido o monopólio na direção do Serviço Social, suas expressões permanecem presentes, convivendo e confrontando-se com projetos profissionais críticos, em razão da heterogeneidade da categoria e do contexto democrático.

Dessa forma, o exercício profissional crítico se desenvolve sob a constante ameaça da despolitização, da moralização das intervenções e da adaptação às lógicas neoliberais. Barroco (2011) alerta para o avanço de uma racionalidade tecnocrática e gerencial nas instituições, inclusive na área da saúde, que privilegia a produtividade, a competitividade e a lucratividade. Sob essa lógica, o trabalho do/a assistente social tende a ser reduzido a tarefas burocráticas e repetitivas, dificultando a construção de uma práxis crítica.

Desse modo, o corpo profissional também está submetido às contradições do capital, sofrendo com a precarização do trabalho, o adoecimento, a intensificação das exigências produtivas e a instabilidade dos vínculos laborais. A fragilidade da formação política, somada à busca por soluções imediatistas e à ausência de mediações coletivas, favorece o fortalecimento do conservadorismo e compromete a construção de projetos profissionais emancipatórios (Barroco, 2011, p. 212).

Essa racionalidade gerencial pode ser compreendida, à luz de uma leitura gramsciana, como um dos mecanismos de manutenção da hegemonia neoliberal, ao produzir consensos institucionais que naturalizam práticas tecnicistas e fragmentam capacidades coletivas de resistência. Ao reduzir a complexidade do trabalho profissional a rotinas operacionais e mensuráveis, busca-se neutralizar sua dimensão política e restringir sua potência contra-hegemônica.

É nesse sentido que a formulação de Gramsci sobre o exercício da hegemonia — entendida como articulação entre coerção e consenso — torna-se elucidativa para compreender a adesão institucional a tais racionalidades. Como afirma o autor, a hegemonia consiste em “uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força suplante em muito o consenso; ao contrário, [a força] aparece apoiada pelo consenso da maioria, expresso pelos assim ditos órgãos da opinião pública” (Gramsci, 1975 *apud* Aliaga; Silva, 2017, p. 24).

Nessa perspectiva, o gerencialismo não opera apenas como exigência administrativa, mas como produção ativa de consenso que legitima formas de organização do trabalho alinhadas à racionalidade neoliberal, dificultando a construção de práticas profissionais críticas e emancipadoras.

Entretanto, é justamente na capacidade de reconhecer e tensionar essas contradições que se inscreve a potencialidade contra-hegemônica da prática profissional do/a assistente social. A construção de alianças com sujeitos coletivos e a disputa de sentidos das políticas públicas constituem estratégias fundamentais na afirmação da defesa da vida, dos direitos sociais e da emancipação humana.

Diante do atual cenário de ofensiva conservadora, aprofundamento das desigualdades e precarização das políticas sociais, torna-se imperativo que a atuação profissional do/a assistente social na saúde esteja alicerçada em uma perspectiva crítica e totalizante, capaz de apreender as expressões da questão social e intervir de forma articulada. Disputar a hegemonia na área da saúde exige mais do que resistências pontuais: requer organização coletiva, fortalecimento do projeto ético-político profissional e articulação entre os espaços institucionais e os movimentos

sociais. O trabalho profissional deve se afirmar como instrumento na luta por um projeto societário fundado na equidade, na justiça social e na universalização dos direitos.

O enfrentamento ao conservadorismo exige, assim, uma dupla estratégia: por um lado, o fortalecimento da organização política da categoria, por meio de ações junto às entidades representativas, unidades formadoras, profissionais e estudantes; por outro, a articulação com movimentos sociais, sindicatos e partidos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora (Barroco, 2011). Essa mobilização coletiva é fundamental para resistir às tendências conservadoras e gerencialistas que, associadas à intensificação das desigualdades, expressam um projeto de sociedade excludente e autoritário.

Essas tendências conservadoras e gerencialistas não se limitam a conjunturas isoladas, mas têm se aprofundado nas últimas décadas, especialmente em contextos de crises econômicas, políticas e sociais que afetam diretamente a organização e o financiamento das políticas públicas. Momentos de inflexão histórica, como a pandemia de Covid-19, evidenciaram de forma contundente as contradições do sistema capitalista e os limites do modelo de saúde vigente.

A crise sanitária global escancarou as desigualdades sociais e destacou, de maneira incontornável, tanto a centralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) na proteção da vida quanto o papel estratégico do/a assistente social no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social. Como destaca Matos (2021, p. 144):

O cotidiano profissional do assistente social, durante a pandemia, explicitou a centralidade da questão social no campo da saúde e escancarou as desigualdades sociais que atravessam a população usuária. O trabalho profissional teve que lidar com demandas urgentes, com o sofrimento social intensificado, mas também se constituiu como espaço de denúncia, resistência e articulação com os movimentos sociais e usuários na defesa do SUS.

Do ponto de vista gramsciano, crises dessa magnitude tendem a abalar o bloco histórico³ dominante e podem abrir brechas para a reconfiguração hegemônica, tornando ainda mais evidente a importância de práticas profissionais capazes de disputar sentidos e afirmar projetos societários comprometidos com a vida e com os direitos sociais.

Diante dessa conjuntura, reafirmou-se o compromisso da categoria com os direitos humanos, a justiça social e a defesa intransigente do SUS como política pública universal. A pandemia também expôs como as desigualdades de classe, raça, território e gênero impactam de forma desigual a morbimortalidade da população, evidenciando a necessidade da defesa de

³ Para Gramsci (2002), a crise orgânica emerge quando a classe dirigente fracassa em seu projeto de direção política ou quando as massas passam da passividade à ação, abrindo fissuras na hegemonia.

uma concepção ampliada de saúde e de uma atuação profissional crítica, capaz de compreender o adoecimento como expressão das determinações sociais da vida.

A intervenção profissional do assistente social na saúde, orientada pelos fundamentos do Projeto Ético-Político, encontra respaldo nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (CFESS, 2010), os quais reafirmam sua perspectiva política e crítica. Em especial, o eixo 3.2.2 — Mobilização, Participação e Controle Social — orienta a categoria a fomentar o protagonismo dos sujeitos coletivos, fortalecer os espaços de deliberação democrática e contribuir para a democratização da gestão das políticas públicas. Essa diretriz se concretiza por meio de práticas como a escuta qualificada, a mediação institucional, a produção de documentos críticos e a atuação efetiva em conselhos e conferências de saúde.

Nesse contexto, a atuação interdisciplinar se apresenta como estratégia fundamental para disputar concepções políticas de cuidado, promover abordagens integrais e coletivas e enfrentar tanto o tecnicismo quanto a lógica fragmentada que ainda permeiam os modelos gerenciais no setor saúde. É nesse movimento que se insere a práxis do/a assistente social, como expressão de resistência e de construção de alternativas ético-políticas no interior das instituições. Como afirma Carvalho (2019): “Materializar uma práxis contra-hegemônica e emancipatória é desvelar as demandas do cotidiano, no sentido de problematizá-las na direção dos reais interesses da classe trabalhadora [...]”.

A articulação político-teórico-prática que marca essa atuação se fortalece com a participação de assistentes sociais em coletivos e frentes de luta, como a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS), que reúne movimentos sociais, universidades, sindicatos e entidades empenhadas na defesa de um SUS público, estatal e de qualidade (Bravo; Pelaez; Menezes, 2020). Nesse mesmo horizonte, as entidades representativas da categoria — CRESS, CFESS e ABEPSS — desempenham papel central ao produzirem diretrizes, defenderem direitos sociais e se articularem com movimentos sociais na afirmação de um projeto profissional crítico e transformador.

Em síntese, o trabalho do/a assistente social na saúde configura um espaço estratégico de mediação crítica e disputa política. Ao posicionar-se de forma ética e comprometida com os interesses da classe trabalhadora, o/a profissional tensiona os limites institucionais e contribui, no interior das lutas sociais, para a construção de um projeto societário contra-hegemônico baseado na radicalização da democracia, na justiça social e na universalização dos direitos.

No entanto, tal construção exige vigilância constante e organização coletiva diante das ofensivas conservadoras que buscam cooptar o Projeto Ético-Político do Serviço Social e restringir sua capacidade de afirmação crítica nas instituições. Embora o conservadorismo

avance em articulação com a lógica do capital em escala global, os sujeitos históricos seguem tensionando essa ordem por meio de práticas coletivas que, mesmo permeadas por contradições, apontam para possibilidades concretas de resistência e de reconfiguração da sociabilidade.

Considerações finais

O exercício profissional do/a assistente social na saúde pública brasileira desenvolve-se em um terreno permeado por profundas contradições estruturais. De um lado, o Sistema Único de Saúde (SUS) constitui uma conquista histórica das classes subalternas, fruto da luta coletiva por direitos sociais e por uma nova direção política para a sociedade. De outro, vivencia-se a intensificação de ataques à saúde pública por meio da lógica mercantil, da racionalidade gerencialista e da precarização do trabalho, expressões do avanço do neoliberalismo, sobretudo no contexto de fortalecimento do conservadorismo de extrema direita que se instalou no Brasil a partir do governo Bolsonaro e que ressoa em escala global, impondo retrocessos às políticas sociais e à democracia.

Nesse cenário, o Serviço Social, ao se orientar por um projeto ético-político alinhado aos interesses da classe trabalhadora, reafirma sua posição como profissão comprometida com as lutas sociais, atuando no bojo das disputas por hegemonia no interior do Estado e da sociedade civil. Nessa perspectiva, a atuação profissional crítica pode ser compreendida, à luz de Gramsci, como uma prática contra-hegemônica, na medida em que enfrenta os valores dominantes do capital — como o individualismo, a culpabilização da pobreza, a meritocracia e a medicalização da vida — e afirma, cotidianamente, os princípios da universalidade, da equidade, da dignidade humana e da justiça social.

Ao assumir a dimensão política e pedagógica de sua prática, o/a assistente social se coloca como um intelectual orgânico da classe trabalhadora, conforme formulado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*: aquele que, inserido nos processos sociais concretos, contribui para a elaboração de uma nova consciência coletiva, vinculando o saber à ação transformadora. Trata-se de um intelectual que não atua “do alto”, mas emerge das próprias contradições da vida social, articulando sujeitos, fomentando a crítica e disputando sentidos no cotidiano institucional.

Apesar dos intensos limites institucionais e materiais que marcam a política de saúde — e que foram agravados pelas reformas ultraneoliberais, evidenciadas por cortes orçamentários e pelo desmonte do SUS —, o trabalho do/a assistente social guarda um potencial emancipatório. Para que tal potencial se atualize, é necessário que a atuação profissional permaneça ancorada nos fundamentos teóricos, éticos e políticos da profissão, recusando

adaptações funcionais às lógicas do capital e afirmando sua direção em defesa da transformação social.

Portanto, reafirmar esse projeto profissional crítico e emancipador é mais do que uma tarefa técnica: é uma escolha política estratégica, que envolve a defesa da saúde como direito, o fortalecimento do SUS público e estatal e a aposta na construção de uma nova hegemonia social. Tal projeto exige, ainda, a ampliação e o fortalecimento dos movimentos sociais, da participação popular e das redes de resistência que, em meio às contradições do presente, apontem para a construção de uma outra sociabilidade possível — fundada na solidariedade, na equidade e no direito universal à vida digna.

Referências bibliográficas

- ALIAGA, L.; SILVA, A. L. Opinião pública, hegemonia e cultura nos *Cadernos do Cárcere* de A. Gramsci. *Revista Sísifo*, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 24-34, 31 maio 2017. ISSN 2359-3121.
- BARROCO, M. L. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.
- BARROCO, M. L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; MENEZES, J. S. B. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. *SER Social*, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020.
- BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 78, p. 87-108, 2004.
- BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CEAD/UnB, 2009.
- CARVALHO, G. A. *Determinação social da saúde e Serviço Social no contexto da contrarreforma: do domínio às possibilidades de consciência crítica*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Vitória, dez. 2019.
- CFESS. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2009.
- DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 15-44.
- DIAS, E. F. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MANCINI, M. V. D. V.; SANTOS, G. R. Os intelectuais em Gramsci: uma análise sobre o papel dos assistentes sociais. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 238-258, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/34959>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- MATOS, M. C. (Des)informação nos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais. *Revista Em*

- Pauta*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 124-138, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60300/38410>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS; ABEPSS; CEAD; UNB. *Capacitação em Serviço Social e política social*. Brasília: CFESS, 1999.
- NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: FNEPAS, 2006.
- NEVES, A. V. Gramsci de um século a outro: sua presença no Serviço Social brasileiro. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 130-149, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/VqNvMDhXJLRGqrbYnBzHcr/>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- SCHLESENER, A. H. A propósito da noção de intelectual que se pode intuir da noção gramsciana de “lorianismo”. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, Curitiba, n. 2, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/praxis/article/view/53281>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- SILVA, D. R. Gramsci e os intelectuais, dos orgânicos aos lorianos: uma faceta para pensar o bolsonarismo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 134-153, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100004>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.
- SOUZA, H. G. *Reforma intelectual e moral e a construção da hegemonia: o processo de elevação cultural dos grupos sociais subalternos*. 2018. 142 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2018.
- VASCONCELOS, A. M. *A/O Assistente Social na luta de classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

“Ainda estou aqui”: análise do Ciclo de Memórias do Serviço Social na Ditadura

“I’m still here”: an analysis of the Cycle of Memories of Social Work during the Dictatorship

Graziela Scheffer*  

Karla da Silva Apolinario**  

Sara Beatriz Silva de Oliveira***  

Resumo: O artigo apresenta o resultado da ação extensionista denominada “Ciclo de Memórias Serviço Social na Ditadura Civil-Militar”. A extensão é derivada da pesquisa sobre o Serviço Social e as lutas democráticas no Rio de Janeiro no período de 1964-1985. As ações foram realizadas no formato de ciclo de debates por meio de depoimentos de estudantes, docentes e profissionais cujas experiências formativas e/ou profissionais ocorreram no período ditatorial. Este estudo incidiu na análise de 6 depoimentos realizados nas atividades. Os procedimentos utilizados para realização das ações extensionistas envolveram o contato via correio eletrônico contendo a carta-convite, o termo de consentimento informado e roteiros organizados a partir dos eixos da investigação sobre a incidência das lutas democráticas na profissão. Entendemos que os depoimentos foram uma importante estratégia pedagógica de resgate das memórias coletivas acerca das formas das resistências profissionais na ditadura civil militar. A memória profissional foi uma estratégia pedagógica de sensibilização da consciência histórica junto ao segmento acadêmico.

Palavras-chaves: Serviço Social; Consciência Histórica; Ditadura; Memória Coletiva.

Abstract: This article presents the results of an extension action called “Cycle of Memories of Social Service during the Civil-Military Dictatorship”. The extension is derived from research on Social Service and democratic struggles in Rio de Janeiro between 1964 and 1985. The actions were carried out in the format of a debate cycle through testimonies from students, teachers and professionals whose formative and/or professional experiences occurred during the dictatorship. This study focused on the analysis of 6 testimonies given during the activities. The procedures used to carry out the extension actions involved contact via e-mail containing the invitation letter, the informed consent form and a script organized based on the axes of the investigation on the incidence of democratic struggles in the profession. We understand that the testimonies were an important pedagogical strategy for recovering collective memories about the forms of professional resistance during the civil-military dictatorship. Professional memory was a pedagogical strategy for raising awareness of historical awareness among the academic segment.

Keywords: Social Work; Historical Consciousness; Dictatorship; Collective Memory.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: graziela.uerj@gmail.com

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: karla.s.apolinario@gmail.com

*** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: sbeatriz020@gmail.com

Introdução

O título do artigo faz referência ao filme brasileiro *Ainda estou aqui*¹ que ganhou, em 2025, o tão cobiçado Oscar hollywoodiano, abordando as memórias dos familiares dos/as desaparecidos/as na ditadura civil-militar e a luta por justiça na responsabilização do Estado brasileiro. A memória hegemônica² sobre a ditadura brasileira não foi amplamente compartilhada pela maioria da sociedade. A Lei de Anistia (1979), significou o silenciamento e a impunidade. Essa lei foi um evento emblemático que circunscreveu a memória sobre a ditadura, no sentido que impôs limites para a investigação e punição de violações a direitos humanos praticados nesse período, deixando marcas que até hoje não foram superadas plenamente (Napolitano, 2022). Sob esse fio de memória das feridas ainda abertas das violações aos direitos humanos, o filme tece uma interessante metáfora acerca da memória na sociedade brasileira ao retratar a jornada de Eunice Paiva em busca pela verdade do desaparecimento do seu marido, o ex-deputado Rubens Paiva. Avançando, no fim da vida da protagonista, na atualidade da sociedade brasileira, Eunice Paiva é apresentada com a doença Alzheimer, tendo breves lampejos de lembranças do marido enquanto assiste uma matéria jornalística sobre Comissão da Verdade na TV. O filme é representativo da luta por memória, verdade e justiça, incentivando o debate na sociedade brasileira sobre a necessidade de lidar com as injustiças ocorridas no regime militar.

Mesmo passados 40 anos da ditadura civil-militar, ainda persistem as heranças autoritárias que se evidenciam na polarização social no cenário político brasileiro. É nesse contexto fecundo de conflitos e disputas em torno das memórias na ditadura que desenvolvemos a atividade extensionista³ denominada, “Ciclo de Memórias sobre o Serviço Social na ditadura”. O objetivo da atividade foi debater expressões na profissão dos processos de repressão-resistência no Rio de Janeiro de 1960-1980, visando contribuir no fortalecimento da consciência histórica junto à comunidade acadêmica. As ações extensionistas ocorreram por meio de depoimentos de convidados que foram estudantes, professores e profissionais no

¹ O filme aborda através da trajetória de Eunice Paiva, esposa do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido e morto pela ditadura civil-militar, o roteiro toca em temas importantes relativos à memória e luta por justiça a partir do impacto da ditadura militar na vida de uma família e na sociedade brasileira. A obra oferece aos espectadores a possibilidade de refletir sobre o passado e a importância de não esquecer as violações na ditadura.

² A “memória hegemônica” pode ser definida como a narrativa sobre o passado que predomina na esfera pública, instituições político-jurídicas, imprensa, movimentos sociais, sistema artístico e sistema escolar de uma sociedade. Pode haver variáveis ideológicas entre estas instituições diversas, mas a tendência é ficar preservado um núcleo valorativo e ético para dar sentido social aos eventos que pautam a narrativa (Napolitano, 2015). Ademais, é importante salientar que a questão da memória sobre a ditadura brasileira é na atualidade uma arena de conflito e disputa.

³ O Ciclo de Memórias é uma atividade de extensão derivada da pesquisa intitulada *Serviço Social e as lutas democráticas no Rio de Janeiro no período de 1964-1985*, submetida à Plataforma Brasil em 25 de agosto de 2023.

período da ditadura, abrangendo as décadas de 1960, 1970 e 1980. A extensão foi uma via de articulação entre o ensino e a pesquisa em Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social, circunscritas às reflexões sobre as incidências das lutas democráticas na profissão. Consideramos que a extensão é significativa ao tempo presente, ancorados aos visíveis ataques vivenciados à democracia brasileira, sendo essencial mobilizar a memória profissional enquanto uma via pedagógica para novas gerações profissionais alinhadas à defesa dos valores democráticos, considerando a necessidade de enfrentamento ao avanço das “(...) ideias e práticas conservadoras, reacionárias e fundamentalistas no Brasil e no mundo onde os mínimos direitos humanos de grupos historicamente excluídos têm sido violentados” (Alves, 2024, p. 92).

O artigo se estruturou em dois itens: no primeiro abordamos as concepções teóricas que orientaram as atividades extensionistas. No segundo, apresentamos a sistematização e a análise de trechos dos seis depoimentos realizados nos eventos extensionistas do ciclo de memórias.

“Tempo, compositor de destino”: Serviço Social, memória coletiva e consciência histórica

E quando eu tiver saído
Para fora do teu círculo
(...) Não serei nem terás sido
Tempo, tempo, tempo, tempo
Ainda assim acredito
Ser possível reunirmo-nos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Num outro nível de vínculo.
(Oração do Tempo - Caetano Veloso, 1979).

Para Álvaro Vieira Pinto (1960) a consciência histórica permite desencadear um processo de compreensão da realidade social que contribui para que os sujeitos se situem no mundo e possam transformá-lo. Ainda em sua visão, a consciência histórica era essencial para a libertação dos oprimidos e para a construção de uma sociedade mais justa. A consciência que investiga a si mesma, tem como núcleo de todas as suas estruturas e reações esta propriedade: a de ser uma consciência histórica. Ou seja, a autopercepção do ser é histórico, sua representação é condicionada por uma circunstância objetiva constituída pelo real enquanto presente de um tempo histórico e, portanto, seus enunciados não possuem a vigência de verdades perenes, mas refletem o momento que lhe dá origem. Seguindo nessa trilha, Paulo Freire (1983), sob inspiração do mesmo autor, apresenta a mesma concepção de consciência histórica, porém apontando que a educação deveria favorecer este processo por meio do fortalecimento da capacidade de compreensão da realidade histórica e social dos oprimidos.

A consciência histórica, portanto, era vista enquanto instrumento de libertação, pois possibilita que os oprimidos reconheçam sua situação de opressão e se organizem para transformá-la. Sendo que a consciência histórica deveria ser desenvolvida por meio de uma educação dialógica, que envolvesse a participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento. Portanto, uma abordagem pedagógica que permitisse que os sujeitos se apropriassem de sua história e não apenas objetos de uma história imposta. Para o autor:

(...) só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas (Freire, 1983, p. 15).

Neste sentido, acreditamos que conhecer e dar visibilidade à história do Serviço Social, articulada à construção de uma política de memória e documentação histórica é essencial para projetar perspectivas profissionais diante dos desafios atuais, ou seja:

Rever o passado para iluminar o presente, elucidando as constelações que ligam presente e passado, é um movimento heurístico fundamental para compreender tanto o passado recente quanto o ineditismo das atuais condições históricas e para recriar a práxis de enfrentamento a esses tempos de regressão conservadora, contribuindo para formas de resistência política (Iamamoto; Santos, 2021, p. 27-28).

Entretanto, cabe ponderar que consciência histórica, assim como a consciência de classe, apresenta limites, conforme aponta Iasi:

Não basta ter consciência das determinações históricas do mundo em que vivemos e a certeza de que podemos nos converter em sujeitos de uma nova sociedade; é preciso construir os caminhos práticos da emancipação nas condições históricas dadas (Iasi, 2022, p. 17).

Em nosso ponto de vista, o trabalho extensionista com base nos depoimentos profissionais vincula-se à concepção de memória coletiva, ou seja:

(...) um novo campo de significações para a memória coletiva. Esta se refere não apenas a este processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, mas também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais. O processo de registrar a história é imprescindível, uma vez que todos nós somos sujeitos históricos (Andrade *et al.*, 2024, p. 5).

Além disso, compreendemos que as atividades de extensão de memórias da ditadura criaram um espaço de troca de experiências entre passado e presente que possibilitou desencadear um processo de conscientização na formação profissional. Também, nesse sentido, favorece a construção de uma cultura histórica que privilegie a geração de novas experiências por meio da aprendizagem do conviver na diversidade humana, com vistas à preservação e fortalecimento da democracia brasileira, tão atacada na atualidade (Alves, 2024). Nesta trilha,

vinculamos os ciclos à função pedagógica desenvolvida pela profissão, que se insere no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, são ações formadoras de um modo de pensar, sentir e agir. Sendo que entre as estratégias de mobilização que o/a assistente social pode utilizar incluem-se a linguagem escrita e audiovisual, para impulsionar uma consciência crítica capaz de desmistificar e desencadear ações coletivas que se contraponham à cultura domesticadora, difundida pela mídia hegemônica empresarial e outros meios de comunicação (Abreu, 2009). Portanto, vai além de descrever o passado (Andrade *et al.*, 2024), mas valorizar a trajetória dos sujeitos que integram os movimentos sociais e o serviço social, possibilitando mediações com o presente e miradas para o futuro das lutas contra as opressões dentro e fora da profissão. Ademais, trabalhamos nos ciclos de memórias:

A unidade dialética entre a consciência que nos move e os muros de pedra que se apresentam como barreiras constituem os dois elementos da práxis daqueles que entenderam que fazem história, mas não a fazem como querem, nem em circunstâncias de sua escolha (Iasi, 2022).

Além disso, temos que reconhecer as disputas em torno das memórias, conforme aponta Gómez (2020). A questão da memória sobre a repressão da ditadura supõe reconhecer uma pluralidade de memórias no processo demorado e inacabado com acerto de contas com o passado violento, que agrega diferentes sujeitos sociais e instituições estatais. Ou seja, são memórias que entram em confronto em seus sentidos e marcos interpretativos desse passado no tempo presente que aspiram tornar-se hegemônicas, de modo que, por sua historicidade, sofrem modificações nas próprias lembranças, esquecimentos e silêncios, produto das mudanças (políticas, jurídicas, ideológicas e culturais) nacionais e internacionais. Apesar dessa pluralidade das memórias em disputa, isso não apaga o fato da legitimidade até os dias atuais, da transmissão das experiências subjetivas. Na próxima seção apresentaremos a atividade extensionista e seus resultados.

“O tempo é sua morada”: pesquisa /extensão em Fundamentos históricos metodológicos do Serviço Social

Trago no peito costuradas
Contas de memória fresca
(O tempo é sua morada – Francisco el Hombre)

O ciclo de memórias do Serviço Social na ditadura foi realizado de setembro de 2023 até novembro de 2024⁴. Os procedimentos para sua realização foram: contato via correio

⁴ O título faz referência à música “O Tempo é sua morada” da banda Francisco el Hombre, que traz uma reflexão poética sobre a passagem do tempo e a forma como as memórias e o luto são processados.

eletrônico contendo a carta-convite, o termo de consentimento informado e roteiro,⁵ organizados a partir dos eixos da investigação da incidência das lutas democráticas na profissão⁶ a serem tratados na apresentação durante a atividade. A metodologia utilizada na extensão perpassou pelos pressupostos da pesquisa-ação enquanto um caminho prático da investigação, a partir de depoimentos públicos realizados de forma aberta aos inscritos na atividade de extensão denominada Ciclos de Memória. Tais depoimentos foram sistematizados por meio de transcrições e submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 2002), considerando os eixos previamente estabelecidos no roteiro. Os ciclos implicaram em uma dupla função: primeiro enquanto processo de democratização da memória profissional na ditadura, cujo objetivo prático foi desencadear um processo de conscientização histórica. Já a segunda, atende ao objetivo da pesquisa em obter informações por meio de depoimentos, da memória profissional no período da ditadura (Thiollent, 2018).

Portanto, a atividade extensionista buscou colaborar no processo de consciência histórica junto à comunidade universitária por meio do debate das expressões das lutas democráticas⁷ na trama das memórias profissionais atrelados aos processos de repressão-resistência no Rio de Janeiro de 1964-1985. Entendemos que,

A história, enquanto construção de homens e mulheres, remete a um conjunto de ações e fenômenos que se processam na sociedade. Embora tenham existido, nem todas as ações estão registradas, documentadas, catalogadas, razão pela qual a historiografia se faz tão importante para a produção científica e para a vida das sociedades. Com a historiografia, torna-se possível o registro da história, por meio do acesso a diferentes tipos de fontes: livros, artigos, cartas, documentos, pessoais, fotografias, entre outras (Andrade, *et al.*, 2024, p. 3).

Durante a execução da atividade buscamos a problematização da temática relativa ao aprofundamento de elementos abordados na pesquisa. Entendemos que “a problematização é a reflexão que alguém exerce sobre um conteúdo, fruto de um ato, ou sobre o próprio ato, para agir melhor, com os demais, na realidade” (Freire, 1983, p. 50). Neste sentido, a extensão enquanto uma ação comunicativa e dialógica deve considerar:

⁵ O roteiro foi elaborado abordando os seguintes aspectos: identificação; lutas democráticas e militância; formação e trabalho vinculados aos impactos da ditadura; organização política; movimento estudantil; estágio e trabalho de conclusão de curso.

⁶ O objetivo geral da pesquisa é analisar o Serviço Social no Rio de Janeiro em seu enlace com as lutas democráticas visando identificar processos críticos de erosão dos fundamentos tradicionais e conservadores da profissão nas décadas 1960, 1970 e 1980. A investigação teve como base: revisão bibliográfica, coleta de documentos históricos na Faculdade de Serviço Social e a organização digital do material no google drive com a intenção de construir um acervo.

⁷ Compreendemos que as lutas democratizantes e suas experiências concretas jamais se circunscrevem apenas à forma de governo: referem-se ao conjunto das relações sociais nas quais emergem. Elas tendem a questionar o controle dos meios sociais de produção e, sob o capitalismo, evidenciam a distância crescente entre a socialização da produção e o controle privado do capital sobre os meios de existência (Fontes, 2019).

Esta problematização, que se dá no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, ou em torno dos conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados (Freire, 1983, p. 45).

Além disso, o projeto visou contribuir no adensamento do ensino em Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social, no qual o uso da memória profissional foi um recurso pedagógico de sensibilização da consciência histórica junto à comunidade acadêmica. Concordamos com Freire (1983, p. 33), que ressalta:

(...) o fato histórico não pode ser simplesmente narrado com este gosto excessivo pelo pormenor das datas, reduzido assim a algo estático que se põe no calendário que o fixa. (...) é necessário problematizar o fato mesmo ao educando. Necessário que ele reflita sobre o porquê do fato, sobre suas conexões com outros fatos no contexto global em que se deu. Poder-se-ia dizer que esta é a tarefa própria de um professor de História; a de situar, na totalidade, a “parcialidade” de um fato histórico. Parece-nos, entretanto, que sua tarefa primordial não é esta, mas a de, problematizando a seus alunos, possibilitar-lhes o ir-se exercitando em pensar criticamente, tirando suas próprias interpretações do porquê dos fatos.

O trabalho de extensão e comunicação se concentrou nas memórias coletivas relacionadas a eventos históricos no Rio de Janeiro, abrangendo as experiências de seis depoentes como estudantes, professores e profissionais. Essas experiências ocorreram em diferentes momentos da ditadura, entre 1964 e 1985.

Buarque (2008) aponta que no final dos anos de 1950 a Europa vivenciava uma sequência inédita de guerras de descolonização, que transformaram o perfil não só econômico, mas sobretudo cultural do chamado "Primeiro Mundo". No Brasil, a juventude dos anos de 1960, impulsionada pela experiência social e pelo engajamento na luta cultural, atualizou, à sua maneira, a luta internacional pelas minorias. Como resultado, a produção cultural brasileira do início dos anos de 1960 alcançou um patamar crescente de engajamento, sendo diretamente marcada pelos temas do debate político. Para Buarque (2008, p. 206), "seja nas produções de traços populistas, seja na produção das vanguardas experimentais, os temas da modernização, do nacionalismo ou da 'fé no povo' informam a urgência de uma arte participante e a crença no alcance revolucionário da arte e da palavra poética".

A cidade do Rio de Janeiro foi importante sede do movimento estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE), de modo que abrigou diferentes experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC) sob o comando da UNE. Esse movimento reuniu um conjunto de jovens artistas (dramaturgos, atores, compositores, cineastas, artistas plásticos, poetas), líderes estudantis e pessoas interessadas que possuíam um projeto intelectual comum: a elaboração

imperiosa de uma “cultura popular” em confronto com as expressões artísticas vigentes (Berlinck, 1984, p. 05). Nesse período, houve avanço das práticas de cultura popular e alfabetização no Rio de Janeiro pela Campanha de Alfabetização da UNE e pelo Plano Nacional de Alfabetização, com implantação iniciada na Baixada Fluminense. Também, enquanto antiga capital do país, abrigou importantes segmentos da intelectualidade, das artes e do movimento estudantil⁸ da UNE.

Em 1962 foi criada a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), vinculada à UNE⁹. No Serviço Social brasileiro, a militância estudantil se devolveu por meio das organizações católicas, muitas vezes marcada pela trajetória de participação ainda no ensino secundarista na Ação Católica (JEC - Juventude Estudantil Católica). De modo que ao se inserir no ambiente universitário, ingressaram na Juventude Universitária Católica (JUC).

Conforme Becker (2021), no contexto do Serviço Social brasileiro, a JUC continuava seu trabalho de militância e formulação teórica (consciência histórica, responsabilidade política e transformação social). Discutiam a possibilidade de reformas profundas ou até mesmo uma revolução no Brasil, indo além do Governo Federal. O Evangelho era reinterpretado: Cristo, além de santo, era um revolucionário, sacrificado por seus ideais de justiça e distribuição de riquezas. Devido à necessidade de assumir uma posição política mais livre da Igreja Católica, um grupo significativo de militantes, sobretudo no movimento estudantil, criou a Ação Popular¹⁰ (AP), um movimento independente da Ação Católica. Para Ridenti (1998) a história da AP foi marcada pelo seu romantismo revolucionário – romantismo entendido como “uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado. O romantismo revolucionário se caracterizava por uma busca de instaurar um futuro novo, no qual a humanidade estaria guiada por qualidades e valores de comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida; apostando numa utopia anticapitalista alicerçada no passado. Atrelado a esses aspectos, o romantismo

⁸ Para Netto (2015), as bases sociopolíticas que impulsionaram a erosão do Serviço Social tradicional e conservador na virada crítica foram: 1) as atividades relacionadas ao Desenvolvimento de Comunidade; 2) mudança crítica na Igreja Católica; 3) aproximação com concepções progressistas das ciências sociais; 4) Movimento Estudantil articulado as lutas e movimentos sociais da época.

⁹ Alves (2022, p. 15) em sua pesquisa sobre as resistências das mulheres do Serviço Social na ditadura aponta que foi neste contexto histórico que estudantes, profissionais e/ou docentes de Serviço Social, inseridos na luta política, sofreram violações de direitos e violências. Em 1960, houve um amadurecimento da crítica profissional ao conservadorismo e seus compromissos de classe, contudo foi reprimida pelo terrorismo do Estado. No período de 1960-1963 representou, um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura, bem como processos de conscientização e politização de operários, camponeses, estudantes e intelectuais (Ammann, 2003).

¹⁰ A trajetória da Ação Popular (AP), do cristianismo da Ação Católica no final dos anos 50 e início dos 60, passando pela influência guevarista, até a adesão ao maoísmo, em 1968, e sua dissolução no início da década de 80.

revolucionário enfatizava a prática, a ação, a coragem, a disposição, a vontade de transformação. A AP no período de 1962-1964 procurou ampliar o seu trabalho de base, mantendo sua atuação no segmento estudantil junto com a inserção em trabalhos com operários e camponeses, orientação política que favoreceu o contato com experiências educativas inspiradas no pensamento de Freire (Closs, *et al.*, 2021)

Nos anos de 1960 a crítica à universidade e à sua relação com a sociedade era um fator determinante para os movimentos estudantis. A agenda política desses movimentos incluía, portanto, a necessidade de estabelecer novas relações entre a universidade e a "comunidade". Segundo Faleiros (2021), inúmeros estudantes de Serviço Social em diversas cidades brasileiras participaram de experiências com círculos de cultura e o método Paulo Freire. Contudo, o golpe civil-militar de 1964 resultou na interrupção e criminalização da maioria dessas iniciativas. Um exemplo disso é o caso em Ribeirão Preto, onde o proprietário da Faculdade de Serviço Social denunciou à Polícia os estudantes envolvidos na organização e mobilização popular, o que levou à prisão ou interrogatório deles. A capital carioca se destacou por vivenciar intensos movimentos culturais, especialmente através das experiências dos Centros Populares de Cultura (CPC) (Berlinck, 1984). O golpe civil-militar de 1964 foi a causa fundamental do fim do CPC da UNE, cuja sede foi destruída em 1º de abril. A curta experiência estética e política do CPC transformou-o em "mito". Ex-cepecistas tentaram manter a aliança de classes popular-revolucionária com o Grupo Opinião, buscando recuperar a dialética forma e conteúdo para montar espetáculos engajados, como o "Show Opinião" de 1964. Contudo, essa alternativa foi afetada pelo AI-5 (1968) e o endurecimento do regime, além de receber críticas de parte da esquerda por manter "representações romantizadas" do "povo engajado" (Chaves, 2021).

No que concerne ao Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro, apesar de sua efervescência cultural e estudantil, sua trajetória foi marcada pela intensa atuação do CBCISS, o qual, por sua vez, fomentou discussões acerca das vertentes da Modernização Conservadora e da Reatualização do Conservadorismo. A seguir, apresenta-se o quadro dos/as depoentes, destacando dados referentes ao período de ingresso e conclusão do curso de graduação em Serviço Social no Rio de Janeiro:

Quadro 1 - Apresentação dos sujeitos depoentes no Ciclo de Memórias do Serviço Social na Ditadura.

Nome	Período Graduação/Local	Atuação	Articulação política
Miriam Calvalcanti	1965-1968 UERJ	Estudante/Profissional	Movimento Estudantil
Maria Inês Bravo	1968-1971 Universidade Gama Filho	Assistente Social na saúde	Movimento Estudantil PCB/Movimento da Reforma Sanitária
Ana Maria Vasconcelos	1968-1972 UFF	Assistente Social na saúde	Movimento Estudantil Sindicato profissional
Paulo Roberto	1977-1981 UERJ	Estudante/Professor UERJ	Movimento de bairro
Magali Almeida	1974-1978 UNISUAM	Estudante/Profissional	Movimento Negro/CRESS
Ney Almeida	1982-1986 UERJ	Estudante/Professor	Movimento Estudantil

Fonte: Elaboração própria da equipe de extensão, a partir dos depoimentos coletados em 2025.

O quadro evidencia que o ingresso no curso de Serviço Social se deu em momentos distintos da ditadura, observamos que as três primeiras depoentes (Miriam Cavalcanti, Maria Inês Bravo e Ana Maria Vasconcelos) vivenciaram o período dos Atos Institucionais (AI) que foram utilizados como ferramenta de controle e centralização do poder. Já em abril de 1964 o AI nº 1 suspendeu os direitos políticos e legalizou o que ficou conhecido como “operação limpeza”, tendo como alvo possíveis opositores da ditadura nas instituições públicas e movimentos sociais, o que se tornou uma constante nos anos seguintes. Esse quadro foi agudizado com o AI nº 5, iniciando os “tempos de chumbo”, marcados pela suspensão do *habeas corpus* e pela perseguição violenta sob tutela do Estado. Por meio dos depoimentos, podemos verificar a dinâmica de repressão-resistência e a importância do movimento estudantil:

As reuniões eram meio clandestinas (1965), mais ou menos. A gente marcava encontro aqui por perto, e íamos subindo as rampas até o local da reunião, e às vezes acendendo fósforos. (...) A juventude tem uma vantagem, que sempre acredita que está imune, mesmo quando tem medo, ela é tão forte. (...) quem organizava essas reuniões era o Diretório Central dos Estudantes, a tarefa deles era identificar nas faculdades se haviam estudantes de esquerda para formar chapas para compor o Diretório (Miriam Cavalcanti, 2024).

A repressão veio primeiro nas universidades públicas e depois nas universidades particulares. (...). Então, naquela época, as universidades particulares, Santa Úrsula, PUC-RJ, Gama Filho, tinham certa liberdade. Por exemplo, eu cheguei na Gama Filho no início de 68, tinha Centro Acadêmico, (...), eles não fecharam nem na PUC e nem na Gama Filho. Os outros Centros Acadêmicos estavam fechados nas outras universidades federais. Teve um movimento em 1968 muito importante, que contou com uma forte

mobilização dos estudantes, principalmente os estudantes das federais, que tinham fechado seus CEAs e seus DCEs e iam realizar o congresso de Ibiúna no segundo semestre de 68 (Maria Inês Bravo, 2024).

A gente tinha medo de tudo, a gente tinha medo de falar, porque as pessoas estavam desaparecendo. A presidente do Centro Acadêmico (UFF), desapareceu e a gente não sabe para onde. A gente ia para as passeatas. A minha família, não deixava. Aí eu inventava, ia para estágio e ia para as passeatas. A gente levava panfleto e era aquela confusão, então a gente contestava dentro de sala e fora dela. Todas as pessoas que a gente conhecia participavam do movimento estudantil (Ana Maria Vasconcelos, 2024).

Nas décadas de 1960 e 1970, a juventude assumiu um papel central, tornando-se protagonista de movimentos sociais mais impactantes do que os observados nas décadas anteriores. Mundialmente, fenômenos como os movimentos de contracultura e as lutas estudantis se disseminaram, posicionando a juventude como um agente de contestação radical da ordem política, cultural e moral vigente. Nesse cenário, o movimento estudantil ganhou força e se politizou intensamente, não apenas no Brasil, mas em escala global, alcançando inclusive os regimes socialistas (Menegozzo, 2016).

Os depoimentos também retratam os efeitos do autoritarismo e violência institucionalizada, que, após o golpe civil-militar de abril de 1964, colocaram os estudantes e as lideranças estudantis como alvo de grande repressão e na clandestinidade. Por exemplo, a UNE, foi posta na ilegalidade e sua sede foi incendiada pelos militares. Também sofreram perseguição a União Estadual dos Estudantes (UEE) e os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) durante todo período ditatorial. Buarque (2008, p. 210) salienta que o golpe de 1964 surpreendeu estudantes e artistas, desarticulando seus projetos de transformação social por confronto de classes. A UNE perdeu apoio e atuou em semiclandestinidade. A agressiva censura e outras consequências se impuseram após o Primeiro de Abril (Chaves, 2020).

As depoentes ressaltam o período de 1968, que foi marcado pela ampla e forte mobilização de artistas, intelectuais e estudantes contrários ao regime. Essa mobilização ecoou na passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, e no Congresso clandestino de Ibiúna, em São Paulo, promovido pela UNE, no qual o movimento estudantil do Serviço Social aderiu à tese militante da APML (Ação Popular Marxista Leninista). Esse segmento político defendia que o foco da formação deveria ser centrado na realidade brasileira e no modo de produção capitalista. Igualmente, argumentava na defesa dos direitos dos segmentos atingidos pela repressão militar e o compromisso com os trabalhadores (Abramides, 2016).

Nos relatos destacados acima, com ênfase no de Ana Maria Vasconcelos, identificamos a intensa participação dos estudantes na construção das lutas diante de um cenário permeado pela contradição entre o medo da repressão e a vontade de enfrentar a bruta realidade posta. Na

mesma medida em que os estudantes se depararam com o trágico sumiço de companheiros de curso e a censura de entidades estudantis, também enxergavam a necessidade de se organizar e compor manifestações contra o regime militar. Também podemos observar que a posição crítica adotada por muitos estudantes de Serviço Social na época, se expressou em uma composição de muitos profissionais alinhados com um enfrentamento massivo ao conservadorismo, que tentava e tenta se renovar na categoria. Muitos dos sujeitos que estavam nos centros acadêmicos e nas frentes de luta agora são professores, assistentes sociais formados, que compartilham a memória viva como ferramenta de luta e resistência.

Já os três assistentes sociais, Paulo Roberto, Magali Almeida e Ney Almeida, concluíram a formação no processo de distensão da ditadura e redemocratização. Para Serra (2009), a partir de 1975 houve mudança na profissão no sentido de pôr novas alternativas ao trabalho profissional vinculadas à tradição marxista. Também, nesse período, fundou-se os cursos de mestrado no Rio de Janeiro e em São Paulo. Tais cursos contribuíram na mudança crítica, na ação político-organizativa do Serviço Social. Concomitantemente, este período marca o início da crise do regime ditatorial com esgotamento do milagre econômico, que se intensificará até 1978. Ou seja, é nesse período que se evidencia na cena pública a retomada das lutas democráticas por diferentes movimentos sociais (trabalhadores, negros, mulheres) e por pautas que exigem democratização das estruturas institucionais em diversos campos sócio-ocupacionais.

No testemunho do professor Paulo Roberto, tornam-se evidentes indícios dessas transformações. Ele narra que, em 1978, a FSS/UERJ foi submetida a uma renovação do seu corpo docente e da matriz curricular do curso, o que, em sua análise, sinalizava a perspectiva de modernização e também uma convergência com o espectro progressista que se apontava no período.

Além de alguma coisa tradicional, todos eles (os novos professores) já utilizavam a literatura da chamada reconceituação, então a gente via muito espanhol. O espanhol era uma língua normal da disciplina de todos esses professores. Eram produções do CELATS e da editora Humanitas da Argentina. [...]. Já se lia alguma coisa de Marx, por meio desses autores. [...] o método BH líamos uma edição bem precária, cópia do manuscrito, alguma coisa da Leila Lima Santos publicada pelo CELATS (Paulo Roberto, 2023).

A turma de formandos de 1981, em um gesto de homenagem à cultura e à reflexão social, escolheu o nome "Operários em Construção", remetendo ao emblemático poema de Vinícius de Moraes. Essa escolha, por si só, carregava um significado de compromisso com a transformação e o trabalho contínuo, espelhando talvez a visão que os estudantes tinham de sua futura atuação profissional. Para paraninfo a turma elegeu o Professor Vicente Faleiros, uma

figura certamente influente e respeitada no meio acadêmico, cuja presença endossava o espírito e os valores daquela coorte de formandos. Contudo, um dos momentos mais marcantes e representativos do clima da época ocorreu durante a cerimônia de formatura. Motivados por uma insatisfação com a natureza e o conteúdo do juramento oficial, os estudantes empreenderam a elaboração de uma nova versão do texto. Infelizmente, essa manifestação de autonomia e pensamento crítico foi abruptamente censurada. O texto alternativo, fruto da reflexão coletiva da turma, foi vetado e interrompido pelo vice-diretor quando seria lido publicamente. Este episódio não foi um evento isolado, mas sim um reflexo direto e incisivo do contexto político e institucional autoritário que permeava a academia naquele período. A censura exercida pelo vice-diretor era sintomática de uma estrutura de poder centralizada, na qual a autonomia universitária era severamente restringida. O fato de gestores e diretores serem nomeados diretamente pelo reitor e não eleitos pela comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos) criava um ambiente onde a lealdade à hierarquia e o controle ideológico frequentemente se sobrepunham à liberdade de expressão e ao debate democrático. A intervenção na leitura do juramento alternativo serviu como um lembrete vívido das limitações impostas à livre manifestação dentro da própria universidade.

Essa ambiência política de autoritarismo institucional teve um impacto significativo e catalisador no movimento estudantil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O descontentamento acumulado culminou na histórica greve dos estudantes de Serviço Social em 1982, um marco de resistência dentro da universidade. Essa paralisação não foi um evento isolado, mas sim uma resposta direta e contundente às ações de cunho autoritário promovidas pela administração da época. A motivação central da greve foi a demissão sumária e injustificada de cinco importantes docentes do curso de Serviço Social: Alany Pinto Caldeira, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Alice Correia, Maria Helena Rauta Ramos e Rose Mary Sousa Serra. É crucial destacar o perfil dessas professoras. Todas estavam profundamente envolvidas e eram militantes ativas no movimento de renovação crítica que, naquele período, se expandia e ganhava força no Serviço Social brasileiro. Essa corrente de pensamento propunha uma reorientação da profissão, rompendo com o conservadorismo e adotando uma perspectiva mais crítica, engajada e sintonizada com as demandas sociais e a luta por redemocratização do país. A demissão delas foi vista, portanto, como uma tentativa de cercar o debate e reprimir o pensamento crítico dentro da universidade. A adesão à greve foi ampla, demonstrando a solidariedade e o engajamento dos estudantes com a causa da renovação e contra o autoritarismo. O professor Ney Luiz de Almeida teve participação ativa e relevante nesse movimento grevista estudantil. A greve de 1982 na UERJ se consolidou, assim, como um

importante episódio de luta pela democratização universitária e pela manutenção da autonomia de pensamento no Serviço Social.

Eu comecei o curso em 1982 com 30 dias de início das aulas, o pessoal do centro acadêmico passou nas turmas falando que 5 professoras tinham sido demitidas [...] com 30 dias de aula não entendi muito bem, mas aquilo me incomodou. [...] E o fato mais marcante, é que um grupo conversou com a professora, que era a Ana Jacó, professora de psicologia. Falamos, “professora, nós estamos interessados em ir à reunião, aí ela respondeu, “é uma questão do curso de vocês, vão pedir autorização?! Vocês precisam decidir se vão ou não.” Então nós saímos da aula, em torno de 5 ou 6 alunos, a maior parte não saiu. E daí nos envolvemos nesse processo. Mas, 5 dias depois da Páscoa, quando a gente volta, a unidade está lacrada, porque o diretor já sabendo desse movimento destituiu as professoras e falou que iria fazer uma mudança no curso e que precisava de uns dias, contando que iria desmobilizar o movimento estudantil. [...]. Tínhamos militantes das frações políticas mais atuantes. Com o apoio também muito forte dos centros acadêmicos da geologia, da história, da química e alguns estudantes do direito. Então, inicialmente deflagramos uma greve por tempo indeterminado, tentamos negociar com o diretor, mas não houve acordo, então essa greve se estendeu por 35 dias. Foi a primeira greve a parar a UERJ de fato. Essa greve acabou tendo condições de retomar o processo de contratação das professoras, com exceção de uma, a professora Rose Serra, porque era substituta (Ney L. de Almeida, 2023).

A greve estudantil transbordou os muros institucionais da FSS-UERJ, desencadeando mobilizações que levaram a uma greve geral dos estudantes na UERJ em apoio às demandas dos discentes do Serviço Social. Além disso, a greve estudantil estreitou seus vínculos com a organização sindical da categoria e desencadeou a criação do currículo de 1985, balizado em pressupostos teóricos da tradição marxista na formação da FSS-UERJ (Cislaghi; Brandt, 2014). Evidencia-se que o contexto político de mobilização pela democratização da universidade e do país forjaram o processo de revisão curricular e debate em torno do projeto de formação na FSS/UERJ. O depoente afirmou ainda que esse processo político da década de 1980 marcou profundamente a forma como as eleições internas são realizadas até o tempo presente na unidade, prezando pela paridade e ampla participação, ou seja, transformou-se numa cultura política. Essa experiência histórica de mobilização dos estudantes da FSS/UERJ reflete a reconstrução institucional do movimento estudantil, que se deu no contexto de uma onda de protestos em 1977 e culminou com a refundação da UNE, em 1979. Essa conjuntura permitiu ao movimento estudantil alcançar significativa visibilidade e ser reconhecido como uma força relevante no processo de abertura política (Menegozzo, 2016).

O depoimento da Professora Magali Almeida enfatiza o Movimento Negro no Rio de Janeiro e a sua participação no Movimento Black Rio, que promoviam bailes dos ritmos predominante soul¹¹. Conforme Pedretti (2022, p. 12):

Não é uma coincidência que os bailes soul tenham surgido na mesma época em que nascia o chamado Movimento Negro Contemporâneo, ou dos Anos 70, que apresentava dois pontos principais em sua agenda: a denúncia, como farsa, do mito da “democracia racial” e a construção de uma identidade negra positiva, baseada na afirmação da história e da cultura da África e da Diáspora Africana, e também na valorização do fenótipo negro. E os bailes soul, com a promoção de uma estética afro, deram sua contribuição importante a esse processo.

Conforme o depoimento da professora Magali da Silva Almeida, enquanto mulher negra e uma das protagonistas do debate étnico racial, em seus relatos presentes no ciclo podemos observar memórias subterrâneas, definidas por Pollak (1989) como as memórias enterradas pelos vitoriosos na disputa de narrativas. Ou seja, a partir da dominação capitalista, a memória hegemônica promove um apagamento das vivências e lutas das minorias implementando um consenso de memória coletiva acerca de momentos históricos, que enterra os grupos sociais oprimidos pela coerção no esquecimento. Um exemplo disso é o silêncio disseminado sobre os bailes black no Brasil, que surgiram como uma das principais formas de organização negra no século XX e despontaram na formação do MNU (Movimento Negro Unificado), ocupando papel central como espaço de fortalecimento e reafirmação do que é ser negro, da construção da autoestima e carregando o slogan “negro é lindo”.

Entendemos que a depoente revive sua memória nesses bailes como parte de sua formação política, nos é permitido olhar para a história de outra forma, enxergando essa manifestação cultural também enquanto manifestação política e teórica do Movimento Negro, pois nas palavras dela “a gente lutava, dançava, mas também formulava”.

Juntamente a esse desenterrar da memória, que nos fornece novos elementos para análise da história, o depoimento volta o nosso olhar para o fortalecimento do mito da democracia racial durante a ditadura, que como ideologia impregnada na sociedade, também se fez presente nos movimentos sociais e no Serviço Social. Ela relata como um momento em que os avanços travados no campo teórico no que diz respeito à questão étnico racial, foram cessados pela censura, perseguição de pesquisadores e movimentos que levantaram o debate nas ciências sociais, trazendo o exemplo de Clóvis Moura e a perseguição policial sofrida pelo autor, que tinha o racismo e o escravismo enquanto categorias centrais da sua obra. Além disso,

¹¹ O surgimento do soul vincula-se ao milagre econômico e ao avanço da chamada indústria cultural. Os bailes ganharam destaque e passaram a chamar atenção das gravadoras, que logo perceberam o potencial comercial daquele público de milhares de jovens (Pedretti, 2022).

no que diz respeito à construção teórica da professora, foi relatado acerca das leituras clandestinas que ela teve contato durante a graduação, visto que não se falava abertamente sobre reconceituação e movimentos sociais em sua universidade.

Para Magali Almeida (2024), “a ditadura fez um estrago ao impedir de lembrar quem somos nós” enquanto povo negro, o que ao mesmo tempo que dificultou a organização da luta coletiva, fez gritar a necessidade de construção de um movimento negro unificado, concretizado nos anos 1980. O efervescer dessa organização trouxe mudanças diretas para o Serviço Social, que passava pelo seu momento de renovação crítica no Brasil. Das contribuições identificadas no ciclo, podemos pontuar a movimentação pela integração da categoria na organização da marcha contra a farsa da abolição, em que Magali atuou na posição de coordenadora do CRAS (Conselho Regional de Assistentes Sociais), atual CRESS. Além disso, tem-se o início de um coletivo negro no Serviço Social, fomentado principalmente no eixo Rio-São Paulo, em que Magali e outras assistentes sociais negras fomentaram a publicação de artigos debatendo o racismo.

Ainda é interessante observar a importância da cultura para os depoentes, vejamos alguns exemplos ilustrativos:

[...]. Diante desse processo de ofensiva moral, intelectual que o racismo propõe, eu acho que a classe trabalhadora -que o Clóvis Moura vai falar disso-, o que resta para nós é a cultura. A cultura é quem vai nos alimentar a memória de referências positivas, de beleza. Eu trouxe essa foto dos anos 70, que mesmo a ditadura matando, a galera dançava, e dançava muito (Magali Almeida, 2024).

Na faculdade, no primeiro ano que entramos, tínhamos uma fantasia, muito inspirada no que eram nos filmes americanos, como no filme “Juventude Transviada¹²”, tinha-se essa ideia, o que podia parecer ser meio estranho estando numa Ditadura (Miriam Cavalcante, 2024).

Olha aqui, quer dizer, em outubro, você tem o Congresso de Ibiúna. Em setembro, você tem o Festival da Canção¹³. Esse festival, o terceiro, foi o mais importante na época. Porque os festivais foram importantes, foram todos eles, quer dizer, Gil, Caetano, Chico, Edu Lobo, enfim. Então, todos esses foram fundamentais e cresceram, e apareceram. Realmente, foi fundamental para os festivais (Maria Inês Bravo, 2024).

O cenário artístico que se abria na passagem dos anos 70 aos anos 80. A cena artística cultural também era forte. Foi um momento que se criou um momento

¹² O filme aborda a busca por identidade e o confronto com as normas sociais, ele se tornou um símbolo da adolescência e da rebeldia, além disso, o protagonista representa a frustração e o questionamento dos jovens em relação às figuras de autoridade, como seus pais.

¹³ O Festival Internacional da Canção (FIC), promovido pela TV Globo de 1966 a 1972, teve seu evento de 1968 (III FIC) como crucial para a MPB. Além de lançar artistas e obras, esse festival refletiu a complexa situação política e cultural do país, destacando-se o lançamento de “Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores”, de Geraldo Vandré, hino da juventude contra a ditadura.

antes e depois do circo voador. Havia efervescência cultural no teatro, na música (Ney Almeida, 2023).

Com base nos relatos dos/as depoentes, observamos a ocorrência de um processo de radicalização da cultura ao longo das diferentes conjunturas, conforme a análise de Acosta (2008), que considera a "cultura radical" resultante da articulação entre a ascensão da classe operária e as posições de outras camadas sociais, como as classes médias e os intelectuais. Estes últimos são cruciais como mediadores para a consolidação do "bloco histórico". Paralelamente, as transformações técnico-materiais na produção industrial, impulsionadas pela financeirização, reconfiguraram as relações entre trabalho manual e intelectual na geração de valor, o que, por sua vez, redefiniu as relações entre as esferas econômica e político-cultural. Além disso, Acosta (2008) salienta que, no Serviço Social, seus desdobramentos se manifestaram na renovação profissional como uma refração na cultura profissional. Este processo vincula-se à luta da classe trabalhadora pela direção intelectual e moral do conjunto da sociedade, angariando a adesão das camadas médias para seu campo e, com elas, a dos intelectuais. Ademais, essa manifestação na renovação profissional assumiu suas formas mais radicalizadas na América Latina sob a denominação de Movimento de Reconceituação.

Segundo Duriguetto *et al.* (2021), o "Método de BH" (1969-1975) na Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, ligado à Reconceituação, baseou-se na resistência à ditadura, alinhando o Serviço Social aos interesses das classes subalternas. Devido às condições ditatoriais e correlação de forças desfavorável, a experiência mineira permaneceu isolada e minoritária, sendo resgatada no final dos anos de 1970, com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras.

Em suma, os depoimentos analisados, abrangendo diversos períodos e militâncias políticas, evidenciaram a dinâmica de repressão e resistência característica do período da ditadura. Destaca-se a importância da organização estudantil como elemento articulador com as lutas pela democracia e na formação profissional em um sentido mais amplo. Conclui-se que, apesar das contradições de realidade imporem limites aos indivíduos, elas também fornecem os recursos necessários para o avanço das lutas sociais.

“Tempo rei”: considerações finais

Não me iludo
Tudo permanecerá do jeito
Que tem sido
Transcorrendo
Transformando
Tempo e espaço navegando todos os sentidos
(Tempo Rei – Gilberto Gil, 1983)

A análise dos depoimentos permitiu constatar a relevância da militância estudantil na formação política dos assistentes sociais. O movimento estudantil, ao se configurar como um elo entre as lutas democráticas e a comunidade universitária, deflagrou um intenso processo de politização na formação profissional com refrações no exercício profissional. Tal politização manifestava-se na denúncia da violência e da censura estatal, bem como na atenção às demandas das classes trabalhadoras. Os relatos evidenciam uma juventude engajada em diversas frentes de lutas, incluindo entidades estudantis, o movimento negro e movimentos culturais.

Nos depoimentos de Miriam Cavalcante (2024) e Ana Maria Vasconcelos (2024), observamos o enfrentamento da clandestinidade por jovens que integravam espaços de organização e reuniões da juventude de esquerda. Em meio à repressão, estes se sentiam aptos a formular proposições e empreender lutas coletivas, reiterando a relevância das entidades estudantis na articulação da organização da classe trabalhadora no âmbito universitário, sendo a disputa pelo Diretório Central dos Estudantes o principal foco.

Já na apresentação pública de Maria Inês Bravo (2024), por sua vez, ressalta-se a importância da articulação latino-americana no período em que o Serviço Social passava pelo Movimento de Reconceituação. Enquanto estudante e, posteriormente, assistente social e docente, Bravo dedicou-se à participação em instâncias como conselhos universitários, reuniões e congressos da categoria. Outro ponto relevante em suas manifestações é a distinção na forma como a ditadura se manifestou nas universidades públicas em comparação com as universidades privadas (exemplificando sua faculdade situada na Universidade Gama Filho), indicando que dinâmicas distintas de repressão e resistência, consequentemente, repercutindo na organização das lutas democráticas, ocorreu primeiramente nas instituições públicas. O depoimento da professora Magali Almeida (2024) resgatou memórias de sua juventude enquanto estudante negra que sentiu a repressão e resistiu à censura se movendo contra o que era estabelecido como lugar do negro a partir do mito da democracia racial. Os bailes blacks foram destacados como espaços de formação e resistência, construindo parte do seu arcabouço político para posteriormente ocupar espaços deliberativos da profissão, como o (CRESS), levando a discussão das relações étnico raciais no momento de redemocratização.

Finalmente, nos relatos dos ex-alunos da UERJ e, posteriormente, docentes, Paulo Roberto (2023) e Ney Almeida (2023), é possível constatar a aproximação do Serviço Social da unidade com o arcabouço teórico que fundamentou a renovação crítica da profissão. Tais depoimentos permitiram a análise de elementos que compõem o contexto da greve de 1982 e a dimensão da luta estudantil na FSS-UERJ, que vivenciou a demissão e perseguição de diversos

estudantes e professores durante a distensão democrática na década de 1980, evidenciando que a resposta discente se baseou na organização coletiva e no diálogo do Serviço Social com outras unidades curriculares da universidade.

Analizando os relatos, observamos que o compartilhamento da memória por parte dos entrevistados estabeleceu uma importante relação dialética entre passado e presente, visto que ao realizarem a reflexão sobre esse fio temporal de onde vieram, até o momento e espaços que compõem agora, permitiram uma visualização dos ouvintes sobre elementos que constituem a posição crítica da categoria até os dias atuais. De forma geral, fica elucidado os desafios vividos pelo Serviço Social frente a efervescência dos movimentos sociais e lutas coletivas, demonstrando que, apesar dos desafios, a escolha desses estudantes por pautarem o enfrentamento ao regime nos permitiu, durante a construção deste projeto, ter o contato com relatos de profissionais que assumiram um compromisso com o lado crítico da história.

Entre os resultados alcançados pelo projeto, temos as contribuições no adensamento do ensino em Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social, utilizando a memória profissional enquanto um recurso pedagógico de sensibilização da consciência histórica junto à comunidade acadêmica. Nesse processo, os discentes envolvidos com o projeto puderam ter um contato direto com relatos que ultrapassam os limites das salas de aula, proporcionando uma experiência dialética importante para formação, que despertou o interesse sobre a temática, tanto dos fundamentos, quando da memória, se tornando objeto de pesquisa de alunos envolvidos.

Além disso, a experiência com o tratamento da memória também foi uma importante capacitação trazida pelo ciclo de debates, que em todos os momentos de coleta de relatos, tornou a exposição coletiva e aberta ao público, possibilitando que a extensão fizesse seu papel de contato entre a universidade e a sociedade civil, buscando fomentar uma “UERJ sem muros”.

Por fim, em tempos de ascensão do conservadorismo e tentativas constantes da extrema direita de construir uma narrativa favorável aos horrores da ditadura, espaços como o ciclo de debates reafirmam o enfrentamento crítico assumido pelo serviço social e pelas universidades públicas. A memória é ferramenta fundamental para construção da história e ao valorizar a memória oral enquanto instrumento de análise, temos como resultado a materialização do legado de luta de assistentes sociais que vivenciaram ativamente esse momento chave para toda categoria.

Referências bibliográficas

- ABREU, M. M. *et al.* Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UNB, p. 593-608, 2009.
- ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade*. Nº. 117. 2016.
- ACOSTA, L. Cultura “radical” e Serviço Social. *Revista Praia Vermelha*, v.18 n.2 Rio de Janeiro jul./dez. 2008.
- AINDA ESTOU AQUI. Direção: Walter Salles. Brasil/França: VideoFilmes, RT Features, MACT Productions, Conspiração, Arte France Cinéma, Globoplay, 2024. Filme (Drama político), 138 min.
- ALVES, R. C. A didática da história e o confronto da cultura histórica: Consciência Histórica e Conscientização. In: NOGUEIRA, A. A.; ROSSI, A. L. D. C. (org.). *Cultura e consciência histórica* – UNESP - Campus de Assis, v. 2. 2024.
- ALVES, M. E. R. *História de um tempo sem memória*: resistência das mulheres do Serviço Social na ditadura de 1964-1985. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.
- AMMANN, S. *Ideologia do desenvolvimento da comunidade no Brasil*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANDRADE, R. F. C. de; SOUZA, I. L. de; COSTA, R. P. da. Serviço social e memória: a imprescindibilidade da historiografia para a profissão. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e8181, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8181>. Acesso em: 25 maio. 2025.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- Becker, M. J. Memória da Esperança. In: Scheffer, *et al.* *Serviço Social e Paulo Freire*: diálogos sobre a educação popular. Curitiba: CRV, 2021.
- BERLINCK, M. T. *O centro popular de cultura da UNE*. Campinas: Papirus, 1984.
- BUARQUE, H. Descobertas, sonhos e desastres nos anos 60. *Revista Praia Vermelha*, v.18 n. 2 p. 205-212 jul./dez. 2008.
- CHAVES, R. CPC da UNE: Engajamento, romantismo revolucionário e literatura (1961-1964). In: *Politeia. História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 19, n. 2, p. 274-290, jul.-dez. 2021.
- CISLAGHI, J F; BRANDT, D B. A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: VELOSO, R. S. *et al.* (org.). *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- CLOSS, T. *et al.* Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER *et al.* *Serviço Social e Paulo Freire*: diálogos sobre a educação popular. Curitiba: CRV, 2021.
- DURIGUETO, M. L. *et al.* A dimensão ideo-política no método pedagógico de Paulo Freire: questões e perspectivas investigativas para o Serviço Social a partir da experiência do Método BH. In: SCHEFFER *et.al.* *Serviço Social e Paulo Freire*: diálogos sobre a educação popular. Curitiba: CRV, 2021.
- FALEIROS, V. Cultura popular e luta dos oprimidos: interlocução entre Paulo Freire e Serviço Social In: SCHEFFER *et.al.* *Serviço Social e Paulo Freire*: diálogos sobre a educação popular. Curitiba: CRV, 2021.
- FONTES, V. Democracia e revolução. In: *Democracia em colapso*. Ed.Boitempo, SESC.2019.

- FRANCISCO, H. *O tempo é sua morada*. Intérprete: Francisco el Hombre. [S.l.]: Difusa Fronteira, 2023.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GIL, G. *Tempo rei*. Intérprete: Gilberto Gil. In: GILBERTO GIL. Extra. Rio de Janeiro: WEA, 1983. 1 disco sonoro (LP). Faixa 1.
- GÓMEZ, J. M. (coord.). Sobre violência, política e memória. In: MORGADO, R. (org.). *Lutas e resistências ao conservadorismo reacionário*: Jornada Internacional de Pesquisadores. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, (Coleção Carlos Nelson Coutinho; v.2) 2020.
- Grosso, L. A. Universidade e comunidade na perspectiva dos movimentos estudantis dos anos 1960. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPE, Pelotas, n. 18, p. 97-119, set. 2005.
- GUERREIRO, E. L.M et al. *Nossa memória de muitos: 1965/1968 UEG (UERJ) Faculdade de Serviço Social*. 1º ed. – Divino de São Lourenço, ES: Semente Editorial, 2019.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez. 2008.
- IAMAMOTO, M. V; SANTOS, C. M. *A história pelo Averso*: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo, Cortez, 2021.
- Menegozzo, C. H. Bibliografia sobre estudantes e política no Brasil (1960-2003). *Revista Perseu*, Nº 11, Ano 7, 2016. <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/100>. Acesso em: 25 maio. 2025.
- NAPOLITANO, M. Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira. *Passés Futurs*, v. 12, 2022. Disponível em: <https://www.politika.io/fr/article/processos-politicos-atores-sociais-e-disputas-memoria-sobre-a-ditadura-militar-brasileira>. Acesso em: 25 maio. 2025.
- NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social*: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, M. L. O. (Org). *Serviço Social no Brasil*: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- PEDRETTI, L. Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. [Recurso eletrônico] / Lucas Pedretti Rio de Janeiro: *Arquivo Nacional*, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/dancando_na_mira_da_ditadura.pdf. Acesso em: 25 maio. 2025.
- PINTO, A. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Ministério da Educação e Cultura/ ISEB. 1960.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun./1989.
- RIDENTI, M. *O romantismo revolucionário da Ação Popular*: do cristianismo ao maoísmo. Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998.
- SERRA, R. Democracia e Serviço Social. *Revista Em Pauta*: Teoria Social e Realidade contemporânea, (19), 181–202. 2009.
- SILVA, B.M; Stampa, I. Serviço Social e Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)*. 2019.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa ação*. 18 ed. São Paulo. Cortez. 2018.
- VELOSO, C. Oração ao tempo. Intérprete: Caetano Veloso. In: VELOSO, Caetano. *Cinema Transcendental*. Rio de Janeiro: PolyGram/Philips, 1979. 1 disco sonoro. Faixa 1.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial. 2006.

Ideología y ciencia en el interior de las relaciones de producción capitalistas

Ideology and science within capitalist relations of production

Álvaro Laine Menéndez*  

Resumo: En el presente trabajo nos proponemos realizar una serie de reflexiones que orbitan en torno al concepto de ideología, esto es, en torno a sus causas, su papel y función en una sociedad (particularmente en nuestra sociedad capitalista) y la posibilidad de oponerle algo así como un conocimiento libre de ideología, si es que esto puede llegar a tematizarse de algún modo. Para ello, realizaremos un diálogo con algunos de los autores brasileños más relevantes, así como de ámbito internacional, que han abordado este campo, con el fin extraer algunas conclusiones relevantes.

Palavras-chaves: Ideología; ciencia; sentido común; método.

Abstract: In this paper we propose to carry out a series of reflections that orbit around the concept of ideology, that is, around its causes, its role and function in a society (particularly in our capitalist society) and the possibility of opposing it to something like ideology-free knowledge, if this can be thematised in any way. To this end, we will engage in a dialogue with some of the most relevant Brazilian and international authors who have addressed this field, in order to draw some relevant conclusions.

Keywords: Ideology; science; common sense; method.

Introducción

Sobre el concepto de ideología se han escrito ríos de tinta desde interpretaciones muy diversas¹. Arriesgándonos a un cierto reduccionismo por nuestra parte, quizás podrían señalarse dos posturas límite a la hora de abordar la cuestión, tal como señala Godelier (1989): por un lado, aquella que trata la ideología como un conjunto de representaciones en nuestra consciencia de relaciones sociales levantadas bajo un modo de producción determinado; por otro, aquella que focaliza en el contenido exclusivo de las ideas, partiendo de ellas y moviéndose en ellas, al configurar éstas las realidades sociales.

* Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: alvaro_laine@hotmail.com

¹ Konder (2002), por ejemplo, aborda el tema a través del distinto significado que llega a adoptar el concepto de ideología según una buena cantidad de autores.

Insistiendo un poco más en esta caricatura, podríamos identificar la segunda postura con una posición idealista², la cual rechazamos desde el principio, motivo por el cual no será objeto de análisis en las siguientes páginas. La primera, sin embargo, que podríamos caracterizar como una posición materialista³, pensamos que se mueve en una vía interesante para reflexionar sobre el sentido de las palabras siguientes: que lo ideal se constituya como cierto reflejo de lo real. ¿Qué quiere decir esto? ¿Ocuparía aquí algún papel una especie de ilusión? En caso afirmativo, ¿por qué habría de producirse tal ilusión y mediante qué mecanismos? ¿Es un problema enraizado en un marco histórico-social concreto o también atiende a un componente epistemológico/gnoseológico? Por otro lado, ¿qué tipo de representación se refleja en la conciencia a partir de una realidad social existente?

Estas son algunas de las preguntas que queremos tratar de contestar en las siguientes páginas a partir de algunos de los autores más relevantes que han tratado esta cuestión, lo cual se abordará en el segundo apartado. En el siguiente (tercero), se introducirá un marco de carácter gnoseológico para el análisis de la ideología, con el fin de discutir su relevancia a partir del modo de conectar conciencia (interior del ser humano) y relaciones sociales (exterior del ser humano). Lo que trataremos de hacer, por tanto, será abrir un diálogo con algunas de las lecturas más relevantes sobre el tema de la ideología en el campo de las ciencias sociales. Por último, se apuntan algunas conclusiones que extraemos de dicho análisis.

Ideología como representación en la conciencia de relaciones sociales de producción

Para explicar la ideología como representación en la conciencia de relaciones sociales que se sitúan a la base de una sociedad determinada y, en particular, referido al marco de la sociedad capitalista, en donde las “consecuencias estructurales” de la mercancía “influyen decisivamente todas las manifestaciones de la vida” (Lukács, 2003, p. 7), normalmente se hace referencia al uso de una metáfora usada por Marx en la que distingue una estructura (*Grundlage*) de una superestructura (*Überbau*). Con ella, suele plantearse el hecho de que, sobre la base económica de una sociedad regida por unas relaciones sociales de producción particulares y un desarrollo determinado de las fuerzas productivas, se levanta una superestructura que, en última instancia, opera como perpetuador de dichas relaciones sociales.

² El asunto es, sin embargo, más complejo. El idealismo no puede reducirse a un supuesto punto de partida que comienza en las ideas y en contraste con un materialismo que parte de la realidad concreta. El problema, según nuestro punto de vista, está en el método que se sigue a partir de una primera representación inmediata que es la misma para todos. Más adelante se ofrecen algunos apuntes sobre esto. Véase, por ejemplo, Liria (2019).

³ “Las representaciones que constituyen nuestra conciencia son la expresión, en el ámbito de las ideas, de las relaciones que establecemos entre nosotros para producir socialmente nuestra existencia” (Iasi, 2017, p. 89).

Se trataría de saber, por tanto, cómo se produce este juego ideológico por el cual individuos explotados (pues se trata siempre de sociedades divididas en clases⁴) aceptan más o menos sumisamente tales condiciones sociales basadas en la violencia. Para ello, el primer concepto clave es el de *alienación*⁵.

Dicho de otro modo, si existe ideología en una sociedad particular es porque previamente existe alienación. ¿Pero a qué se hace referencia con este concepto? Según Netto, tres son las principales líneas de interpretación que lo tematizan:

La primera supone que la alienación es un fenómeno que se manifiesta exclusivamente en las sociedades de clases (...). La segunda posición [constata] que no basta con suprimir las causas iniciales del fenómeno para extirparlo de la vida social (...) y que, por tanto, es imposible suponer su eliminación. (...) Finalmente, la tercera posición [que defiende el autor] parte de una rigurosa determinación económico-social del fenómeno (que parte de la división social del trabajo y de la propiedad privada) pero concentra su atención en las consecuencias de la alienación [configurando] estructuras de comportamiento históricamente muy resistentes (Netto, 1981, p. 34-35).

De las tres, la más interesante, también para nosotros, es la tercera. En este caso, como nos dice, la causa de la alienación partiría de una determinación económico-social, la cual se deriva del hecho de que exista una división del trabajo con apropiación privada de los medios de producción y, con ello, del excedente. Pero, de alguna forma, sus consecuencias van más allá de esa determinación apuntada, pues ella misma, la alienación, se desdobra en estructuras de comportamiento que, además, son muy resistentes al tiempo. Es decir, que, en definitiva, aunque se acabara con la existencia de las clases, no por ello inmediatamente desaparecería el problema de la alienación. Por el contrario, aparecería un largo período de transición que debería ir eliminándolo progresivamente⁶. Pero, es cierto, lo importante es que tras ese gran esfuerzo revolucionario contra las sociedades de clases (y en particular contra la sociedad capitalista) y tras una más o menos prolongada fase de transición socialista hacia una sociedad sin clases, parece que podría llegarse a una situación hipotética en la que dejara de operar la alienación y, estirando del hilo, libre de ideología.

Para arrojar más luz sobre este concepto, sin embargo, debemos introducir otro elemento. Como bien apunta Iasi (1999), cuando hablamos de alienación en los individuos y,

⁴ “El origen remoto de la ideología se encuentra, pues, en la división social del trabajo o, dicho de otro modo, en la propiedad privada” (Konder, 2002, p. 41).

⁵ “Nuestra hipótesis es que Marx y Engels llegan a la cuestión particular de la ideología dentro de una discusión más general, rica y profunda, sobre la alienación” (Iasi, 2017, p. 87).

⁶ En un interesantísimo libro del economista ruso Evgueni Preobrazhensky, escrito en 1922, en donde realiza una ficción sobre el futuro de una rusa revolucionaria victoriosa tras los episodios de 1917, es interesante notar cómo el autor, a parte de la rigurosidad económica, tiene en cuenta justamente este elemento cuando expone la dificultad en las sucesivas generaciones para progresar hacia una sociedad más libre de los componentes ideológicos propios de sociedades de clases (Preobrazhensky, 1976).

con ello, de ideología, de alguna forma todo se juega al nivel de la consciencia. Pero no porque se parta de las ideas en sí mismas para explicarlo (pues en este caso nos situaríamos en la línea idealista rechazada ya en el comienzo), sino porque como representaciones extraídas de determinados fenómenos del mundo, toda la realidad se presenta en la consciencia, como ya dijimos⁷. En este mismo sentido afirmó Gramsci (1970, p. 6) que “todos los hombres son filósofos”, refiriéndose a la existencia de una filosofía espontánea que es propia de todo ser humano, que se transmite mediante todos los sistemas de creencias (el folklore de la sociedad) y por el lenguaje mismo, mediante conceptos y nociones comunes. Este proceso, al que está clavado todo ser humano desde que nace en el seno de una sociedad⁸ es, sobre todo, inconsciente (no en el sentido de que no se produzca en la consciencia, más allá o más acá de ella, sino de no ser apenas perceptible para el individuo) y su producto es una especie de sentido común (Gramsci, 1970), algo así como un agregado caótico de concepciones entremezcladas y confusas:

Predominam no senso comum os elementos *realistas*, materialistas, isto é, o produto imediato da sensação bruta (...) estes elementos são *supersticiosos*, acrílicos. (...) ele confirma estes elementos acrílicos, graças aos quais o senso comum é ainda ptolemaico, antropomórfico, antropocêntrico, ao invés de criticá-los cientificamente (Gramsci, 2015, p.10).

De forma similar, también Althusser denominó a todo ese conjunto de evidencias, representaciones e imágenes con el término de *macizo ideológico*, el cual, si bien es imprescindible para que el ser humano se reconozca en el seno de una sociedad, al mismo tiempo esconde su verdadera realidad, denominada por él como estructural (Althusser; Balibar, 1970). Y ya sea que nos refiramos a tal sentido común en términos gramscianos o a este otro término, lo cierto es que ambos hacen referencia, en definitiva, al punto de partida para todo conocimiento de cualquier ser humano que llega al mundo; en concreto, que llega-nace siempre en una sociedad ya constituida.

Así, es imposible imaginar a un individuo sin consciencia (Iasi, 1999). De alguna forma, ésta parte siempre de ese sentido común que nos describe Gramsci, o, como lo formula Heller (2000), de nuestra vida cotidiana, pues una y otra, sentido común (o macizo ideológico) y vida cotidiana, como veremos, se corresponden. Aquí, en la vida cotidiana, es precisamente donde

⁷ “La consciencia sería el proceso de representación mental (subjetiva) de una realidad concreta (objetiva) (...) a través de su vínculo de inserción inmediata (percepción). En otras palabras, una realidad externa que se interioriza. (...) La materialidad de este movimiento [debe buscarse] en el hecho de que la consciencia se genera a partir de y por medio de las relaciones concretas entre los seres humanos, y entre los seres humanos y la naturaleza” (Iasi, 1999, p.17).

⁸ Eso es tan cierto que, de hecho, para la Antropología este proceso es básicamente la clave a la hora de estudiar las diferentes sociedades que han existido y existen en nuestro planeta. Aquí, sin embargo, lo denominan proceso de *enculturación* (Kottak, 2003).

reina aquel mundo de nociones comunes. Iasi (1999), de hecho, mediante la definición de tres formas de consciencia, relaciona la primera a ese primer contacto de los individuos con su realidad, esto es, con su vida cotidiana, la cual abre la posibilidad de la alienación y la ideología entre los individuos cuando se levanta, como ya hemos visto en la interpretación de los autores citados, sobre relaciones de clase⁹.

Alcanzamos así un punto paradójico, pues si por un lado es en la vida cotidiana donde nos reconocemos como seres humanos, al mismo tiempo aquí se levanta un obstáculo para el conocimiento. Porque, de hecho, como se destaca en varias de las lecturas citadas, al reconocernos como humanos en esa primera forma de consciencia, en realidad nos estamos reconociendo como especie de una determinada sociedad, particular, histórica; jamás sobre algo así como la humanidad en general (Heller, 2000; Iasi, 1999).

Para poder percibir esto último, deberíamos avanzar hacia las siguientes formas de consciencia que propone Iasi (1999), lo que por otro lado no resulta nada fácil. Este proceso de naturalizar o eternizar lo particular es la base de la alienación. Sobre ella la ideología actúa con el fin de preservar la estructura social determinada que está en funcionamiento. Y, como ya hemos visto, esto ocurre en sociedades divididas en clases, en las que un grupo domina las relaciones sociales de producción y se apropia del excedente, lo que lleva a pensar que, en última instancia, la función de la ideología es la de legitimar el orden existente, un orden de explotación de una clase sobre otra u otras. Este es el punto de llegada general de las interpretaciones que venimos exponiendo.

Ahora bien, llegados aquí cabe preguntarse lo siguiente: estas representaciones de las relaciones sociales de dominación que tienen por fin legitimarlas, ¿son producto de una deformación ideal de la realidad, de una ilusión, algo así como una falsa consciencia? Respondiendo directamente, podemos afirmar que sólo en cierta medida sí, pues, como señala, por ejemplo, Eagleton (1997), si hablamos de un sentido ilusorio no podemos referirnos a éste como sinónimo de falso. Antes bien, las apariencias que capta la primera forma de consciencia son, en realidad, muy reales, como por otra parte insiste también Lukács (2003). ¿Por qué? ¿En qué sentido podemos hablar de ilusorio sin que por ello nos refiramos a falsa consciencia? De hecho, porque lo que se produce ante nosotros es algo así como una *inversión*¹⁰, es decir, una especie de desfase entre la realidad efectiva y su forma de manifestación, cuyo resultado es un

⁹ “En el nivel del sentido común, la alienación se trata como un estadio de la no-conciencia. Tras este análisis preliminar, nos damos cuenta de que es la manifestación inicial de la conciencia. Esta forma será la base, el terreno fértil, donde se plantará la ideología como forma de dominación” (Iasi, 1999, p. 23).

¹⁰ “El Estado, como la ideología, tiene un aspecto de inversión; sin embargo, la imagen invertida sigue siendo la imagen de una objetividad” (Iasi, 2011, p. 52).

juego de formas de apariencia que se hacen pasar por lo real mismo (San Miguel, 2018). Si esto es así, entonces, es claro que cuando nos referimos a una ilusión no podemos hablar de falsa consciencia.

Concretamente, refiriéndonos a la realidad social capitalista, con la forma de intercambio regida por la mercancía, entre los seres humanos se produce a cada instante una realidad que les es extraña, la cual se muestra como inversión de una realidad efectiva que permanece oculta. En concreto, en tanto que la forma mercantil capitalista –vale decir, la forma mercantil más exacerbada, en donde hasta la fuerza de trabajo se torna mercancía–, en tanto que esta forma societaria produce una inversión y, con ello, un ocultamiento de sus relaciones sociales efectivas, el término preciso para tematizarlo sería el de *fetichismo*, con la correspondiente reificación o cosificación de dichas relaciones sociales (Netto, 1981).

En resumen, llegados a este punto, tendríamos entonces lo siguiente: que en el interior de nuestra sociedad moderna, en la que domina el modo de producción capitalista, sobre la base general de la alienación se levanta toda una realidad-ficción fetichizada, provocada por la forma mercancía, todo ello a través de una inversión que precisamente oculta la realidad efectiva, cuyo fin es, en última instancia, en tanto que sociedad dividida en clases, legitimar las relaciones de dominación de la clase dominante sobre las dominadas. Ahora bien, con todo lo planteado hasta aquí se nos impone preguntarnos por lo siguiente: ¿Bastaría entonces la superación de la división de clases, del Estado, del Derecho, etc., para acabar con la ideología? ¿Podría existir algo así como un espacio no ideológico? Porque, como plantea Zizek (1996), ¿desde dónde podemos estar seguros de no caer bajo las garras de la ideología? ¿Hay alguna forma de escapar a ella?

853

Ideología y ciencia: El problema del método

Concordamos, en líneas generales, con todo lo apuntado hasta aquí a partir de los autores citados. Sin embargo, consideramos que aún hace falta examinar un componente de carácter gnoseológico/epistemológico, referido al método de conocimiento, generalizable en tanto que concerniente al ser humano y a su manera de conocer. Esto no significa que enfrentemos esto último a los aportes anteriores, sino que, además de la importancia del componente histórico-social ya discutido –colocado a la base de toda sociedad– pensamos que tiene lugar un problema añadido de carácter epistemológico que ha de desarrollarse con mayor profundidad. Para tratar de explicar esto, la oposición entre ciencia e ideología como métodos de conocimiento nos puede abrir un camino fructífero.

Para ello, consideramos oportuno desarrollar de manera más elaborada una cuestión gnoseológica/epistemológica a la hora de tratar con el concepto de ideología, en tanto que ésta implica una doble relación: de un lado con el conocimiento, de otro con la sociedad (Althusser, 1967). Como ambos elementos están interconectados, el resultado es que la relación ideología - sociedad no puede ser comprendida sin la relación ideología - conocimiento, lo que nos coloca en el punto de un análisis gnoseológico/epistemológico sobre el cual se levanta la problemática de la ideología: es decir, con el método de conocimiento.

Nótese que la interpretación común de la mayor parte de los textos hasta aquí citados parece situar el núcleo central de la ideología en torno a la existencia de la división de clases (ver, por ejemplo, Žizek (1996), quien a nuestro modo de ver lo expone claramente); para nosotros, que no negamos la importancia de este concepto y que concordamos en situarlo sobre la base de la problemática de la ideología, nos parece que, además, debe atenderse a dicha componente gnoseológica para comprender en su totalidad cómo es posible que, dada una sociedad dividida en clases, una de ellas consiga imponer su dominio mediante el revestimiento de la legitimidad¹¹.

De alguna forma queremos afirmar que lo que separa a la ideología de lo no ideológico es, desde esta perspectiva, una *cuestión de método* de conocimiento, si bien sobre esta actúan, a su vez y como base, los componentes sociales ya apuntados en el punto anterior: en concreto, la hegemonía que una clase impone sobre otra(s), la cual limita toda posible salida sin una práctica política que trate de combatirla, como bien se puede deducir de Gramsci. En este sentido, evidentemente no es posible una vía de liberación ideológica (o de combate efectivo a la misma) exclusivamente sobre el campo de las ideas, como rechazamos desde el inicio.

A la vez, la lucha política contra la estructura social de clases, y por ende contra la ideología que la sustenta, no puede triunfar sin un desarrollo correspondiente al nivel del método: es decir, de la práctica científica. Dicho de otro modo, sin esto último, esto es, únicamente mediante la lucha política y revolucionaria que consiguiera alzar una futura sociedad sin clases, por sí sola sería estéril para acabar con la ideología si en su seno no contiene un desarrollo en el campo de la ciencia (del método)¹². Rápidamente una nueva dominación de una clase sobre otra(s) lograría imponerse sobre la base de la ideología «resistente».

¹¹ Netto (1981), como se vio más arriba, separa entre tres posiciones diferentes de alienación y adopta la más compleja, aquella en la que la ideología se desdobra en “estructuras de comportamiento muy resistentes” (Netto, 1981, p. 34-35) que van más allá de las determinaciones económico-sociales. Hace falta, según nuestra interpretación, tematizar con mayor profundidad las causas de dicha resistencia.

¹² Así como tampoco resulta fácil pensar cómo una lucha revolucionaria podría tener éxito sin un progreso en el campo de la práctica teórica/científica.

Lo que queremos decir es que, si bien este proceso, esto es, la lucha política, coloca las bases para reducir aquel ocultamiento exacerbado que la mercancía (como relación social) provoca hoy, todavía y siempre haría falta la práctica teórica (la práctica científica) para cualquier progreso futuro en tal sentido, incluso después del triunfo de una revolución. Si bien la suposición de una sociedad sin clases facilitaría mucho la reducción del fetichismo y de la alienación y, por lo mismo, de la ideología, a la vez han de revelarse los medios epistemológicos concretos por medio de los cuales esa posibilidad abierta en el terreno político y social puede materializarse.

Las representaciones de la ideología se refieren al mundo en el que los seres humanos viven, en donde se encuentran frente a todo un conjunto de elementos sociales y naturales (Althusser, 1967; Godelier, 1989). Si tales representaciones coincidiesen con esas determinaciones de la naturaleza y de la sociedad, entonces, como ya advirtió Marx, no sería necesaria la práctica científica¹³. Sin embargo, si hablamos de ideología es porque entre la realidad y la representación, como hemos visto, aparece una especie de ilusión que, si bien es el producto de una deformación (*inversión*) de lo que sería la realidad efectiva, sin embargo, no puede tratarse como falsa, no hay una falsa conciencia, sino una objetivación de una realidad invertida.

En tal caso, incluso en las llamadas sociedades primitivas sin clases podríamos constatar esa ilusión, mistificación o inversión, germen de la ideología. Pensamos que no es casualidad que Marx se refiriera a la religión como primera forma general de ideología (Marx, 2009b), la cual no puede ser un simple efecto o epifenómeno de la existencia de división entre clases, pues el ser humano siempre ha estado rezando desde que es humano, como podría constatar cualquier antropólogo (Godelier, 1989; Graeber, 2014). En este sentido, si aceptamos que han existido o existen sociedades sin clases no podemos, sin embargo, afirmar que éstas no se levantarán sobre creencias míticas, cuya función es también la de asegurar la cohesión entre los individuos y entre éstos y su medio (Althusser, 1967); es decir, cuya función es también ideológica, pues, aunque no hablásemos de clases como tal, en tales sociedades primitivas siempre ha habido jerarquías que podían ser muy desiguales: por ejemplo, la de los ancestros sobre la propia sociedad o simplemente una dominación patriarcal.

En realidad, sobre la base de aquella distinción metafórica de Marx entre infraestructura (*Grundlage*) y superestructura (*Überbau*), se esconde una interpretación simplificadora, la cual trata los elementos que se corresponderían con la parte superestructural como simples

¹³ “(...) toda ciencia sería superflua si la forma de manifestación y la esencia de las cosas coincidiese directamente” (Marx, 2009a, p. 1041).

epifenómenos de la infraestructura. Esto es, aquella postura que considera todo carácter ideológico y cultural como producto directo de una infraestructura económica. Siendo así, bastaría cambiar ésta para acabar con el carácter ideológico que le corresponde, y en esta especie de ley histórica, como afirma Lukács (2003), el protagonismo hoy le cabe a la clase proletaria, cuya esencia intrínseca no sería ideológica. Así, cada modo de producción material determinaría a su medida un universo superestructural correspondiente, esto es, todo lo ideológico, cultural, jurídico, etc., que es producto de una determinada base económica (Liria, 2015).

Ahora bien, como ya advirtió Godelier (1989), resulta que tal metáfora usada por Marx ni siquiera se tradujo correctamente, pues el término *Überbau* se refiere a la construcción que se levanta sobre los cimientos, denominados estos últimos con el término *Grundlage*. Y como afirmó este autor, “se vive en la casa y no en los cimientos” (Godelier, 1989, p. 24), por lo que otra traducción quizás podría haber hecho más hincapié en la importancia de la superestructura, así como por otra parte el propio Gramsci hizo, al concederle cierta autonomía a esta última.

Siguiendo la postura de Liria (2015), no consideramos que pueda hablarse en ningún caso de ley o leyes de la historia, en la cual se irían sucediendo los distintos modos de producción levantados siempre sobre una base económica que hace brotar su correspondiente superestructura; en este sentido, si bien es cierto que podríamos afirmar la existencia de leyes en la historia, esto es muy distinto de leyes de la historia. Desde nuestro punto de vista no hay ninguna ley de la historia mediante la cual, ni por un juego dialéctico, se asegure el paso del capitalismo en su contrario, una sociedad comunista, con todo el correspondiente paso superestructural que le sigue. Sin una gigantesca práctica política y teórica-científica es sencillamente imposible realizar ese paso.

Como bien apunta Gramsci, la práctica política, esto es, la lucha política es, ante nada, una lucha ideológica, pues la clave está en conquistar lo que él denominó hegemonía, aquello que da legitimidad al poder político. Nótese, en definitiva, que el aspecto ideológico aquí es esencial, pues esa hegemonía se ejerce, en última instancia, mediante la apropiación del sentido común, de aquello que identificábamos con la vida cotidiana (Gramsci 1970; 2015). Aquello que, según Althusser, podría calificarse de macizo ideológico.

Pero este sentido común no puede ser para nosotros el simple epifenómeno de la infraestructura económica de una sociedad. Es cierto que en la sociedad capitalista la hegemonía, esto es, la apropiación del sentido común de dicha sociedad, la detenta la clase dominante: la clase burguesa. Lo que queremos negar, sin embargo, es que el contenido de tal hegemonía pueda reducirse a un simple efecto de la existencia de la burguesía, en tanto que

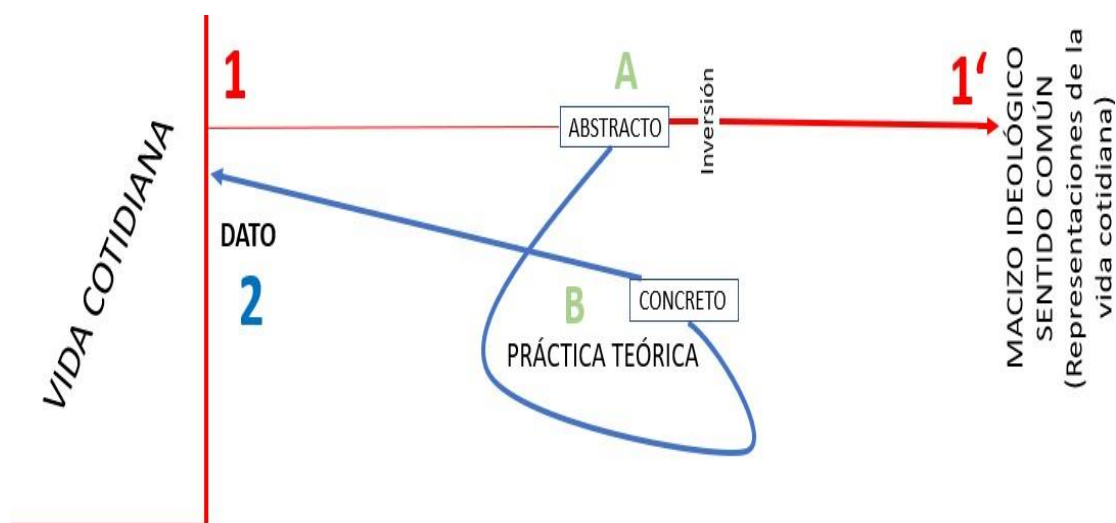
clase dominante. Y, por lo mismo, que tras la desaparición de la burguesía (y de toda división de clases), mediata o inmediatamente tenga por necesidad que desaparecer toda existencia ideológica. Ya lo apuntaba Netto (1981) cuando hacía referencia a factores ideológicos muy «resistentes».

Existe, en un intento de tematizar esa resistencia, una problemática gnoseológica/epistemológica junto a la base social-histórica. La burguesía, como clase dominante, se apropia de un sentido común o macizo ideológico –al mismo tiempo que lo transforma para su mayor provecho– *previamente existente*. Fundamentalmente porque, dando la razón a Kant (1984), el ser humano no puede apropiarse de las esencias puras ni de los universales puros (mundo de los *noúmenom*); no hay forma de situarlo en un espacio de entendimiento puro, en el que apariencia y esencia se identificasen por el hecho de que ya no existan clases. Como insiste en afirmar Heller (2000), el ser humano no puede arrancarse de su vida cotidiana, dominada por el sentido común. El método de aproximación y conocimiento de la realidad ejercido en la vida cotidiana para nosotros difiere totalmente del método de aproximación y conocimiento científico. En este sentido, si hay alguna posibilidad de escapar de la vida cotidiana es, precisamente, a través del segundo, de la práctica científica¹⁴. En la *figura 1*, basada en Liria (2019) se representa esquemáticamente la diferencia de uno y otro, así como el producto de conocimiento en cada caso.

En la parte de la izquierda aparece lo que se correspondería con la vida cotidiana de cada individuo que, como ya hemos dicho, es algo así como la primera aproximación al mundo, dominada por la realidad empírica. Es evidente que este es siempre el punto de partida del conocimiento, reflejado en la figura con el punto 1. Sin embargo, a partir de aquí se abren dos posibilidades. La primera, infinitamente más común, como también apunta Heller (2000), es el seguido por la línea roja (alternativa A), cuyo producto es la producción de las representaciones que componen el macizo ideológico o sentido común ya referidos (punto 1'). Desde el punto 1 hasta el punto 1' vemos que se produce una inversión de la realidad y, además, denominamos a propósito a sus determinaciones como abstractas, por el hecho de que tales son todo lo contrario a cualquier concreción, pues todo aparece junto y mezclado, combinando en ellas hasta los prejuicios más profundos de nuestra consciencia.

¹⁴ “Si, tal como lo ha descubierto el lector muy a pesar suyo, el análisis de las conexiones internas reales del proceso capitalista de producción es una cuestión sumamente intrincada y un trabajo muy minucioso; si es una tarea de la ciencia reducir el movimiento visible y solamente aparente al movimiento real interno, va de suyo que en las mentes de los agentes de la producción y de la circulación capitalistas deben formarse ideas acerca de las leyes de la producción que diverjan por completo de esas leyes, y que son sólo una expresión consciente del movimiento aparente” (Marx, 2009a, p. 400).

Figura 1: método ideológico vs método científico.



Fuente: Elaboración propia en base a Liria (2019).

Sin embargo, en algún punto del recorrido anterior se abre otra posibilidad, caracterizado por la línea azul (alternativa B), la cual correspondería simple y llanamente a la práctica científica. Ésta, partiendo del elemento captado primeramente por la experiencia de la vida cotidiana, es capaz de, por un largo y arduo trabajo teórico (práctica teórica) producir elementos concretos de pensamiento (Althusser, 1967), cuyo resultado último es un «simple» dato, que, volcado de nuevo al mundo de la vida cotidiana, nos permite entender mejor los fenómenos (obsérvese que el dato, representado con el número 2, siempre aparece después de captar cualquier fenómeno en el punto A, es decir, después de analizar toda esa masa de abstracciones confusas). Lo que esta vía abre, por lo tanto, es la posibilidad de percibir la realidad sin la inversión correspondiente de la vía ideología a través de la producción de datos científicos¹⁵.

La posibilidad que abre esta vía B (línea azul) es que puedan producirse datos y, con ello, enunciados cuya formulación limite la participación ideológica¹⁶. Evidentemente, jamás

¹⁵ Evidentemente, como puede deducirse de lo planteado anteriormente, esta vía nunca podría ofrecer la completa visión de una realidad libre del camino A, sino una limitación progresiva de la visión ideológica. En este sentido, ciencia e ideología se oponen, y, por lo mismo, capitalismo y ciencia.

¹⁶ Una prueba de ello es que los enunciados de la vía B son independientes del estatus social de quien lo formula. Para explicarnos, lo que decimos es que por medio de tal práctica teórica podemos llegar a formulaciones tales como la definición del Teorema de Pitágoras, cuyo enunciado no depende del estatus de ser obrero, ser negro, ser rico o ser mujer, entre infinitos otros. Independientemente de quien lo enuncie siempre se hará de la misma forma si con ello se está formulando este teorema. Esta es una posición límite que nos sirve para explicar la diferencia de la vía B con respecto a la vía A, pero, evidentemente, requeriría una explicación más compleja y con mediaciones para el caso de fenómenos de tipo social, puesto que éstos se encuentran clavados en los intereses de clase. Utilizamos este caso extremo o puro (representado en la formulación de un teorema matemático) por la claridad que ofrece. Tampoco quiere esto decir que se hayan de formular algo así como las esencias del mundo, su estructura constituyente (el verbo hecho carne), sino que simple y llanamente puedan descubrirse ciertos elementos reales, libre de la inversión producida por medio de la vía A, que permitan avanzar en una progresiva mejor concepción de nuestra realidad. En este mismo sentido, el descubrimiento de la *explotación* bajo condiciones

con un carácter absoluto, pues, como ya hemos dicho, no tenemos el acceso a la verdad plena, sino que, en todo caso, en un sentido aristotélico, la certeza de que, por esta vía, con cada nuevo dato, nos separamos infinitesimalmente del error (Aristóteles, 2014). Dicho de otra forma: no tenemos acceso al mundo de las esencias que componen la realidad, de lo constituyente real, pero sí la capacidad de llegar a ciertos enunciados que desenmascaran la inversión de los fenómenos provocada por un componente ideológico (que se mueve a partir de un método propio).

A su vez, la evidencia de que este otro camino, que podemos denominar científico, supone un desarrollo para el conjunto de la sociedad se manifiesta en el hecho de que sus formulaciones no dependen apenas del estatus social, de la subjetividad, en la medida en que somos capaces de colocar un cierto corte de neutralidad (el camino B de la figura 1) entre nuestra vida cotidiana y su conocimiento inmediato, es decir, a lo largo del camino A en la *figura 1*. Evidentemente, y conectando este desarrollo epistemológico con la relevancia de las lecturas analizadas en el punto anterior, para que esta vía pueda prosperar hace falta una condición de posibilidad esencial: la eliminación de las clases por medio de la práctica política-revolucionaria, puesto que éstas descansan en la vía A de la figura 1, en un método de conocimiento ideológico.

Consideraciones finales

En síntesis, lo que se ha propuesto es que lo que hemos denominado como método científico, por un lado, y la ideología, por otro, avanzan por vías diferentes, diferenciando dos métodos de conocimiento distintos según cada caso. A su vez, y a partir de la lectura de los autores citados en la primera parte, se ha resaltado que la condición de clase supone la base que sustenta y extiende el avance de la ideología, en contraste con un método de conocimiento científico. A día de hoy, donde los elementos negacionistas en el interior de las distintas ciencias tratan de acaparar un mayor espacio en la sociedad, se observa, al mismo tiempo, un recrudecimiento de la lucha de clases a partir del ascenso de la extrema derecha. Ambas cosas, como puede deducirse a partir de lo apuntado en este texto, no están desconectadas, sino todo lo contrario. El pleno avance de la ciencia necesita un espacio libre de clases.

En última instancia, para combatir la ideología se debería conseguir que el sentido común no fuera dominado hegemonícamente ni por un tirano, ni por una clase, sino por un

capitalistas de producción no depende, tampoco, del estatus social, sino que revela el contenido real y efectivo de relaciones sociales en el interior del capitalismo. Para una explicación más profunda puede verse, por ejemplo, Liria (2019).

conjunto de individuos libres e independientes (es decir, sin depender de otro para existir), lo más posiblemente emancipados, lo que pasa, para empezar, por la abolición de las clases. Sin esta última condición de posibilidad es claro que jamás la ideología va a dejar de dominar la vida de los individuos. Por otro lado, la tematización efectuada de la problemática gnoseológica/epistemológica de la ideología nos lleva a pensar que, aun logrando una sociedad sin clases, el fin de la ideología difícilmente puede ser una realidad posible, en tanto que su origen se encuentra clavada en la propia forma de conocimiento humano. La conformación histórico-social de clases exacerba el camino ideológico de conocimiento, como se ha defendido, pero su ausencia plena equivaldría a pensar un Superhombre más metafísico que real. Lo que abre la posibilidad de la ausencia de clases es el pleno desarrollo de las instituciones que permitan trabajar por la vía B de la figura expuesta más arriba libre de obstáculos, en un desarrollo continuo de las capacidades de conocimiento y de construcción social contra los peligros ideológicos.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Marxismo segundo Althusser*. México: Sinal, 1967.
- ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. *Para leer El capital*. México: Siglo XXI, 1970.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*. Madrid: Gredos, 2014.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: UNESP/Boitempo, 1997.
- GODELIER, M. *Lo ideal y lo material: Pensamiento, economías, sociedades*. Madrid: Taurus Humanidades, 1989.
- GRAEBER, D. *En deuda: Una historia alternativa de la economía*. Barcelona: Ariel, 2014.
- GRAMSCI, A. *Introducción a la filosofía de la praxis*. Barcelona: Ediciones 62, 1970.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. 1 Volume. Rio de Janeiro: Civilização, 2015.
- HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IASI, M. *Processo de consciência*. São Paulo: CPV, 1999.
- IASI, M. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- IASI, M. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo, ICP, p. 85-112, 2017. Disponible en: https://www.academia.edu/68690538/Alienaci%C3%B3n_e_ideolog%C3%ADa_la_carne_real_de_las_abstracciones_ideales_Mauro_Luis_Iasi_Traducci%C3%B3n. Acceso en: 05 de diciembre de 2024.
- KANT, I. *Crítica de la razón pura*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1984.
- KONDER, L. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOTTAK, C. P. *Espejo para la humanidad: Introducción a la Antropología Cultural*. Madrid: McGraw-Hill, 2003.
- LIRIA, C. F. *El marxismo hoy. La herencia de Gramsci y Althusser*. Barcelona: Emse Edap, 2015.
- LIRIA, C. F. *Marx 1857: El problema del método y la dialéctica*. Madrid: Akal, 2019.
- LUKÁCKS, G. *História e Consciência de Classe, Estudo sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. *El capital: crítica de la economía política. Libro III*. México: Siglo XXI, 2009a.

- MARX, K. *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- PREOBRAZHENSKY, E. *De la N.E.P. al socialismo: una visión del futuro de Rusia y Europa*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1976.
- SAN MIGUEL, C.R. *Fetichismo y mistificación capitalistas: La crítica de la economía política de Marx*. Madrid: Siglo XXI, 2018.
- ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Acidentes de trabalho e (des)proteção social no Brasil

Workplace accidents and (lack of) social protection in Brazil

Reginaldo Ghiraldelli*  

Thais Pereira Carvalho**  

Resumo: Nas últimas décadas são observadas múltiplas alterações no mercado de trabalho que afetam diretamente a classe trabalhadora, como é o caso do tema abordado neste artigo que objetiva analisar os acidentes de trabalho no contexto de profundas transformações laborais e de dismantelamento da proteção social brasileira na temporalidade de 2015 a 2024. Com a reestruturação capitalista, os processos produtivos marcados pela precarização se intensificaram, sobretudo com a expansão de formas laborais caracterizadas pela flexibilização, terceirização, informalidade, subcontratações e outras modalidades em que a tônica passa a ser a ausência de proteção social para a população que vive e sobrevive do trabalho. Alterações sucessivas nas legislações que tratam dos direitos trabalhistas também são identificadas como forma de desconstrução do aparato de proteção social, como é o caso das reformas neoliberais. O presente artigo apresenta alguns indicadores sobre os acidentes laborais que se intensificam diante de modalidades cada vez mais precarizadas de trabalho. O artigo resulta de pesquisa baseada em fonte bibliográfica, documental e acesso a dados secundários disponibilizados sobre o tema. Conclui-se que ocorre um crescimento de acidentes de trabalho nos últimos anos, o que requer estudos e ações efetivas para alterar essa realidade.

Palavras-chaves: Trabalho; Saúde; Acidentes de trabalho; Proteção social.

Abstract: In recent decades, multiple changes have been observed in the labor market that directly affect the working class, as is the case with the topic addressed in this article, which aims to analyze workplace accidents in the context of profound labor transformations and the dismantling of Brazilian social protection between 2015 and 2024. With the restructuring of capitalism, production processes marked by precariousness have intensified, especially with the expansion of labor forms characterized by flexibilization, outsourcing, informality, subcontracting, and other modalities in which the emphasis becomes the lack of social protection for the population that lives and survives from labor. Successive changes in legislation that deals with labor rights are also identified as a way of dismantling the social protection apparatus, as is the case with neoliberal reforms. This article presents some indicators regarding workplace accidents, which are intensifying in the face of increasingly precarious forms of work. The article is the result of research based on bibliographic and documentary sources and access to secondary data available on the subject. It is concluded that there has been an increase in workplace accidents in recent years, which requires studies and effective actions to change this reality.

Keywords: Labor; Health; Workplace accidents; Social protection.

* Universidade de Brasília. E-mail: rghiraldelli@unb.br

** Universidade de Brasília. E-mail: pereiradecarvalho.thais319@gmail.com

Introdução

As múltiplas e incessantes mudanças no mercado de trabalho, sobretudo nos últimos anos, com o incremento das tecnologias digitais, informacionais e comunicacionais, em muitos casos são abordadas como avanços e progressos para o desenvolvimento da humanidade. Porém, nem sempre se considera a outra face das consequências dessas transformações, quando se trata das condições de vida e saúde da classe trabalhadora, diante de um cenário que envolve o desemprego e modalidades contratuais de trabalho em que se prevalece a precarização como modo de ser de um sistema que prioriza o lucro e a acumulação de riqueza em detrimento do crescimento da pobreza e amplificação das desigualdades sociais. O que precisa ser considerado, com base nesta realidade, não é a negação do desenvolvimento e aperfeiçoamento das forças produtivas, mas trata-se de problematizar para que e a quem serve o avanço técnico-científico em curso, visto que os indicadores de adoecimento e acidentes laborais se expandem, afetando a vida e a saúde da classe trabalhadora.

Com base nessas considerações e reconhecendo as suas contradições, o respectivo artigo objetiva apresentar, em linhas gerais, reflexões sobre as mudanças que vem ocorrendo no mercado do trabalho e que provocam consequências danosas para a vida e a saúde da classe trabalhadora, quando se trata do crescimento de adoecimentos e acidentes laborais. Por meio de fonte bibliográfica, documental e acesso a dados secundários disponibilizados por órgãos públicos, como no caso do Ministério do Trabalho e Emprego, da Previdência e da Saúde, são evidenciados os crescentes índices de adoecimento e acidentes de trabalho que exigem estudos, pesquisas e construção de estratégias e ações que possibilitem o enfrentamento dessa realidade. Outras bases de dados foram consultadas como o “Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil” (Radar SIT do Ministério do Trabalho e Emprego), “Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho” (SmartLab, 2025), Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)¹ e as informações obtidas nos “Anuários Estatísticos de Acidente de Trabalho²”, com o objetivo de abranger, da forma mais aproximada possível, a heterogeneidade e complexidade desta realidade que não cabe apenas nas fontes estatísticas oficiais. A temporalidade histórica dos dados secundários obtidos e analisados corresponde ao período que abrange os anos de 2015 a 2024. Nesse sentido, é fundamental compreender e situar

¹ Composto por dados advindos da notificação de agravos à saúde que necessitam ser notificados obrigatoriamente, como os acidentes de trabalho. Os registros de informações referentes a casos de acidente de trabalho permitem um maior detalhamento sobre a ocorrência no ambiente laboral, auxilia o/a trabalhador/a no acesso aos direitos e na promoção de medidas preventivas por meio de políticas públicas (Cf. Brasil, 2025).

² São dados disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da DATAPREV (Cf. Brasil, 2023a).

os acidentes de trabalho em uma perspectiva crítica e de totalidade, considerando os indicadores disponíveis e publicizados, as subnotificações diante de um universo laboral caracterizado por ocupações formais e informais, mas também a dinâmica socioeconômica e ideopolítica que permeia as relações de trabalho no capitalismo.

Em um contexto de desemprego e desregulamentação do trabalho, tendo em vista o quadro de informalidade, terceirizações, subcontratações, trabalho por conta própria, contratos por tempo determinado e outras modalidades de vínculos ocupacionais marcadas por subempregos que não garantem nenhum tipo de proteção social para a população que vende a sua força de trabalho, o presente artigo esboça reflexões aproximativas acerca das mudanças em curso no mercado do trabalho nas últimas décadas e que incidem na vida e saúde da classe trabalhadora, como é o caso dos acidentes de trabalho. Tendo em vista que o artigo objetiva analisar os acidentes de trabalho em um cenário de profundas transformações laborais e de desmantelamento da proteção social brasileira, na primeira seção do texto são apresentadas considerações acerca do mercado de trabalho na realidade brasileira em um contexto de reformas neoliberais que incidem na regressão dos direitos da classe trabalhadora, exemplificando alguns desafios atuais da agenda e luta política por melhores condições de vida e trabalho da população. Na segunda seção são apresentadas reflexões teórico-conceituais acerca da concepção de proteção social e sua construção histórica no Brasil, em que se aborda também a perspectiva da saúde do trabalhador e da trabalhadora, com seus avanços e impasses, e, de forma contextualizada e com base em indicadores, são problematizados os acidentes de trabalho na contemporaneidade. Por fim, são apresentadas as considerações finais como síntese do processo investigativo.

Mercado de trabalho, ofensiva neoliberal e regressão de direitos no Brasil

A configuração do mercado de trabalho brasileiro na contemporaneidade é expressão das transformações em curso que ocorrem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que incidem na vida em sociedade. Nesse processo, também cabe mencionar as alterações nas legislações protetivas do trabalho, que trazem uma série de desdobramentos para os direitos da classe trabalhadora.

A construção das legislações protetivas do trabalho não é um mero arcabouço jurídico de caráter formal-normativo, mas resultado do embate de classes e da correlação de forças contidas entre interesses antagônicos que envolvem a classe trabalhadora e a classe dominante no capitalismo. De acordo com Netto (2012), desde a década de 1970, ocorrem transformações societárias que estão vinculadas às mudanças no “mundo do trabalho”, envolvendo a totalidade

social e a configuração da sociedade “tardo-burguesa” que emerge da reestruturação do capital. Nessa conjuntura, com vistas ao atendimento das exigências do capital, observa-se a implementação do projeto neoliberal que se pauta na flexibilização, que tem o objetivo de aniquilar os direitos sociais; na privatização, que transfere ao capital grandes parcelas de riquezas públicas; e na desregulamentação como regra. Para Netto, o mercado de trabalho, “[...] vem sendo radicalmente reestruturado - e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa de vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da informalidade” (2012, p. 417).

No caso brasileiro, mesmo com políticas importantes que foram introduzidas na década de 1920, como as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), nos anos 1930 com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e, na década de 1940, no caso emblemático da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, pode-se considerar que foi apenas nos anos de 1980 que foram dados os passos para a construção de um sistema de proteção social, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que traz, por exemplo, a concepção de seguridade social que envolve o direito à saúde (universal), previdência social (mediante contribuição) e assistência social (com base em critérios e necessidades).

Porém, logo em seguida, nos idos dos anos de 1990, sob a forte ofensiva neoliberal, foram aprovadas reformas regressivas de direitos que começam a desmontar aquilo que estava previsto como sistema de proteção social e garantia de direitos na recém promulgada Constituição Federal. Pode-se exemplificar a Reforma da Previdência Social de 1998 (Brasil, 1998), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que representou ataques aos direitos conquistados pela classe trabalhadora naquele momento histórico. Na década de 1990, consolidou-se, de forma programática, a agenda neoliberal no Brasil, inserindo a modernização trabalhista na agenda do empresariado (Druck; Dutra; Silva, 2019). Segundo Antunes (2018),

No Brasil, em particular na década de 1990, as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associada a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, foi ainda acentuada pela desorganização do movimento operário e sindical, imposta pela vigência, entre 1964 e 1985, da ditadura civil-militar (p. 156).

Nos anos 1990, a ofensiva neoliberal, que representa as respostas do capital à sua crise de dimensão estrutural, se volta para “[...] a desregulamentação das relações de trabalho, amplos programas de privatização e a abertura externa da economia. Todas essas iniciativas têm o objetivo de restaurar a rentabilidade do capital (Araújo, 2009, p. 32)”. Ainda segundo Araújo

(2009, p. 33), é fundamental compreender as questões que emergem com as reformas previdenciárias, como no caso das taxas de crescimento econômico abaixo da média histórica da região; as elevadas taxas de desemprego e subemprego; a precarização das relações de trabalho; o aumento da informalidade; a perda do poder aquisitivo dos salários; o desequilíbrio fiscal e financeiro do Estado, associado à política de juros altos e à recessão ou semiestagnação da economia. Os argumentos ideopolíticos favoráveis às medidas de implementação de reformas neoliberais, se pautam na ideia de déficit financeiro que levaria a uma suposta inviabilização do sistema previdenciário; das desigualdades entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social e o envelhecimento da população brasileira, que gera a inversão da pirâmide demográfica (Araújo, 2009). Outras reformas da previdência social, marcadas pela regressão de direitos, foram aprovadas nos anos 2000, como a de 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a de 2013 no Governo Dilma Rousseff, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União (FUNPRESP), abrindo caminhos para os fundos privados de aposentadoria e, por fim, a de 2019 durante o Governo de Jair Messias Bolsonaro. Um fator importante a ser citado, é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que anula a obrigatoriedade de Regimes Jurídicos Únicos (RJU)³ e planos de carreira para servidores e servidoras da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas federais, estaduais e municipais. Tal ação ocorreu em 06 de novembro de 2024, repercutindo diretamente na vida da classe trabalhadora que presta serviços atrelados a diversas políticas sociais e

[...] fragmentam os direitos da classe trabalhadora, contrariando ainda a intenção original do constituinte de promover igualdade e estabilidade no serviço público. Além disso, o regime estatutário é fundamental para o serviço público, pois confere a servidoras e servidores a imparcialidade e a independência necessárias para atuarem em prol do interesse público, sem serem vulneráveis a pressões políticas ou pessoais de ocupantes transitórios do poder. A estabilidade e as proteções desse regime preservam uma atuação técnica e legal, evitando ingerências que possam desviar o foco daquela pessoa de seu compromisso com o bem comum e os princípios constitucionais que regem a administração pública (CFESS, 2024b, *online*).

Ainda são identificadas outras mudanças na legislação trabalhista brasileira que versam sobre as relações trabalhistas e a proteção social, como a Reforma Trabalhista (Lei nº

³ Trata-se de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2.135) que advém do questionamento sobre a alteração no art. 39 da Constituição Federal de 1988, determinada pela Emenda Constitucional 19/1998 (Reforma Administrativa) e que apresenta a exclusão da obrigatoriedade de um regime jurídico único para os servidores públicos. Os argumentos da ADI estavam pautados em questões que perpassavam a não observância correta dos trâmites legislativos. Entretanto, o STF compreendeu que o processo legislativo ocorreu devidamente, seguindo a votação em dois turnos por 3/5 de votos dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, conforme exige a Constituição. Diante disso, resultou-se na revogação da liminar que suspendia a alteração advinda da Emenda Constitucional. Logo, houve o retorno da anulação dos regimes jurídicos únicos aos servidores (Brasil, 2024b).

13.467/2017), além das recentes reformas da previdência que foram aprovadas, conforme mencionado. As modificações ocorridas com a Reforma Trabalhista se externalizam em modalidades laborais precarizadas como no caso dos contratos intermitentes⁴, terceirização das atividades meio e fim, trabalho por conta própria, informalidade, dentre outros formatos que revelam a fragilidade, instabilidade, insegurança e incertezas dos vínculos laborais. Diante desses processos em curso, cabe salientar, com base em Alves (2007, p. 126), que “[...] o fenômeno da precarização e da precariedade do trabalho implica não apenas a dimensão do local de trabalho e das relações salariais, mas das relações sociais de produção e reprodução da vida social”.

Abílio (2021), descreve que a informalidade pode se apresentar de diversas formas, como no trabalho autônomo, conhecido como “conta própria”; “PJ”, em que o indivíduo é contratado como pessoa jurídica, evidenciando as expressões da terceirização e o caso do Microempreendedor Individual (MEI). Com a inserção de novos formatos de contratação flexibilizada, diante das modalidades informais praticadas, a autora afirma que isso se reflete nas condições de trabalho como um todo, no caso das remunerações, estabilidade, jornadas e intensidade laboral. Também merece ser considerado o advento da pandemia de covid-19 a partir de 2020 que afetou todo o conjunto da vida social em escala global, com efeitos devastadores para a vida de milhares de pessoas e com rebatimentos também no mercado de trabalho.

De acordo com Bernardino e Andrade (2015), a classe trabalhadora inserida na informalidade geralmente se submete a baixas remunerações, longas jornadas de trabalho (até 16 horas por dia) e condições de trabalho insalubres, gerando processos de adoecimento tanto físico quanto mental.

A pesquisa de Cockell e Peticarrari (2011) analisou as redes sociais que ofereceram apoio em momentos de necessidade de trabalhadores informais que passaram por processos de adoecimentos e/ou acidentes de trabalho. Tendo como base as entrevistas realizadas na pesquisa, percebe-se pontos em comum como “a cada dia parado significa um dia a menos de renda”, ausência de proteção social e trabalhista, além da presença do medo do desemprego, que faz com que muitos retornem ao trabalho antes do restabelecimento completo da saúde.

⁴ Art. 443 § 3º: Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinado sem horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (Brasil, 2017).

Diante dessas situações, as redes sociais como família, vizinhos e amigos são aquelas que resguardam os trabalhadores nos momentos de infortúnio.

Com a intensificação da precarização, jornadas extenuantes e exaurimento das condições físicas e mentais da população que vive e sobrevive do trabalho, emerge no ano de 2024 o debate da escala 6x1, considerando os trabalhadores que desempenham atividades laborais por 6 dias e usufruem de folga apenas em 1 dia da semana. Tal forma de trabalho demonstra que,

O real problema da classe trabalhadora é viver espremida pelo tempo do trabalho, é ver sua vida se resumindo a ir e voltar do trabalho, sendo consumida pela lógica de exploração-dominação, é ter sua saúde física e emocional comprometida por desgastes desse modelo, e é não ter tempo de viver, para além do trabalho (CFESS, 2024a, *online*).

Por meio da organização do movimento social Vida Além do Trabalho (VAT) e pela iniciativa da deputada Érika Hilton (PSOL), a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 8/2025 tem recebido um amplo apoio popular por meio das redes sociais e manifestações em diversas cidades brasileiras (Xavier, 2025). Entretanto, também há resistência por parte de setores associados aos interesses do capital, evidenciando a luta de classes na sociedade brasileira (CFESS, 2024).

Sobre a jornada de trabalho, a Constituição Federal de 1988 prevê 8 horas diárias e 44 horas semanais de trabalho, resultando em 6 dias trabalhados a cada semana. A PEC 8/2025 propõe que a jornada de trabalho seja de 36 horas semanais, com o resguardo da remuneração e abrangência para toda a classe trabalhadora.

A partir desse esboço, em que se prevalece a precarização nas relações laborais e nas formas contratuais, considera-se relevante apresentar, mesmo que brevemente, reflexões sobre a instituição de um sistema de proteção social e a construção da saúde do trabalhador e da trabalhadora no Brasil, com o objetivo de abordar o adoecimento laboral e os indicadores sobre os acidentes de trabalho de forma contextualizada.

Proteção social, saúde do trabalhador e da trabalhadora e os acidentes de trabalho no Brasil: entre avanços e retrocessos

No Brasil, a instituição de um sistema de proteção social, organizado como um conjunto de políticas sociais que se efetivam por meio da intervenção do Estado com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas da população, ganha materialidade com a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente a partir da concepção de seguridade social⁵. Com

⁵ Apesar de reconhecidos avanços no âmbito da proteção social, “[...] evidenciam-se na estrutura da seguridade

isso, os direitos sociais são instituídos para atender um conjunto de demandas advindas da sociedade visando proporcionar melhores condições de vida para a classe trabalhadora (Mendes; Wunsch; Corrêa, 2009).

A proteção social, nos dizeres de Mendes, Wunsch e Corrêa (2009), expressa, de forma contraditória e dialética, um “[...] conjunto de direitos que foram conquistados pelo movimento dos trabalhadores, a partir das relações de conflito das classes na luta por igualdades e das desigualdades que são estabelecidas no processo de mediação [...] entre Estado e sociedade” (p. 56). Em uma perspectiva histórica, o sistema de proteção social foi sempre tensionado pela lógica capitalista, diante dos embates, conflitos e interesses antagônicos postos na relação entre as classes sociais. Nesse sentido, a construção dos direitos sociais é marcada por avanços e retrocessos. Em períodos de crise, medidas de austeridade e ajuste fiscal, se observam proposições políticas voltadas para a redução ou extinção de direitos, por meio de reformas neoliberais de caráter regressivo, o que exige capacidade de mobilização, organização e luta coletiva da classe trabalhadora para a preservação e ampliação de direitos.

No caso da saúde do trabalhador e da trabalhadora, a Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8080/1990), determina que suas ações “[...] devam ser executadas pelo SUS nos âmbitos de assistência, vigilância, informação, pesquisas e participação dos sindicatos” (Gomez; Vasconcellos; Machado, 2018, p. 1965).

Para Gomez, Vasconcellos e Machado (2018), a saúde do trabalhador e da trabalhadora “[...] configura-se como um campo de práticas e de conhecimentos estratégicos interdisciplinares técnicos, sociais, políticos, humanos, multiprofissionais e interinstitucionais, voltados para analisar e intervir nas relações de trabalho que provocam doenças e agravos” (p. 1964).

Na perspectiva de Lacaz (2007), o campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora é constituído de três vetores: a produção acadêmica, a programação em saúde na rede pública e o movimento organizado da classe trabalhadora que ganha destaque na cena política sobretudo a partir dos anos 1980. Do ponto de vista histórico e dialético, a relação trabalho-saúde é entrecruzada pelos desígnios da sociabilidade do capital, com possibilidades de transformação social por meio da luta política.

[...] para se entender a emergência do campo Saúde do Trabalhador, como prática teórica (geração de conhecimentos) e prática político-ideológica (superação de relações de poder e conscientização dos trabalhadores), é

social brasileira contradições presentes no seu interior e a necessidade de pensá-la na ótica das transformações sociais em curso [...] o “modelo” de seguridade social brasileiro vem sendo marcado pelo viés contributivo e assistencial, que primam por respostas ainda focalizadas, dado as contingências de seu aparato legal e meritocrático” (Mendes; Wunsch; Corrêa, 2009, p. 59).

necessário frisar que ele emerge concomitantemente à maturação do processo de industrialização e à forma particular que este assume na América Latina, nos anos 1970, com o surgimento de uma classe operária industrial urbana (Lacaz, 2007, p. 762).

No ano de 1983, é publicado o *Programa de Salud de los Trabajadores* pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que patrocinou um seminário na cidade de Campinas (SP) em 1984, em que se discutiu “[...] a necessidade de se passar do conceito de saúde ocupacional para o de saúde dos trabalhadores, com vistas a enfrentar a problemática saúde-trabalho como um todo, numa conjugação de fatores econômicos, culturais e individuais” (Gomez; Vasconcellos; Machado, 2018, p. 1965).

Além disso, cabe ressaltar a importância do movimento da Reforma Sanitária para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsto na VIII Conferência Nacional de Saúde de 1986 e a realização da 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no mesmo ano, que incorpora a perspectiva do direito à saúde em uma lógica universalista, de integralidade e controle social.

Em 1999, a publicação da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, representou um avanço significativo e, nos primeiros anos de 2000, a área técnica de saúde do trabalhador e da trabalhadora do Ministério da Saúde, formulou uma proposta de criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (RENAST). Com base na Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009, a Renast deve integrar a rede de serviços do SUS por meio dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), evidenciando um importante avanço para a área (Gomez; Vasconcellos; Machado, 2018, p. 1966).

A partir de uma atuação integrada e em rede, observa-se, com base em Gomez, Vasconcellos e Machado (2018, p. 1968), o aumento no registro de agravos relacionados ao trabalho, tendo como exemplo os casos relacionados à exposição ao benzeno em postos de combustíveis; as ações de vigilância à saúde de trabalhadores/as canavieiros/as; as ações articuladas para o banimento do amianto; ações interinstitucionais para vigilância e prevenção aos acidentes de trabalho; ações que envolvem o trabalho análogo à escravidão, o trabalho infantil e outros trabalhos em condições extremas de precariedade como no lixo e no carvão. Também merecem destaque os agravos e adoecimentos em decorrência de problemas cardiopulmonares, o câncer relacionado ao trabalho, as intoxicações por agrotóxicos e a saúde mental.

Para Gomez, Vasconcellos e Machado (2018), o maior avanço no campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora no Brasil diz respeito ao seu reconhecimento constitucional no

âmbito da saúde pública, embora as suas ações sejam ainda insuficientes para dar conta do cenário dramático e complexo que permeia o mundo do trabalho.

Apesar dos significativos avanços, Lacaz (2007) sinaliza para os retrocessos no campo da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora nos últimos anos, especialmente em decorrência da fragilização do sindicalismo, o pouco engajamento da academia e o reducionismo das políticas públicas.

Em relação ao adoecimento laboral, há uma tendência de individualização e culpabilização do/a trabalhador/a, reforçando uma perspectiva a-histórica de disfunção e flagelo, descontextualizada da dinâmica socioeconômica e das condições precarizadas de vida e trabalho presentes na sociabilidade capitalista.

No caso dos adoecimentos, agravos à saúde e acidentes de trabalho, Mendes, Wünsch e Corrêa (2009), apontam que a classe trabalhadora é atingida de maneira distinta, a depender do lugar que ocupa na estrutura produtiva, considerando os trabalhos formais, com proteção social, e os trabalhos informais, desprotegidos socialmente diante da ausência de direitos.

Por isso, pensar a saúde do trabalhador e da trabalhadora pressupõe o estabelecimento de novas formas de garantia do acesso à proteção que contemple a classe trabalhadora assalariada nas suas múltiplas e diversas ocupações laborais, ou seja, tanto em postos formais, quanto informais. Nessa realidade, marcada pela (des)proteção social, não há espaço para o reconhecimento de uma cidadania plena, contudo, é possível, por meio de mobilizações e organizações coletivas, transformar as demandas sociais em uma agenda política de luta e reivindicações da classe trabalhadora.

Os acidentes de trabalho são agravos à saúde que acontecem durante o deslocamento ao local de trabalho, período de exercício laboral ou que possam estar relacionados com o trabalho, como as doenças ocupacionais (Brasil, 2018). Em situações de acidente de trabalho, deve-se realizar a comunicação do ocorrido até o seguinte dia útil, ou em casos de morte deve ser notificada imediatamente ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A partir de informações produzidas por Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT) e pelo Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) é possível visualizar, de forma aproximativa, o cenário brasileiro do mundo do trabalho perante esses agravos que incidem na saúde da classe trabalhadora. Procurou-se identificar esses dados no período temporal de 2015 a 2024, conforme a disponibilidade das fontes consultadas.

Como ponto de partida, é fundamental compreender que a emissão de um número elevado de CAT não explica a totalidade e não esgota a complexidade do tema, o que exige

considerar outros aspectos e dimensões dessa realidade. Por exemplo, a subnotificação possui determinantes que estão para além da informação da CAT⁶.

Com isso, é necessário contextualizar outras dimensões que envolvem o cenário do mercado de trabalho brasileiro, como é o caso das ocupações informais, trabalho por conta própria, subempregos, trabalho temporário, trabalho análogo à escravidão, dentre outras modalidades que revelam as extremas precariedades e precarizações laborais e sociais.

Cabe sublinhar que os dados sobre acidentes de trabalho e óbitos são registrados tendo como referência a classe trabalhadora que possui vínculo empregatício. Isso significa que os segmentos laborais que realizam atividades de forma informal ou autônoma, caso passem por alguma situação adversa que envolve agravos à saúde, adoecimento, acidente ou óbito, não serão identificados, além do que não terão cobertura e garantias de proteção social.

Com base nessas reflexões, apresenta-se na Tabela 1 o quantitativo de acidentes de trabalho baseados na notificação com a CAT e sem a CAT, tendo como referência a temporalidade de 2015 a 2024, que corresponde ao período que antecede a aprovação da Reforma Trabalhista e contempla também o período da pandemia de covid-19.

Tabela 1: Total de acidentes de trabalho no Brasil de 2015 a 2024.
Acidentes de Trabalho com CAT e sem CAT registrada.

Ano	Com CAT	Sem CAT	Total
2015	507.753	114.626	622.379
2016	478.039	107.587	585.626
2017	453.839	103.787	557.626
2018	481.993	104.024	586.017
2019	487.739	99.118	586.857
2020	417.492	48.280	465.772
2021	504.814	76.019	580.833
2022	567.746	87.162	654.908
2023	661.007	93.375	754.382
2024	744.477	89.571	834.048

Fonte: Ministério da Previdência Social, Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (2025). Elaboração própria.

Identifica-se, a partir da série histórica analisada, ou seja, entre os anos de 2015 a 2024 sendo os últimos dados disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social, movimentos de

⁶ A subnotificação ocorre quando os acidentes de trabalho não são notificados para a Previdência Social. Isso se dá diante de relações de trabalho não formalizadas por meio da Carteira de Trabalho e quando não são realizadas as Comunicações de Acidente de Trabalho ou situações de adoecimento laboral. As informações de casos subnotificados são consolidadas por meio de dados colhidos da Ficha de Investigação de Acidente de Trabalho, preenchidas a partir de atendimentos realizados por profissionais da saúde que atuam em Hospitais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) e Serviços de Vigilância em Saúde do Trabalhador. As informações coletadas são integradas ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

aumento e redução dos acidentes de trabalho. Na coluna sobre acidentes com CAT, percebe-se que após o ano de 2015, houve queda nos anos de 2016 e 2017, sendo que no ano de 2018 há o crescimento dos indicadores que quase se equipara aos acidentes ocorridos em 2016. Em 2019, os indicadores seguem a tendência de aumento. É importante lembrar de dois acontecimentos dramáticos que marcaram a história brasileira quando relacionados aos acidentes de trabalho, tendo em vista a temporalidade demarcada. O primeiro deles, ocorrido em 2015, é o rompimento da barragem de rejeitos de fundão ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, mais especificamente no subdistrito de Bento Rodrigues. Segundo o relatório de análise de acidentes de trabalho, desenvolvido pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, todos os trabalhadores falecidos eram terceirizados (Brasil, 2016).

O documento: *“Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)”* (2015), elaborado por pesquisadores do grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (Poemas) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), apresenta os impactos do desastre perante os fatores históricos, financeiros, socioambientais, judiciais e trabalhistas. Diante do exposto no relatório da pesquisa, a empresa Samarco possuía como predominância dos vínculos laborais a contratação por meio da terceirização, sendo que havia denúncias de precárias condições de trabalho e ajuizamento de ações trabalhistas, decorrentes de questões como: terceirização ilícita, atrasos de pagamento, descumprimento de aviso prévio, não pagamento de horas *in itinere* (tempo gasto pelo trabalhador/a no deslocamento), dentre outros aspectos. Somado a esse cenário, a Samarco estava em um contexto de endividamento e com a queda no preço do minério, consolidou-se o objetivo de redução de custos operacionais na tentativa de que haveria aumento da lucratividade e produtividade da empresa. Isso gerou uma deterioração das condições de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho, redução de componentes de segurança e saúde de trabalhadores/as, resultando no aumento dos índices de acidentes de trabalho.

O segundo acontecimento que marca a história trágica do trabalho na realidade brasileira e que também se relaciona com os acidentes de trabalho e a temporalidade demarcada, é o rompimento da barragem da Vale S.A., localizada na cidade de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, em 25 de janeiro de 2019. Segundo o relatório de análise de acidente de trabalho, cerca de 334 trabalhadores foram acidentados e, desses, 270 faleceram. Aproximadamente 55% dos trabalhadores que faleceram ou que foram lesionados no território da mina eram terceirizados (Brasil, 2019).

Ambas as situações apresentam acidentes de trabalho fatais, em grande maioria para aqueles que tinham o vínculo de terceirização, gerando várias repercussões e desdobramentos para as famílias dos/as trabalhadores/as, pois além da perda trágica de uma pessoa (que diz respeito aos vínculos familiares e afetivos), ainda precisam lidar com a impunidade dos responsáveis por tais crimes e com a devastação do meio ambiente que por vezes são a fonte de sustento familiar.

Ainda com base na Tabela 1, nos dados referentes aos registros totais, com CAT e sem CAT, em 2020, observa-se a maior redução de acidentes de trabalho da série histórica. Isso pode ser explicado, dentre a multiplicidade de fatores e fenômenos, como decorrência da pandemia de covid-19, ou seja, a redução nos indicadores relacionados ao ano de 2020 podem ser também justificados pelas medidas de distanciamento social que ocasionou na restrição de abertura de serviços que não eram considerados essenciais, resultando no aumento do desemprego e na contratação de trabalhadores em postos de trabalho sem vínculo formalizado, que em caso de adoecimento e/ou acidente de trabalho possuem dificuldades de acessar seus direitos, além de ocorrer a subnotificação dessas ocorrências.

Uma das categorias que ganhou evidência durante o cenário pandêmico foi a de entregadores por aplicativo. No período de distanciamento e isolamento social observa-se a intensificação da precarização das condições de trabalho dos entregadores. No documentário *Motoboy, de vilão a herói* (2020), de Danilo Alves, pode-se visualizar o relato de diversos entregadores que trabalhavam para aplicativos durante o período da pandemia. São expostas as inseguranças relacionadas ao adoecimento próprio ou de contaminação de pessoas do convívio cotidiano. Alguns relatavam o receio de levar o vírus para mães que já possuíam comorbidades ou para as companheiras que estavam grávidas. Além disso, diziam das dificuldades em garantir a renda necessária para a subsistência, pois a média de ganho nesse trabalho era reduzida e, por isso, precisavam trabalhar mais horas. Segundo alguns entrevistados, a jornada de trabalho consistia aproximadamente de 12 a 15 horas diárias de trabalho. Diante da necessidade de mais horas trabalhadas, baixa remuneração, exposição a riscos, adoecimento ou acidentes de trabalho, os entregadores também fazem referência à ausência de direitos sociais e trabalhistas, visto o formato de trabalho que realizam.

De acordo com Rodrigues (2021), as condições precárias de trabalho presentes na realidade de entregadores/as por aplicativo foram ainda mais agravadas pelo contexto da pandemia, refletindo também no aumento dos índices de acidentes fatais que envolveram motociclistas. Um exemplo são os acidentes que ocorrem com os entregadores por aplicativo, tanto com aqueles que usam motos, quanto com aqueles que usam bicicletas, que se configuram

na maioria das vezes como acidentes de trânsito e não como acidentes de trabalho, o que impõe desafios para as lutas e organizações coletivas da classe trabalhadora para o reconhecimento desse tipo de acidente como decorrente do trabalho. Além do mais, o não reconhecimento desses/as trabalhadores/as como empregados das empresas proprietárias dos aplicativos dificulta a produção de indicadores de acidentes de trabalho desse segmento, pois não há a exigência de realização da CAT por lei, expressando uma das faces que gera a subnotificação. Diante disso, a ausência de dados repercute em dificuldades na responsabilização das plataformas e de elaboração de políticas públicas que atendam as necessidades desse segmento da classe trabalhadora.

Em 2024, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), apontou fatores que devem ser propostos e realizados quando se relaciona a saúde do trabalhador e da trabalhadora com o trabalho uberizado, como a elaboração de Normas Regulatórias que complementem a CLT, referentes às atividades de entrega; o dever das empresas-plataformas de garantir Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), assim como o mapeamento de riscos ocupacionais que dizem respeito ao exercício laboral.

Ainda na Tabela 1, verifica-se nos anos de 2022 e 2024 um aumento nos indicadores de acidentes de trabalho. No ano de 2022 são constatados 654.908 acidentes de trabalho no total, englobando os registros com CAT e sem CAT. Em 2023 foram 754.382 casos e, em 2024, chegam ao registro de 834.048 trabalhadores acidentados. Dentre os tantos fatores e aspectos, pode-se evidenciar esse aumento nos determinados anos devido ao retorno progressivo e presencial ao mercado de trabalho após a vacinação da população contra a covid-19.

Além disso, na Tabela 1, se destacam os dados referentes às notificações sem CAT, com quedas nos indicadores entre os anos de 2015 a 2020; aumento entre 2021 e 2023 e redução em 2024 na comparação com 2023. Já nos indicadores totais, ou seja, que englobam as informações com e sem CAT, identificam-se reduções de 2015 a 2017; aumento em 2018 e 2019; redução em 2020, seguido de um constante e progressivo aumento no período de 2021 a 2024, atingindo o maior índice no ano de 2024.

A Tabela 2 apresenta os dados sobre os acidentes de trabalho típicos⁷, de trajeto⁸ e de doenças relacionadas ao trabalho⁹, considerando os números totais de acidentes que possuem a CAT registrada.

⁷ Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social (Brasil, 2018), os acidentes de trabalho típicos são aqueles decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado.

⁸ O Anuário Estatístico da Previdência Social (Brasil, 2018), define os acidentes de trabalho no trajeto como aqueles ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa.

⁹ De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social (Brasil, 2018), os acidentes de trabalho devido às

Tabela 2: Quantidade de acidentes de trabalho no Brasil, por situação do registro e motivo, de 2015 a 2024. Total de Acidentes de Trabalho com CAT registrada, considerando acidentes típicos, de trajeto e doença do trabalho

Ano	Trajeto	Típico	Doenças do Trabalho	Total
2015	106.721	385.646	15.386	507.753
2016	108.552	355.560	13.927	478.039
2017	101.156	341.700	10.983	453.839
2018	108.082	363.314	10.597	481.430
2019	102.405	375.300	10.034	487.739
2020	61.014	322.903	33.575	417.492
2021	104.267	379.347	21.200	504.814
2022	124.829	413.139	29.778	567.746
2023	153.918	489.536	17.553	661.007
2024	181.335	544.495	18.647	744.477

Fonte: Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (2025). Elaboração própria.

Na Tabela 2, as informações apresentadas são baseadas no levantamento de CAT, ou seja, compreende apenas os vínculos formais da classe trabalhadora, considerando o total de acidentes de trabalho a partir daqueles que ocorreram de forma típica, no trajeto ou como adoecimento no trabalho. Nos anos de 2016 e 2017, identifica-se uma redução no indicador total e um aumento nos anos de 2018 e 2019. No ano de 2020 há uma diminuição dos indicadores totais, com aumento nos anos sucessivos, com destaque para o ano de 2024, sendo o ano com o maior número de acidentes de trabalho da série histórica.

De acordo com a Lei nº 8.213, de 1991 (Brasil, 1991), considera-se acidente de trabalho o fato que gera lesão corporal, perturbação funcional que gere morte, redução ou perda (permanente ou temporária) da capacidade de exercício do trabalho em serviço à empresa ou para empregador doméstico. Além disso, sobre as doenças relacionadas ao trabalho, também consideradas como acidentes de trabalho, sabe-se que a doença profissional é produzida ou desencadeada pelo exercício laboral específico da atividade desempenhada. Já a doença do trabalho é aquela que está associada às condições especiais em que a ação laboral é desempenhada (Fiocruz, 2020).

Nos casos de acidentes de trabalho envolvendo trabalhadores/as do serviço público federal, ou seja, inseridos/as no Regime Jurídico de Servidores Públicos Civis da União (RJU), regido pela Lei nº 8.112/1990 (Brasil, 1990), identifica-se a previsão da proteção social, em que a legislação garante licença para tratamento e aposentadoria em caso de necessidade. A respectiva legislação define o acidente de trabalho como um dano sofrido ao servidor público, no aspecto mental ou físico e que possui relação com o trabalho desempenhado.

doenças do trabalho são aqueles ocasionados por qualquer tipo de doença profissional peculiar a determinado ramo de atividade constante na tabela da Previdência Social.

Para os trabalhadores/as inseridos/as no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), caso necessitem de afastamento superior a 15 dias, torna-se necessária a avaliação médico-pericial para ter acesso ao auxílio-doença. Esse direito está previsto na política de previdência social que integra a seguridade social, sendo um direito da classe trabalhadora que se encontra em condição de incapacidade total e/ou temporária.

Na Tabela 2 também são registrados os motivos que geraram os acidentes de trabalho. Identifica-se uma maior incidência em relação aos acidentes típicos, seguidos pelos acidentes de trajeto e, por fim, com os menores indicadores, as doenças do trabalho.

Ao visualizar os acidentes de trabalho típicos e os acidentes de trabalho no trajeto, nota-se um menor indicador no ano de 2020 e um índice mais elevado no ano de 2024. Esses movimentos podem ser explicados pela dinâmica do mercado de trabalho durante o período da pandemia tendo em vista o quadro de distanciamento social, demissões, contratações precarizadas e informalidade.

Sobre as doenças no trabalho, observa-se que diferentemente das outras formas de acidente, em 2020 há um aumento nos dados, com o indicador de 33.575 mil casos. Isso pode ser explicado pelo fator de adoecimento geral da população com a pandemia de covid-19, em especial de segmentos da classe trabalhadora que estavam desempenhando atividades na linha de frente contra a doença, inseridos em serviços considerados essenciais. Outro fator pode estar relacionado à saúde mental da população e sua relação com o trabalho diante das incertezas e inseguranças apresentadas durante a pandemia, em especial, os segmentos que não possuíam vínculos laborais estáveis.

As doenças do trabalho são definidas por meio da Lista de Doenças Relacionadas com o Trabalho, elaborada pelo Ministério da Saúde, sendo um instrumento importante para mapear o perfil da população trabalhadora, assim como formular políticas públicas que atendam às demandas que envolvem a saúde da classe trabalhadora.

A primeira edição da lista, por meio da Portaria n.1339/GM, de 18 de novembro de 1999 (Brasil, 1999), mencionava as doenças que envolviam agentes químicos (como arsênio, amianto, bromo, chumbo, cloro, mercúrio, sílica), físicos (como ruídos, vibrações, radiação ionizantes), biológicos (microrganismos e parasitas), que resultam em doenças infecciosas e parasitárias; neoplasias; doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos; doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas; doenças do sistema nervoso, respiratório, circulatório, digestivo, osteomuscular e gênito/urinário; da pele e tecidos subcutâneos; dos olhos e ouvidos; traumatismos; envenenamento; transtornos mentais e do comportamento.

Após 24 anos, a Lista de Doenças Relacionadas com o Trabalho (LDRT) foi atualizada, resultando na inserção de 165 novas patologias ligadas ao labor, passando de 182 para 347 códigos que identificam os adoecimentos (Paola, 2023). Na nova lista, houve a inserção da covid-19¹⁰ como doença do trabalho e a ampliação da compreensão diante da relação entre transtornos mentais e ambiente de trabalho, inserindo aspectos como uso de sedativos, uso abusivo de cafeína, além de incluir a compreensão de aspectos psicossociais no cenário laboral.

A lista, conforme Portaria GM/MS nº1999 de 27 de novembro de 2023 (Brasil, 2023c), de acordo com o inciso 3, tem a finalidade de:

- I - orientar o uso clínico-epidemiológico, de forma a permitir a qualificação da atenção integral à Saúde do Trabalhador;
- II - facilitar o estudo da relação entre o adoecimento e o trabalho;
- III - adotar procedimentos de diagnóstico;
- IV - elaborar projetos terapêuticos mais acurados;
- V - orientar as ações de vigilância e promoção da saúde em nível individual e coletivo (Brasil, 2023c).

Destaca-se que foram incluídos novos fatores para compreender o adoecimento laboral, dentre eles os “Agentes e/ou Fatores de Risco Psicossociais no Trabalho”. Com isso entende-se questões presentes no contexto laboral que estão para além dos recursos físicos, mas envolvem condições de trabalho relacionadas à gestão organizacional e aos cenários da organização do trabalho; características das relações sociais no trabalho; condições presentes no ambiente de trabalho; jornada de trabalho; violência física ou psicológica ligadas aos aspectos do trabalho, assédio moral, assédio sexual e discriminação (Brasil, 2023c).

Os fatores psicossociais relacionados à gestão organizacional, segundo a LDRT (2023), estão ligados à insuficiência na administração de recursos humanos, associados também a estilos de comando, modalidade de contratação e pagamento. Nesse trecho, o documento relaciona o adoecimento diretamente a formatos precarizados de contratação, como terceirização, trabalho intermitente, Microempreendedor individual (MEI), pejetização e uberização. Com base na portaria do Ministério da Saúde, pode-se afirmar que essas formas contratuais flexibilizadas reverberam diretamente em transtornos mentais e comportamentais relacionados ao uso de álcool (Brasil, 2023c).

De acordo com a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho – LDRT (Brasil, 2023c), o desemprego também é considerado como um fator de risco psicossocial, que pode gerar transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool, sedativos, alucinógenos, solventes, dentre outras substâncias. Além disso, também pode resultar em adoecimentos

¹⁰ Inclusão na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública.

relacionados a transtornos depressivos, reações ao estresse, infarto agudo do miocárdio, dentre outras doenças relacionadas ao trabalho.

Seligmann-Silva (2015), ao realizar estudos sobre o desemprego de longa duração¹¹ identifica a relação entre o desemprego, precarização e o adoecimento, visto que,

Nos cerests, as depressões foram os quadros clínicos mais encontrados. A análise dos históricos de trabalho e saúde permitiu constatar que a gênese da depressão muitas vezes teve início em íntima conexão com as pressões do trabalho precarizado, com consequente agravamento após a demissão em muitos dos casos. Históricos de acidentes de trabalho estavam presentes em vários dos trabalhadores entrevistados. [...] foi possível analisar, retrospectivamente, como as pressões do trabalho precarizado haviam contribuído para os acidentes (p. 97).

O trabalho precarizado, conforme Seligmann-Silva (2015), propicia o desgaste mental da classe trabalhadora, pois intensifica sentimentos como medo e insegurança em relação à manutenção do emprego e consequentemente sua garantia de reprodução social. Além disso, essa conjuntura cria uma permanente ansiedade, podendo gerar diversos outros sintomas, repercutindo na “[...] canalização para o organismo (somatização), que, entre outros distúrbios, com muita frequência leva ao aumento da pressão arterial” (p. 94). Nesse sentido, observa-se que,

[...] uma escalada de desresponsabilização social por parte das empresas foi estimulada pela ideologia neoliberal que também incrementou a precarização social e a das relações sociais de trabalho. Essa desresponsabilização repercutiu no aumento dos acidentes de trabalho e dos desgastes e adoecimentos relacionados a ele (Seligmann-Silva, 2015, p. 94).

879

A Tabela 3 aborda os acidentes de trabalho que estão no campo da subnotificação e que se constituem a partir de situações em que não ocorre a realização da CAT. Essas informações podem ser obtidas por meio de outras fontes de informação, registradas por profissionais de saúde que atuam em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), hospitais e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), com base na ficha de investigação de acidente de trabalho e consolidadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Ao observar os dados do SINAN apresentados na Tabela 3, nota-se que a maior quantidade de acidentes de trabalho ocorreu em 2023, e o menor índice está localizado no ano de 2016. De 2019 a 2023 observa-se um aumento progressivo, acentuado e preocupante dos registros.

¹¹ “O conceito de desemprego de longa duração (DLD) por nós adotado para efeito da pesquisa se reportava a um período maior que seis meses após o desligamento [...] tinha uma razão: o fato de o seguro-desemprego no Brasil, por ocasião da elaboração do projeto, ter vigência máxima de cinco meses, o que implicaria, para os mais pobres, em recorrer a estratégias especiais de sobrevivência a partir dessa fase” (Seligmann-Silva, 2015, p. 97).

Em relação aos índices fornecidos pelo Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT), baseados nos Nexos Técnicos Previdenciários (Profissional, Individual e Epidemiológico), observa-se o maior registro no ano de 2015, com reduções nos anos subsequentes, com destaque para o menor índice no ano de 2020, marcado pela emergência sanitária da pandemia de covid-19.

Tabela 3: Quantidade de acidentes de trabalho no Brasil, por situação do registro, de 2015 a 2023. Total, considerando a quantidade de Acidentes de Trabalho sem CAT registrada.

Ano	Dados SINAN	Dados AEAT	Total
2015	185.368	197.853	386.221
2016	179.676	195.076	374.752
2017	196.437	184.506	380.943
2018	194.825	184.879	379.704
2019	215.115	175.957	391.072
2020	253.500	91.742	345.242
2021	319.187	144.264	463.451
2022	392.575	150.923	543.498
2023	542.293	151.734	694.027

Fonte: Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, com base no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (2024) e do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho, Ministério da Previdência Social (Brasil, 2024a). Elaboração própria.

Perante essa conjuntura, é importante problematizar como ocorrem as notificações de informações acerca dos acidentes de trabalho para os segmentos que não possuem vínculo formal de trabalho, ou seja, que estão inseridos em modalidades desregulamentadas, informais, instáveis, incertas, inseguras e mais precárias em relação aos segmentos formalizados e mais “estáveis” da classe trabalhadora. As subnotificações podem ser ainda maiores que aquelas apresentadas nos dados oficiais, considerando a complexidade que envolve as relações trabalho, as modalidades contratuais, a fragilidade da rede de proteção social e os processos de acompanhamento e notificação dos casos relacionados aos adoecimentos, agravos à saúde e acidentes laborais. Tais fatores e elementos servem como pistas analíticas para compreender a complexidade do tema abordado e os caminhos que levam à desproteção social da classe trabalhadora.

Com base nesses apontamentos sobre as transformações em curso que repercutem diretamente nas condições de vida e saúde da classe trabalhadora, conforme evidenciado na literatura especializada sobre o tema e nos dados secundários que retratam essa realidade, mesmo com certas limitações devido às subnotificações, torna-se fundamental o aprofundamento de estudos sobre o tema, a formulação de políticas públicas e a construção de alternativas que tenham no horizonte um projeto emancipatório que supere essa sociabilidade.

Considerações finais

Em um contexto de (des)proteção social, o presente artigo, abordou, de forma aproximativa, algumas consequências das transformações laborais que incidem nos processos de adoecimento e acidentes de trabalho que afetam a vida e a saúde da classe trabalhadora, considerando o período de 2015 a 2024. A finalidade do artigo foi retratar, em linhas gerais e sem a pretensão de esgotá-lo, o tema dos acidentes laborais e os aspectos dessa realidade que se relaciona com a proteção social destinada à classe trabalhadora, que cada vez mais se depara com uma realidade de duros ataques e perdas de direitos, diante da implementação de reformas neoliberais, sobretudo a partir dos anos 1990, quando se trata do contexto brasileiro.

É importante situar o tema dos acidentes de trabalho e dos processos de adoecimento laboral sob a lógica do sistema capitalista, com seus objetivos de extração de lucro, centralização e acumulação de capital. O adoecimento e os acidentes de trabalho não são novidades no mundo do trabalho sob o regime do capital, porém o que se observa é um aumento nos respectivos indicadores diante da intensificação de formas laborais precárias que incidem nas condições de vida e saúde da classe trabalhadora.

As experiências recentes de reformas neoliberais no âmbito do trabalho e da previdência social também revelam perdas e desmantelamento de direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora, exponenciando as mazelas produzidas e reproduzidas nessa sociabilidade. Além disso, a experiência da pandemia de covid-19 resultou em consequências nefastas para a vida em sociedade como um todo, ceifando milhares de vidas de segmentos da classe trabalhadora, sobretudo aqueles inseridos em formas contratuais mais precarizadas.

Evidencia-se que o tema em torno dos processos de adoecimento da classe trabalhadora e dos acidentes de trabalho precisam ser aprofundados, especialmente no que se refere às particularidades regionais, de modo a obter informações, dados e abordagens crítico-analíticas que contemplem dimensões territoriais, de gênero, raça, etnia e tipologias de inserção laboral. Isso poderá contribuir para o planejamento, formulação e implementação de ações e políticas públicas voltadas para essa realidade.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. In: MARQUES, Léa (org.). *Trajetórias da Informalidade no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/Trajet%C3%B3rias_da_informalidade_no_Brasil_contempor%C3%A2neo-2021.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

- ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaio da sociologia do trabalho*. São Paulo: Práxis, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAÚJO, Elizeu Serra de. As Reformas da Previdência de FHC e Lula e o Sistema Brasileiro de Proteção Social. *Revista de Políticas Públicas*, vol. 13, n.1, p.31-41, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321127275004.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BERNARDINO, Débora Cristina de Almeida Mariano; ANDRADE, Marilda. O trabalho informal e as repercussões para a Saúde do Trabalhador: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem Referência*, série IV, n.7, out/nov/dez. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3882/388243209011.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 10 set. 2025.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em: 29 ago. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 19 nov. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998*. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm. Acesso em: 29 mai. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 1.339/GM/MS, de 18 de novembro de 1999*. Institui a Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho, a ser adotada como referência dos agravos originados no processo de trabalho no Sistema Único de Saúde, para uso clínico e epidemiológico, constante no Anexo I desta Portaria. Brasília, DF, 18 nov. 1999. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html. Acesso em: 29 set. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em MG. Seção de Segurança e Saúde no Trabalho - SEGUR. *Relatório de Análise de Acidente. Rompimento da Barragem de Rejeitos Fundão em Mariana - MG*, abril 2016. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/acidentes-de-trabalho-informacoes-1/relatorio_analise_acidente_samarco_mariana_2015.pdf. Acesso em: 23 mai. 2025.
- BRASIL. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 25 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Instituto Nacional do Seguro Social. *Anuário Estatístico da Previdência Social*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/aeps-2018.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

- BRASIL. Ministério da Economia. *Relatório de Análise de Acidente de Trabalho*: Rompimento da Barragem B I da Vale S.A. em Brumadinho/MG em 25/01/2019. Setembro de 2019. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/seguranca-e-saude-no-trabalho/acidentes-de-trabalho-informacoes-1/relatorio_analise_acidentes_brumadinho.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho*. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/AEAT-2023>. Acesso em: 30 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Anuário Estatístico da Previdência Social*. Versão Online, AEPS, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/aeps-2023>. Acesso em: 13 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria GM/MS nº 1.999, de 27 de novembro de 2023*. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). Brasília, DF, 27 nov. 2023c. Disponível em: https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1999_29_11_2023.html. Acesso em: 29 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Anuário Estatístico da Previdência Social*. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/aeps-2024/aeps-2024>. Acesso em: 30 mai. 2025.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Informação à sociedade*. ADI 2.135. Extinção do Regime Jurídico Único pela Reforma Administrativa (EC n.19/1998). 2024b. Disponível em: <https://noticias-stf-wp-prd.s3.sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/wpallimport/uploads/2024/11/19191749/ADI-2135-RJU-Info-a-Sociedade-vRev-1-1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Sistema TABNET: “Acidentes de Trabalho” (SINAN Net) [consulta online]. © 2025. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/acgrbr.def>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (3), p. 1709-1718, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/T9jxG5ptWzhDP5hYzGb9hNC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Nota conjunta das entidades de Serviço Social*: pela redução da carga horária de trabalho e pelo fim da escala 6x1. 12 de novembro de 2024. 2024a. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2168>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Nota de repúdio do CFESS à decisão do STF contra o serviço público*. 14 de novembro de 2024. 2024b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2170>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *2ª Nota técnica sobre regulação do trabalho em plataforma. Uberização do trabalho e condições de saúde e segurança*. Brasília, fevereiro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/onmt/pdf/meta-1-produto-5_2a-nota-tecnica_uberizacao-e-saude-do-trabalhador.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.
- DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A Contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 32, n.86, p.289-305, mai/ago, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/djFJYWDLrSjCyTHJK6TNKCr>. Acesso em: 9 ago. 2025.

- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *Emissão de comunicação de acidente de trabalho (CAT) para trabalhadores que contraíram o novo coronavírus (COVID-19) em decorrência de suas atividades laborais*. Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/orientacao-para-emissao-de-cat-por-covid-19>. Acesso em: 15 out. 2025.
- GOMEZ, Carlos Minayo; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23 (6), p.1963-1970, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DCSW6mPX5gXnV3TRjfZM7ks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- LACAZ, Francisco Antônio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23 (4), p. 757-766, abr, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Dbjb9TcStGxFcbdZ3Fh3Mbg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches; CORRÊA, Maria Juliana Moura. Proteção social e saúde do trabalhador: contingências do sistema de mediações sociais e históricas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 13, n.1, p.55-63, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3001/1036>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- MOTOBOY, DE VILÃO A HERÓI. Direção: Danilo Alves. Produção: A Casa de Papelão. 2020. (20 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J9Eia_NcAoI. Acesso em: 12 jul. 2024.
- NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- PAOLA, Roberta. Ministério da Saúde atualiza lista de doenças relacionadas ao trabalho após 24 anos. *Gov.br – Ministério da Saúde*, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/ministerio-da-saude-atualiza-lista-de-doencas-relacionadas-ao-trabalho-apos-24-anos>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- POEMAS. *Antes fosse mais leve a carga*: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Relatório final, dezembro, 2015. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%c3%a3o-final.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- RODRIGUES, Marcele Marques. Acidentes de Trânsito e Pandemia: retrato da precariedade das condições de trabalho do motoboy entregador. *Revista Palavra Seca*, Belo Horizonte, vol.1, n.1, mar/ago. 2021, p. 148-166. Disponível em: <https://palavraseca.direito.ufmg.br/index.php/palavraseca/article/view/15/11>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. Desemprego e desgaste mental: desafios às políticas públicas e aos sindicatos. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 4, junho de 2015, p. 89-109. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/89/pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.
- SMARTLAB – Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho. Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho: plataforma de dados sobre acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. SmartLab, © 2025. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- XAVIER, Luiz Gustavo. PEC que acaba com a escala de trabalho 6x1 é protocolada na Câmara. *Câmara dos Deputados*, 25 fev. 2025. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1136400-pec-que-acaba-com-a-escala-de-trabalho-6x1-e-protocolada-na-camara/>. Acesso em: 30 fev. 2025.

A importância das políticas públicas para a primeira infância enquanto estratégia voltada à redução da mortalidade infantil no estado do Piauí

The importance of public policies for early childhood as a strategy to reduce infant mortality in the state of Piauí

Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá*  

Edna Maria Goulart Joazeiro**  

Resumo: Este artigo aborda a implementação de políticas públicas voltadas para a primeira infância na área da saúde, com foco na redução das taxas de mortalidade infantil. Discute o conceito de desenvolvimento sustentável como multidimensional, alinhado às Agendas 2021 e 2030, destacando políticas para crianças de zero a seis anos. A análise histórica das políticas de saúde infantil no Brasil revela avanços após a criação do SUS. Contudo, destaca-se que metas como a 3.2 dos ODS – que visam eliminar óbitos evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos até 2030 – ainda estão longe de ser alcançadas, especialmente no Piauí, considerando-se o recorte de mortalidade infantil até um ano de vida. O estudo reforça a necessidade de identificar ações que contribuam para a melhoria desses indicadores, promovendo impactos positivos na qualidade de vida das famílias e na sociedade.

Abstract: This article examines the implementation of public policies aimed at early childhood health, focusing on the reduction of infant mortality rates. It discusses the concept of sustainable development as multidimensional, aligned with the 2021 and 2030 Agendas, highlighting policies targeting children from zero to six years of age. The historical analysis of child health policies in Brazil reveals progress following the establishment of the Unified Health System (SUS). However, it is important to note that targets such as SDG 3.2 — which aim to eliminate preventable deaths of newborns and children under the age of five by 2030 — remain far from being achieved, particularly in the state of Piauí, when considering infant mortality under one year of age. The study reinforces the need to identify actions that can improve these indicators, generating positive impacts on the well-being of families and society as a whole.

Palavras-chaves: Primeira infância; Políticas públicas de saúde; Mortalidade infantil; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Keywords: Early childhood; Public health policies; Infant mortality; Sustainable Development Goals (SDGs).

* Universidade Federal do Piauí. E-mail: geysaelane@hotmail.com

** Universidade Federal do Piauí. E-mail: emjoazeiro@gmail.com

Introdução

Este artigo discorre sobre uma temática que integra a tese de doutorado intitulada "Promoção da Saúde e Vacinação: Concepção, Temporalidade, Intersetorialidade e Produção do Cuidado na Infância". Dessa maneira, aborda a relação que se estabelece entre a implementação de políticas voltadas à primeira infância e os índices de mortalidade, que são altos especialmente no contexto piauiense. Nesse cenário, compreende-se que a primeira infância, período que contempla a faixa dos 0 aos 6 anos de idade, desempenha um papel crucial no desenvolvimento humano, e, portanto, ao se investir nessa fase, corrobora-se com a redução de desigualdades socioeconômicas na idade adulta.

Considerando-se esse panorama, no item 1, introduz-se o conceito multidimensional do desenvolvimento, partindo-se de uma abordagem abrangente. Dessa forma, parte-se de uma perspectiva que supera a apresentação somente do conceito de crescimento econômico, trazendo à tona, portanto, a discussão sobre a ação global da Organização das Nações Unidas (ONU), que defende a importância de se promover um mundo sustentável, cujos objetivos a serem alcançados, sobretudo no que concerne à redução da mortalidade infantil, foram desenvolvidos ao longo do século XX, tornando-se, assim, uma prioridade sanitária dos países que assumem uma agenda internacional voltada à redução desses números.

Posteriormente, no item 2, embora não se queira esgotar o debate sobre as ações implementadas, principalmente no que tange à explanação das principais transformações históricas relacionadas à saúde da criança, apresentar-se-á uma breve contextualização, identificando, nesse percurso, quais são as principais mudanças viabilizadas pelas políticas públicas de saúde da criança em âmbito nacional, considerando-se, como recorte, as conquistas a partir do século XX, destacando, ao abordar sobre esse processo, a manutenção de índices de morbimortalidade infantil, o que a torna um componente basilar assumido pela assistência à saúde.

Na sequência, no item 3, apresentam-se os conceitos e as estatísticas relacionadas à mortalidade infantil, enquadrando-a como um grave problema de saúde pública que tem sido enfrentado pelo país ao longo dos séculos, destacando quais as taxas de mortalidade do Estado do Piauí, bem como identificando quais são os possíveis efeitos atrelados à redução ao longo dos anos. Ao realizar essa análise, destaca-se o debate sobre a Meta 3.2, que integra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois ela revela qual é a metodologia adotada pelo Brasil com vistas a atender a Agenda 2030 da ONU.

Mesmo com a progressiva redução desses números, é preciso que se verifique, continuamente, quais são as melhores estratégias para se combater as constantes lacunas e

desafios que se apresentam, dentre eles, a própria pandemia da Covid-19 e a necessidade de promover ações integradas e intersetoriais que garantam a perenidade do investimento voltado à primeira infância, reforçando, ainda, sobre a necessidade de explorar políticas públicas que efetivamente almejem o alcance das metas propostas pela agenda mundial, para, assim, assegurar o nascimento seguro e saudável para essa população específica que integra a primeira infância.

Diante das delimitações apresentadas, metodologicamente, este trabalho assume uma natureza essencialmente teórica, adotando-se uma abordagem qualiquantitativa para a elucidação dos dados ao longo das seções. Enquadra-se dessa maneira por mesclar, na discussão, aspectos inerentes à pesquisa qualitativa, como a interpretação de fenômenos e a atribuição de significados, e à pesquisa quantitativa, que se utiliza de recursos estatísticos para análises (Prodanov; Freitas, 2013). Por tais motivos, o estudo contempla aspectos tanto bibliográficos quanto documentais.

Dada a natureza qualitativa da pesquisa, adotou-se, em uma primeira etapa, a análise documental e bibliográfica, contemplando legislações, políticas públicas, documentos institucionais e literatura acadêmica pertinente. Tal abordagem buscou contextualizar historicamente a evolução das políticas de saúde voltadas à infância no Brasil. A análise interpretativa teve como objetivo compreender os impactos dessas políticas sobre os índices de mortalidade infantil, além de identificar os principais desafios enfrentados na sua implementação, com ênfase nas particularidades do estado do Piauí.

Complementarmente, com base no viés quantitativo da pesquisa, foram utilizados dados secundários provenientes de bases públicas oficiais, especialmente do *DataSUS*, *TabNet* e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Esses dados possibilitam a compreensão dos indicadores de saúde, com ênfase nas taxas de mortalidade infantil no estado do Piauí. A partir dessas informações, foram elaborados gráficos e figuras ilustrativas que subsidiaram análises comparativas, permitindo observar tendências, reduções e oscilações ao longo dos anos, bem como confrontar os dados estaduais com as metas estabelecidas pela Agenda 2030 da ONU (ODS 3.2), em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3.2.

1 - Desenvolvimento sustentável: fundamentos e contexto atual

O desenvolvimento sustentável é um conceito multidimensional que não está atrelado apenas ao crescimento econômico. Esse conceito reconhece a interdependência entre aspectos sociais, ambientais e econômicos e, a partir disso, busca promover um equilíbrio entre eles, reconhecendo, nesse processo, a necessidade de atender às demandas presentes sem

comprometer as capacidades das futuras gerações de suprirem suas próprias necessidades. Por tais motivos, a discussão sobre o conceito de desenvolvimento é retomada por inúmeros autores, tais como por Koldo Satrústegui (2013).

Em sua análise, Satrústegui (2013) demonstra a quão necessária se faz a discussão teórica sobre os elementos que influenciaram e influenciam os processos de desenvolvimento, de crises, assim como no mau-desenvolvimento, fenômenos característicos do capitalismo global ao longo dos séculos. A partir disso, defende que é preciso propor alternativas para o enfrentamento efetivo de crises econômicas, envolvendo estratégias de análise de sustentabilidade, de direitos humanos e equidade, superando a proposta basilar da economia que trata especificamente do crescimento econômico como solução teórica para os óbices proporcionados pelo mercado global.

Contudo, essa discussão alternativa não é inaugurada no século XX. Essa temática já é posta em tela desde os anos 1960, mediante à publicação, pela autora Rachel Carson, do livro chamado *Silent Spring*¹. Na obra, a pesquisadora apresenta os problemas relacionados à utilização de praguicidas que podem causar impactos na saúde e no meio ambiente.

Sob essa ótica, ressalta-se um outro marco, agora da década de 1970, ocasião em que corre a primeira Conferência Internacional Ambiental na ONU, a chamada Conferência da Rio-92, momento em que diversos acordos foram estabelecidos até referendar o primeiro que seria o “plano de ação conjunto das nações com vistas ao desenvolvimento sustentável”. Nasce, aqui, a **Agenda 21**, documento que aborda sobre temas da infância. Também apresenta o primeiro dos marcos globais voltado ao impulsionamento de políticas de desenvolvimento, o designado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM foi um pacto firmado entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e mais 189 países, inclusive o Brasil, no ano de 2000. Neles, o ODM 4: Reduzir a mortalidade infantil, em específico, buscou reduzir em 2/3 a taxa de mortalidade em crianças menores de cinco anos (Pereira *et al.*, 2021).

Cumprе salientar que, no contexto atual, a preocupação com o desenvolvimento sustentável tem ganhado cada vez mais relevância. Tal cenário é impulsionado pelo fato de que o mundo enfrenta desafios ligados à mudança climática, perda de biodiversidade, pobreza, desigualdades sociais e escassez de recursos naturais. Para lidar com esses desafios, a comunidade internacional estabeleceu uma série de instrumentos de combate, dentre eles, a Agenda 2030.

¹ Para mais informações, confira Carson (2010).

A Agenda 2030 é um plano de ação global adotado pelas Nações Unidas em setembro de 2015, que consiste em um conjunto de objetivos, metas e indicadores chamados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam à continuidade dos avanços da ONU e estabelecem meios para a promoção de um mundo mais sustentável, equitativo e próspero até o fim de 2030. Compreendem metas e indicadores que visam abordar sobre os principais desafios globais e orientar ações impulsionadoras do desenvolvimento sustentável.

Há, portanto, 17 objetivos interligados, que abrangem uma gama de questões sociais, econômicas e ambientais, como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, saúde, educação, energia limpa, trabalho digno, cidades sustentáveis, entre outros. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletem a necessidade de se adotar uma abordagem integrada e holística, na qual o progresso em um dos objetivos está intrinsecamente relacionado ao avanço dos demais. Dessa forma, as ações voltadas ao cumprimento das metas são orientadas em âmbito global, nacional e local.

O aspecto integrado, tanto dos problemas como dos objetivos, enfatiza a importância de estabelecer parcerias e colaborações entre os diferentes atores, incluindo governos, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais. É essa ação conjunta que possibilita a construção de um futuro mais próspero e equitativo para as gerações presentes e futuras. Dentre as áreas, a **ODS nº 3** de Saúde e Bem-estar objetiva “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades” (ONU, 2015).

Sob esse prisma, ressalta-se que, em razão do escopo atrelado às suas metas, adota meios que permitem quantificar o desenvolvimento sustentável no campo da saúde com indicadores amplamente utilizados, o que permite visualizar como se tem fomentado o desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, verifica-se que essa busca por indicadores é essencial, pois, a partir deles, é possível realizar uma análise situacional sobre a saúde pública:

com os avanços no controle das doenças infecciosas e a melhor compreensão do conceito de saúde e de seus determinantes sociais, passou-se a analisar outras dimensões do estado de saúde, medidas por dados de **morbidade**, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais, entre outros (REDE, 2008, p. 13, grifo nosso).

Nesse âmbito, destaca-se a relevância da **meta 3.2** das ODS, que propõe, aos países adotantes, até 2030, “acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos” (ONU, 2015). O parâmetro almejado é a redução da taxa de mortalidade neonatal, o que culmina na necessidade de se reduzir a taxa de mortalidade das crianças com menos de 28 dias de nascido para pelo menos **12 por 1000 nascidos vivos**, e da taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos **25 por 1000 nascidos vivos**.

Dessa maneira, observa-se que os indicadores utilizados e mencionados nas metas propostas, com vistas a atingir esse objetivo, servem para regular e nortear as políticas públicas a serem implementadas ao longo dos anos. Por tais motivos, adotam-se meios que permitam a identificação de problemas estruturais básicos, que são aqueles que representam maior impacto na cadeia de desenvolvimento sustentável. Sobre os indicadores da meta 3.2, destaca-se que:

a taxa de mortalidade infantil é usada internacionalmente como o indicador que melhor retrata o estágio de desenvolvimento econômico de um país ou região, justamente por possuir relação direta com características socioeconômicas e, conseqüentemente, ser sensível às suas variações (Kropiweic; Franco; Amaral, 2017, p. 392).

O problema da mortalidade é mais perceptível quando se compara países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo os primeiros detentores do maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aqueles, portanto, que apresentam as menores taxas de mortalidade infantil – com três mortes a cada mil nascidos vivos –, o que reforça a necessidade de alcançar tais metas (Kropiweic; Franco; Amaral, 2017). O Brasil, por sua vez, apesar da meta voltada à redução da mortalidade ter sido alcançada mediante à implementação dos ODM, ainda enfrenta desafios.

Os novos parâmetros estabelecidos na Agenda 2030 estão aquém dos que foram objetivados nacionalmente frente à ODS 3, particularmente quanto à meta 3.2. A conexão entre os ODS e a discussão sobre a infância, sobretudo no que diz respeito à diminuição da mortalidade infantil, é essencial para promover uma sociedade mais justa e equitativa. Nesse contexto, destaca-se o ODS 3, que fomenta a existência saudável, em todas as faixas etárias, possuindo como um de seus objetivos basilares (3.2) a liquidação dos falecimentos evitáveis de recém-nascidos e crianças com menos de cinco anos (ONU, 2015).

Contudo, para alcançar esse objetivo da ODS 3.2, é fundamental que se reforcem as políticas públicas direcionadas à atenção primária à saúde, como o acesso ao pré-natal, parto seguro, imunização e monitoramento nutricional, além da expansão da infraestrutura básica de saneamento. Sob essa perspectiva, destaca-se o ODS 1, que tem como intuito a eliminação da pobreza, também está diretamente relacionado ao tema, uma vez que crianças em condição de vulnerabilidade social apresentam maiores riscos de falecimento por causas evitáveis (ONU, 2015).

Nesse âmbito, destaca-se, também, o ODS 2, uma vez que visa erradicar a escassez e impulsionar a segurança alimentar, o que implica o desenvolvimento de políticas públicas que tenham como foco o enfrentamento da desnutrição infantil e o estímulo à alimentação saudável, principalmente durante a primeira infância. Por outro lado, ressalta-se a relevância do ODS 6, que aborda sobre o acesso à água potável e ao saneamento, destacando-se que a falta dessas

condições essenciais é um fator agravante da mortalidade infantil, especialmente por provocar o aparecimento de doenças diarreicas (ONU, 2015).

Sob essa ótica, Guasch (2022) compreende as crianças como o público prioritário das iniciativas da ONU, especialmente após o advento da Agenda 2030 e dos ODS. Desse modo, estabelece-se uma relação direta entre os elevados índices de mortalidade infantil, as condições de pobreza e a ineficácia das políticas públicas no passado da saúde pública. Nesse sentido, Guasch (2022) enfatiza que intervenções como o Programa Primeira Infância Melhor (PIM) representam não somente respostas locais a essa questão, mas também a materialização dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Complementarmente, Guasch (2022) reconhece que os ODS, particularmente aqueles direcionados à eliminação da pobreza (ODS 1) e à diminuição das disparidades (ODS 10), somente serão eficazes se integrarem a primeira infância como um eixo fundamental das políticas públicas. Contudo, quando o contexto estadual é posto em análise, conforme será observado no item 4, percebe-se, ainda, uma mais elevada taxa de mortalidade infantil, que denota o desafio no atingimento das metas da Agenda 2030 e abre espaço para provocar os implementadores de políticas, que devem desenvolver estratégias para promover mudanças paradigmáticas regionais e locais.

2 - Breve histórico das políticas de saúde da criança no Brasil

O contexto histórico relacionado à origem do conceito de criança remonta à transição do século XIX para o XX (Albernaz; Couto, 2022). Sem dúvida, o Século XX foi marcado por inúmeras transformações políticas, econômicas e sociais impulsionadas, especialmente, pela Revolução Industrial que o mundo vivenciou nesse período. Até o início desse século, as ações do campo de cuidado às crianças possuíam caráter filantrópico, sendo o momento em que, efetivamente, criaram-se e reconheceram-se as primeiras instituições de proteção à infância.

As mais importantes e representativas foram, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Ipaí), criado por Moncorvo Filho, e a Policlínica Botafogo, instituída por Luiz Torres Barbosa, ambas filantrópicas. Em 1909, foi criada a Policlínica das Crianças; e, em 1914, o Hospital São Zaccharias, ambos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Em 1924, vinculado ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), foi fundado o Hospital Abrigo Arthur Bernardes, dirigido pelo pediatra Antônio Fernandes Figueira. Em 1946, transformou-se no Instituto Fernandes Figueira e, em 2010, no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira - IFF/ Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz (Sanglard; Ferreira, 2014).

Especificamente no governo Vargas, no ano de 1940, é criado o Departamento de Saúde da Criança, cuja perspectiva assistencial era voltada à prestação de auxílio à classe trabalhadora,

oferecendo-se acesso a serviços como creches junto às fábricas. Em 1973, foi lançado o Programa Nacional de Imunizações (PNI), no intuito de coordenar o processo de imunização, cuja cobertura, até então, era reduzida (Tyrrel, 1997). Já em 1976 surge o Programa de Atenção à Criança, entretanto, fomentava um atendimento muito burocrático, o que impedia a população geral de usufruí-lo (Zanolli; Merhy, 2001).

Posteriormente, em 1984, foi implantado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança (PAISC), que executava ações voltadas diretamente à área da saúde, correspondendo, assim, a uma tentativa de promoção da atenção integral à saúde na infância (Brasil, 1995). Já com o advento da Carta Magna de 1988 e mediante à implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde passa a ser um direito garantido a todos os brasileiros, sendo que o Programa Saúde da Família assume uma notória importância, dado o seu objetivo.

Impulsionado por esse cenário, em 1995, o Ministério da Saúde (MS) lança o Projeto de Redução da Mortalidade Infantil (Brasil, 1995). Contudo, verifica-se que, no Brasil, a garantia dos direitos para crianças e adolescentes somente é regulamentada, de fato e de direito, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Nesse contexto, ressalta-se a importância histórica do pediatra Antônio Figueira para o próprio ECA, pois, mesmo que tenha atuado início do século XX, ao reconhecer a importância de se manter as mães junto às crianças internadas, promoveu mudanças importantes:

Destaca-se, entre 1900 e 1910, a sua atuação como chefe da enfermaria pediátrica do Hospital São Sebastião (...) indicado por Oswaldo Cruz, então na Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGSP). Figueira foi vanguardista ao permitir o acompanhamento das mães durante as internações, o que somente foi regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1991 (Albernaz; Couto, 2022, p. 239).

Entretanto, mesmo diante dos avanços observados, cumpre destacar que foi apenas nos anos 2000 que o Ministério da Saúde lançou um programa com o intuito de manter o maior contato das mães com os bebês, o chamado ‘método Canguru’, cuja proposta era fomentar a atenção e cuidado, com vistas ao aprimoramento da participação da família de forma acolhedora e contínua (Araújo, 2014). Já no século XXI, em 2001, é implantada a Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDIP), que teve como objetivo a redução da mortalidade em crianças até 05 anos de idade (Brasil, 2002).

No governo Lula, em 2006, a mortalidade infantil foi considerada como uma política de governo e inserida no Pacto pela Vida (Brasil, 2006), dentre outras ações promovidas até novembro de 2014, quando se aprovou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), que tinha direcionamento às crianças, especialmente as da primeira infância. Em junho de 2011, o governo brasileiro implementou a *Rede Cegonha*, fomentando

“uma rede de cuidados com vistas a garantir segurança e qualidade assistencial à mulher em todo seu ciclo reprodutivo, bem como garantir à criança segurança e o cuidado integral ao nascimento, crescimento e desenvolvimento” (Araújo, 2014, p. 1004).

Por fim, dentre as ações executadas pela própria sociedade civil, é importante destacar a criação Rede Nacional Primeira Infância, que é responsável pelo desenvolvimento do Plano Nacional pela Primeira Infância, estratégia que prioriza a execução de ações direcionadas e específicas para este público. A partir disso, conclui-se que a assistência à saúde da criança deve permanecer em constante avanço, pois a história revela que houve uma evolução na qualidade dos cuidados direcionados à essa população, refletida no angariamento de índices de redução de mortalidade infantil mais promissores. No entanto, algumas taxas se mantêm elevadas, em especial na mortalidade neonatal, como será discutido no próximo item.

3 - A mortalidade infantil e na infância no Piauí

Inicialmente, destaca-se que “a mortalidade infantil (MI) é considerada um grave problema de saúde pública e possui relação direta com as condições de vida, acesso e qualidade da atenção à saúde materno-infantil, sendo na maioria das vezes evitável” (Silva, *et al.*, p. 2, 2023). Esse índice corresponde a um aspecto social tão socialmente significativo que compôs o conjunto de Metas do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e também foi inserido como meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030.

A mortalidade infantil, embora seja tradicionalmente considerada um parâmetro técnico de saúde pública, reflete de maneira significativa as desigualdades estruturais que atravessam o desenvolvimento social e econômico do país. Nesse sentido, fatores sociais como saúde, renda, educação, moradia, saneamento, entre outros, são fundamentais para entender a persistência da mortalidade infantil em regiões como o estado do Piauí, marcado historicamente por condições de elevada vulnerabilidade social. Trata-se, portanto, não apenas de um desafio técnico no campo da medicina preventiva, mas uma expressão concreta de injustiça social acumulada, que incide de forma mais intensa sobre territórios e populações historicamente marginalizados.

Sob essa ótica, observa-se que a evitabilidade da mortalidade infantil está diretamente relacionada à distribuição equitativa de bens públicos essenciais. Quando essa distribuição não ocorre de forma justa, as causas da mortalidade infantil tornam-se múltiplas, impulsionadas por fatores socioeconômicos, como o acesso precário a serviços de saúde de qualidade, ausência de saneamento básico, desnutrição, entre outros.

Nesse sentido, Alves e Coelho (2021) destacam que as principais causas da mortalidade infantil no Brasil decorrem da interação entre fatores biológicos, sociais e econômicos. Entre as causas diretas mais importantes estão a prematuridade, doenças diarreicas, anomalias congênitas, asfixia no parto e desnutrição – todas associadas a situações passíveis de prevenção por meio da oferta de cuidados qualificados no pré-natal, no parto e no período neonatal. Entretanto, os autores também chamam atenção para as fragilidades das políticas públicas, que, em geral, negligenciam as particularidades de gênero relacionadas à mortalidade infantil.

Embora o Brasil tenha apresentado uma redução significativa das taxas de mortalidade infantil nas últimas décadas, os índices permanecem elevados quando comparados aos países desenvolvidos, sobretudo em razão das persistentes desigualdades regionais. Nesse contexto, a renda exerce um papel determinante na redução da mortalidade infantil, com impacto ainda mais acentuado sobre a população masculina, o que reforça a necessidade de estratégias públicas centradas no enfrentamento da pobreza.

Assim, compreende-se que as origens da mortalidade infantil, embora multifatoriais, não devem ser interpretadas unicamente como falhas técnicas ou sanitárias. A continuidade desse fenômeno está associada à ausência de condições mínimas para uma vida digna, que priva muitas famílias dos recursos e oportunidades necessários para exercerem autonomia e alcançarem padrões básicos de bem-estar. Nesse cenário, programas como a Estratégia Saúde da Família revelam-se fundamentais ao promoverem o acesso a cuidados básicos, incentivarem a autonomia e fortalecerem competências essenciais relacionadas ao cuidado e à promoção da saúde.

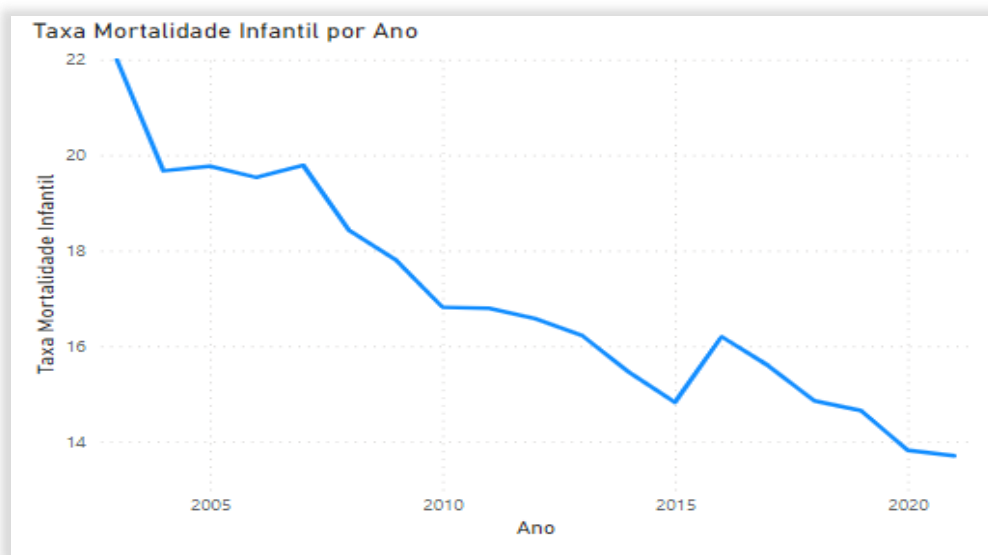
Diante desse cenário, as políticas públicas desempenham um papel crucial na redução da mortalidade infantil e na promoção da saúde das crianças. Especificamente no caso do Estado do Piauí, a mortalidade infantil tem sido uma preocupação recorrente devido às taxas elevadas que persistem ao longo dos anos; assim, estudar este indicador permite avaliar a qualidade da saúde e as políticas públicas atreladas a esta região. Contudo, antes de se apresentar tais dados, é preciso esclarecer que a mortalidade infantil possui dois componentes:

[...] a mortalidade neonatal e a mortalidade pós-neonatal, referente aos óbitos ocorridos em menores de um ano de vida, entre 0 e 27 dias de vida e entre 28 a 364 dias de vida, respectivamente. Na mortalidade neonatal as causas de morte estão associadas à qualidade da atenção à saúde, enquanto na mortalidade pós-neonatal existe uma relação com o ambiente em que a criança cresce e interage (Silva *et al.*, 2023, p. 2).

O Estado do Piauí tem adotado medidas e políticas voltadas ao enfrentamento desse problema. Estratégias como o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN), o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa Bolsa Família, por exemplo, têm sido

executadas, cujo objetivo é oferecer atendimento adequado às gestantes, garantir o acompanhamento médico durante a gravidez e promover a saúde das crianças. O resultado do conjunto dessas medidas, aliado a outros fatores, como o avanço da medicina, é visualizado no Gráfico 1:

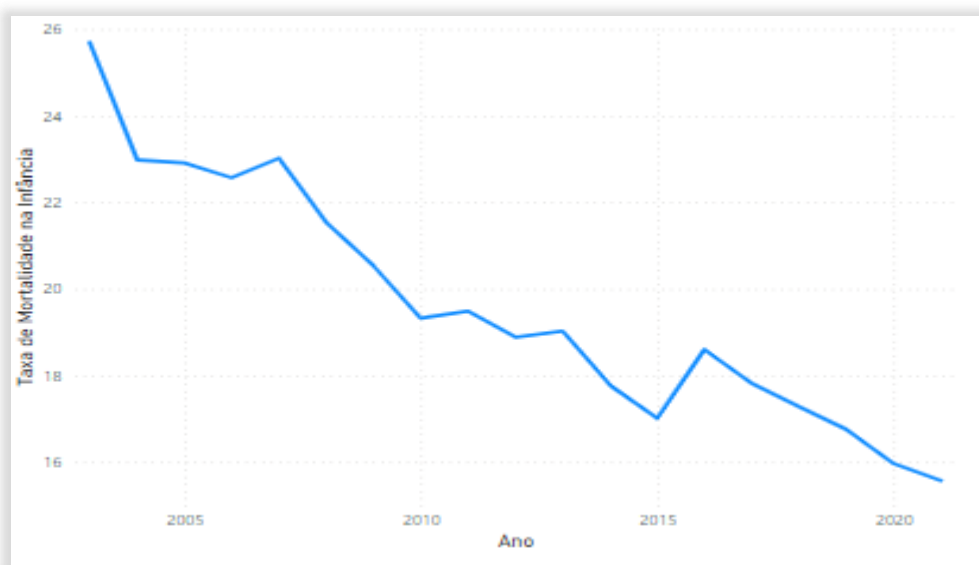
Gráfico 1: Taxa de Mortalidade Infantil – Piauí (2003-2021).



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (Brasil, 2023).

Sob essa perspectiva, a taxa de mortalidade na infância é compreendida como um indicador social representado pelo número de crianças que foram a óbito antes de completar 5 anos de vida para cada 1.000 nascidas vivas no período de um ano. Essa taxa é influenciada pela composição da mortalidade do primeiro ano de vida (mortalidade infantil), amplificando o impacto das causas pós-neonatais, a que estão expostas também as crianças entre 1 e 4 anos de idade (Brasil, 2002). Assim, no Gráfico 2, é possível observar a evolução da taxa de mortalidade na infância do estado do Piauí:

Gráfico 2: Taxa de Mortalidade na Infância – Piauí (2003-2021).



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (Brasil, 2023).

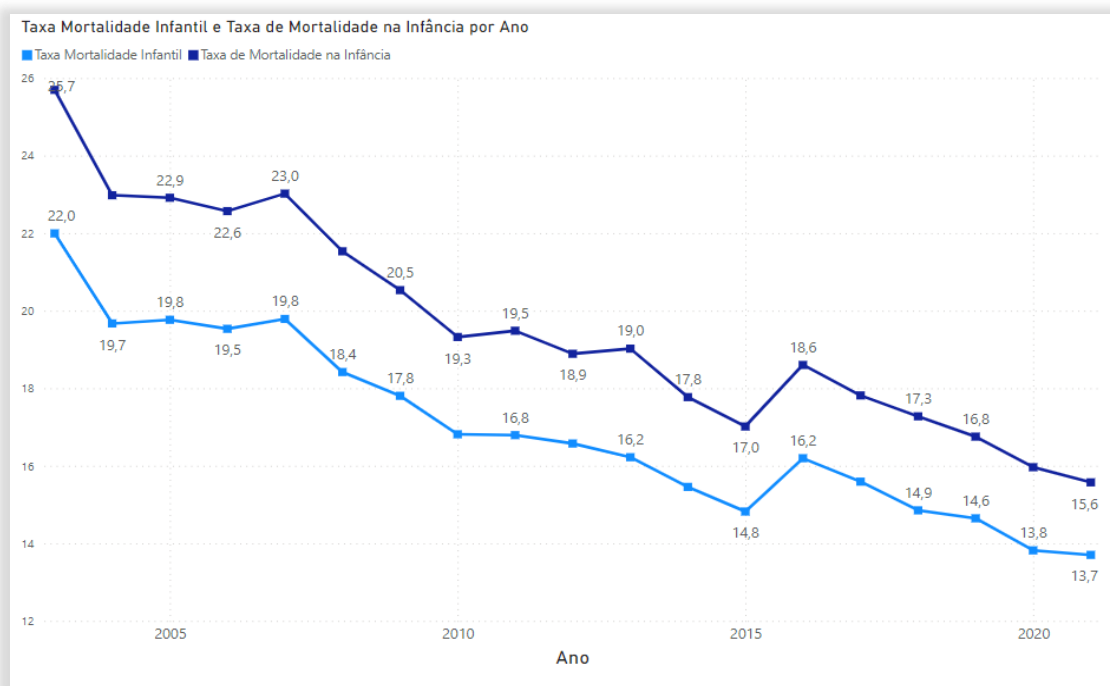
Apesar de alguns retrocessos pontuais, observa-se uma tendência geral de redução na taxa de mortalidade, o que sinaliza avanços nesse indicador ao longo do tempo. A análise dos dados apresentados revela uma queda progressiva nos índices de mortalidade infantil e pueril entre os anos de 2003 e 2021. No entanto, os retrocessos identificados nos anos de 2015 e 2016 coincidem com um intervalo de contração fiscal e redução de investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme analisado por José Mendes Ribeiro Funcia (2022). Esse cenário evidencia a vulnerabilidade das políticas públicas frente à instabilidade macroeconômica, especialmente nos estados fortemente dependentes de transferências federais, como o Piauí.

Dessa forma, os dados não devem ser interpretados de maneira linear, mas sim como indicadores sensíveis às mudanças no pacto federativo, às prioridades fiscais e à capacidade do Estado de sustentar políticas redistributivas em cenários de crise. Ressalta-se, contudo, que a estratégia macroeconômica adotada no Brasil tem contribuído para o agravamento das dificuldades econômicas e sociais preexistentes, tornando o contexto de austeridade fiscal particularmente crítico, na medida em que impacta diretamente a continuidade e efetividade dos serviços públicos de saúde.

Diante desse cenário, observa-se que a redução da mortalidade infantil decorre de múltiplos fatores, o que demanda a implementação articulada de ações voltadas à educação em saúde, à promoção do aleitamento materno exclusivo, ao incentivo à vacinação, à prevenção de doenças, à capacitação de profissionais de saúde, à melhoria na infraestrutura dos serviços, de fortalecimento da vigilância epidemiológica, entre outras estratégias. Tais medidas são

fundamentais para o enfrentamento do problema e para redução dos índices de mortalidade infantil. Nesse sentido, ao se sobrepor os dois indicadores analisados, identifica-se uma tendência regular de queda para ambos, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Taxa de Mortalidade Infantil e Taxa de Mortalidade na Infância – Piauí (2003-2021).



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM (Brasil, 2023).

No entanto, apesar dos esforços empreendidos, é necessário que haja o monitoramento constante dessas ações. Por outro lado, também é fundamental que seja feita uma avaliação periódica das políticas públicas para garantir que se mantenham efetivas. A identificação de lacunas e desafios é fundamental para se aprimorar as estratégias e direcionar os recursos de forma adequada, visando à redução da mortalidade infantil e ao bem-estar das crianças no Estado do Piauí.

Como forma de controle e acompanhamento, tanto a sociedade quanto o Estado têm buscado aprimorar sua capacidade de mensuração, adotando metodologias mais adequadas às realidades enfrentadas. A seguir, são apresentadas as primeiras formas pelas quais a Agenda 2030 estabelece a mensuração dos índices de mortalidade, no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem alcançados pelos países signatários das Nações Unidas.

3.1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): A Meta 3.2

Os índices de mortalidade são mensurados tendo como base diferentes fatores, tais como faixa etária, a abrangência, a geografia, a quantidade de óbitos por ocorrência ou residência, dentre outros. Entende-se que a delimitação de cada fator leva ao estabelecimento de uma taxa de mortalidade adaptada à necessidade de mensuração.

O Ministério da Saúde, como forma de retratar essa realidade, faz uso do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) para registrar as declarações de óbito e mensurar os óbitos infantis e fetais. Adicionalmente, utiliza-se do sistema para identificar taxas de mortalidade distintas, sendo várias as taxas neonatais; precoce, tardia, neonatal e pós-neonatal, além da infantil (Brasil, 2001).

Contudo, há que se reiterar que a Agenda 2030, ao estabelecer os parâmetros da ODS, registra somente **duas metodologias**, sendo que a primeira delas corresponde ao número de óbitos de menores de 1 ano de idade, a cada 1000 nascidos vivos. Por outro lado, a segunda considera o número de óbitos de menores de 5 anos de idade, a cada 1000 nascidos vivos. Este trabalho considera ambas em sua análise.

A seguir descreve-se a metodologia estabelecida para esses dois indicadores.

3.1.1 - Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, a cada 1000 nascidos vivos

Esse indicador compreende a soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0 a 6 dias de vida), neonatal tardio (7 a 27 dias de vida) e pós-neonatal (28 dias a 364 dias), cujo objetivo é mensurar o risco de um nascido vivo morrer durante o seu primeiro ano de vida. Aqui, compreende-se o índice como **mortalidade infantil**, ou mortalidade para os menores de um ano de idade.

Portanto, nomeia-se a mortalidade infantil como mortalidade de menores de um ano de idade, e, pelo Brasil ser um **dos países integrantes às Nações Unidas, visa reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 a cada 1000 nascidos vivos**.

Método de Cálculo:

$$Tx. Mortalidade Infantil = \left(\frac{NOR1}{NVMR} \right) * 1000$$

NOR1: Número de óbitos de residentes com menos de um ano de idade;
NVMR: Número total de nascidos vivos de mãe residentes.

A taxa de mortalidade infantil é utilizada internacionalmente, compreendida como o indicador que melhor retrata o estágio de desenvolvimento econômico e social de um país ou região, justamente por possuir relação direta com características socioeconômicas e, consequentemente, por ser sensível às suas variações.

3.1.2 - Número de óbitos de menores de 5 anos de idade, por 1000 nascidos vivos

Esse indicador social tem por objetivo mensurar os dados relacionados às crianças que chegam a óbito antes de completar 5 anos de vida a cada 1000 nascidos vivos. Para as Nações Unidas **o objetivo, até 2030, é acabar com a mortalidade de crianças menores de 5 anos, reduzindo o número para, pelo menos, 25 a cada 1000 nascidos vivos.**

Método de Cálculo:

$$Tx. Mortalidade na Infância = \left(\frac{NOR5}{NVMR} \right) * 1000$$

NOR5: Número de óbitos residentes com menos de 5 anos de idade;
NVMR: Número total de nascidos vivos de mãe residentes.

Considerando-se as contribuições de ambas as metodologias, conclui-se que os dois indicadores de mortalidade são reflexos de diferentes condições às quais as crianças estão submetidas. Dessa maneira, verifica-se que cada um deles corresponde ao estágio do desenvolvimento infantil. Portanto, a sua representatividade implica na necessidade de se investir nas estratégias de controle e monitoramento das métricas.

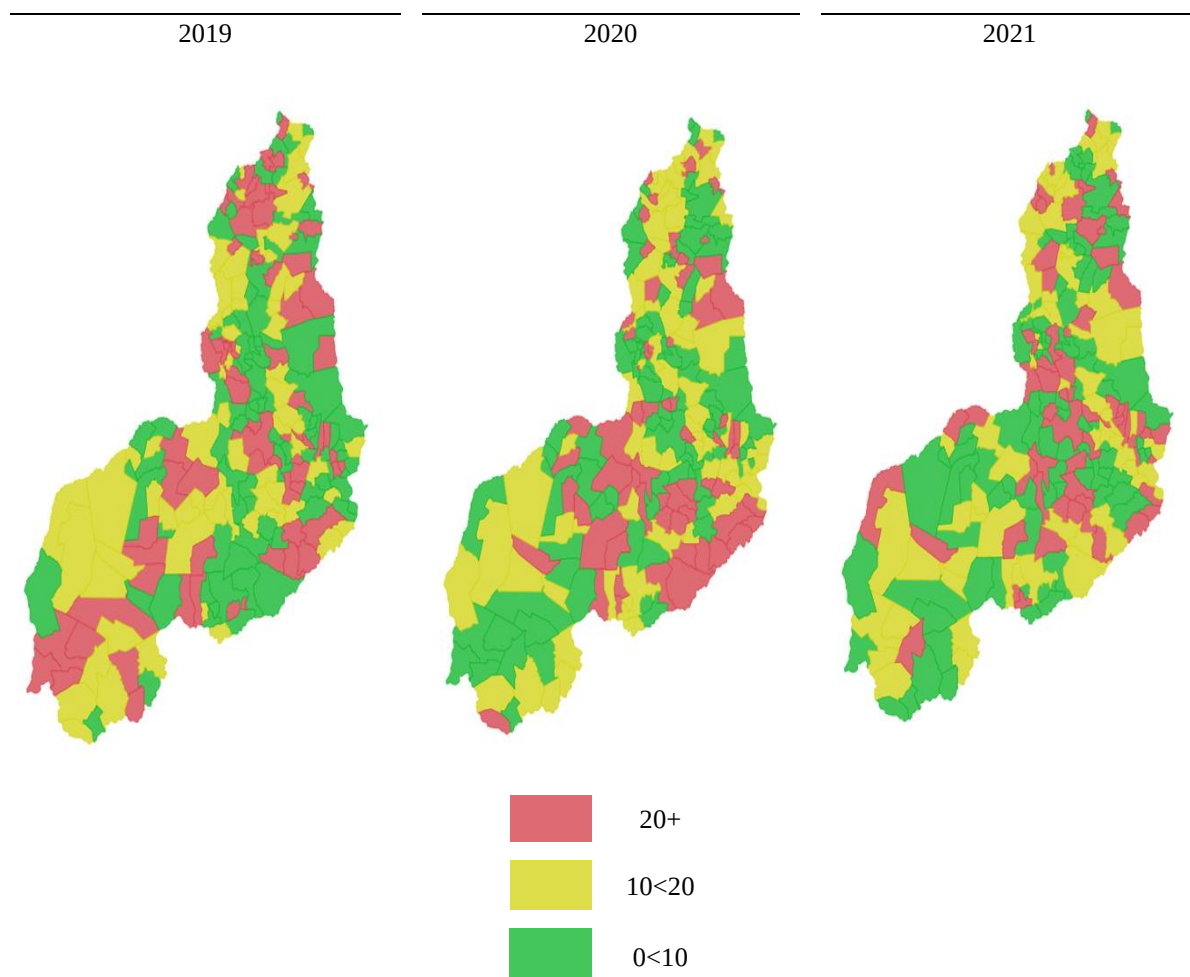
Diante desse cenário, a seguir, apresenta-se uma representação visual dos indicadores para o estado do Piauí, desagregando os índices nas metas estabelecidas nacionalmente, de acordo com a ODS, com o intuito de verificar, de acordo com os dados de 2019 a 2022, se o Estado do Piauí se encaminha para acabar com as mortes evitáveis até os 5 anos de idade, de modo a garantir que as gerações seguintes tenham acesso a essas ações sustentáveis.

3.1.3 - A Meta 3.2 nacionalmente – Acabar com as mortes evitáveis até 5 anos

As taxas altas refletem, de maneira geral, em baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. Sob essa lógica, ressalta-se que o Brasil possui como meta 3.2 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS – Saúde e Bem-Estar) “reduzir a mortalidade neonatal para no máximo 5 por 1000 nascidos vivos” (IPEA, 2019, grifo nosso).

Observa-se que o compromisso assumido pelo Brasil é mais ousado, pois a meta está além do que é exigido pela própria ODS para os países de maneira geral. Contudo, ao observar as taxas apresentadas anteriormente no Gráfico 3, pode-se observar que o Piauí tende a não cumprir essa meta. Esses índices tendem a piorar nas diversas regiões do estado (vide figura 1).

Figura 1: Evolução Mortalidade Infantil (até 1 ano) – Piauí (2019-2021).



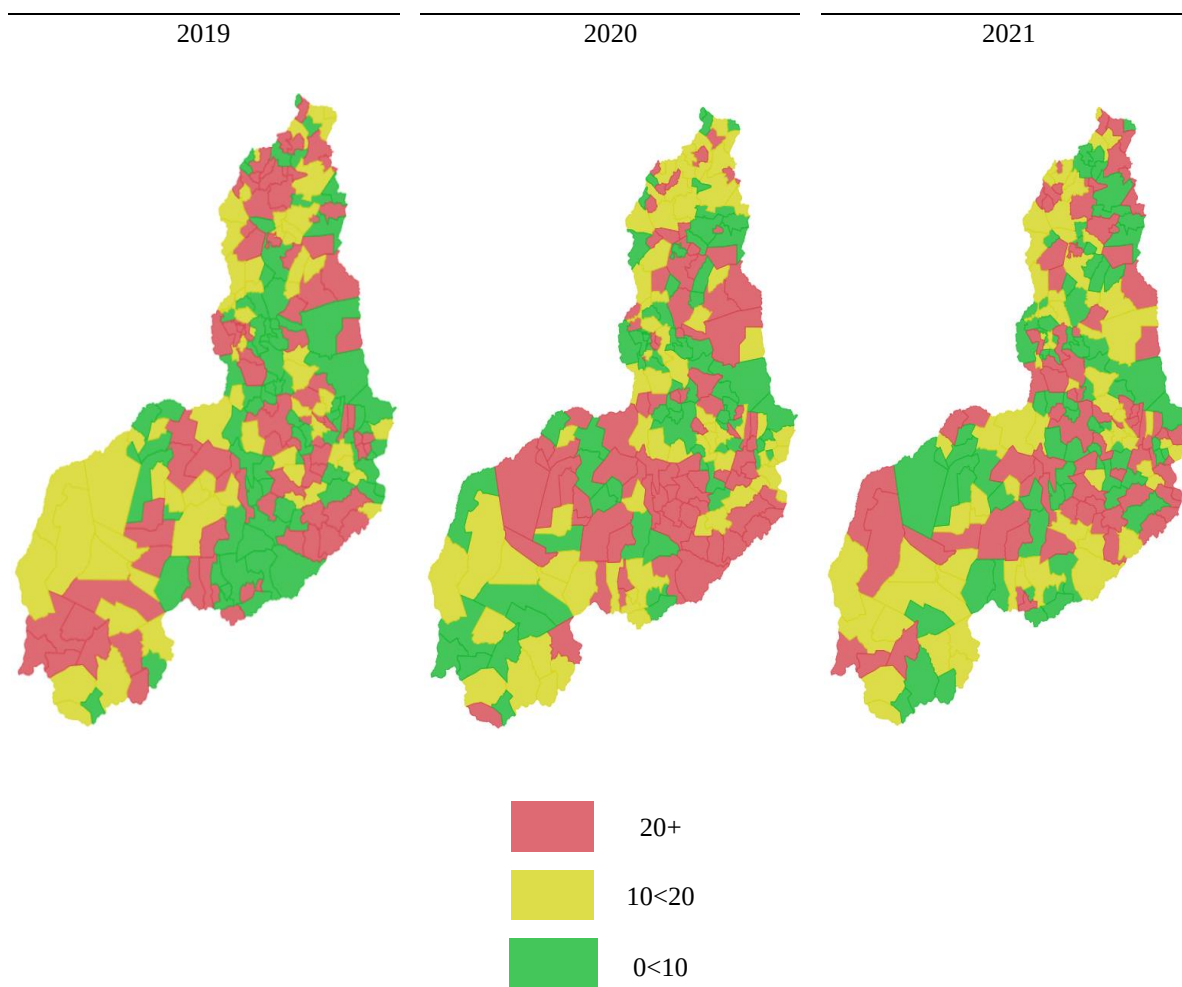
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados DataSUS e TabNet 2019-2022.

Com base no cenário evidenciado pela figura 1, observa-se que a desigualdade espacial retratada nos mapas confirma a existência de zonas de exclusão sanitária, conforme conceituado por Milton Santos (2000). Nessas áreas, a presença do Estado é inexistente ou insuficiente, refletindo-se em indicadores de saúde significativamente fragilizados.

A análise espacial das taxas de mortalidade revela, portanto, que a vulnerabilidade não se restringe à dimensão econômica, mas se manifesta também de forma territorial, o que exige a formulação de estratégias diferenciadas por microrregiões e a ampliação das ações de vigilância em saúde. No que tange à meta brasileira 3.2 dos Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável (ODS – Saúde e Bem-Estar) acerca da mortalidade na infância (<5 anos), o foco é reduzir para, no máximo, 8 a cada 1000 nascidos vivos (IPEA, 2019).

Figura 2: Evolução Mortalidade na Infância (<5 anos) – Piauí (2019-2021).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados DataSUS e TabNet 2019-2022.

Mesmo com a tendência contínua de queda desde o ano de 2016 (conforme observado no Gráfico 3) o Brasil, e em especial, o Piauí, não conseguirá atingir os valores estabelecidos como meta até 2030.

Considerações finais

Após verificar os índices de mortalidade infantil presentes no Brasil a partir dos anos 2000, conclui-se que o país, em especial o estado do Piauí, não irá atingir um dos objetivos da Agenda 2030, compromisso assumido a partir dos anos 2015, no que tange à redução da taxa de mortalidade neonatal e de infância. Esse cenário implica reconhecer que a efetivação de políticas de intervenção na primeira infância depende da identificação e análise dos pontos em

que a política de equidade do Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta fragilidades ou falhas de implementação.

Sob essa perspectiva, torna-se fundamental identificar as ações voltadas à promoção de melhorias nas condições de vida no presente, de modo a avaliar, com base nesse diagnóstico, o país que se deseja construir para o futuro. Assim, defender o desenvolvimento sustentável implica priorizar intervenções que promovam o bem-estar na primeira infância, considerando que as experiências vivenciadas nessa fase têm repercussões ao longo de todo o curso de vida. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas à primeira infância devem ocupar posição central na agenda de desenvolvimento.

Nesse estudo, verificou-se, mesmo que brevemente, uma constante evolução histórica das políticas públicas de saúde da criança acompanhada *pari passu* ao desenvolvimento dos países e melhorias de condições de vida das pessoas que nele fazem parte. Dessa maneira, implica-se registrar que, não por acaso, essas mudanças positivas refletem, de forma inversamente proporcional, nas taxas de mortalidade infantil. Muito se fez, porém, muito ainda há que se fazer.

Entretanto, a consolidação dos direitos de proteção às crianças ainda precisa sair do papel e do âmbito apenas das normas legais. Deve-se fomentar, portanto, não somente o desenvolvimento da integridade física e mental, mas, também, do bem-estar social desses que são a representação do próprio conceito de esperança. Assim, ao se buscar compreender a importância do alinhamento das políticas públicas na primeira infância com os princípios do desenvolvimento sustentável, depara-se com um desafio.

É preciso fortalecer a interconexão entre as dimensões social, ambiental e econômica, pois é esse intercâmbio entre ambas que impulsiona o desenvolvimento de soluções abrangentes e sustentáveis para promover um futuro melhor para as crianças do Estado do Piauí. Nesse contexto, como ressalta a literatura, a melhoria desse indicador culmina, diretamente, na melhora dos índices gerais de todo país. A partir disso, entende-se a importância de priorizar as políticas públicas direcionadas à primeira infância.

Conclui-se, por fim, que, embora se reconheça uma tendência de queda nas taxas de mortalidade infantil, conforme demonstrado ao longo deste estudo, há uma limitação metodológica relevante, relacionada ao uso de dados oficiais disponíveis apenas até o ano de 2021. Nesse sentido, destaca-se a importância de incorporar, em análises futuras, os dados referentes aos anos de 2022 e 2023, a fim de avaliar se a aparente melhora observada representa, de fato, uma tendência consistente ou se está vinculada a efeitos pontuais decorrentes da pandemia de Covid-19.

Referências bibliográficas

- ALBERNAZ, Antonio Luiz Gonçalves; COUTO, Maria Cristina Ventura. A puericultura no SUS: o cuidado da criança na perspectiva da atenção integral à saúde. *Saúde em Debate*, [s. l.], v. 46, n. spe5, p. 236–248, 2022. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042022000900236&tlng=pt. Acesso em: 28 jul. 2023.
- ALVES, Taytiellen Fernandes; COELHO, Alexandre Bragança. Mortalidade infantil e gênero no Brasil: uma investigação usando dados em painel. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 1259–1264, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n4/1259-1264/#>. Acesso em: 23 maio 2025.
- ARAÚJO, J. P. et al. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 67, n. 6, p. 1000–1007, nov./dez. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Instrumento gerencial da saúde da mulher, da criança e do adolescente*: avaliação, sistema de informação e programação. Brasília, DF, 1995.
- BRASIL, Manual de procedimento do sistema de informações sobre mortalidade: - Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2001. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sis_mortalidade.pdf. Acesso em 12 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Políticas de Saúde. *Saúde da criança*: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, DF, 2002 (Série Cadernos de Atenção Básica, n. 110).
- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas. Portal do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) [recurso eletrônico]. Brasília, Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/cgiae/sim/>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- BRASIL. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. *Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto*. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 fev. 2006.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 jan. 2023.
- CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*, São Paulo: Gaia, 2010.
- FUNCIA, Francisco R. *Nota de política econômica*: Nova Política de Financiamento do SUS. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2022. 34 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Esther-Dweck/publication/364118941_Nova_Politica_de_Financiamento_do_SUS/links/633aee1c769781354eb67c78/Nova-Politica-de-Financiamento-do-SUS.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.
- GUASCH, Fabiene Silva Batista Rosa. *O impacto das políticas direcionadas à primeira infância sobre o índice de mortalidade infantil no Rio grande do Sul*. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/25642/DIS_PPGAP_2022_GUASCH_FABIENE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 maio 2025.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. *ODS Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>. Acesso em 21.08.2023.
- KROPIWIEC, Maria Volpato; FRANCO, Selma Cristina; AMARAL, Augusto Randüz Do. Fatores associados à mortalidade infantil em município com índice de desenvolvimento humano elevado. *Revista Paulista de Pediatria*, [s. l.], v. 35, n. 4, p. 391–398, 2017.

- Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822017000400391&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 11 jul. 2023.
- ONU. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. *A Agenda 2030*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 11.07.2023.
- PEREIRA, Felipe Zibetti *et al.* Mortalidade Infantil e sua relação com as políticas públicas em saúde sob o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de Goiás. *Brazilian Journal of Health Review*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 3331–3348, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/24957/19901>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Universidade Feevale, 2013.
- REDE Interagencial de Informação para a Saúde Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.
- SANGLARD, G; FERREIRA, LO. *Pobreza e filantropia*: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). *Estud Hist (Rio J)*. 2014. 27(53):71-91. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/pGxhfrq8GCrNr4GFmNKXKt/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal*. [S. l.]: Editora Record, 2000. 85 p. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.
- SATRÚSTEGUI, Koldo Unceta. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento e pós-desenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações. *Revista Perspectiva do Desenvolvimento*, p. 34-69, v. 1, n. 1, nov. 2013.
- SILVA, Aline Vanessa Da *et al.* Mortalidade infantil em um estado do Nordeste Brasileiro entre os anos de 2009 e 2018: uma abordagem espaço temporal. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, [s. l.], v. 23, p. e20220032, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292023000100413&tlng=pt. Acesso em: 28 jul. 2023.
- TYRREL, Maria Antonieta Rubio. Programas nacionais de saúde materno infantil: impacto social e inserção da enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 119-134, 1997.
- ZANOLLI, Maria de Lourdes; MERHY, Emerson Elias. A pediatria social e as suas apostas reformistas. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 977-987, ago. 2001.

Somos o futuro do Brasil? O Programa Pé-de-Meia e a Agenda 2030 da ONU

Are we the future of Brazil? The Pé-de-Meia Program
and the UN 2030 agenda

Eduardo Cechin da Silva*  

Rosilaine Coradini Guilherme**  

Resumo: Este estudo parte da realidade brasileira sem, contudo, eximir-se de pontuar as determinações impostas sob a influência do capital e de organismos internacionais. Tal lógica atribui as causas da pobreza e da miséria a razões que culpabilizam o sujeito, como o déficit educacional ou profissional. Com isto, o presente texto objetiva caracterizar o Programa Federal Pé-de-Meia enquanto incentivo financeiro-educacional, a fim de relacioná-lo à Agenda 2030 da ONU. Para tanto, respalda-se no método materialista histórico-dialético, mediante pesquisa exploratória sustentada em fontes documentais, além de articulação de fundamentação teórica pertinente e indicadores sociais. Em resposta ao objetivo e ao título do artigo, evidenciou-se que o receituário neoliberal, contido em programas sociais, como o Pé-de-Meia e nas propostas da ONU, colide com um futuro baseado na emancipação humana. Logo, perpetua-se a ideia de que a juventude é o futuro do país, sem considerar qual é a destinação para esse futuro onírico.

Palavras-chaves: Pobreza; Educação; Proteção social; Programa Pé-de-Meia; Agenda 2030.

Abstract: This study departs from the Brazilian reality without exempting itself from pointing out the imposed determinations under the influence of capital and international organizations. This logic attributes the causes of poverty and misery to reasons that blame the subject, such as educational or professional deficits. Therefore, this text aims to characterize the Federal Pé-de-Meia Program as a financial-educational incentive, in order to relate it to the UN's 2030 Agenda. To this end, it is based on dialectical and historical materialism, through exploratory research supported by documentary sources, as well as articulating theoretical foundations and social indicators. In response to the article's objective and title, it became apparent that the neoliberal prescription, contained in social programs such as Pé-de-Meia and in the UN's proposals, clashes with a future based on human emancipation. Thus, the idea that young people are the future of the country perpetuates itself, without considering the destination of this oneiric future.

Keywords: Poverty; Education; Social protection; Pé-de-Meia Program; Agenda 2030.

* Universidade Federal do Pampa. E-mail: eduardocechin424@gmail.com

** Universidade Federal do Pampa. E-mail: rosilaineguilherme@yahoo.com.br

Introdução

O Brasil, maior país da América Latina, tem sido palco de constantes retrocessos no campo das políticas sociais, resultante das medidas protagonizadas por governos conservadores que se encontram alinhados às demandas do grande capital. Na área educacional, isso se manifestou com a contrarreforma do ensino médio, mediante Lei Federal nº 13.415/2017, sancionada no governo de Michel Temer (2016-2019), a fim de atender o interesse empresarial na criação de força de trabalho com baixo custo, camuflada pela falácia do empreendedorismo e da autonomia estudantil. Dessa forma, houve a ampliação das desigualdades no país, refletida nas situações desencadeadas pela concepção de educação que passa a privilegiar a formação de recursos humanos com foco na educação técnica e profissional, em detrimento do acesso a conhecimentos críticos contribuidores à formação humana.

Especificamente em 2024, no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é lançada uma nova política vinculada ao ensino médio: o Programa Pé-de-Meia. Frente a esse contexto, o presente estudo objetiva caracterizar o programa federal Pé-de-Meia enquanto incentivo financeiro-educacional, a fim de relacioná-lo com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) – documento do qual o Brasil é signatário. Por consequência, vislumbra-se um tema cientificamente incipiente, considerando o marco inaugural do Programa Pé-de-Meia, instituído recentemente pela Lei nº 14.818/2024, além de considerar a articulação com a Agenda, ainda em vigor, prescrita pela ONU.

Em termos metodológicos, sob o suporte do método materialista histórico-dialético, este estudo exploratório ocorreu por meio de pesquisa documental, mediante um enfoque qualitativo, envolvendo legislações, bem como publicações disponíveis em sites governamentais. O método de análise da realidade, aqui adotado, é denominado como materialista histórico-dialético, o qual pressupõe a articulação de “três categorias nucleares – totalidade, contradição e mediação” (Netto, 2009, p. 691), além da categoria da historicidade. Assim, o fio condutor da análise parte da perspectiva da totalidade, ou seja, parte da noção de que as determinações da realidade concreta estão mediatizadas entre si. Logo, essas determinações não são isoladas, mas construídas socialmente – através da história, que revela sua historicidade, seu caráter provisório e dialético – por meio das contradições que as negam, mas as positivam ao mesmo tempo. Isso não se reduz a um mero conjunto de procedimentos técnicos para explicitar – através de generalizações – a realidade; mas apreendê-la e sintetizá-la em sua organicidade, a diversidade na unidade (Lukács, 2003).

Disposto isso, em relação à natureza documental, a partir da definição de uma amostra não probabilística e intencional, foram selecionados os seguintes documentos: a) Lei nº

14.818/2024 que institui incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança, às/aos estudantes matriculados no ensino médio público; b) Documento de 2015 da ONU, intitulado Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Este estudo ainda contou com bibliografias, no formato de livros e artigos vinculados à teoria social crítica de Marx, no intuito de constituir uma fundamentação teórica acerca de algumas categorias, como: modo de produção capitalista, pobreza, educação, ensino médio, programa pé-de-meia, agenda 2030. Para contribuir com a fundamentação do estudo, buscou-se articular alguns indicadores sociais disponibilizados em 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), acerca das condições de vida da população brasileira; e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) sobre o Censo Escolar 2021. Buscou-se aporte complementar nesses dados, haja vista que atuam como fontes documentais para fundamentar a análise da conjuntura em torno do tema estudado.

No sentido de constituir uma linha de raciocínio, o presente texto está organizado da seguinte maneira, a partir da presente introdução: a) inicialmente, serão abordadas as disputas teórico-ideológicas acerca da pobreza no Brasil, apontando as finalidades da mistificação do pauperismo no modo de produção capitalista, em vista de ocultar os condicionantes estruturais do sistema de dominação-exploração-opressão vigente, com especial atenção aos efeitos da globalização sobre a classe trabalhadora; b) na sequência pretende-se apreender o contexto educacional brasileiro de 2016 a 2024 no âmbito do ensino médio, considerando aspectos como a pobreza multidimensional, com enfoque na articulação entre o Programa Pé-de-Meia e a Agenda 2030 da ONU.

Com isso, revisitar criticamente a conjuntura que molda o referido período histórico consiste em expor o contexto do ano do golpe político-jurídico e midiático de Estado, bem como o ano de criação da contrarreforma do ensino médio – situações que fazem parte da crise estrutural do capital repercutida no amplo sucateamento da educação brasileira (em todos os seus níveis). Sendo o ano de 2024 correspondente ao tempo de aprovação da segunda versão do Novo Ensino Médio, tal qual do Programa Pé-de-Meia e sua relação com a Agenda 2030 da ONU, por meio dos objetivos quatro (4) e oito (8), junto de algumas das suas metas, haja vista a necessidade de uma política financeira educacional para inclusão no ensino médio, em prol de atender os interesses do capital e ascender a economia brasileira, resumidamente. Em síntese, o objetivo 4 trata da busca por uma “educação de qualidade”, mediante a garantia ao acesso à “educação inclusiva” e “equitativa”, no sentido de garantir oportunidades de aprendizado a todas/os; e o objetivo 8 almeja pelo “trabalho decente” e o crescimento econômico através da

inclusão e da sustentabilidade na economia, a favor de empregos “plenos”, produtivos e “dignos” a todas as pessoas (ONU, 2015).

Logo, o presente texto propõe uma incursão crítica a respeito da realidade contemporânea brasileira, considerando a conformação das políticas sociais – materializadas por meio de programas, a exemplo do Pé-de-Meia, bem como benefícios e serviços – que constantemente são cooptadas para atender os interesses do grande capital pela via da reprodução da força de trabalho.

Disputas teóricas e ideológicas acerca da pobreza

O conceito de pobreza, ao longo dos séculos, é concebido de acordo com o contexto histórico-social e territorial, assim como perante à conjuntura política de diferentes países. Isso é observado desde sua concepção unidimensional – conferida apenas no aspecto da renda monetária –, até a perspectiva multidimensional – que considera vários aspectos da riqueza socialmente produzida. Logo, presume-se a existência de diversos métodos e conceitos para definir pobres e não pobres, com base em distintos critérios e métricas metodológicas.

Nesta linha de raciocínio, Yazbek (2012) informa que existem diferentes abordagens sobre a pobreza, concebidas desta maneira: 1) baseadas em fundamentos teórico-metodológicos, a exemplo do positivismo e do marxismo; 2) formuladas pelo Estado liberal, pelo Estado democrático-social, no que concerne ao desenvolvimento histórico, político e cultural; 3) definidas por indicadores, que se distinguem ao passo que a mensuração da pobreza pode ser exclusivamente pela renda monetária, ou recorre a indicadores multidimensionais ao incluir atributos não monetários, que revelam a inacessibilidade a um mínimo de bens e recursos.

Frente às distintas abordagens, e em decorrência do alinhamento do presente estudo ao campo da teoria social crítica, é indispensável abordar a pobreza (pauperismo) sob a análise marxista. Com isto, a pobreza se configura como manifestação da “questão social”¹, resultante da exploração do capital sobre o trabalho no sentido do seu assalariamento, e pelas relações sociais constituídas pela luta de classes, permeadas por contradições (Siqueira, 2015). Sendo pontos orgânicos ao modo de produção capitalista que, por um lado, gera riqueza em abundância e, em outro, expressivos níveis de pobreza.

¹ A “questão social” surge da relação conflituosa entre dominadores/exploradores e dominados/explorados, expressa na desigualdade e na resistência cotidiana. Entre aspas porque alguns teóricos falam equivocadamente sobre uma nova “questão social”, todavia, sua gênese e seu fundamento existencial continuam sendo os mesmos, sob outras roupagens.

É importante expor o distanciamento da categoria pobreza, ou sua materialização capitalista – o pauperismo – em sua forma absoluta ou relativa, das noções neoliberais de mensuração da pobreza – as quais serão abordadas mais adiante. A pauperização absoluta é vivenciada pelos trabalhadores desempregados, sem emprego ou salário fixo, com uma inconsistente fonte de renda (Siqueira, 2015). Isso deveria advir, essencialmente, do trabalho remunerado, em vista que o trabalhador tem ao seu dispor apenas vender a sua força de trabalho. Entretanto, o atual estágio societário restringe inclusive essa lógica própria do capital – o trabalho como mercadoria mediante trabalho livre e assalariado, em decorrência das funções econômico-políticas do desemprego para sustentação de sua base.

Já a pauperização relativa remete à progressiva distância entre valor produzido e valor apropriado pelo trabalhador, remetente ao salário (Siqueira, 2015). Assim, conforme disposto por Marx (2004, p. 82), “quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna”. Isso concerne a um resultado intrínseco ao desenvolvimento capitalista que, ao inferiorizar o salário do trabalhador e superiorizar o mais-valor apropriado, acaba por impulsionar a pauperização relativa decorrente da própria relação salarial, pois essa se limita a satisfazer as necessidades mínimas necessárias para a reprodução da força de trabalho.

Sobre a história da interpretação moralizante da pobreza, desde a economia mercantil escravista, têm-se hegemonicamente a percepção de que o pobre é aquele sujeito necessitado, passivo em relação à sua condição, sendo um não cidadão, negativamente construído pelo social (Yazbek, 2012). Observada por Santos (2000), a marginalização do sujeito pobre ocorre a partir do momento em que o consumo se torna fundamental para o processo econômico, a qual é vista como “doença civilizatória”, o que abrange os ditos marginais como indesejáveis à ordem. Nessa lógica, são diferenciados do trabalhador, do integrado, devido a suas características de desintegrado e ocioso (Siqueira, 2015).

Ao longo do tempo histórico, no que tange às formas de proteção aos pobres, constituíam-se desde ações individuais, no sentido de o trabalhador ser o responsável por sua sobrevivência, até ações de ordem religiosa e filantrópica, com práticas sociais de fiscalização e higienização, direcionados aos mais pobres e mais excluídos, os sem bens e sem poder (Yazbek, 2012). Num esforço de classificação ou de estratificação da pobreza, existe o estabelecimento de indicadores, sendo o fenômeno tomado como pobreza absoluta, mediante a renda, e relativa, perante a capacidade de consumir – sem confundir com a postulação teórica marxista. Assim, o poder público brasileiro se vê forçado a desenvolver fórmulas para combater a pobreza (Santos, 2000).

Em contraste, no início do século XX, com a economia exportadora, a concepção de pobreza é definida pela incapacidade pessoal, vista por objeto de benemerência e da filantropia, especialmente, os trabalhadores informais (Yazbek, 2012). Essa concepção predominou até o final do século passado. As atitudes e comportamentos estatais iniciados na década de 1950, diante de tal expressão da “questão social”, coadunam com a ideia de que o pobre passa a ter as mesmas chances na economia, o que se deve à iniciativa desenvolvimentista que objetiva a participação no desenvolvimento nacional (Yazbek, 2012).

De acordo com Siqueira (2015), o pensamento desenvolvimentista de enfrentamento à pobreza, defende a ideia de que ela advém do insuficiente desenvolvimento capitalista, de uma crise sazonal. Atribui-se, assim, a causa da pobreza e da miséria, a razões distintas: déficit educacional; incapacidade de planejar o orçamento familiar e doméstico; e problemas psicológicos inerentes à moralidade e ao comportamento individual. Tal ideologia acerca das causas da pobreza aderem a uma noção individualista, moralista e culpabilizadora, aliada a noções liberais. Como se a crise capitalista fosse temporária, relacionada a uma determinada insuficiência econômica, decorrente de “problemas” individuais e familiares; como se o pauperismo não fosse inerente à lógica (auto)destrutiva do capitalismo e suas razões decorrentes das mediações e contradições entre interesses antagônicos, que dominam, exploram e oprimem a classe que-vive-do-trabalho.

Já sob análise da totalidade, a pobreza decorre das implicações da reprodução do capital, posto que “a exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 73). Moralizar a classe trabalhadora é uma das formas utilizadas pela burguesia para perpetuar sua dominação, não apenas dentro do processo produtivo, mas também no processo ideológico da classe subalterna.

Dessa forma, ao consagrar mais trabalhadores mediante abertura de novos postos de trabalho – no contexto citado anteriormente com o surgimento do viés desenvolvimentista no país (anos 1950-1960) até a contemporaneidade da política neodesenvolvimentista² do século XXI – com suas políticas e programas de “inclusão” produtiva, haveria a diminuição da pobreza, como muitos defendem, mas o que na realidade objetiva acontece é o inverso: a sua contínua intensificação. Assim, quanto maior o quantitativo de trabalhadores empregados e

² O “novo desenvolvimentismo [...] supõe crescimento econômico, ampliação e formalização do emprego, intervenção do Estado, dentre outros aspectos que, pelo menos em tese, rechaçam medidas neoliberais. Duas ideias centrais estariam embasando esta ideologia: a) a de que o enfrentamento ao neoliberalismo se faz com crescimento mediado pela intervenção do Estado; b) a de que o crescimento econômico leva inexoravelmente ao desenvolvimento social” (Mota, 2012, p. 34).

desempregados, maior a pobreza, sujeitando os trabalhadores ao desempenho laboral de qualquer atividade, participando do desenvolvimento interno (Siqueira, 2015). Esse suposto desenvolvimento corresponde às leis fundamentais do sistema vigente que impossibilita dissipar o *status* econômico de dependência do Brasil. Esse desenvolvimento, para Iamamoto (2015), na fase monopolista do capitalismo global e a hegemonia das finanças agrava tal tipo de economia – e ideologia – dependente do país, ao ser colocado como um “produtor” de *commodities*, de exportação de produtos ao mercado internacional. Resultante da histórica exploração do Brasil por parte do grande capital, que capturando o país ideológica e economicamente desta forma, torna a dominação da classe trabalhadora no país, uma superexploração, sob contínua precarização do *labor* a partir do desmonte das políticas de proteção social ao trabalho e a flexibilização das relações no mercado de trabalho.

Em análise de Santos (2000), no ápice da mundialização do capitalismo, via globalização da economia, igualmente a pobreza se torna globalizada, não mais regional/nacional, aderindo à constituição da mínima participação estatal na proteção social. De maneira convergente, a partir da década de 1980, a pobreza passa a ser tema central da agenda social, reconhecida sob base neoliberal, propondo aliviá-la através da criação de programas assistenciais com condicionalidades (Yazbek, 2012).

As contradições aparecem à medida que empresas e instituições e organismos multilaterais interagem com interesses antagônicos, desde que convenha manter esta ordem de acumulação de riquezas. Isso acontece, ao passo que tal tríade propõe medidas “segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza”³ (Santos, 2000, p. 36).

Nesse sentido, a partir do início deste século se amplia o debate sobre a abordagem multidimensional das vulnerabilidades e dos riscos sociais que contribuem para uma interpretação da pobreza para além da renda monetária. Sobre essa abordagem, Yazbek (2012, p. 292) pontua: “embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisa ser considerado para definir situações de pobreza”.

³ Vale mencionar que, de maneira distinta, a vertente analítica adotada no presente estudo – a marxista –, o Banco Mundial e o IBGE conceituam a pobreza e a extrema pobreza apenas em sua face monetária, referente a renda *per capita*; enquanto o primeiro utiliza a moeda do dólar (\$) para mensuração e estratificação, o IBGE o faz através da moeda denominada como real (R\$).

Diferentemente dessa noção de totalidade, atentando apenas ao aspecto unidimensional, em publicação do IBGE (2023), os parâmetros do Banco Mundial para aferir pobreza e extrema pobreza se detêm na renda monetária. Logo, são considerados pobres sujeitos que dispõem de renda igual ou inferior a US\$ 6,85 por dia, e de pessoas extremamente pobres, igual ou inferior a US\$ 2,15 por dia.

Nesses parâmetros baseados apenas na renda monetária, observou-se uma queda da pobreza, de 36,7% em 2021, para 31,6% em 2022 da população brasileira, bem como da extrema pobreza, a porcentagem de 9,0% em 2021, passa a ser de 5,9% em 2022 (IBGE, 2023). O que pode ser analisado de maneira mais densa quando da realização de novos estudos, cabendo articular contextos como o da pandemia de Covid-19 na sua relação com a renda advinda de benefícios de programas sociais, por exemplo.

Outros fatores importantes para discussão das linhas de pobreza, no que tange à renda *per capita* da população no país, é o das fontes do rendimento domiciliar, qualificados em Benefícios de Programas Sociais (BPS); trabalho, aposentadoria e pensão, entre outros. Referente aos extremamente pobres, os BPS compõem 67% do total de renda alocada, ao mesmo tempo, o trabalho consiste em 27,5% do total para esses. Já para os pobres isto muda, os BPS totalizam 20,5% para elas/es, enquanto o trabalho persiste em 63,1% da renda (IBGE, 2023).

Tais dados permitem analisar a funcionalidade da renda advinda dos benefícios de programas sociais. Os específicos tipos de rendimentos diferenciados entre pobres e extremamente pobres se colocam como funcionais para a reprodução do capital e da economia de mercados. Considerando a redistribuição de renda, ainda que parcial, para parcela da população desprovida da renda do trabalho e do acesso às políticas de proteção social estruturantes, como exemplo a educação e o trabalho.

Dessa forma, ao aparecer em âmbito global com intermédio da globalização, a pobreza não é um aspecto residual, transitório, e nem deve ser tratado isoladamente. Tal expressão da “questão social” é estrutural, porque o aumento da riqueza socialmente produzida, sequer reduz a pauperização, ao contrário, a aumenta cada vez mais, ou seja, o processo de empobrecimento é ineliminável no modo de produção capitalista, por ser a contradição essencial para sua manutenção. Destarte, a crise cíclica do capital, camuflada pela falácia do subdesenvolvimento dos países, é conferida pela lei geral de acumulação, a qual gera demasiada riqueza monopolizada e crescente empobrecimento.

Entende-se que a atenção direcionada ao delineamento histórico da concepção de pobreza é fundamental para desmistificar o discurso em torno do fenômeno. Desse modo, saber

como essa concepção de pobreza é utilizada pelo discurso burguês-estatal e mercadológico para construção de políticas sociais públicas, como as do campo da “educação formal”, especificamente do ensino médio – elemento central da reflexão do subsequente capítulo. Cabe a partir disso, articular reflexões acerca de como o capital na educação atua para a perpetuação de seus valores e atendimento dos seus interesses, partindo-se da ideia de que a educação – quando incorporada de forma acrítica e conduzida sob uma lógica economicista através de políticas focalizadoras à pobreza – é funcional à economia de mercados, logo contribui para a reprodução do pauperismo em suas múltiplas dimensões, sendo que a temática da educação brasileira será tratada na próxima seção.

Contexto educacional brasileiro no século XXI

A noção ideológica de contribuição laboral formal ou informal ao desenvolvimento econômico, por meio de uma educação profissionalizante e tecnicista, nasce com as *workhouses*. É nesse contexto que centros de correção forneciam uma educação informal contra a ociosidade – a única disponível às crianças e adolescentes da classe proletária (Mészáros, 2008). Cabe destacar que tal contexto envolve o período pré-capitalista e remete às denominadas Leis inglesas ou Lei dos Pobres, tendo por intuito a punição da dita vagabundagem, por meio da obrigatoriedade do trabalho. Além de distinguir pobres mercedores e pobres não mercedores da ajuda e da caridade, sendo os últimos assim caracterizados em razão de estarem aptos para o trabalho forçado nas *workhouses*.

No contexto brasileiro, de acordo com Frigotto (2025), o século XX corresponde ao período em que se modificou o cenário educacional, passando a abranger outras parcelas da população para além das elites. Entretanto, isso foi erigido de uma maneira a dispor à classe trabalhadora uma educação técnica e instrucional, ou seja, a educação humanista se restringia às/aos filhas/os dos detentores de poder. A implementação de educação tecnicista destinada à determinada parcela da população é datada aos anos de 1930 à época da ditadura civil-militar (1964-1985), em que havia uma diferenciação escrachada entre a formação de técnicos/trabalhadores e formação para uma futura entrada no ensino superior. Expressada também durante os anos de 1970, com a Educação Técnica para as/os trabalhadoras/es, no sentido de sua “qualificação”⁴ e entrada no mercado de trabalho (Ramos; Frigotto, 2017); ainda

⁴ Anterior a isso, no governo civil-ditatorial de Getúlio Vargas, houve iniciativas do tipo como o Serviço de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1944, e o Serviço de Aprendizagem Comercial (Senac), em 1946 – propulsoras de políticas educacionais de décadas subsequentes, principalmente como o ensino médio está emoldurado na contemporaneidade (Frigotto, 2025).

que incipientes, em comparação ao que será percorrido ao longo deste estudo mediante a abordagem das contrarreformas do ensino médio empreendidas a partir de 2016.

Posteriormente, durante o período de redemocratização do país, a população em situação de pobreza, sobretudo a parcela de negras/os, começa a ter maior visibilidade. Nesse cenário, a educação passa a ser pensada formalmente numa lógica universalista e enquanto direito social de todas/os, sob os marcos da Constituição Federal de 1988 – porém, ainda o Estado mantém o projeto desenvolvimentista atrelado a uma educação técnica, de décadas anteriores. Apesar da conquista inscrita na Constituição Federal de 1988, concretamente, o campo educacional traduziu-se numa divisão não anunciada, quer dizer, uma diferenciação histórico-social entre sujeitos estimulados aos estudos, privilegiados de terem a oportunidade de estudar sem trabalhar remuneradamente e sujeitos marginalizados, desestimulados a terem uma carreira acadêmica, seja pela inexistente representatividade, tal como a ideologia de superiorização entre brancos e não brancos, homens e mulheres.

Diferente do capitalismo industrial, no capitalismo monopolista, não apenas são divergentes no mercado de trabalho os “com-diploma” e os “sem-diploma”, mas circunstancialmente, os “com-diploma” de uma instituição educacional de qualidade, e os “com-diploma” de uma instituição educacional de segunda linha (Lessa, 2013). A educação confere e distingue a classe social dos sujeitos, da mesma forma que a escola é um aparato de reprodução e padronização de práticas e comportamentos, relevantes à burguesia masculina branca. Portanto, o racismo e o patriarcado, por terem sua existência moderna na base da acumulação de mercadorias – logo são intrínsecos ao capitalismo –, incidem na política de educação e nas relações escolares, desde o investimento, o modelo de currículo, até na violação de direitos.

Destaca-se a ocorrência da reprodução da lógica burguesa no ambiente educacional a partir de dois vetores principais: 1) conformação ideológica das relações capitalistas; 2) preparação técnico-científica para incorporação nas relações de produção enquanto empregados ou desempregados (Baptista, 2024). Considerando tal análise, na relação com o contexto do ensino médio, esta etapa do sistema educacional recebeu demasiada atenção durante década de 1990 – por motivos majoritariamente resultantes da relação entre empresariado e educação brasileira –, com a massificação e popularização da educação pública, direcionada às discussões do ensino médio e do ensino técnico especificamente aos pobres. Em outras palavras, mesmo deflagrado pela demanda popular e parecendo democratizar o acesso a este direito social, a educação brasileira, nos moldes burgueses, colabora com a hegemonia do sistema classista, racista e sexista, erigindo um *apartheid* social não declarado.

No início do século XXI, com os governos de Lula e Dilma, o ensino médio em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passou a compor o plano anual de financiamento de políticas públicas, tal como instituiu a possibilidade de integrá-lo à educação profissional e tecnológica. Porém, sempre sob os limites do capital, a exemplo da associação do empresariado educacional com a criação de programas do terceiro setor com o Estado (Corti, 2019). A educação técnica é direcionada aos brasileiros pobres, além de utilizar a periferização da vida das/os trabalhadoras/es como estratégia para estimular o engajamento de corpo e alma na concorrência de mercado (Catini, 2020).

No período de 2013 a 2016, surge uma nova proposta para contrarreforma do ensino médio, a partir do Projeto de Lei nº 6840/2013⁵; demonstrando o poder do monopólio no legislativo, pois estava vinculado a um projeto de um deputado petista. Tal projeto, a partir de críticas contrárias à ideia de educação profissional, enquanto área de ênfase e da redução curricular da formação básica, foi engavetado após o golpe de 2016⁶ (Corti, 2019). Entretanto, voltou ao debate a escolarização técnico-científica, inicialmente, com a Medida Provisória nº 746/2016, postulada pela presidência golpista de Michel Temer, que alterou o modelo do Ensino Médio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nota-se que os motivos dados pelo discurso oficial da contrarreforma do ensino médio entrar em decurso foram, primordialmente, a inexistente atratividade do currículo aos jovens e o seu descompasso com as demandas do setor produtivo do século XXI, no quesito dos conteúdos superficiais e fragmentados. O que, na opinião conservadora, não contribuiria para a aprendizagem e o desenvolvimento de competências e habilidades. É crucial notar que essa visão do atraso do modelo único de ensino médio, como define a LDB – logo a defesa da sua suposta modernização –, alinha-se com as tendências políticas, econômicas e culturais da contemporaneidade sob a ideologia neoliberal. A política brasileira mediatiza esta suposta reforma neoliberal para não ficar na contratendência do capital financeiro, ou seja, do grande capital.

⁵ Atenta-se para a discussão desta época de contrarreforma, mas a mesma é resultante de um processo amplo de sucateamento da educação brasileira, especialmente do ensino médio, tendo por protoformas épocas da ditadura militar, mas intensificando-se a ascensão do neoliberalismo. Por exemplo, a Lei nº 5.692/1971 (Ramos; Frigotto, 2017), e após esta, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 e as diversas reformas de currículo apresentadas nos anos 2000.

⁶ O golpe de Estado de 2016, ocorrido por meio do *impeachment* de Dilma Rousseff, teve caráter parlamentar, midiático e jurídico, devido às ações progressistas do governo à época, contrariando os valores em mutação da globalização e do neoliberalismo, por exemplo, o percentual de trabalhadores informais durante a presidência do Partido Trabalhista (PT) era significativamente menor que durante a presidência de Temer e Bolsonaro, espelhando a preocupação com o investimento social na época de Lula e Dilma (Marques; Nakatani, 2019).

Os capitalistas-empresários-políticos neoliberais se apropriam do teor positivo que as reformas decorrentes das demandas populares tiveram ao longo da história, relacionado às concedidas pelos democrata-sociais e socialistas (Coutinho, 2011). “O que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação de direitos, proteção social, controle e limitação do mercado, etc., significa agora cortes, restrições e supressão dos direitos e dos limites do mercado” (Coutinho, 2011, p. 35).

Em consonância, um dos pontos presentes nessa contrarreforma do ensino médio – o qual tem sua definição na LDB –, foi a defesa de um currículo flexível, objetivando o protagonismo juvenil com seu projeto de vida, intermediado pelas suas próprias decisões (Catini, 2020). O referido projeto de vida concebido como um elemento-chave nessa remodelação curricular do ensino médio fortalece o modo de o capital capturar, desde cedo na adolescência, a subjetividade de que o desenvolvimento de técnicas socioemocionais e de resiliência são para o seu próprio bem-estar no futuro. Entretanto, em realidade, correspondem a elementos que fetichizam a realidade, individualizando as responsabilidades e moralizando a “questão social” frente à construção de um projeto de vida alimentado pelos valores neoliberais da competitividade e do individualismo.

Dessa forma, estudantes são direcionados a optarem por determinada área de conhecimento em razão de haver uma narrativa de que essa viabilizará um futuro vínculo empregatício. Assim, ao terem como matérias obrigatórias, apenas o ensino de inglês, matemática e português, outros conteúdos capazes de conscientizar radicalmente estes sujeitos sobre si e o seu entorno são descartados, tais como conteúdos sobre a formação social, econômica e política do Brasil.

Para tanto, a contrarreforma do ensino médio, sob a conjuntura supracitada, é formalizada com a Lei nº 13.415/2017 e implementada pelo plano de educação do ex-governo ultraconservador de Jair Messias Bolsonaro, incidindo num campo de demasiada ideologização por parte do empresariado sobre tal política pública. Em suma, essa contrarreforma objetiva criar respostas às demandas do século atual, dentre elas estão: a escola em tempo integral e a parceria entre instituições de ensino médio e terceiro setor, com a disposição de autenticar a formação por meio da prática e/ou da simulação do ambiente de trabalho.

Em vista do desenvolvimento da capacidade laboral na educação, o empreendedorismo faz parte das habilidades a serem compelidas ao longo dessa denominada formação inovadora. Além disso, as competências socioemocionais, com especial atenção à resiliência, também são um dos pontos-chaves – sendo que todas compõem o dito protagonismo juvenil –, agora

ensinadas pelo empresariado, ao invés dos próprios professores que assumem um papel de *coaching*, ao invés de docente (Catini, 2020).

Cabe referir que a educação não foi afetada apenas pela defesa de um currículo tecnicista, mas também pela tática disposta à sua financeirização, em alusão à Emenda Constitucional nº 95, a qual dispunha sobre o congelamento, por vinte (20) anos, dos gastos públicos, com base nos que foram feitos em 2016. Essa Emenda esteve em vigência durante seis (6) anos e meio, sendo questionada pela campanha eleitoral de Lula para a presidência de 2022, em que uma das promessas era a sua extinção.

Concretamente, foi criado o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 126, de 2022 – mediante acordo político antes mesmo da posse petista (Vazquez; Schlegel, 2023); e efetivada em 2023, com a Lei Complementar nº 200, instituindo o Regime Fiscal Sustentável. Importante ressaltar, apesar desse (re)avanço, mesmo extinguindo o antigo Teto de Gastos, a nova criação fiscal, ainda assim, limita grandemente os gastos do governo lulista, pois apenas se houver o crescimento econômico esperado é que poderá se alcançar o limite máximo dos “gastos sociais”, em outras palavras, os investimentos sociais estão condicionados ao crescimento econômico do país⁷.

Nesse intermédio é que o Programa Pé-de-Meia entra no debate da relação entre política social e política econômica, no intuito de propiciar um desenvolvimento econômico sustentável, sendo um possível equalizador das oportunidades no mercado laboral. Decorre de “quanto mais se desenvolverem as competências ou habilidades nos indivíduos de um país, necessárias às demandas das relações de trabalho, mais produtivo e competitivo esse país será” (Baptista, 2024, p. 138).

Tais pressupostos se alinham à tese de Lessa (2013), o qual discerne que tal lógica consiste num discurso de superação dos obstáculos para com a educação moderna pelo sujeito-estudante, e se não consegue ultrapassá-los, não passa de incompetência pessoal. Isso, por sua vez, implica numa relação entre selecionados/protagonistas e não selecionados/sem-salvação, o que compactua com a ideologia do empreendedorismo educacional, pois a contrarreforma do ensino médio não visa a empregabilidade da maioria, mas uma preparação ao “trabalho de sísifo” (Catini, 2020); camuflado pela aparência da autonomia laboral, todavia não passa de uma relação não contratual com seu explorador.

⁷ “Deve-se ter em conta que o limite máximo definido pela nova regra fiscal só será alcançado se o crescimento econômico alcançar 3,57%, considerando que a carga tributária seja mantida. Sob estas condições, o PIB do setor privado precisará acelerar acima de 4,1% ao ano, dado o limite máximo de 2,5% de crescimento anual da despesa pública” (Vazquez; Schlegel, 2023, p. 4).

Pode-se observar o real objetivo da contrarreforma do ensino médio: a aceitação e adaptabilidade social, por meio da intensa ideologização neoliberal da educação (Baptista, 2024), que cega grande porção dos proletários e suas famílias; em contraste às tensões entre as classes, harmonizando-as misticamente para conter, por enquanto, a indubitável transformação social no horizonte. Ao reportar para a atual conjuntura, apesar de em 2022, a sociedade brasileira ter eleito um presidente alinhado ao viés político progressista, a governança do país é liderada majoritariamente por deputados e senadores da direita e da extrema-direita, comprometendo as decisões econômicas, sociais e governamentais do país.

Um desses marcos foi a nova versão do Novo Ensino Médio proposta pelo Projeto de Lei nº 5.230/2023, de autoria de uma deputada do Partido Liberal, também professora, Dorinha Seabra. O referido Projeto se formalizou pela assinatura do atual presidente da república por meio da Lei nº 14.945/2024, revogando apenas uma parte do Projeto, no tocante à inclusão dos conteúdos flexíveis/itinerários formativos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De resto, toda a regressividade, agora atualizada, ao novo modelo empresarial do ensino médio foi aprovada. Presencia-se então, o que Coutinho (2011, p. 37) chama de “hegemonia da pequena política”, no sentido de no contexto da contrarreforma brasileira não se tratar mais de conquistar direitos e estar vinculado a um projeto societário contrário ao capitalismo, mas da defesa e da luta em prol dos que já foram conquistados.

Com a exposição em mente, no item seguinte será tratado a respeito do Programa Pé-de-Meia e sua conexão com a última Agenda da ONU; apresentando o primeiro não como uma reforma por parte do Estado para com as demandas da classe trabalhadora, na área da educação, mas como uma resposta do próprio ideário neodesenvolvimentista com as consequências das suas políticas neoliberais.

Relação do programa pé-de-meia com a agenda 2030 da ONU

No intermédio recém apresentado – a respeito da contrarreforma do ensino médio no Brasil –, contemporaneamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou os objetivos e metas da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda é resultado do encontro realizado entre 25 a 27 de setembro de 2015, coligado há mais de dois (2) anos de discussões com Estados e a sociedade civil de várias nações, com ênfase às populações e países mais pobres dos territórios mundiais.

Com base no referido documento, foram estabelecidos dezessete objetivos com metas a serem alcançadas até 2030, alocando atenção maior à erradicação da pobreza, ao combate às desigualdades, à construção de sociedades pacíficas e justas, à busca pelo horizonte da defesa

permanente dos direitos humanos e ao reconhecimento das particularidades nacionais para promulgá-las. Para isso ocorrer, foram prescritas atividades-chaves, por meio de parceria com diferentes organismos e instituições da sociedade civil, com abrangência nacional e regional, favorecendo alguns objetivos e metas em face de outros (ONU, 2015).

Na abrangência do presente estudo, serão analisados dois objetivos da citada Agenda 2030, como forma de relacioná-los à criação do Programa Pé-de-Meia. São eles: o objetivo 4, “sobre educação de qualidade”; e o objetivo 8, tratando “do trabalho decente e do crescimento econômico”. Antes de situá-los, convém relatar sobre a criação e a formalização legislativa do citado Programa, visto que isso é indispensável para contextualizar e apreender esse novo direito.

O Programa Pé-de-Meia foi lançado pelo atual governo Lula, por meio da Lei nº 14.818/2024, sendo caracterizado como um incentivo financeiro-educacional, em formato de poupança, para estudantes em tempo integral da rede pública de ensino médio. Tendo por princípios, a permanência e a conclusão escolar das/os incentivadas/os, cujo objetivo é democratizar o acesso à educação, amenizar as desigualdades sociais, reduzir a evasão escolar e contribuir para a promoção da inclusão (Brasil, 2024a).

Em relação ao perfil das/os estudantes que podem requerer o incentivo financeiro: devem ser de baixa renda, com família inscrita no Cadastro Único (CadÚnico), priorizando aqueles de renda familiar *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 218,00; sendo essa linha consonante com o disposto na Lei nº 14,601/2023, que reedita o Programa “Bolsa Família”. Além disso, os critérios para a elegibilidade abrangem a vulnerabilidade social, a efetivação da matrícula em escolas de tempo integral e a idade da/o jovem.

Assim, se deferida a poupança, o incentivo financeiro será disponibilizado mediante o cumprimento das seguintes condições para o acesso e a permanência enquanto beneficiária/a do programa: 1) quando houver a matrícula no início de cada ano letivo, através do denominado “incentivo-matrícula” no valor de R\$ 200,00; 2) se tiver frequência mínima de pelo menos 80%, correspondendo ao intitulado “incentivo-frequência” com valor igual ao anterior, porém deferido a cada mês dos trimestres letivos; 3) ter participado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) – o qual não concede quantia monetária para a conta corrente do beneficiário, mas é um critério para continuidade do último incentivo mencionado; 4) presença nos dias do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM); 5) e na conclusão de cada ano letivo, com aprovação (Brasil, 2024b).

Para realizar o saque de uma parte do valor concedido no transcorrer do ensino médio, as/os beneficiárias/os devem ter cumprido duas condicionalidades primárias: a) matrícula no

início de cada ano letivo; b) frequência mínima de pelo menos 80% durante os trimestres. Em relação aos repasses dos valores monetários, se cumpridas as mencionadas condições, correspondem a R\$ 200,00, após os períodos de comprovação da matrícula no ano letivo e no final de cada trimestre escolar – no último caso, este ocorre três vezes à época de permanência.

O Programa Pé-de-Meia também prevê dois incentivos cumulativos, nomeados respectivamente, como “incentivo-ENEM” e “incentivo-conclusão”, os quais poderão ser retirados da poupança por parte da/o estudante apenas depois do término do ensino médio, podendo atingir um montante de até R\$ 3.200,00. Esse total abrangerá R\$ 1.000,00 depositados no final de cada ano da tríade do ensino médio e aos R\$ 200,00 reais de presença nos dois dias do ENEM, durante o último ano de estudos (Brasil, 2024b).

Pode-se referir que o consumo da classe trabalhadora que vive em condições de pobreza e de extrema pobreza, em parte, passa a ser viabilizado com essas transações em dinheiro. Isso, consequentemente, propulsiona o funcionamento do sistema mercantil contemporâneo – ou ainda, contribui para manter o mercado aquecido por meio do consumo. Assim, percebe-se a finalidade dessas transferências monetárias: auxiliar no término dos estudos secundários, em que agora repercute uma concepção de educação que preza pela futura inserção das/os estudantes contempladas/os no mercado de trabalho, tendo em vista, novas relações formais ou informais. Daí, advém a necessidade do desenvolvimento de habilidades técnicas em prol do denominado desenvolvimento sustentável e inclusivo durante o período escolar, indo ao encontro das demandas apontadas por organismos internacionais em prol da economia de mercados.

Em análise, as transferências monetárias do Pé-de-Meia, ou seja, o alicerce dessa política defensora da inclusão, fazem parte do quadro de tentativas de superar as políticas ultraneoliberais deixadas pelo ex-governo bolsonarista (2019-2022), que não tentou materializar a recomendação de “até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação”, como disposto na meta 8.6 do oitavo objetivo da Agenda 2030 (ONU, 2015, p. 27). Tal contexto é comprovado pelos dados do Censo Escolar de 2021 do INEP, o qual divulgou que houve um acréscimo na taxa de abandono de 1,6% a 3,2% em 2020, para 5,0% no ano seguinte. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2023, a qual realizou por parte, um apanhado temporal de jovens desempregados e sem estudar entre 2016 e 2020, tempo em que aumentou tal percentual de 24,6% para 28,0; diminuindo para 22,3% com a volta de Lula à presidência do Brasil em 2022.

A partir dessa contextualização do Programa Pé-de-Meia, estão sistematizados, no Quadro 1, a seguir, os objetivos 4 e 8, assim como suas respectivas metas. O intuito é relacionar, na sequência, a concepção do Pé-de-Meia com as proposições da Agenda 2030.

Quadro 1: Objetivos 4 e 8 e algumas de suas metas na agenda 2030 da ONU (2015)

Objetivo do desenvolvimento sustentável	Algumas das metas do respectivo objetivo
Objetivo 4 - Educação de qualidade: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	4.3 - Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
	4.4 - Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
	4.5 - Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
	4.6 - Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
Objetivo 8 - Trabalho decente e crescimento econômico: Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.	8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
	8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
	8.4 - Alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
	8.5 - Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

Fonte: Sistematização das/os autoras/es, baseado em ONU (2015).

Um dos aspectos que chamam atenção referente ao Programa Pé-de-Meia é a possível contribuição deste para a “promoção da inclusão social pela educação” (Brasil, 2024a, art. 2, inciso 4). Para tal disposição, a inclusão social seria mediante uma escolarização tecnicista – considerando a atual perspectiva após a contrarreforma do ensino médio –, visando incluir a pessoa “desvantajada” monetariamente no mercado de trabalho. Ao analisar tal aspecto, fica

evidente o problema em pauta, pois a perspectiva de inclusão social referida se baseia em fundamentos positivistas e conservadores que visam a adaptação da pessoa dita como excluída na sociedade. Logo, essa “inclusão” pressupõe a reprodução do modo de produção capitalista, não havendo coerência incluir em um sistema fundamentado pela exclusão para sua contínua manutenção.

Com a mudança curricular do ensino médio⁸, a inclusão pretendida possui obstáculos, pois a/o estudante passa a ser conduzida/o para uma formação tecnicista, por uma estratégia empresarial de futura superexploração da força de trabalho da maioria desse/as jovens educandas/os, seja através da terceirização, do trabalho informal, da inconsistente empregabilidade, bem como de outras modalidades arcaicas do *labor*. Porém, essa mudança estratégica é condizente com a meta 4.4 do exposto objetivo da Agenda 2030, a qual pode ser verificada no Quadro 1: “aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (ONU, 2015, p. 23).

Em relação às determinações sociais desses jovens, o Programa leva em conta uma renda *per capita* específica, concernente, na maioria das vezes, à extrema pobreza. Dessa forma, não cogita outros marcadores sociais, o que vem ao encontro com a homogeneização das desigualdades e necessidades sociais. Como se hipoteticamente, em razão da correspondência do fator monetário e da vulnerabilidade, todos fossem iguais e pudessem ser incluídos da mesma maneira, desconsiderando as suas singularidades, em outras palavras, dissociando etnia, “raça”, gênero, deficiência, geração, posição na classe dos sujeitos contemplados, bem como dos sujeitos não contemplados.

A respeito disso, dois (2) projetos de leis, respectivamente os PL 154/2024 e 483/2024, ainda em trâmite, denunciam a necessidade de incluir nas/os possíveis usuárias/os do Pé-de-Meia, estudantes de escolas comunitárias do campo, da educação indígena e quilombola (Castro, 2024; Siqueira; Hoffmann; Cunha, 2024). Isso que permitirá, supostamente, caminhar na direção do atendimento à meta 4.5 da Agenda de 2030 (ONU, 2015, p. 23), tangente à necessidade de “eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade”. Todavia, isso se apresenta como uma utopia dentro do modelo econômico vigente brasileiro, apesar da possível contribuição dos citados PLs e sua posterior materialização para diminuição

⁸ Ocorrida primeiramente com a Lei nº 13.415/2017 e, atualmente, atualizada pela Lei nº 14.945/2024.

das disparidades de gênero e de outros marcadores sociais na educação, mas não a sua erradicação, posto que o capital se reproduz através da dominação de determinadas “minorias”. Sendo a política educacional e suas instituições os meios onde a (re)produção do capital se realize, mediante a elaboração e gestão da política educacional. Assim, mesmo a partir de certas conquistas da classe trabalhadora na educação, limites são instaurados mediante a relação entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

Por outro lado, é incoerente tentar promover um desenvolvimento sustentável por intermédio da ação sobre os determinantes estruturais da pobreza extrema e sua reprodução intergeracional, ao passo de que o defendido processo é o próprio desenvolvimento do capital via aumentativo de trabalhadores no mercado de trabalho, via de regra, informal. Este que conforme os pontos problematizados ao longo do presente estudo é, por certo, o desenvolvimento do capitalismo via acumulação de riquezas e de pauperismo, seja ele absoluto ou relativo. Sob este ponto de vista, consoante a outra proposição dessa política acionada pelo Pé-de-Meia, está a diminuição dos efeitos das desigualdades sociais ao acesso, permanência e conclusão do ensino médio. Para serem realizados eficazmente, antes de tudo, é preciso ponderar e avaliar as limitações impostas pela sociabilidade burguesa para concretização desses objetivos.

Nesse sentido, cabe destacar a estratégia de desenvolvimento que guia diversos organismos internacionais, propondo excluir a pobreza e a fome do cenário mundial, a partir da concepção de que o Estado deve ser o condutor do desenvolvimento sustentável, em vista de ampliar as oportunidades e capacidades dos sujeitos. Tais organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, “incorporam discurso de combate à pobreza pela via do crescimento sustentado. O que implicitamente traduz [...] o receio de que a queda de um mercado emergente possa atingir as demais economias dos países capitalistas avançados” (Guilherme, 2018, p. 114).

Os objetivos de metas para 2030 da ONU não são intencionados ao questionamento, ou muito menos, em vista da erradicação do modo de produção capitalista. Ao contrário, tentam humanizá-lo, e se contradizem ao tentar, pois diz objetivar que mais pessoas possam lucrar por meio de um trabalho capaz de diminuir as desigualdades sociais (Costa; Gentil, 2018), sejam elas étnico-raciais, de gênero, classe, renda e deficiência (ONU, 2015).

O discurso de que a classe trabalhadora pode dispor de um trabalho assalariado lucrativo é totalmente incoerente com a realidade objetiva, na qual lucrar é privilégio da classe burguesa, dos donos dos meios de produção e dos aparatos de hegemonia – propulsores da reestruturação produtiva, abarcando a uberização, a terceirização, a crescente informalidade, precarização e

automatização do trabalho –, contrariando tal visão verbalizada de diminuir as desigualdades sociais. Em consequência, alia-se a ideologização empreendedora e empresarial, constatada na meta 8.3: de “promover políticas [...] que apoiem as atividades produtivas, [possíveis pela] geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das [...] empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros” (ONU, 2015, p. 26-27).

Para tanto, tal meta tem por ideia propulsionar políticas orientadas ao viés desenvolvimentista, traduzido numa aliança neoliberal de filantropização, de obtenção de lucro, que no real, requer um desenvolvimento não tão sustentável ao advogado em papel. Assim, com a educação visionada pelo referenciado documento do qual o Brasil é signatário, “a execução das metas fica sob responsabilidade de governos, empresas, universidades, Organizações Não Governamentais [ONGs], entre outros, em regime de parceria, financiada com recursos oriundos de doações de grandes corporações” (Costa; Gentil, 2018, p. 669).

Estimula-se por meio disso, a refilantropização da política pública, da educação brasileira, via privatização das competências, não devendo especificamente o Estado proporcionar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, mas o todo social. Tal tendência se fomenta numa cuidadosa relação de manipulação dos poderes, para perpetuação da hegemonia burguesa através da mistificação dos reais propósitos burgueses exploratórios transvestidos de democracia.

Independentemente de o presidente Lula e seus aliados eleitos serem alinhados ao viés político progressista, esses estão submetidos à lógica burguesa. Isso reflete na dependência brasileira às economias capitalistas centrais, não apenas no quesito econômico, mas também ideopolítico, cultural e remetente a tantas outras instâncias da vida subordinadas, hora ou outra, às relações de (re)produção hegemônica.

O Programa Pé-de-Meia, apesar de ser uma iniciativa de busca pela inclusão social, pela democratização ao acesso, pela permanência à educação e pela diminuição das desigualdades sociais, reforça a política neoliberal, respaldada por valores de uma organização internacional como a ONU. Nesse caminho, embora os repasses financeiros sejam importantes diante das condições de vida, muitas vezes extremamente precárias, eles não pressupõem a crítica ao intitulado Novo Ensino Médio, à tecnificação do currículo escolar. Com isso, amplia manifestações da “questão social” de parte da população brasileira, ao incentivar financeiramente as/os estudantes mais vulneráveis e pobres a permanecerem numa educação que visa formar recursos humanos. Tal como obscurece as contradições mantenedoras da necessidade do Programa ao considerar tais sujeitos como “vulneráveis”, numa leitura

imediatista das causas de sua condição social: evasão escolar, baixa renda *per capita*, falta de políticas econômicas para a educação e afins.

Em outras palavras, “negligencia-se o entendimento das causas estruturais que, na sociedade capitalista, fundam a dialética pobreza/acumulação” (Siqueira, 2015, p. 249). Como se o incentivo pecuniário do Pé-de-Meia fosse um meio para lutar contra a pobreza, a qual é substituída pela noção de vulnerabilidade defendida pelo discurso político-econômico neoliberal. Tal narrativa propaga a ideia de que a partir da “inclusão” do Programa Pé-de-Meia – construído em torno da defesa da “democratização” educacional – irá impulsionar a/o estudante, a partir da sua inserção no Novo Ensino Médio, a investir e empreender de acordo com suas “escolhas” nessa educação tecnicista. Em suma, no intuito de formá-las/os ao mercado de trabalho, sem a pretensão de formá-las/os criticamente nos moldes da pedagogia emancipatória.

Considerações finais

A disputa ideológica a respeito das concepções de pobreza se faz presente no Brasil desde a economia mercantil escravista. Todavia, é com a edificação do sistema de produção capitalista e seu Estado burguês que o pauperismo torna-se categoria central às relações sociais, sendo parte fundamental da contradição sustentadora do capital. Surtindo disso, a disseminação de razões que conotam uma moralização e psicologização dessa expressão da “questão social”, ao popularizar uma interpretação de ordem individual e conjuntural, sem fazer qualquer relação com os condicionantes de ordem estrutural.

Com a globalização, a pobreza decorre da relação entre ciência e suas tecnologias, empresas e Estados, produzindo-a intencionalmente e dificultando sua diminuição e enfrentamento com a participação mínima na proteção social. Ainda que isso seja mistificado, muitas vezes, pelo discurso de desenvolvimento lento do país, cuja ênfase remete a iniciativas modernizadoras que visam o progresso e o crescimento econômico e a necessidade mercantil da profissionalização e tecnificação da educação brasileira, promovendo um ensino supostamente possibilitador de futuras oportunidades no mercado de trabalho. Essa lógica, após o impeachment de Dilma em 2016, ganha fôlego com a aprovação do Novo Ensino Médio – manifestando uma contrarreforma para a educação brasileira.

A atual política pública da educação, na conjuntura contemporânea, especificamente o ensino médio, é amparada pela falsa defesa da autonomia das/os estudantes e a preparação técnico-científica frente às inovações do processo produtivo no século XXI, de maneira que estas/es poderão alcançar alguma ascensão econômico-social. Isso oculta as razões estruturais

para a reelaboração do conteúdo educacional, cooptadas através do forte apelo empresarial e das sugestões contraditórias de organismos internacionais como a ONU, mediante a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável.

Em virtude dos expressivos dados de evasão e os baixos índices de permanência no ensino médio durante o mandato bolsonarista, o presidente Lula outorga a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, instituindo o Programa Pé-de-Meia enquanto incentivo financeiro na área da educação para determinadas/os estudantes, deferindo transferências monetárias conforme o atendimento aos requisitos trimestrais e/ou anuais das/os beneficiadas/os. A finalidade primária dessa política na forma de programa é a democratização do acesso para jovens ao ensino médio, estimulando a permanência escolar. A criação deste Programa, de certa maneira, entra em contradição com um dos motivos da implementação do novo modelo de educação do ensino médio no Brasil, em que seria melhor e mais estimulante em comparação ao antigo modelo, haja vista sua instituição em prol de formação técnica voltada para o mercado laboral, a qual, a partir disso, instigaria as/os estudantes a permanecerem no ensino médio com permitida autonomia.

Evidencia-se, com isso, que os critérios para o acesso ao Pé-de-Meia estão sob os limites da economia dependente brasileira, erigidas por um governo neodesenvolvimentista que busca conjugar crescimento econômico com desenvolvimento social, tendo como uma das estratégias implementar programas de transferência de renda. De caráter focalizado, esse Programa se destina aos sujeitos mais vulneráveis, mediante cumprimento de requisitos e condições, tanto para a concessão como para a permanência.

Diante disso, em resposta ao título do artigo, observa-se que o receituário neoliberal, contido em programas sociais, como o Pé-de-Meia e nas propostas da ONU, colide com a construção de um futuro sob bases da emancipação humana. Nesse caso, perpetua-se a ideia de que a juventude é o futuro do país, restando refletir sobre qual é a destinação projetada para esse futuro onírico. Entende-se que o Programa estudado, configura uma iniciativa importante dada as condições precárias de vida de parcela das/os estudantes, por outro lado se faz necessário refletir sobre as bases do Programa, onde ele se estrutura e as suas limitações, quando considerada a lógica da educação tecnicista e acrítica.

Por fim, é fundamental atentar às contradições dos objetivos a serem seguidos com base na Agenda 2030 da ONU, que vão no sentido de, ao mesmo tempo defender a inclusão social na educação e a diminuição do desemprego, apoiar ações que visam privatizá-la para tornar essa política um campo de maximização de lucros a ser mediado pela parceria com empresas. O lançamento do programa federal Pé-de-Meia, apesar de ser uma iniciativa que, no discurso

visa o “combate” à pobreza por meio da “inclusão” e “democratização” educacional, vai na tendência neoliberal que permite a existência de políticas sociais públicas desde que estruturadas na focalização e na seletividade, em detrimento às políticas de caráter universalista. Assim, significando que as/os estudantes contemplados pelo programa estarão inseridos no contexto do sucateamento da educação pública e das demais políticas sociais. Logo, se torna uma falácia pensar que ao desenvolverem habilidades e técnicas, as/os filhas/os da classe trabalhadora, tornam-se responsáveis pelo futuro do Brasil – lugar no qual as intenções do grande capital correspondem, exclusivamente, aos interesses da classe dominante/exploradora.

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, F. L. M. A Reforma do Ensino Médio e a crítica marxista: uma reflexão acerca da ideologia. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 12, n. 22, p. 135-156, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/582>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei no 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei no 14.075, de 22 de outubro de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jan. 2024a. Seção 1, Número 12, Página 3. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=3&data=17/01/2024>. Acesso em: 06 ago. 2024.
- BRASIL. Pé-de-meia. *Ministério da Educação*, Brasília, 02 ago. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/pe-de-meia>. Acesso em: 06 ago. 2024.
- CASTRO, D. T. S. Projeto de Lei nº 843/2024. Altera a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, para incluir nas suas disposições os estudantes das modalidades de educação que especifica. Brasília, DF, *Câmara dos Deputados*, 19 mar. 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2396799&filena me=PL%20843/2024. Acesso em: 28 jan. 2025.
- CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 127, p. 53-68, out/dez 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180045>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- CORTI, A. P. Ensino médio: entre deriva e naufrágio. In: CÁSSIO, F. (org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 47-52.
- COSTA, M. O.; GENTIL, H. S. Educação na Agenda 2030 e Emenda Constitucional 95: uma erosão do direito à educação. *Educação: Teoria e Prática*. Rio Claro, São Paulo, v. 28, n. 59, p. 662-681, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062018000300662. Acesso em: 14 ago. 2024.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

- FRIGOTTO, G. A crise na educação como projeto da classe dominante. In: BOTO, C.; CARA, D.; SANTOS, V. M. *Desafios e reinvenções da escola pública* (org.). 1. ed. São Paulo: FEUSP, 2025. p. 15-37.
- GUILHERME, R. C.; REIS, C. N. Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL: a transferência de renda em contexto de ofensiva neoliberal. *Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 108-124, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/jTSJdMTdSsmMt97xxmtScXG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2023*. IBGE: Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 01 maio 2024.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo Escolar 2021*. Ministério da Educação: Brasília, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.
- LUKÁCS, G. *História e luta de classes: estudos sobre a dialética marxista*. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.
- LESSA, S. *Capital e Estado de Bem-Estar Social: o caráter de classe das políticas públicas*. 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. Brasil: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 225-239, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/36288/19488>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOTA, E. A. Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E (org.). *Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.
- NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. 1. ed. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 667-704.
- ONU - Organização das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. ONU: Nova York, 2015. 50 p. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, Vitória, v. 19, n. 46, p. 26-47, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19329/13057>. Acesso em: 30 set. 2025.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 30. ed. São Paulo: Record, 2000.

- SIQUEIRA, J. C.; HOFFMANN, G. H.; CUNHA, O. J. Projeto de Lei nº 154/2024. Altera os § 1º e § 3º do art. 1º da Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024 que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público para incluir os estudantes das escolas comunitárias credenciadas pelo poder público que atuam no âmbito da educação do campo com a pedagogia da alternância e das áreas de assentamento de reforma agrária. Brasília, DF, *Câmara dos Deputados*, 06 fev. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2417282>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- SIQUEIRA, L. *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- VAZQUEZ, D. A.; SCHLEGEL, R. Do Bolsa Família ao Arcabouço Fiscal: perspectivas sobre a agenda social do terceiro Governo Lula. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 7, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/N6N8WTB5spnL6gJgT6BDfjM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2024.

A educação em saúde na atenção primária e o papel do assistente social

Health education in primary health care and the role of the social worker

Iza Maria Pereira^{*}  

Francisca Felícia Campos Paiva de Lima^{**} 

Jean Carlos Dantas de Oliveira^{***}  

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir o papel do assistente social na educação em saúde na atenção primária. A relevância desse tema reside na necessidade de ampliar a compreensão sobre a contribuição desse profissional para a promoção de práticas coletivas e democráticas, fundamentais para assegurar o acesso dos usuários aos serviços de saúde, especialmente no SUS. A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório, fundamentada em levantamento bibliográfico. A análise dos dados seguiu os princípios da análise temática (Minayo, 2010) e foi complementada por uma análise de similitude, realizada com o uso do software IRaMuTeQ, a partir de um corpus extraído da seção teórica referente à atuação do assistente social na atenção primária. Essa etapa permitiu identificar núcleos de sentido e relações semânticas entre os termos, contribuindo para aprofundar a compreensão sobre as estratégias de educação em saúde. Os resultados evidenciam a relevância do assistente social nos processos educativos em saúde, mediante o desenvolvimento de ações estratégicas articuladas na atenção primária, vinculadas à gestão de políticas públicas, ao controle social, ao exercício da cidadania e à qualificação do SUS.

Palavras-chaves: Educação em saúde; Assistente social; Promoção em saúde; Atenção primária à saúde.

Abstract: This study aims to examine the role of the social worker in health education within primary healthcare. The significance of this topic lies in the need to broaden the understanding of the professional's contribution to fostering collective and democratic practices, which are essential to ensure user access to healthcare services, particularly within the Unified Health System (SUS). The research adopts a qualitative, exploratory approach, based on a bibliographical survey. Data analysis followed the principles of thematic analysis (Minayo, 2010) and was complemented by a similarity analysis conducted with the IRaMuTeQ software, using a corpus derived from the theoretical section regarding the social worker's role in primary healthcare. This analysis allowed for the identification of key thematic units and semantic relationships between terms, further deepening the understanding of health education strategies. The findings highlight the importance of social workers in health education processes, through the development of strategic actions in primary healthcare, linked to public policy management, social control, citizenship, and the enhancement of SUS.

Keywords: Health education; Social worker; Health promotion; Primary attention care.

^{*} Universidade Estadual do Ceará. E-mail: iza.pereira@aluno.uece.br

^{**} Centro Universitário de Patos. E-mail: feliciapaiva21@gmail.com

^{***} Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Norte. E-mail: jeanceac2020@gmail.com

Introdução

O assistente social, inserido no processo de trabalho na área da saúde, ainda enfrenta desafios no reconhecimento de seu papel como profissional da saúde, apesar de seu enquadramento legal por meio da Resolução nº 218, de outubro de 1998, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e da Resolução nº 383/99, de 29 de março de 1999, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Essas normativas evidenciam a atuação interdisciplinar do assistente social na área da saúde e destacam sua importância para a garantia da qualidade dos serviços prestados aos usuários do sistema de saúde.

Apesar disso, a atuação do assistente social na saúde ainda é, por vezes, invisibilizada ou compreendida de forma reduzida, tanto por parte de outros profissionais da saúde quanto pelas próprias gestões institucionais. Essa desvalorização se expressa na restrição de suas funções a atividades meramente burocráticas ou administrativas, o que acaba por obscurecer a amplitude e a complexidade de sua intervenção profissional. No entanto, o serviço social contribui de maneira significativa para a efetivação do direito à saúde, por meio de diferentes frentes de atuação que articulam dimensões técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas (CFESS, 2011; Iamamoto, 2007).

Dentre essas frentes, destaca-se a educação em saúde, entendida como um campo estratégico de intervenção que possibilita a promoção do cuidado, da autonomia dos sujeitos e da consolidação da cidadania, especialmente no âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS). Trata-se, portanto, de uma das muitas contribuições do assistente social para a integralidade da atenção à saúde e para o fortalecimento das políticas públicas.

Nessa perspectiva, a educação em saúde exercida pelo serviço social está fortemente vinculada à viabilização da participação popular nos espaços institucionais. Como afirmam Bentes e Honorato (2022), “uma ação que considera-se importante para os assistentes sociais é a viabilização da participação popular nas instituições e programas de saúde”. A atuação do assistente social, assim, é tem sido orientada por práticas interventivas e socioeducativas que promovem a democratização das informações e a socialização de direitos, muitas vezes desconhecidos pelos usuários.

De acordo com esta perspectiva, este trabalho propõe discutir a relevância do assistente social nas ações de educação em saúde na atenção primária, compreendendo essas ações como instrumentos fundamentais para o fortalecimento de espaços coletivos democráticos e para a efetivação dos direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se, portanto, de refletir sobre como o trabalho desse profissional contribui para a autonomia dos sujeitos e a participação social na construção de políticas públicas.

A partir desse contexto, emergem as seguintes questões norteadoras: O que é, de fato, a promoção da saúde? Qual o papel do assistente social na efetivação dessa promoção em seu espaço de atuação? Como possibilitar a participação dos usuários nos serviços de saúde por meio de ações educativas?

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, com base em pesquisa bibliográfica. A escolha por esse delineamento metodológico se justifica pela necessidade de construir uma compreensão inicial e sistematizada sobre o papel do assistente social na educação em saúde no âmbito da atenção primária, a partir da análise crítica da produção acadêmica e técnica já consolidada sobre o tema. Conforme destaca Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é particularmente apropriada para o estudo de fenômenos sociais em sua complexidade, possibilitando a exploração de sentidos, práticas e mediações construídas historicamente.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos de periódicos científicos, documentos oficiais e outras fontes disponíveis em meios físicos e digitais. Trata-se, portanto, de uma estratégia que permite ao pesquisador conhecer e problematizar o estado da arte do objeto de estudo, identificando lacunas, avanços e desafios teóricos e práticos.

A seleção do material foi orientada por critérios de relevância temática, atualidade e contribuição para a análise crítica da atuação profissional do assistente social na atenção primária à saúde. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória nas bases de dados SciELO, LILACS e Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: “educação em saúde”, “atenção primária à saúde”, “políticas públicas de saúde” e “serviço social na saúde”. Foram incluídas produções como livros, artigos científicos publicados em periódicos da área, além de documentos institucionais e normativos, como diretrizes do SUS e resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Dentre os temas priorizados, destacam-se a educação em saúde, as políticas públicas de saúde no Brasil, a atenção primária como estratégia central do SUS, bem como a inserção e atuação do serviço social no campo da saúde.

A análise do conteúdo das obras selecionadas seguiu os princípios da análise temática, que, conforme Minayo (2010), permite a identificação de categorias significativas e recorrentes a partir da leitura atenta e sistemática dos textos. A partir disso, foi possível sistematizar os principais elementos que sustentam a importância do trabalho do assistente social na promoção da educação em saúde, bem como sua contribuição para a efetivação dos princípios do SUS, em especial a universalidade, a integralidade e a participação social.

Complementarmente, foi realizada uma análise de similitude com base em um corpus textual construído exclusivamente a partir da seção “O assistente social e a prática em educação em saúde na atenção primária”, que integra o referencial teórico deste artigo. Para essa etapa, utilizou-se o software IRaMuTeQ¹, com o objetivo de identificar os principais núcleos de sentido e as relações semânticas entre os termos mais recorrentes. O *corpus* foi composto pelo texto completo da seção mencionada, sem categorização prévia, a fim de possibilitar uma análise exploratória da organização léxica. Tal recurso metodológico contribuiu para ampliar a compreensão das regularidades discursivas presentes no texto, permitindo visualizar as conexões entre os conceitos centrais da atuação do assistente social na atenção primária e as estratégias de educação em saúde.

A relevância social deste estudo reside na necessidade de reconhecer e valorizar o trabalho do assistente social na atenção primária à saúde, especialmente na promoção da educação em saúde como mecanismo de efetivação dos direitos sociais decorrentes da Reforma Sanitária e da Constituição de 1988. Justifica-se também em âmbito profissional, pela experiência da autora e pela compreensão da importância desse campo sócio-ocupacional.

Embora, historicamente, a atuação profissional tenha sido mais concentrada nos níveis secundário e terciário do SUS, a APS, particularmente por meio das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), vem se configurando como um dos principais espaços de inserção do assistente social no Brasil, com cerca de 60% dos profissionais atuando no setor público (CFESS, 2022)

Dessa forma, ao evidenciar a crescente inserção do assistente social na atenção primária à saúde, o presente estudo reafirma a centralidade desse campo de atuação na efetivação dos direitos sociais e na consolidação das políticas públicas de saúde. A presença qualificada desse profissional nas equipes multiprofissionais, como as da ESF e do NASF, contribui significativamente para a promoção da saúde, a democratização do acesso à informação e o fortalecimento do SUS enquanto política pública universal e inclusiva.

¹ O IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) é um software livre, ancorado na linguagem estatística R, que permite realizar diferentes análises textuais e estatísticas. No presente estudo, foi utilizado para a construção de uma análise de similitude, visando evidenciar as coocorrências entre os termos e os núcleos de sentido predominantes no *corpus*. O IRaMuTeQ tem sido incorporado em pesquisas qualitativas na área da saúde no Brasil, como evidenciado por uma revisão sistemática (*scoping review*) que identificou 54 estudos utilizando o software, destacando a técnica de análise de similitude como uma das mais recorrentes (Salvador *et al.*, 2018). Quanto à área de Serviço Social, há registros da aplicação dessa ferramenta de análise textual em dissertação de mestrado de Menezes (2021), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que analisou questões relacionadas à saúde de assistentes sociais atuantes na assistência a pessoas em situação de rua.

Promoção da saúde na atenção primária: o papel da educação em saúde e a participação social

A Carta de Ottawa (1986), documento de referência para os estudos em promoção da saúde, conceitua essa prática como “a capacitação das pessoas e comunidades para modificarem os determinantes da saúde em benefício da própria qualidade de vida”.

Percebe-se que esse documento traz um conceito amplo e que não se restringe às ações diretamente vinculadas ao setor da saúde. Parte-se da compreensão de que o processo saúde-doença resulta de múltiplos determinantes sociais, como educação, habitação, meio ambiente, cultura, trabalho, transporte e lazer, entre outros. Assim, saúde não se resume à ausência de enfermidades, mas está relacionada à qualidade de vida, entendida como o acesso a condições dignas de existência e aos serviços essenciais. Como define a Organização Mundial da Saúde (OMS), “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades” (OMS, 2006, p. 1), destacando que os determinantes sociais desempenham papel central na formulação de políticas públicas na área da saúde.

Seguindo esses pressupostos, o SUS foi criado e regulamentado através da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Conforme o artigo 5º da referida lei (Brasil, 1990), são objetivos do SUS: (I) identificar e divulgar os fatores condicionantes e determinantes da saúde; (II) formular políticas de saúde que promovam ações nos campos econômico e social; e (III) prestar assistência integral à população por meio de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Assim, as ações e serviços de saúde passaram a ser de relevância pública à medida que o Estado assumiu o compromisso com a saúde da população, buscando promovê-la por meio da formulação de políticas sociais e econômicas voltadas à redução dos riscos de doenças e agravos. Essa diretriz se alinha, em parte, ao projeto da Reforma Sanitária, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento dos determinantes sociais da saúde, “fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (Buss, 2000, p. 79).

Diante dessa conjuntura, torna-se imprescindível contar com profissionais capacitados para intervir nas políticas sociais de saúde, entre os quais se destaca o assistente social, cuja inserção na área da saúde está historicamente consolidada. Conforme aponta Silva (2010), a atuação do serviço social nesse campo remonta às primeiras décadas do século XX e está fortemente associada à defesa dos direitos sociais e à consolidação das políticas públicas. Essa discussão será aprofundada nas seções seguintes, com ênfase nas contribuições do assistente social na atenção primária e na educação em saúde.

Mediante essa conjuntura, torna-se necessário contar com profissionais capacitados para intervir nas políticas sociais de saúde, entre os quais se destaca o assistente social, cuja inserção histórica na área da saúde remonta à década de 1930, quando a profissão passou a compor equipes de serviços de assistência à saúde, participando ativamente da construção das políticas sociais no Brasil, especialmente com a Reforma Sanitária e a criação do SUS (CFESS, 2013). Essa discussão será aprofundada nas seções seguintes, considerando os fundamentos históricos e ético-políticos da profissão no campo da saúde.

Pensar em promoção da saúde envolve ações coletivas e individuais de caráter educativo e de ampliação de conhecimento, partindo dos determinantes sociais e do conceito ampliado de saúde, com o desenvolvimento de ações estratégicas articuladas da atenção primária entre os diversos setores. Nesse contexto, a atenção primária à saúde (APS) se configura como um eixo central, sendo definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde, em 1978, em Alma Ata, como:

cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocados ao alcance universal de indivíduos e famílias [...]. Representam o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde pelo qual os cuidados são levados o mais proximamente possível aos lugares onde as pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde (Brasil, 2020, p. 5).

Nesta perspectiva, a atenção primária caracteriza-se por sua proximidade com a população, suas necessidades, contextos locais, equipamentos de saúde e recursos humanos disponíveis e possui quatro características norteadoras essenciais: acesso de primeiro contato (acessibilidade e utilização dos serviços de saúde), longitudinalidade de serviços (continuidade de atenção; relações interpessoais intensas que expressem a identificação mútua entre as pessoas atendidas e os profissionais de saúde), integralidade da atenção (acesso a todos os serviços de saúde necessários, assim como serviços preventivos ou que possibilitem o diagnóstico e o tratamento das doenças; resolução de problemas - orgânicos, funcionais ou sociais) e coordenação do sistema de saúde (integralização dos diferentes níveis do sistema de saúde) (Brasil, 2020).

Partindo dessas premissas, a atenção primária assume papel de estruturação dos serviços básicos de saúde de maneira que a atenção básica atue nos territórios de forma forte e resolutiva, demonstrando a evolução histórica nas políticas sociais de saúde através das legislações específicas e a própria constituição do SUS, culminando, posteriormente, na Política Nacional de Atenção Básica – PNAB.

No âmbito da atenção básica, são desenvolvidas ações e estratégias de educação em saúde pelos profissionais da saúde, especialmente pelos assistentes sociais. É importante destacar que, embora a educação em saúde seja uma atribuição recorrente desse profissional, ela não é uma área exclusiva do assistente social.

Para entender melhor o conceito de educação em saúde, é necessário compreender sua definição. Segundo Santos e Senna (2017), a educação em saúde, embora não seja uma prática exclusiva do assistente social, tem sido uma das mais constantes e frequentemente requisitadas a esse profissional, especialmente no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS).

Conforme Rezende (1989, p. 112 *apud* Lopes, 2002),

a educação para a saúde é, sem dúvida, o processo mais eficiente das ações profiláticas, um instrumento básico para a veiculação de informações e experiências sobre saúde. Educar para a saúde é uma atividade das mais relevantes para um país em desenvolvimento.

Assim, ao refletirmos sobre a educação em saúde, é essencial considerar os sujeitos envolvidos no processo, o desenvolvimento de ações articuladas e interdisciplinares, além de sua contribuição para a consolidação da cidadania. A educação em saúde, portanto, é uma ferramenta indispensável para o fortalecimento da saúde coletiva e da cidadania.

Valia e Stotz (1994 *apud* Lopes, 2002, p. 21) afirmam que a educação em saúde:

é um campo de conhecimentos que pode facultar à sociedade uma melhor compreensão sobre as relações entre as condições de vida e trabalho e a saúde e a doença, e do ponto de vista da ação social, apontar os meios para pressionar os governos a aplicar os recursos públicos mais de acordo com as necessidades da população trabalhadora.

Essa perspectiva corrobora com o que defende o CFESS (2020), ao afirmar que as ações educação em saúde e/ou socioeducativas não devem pautar-se somente pelo fornecimento de informações ou esclarecimentos que levem à simples adesão do usuário, pois isso denotaria, tão somente, controle e subalternação. A educação em saúde deve ter como propósito a construção de uma nova cultura, enfatizando a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade, bem como sua potencialização para a construção de estratégias coletivas, e não somente individuais.

Nesse âmbito, depreende-se que a educação em saúde aponta o diálogo como mecanismo de gestão participativa e de construção de uma saúde, ou acesso à saúde, mais adequada à vida da população. É nesse espaço, também, que há o reconhecimento dos sujeitos, suas histórias e a construção dos seus processos educativos em saúde, conferindo-lhe autonomia e exercício da cidadania.

Nesse contexto, o trabalho profissional do assistente social no que se refere à educação em saúde é relevante, pois esse profissional atua diretamente nas relações sociais e no cotidiano dos sujeitos, contribuindo com práticas socioeducativas voltadas à promoção da saúde e à ampliação do acesso à informação.

O assistente social e a prática em educação em saúde na atenção primária

O serviço social tem ocupado espaços no campo da saúde. Entretanto, foi somente no final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, com a implantação do SUS e com a ampliação horizontal das subunidades de serviços, que ocorreu um processo crescente de inserção dos assistentes sociais nesta área (Costa, 2000).

Nessa conjuntura, observou-se um momento de plena efervescência na saúde, aliado a uma reflexão no interior do serviço social que, repensando suas bases teóricas, metodológicas e éticas, vem construindo desde décadas anteriores, o projeto ético-político que é definido a partir de algumas inquietações referentes à indefinição da profissão (o que é, o que faz?), visto que tais questões, quando são postas em evidência, afetam direta ou indiretamente o profissional, que tem de explicitar constantemente o porquê da sua necessidade e importância na instituição (Lima, 2007).

Assim, a partir da implantação do SUS, consolidada por meio de mobilizações, encontros, conferências, criação de conselhos e comissões, o serviço social passou a promover discussões sobre sua atuação na área da saúde, com a necessidade de redefinir suas funções em relação às demais profissões, buscando afirmar sua identidade e especificidade profissional nesse campo.

À vista disso, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2010, p. 39-65) sistematizou, por meio de documento orientador, os parâmetros de atuação dos assistentes sociais na política de saúde, delimitando quatro eixos fundamentais de intervenção profissional. No quadro abaixo, apresentamos uma síntese desses eixos:

Quadro 1: Eixos de intervenção profissional do assistente social.

1.	Atendimento direto ao usuário	Atendimento aos usuários dos serviços de saúde nos diversos espaços desde a atenção básica até os serviços de média e alta complexidade seja através de ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe de saúde e ações socioeducativas.
2.	Mobilização, participação e controle social	Envolve um conjunto de ações voltadas para a mobilização e participação social de usuários, familiares, trabalhadores de saúde e movimentos sociais em espaços democráticos de controle social (conselhos, conferências, fóruns de saúde e de outras políticas públicas) e nas lutas em defesa da garantia do direito à saúde.

3.	Investigação, planejamento e gestão	Conjunto de ações que tem como perspectiva o fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, em equipe e intersetorialmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos usuários e trabalhadores de saúde, na garantia dos direitos sociais.
4.	Assessoria, qualificação e formação profissional	Envolve a educação permanente dos trabalhadores de saúde, da gestão, dos conselheiros de saúde e representantes comunitários, bem como a formação de estudantes da área da saúde e residentes e, as ações voltadas para a assessoria.

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de CFESS (2010, p. 39-65).

Por isso, ao estabelecer as atribuições do assistente social na saúde, o CFESS reconhece a profissão na área saúde, tendo suas funções e legitimidade definidas pela representação da categoria, ao passo que se torna essencial a atuação do profissional nesse espaço, seja no assessoramento, elaboração de programas e/ou projetos em que são subsidiados pelo conhecimento da realidade social através da intervenção.

É no escopo da área da saúde que iremos pensar o fazer profissional dos assistentes sociais e as contribuições da educação em saúde como mecanismo de materialização do projeto ético-político do serviço social. Para isso, segundo as autoras Santos e Senna (2017), ponderar a educação em saúde como instrumento de atuação do assistente social encontra-se imbricado com as dimensões ético-político, teórico-metodológicas e técnico-operativo da profissão.

Nesse sentido, Santos e Senna (2017, p. 445) registram que:

uma proposta socioeducativa do profissional de Serviço Social na saúde politiza as demandas, enfatiza a participação social dos usuários, produz o conhecimento crítico da realidade e aposta na constante busca da autonomia dos sujeitos sociais. Por isso, reforça-se a ideia que a Educação em Saúde deve ser pensada como instrumento teórico-metodológico e ético-político do exercício profissional, que pode fomentar sua transformação qualitativa em direção aos interesses dos usuários e à satisfação das necessidades dos segmentos menos favorecidos.

Destarte, é nesse *lôcus* de atuação que o assistente social, especificamente nos serviços de saúde de atenção primária, encontra subsídios para aliar os princípios estruturantes do SUS como: universalidade, participação social, promoção da saúde e a educação permanente ao realizar ações de educação em saúde no cotidiano junto aos usuários, suscitando a reflexão crítica da realidade, quer seja em atividades grupais, individuais ou nos territórios dos serviços de saúde.

Essa perspectiva corrobora com o posicionamento do CFESS (2010), nos Parâmetros de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, ao realizar uma reflexão acerca do objetivo das ações socioeducativas e/ou em educação em saúde em que diz:

As ações socioeducativas e/ou educação em saúde não devem pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem a simples

adesão do usuário, reforçando a perspectiva de subalternização e controle dos mesmos. Devem ter como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas (CFESS, 2010, p. 55).

Desse modo, no tocante às atividades socioeducativas e/ou educação em saúde desenvolvidas por assistente social nos serviços de saúde de atenção primária pode-se destacar as principais atividades, conforme o CFESS (2010, p. 56):

- sensibilizar os usuários acerca dos direitos sociais, princípios e diretrizes do SUS, rotinas institucionais, promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de grupos socioeducativos;
- democratizar as informações da rede de atendimento e direitos sociais por meio de ações de mobilização na comunidade;
- realizar debates e oficinas na área geográfica de abrangência da instituição;
- realizar atividades socioeducativas nas campanhas preventivas;
- democratizar as rotinas e o funcionamento da unidade por meio de ações coletivas de orientação;
- socializar informações e potencializar as ações socioeducativas desenvolvendo atividades nas salas de espera;
- elaborar e/ou divulgar materiais socioeducativos como folhetos, cartilhas, vídeos, cartazes e outros que facilitem o conhecimento e o acesso dos usuários aos serviços oferecidos pelas unidades de saúde e aos direitos sociais em geral;
- mobilizar e incentivar os usuários e suas famílias para participar no controle democrático dos serviços prestados;
- realizar atividades em grupos com os usuários e suas famílias, abordando temas de seu interesse.

Assim, o assistente social atuante na atenção primária deve articular as estratégias de intervenções com o projeto ético-político da profissão na perspectiva de transformação social, bem como, também, analisar a realidade por meio do viés da totalidade social (Souza; Hauradou, 2020). De modo que é imprescindível o conhecimento da realidade e das demandas dos usuários dos serviços e, ao realizar as mediações pertinentes, utilizar-se dos recursos da educação em saúde como instrumento potencializador da emancipação social dos sujeitos (Santos; Senna, 2017). Essas medidas estimulam a participação no processo de elaboração e construção das políticas sociais que atendam à realidade e à materialização do SUS, quer seja através dos órgãos de controle social, por exemplo, conselhos municipais, conferências, ouvidorias ou através de outros meios de participação popular (Gomes; Orfão, 2021).

A atuação do assistente social na atenção primária à saúde vai além da simples execução de atividades previstas em protocolos institucionais, mas sua prática se fundamenta em uma perspectiva crítica e propositiva, que busca reconhecer e valorizar os sujeitos enquanto protagonistas na construção de sua própria saúde (Moura, 2018). Nesse contexto, as atividades socioeducativas se tornam espaços privilegiados de escuta, reflexão e mobilização coletiva, onde se estimula a apropriação dos direitos e o fortalecimento da autonomia dos usuários.

Através dessas ações, o profissional contribui para a formação de uma consciência crítica acerca das desigualdades sociais que atravessam os territórios e interferem diretamente nas condições de vida e saúde da população (Lopes; Simões, 2020).

Ao promover o diálogo entre os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos, o assistente social favorece a construção de práticas educativas que respeitam as especificidades culturais e sociais dos grupos atendidos (Salvador; Salvador, 2019). Essa mediação qualificada permite não apenas o acesso à informação, mas também a ressignificação de experiências, fortalecendo os vínculos comunitários e a corresponsabilidade na produção do cuidado. Assim, a educação em saúde se configura como uma ferramenta estratégica na promoção da equidade, consolidando o compromisso ético-político da profissão com a justiça social e a defesa intransigente dos direitos humanos (Fittipaldi *et al.*, 2021).

A análise de similitude (Figura 1), realizada com o auxílio do software IRaMuTeQ a partir do corpus extraído da seção “O assistente social e a prática em educação em saúde na atenção primária”, evidenciou que o termo “social” ocupa posição central na rede léxica. A centralidade dessa palavra confirma sua relevância na organização do discurso profissional, conforme defendido pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social (CFESS, 2009, p. 20).

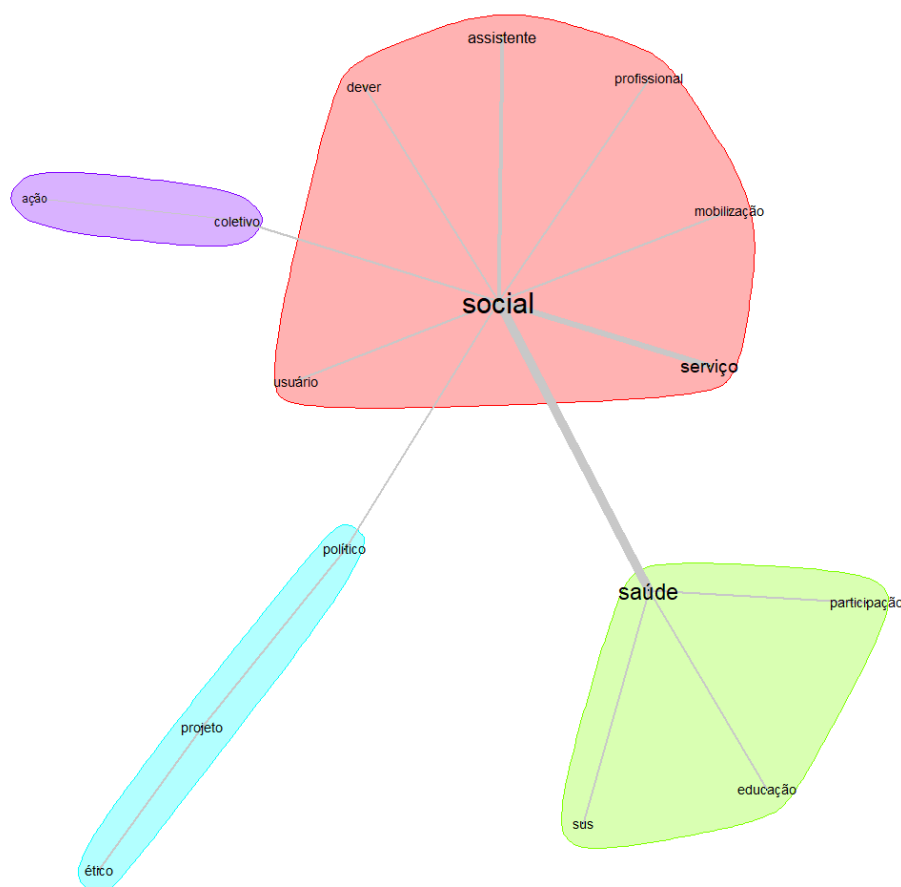
Ao redor desse núcleo, identificou-se um agrupamento denso de termos como “assistente”, “profissional”, “mobilização”, “usuário”, “dever” e “serviço”, cuja coocorrência revela a recorrência de sentidos associados ao compromisso profissional com os direitos sociais. Essa inferência é sustentada tanto pela frequência e proximidade lexical desses termos quanto pelo alinhamento com os princípios que orientam a profissão, especialmente no que se refere à ética, à responsabilidade social e à defesa intransigente dos direitos dos usuários (CFESS, 2009; CFESS, 2011).

Outro agrupamento relevante articula os termos “saúde”, “SUS”, “educação” e “participação”, o que remete à inserção do Serviço Social no campo da saúde coletiva, em especial na atenção primária. A presença conjunta desses vocábulos sugere a valorização de estratégias como a intersetorialidade e a educação em saúde, entendidas como práticas fundamentais para o fortalecimento da cidadania e da participação social. Tais práticas dialogam diretamente com as diretrizes do Projeto Ético-Político do Serviço Social, que defende a atuação crítica e comprometida com os direitos sociais. Segundo Bravo e Cunha (2013), a atuação do assistente social na saúde deve compreender “as determinações sociais do processo saúde-doença e a necessária articulação com os diferentes setores sociais, o que requer uma intervenção profissional crítica, propositiva e intersetorial” (p. 109). Assim, a intersetorialidade não é apenas uma diretriz técnica, mas um princípio político e ético que

orienta a prática profissional voltada à superação das desigualdades e à ampliação do acesso à cidadania.

A presença dos termos “político”, “projeto” e “ético” (Figura 1) reforça a ancoragem da prática profissional no projeto ético-político do serviço social, que orienta o enfrentamento das desigualdades sociais com posicionamento crítico. Por fim, o *cluster* formado por “ação” e “coletivo” destaca a valorização das práticas emancipatórias e da mobilização social como instrumentos de transformação. Assim, a rede semântica construída a partir do *corpus* aponta para um discurso comprometido com os direitos humanos, a justiça social e a promoção da autonomia dos sujeitos, reafirmando o papel do assistente social como agente político e educador social.

Figura 1: Análise de Similitude do *corpus* “O assistente social e a prática em educação em saúde na atenção primária”.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do software IRaMuTeQ (2025).

Os resultados da análise de similitude refletem o conteúdo e os sentidos mais recorrentes do *corpus* analisado, o que está diretamente relacionado à temática abordada, ao campo profissional envolvido e ao contexto discursivo dos textos. A centralidade do termo “social”

pode ser explicada pelo fato de que o *corpus* trata, majoritariamente, da atuação do assistente social, uma profissão historicamente vinculada à defesa de direitos, à mediação de demandas sociais e à intervenção em contextos de vulnerabilidade.

A forte associação entre “social” e termos como “usuário”, “dever”, “profissional” e “serviço” indica a ênfase na dimensão ética e técnica do exercício profissional, destacando o compromisso com o atendimento qualificado e com os princípios do projeto ético-político do serviço social, que orienta a prática rumo à emancipação dos sujeitos.

A ligação entre “social” e “saúde”, por sua vez, demonstra a inserção crescente do assistente social nas políticas públicas de saúde, sobretudo no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse vínculo é reforçado pela presença dos termos “educação” e “participação”, que evidenciam estratégias de atuação voltadas à educação em saúde, ao empoderamento dos usuários e ao fortalecimento da intersetorialidade, sobretudo por meio de programas como o Saúde na Escola². O agrupamento de palavras como “projeto”, “político” e “ético” reafirma o caráter crítico-reflexivo da profissão, que se posiciona diante das desigualdades sociais e defende transformações estruturais, em consonância com o projeto societário democrático e emancipatório defendido pela categoria.

Por fim, o *cluster* formado por “ação” e “coletivo” evidencia uma prática profissional comprometida com a mobilização social, a atuação junto a grupos e comunidades e a valorização do trabalho coletivo como caminho para fortalecer os sujeitos sociais. Assim, a análise de similitude, embora baseada em critérios estatísticos, é aqui interpretada sob uma abordagem qualitativa, permitindo compreender como determinados núcleos de sentido estruturam o discurso profissional do serviço social, expressando uma intencionalidade política, crítica e transformadora no contexto das políticas públicas.

Considerações finais

A partir das discussões feitas, foi possível constatar a importância do assistente social na área da saúde, uma vez que é o profissional habilitado para desenvolver ações educativas junto aos usuários do sistema de saúde, viabilizando o acesso a informações necessárias para garantir e/ou ampliar seus direitos, contribuindo, dessa forma, para a melhoria na qualidade de vida.

² O Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 2007, é uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação. O programa visa promover a saúde dos estudantes da educação básica por meio de ações como prevenção de doenças, vacinação, orientação sobre saúde bucal, nutrição e incentivo a hábitos saudáveis. Ele integra ações de saúde e educação no ambiente escolar, desenvolvendo políticas intersetoriais e incentivando a participação da comunidade escolar (Programa Saúde na Escola, 2025).

Considerando o perfil intervencionista do assistente social, ele é capaz de efetivar ações socioeducativas no processo de educação em saúde, por meio da socialização e democratização de informações/direitos, muitas vezes desconhecidas pelos usuários do sistema de saúde, o que favorece a prevenção do adoecimento da população.

Como discutimos, a saúde é resultado da articulação com outros fatores sociais como educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, cultura, trabalho, transporte, lazer, entre outros, não se reduzindo, portanto, somente à ausência de doenças, mas relacionado ao bem-estar, à qualidade de vida de forma geral e isso perpassa por acesso aos serviços essenciais, sendo, pois, possibilitado pela educação em saúde e com o desenvolvimento de ações estratégicas articuladas da atenção primária.

A educação em saúde é a forma mais eficaz de agilizar ações preventivas, através da veiculação de informações e, na medida do possível, educa a população sobre seus direitos, podendo proporcionar mudança de hábitos com vistas à transformação social. Para isso, são necessários profissionais que participem da gestão das políticas e possam lutar por políticas públicas e de qualidade.

Discutir sobre a presença do assistente social no campo da saúde torna-se fundamental como forma de diferenciar a especificidade de suas funções nessa área, bem como de dar visibilidade à sua presença e a importância do seu trabalho perante os preceitos da Reforma Sanitária e às diretrizes do SUS, para a qualificação dos serviços oferecidos aos usuários desse sistema de saúde.

Referências bibliográficas

- BENTES, S. M.; HONORATO, L. G. Serviço social na saúde: os parâmetros atribuídos aos assistentes sociais, uma referência a sua intervenção profissional. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 6, p. 735-746, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i6.5958>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.
- BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.
- BRASIL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Regulamentação da profissão do Assistente Social. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993a.
- BRASIL. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 set. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. *Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde (CaSAPS)*: versão

- profissionais de saúde e gestores (recurso eletrônico) Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
- BRAVO, M. I. S.; CUNHA, J. A. M. *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- BRAVO, M. I. S. *Serviço social Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. Rio de Janeiro, Cortez, 2004.
- CARTA DE OTAWA. In: *Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde*, I. 1986. Ottawa. Washington: OMS, 1986.
- CARVALHO, L. A. *Gênero e a saúde do assistente social que atua nos centros de referência especializados para pessoas em situação de rua*. 2023. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, 2023. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.579>.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política Saúde*. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, nº 2, Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: <https://11nq.com/PtyWd>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília: CFESS, 2022.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Assistentes sociais no Brasil: identidade e trabalho profissional*. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2009.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Projeto ético-político do Serviço Social: por que defendê-lo hoje?* Brasília: CFESS, 2011.
- COSTA, M. D. H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. *Serviço Social e Sociedade*, nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.
- FITTIPALDI, A. L. M.; O'DWYER, G.; HENRIQUES, P. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e200806, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.200806>.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/r6HHq>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- GOMES, J. F. F.; ORFÃO, N. H. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. *Saúde em Debate*, v. 45, p. 1199-1213, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113118>.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIMA, F. F. C. P. de. *A subalternidade profissional do/a assistente social: visibilidade nos serviços de saúde*. 2007. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2007.
- LOPES, E. F. B.; SIMÕES, E. A. P. Residência multiprofissional: determinantes sociais da saúde e suas demandas para o serviço social. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, v. 19, n. 1. (2020). DOI: <https://doi.org/10.36925/sanare.v19i1.1315>.

- LOPES, G. S. *Educação em saúde: possibilidades para assistente social*. 2002. 54f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- MARTINI, D.; DAL PRÁ, K. R. A inserção do assistente social na atenção primária à saúde. *Argumentum*, Vitória, v. 10, n. 1, p. 118–132, 2018.
- MOURA, B. A. B. O assistente social na política de assistência social: desafios do “fazer profissional” para a ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social & Realidade*, v. 27, n. 1, 2018. Disponível em: <https://11nq.com/9o1Pg>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Genebra: OMS, 2006.
- PROGRAMA Saúde na Escola. Gov.br – Ministério da Saúde, © 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- SALVADOR, P. T. C. de O., GOMES, A. T. de L., RODRIGUES, C. C. F. M., Chiavone, F. B. T., Alves, K. Y. A., Bezerril, M. dos S., & Santos, V. E. P. (2018). Uso do software iramuteq nas pesquisas brasileiras da área da saúde: uma scoping review. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 31. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.8645>.
- SALVADOR, J. D. D. L.; SALVADOR, M. B. L. *O assistente social na política de educação ambiental: modos de intervenção e instrumentais técnicos-operativos*. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão e Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, v. 3, n. 1, pp. e3120-e3120, 2019.
- SANTOS, M. A.; SENNA, M. C. M. Educação em saúde e serviço social: instrumento político estratégico na prática profissional. *Revista Katálisis*, v. 20, n. 03, p. 439-447, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p439>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- SOUZA, C. F.; HAURADOU, G. R. O serviço social em tempos de novo coronavírus: um relato do cotidiano na Atenção Primária à Saúde–APS. JIMPHC. *Journal of Management & Primary Health Care*, ISSN 2179-6750, v. 12, p. 1-21, 2020.
- SOUZA, M. M. C.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ocgQf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

Serviço social e gestão de unidades acadêmicas na perspectiva da gestão democrática

Social work and the management of academic units from the perspective of democratic management

Francine Helfreich Coutinho dos Santos*  

Resumo: O texto versa sobre os desafios colocados na gestão de unidades acadêmicas, subjacente à experiência na direção da Escola de Serviço Social de uma Universidade Pública, onde se problematiza os dilemas e estratégias construídos para a realização da gestão democrática que reitera a defesa da universidade pública ancorada, ainda, no projeto ético político do Serviço Social. Em tempos autoritários, onde o produtivismo atravessa a lógica da universidade, ainda assim encontram-se formas de gerir sobre outros prismas, conforme se conclui no artigo. Do ponto de vista metodológico, a produção é oriunda de uma experiência concreta no período de 2017 a 2021 que se articula com a revisão bibliográfica e se fundamenta na perspectiva crítica, dialogando com autores do campo marxista.

Palavras-chaves: Serviço social; Universidade pública; Gestão democrática.

Abstract: The text deals with the challenges posed by the management of academic units, based on the experience of running the School of Social Work which problematises the dilemmas and strategies built to achieve democratic management that reiterates the defence of the public university, anchored in the ethical and political project of Social Work. In authoritarian times where productivism permeates the logic of the university, there are still ways of managing from other perspectives, as the article concludes. From a methodological point of view, the production comes from participant research that is articulated with a bibliographical review and is based on a critical perspective that dialogues with authors from the Marxist field.

Keywords: Social work; Public university; Democratic management.

Introdução

Os elementos apresentados neste artigo foram sedimentados ao longo do processo em que ocupava a função de diretora de unidade acadêmica. Portanto, esse texto versa sobre reflexões e desafios postos na gestão subjacente à experiência recente, mais precisamente no período entre 2017-2021, na direção de uma Unidade Formativa Acadêmica (UFA).

* Universidade Federal Fluminense. E-mail: francinesantos@yahoo.com.br

Embora a administração universitária, em sua elaboração teórica e prática, venha sendo construída ao longo dos anos a partir da contribuição de diferentes gestores e pesquisadores; de forma genérica, as formulações frequentemente estão fundamentadas em lógicas gerenciais que passam ao largo do debate da democracia e da efetiva participação reivindicadas por movimentos e entidades da Educação.¹ Os gestores e estudiosos da área de distintas instituições e de diferentes países, que abordam a temática sobre as organizações de educação superior, apoiam-se substantivamente em questões que vinculam a “missão” das Instituições Federais de Ensino (IFE), que nem sempre se coadunam com a perspectiva de construção de uma educação omnilateral², nos termos apontados por Gramsci (2006).

Nas distintas experiências de administração/gestão³ de forma democrática, é consensual o quão essa tarefa é complexa, sejam experiências de gestão ou “autogestão”. Em se tratando de gestão no serviço público, nos deparamos ainda com a questão do “desfinanciamento” das políticas sociais, da burocratização dos serviços, da dificuldade de “gerir” pessoas, da precariedade das condições de trabalho e, ainda, da falta de reajustes salariais, o que torna ainda mais difícil administrar esses espaços.

Compreendendo que as atividades docentes sofreram uma multiplicidade de mudanças nos últimos anos, as quais se expressam no produtivismo científico, na mercantilização da educação e na intensificação do trabalho docente, pretende-se, através de uma revisão de literatura e da experiência concreta, vide a vivência como diretora em uma Unidade Acadêmica Formativa (UFA), problematizar os desafios, dilemas e estratégias construídas para a realização da gestão numa perspectiva que dialoga com a defesa da universidade pública. Portanto, a experiência em tela se dispôs a balizar suas ações na cultura crítica do Serviço Social brasileiro, o qual vem construindo a resistência da ação política e propondo a reflexão do agir ético-político, ancorado nos princípios e valores do Projeto ético-político que a profissão concebeu, bem como nos valores do movimento docente de ensino superior, tal como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) forja suas ações.

Para tanto, partimos do entendimento de que os desafios começam na formação, já que a baixa inserção profissional nos espaços de gestão se reflete tanto nas disciplinas quanto nos

¹ Para um exemplo de concepção distinta da qual esse texto se remete ver: Melo, Pedro Antônio de Melo; Meyer, Bernardo. *Administração Universitária em Tempos de Mudança: Novos Rumos e Desafios*. Curitiba: Apris, 2021. Ou ver os anais do CIGU – Colóquio internacional de gestão universitária organizado pelo INPEAU/ UFSC.

² A educação omnilateral se refere a concepção de uma formação humana integral, que abarque todas as dimensões do desenvolvimento do indivíduo, que se contrapõe a superar a visão limitada e fragmentada do trabalho e da educação sob o capitalismo, onde os indivíduos sociais sejam capazes de atuar de forma crítica e criativa em todas as esferas da vida social.

³ Usaremos Gestão como sinônimo de Administração.

estágios supervisionados, de modo que os estudantes se formam com pouquíssimo contato com este universo. Além do mais, toda a lógica mercantil que reverbera na universidade afasta gradativamente os docentes do anseio do universo da gestão, já que este espaço dificulta o cotidiano do exercício das atividades docentes.

Dentro deste liame, o texto se divide em dois momentos que estão relacionados entre si, a saber: o primeiro, em que trataremos do debate do trabalho de gestão realizado por assistentes sociais, considerando as concepções distintas que moldam as práticas com ênfase naquelas que dialogam com o projeto ético-político da profissão; e o segundo, em que situaremos o trabalho docente na experiência à frente da Direção de uma unidade formativa, problematizando os desafios e pontuando a dimensão política da experiência.

Do ponto de vista metodológico, o artigo parte de estudos bibliográficos, utilizando autores que se vinculam ao debate do ensino superior brasileiro, ao trabalho profissional e que dialogam com o campo da gestão democrática. Além disso, a observação participante constitui-se como elemento metodológico já que, mediante a experiência vivenciada, desenvolvemos alguns processos analíticos necessários e subjacentes ao debate da questão política e administrativa que atravessa o trabalho profissional no espaço da gestão.

O trabalho de gestão realizado por assistentes sociais, sua concepção e o projeto ético-político.

949

O trabalho de assistentes sociais na gestão de unidades formativas está previsto nas atribuições privativas desses profissionais, conforme consta no inciso VII do artigo 5º da Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, o qual dispõe: “VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; (CRESS 7ª Região, 2000, p. 33-4)”.

Trata-se de uma atividade de caráter predominantemente político, que, no caso das universidades públicas, pressupõe ainda o diálogo com um conjunto de legislações de ordem administrativa, o que exige do profissional não apenas conhecimentos teóricos, mas também habilidade política, capacidade de liderança e de administração.

Sabe-se que o debate sobre as instituições e o Serviço Social tem se configurado como um recurso didático-pedagógico fundamental na formação profissional de assistentes sociais, conforme Dahmer (2022) nos aponta. Contudo, a particularidade da gestão é atribuição pouco discutida no âmbito da categoria profissional. O lugar da gestão ainda é um espaço sócio-ocupacional pouco debatido e pouco explorado nos meandros da profissão, mas que se adequa à dinâmica da profissão, à medida que esta se modifica e se renova no tempo, bem como ao passo em que a mesma se posiciona criticamente no cenário acadêmico e político.

Embora o conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS) venha gradativamente lançando luz sobre esta temática, ainda precisamos avançar no amadurecimento das questões que atravessam o exercício profissional no âmbito da gestão. O CRESS/RJ, em 2023, lançou um número da revista *Práxis* (107) que versa sobre o tema⁴, e o conjunto CFESS/CRESS lançou, há alguns anos, alguns documentos, embora tenha enfatizado apenas o âmbito da saúde, a saber: *O Serviço Social em hospitais: orientações básicas* (CRESS, 2003) e *Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Saúde* (CFESS, 2010), em que se problematizou o significado social das experiências das chefias.

Em geral, as experiências em gestão de unidades formativas nas universidades públicas decorrem de processos eleitorais, em que, através de consulta pública que envolve toda a comunidade acadêmica (professores, funcionários e estudantes), se elegem chapas, geralmente compostas por diretor e vice-diretor. Ocorre que, mesmo que a formação profissional ofereça os conteúdos para o desenvolvimento dessa função, são inúmeros os desafios que o cotidiano revela, a começar pelo excesso de demandas administrativas até a necessária habilidade política no trato com as reitorias e com os servidores públicos e, principalmente, a indispensável atenção às determinações oriundas da conjuntura nacional, que incidem, enfaticamente, na política educacional de ensino superior e moldam o cotidiano acadêmico.

De acordo com o texto das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, é no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira que se encontra o debate sobre os modelos de gestão, assim como são nas disciplinas de Políticas Sociais e na disciplina de Administração e Planejamento em Serviço Social que aparecem os principais conteúdos para o exercício profissional, a saber: (1) Política Social: As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. (...) (ABESS, 1996, p. 18); (2) Administração e Planejamento em Serviço Social: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais; (3) Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. (4) Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social (ABESS, 1996, p. 18).

Embora não tenhamos uma precisão numérica quanto aos profissionais que ocupam cargos de gestão, ou melhor, cargos de direção de unidades, compartilhamos as reflexões de Almeida (2009) ao problematizar a importância das funções desempenhadas pelas assistentes

⁴ Para mais informações ver Revista *PRAXIS*, n. 107, ano 2023 - CRESS/RJ, com uma interessante entrevista da assistente social e gestora, Dra. Gleyce Figueiredo.

sociais vinculadas ao magistério, à direção de unidades formadoras e à supervisão de estágio. Sobre o assunto, o autor nos diz que:

Ocupam um lugar de destaque tanto no âmbito da produção de conhecimentos e da proposição dos perfis e projetos profissionais que orientam a formação de novos assistentes sociais como na reprodução de determinadas práticas, valores e modos de relacionamento com as expressões da questão social e suas formas de enfrentamento. Constituem desse modo, funções importantes na dinâmica de produção do Serviço Social como uma instituição que se modifica, se renova e se posiciona no cenário acadêmico e político, como também na objetivação das próprias condições e processos institucionais necessários à continuidade da profissão (Almeida, 2009, p. 629).

Contudo, mesmo que consensual a sua importância, temos aqui um espaço repleto de contradições, desafios e intempéries. Embora exista todo um discurso acerca da importância da gestão na educação, esse debate não foi consolidado no âmbito da profissão: nem sobre “gestão” propriamente dita e nem mesmo em aportes teóricos que subsidiam as práticas nesses espaços. Uma recente pesquisa utilizando diferentes Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de cursos de Serviço Social no país revelou a resistência em se reconhecer a atribuição da gestão no âmbito do trabalho de assistentes sociais.⁵

Nas análises da pesquisa de Benevides (2017), tal questão se justificaria por dois motivos: o primeiro diz respeito ao desconhecimento dos conteúdos sobre gestão, conforme apresentado nas Diretrizes Curriculares; o segundo consiste na questão de caráter ideológico que permeia a compreensão das finalidades da gestão no Serviço Social, como se a gestão reproduzisse de forma automática a lógica capitalista, fato que interfere diretamente no reconhecimento da gestão como atividade inerente ao trabalho de assistentes sociais, incluída no rol das competências desses profissionais, e como instrumento de trabalho no cotidiano.

Para Benevides (2017), a resistência em reconhecer a gestão no Serviço Social está ligada a questões ideológicas, sob as quais se resume a gestão apenas a estratégia e instrumento de reprodução das relações sociais capitalistas, a partir da perspectiva da dominação de classes. Tal posicionamento, sob a ótica da pesquisa realizada, tende a contribuir para a negação da gestão no Serviço Social. De fato, em uma sociedade cindida em classes sociais, “a determinação principal da administração capitalista é mediar a produção da mais-valia e viabilizar a dominação fundante do capitalismo, seja na esfera da produção ou no âmbito da reprodução social” (Benevides, 2017, p. 70). Conforme Vitor Paro (2012, p. 60),

No processo de produção capitalista, o comando está nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Esse comando se reflete na superestrutura política, jurídica, e ideológica, que se organiza com vistas ao domínio da classe capitalista, detentora do poder econômico, sobre o restante

⁵ Para mais informações ver Benevides e Lima (2023).

da população. A administração, ou a utilização racional de recursos para realização de fins, adquire, na sociedade capitalista, como não podia deixar de ter, características próprias, advindas dessa situação de domínio.

Entretanto, o caráter contraditório das relações sociais também possibilita que relações “contra-hegemônicas” possam ser forjadas mediante a construção de processos democráticos, já que a sociedade não é estática e está sendo construída por sujeitos que possuem finalidades em suas ações, e podem realizá-las com objetivos emancipatórios e progressistas. Nesse sentido, ainda de acordo com o mesmo autor, a atividade administrativa é “[...] compatível tanto com um projeto revolucionário, de superação da estrutura social vigente, quanto com forças conservadoras interessadas em manter a estrutura [...]” (Paro 2012, p. 43).

De fato, o estudo da temática ainda é incipiente, ao passo que é necessário. Na atualidade, as experiências de gestão democráticas vêm sendo apropriadas por uma racionalidade que enfatiza os modelos de gestão com finalidade de alavancar o processo de produção de valor, se aproximado de uma linha de atuação que pouco tem de democrática em suas práticas. Tal apropriação “semântica” possibilita que tanto gestões centrais de universidades quanto movimentos sociais da educação levanten a mesma bandeira, num primeiro momento, mas a oposição de suas respectivas ações, interesses e perspectivas acaba por serem revelada.⁶

Dito isto, compreendendo a administração como uma ciência, e sistematizando o conhecimento obtido por meio de uma racionalidade instrumental, é sabido que historicamente o tipo de racionalidade hegemônica nas formas de administrar e fazer gestão coincide com o desenvolvimento das forças produtivas, o que nos demanda tratar aqui, mesmo que de forma breve, as diferenças na maneira de se fazer gestão, para que possamos chegar à forma que reivindicamos e alinhamos nossa experiência empírica.

Embora neste estudo não pretendamos nos debruçar sobre a Teoria Geral da Administração, e muito menos sobre os modelos gerenciais que orientam a gestão do trabalho nas políticas sociais e nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social no âmbito da Administração Pública, cabe-nos recorrer a algumas características sobre as formas de gestão mais comumente estudadas. As reflexões realizadas sobre a administração construídas por Paro (2012) concebem a gestão como atividade exclusivamente humana. O autor atenta que nos diferentes modos de organização social a atividade administrativa esteve presente por ser determinante na vida em sociedade.

⁶ Para citar aqui as distinções de compreensão sobre o conceito, vale destaque às produções dos intelectuais Liberais como Alexis Tocqueville, Jean-Jean Jacques Rousseau e adeptos ao socialismo democrático como Rosa Luxemburgo, Antônio Gramsci, Poulantzas, entre outros.

Paro (2012, p. 25) aponta que é possível captar os elementos que em sua existência concreta são determinações históricas e características de um dado modo de produção. Compreende atividade administrativa em seu sentido amplo, independentemente de qualquer tipo de sociedade, afirmando que a administração “[...] é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (Paro, 2012, p. 25). Ou seja, ele quer dizer que somente o homem é capaz de exercer o trabalho, em seu sentido mais geral e abstrato, como “atividade orientada a um fim” (Marx, 1983, p. 150).

Dentro dessa compreensão, é possível afirmar que tanto a modalidade de gestão administrativa, quanto a modalidade de gestão capitalista e a modalidade burocrática situam-se no mesmo lado, isto é, no mesmo campo teórico, visto que a administração apresenta uma perspectiva funcional da gestão, compreendendo-a como atividade científica a partir da ciência moderna e, portanto, entorpecida pela racionalidade instrumental que, por sua vez, é conveniente ao desenvolvimento e avanço do capitalismo.

Nessa esteira argumentativa, a administração é reconhecida como prática científica a partir do advento da Revolução Industrial e seus consectários. Contudo, a perspectiva administrativa capitalista, que representa a racionalização do pensamento administrativo burguês, “manifesta-se na passagem do capitalismo comercial para sua fase industrial” (Braverman, 1977, p. 61). Ela nasce do processo de criação da gerência capitalista enquanto estratégia de ampliação de lucros e, concomitantemente, do desenvolvimento do controle do processo produtivo e de trabalho do controle sobre os trabalhadores, contribuindo, sobremaneira, para a conformação das relações sociais, que reproduzem a lógica de exploração da classe trabalhadora.

No que tange à perspectiva burocrática de gestão, esta se sustenta nos fundamentos da burocracia estudados por Max Weber (1864-1920). O alemão entende que a burocracia seria um tipo de poder situado na mesma categoria do patriarcalismo, patrimonialismo e feudalismo, e que versa sobre uma configuração de relação social da sociedade moderna, inevitável no âmbito do Estado, e condição sem a qual o mesmo não pode existir.

A administração burocrática “estrutura-se na racionalidade formal-legal” que se expressa na legalidade das normas, dos regulamentos e da divisão do trabalho, formalismo, previsibilidade, impessoalidade, hierarquia, padronização, competência técnica, profissionalização e especialização da administração para buscar meios racionais e legais, em alinhamento aos objetivos e características institucionais, visando promover o pleno funcionamento da organização/instituição.

Em síntese, esta concepção consiste no processo de gerenciamento dos objetivos organizacionais a partir da racionalidade técnica e instrumental. Em tal condição, o foco está direcionado para o afiançamento da adequação dos meios aos fins determinados, sempre com a finalidade de garantir a máxima eficiência na realização dos objetivos das instituições, seja no campo da produção ou da reprodução social. Desse modo, na sociedade capitalista, tende-se a promover processos administrativos que viabilizem as finalidades do capital, a produção, acumulação e apropriação privada da riqueza produzida.

Ressalta-se, ainda, que as formulações elaboradas por Frederick Taylor, Henry Ford e Taiichi Ohno nem sempre foram implementadas de igual modo. Elas apresentaram variações relacionadas aos distintos territórios e à forma das mobilizações de resistência dos trabalhadores organizados. Assim sendo, podemos depreender que as perspectivas de gestão administrativa, capitalista e burocrática encontram-se em um mesmo “campo” ideológico e político, em que prevalece o interesse do grande Capital.

No lado oposto, a perspectiva de gestão democrática e emancipadora vêm sendo estudada por autores, especialmente, por Vitor Paro (2012), que é uma referência para os estudiosos da área da educação, sobretudo para aqueles que estudam a gestão da educação básica. O autor tem como eixo o ser humano. Em sua visão ontológica, na gestão democrática e emancipadora, o ser humano não é concebido como recurso, mas como fim da atividade administrativa, isto porque “considerar o homem como fim, implica em tê-lo como sujeito e não como objeto no processo em que se busca a realização de objetivos” (Paro, 2012, p. 32).

E para ampliar o debate - já que vivemos em uma sociedade complexa e dinâmica -, temos ainda a gestão social e suas variações, quais sejam: gerência social, gerência de programas sociais, gestão de políticas sociais, que vem se constituindo como espaço de trabalho profissional. Segundo Filho (2009, s/p) “o termo gestão social, portanto, ganha relevância numa conjuntura hegemonizada pelo pensamento neoliberal. Dessa forma, incorpora critérios economicistas de mercado para redefinir o formato de gestão pública para a área social”. Ou seja, trata-se de uma modalidade de gestão que, em certa medida, encontra algum espaço para ações contra hegemônicas, mas cujo termo e sentidos estão em disputa.

Em consonância com Iamamoto (2019), nós, assistentes sociais brasileiras(os), vimos construindo, coletivamente, há quarenta anos um projeto ético-político profissional, o qual é,

fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da democracia, dos direitos humanos e sociais com opção privilegiada pelos interesses do conjunto dos trabalhadores. Tais princípios éticos, indissociáveis da “grande política” em termos gramscianos, imprimem nortes ao trabalho de assistentes sociais brasileiros e reverberam nos requisitos acadêmicos, técnicos e políticos à sua condução, envolvendo o zelo pela qualidade dos serviços

prestados e a identificação com os interesses das classes subalternas. (Iamamoto, 2019, p. 3)

Pode-se dizer, dessa forma, que na elaboração expressa do projeto profissional, há o reconhecimento do conceito e das práticas de gestão que tenham como horizonte a construção de uma nova ordem societária. Isto porque não é possível pensar em uma sociedade isenta de formas de dominação, desconsiderando uma perspectiva de gestão que parta dos interesses coletivos das classes subalternas.

Paro (2012, p. 24-25) afirma que

situar a administração em uma perspectiva democrática e emancipatória, com fins para a transformação da sociedade, implica uma dimensão ético-finalística, que tenha por objetivo atender aos interesses coletivos da classe trabalhadora.” Suas reflexões nos permitem fazer um paralelo de um dos princípios do nosso código de ética, qual seja, “a defesa do aprofundamento da democracia” [...] com o horizonte da “socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Considerando os tempos recentes, nunca foi tão importante reivindicar a democracia dentro e fora da Universidade.⁷ A isto se deve o fato de que, recentemente, o Brasil e vários países passaram por experiências marcadas pelo ultraneoliberalismo, onde governos de direita com características autoritárias e fascistas reiteram o corte de direitos e de garantias e a lateralização da educação pública.

Neste sentido, a concepção de gestão democrática e emancipadora se propõe a “efetivar e ampliar o acesso da classe trabalhadora aos direitos historicamente conquistados” (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 72), sendo, pois, especialmente necessária nos tempos em que vivemos.

O ataque à autonomia universitária - direito conquistado através da Constituição Federal de 1988 - tornou-se fato comum no governo Bolsonaro (2019-2022). Durante o seu mandato, 55 universidades fizeram consultas às suas comunidades acadêmicas e formaram listas tríplexes para viabilizar seus respectivos processos eleitorais. Contudo, foram percebidos 28 episódios de intervenção do governo nesses processos, o que significa dizer que ferir a democracia foi fato comum naquele governo, contrariando frontalmente as diretrizes construídas pelo ANDES-SN. No que se refere ao debate sobre democracia interna, o referido Sindicato assimilou ao longo dos anos que:

a democracia é indispensável para a universidade cumprir sua função social, mas que isso não será suficiente se o trabalho acadêmico não se referenciar na própria sociedade e em políticas públicas efetivamente populares para a

⁷ Democracia aqui entendida como “presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social” (Coutinho, 1997, p. 145).

educação (ANDES, 1981, p. 26).

Neste contexto, a gestão democrática se caracteriza não só por uma dimensão ideopolítica, mas também pela sua dimensão ético-política, pois prioriza escolhas e decisões na condução do processo de trabalho que visam alcançar os fins ou interesses dos sujeitos numa direção que se coadunem aos coletivos. No caso, o viés democrático e emancipador da gestão busca “sempre aproximar estas finalidades a um processo que amplie e universalize as condições de vida das classes subalternas atingidas pelas ações da organização” (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 74).

Tratando-se da especificidade da área de conhecimento, conforme é sabido, o Serviço Social é uma das poucas profissões que, em suas organizações e posicionamentos ético-políticos, se coaduna com valores e princípios humanizadores, que apontam para a superação dessa estrutura social posta e, por conseguinte, para a contraposição de toda forma de exploração e opressão, bem como que reitera democracia e liberdade como valores centrais. Daí a necessidade de dialogar com concepções de gestão que partilhem dos mesmos princípios, mesmo que saibamos que a democracia propriamente dita é inviável no capitalismo, já que a “concepção conservadora, mais identificada com o senso comum educacional, advoga métodos e princípios idênticos aos aplicados na administração empresarial” (Paro, 2010, p. 763) cooptando sutilmente corações e mentes.

Nos últimos anos, a conjuntura brasileira nos exigiu, diante da correlação de forças, a intensificação da pauta social e da defesa da democracia. Perseguir a democracia tornou-se tarefa central daqueles que acreditam que outro mundo é possível. E, em alinhamento com uma das obras mais polêmicas e importantes de Coutinho (1980), a “renovação democrática do conjunto da vida nacional” não pode ser vista como um elemento tático, mas sim como “conteúdo estratégico” da revolução.

O trabalho docente e os desafios da atuação de assistentes sociais na gestão acadêmica – a experiência em tela

Conforme já mencionado, a experiência em questão teve início em 2017 com uma proposta explícita de concepção de universidade norteadas por princípios democráticos, que foi apresentada no programa da chapa intitulada “Seguindo na Luta: por uma gestão democrática em defesa da universidade pública para a direção da Escola de Serviço Social de Niterói – Gestão 2017-2021”.

Esta proposta significou, no âmbito da escola de Serviço Social, não apenas um passo importante na abertura de diálogo com diferentes grupos que compõem o quadro docente, como

também uma nova configuração na relação com os gestores da administração central da reitoria, a qual, também à época, sofreu mudanças, favorecendo, assim, a construção de relações de cooperação, em meio a um cotidiano marcado pela permanente interlocução com a comunidade interna.⁸

Todavia, o cenário que se abriu no período, com o governo de Jair Messias Bolsonaro (2017-2022) e a crise sanitária decorrente da Pandemia de Covid-19, repercutiu de forma singular na gestão da Universidade. Trata-se de um período atravessado por todas as intempéries da Covid-19 e por uma democracia frágil e ameaçada. Agregado a isto, o governo expressou um descaso total com as mais de 700 mil vidas perdidas no país. De forma similar, manifestou seu desprezo pela vida de crianças, adultos e profissionais da educação, ao tentar, reiteradas vezes, aprovar medidas de retorno às aulas presenciais sem as mínimas condições sanitárias devidas ao contexto pandêmico (Helfreich *et al.*, 2021).

O período da experiência significou uma profunda regressão de conquistas civilizatórias. No que tange às políticas educacionais, o governo federal impôs uma série de cortes para a educação pública, embora alguns já houvessem iniciado a supressão de verbas antes mesmo da sua gestão, principalmente, após a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, que versa sobre teto de gastos do orçamento federal, o qual veda novos investimentos para as áreas que asseguram direitos sociais, como educação, assistência social e saúde.

Imperioso destacar que, durante o governo Bolsonaro, a produção do conhecimento e a universidade pública foram caracterizados da pior forma possível nos diversos pronunciamentos do presidente e de outras figuras importantes do governo. Estes trouxeram sérias implicações para a universidade, desencadeando um dos piores momentos da quadra histórica.⁹

Sua proposta para a educação superior pública, expressa no fracassado projeto “Future-se”¹⁰, veio acompanhada de uma intensa perseguição a professores e estudantes comprometidos com a pesquisa científica e com a construção do pensamento crítico, mediante a ameaça aos mesmos e às organizações estudantis e sindicais. Significativos foram os prejuízos às

⁸ No início da gestão tínhamos na reitoria o professor Sidney Mello (2014-2018), muito conhecido pela sua ausência e esvaziamento dos Conselhos Universitários e, também, pela indiferença com o movimento docente e as pautas dos setores progressistas da universidade. No período de sua gestão, ocorreu uma greve de aproximadamente 3 meses de duração, e o mesmo não recebeu o Comando de Greve, o que reforçou as marcas negativas deixadas na sua relação com a comunidade acadêmica.

⁹ Cabe salientar que, contraditoriamente, o reitor embora tenha apresentado as contas da universidade, expondo dúvidas e dificuldades de mantê-las, em 2019, ao fim da Pandemia, numa entrevista, pronunciou a liquidação das dívidas e a redução das despesas, além de captação de novas receitas. Para mais informações cf. Nóbrega (2021).

¹⁰ Metaforicamente, o projeto “Future-se” é explicado por estudiosos como o “Future-se” das Instituições de Ensino Superior Pública do país, com base na venda direta e irrestrita da educação superior pública. Para mais informações ver Projeto de Lei n.º 3.076/2020 (Câmara dos Deputados, 2020).

universidades públicas, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), dificultando as pesquisas e as produções científicas.

Desde que assumiu a presidência da República, Bolsonaro atribuiu uma verdadeira depreciação à educação. Em se tratando de números, em 2019, o governo federal cortou cerca de R\$ 5,8 bilhões na educação. O decreto federal n.º 9.741, de 29 de março de 2019, contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019.

Em meio a uma conjuntura que se modificava a cada dia, a Educação Pública, especialmente entre os anos da gestão, teve os seus investimentos globais diminuídos; como exemplo a que reduziu drasticamente os recursos para as universidades¹¹. Só no período da experiência, o reitor anunciou por duas vezes – em 2019 e em 2021 – a dificuldade em manter a universidade em pleno funcionamento. A Universidade em questão junto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) receberam cortes por motivos ideológicos, sob o frágil fundamento utilizado pelo Ministro da Educação da época de que teriam obtido “fraco desempenho”. No entanto, além de não ter tornado público os critérios para tal conclusão, o referido argumento foi derrubado, posteriormente, já que as pesquisas evidenciaram justamente o contrário.

Esse foi, portanto, o cenário na qual a experiência ocorreu: em meio à maior crise sanitária da história recente com impactos econômicos, políticos e sociais, que afetou toda a humanidade - a COVID-19, e que, por consequência lógica, impactou diretamente a Universidade e a Escola de Serviço. As aulas on-line, caracterizadas como “ensino remoto”, tornaram-se rotina, a partir do uso intensificado de tecnologias, tendo gerado um excesso de atividades virtuais, dentre elas, reuniões, palestras, atividades de ensino e de pesquisas, cursos de extensão, reuniões dos Conselhos de Ensino e Pesquisa, Assembleias docentes e, até mesmo, formaturas.

A universidade em questão e as demais universidades brasileiras sofreram a implantação “forçada” do Ensino Remoto Emergencial (ERE), e experimentaram os dissabores do trabalho remoto e suas nefastas consequências.¹²

Conforme as análises de Costa, Farage e Silva (2021, p. 228),

essa modalidade de educação, a partir da mediação tecnológica, provocou um rebaixamento da qualidade de ensino, é considerada pelo capital como uma forma de reduzir custos, certificar em larga escala e esvaziar o sentido pleno do processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo uma perspectiva

¹¹ Para mais informações ver Mourão (2021).

¹² Para informações mais aprofundadas sobre o assunto ver Costa *et al.* (2020).

educacional de adaptação à ordem e ao estabelecido que se encontra e fortalece a perspectiva anti-ciência da extrema direita em ascensão.

Esse fenômeno também colocou em evidência um quadro de desigualdades sociais que se intensificou na realidade brasileira e que, no espectro aqui abordado, refere-se à ausência de condições de acesso igualitário a essas tecnologias pela totalidade da comunidade acadêmica. Isto acabou produzindo um distanciamento expressivo daqueles que não conseguiram, por diversos fatores, acessar a internet. Essa nova realidade impactou significativamente as relações de trabalho em todo país, trazendo alterações relevantes nas rotinas dos núcleos familiares e no cotidiano laborativo das Universidades.

Pode-se dizer, assim, que uma série de mudanças ocorreu na educação a partir dessa nova conjuntura, o que ensejou uma verdadeira alteração da forma ser-essência da educação, conforme os autores acima analisaram. E, obviamente, o cotidiano daqueles que ocuparam cargos de gestão no período piorou muito, tendo lhes sido atribuídas atividades que foram desde o estabelecimento de regras para distribuição de equipamentos para o trabalho remoto, até a construção coletiva de documentos e protocolos para o retorno seguro às aulas.

Agregado às questões relativas à pandemia, é consenso que ocupar espaços de gestão não é algo simples, como falamos nas linhas iniciais. Caso, caso listássemos as ações profissionais no âmbito da gestão de unidades acadêmicas poderíamos encontrar o planejamento e a avaliação das ações, a criação de estruturas organizativas dos serviços, a gestão dos recursos destinados as unidades (no caso da Escola de Serviço Social); a busca pela melhoria das condições de trabalho considerando a subordinação à administração central da Universidade, a elaboração de projetos para captação de recursos; a mediação de questões conflituosas e divergentes diante dos setores, a presidência e ou composição de inúmeros colegiados e comissões assim como a reafirmação dos valores e princípios que fundamentam a profissão no âmbito da Unidade. Mas, afinal, quais são os desafios impostos para a gestão no trabalho docente? Por que é tão raro, no âmbito das universidades, que os docentes optem por estar nesses espaços? São inúmeras as questões que poderíamos levantar aqui, contudo, a experiência nos mostrou algumas pistas para responder a essas questões aparentemente retóricas.

Talvez, primeiramente, porque exista um produtivismo acadêmico¹³ e uma importante intensificação do trabalho docente, que gera um gradativo distanciamento dos docentes dos

¹³ O produtivismo acadêmico pode ser compreendido como uma forma de se fazer pesquisa onde os docentes e pesquisadores são impelidos a produzir artigos em tempo e quantidade desproporcional para que possam se manter em seus respectivos programas de pós-graduação. Trata-se de uma prática nociva, mas muito comum no meio acadêmico.

espaços coletivos de debates, seja no âmbito dos colegiados, que determinam o funcionamento da universidade, seja nos espaços de construção e organização coletiva, como o sindicato. Esse fato é nítido. São poucos os docentes que participam dos espaços coletivos de deliberação, que se colocam à disposição para construir chapas para os colegiados de curso e unidade, e que se oferecem espontaneamente para compor comissões.

Tais posturas dificultam e muito a ampliação dos processos de participação. Note-se que o que queremos aqui não é uma busca por “culpados”, mas destacar o quanto a cultura política da universidade vem se modificando. Muito embora a democracia esteja aposta nas letras da lei, a participação democrática deve se dar espontaneamente, sendo antes um processo histórico, uma construção coletiva onde “coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública” (Paro, 1986, p. 46). Mas, como garantir democracia sem participação? Essa é uma pergunta que ressoa, pois não se trata de uma questão individual, mas de uma característica da sociabilidade contemporânea, em que,

a sociedade capitalista caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção, com a dispersão espacial e temporal do trabalho, até a destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes (Chauí, 2006, p. 324).

Outro elemento que gera esse afastamento está ligado à lógica empreendedora que permeia a universidade pública, onde cada qual busca seu edital, via recursos internos e externos à Universidade para o fomento de suas próprias pesquisas.

A redução de recursos públicos também vem contribuindo para esse movimento, intensificando a competitividade entre colegas, sobretudo, nas pós-graduações. Guardadas as suas particularidades, as unidades acadêmicas que não possuem cursos tanto *lato* quanto *stricto sensu* com cobrança de mensalidades recebem um baixo valor de Livre Ordenação¹⁴, o que pressupõe que os docentes dessas unidades busquem individualmente seus próprios meios para adquirir insumos para suas pesquisas.

Além disso, é perceptível o irrisório desejo ou mesmo a ausência de estímulo subjetivo do docente de ocupar espaços administrativos, já que a gestão é vista como uma dimensão do trabalho enfadonha, que consome tempo, reduzindo possibilidades para seus estudos que, em tese, é o que realmente é levado em consideração para os processos de progressão na carreira e de aquisição de bolsas e editais externos. Em alguma medida, essas questões vão capturando o

¹⁴ A Livre Ordenação é o recurso de periodicidade anual para que, através das verbas de custeio (material de consumo e contratação de serviços) e das verbas de capital (materiais permanentes, computadores e mobiliários), se possa garantir o funcionamento das unidades acadêmicas. Sua forma de utilização é aprovada nos Colegiados de Unidade, assim como sua prestação de contas.

interesse do professor de preencher esses cargos e, gradativamente, minando o projeto de universidade pública, o que gera, naturalmente, uma forma de mercantilização, que já está em curso. Ou seja, a universidade vai sendo absorvida pela lógica empreendedora mercantil, compondo o que os estudiosos chamam de um “novo *ethos* acadêmico”.

Em síntese, ao passo que não se tem uma adesão ao projeto das universidades tal como o que ocorreu na Europa com as universidades que aderiram ao Tratado de Bolonha¹⁵, a universidade brasileira vai sendo gradativamente deteriorada e a privatização se desenvolve sob outros moldes: diferente, mas dialeticamente igual.

São muitas as atividades administrativas que compõem o conjunto de atribuições na gestão. Elas vão do controle da frequência dos técnicos administrativos à manipulação de dezenas de sistemas informatizados que organizam e gerenciam os serviços da universidade, tais como: sistema de bolsas de estudos (SISBOL), de controle de ponto de servidores, de manutenção e reparos, de patrimônio, Sistema de Bens Ociosos (SIGEBOC), de solicitação de transporte (SISAUTO), e de administração de compras (SIA Compras), os quais, ao mesmo tempo em que facilitam o ordenamento dos processos, demandam mais tempo na frente das telas, o que acaba por gerar um distanciamento da construção da política interna da Unidade.

Em tese, nenhum docente faz concurso para ser um “gestor”, mas sim para ser “professor”. As atividades intrínsecas à gestão pressupõem o conhecimento da totalidade da universidade do ponto de vista político, administrativo e acadêmico, sem o qual é substantivamente difícil realizar uma gestão de qualidade.¹⁶ Aqui, destacamos a importância do servidor técnico-administrativo lotado na secretaria das unidades, que assume, na maioria das vezes, um protagonismo à frente das questões ligadas à manipulação dos sistemas, equipamentos e recursos humanos – quase sempre sem gratificação, como foi o caso da nossa experiência, em que pese ter havido muitas movimentações em prol de que o servidor fizesse jus à mesma.

Vale esclarecer que esse excesso de atividades administrativas e burocráticas não é exclusivo do cotidiano de gestores, mas também está presente na rotina dos demais docentes da universidade. Na verdade, esse conjunto de elementos só demonstra o que vem se tornando o

¹⁵ O Tratado de Bolonha é um acordo entre os Ministros da educação de 29 países europeus com o objetivo de fortalecer e fomentar a educação superior na Europa. Significou uma mudança importante na forma de gerir as universidades, na construção dos currículos (em 3 graus) e nas alterações da carreira docente. Para uma análise mais aprofundada e crítica ver: Santos e Melo (2019) e Duarte (2009).

¹⁶ Destaco que a universidade através da escola de Governança em Gestão Pública, elaborou dois cursos importantes à época para os/as diretores(as) de Unidade Acadêmica, quais sejam: "Apresentação UFF: atribuições do(a) Gestor(a) e Gerenciamento da Unidade Acadêmica" e "Gerenciando a Unidade: gestão interna, institucional e externa". Para mais informações ver: <https://eggp-ava.vr.uff.br/login/index.php>.

cotidiano da educação nos países da América Latina, em que os ataques à universidade pública a desestruturam e fazem com que os docentes não tenham mais interesse em assumir cargos de gestão e/ou construam em coletividade o seu cotidiano, esvaziando-a.

Outrossim, para além dos elementos administrativos, há uma dimensão política que é central para que a gestão das unidades avance. Trata-se do necessário envolvimento com a política universitária para a construção de mediações capazes de criar um denominador comum entre as partes diante de tantas disputas no âmbito interno e externo da universidade. Isto porque as diferenças e interesses antagônicos revelam-se a partir da premissa de que esse trabalho é desenvolvido num meio social que o determina, e diante do qual se tem que fazer opções e tomar decisões no cotidiano universitário, levando em consideração, todavia, o local em que a unidade está fisicamente situada e politicamente inserida.

No caso, ser político, como afirma Heller (1982, p. 55), “é tomar partido, não ficando indiferente diante das opções” quase sempre antagônicas: de um lado temos a universidade, que é gerida por práticas e princípios próximos com a “racionalidade empresarial”, mas que ergue a bandeira da gestão democrática para fazer jus à sua base legal (Constituição Federal e LDB); e de outro lado, a gestão de unidade (de serviço social), que prima por uma por uma administração efetivamente democrática a serviço de uma concepção de universidade que seja realmente pública e gratuita, cujos serviços precisam ser prestados com qualidade, o que colide com o tipo de gestão hegemônica presente na maioria das reitorias.

Dessa maneira, pode-se afirmar junto com Yazbek (2014) que o curso de Serviço Social é tensionado pela necessidade de formular mediações políticas e ideológicas, evidenciadas, sobretudo, por ações de resistência e pela constituição de alianças estratégicas no extenso campo da política, justamente por se tratar de uma profissão que demarca no seu próprio código de ética e no conjunto das resoluções das instituições representativas da categoria profissional o seu lugar político no mundo.¹⁷

Pensando nas particularidades da Escola de Serviço Social da referida universidade, esta unidade registra inúmeras ocorrências da política de resistência. A história da referida Escola, nos seus 76 anos, sempre foi balizada pelas movimentações políticas e pelo enfrentamento a projetos de autoritarismo, a exemplo das lutas contra reitorias autoritárias, contra governos fascistas e prefeituras oportunistas, além das disputas dentro dos espaços institucionais, especialmente na resistência contra os cursos pagos, contra o ensino à distância e a favor da autonomia universitária. Para exemplificar, a Escola de Serviço Social realizou

¹⁷ O Código de Ética da profissão deixa explícita a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária no seu oitavo princípio fundamental.

centenas de questionamentos às formas de avaliação da administração central e às práticas internas. Contudo, os questionamentos produzidos não se restringiram a produção de críticas, mas dezenas de docentes que passaram pela unidade, compuseram o quadro de gestores do sindicato de docentes da universidade e engrossaram as fileiras dos movimentos sociais, atuantes em projetos de extensão críticos, e ativistas da profissão que se posicionam contra as crises do sistema e suas formas distintas de expropriação do fundo público.

Em síntese, a (ESS) sempre se posicionou criticamente diante das questões e disputas colocadas em torno do Estado e de sua política para o ensino superior. Valendo-nos das reflexões de Souza (2019, p. 6), “historicamente ao consolidarmos posicionamentos ético-políticos e efetivarmos a nossa opção teórico-metodológica em consonância com um projeto societário, passamos a legitimar valores que possuem uma direção social” e, nesse sentido, a demarcar a nossa concepção de mundo, de sociedade e de universidade mesmo com todos os percalços e as intercorrências que a conjuntura nos impõe.

Assim, desafiada por todas as questões supramencionadas, a experiência da gestão deixou alguns feitos importantes, que vai desde a compra de um novo elevador para a escola, fruto de recurso de emenda parlamentar¹⁸, até o estabelecimento de uma cultura de encontros sistemáticos com funcionários para dirimir os problemas cotidianos, assim como com os grupos de professores que estão à frente das coordenações (curso, departamento, pós-graduação).

963

Considerações finais

Ainda que de forma inconclusiva, deixamos aqui brevíssimas considerações, que devem ser debatidas e ampliadas, na busca de fortalecer uma das atribuições do Serviço Social, que é a gestão. Para tanto, destacamos a importância de que os (as) assistentes sociais que atuam na direção de unidades acadêmicas das Escolas de Serviço Social balizem suas ações tomando por princípio a concepção de gestão democrática e participativa contida na Constituição Federal de 1988. No caso em tela, ao aderirmos e coadunarmos com, bem como uma concepção de universidade pública gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e, sobretudo, que tem como horizonte os valores expressos no projeto ético-político da profissão e nos posicionamentos políticos construídos coletivamente pelo ANDES-SN e pelo Conjunto CFESS-CRESS, compreendemos que, desta forma é possível avançar rumo a uma perspectiva de gestão realmente democrática.

¹⁸ A Escola de Serviço Social da UFF recebeu via emenda Parlamentar, da ex-aluna e Deputada Federal, Talíria Petrone, o recurso destinado à compra de um novo elevador para a ESS.

Encerro essas linhas de reflexão dialogando com Miguel Arroyo (2008), importante intelectual brasileiro, que, ao pensar os processos democráticos no âmbito da educação, enxergou a existência de um grande avanço na democracia com a participação efetiva dos sujeitos nos processos educacionais, mas também identificou uma acomodação da referida participação, quando da institucionalização das práticas democráticas. Assim como Arroyo (2008), acreditamos que é preciso resgatar a radicalidade política da gestão democrática no âmbito no ensino superior para que seja possível resistir às incidências do rentismo e às formas de privatizar a Universidade Pública.

Em relação aos debates acima referidos, embora a assertiva possa parecer um “devir”, dentro das universidades, guardadas as devidas proporções, ainda se tem mais autonomia no fazer profissional nos espaços de direção de unidades acadêmicas do que em outros espaços sócio-ocupacionais de gestão. A conquista e a manutenção da autonomia docente e da autonomia universitária foram construídas a duras penas pelos professores coletivamente, em seus aparelhos privados de hegemonia¹⁹ - no caso do ANDES-SN e suas seções sindicais. O papel do referido sindicato em sua luta pela autonomia universitária significa:

autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos interesses de grupos econômicos e políticos hegemônicos; autonomia para contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias (ANDES, 1981, p. 26).

Em consonância às referências do Serviço Social, embora o(a) assistente social disponha de uma relativa autonomia na condução de seu trabalho (Iamamoto, 2008), as instituições empregadoras, em geral, interferem no estabelecimento de metas a cumprir e, por vezes, direcionam as decisões dos trabalhadores profissionais de acordo com os seus interesses (Vidal; Freitas, 2014).

Decerto, o Estado, em sua dimensão de gestor de políticas sociais, não se configura como o centro das mobilizações para a transformação da sociedade. No entanto, é um espaço importante para acumulação de conquistas dos trabalhadores, através da ampliação e aprofundamento de direitos (Filho, 2009, s/p), que precisa estar a serviço do interesse dos mesmos e não, exclusivamente, das classes dominantes. Isso nos impele - não a qualquer preço - a ocupar certos espaços, como os de direção e de gestão das instituições, com o objetivo de resistir às formas de gestão fundadas na racionalidade empresarial, burocrática e capitalista.

¹⁹ Gramsci (2007a) aponta que o poder dos grupos dominantes não é exercido apenas pela repressão, mas também através do consenso. Para isso, a classe dominante busca difundir sua ideologia entre as classes subalternizadas, como via de construção de sua hegemonia, entendida como direção política e cultural de uma classe sobre a outra. Há que se destacar o papel da sociedade civil nessa construção, através dos aparelhos privados de hegemonia.

Portanto, tendo em vista que nossa proposta é a de formar profissionais para o mercado e, simultaneamente, sujeitos críticos, uma das questões que nos é colocada é compreender que o exercício destes cargos de direção de unidades acadêmicas tanto em sua condição técnica quanto política deve estar relacionado à condição de utilização racional de meios e recursos, bem como precisa ser coerente com o caráter educativo da nossa atividade-fim.

Nas palavras de Gramsci, devemos formar sujeitos, tornando-os capazes de “pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (Gramsci, 2006, Q12, §2º, p. 1457) e, para tanto, na condição de assistente sociais, a manutenção do fazer profissional ancorados na defesa da democracia e da autonomia das instituições de ensino superior torna-se um imperativo tendo em vista a necessidade de estarmos atentos contra todo e qualquer processo autoritário.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, N. L. Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica. In: ABEPSS/CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.
- ALMEIDA, N. L. T. de. *Universidade e Cultura no Brasil dos anos sessenta*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF, Niterói, 1996. (Mimeo).
- ALMEIDA, N. Cultura e Universidade no Brasil dos anos 60. *ADVIR*, n. 13. Rio de Janeiro: ASDUERJ, setembro de 2000. p. 68-72.
- ANDES. *Cadernos ANDES – n. 2*. Florianópolis: Andes, 1981.
- ANDES. *Dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior*. Brasília, DF: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2022.
- ARROYO, M. G. Gestão Democrática: recuperar sua radicalidade política? In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira (org.). *Políticas Educacionais e organização do Trabalho na escola*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 39-56.
- BRASIL. *PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Emenda Constitucional nº 95. EC 95 de 15 de dezembro de 2016*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 3 jan. 2021.
- BENEVIDES, G. *Gestão e Serviço Social: desafios teóricos-práticos para a formação e trabalho profissional*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.
- BENEVIDES, G. O.; LIMA, M.J. de O. Gestão e serviço social: desafios para a formação profissional. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 21, n. 52, 2023. DOI: 10.12957/rep.2023.76088. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/76088>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde*. Brasília: CFESS, 2010. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). *O Serviço Social em hospitais: orientações básicas*. Rio de Janeiro, 2003.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). *PRAXIS*, n.107, ano XIII, 2023. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2023/03/praxis107web.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

- COSTA, A. J. S.; FARAGE, E.; SILVA, L. B. A educação superior em tempos de pandemia: a agudização do Projeto do capital através do Ensino Remoto Emergencial. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 226-257, abr. 2021.
- COSTA, Arley José Silveira da; FARAGE, Eblin; LIMA, Kátia; MARTINS, Livia Prestes Lima; SILVA, Letícia Batista da; SOUSA, Adrianycy Angélica de. Boletim de Pesquisa 1. Condições de Estudo e de Trabalho de discentes e de docentes da UFF em Ensino Remoto Emergencial (ERE). Versão 1, dezembro de 2020. Disponível em: <http://aduff.org.br/site/index.php/notocias/noticias-recentes/item/4375>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- COUTINHO, C. N. Cidadania e modernidade. *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*, Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, n. 22, p. 41-59, 1999.
- FILHO, A. G.; FARAGE, E. Educação Superior Pública e o Futuro-se: o projeto do capital em tempos de ascensão da extrema direita. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 44, v. 17, p. 33-49, jul./dez. 2019.
- FILHO, R. S.; GURGEL, C. *Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica*. São Paulo: Cortez, 2016.
- GRAMSCI, A. Caderno 12. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.
- GRAMSCI, A. Caderno 13. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.
- GUIMARÃES, E. M. P.; ÉVORA, D. M. Sistema de Informação: instrumento para tomada de decisão no exercício da gerência. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 1, p. 72-80, 2004.
- HELFREICH F., Salgado, S. D. C., Machado, R. D. C., & Mayer, L. Reabertura das escolas em tempos de pandemia: reflexões sobre as particularidades da educação básica em Niterói (RJ). *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 13(1), 367–396, 2021.
- HELLER, A. - *Para Mudar a Vida* - Felicidade, Liberdade, Democracia. 1982.
- IAMAMOTO, M. V. *Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. Prefácio. In: RAMOS, A. et al. (org.). *Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social*. Uberlândia: Navegando, 2019. p. 1-4.
- LIMA, M. J. de O. Gestão e Serviço Social: desafios para a formação profissional. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 52, v. 21, p. 151-165, 2023.
- MARX, K. *O capital v. I, tomo 1*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MOURÃO, Giovanni. UFF acumula perdas de R\$ 439 milhões desde 2015, mas reitor garante que universidade não vai parar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 mai. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/uff-acumula-perdas-de-439-milhoes-desde-2015-mas-reitor-garante-que-universidade-nao-vai-parar-25038734>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, p. 87-132, 1996.
- NÓBREGA, Antonio Claudio Lucas da. Entrevista concedida à UFF. *UFF*, 2021. Disponível em: <https://www.uff.br/03-02-2021/entrevista-com-o-reitor-impactos-do-trabalho-remoto-e-expectativas-para-2021/>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- NOGUEIRA, M. A. *As Possibilidades da Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- PARO, V. A. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 1986.
- PARO, V. A. Educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. *Educação e Pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação, Volume: 36, Número: 3, 2010.

- PARA Ministro da Educação, universidades federais não podem ser ‘esquerdistas, nem lulistas’. *Brasil 247*, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/para-ministro-da-educacao-universidades-federais-nao-podem-ser-esquerdistas-nem-lulistas>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- PEREIRA, T. D. Sobre instituições e o serviço social em contexto de crise do capital. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 29, n. 3, set./dez. ISSN: 2317-0204, p. 292-309.
- PRATES, J. C. *Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político*. Porto Alegre: PUCRS-PPGSS, maio 1995. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. PUCRS, 1995.
- SANTOS, Carolina da Costa; PEREIRA, Fátima; LOPES, Amélia. Experiências da Gestão Acadêmica da Docência Universitária. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 989-1008, jul./set. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-62367410>.
- SANTOS, Francine. Os caminhos da Educação Popular e o encontro com o Serviço Social. In: DAHMER, Larissa Pereira; ALMEIDA, Ney. *Serviço Social e Educação*. Editora Navegando. Uberlândia 2021. Pp. 203-227 Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-servico-social-e-educacao>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- SOUZA, A. A. Perspectiva ontológica da ética: resistência e defesa do projeto profissional do serviço social. *ANAI 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Tema: "40 anos da “Virada” do Serviço Social" Brasília (DF, Brasil), 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1684/1643>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- VIDAL, D. L. L.; FREITAS, R. C. S. Apontamentos sobre a gestão de chefias de Serviço Social em hospitais públicos. *Sociedade em Debate*, v. 20, n. 2, p. 192-215, 2014.
- YASBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.
- ZANINI, Carolina Maria Marçal. *Serviço Social e Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2012.

Planejamento reprodutivo na Atenção Primária à Saúde: um relato de experiência

Reproductive planning in Primary Health Care: an experience report

Waleska Matheus Rosa *  

Resumo: Trata-se de um relato de experiência a partir da atuação enquanto assistente social residente em uma Unidade Básica de Saúde. As questões norteadoras surgiram tanto mediante participação na realização de atividades educativas - Grupo de Direitos Sexuais e Reprodutivos -, quanto dos atendimentos individuais realizados aos usuários do território de abrangência. Busca-se compreender como as diretrizes dos direitos reprodutivos/ planejamento reprodutivo são incorporadas e executadas na prática pela Atenção Primária à Saúde, bem como identificar quais as contribuições que a residência multiprofissional pode oferecer nas ações de planejamento reprodutivo no cenário de prática. É feito um resgate do surgimento dos direitos reprodutivos, seguido de breve revisão de literatura acerca dos direitos reprodutivos na Atenção Primária, e por fim, o relato de experiência.

Palavras-chaves: Planejamento reprodutivo; Atenção Primária; Residência multiprofissional.

Abstract: This is an experience report based on my work as a resident social worker in a Basic Health Unit. The guiding questions arose both from participation in educational activities - the Sexual and Reproductive Rights Group - and from individual consultations with users in the area. The aim is to understand how the reproductive rights/reproductive planning guidelines are incorporated and implemented in practice by Primary Health Care, as well as to identify what contributions multiprofessional residency can make to reproductive planning actions in the practice setting. A review of the emergence of reproductive rights is given, followed by a brief literature review on reproductive rights in Primary Health Care, and finally, the experience report.

Keywords: Reproductive planning; Primary care; Multiprofessional residency.

Introdução

A aproximação com a temática do planejamento reprodutivo ocorreu mediante a inserção no campo de prática da Residência Multiprofissional em Saúde da Família do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF). Durante o primeiro ano de residência, dentre as demandas atendidas pelo Serviço Social na Unidade Básica de Saúde

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: wmatheusrosa@gmail.com

(UBS), destacou-se a alta procura por parte das usuárias por orientações quanto ao fluxo de atendimento na rede pública municipal para acesso aos métodos contraceptivos - especificamente laqueadura e dispositivo intrauterino (DIU). Saliento que embora alguns homens procurassem o serviço com essa finalidade, estes representam a minoria do público, dessa forma, justifica-se o uso acima do termo “usuárias” (no feminino e plural) - uma breve revisão de literatura auxilia na compreensão desse fenômeno, e revela que historicamente a responsabilidade na regulação da fecundidade tem sido imputada às mulheres.

A luta pelos direitos sexuais e reprodutivos é intrínseca à luta do movimento feminista, o qual se sustenta em pilares como defesa da liberdade e autonomia sobre o próprio corpo. Logo, abrange a crítica à moral conservadora que impunha às mulheres o exercício da sexualidade restrita à reprodução. A luta pelos direitos sexuais (igualdade e liberdade no exercício da sexualidade, sem discriminação e violência), tem autoria compartilhada com o movimento LGBTQIAPN¹ (Ávila, 2003). Quanto aos direitos reprodutivos, o surgimento destes está alinhado com as reivindicações pelo direito à reprodução (ou não), ao aborto, à contracepção, e sob a ótica do campo normativo podem ser considerados como uma ampliação do escopo dos direitos humanos (Scavone, 2007).

Essa disputa ideológica impulsionada principalmente durante a 2ª onda do movimento feminista² europeu e norte americano (décadas de 1960-70) foi fundamental para introduzir a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos no debate internacional sobre Direitos Humanos na década de 1990 através das Conferências da ONU, e estabelecer tratados - que consequentemente impactou a formulação das legislações e normativas dos países signatários, inclusive o Brasil (Telo, 2019). Além disso, ao levar as pautas reivindicatórias para o campo do Direito, estas passam a ser conceituadas juridicamente como “direitos reprodutivos”, que apesar de na formulação ter adotado uma perspectiva liberal, ainda assim representa um marco. Direito reprodutivo passou a ser entendido como direito humano fundamental que reconhece o direito de decisão livre e responsável dos indivíduos acerca da reprodução (concepção e contracepção),

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não binários. O símbolo “+” representa a possibilidade de inclusão de novas formas de expressão da sexualidade.

² O movimento feminista costuma ser analisado sob a perspectiva de construção de algumas “ondas”. Trata-se de uma forma da literatura internacional categorizar didaticamente os contextos sócio-históricos do movimento nos cenários europeu e norte americano, e condensar os principais avanços e recuos das pautas em cada época (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021). Segundo Hobsbawm (*apud* Mesquita, 2010), a inserção das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior no pós 2ª Guerra influenciou a segunda onda feminista. Novas pautas foram incorporadas ao movimento, como a dos direitos sexuais e reprodutivos, que inclui o direito à liberdade sexual, acesso aos métodos contraceptivos - vale ressaltar que as pílulas anticoncepcionais foram criadas em 1960 -, e a descriminalização do aborto (Souza, 2023).

e, portanto, abrange o direito à informação para que através dela se alcance o mais alto nível de saúde sexual e reprodutiva (UNFPA Brasil, 1995).

No Brasil, a Carta Constitucional trouxe a perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos fundamentais, bem como preconizou o direito ao livre planejamento familiar (reprodutivo), sendo este último posteriormente regido por lei específica - Lei nº 9.263/1996, conhecida como Lei do Planejamento Familiar (Brasil, 1988). No entanto, não tratou sobre o aborto, mantendo sua regulamentação através do Código Penal (Damião, 2022).

Foi estabelecido que o planejamento reprodutivo é o conjunto de ações de regulação de fecundidade, que deve ser orientado por ações (preventivas e educativas) e pela garantia de acesso a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para o controle de fecundidade. Preconizou também assistência à concepção, pré-natal, parto, puerpério, controle de infecções sexualmente transmissíveis (IST), bem como controle e prevenção de cânceres (colo do útero, de mama, próstata, pênis) (Brasil, 1996). Quanto aos métodos contraceptivos, abordou apenas sobre os critérios de elegibilidade para esterilização voluntária (vasectomia, laqueadura ou algum outro método cientificamente aceito). A saber:

- Idade mínima de 25 anos (critério alterado em 2022, que passou a ser 21 anos), ou no mínimo 2 filhos vivos - nesta hipótese, o usuário deve ter adquirido a capacidade civil plena (18 anos completos);
- Transcorrer no mínimo 60 dias após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para realização do procedimento;
- Risco à vida da gestante ou do feto, desde que testemunhado em relatório escrito e assinado por 2 médicos.

Por ser a porta de entrada preferencial do SUS e ordenadora das Redes de Atenção à saúde (RAS), o planejamento reprodutivo encontra na Atenção Primária à Saúde (APS) o espaço propício para o desenvolvimento de suas ações. A aproximação com essa política se deu a princípio pela realização dos Grupos de Direitos Sexuais e Reprodutivos na UBS - que como será explicitado, a comprovação junto à atenção secundária do recebimento de orientação individual ou de participação em atividade educativa é uma das condicionalidades para acesso a alguns métodos contraceptivos -, e posteriormente, pelo contato com as usuárias nos acolhimentos individuais. Em vista disso, os eixos norteadores deste trabalho são: como as diretrizes dos direitos reprodutivos e planejamento reprodutivo são incorporados e executados pela Atenção Primária à Saúde? quais contribuições a residência multiprofissional pode oferecer nas ações de planejamento reprodutivo no cenário de prática?

Direitos reprodutivos na Atenção Primária

A Política Nacional de Atenção Básica caracteriza esse nível de atenção à saúde como um conjunto de ações (coletivas e individuais) com foco na promoção do cuidado integral dos sujeitos, de modo a gerar impacto tanto na sua condição de saúde individual quanto nos determinantes e condicionantes de saúde coletiva, além de propiciar educação em saúde, com vistas à autonomia decisória do usuário no processo de cuidado. Portanto, baseia-se na promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde (Brasil, 2011). A partir desses pilares, entende-se que a atenção à saúde reprodutiva e o planejamento familiar são áreas de atuação da atenção primária.

É necessário fazer um adendo e distinguir 2 termos: planejamento familiar x planejamento reprodutivo. Se analisado sob perspectiva ampliada dos direitos sexuais e reprodutivos (incluindo a população heterossexual e LGBTQIAPN+), o planejamento familiar vai além do objetivo de constituir família, pois a autonomia decisória dos indivíduos acerca da concepção ou anticoncepção independe da existência de um vínculo conjugal/familiar, podendo, portanto, ser tomada tanto individualmente quanto em conjunto com o/a parceiro/a, se houver. Sendo assim, o termo “planejamento familiar” foi substituído por “planejamento reprodutivo” (Brasil, 2013). No entanto, apenas a troca da terminologia não significa que no atendimento direto aos usuários práticas conservadoras, heteronormativas e familistas não se perpetuem.

No que se refere ao planejamento reprodutivo, o Ministério da Saúde³ estabelece que a atuação dos profissionais engloba principalmente aconselhamento, atividades clínicas e educativas, podendo esta última ser individual ou coletiva. Propõe integração desses 3 eixos - já que o serviço de saúde se constitui um espaço para a prática de ações educativas -, e recomenda interação dos membros da equipe de saúde, fomentando uma atuação multi e interdisciplinar, propiciando ao usuário conhecimento tanto sobre a anticoncepção quanto aspectos da sexualidade (Brasil, 2013). Uma estratégia viável para a realização das atividades de educação em saúde é através de grupos, os quais nas UBSs do município de Juiz de Fora são comumente conhecidos como “Grupo de Direitos Sexuais e Reprodutivos”, “Grupo de Direitos Reprodutivos”, ou apenas pela sigla GDR. É interessante observar que o termo “sexuais” têm sido omitido do nome, o que já é um reflexo da forma como, na maioria das vezes, os grupos são conduzidos e o enfoque que é dado: a contracepção. “(...) o controle da natalidade e o número de filhos são apontados como principal intento do planejamento, desconsiderando os

³ Os *Cadernos de Atenção Básica* são publicações elaboradas pelo Ministério da Saúde, a fim de prestar orientações técnicas, protocolos e diretrizes para a atuação dos profissionais da atenção primária. Quanto à saúde sexual e reprodutiva, o material de referência é o *Caderno de Atenção Básica* nº 26.

aspectos socioculturais e as características individuais de cada família” (Dias *et al.*, 2017, p. 350).

Os estudos mostram que há uma discrepância entre o que é preconizado na legislação e a forma que a assistência reprodutiva se efetiva na prática, indicando, portanto, diversas falhas e entraves. Paiva *et al.* (2019) pontuam algumas barreiras na assistência ao planejamento reprodutivo, tais como: abordagem exclusivamente voltada para contracepção e ISTs; dificuldade de acesso aos métodos contraceptivos; baixa oferta de métodos contraceptivos nas UBS; dificuldade de adesão do público masculino; falta de assistência à infertilidade; ausência de acompanhamento do usuário após ter acesso ao método contraceptivo escolhido (o que compromete a integralidade do cuidado).

Historicamente as ações de planejamento reprodutivo são direcionadas às mulheres, e há responsabilização destas tanto em relação à concepção quanto à contracepção. Isso ainda se perpetua, e um dos indicativos é a baixa adesão do público masculino nas ações de planejamento reprodutivo. No estudo realizado por Dias *et al.* (2017) acerca da participação dos homens nas ações de planejamento familiar na atenção primária foram identificados dois aspectos que auxiliam na compreensão do fenômeno: distanciamento do serviço de saúde e desconhecimento sobre a existência do serviço de planejamento reprodutivo.

A desigualdade atravessa a construção social de gênero, determinando os padrões e comportamentos socialmente aceitos do que é ser homem e mulher na sociedade capitalista. No âmbito da saúde é possível identificá-la tanto no que tange à produção do autocuidado e prevenção (que são entendidos como “coisa de mulher”), quanto na procura pelos serviços de saúde - que para o público masculino ocorre majoritariamente nos casos em que a condição de saúde se agrava de modo a gerar incapacidade para realização de atividades diárias, como o exercício de atividade laborativa, segundo Solano *et al.* (2017). Além disso, as ações desenvolvidas na Atenção Primária são predominantemente focadas na saúde da mulher (realização de coleta de citopatológico, rastreamento de cânceres, pré-natal, consulta de puerpério) e da criança (puericultura, atualização do cartão vacinal, acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família), o que corrobora para que de certo modo os homens se afastem dos serviços de saúde.

Esse distanciamento somado à falta de conhecimento sobre a assistência ao planejamento reprodutivo são dificultadores para adesão dos homens e promoção da integralidade do cuidado. O desconhecimento das ações realizadas no serviço de saúde - principalmente na Atenção Primária, que tem atuação direta nos territórios de abrangência -, revela uma falha na comunicação (equipes - usuários) e na forma de prestação da assistência. Rios *et al.* (2023)

corroboram com esse entendimento e sinalizam que a maioria dos usuários desconhece o programa e passam a ter acesso somente após a primeira gestação.

Além da dificuldade de aproximação com o público masculino, também há barreiras quanto à população jovem (pessoas na faixa etária de 10 a 24 anos, se considerada a definição preconizada pelo Ministério da Saúde⁴). Silva e Engstrom (2020) ao fazerem uma revisão integrativa acerca da atenção à saúde dos adolescentes na atenção primária identificaram a necessidade de uma postura diferenciada no acolhimento dos adolescentes, a fim de construir vínculos e melhorar a prestação da assistência. Atitudes autoritárias, práticas baseadas na perspectiva disciplinar e normativa, ausência de diálogo, não permitindo assim que os adolescentes se expressem, são alguns entraves apresentados.

Por último, porém não menos importante, outro aspecto de análise referente à assistência no planejamento familiar na atenção primária é quanto ao viés heteronormativo e binomial que é adotado pelos profissionais de saúde. Historicamente a família (aqui entendida como espaço de reprodução de valores sociais e formação dos indivíduos) exerce o papel da procriação, e por conseguinte os modelos nucleares (composta por pai, mãe, filhos), matrimonial, monogâmica e heterossexual são as que possuem legitimidade no ideário social, gerando assim a estigmatização das novas configurações. A compreensão que os profissionais têm acerca do que é ou não caracterizado como “família” pode rebater nas práticas em saúde (Albuquerque *et al.*, 2018).

Por exemplo, numa pesquisa elaborada com enfermeiros da ESF no município de Juazeiro do Norte (CE) acerca do planejamento reprodutivo para casais homossexuais no ano de 2014, dois elementos chamam atenção: foi identificado que para alguns profissionais, a população LGBTQIAPN+ não deve ser público-alvo das ações do programa, visto que a ênfase é na reprodução, logo, a assistência prestada a essa parcela da população deveria se restringir à dispensação de preservativos para prevenção de ISTs. Além disso, identificou-se uma falta de preparo dos profissionais frente à demanda por uso de anticoncepcionais para indução de mudanças corporais (feminização) (Albuquerque *et al.*, 2018).

⁴ A definição de adolescência e juventude adota critérios diferenciados. De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), compreende a faixa etária de 12 a 18 anos. Já de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), de 10-19, sendo que a juventude perpassa a adolescência, havendo uma intersecção entre as etapas, e compreende a faixa de 15-24 anos. Dessa forma, a definição de juventude adotada pelo Ministério da Saúde mescla os critérios de adolescência e juventude da OMS (Brasil, 2025).

Relato de experiência

A Residência Multiprofissional em Saúde da Família é uma modalidade de pós-graduação lato sensu caracterizada pela educação em serviço. Neste programa as áreas profissionais presentes são: Enfermagem, Farmácia, Odontologia e Serviço Social. Os profissionais residentes são divididos em equipes e distribuídos entre as Unidades de Saúde da Família escolhidas pela gestão municipal em conjunto com a Coordenação do Programa de Residência Multiprofissional do Hospital Universitário da UFJF, nas quais permanecem durante os 2 anos da especialização.

Em março de 2023, a equipe multiprofissional chegou à UBS designada como campo de prática do Programa, e é importante ressaltar 3 pontos: os profissionais desta localidade não tinham experiência prévia com preceptoria de residência multiprofissional, apenas de Medicina; fomos a primeira turma de residentes do local, e até então não havia profissional de Serviço Social na equipe.

Até a chegada da residência na UBS, os grupos de direitos sexuais e reprodutivos (GDR) eram realizados apenas pelos profissionais de enfermagem. Com a necessidade de desenvolver atividades multiprofissionais, a realização do GDR foi a primeira atividade que a equipe de residentes identificou potencialidade de alguma forma agregar todas as categorias profissionais. Dessa forma, as profissionais residentes reestruturaram a condução/organização dos grupos e passaram a assumi-lo enquanto uma atividade multiprofissional da residência. Apesar do empenho do grupo para o desenvolvimento desta atividade na perspectiva interdisciplinar, resalto de partida que a inexperiência profissional e as lacunas na formação dos profissionais de saúde para o desenvolvimento de trabalho multiprofissional foram dificultadores para que pudéssemos romper com a lógica de fragmentação dos saberes e agregarmos à esta atividade uma abordagem que fosse além do viés biomédico. Como consequência, havia uma centralidade das questões do corpo biológico, com foco na anticoncepção e prevenção de IST, desconsiderando a dimensão dos direitos sexuais.

Os temas abordados foram divididos por categoria profissional, e a configuração elaborada no início do programa permaneceu durante os 2 anos da seguinte forma:

- Enfermagem: anatomia dos sistemas reprodutivos e métodos contraceptivos;
- Odontologia: infecções sexualmente transmissíveis (IST), com ênfase nas manifestações orais;
- Serviço Social: critérios de elegibilidade para acesso ao DIU, laqueadura e vasectomia através do SUS; fluxos de atendimento na rede, e a elaboração dos encaminhamentos.

No ano de 2024, a farmacêutica passou a integrar a equipe de residentes desta UBS e coube à profissional abordar acerca dos métodos contraceptivos juntamente com a enfermagem. Geralmente, os encontros eram realizados em um único dia, com duração média de 1h. A UBS não tinha recursos de mídia e áudio disponíveis para realização das atividades, como computador, retroprojetor e caixa de som, então o grupo era conduzido no formato de palestra, utilizando-se de recursos didáticos como imagens impressas, mostra dos modelos de métodos contraceptivos e dos sistemas reprodutivos.

Segundo Paiva *et al.* (2019), apesar das práticas educativas serem uma dimensão inerente ao trabalho em saúde - principalmente na Atenção Primária, o que se observa é que esta tem sido relegada ao segundo plano tanto no planejamento e organização da assistência, quanto pela gestão e nas ações de cuidado. Além disso, a pandemia da Covid-19 demandou que os serviços de saúde reorganizassem os processos de trabalho, focando no atendimento das demandas emergenciais (Xavier *et al.*, 2024). Logo, houve uma redução na realização de atividades de educação em saúde, e por conseguinte, o distanciamento dos profissionais do serviço da prática de atividades coletivas - esses impactos puderam ser observados durante a estadia nesta UBS. Uma vez que o processo de educação em saúde é responsabilidade de toda a equipe assistencial, e não uma atividade exclusiva da residência, por solicitação da nova supervisão da unidade houve uma reestruturação na composição dos grupos. Dessa forma, a partir de 2024 os grupos deixaram de ser executados exclusivamente pelas residentes, e passou a ser feito um revezamento entre as profissionais (vinculadas ao serviço e residentes). Dentre as profissionais do serviço, apenas as enfermeiras e a assistente social participavam do GDR - devido à carga horária de 12h30min semanais, não havia participação das cirurgiãs dentistas (Juiz de Fora, 2016).

O acolhimento é um processo constitutivo das práticas de produção e promoção de saúde que perpassa todos os níveis de atenção à saúde. Tem como foco compreender e buscar resolutividade para atendimento das demandas dos usuários através de escuta qualificada, sendo, portanto, atribuição de toda a equipe multidisciplinar (Brasil, 2021). Adotamos o acolhimento em direitos reprodutivos nesta UBS como forma de ampliar a escuta das demandas trazidas pelas/pelos usuários, sendo o mesmo realizado pelas assistentes sociais. O atendimento era registrado em ficha própria (também elaborada pelas profissionais) e mantida em arquivo privativo. A partir dele era feito agendamento para o grupo ou para orientação individual. É necessário salientar que a necessidade de comprovação de participação no grupo ou de recebimento de orientação ocorre no momento que o usuário inicia os trâmites junto à atenção secundária, e se aplica quando o método escolhido é DIU, laqueadura ou vasectomia. Quanto

aos anticoncepcionais orais e injetáveis, a tratativa é na própria UBS através de agendamento de consulta médica.

Até a organização do acolhimento, o fluxo nesta UBS funcionava da seguinte forma: quando o/a usuário/a demandava pelo DIU, laqueadura ou vasectomia (seja nas consultas médicas, de enfermagem, ou por demanda espontânea), era direcionado para a recepção da UBS, onde era disponibilizada uma lista de espera para o GDR, e à medida que os encontros eram programados, os usuários eram comunicados através dos agentes comunitários de saúde.

Em trabalho conjunto com a preceptora, em agosto/2023 apresentamos para a profissional que estava na gerência uma proposta de fluxo de atendimento para essa demanda. Desde então, o Serviço Social passou a fazer o que nomeamos de “acolhimento para direitos reprodutivos”. Ao buscar a UBS o/a usuário/a era direcionado ao Serviço Social e neste momento eram realizadas as seguintes etapas: orientações iniciais acerca do fluxo na rede e critérios legais nos casos de esterilização voluntária; verificação da DPP (data provável do parto) - caso a gestante optasse pela laqueadura; agendamento de orientação individual ou participação no GDR (Grupo de Direitos Reprodutivos) com a equipe multidisciplinar. Após a participação no grupo (ou atendimento individual), o/a usuário/a recebia a declaração de participação, encaminhamento, e demais orientações individuais que fossem necessárias acerca da documentação - principalmente quanto ao preenchimento do TCLE -, e dos prazos estabelecidos para entrada no processo junto à atenção secundária, a depender do método escolhido. Atualmente no município os serviços de referência são: Departamento de Saúde da Mulher, Gestante, Criança e do Adolescente (DSMGCA), se mulher, e Departamento de Saúde do Adulto (localizado no PAM Marechal), se homem.

Sobre as orientações individuais, geralmente era agendado para as gestantes que optavam pela realização da laqueadura no momento do parto, mas que procuravam a UBS no final da gestação⁵ (por volta da 28ª semana), ou para os/as usuários/as que por conta da jornada de trabalho não conseguiam participar dos grupos. Apesar da extensão do horário de funcionamento das UBS's⁶ desde fevereiro/2024, ainda há dificuldade da classe trabalhadora acessar os serviços de saúde para as ações preventivas e de promoção da saúde, deixando o

⁵ É necessário observar a data provável do parto (DPP) e agilizar as orientações e os devidos encaminhamentos, de modo a garantir que entre a assinatura do TCLE e a realização do procedimento transcorra pelo menos 60 dias, conforme o que preconiza a legislação, e a usuária não perca o direito à realização do procedimento no momento do parto. Dessa forma, quando não havia previsão de realização de grupo, era feita a orientação individual.

⁶ A Portaria Conjunta nº 95 SRH/ PJJ estabeleceu o funcionamento das UBS no período de 7h - 19h ininterruptas de segunda a sexta - exceto às quintas feiras que é reservado 2 horas para reunião de equipe -, e sábado de 7h - 12h (Juiz de Fora, 2024).

acesso apenas para queixas agudas e pontuais, o que é um aspecto de questionamento acerca da real ampliação do acesso aos serviços.

Apesar do grupo abranger as 4 categorias profissionais, a orientação individual era feita apenas com assistente social e enfermeira (vinculadas ao serviço ou residentes). As orientações eram direcionadas para o método escolhido, e na oportunidade também era feita breve educação em saúde para prevenção de ISTs. Destaco que por vezes a demanda por métodos contraceptivos era captada durante as consultas de pré-natal ou puericultura, e as profissionais (enfermeiras e médicas) encaminhavam ao Serviço Social para acolhimento. A depender da profissional - pois nem todas demonstravam flexibilidade para realização de trabalho multi -, ao captarem a demanda, acionavam a assistente social disponível no momento. Quando possível, era feito um atendimento compartilhado de imediato. No entanto, é necessário cautela para identificar se a demanda parte de fato da usuária ou do profissional de saúde, já que por vezes, por trás desse encaminhamento pode haver um viés de controle por parte do profissional que faz a escuta inicial da demanda.

A reprodução é um tema a partir do qual percebemos com facilidade a estigmatização destinada, particularmente, à população pobre. Ações de saúde neste âmbito focalizam a contracepção como mecanismo de controle e as orientações, em sua maioria, adotam um caráter crítico e culpabilizante frente àquelas que assumem a irresponsabilidade de terem muitos filhos (Nascimento; Melo, 2014, p. 279).

O atendimento em direitos reprodutivos foi uma frente de trabalho que o Serviço Social adquiriu reconhecimento e legitimidade diante dos demais membros da equipe. Barra e Oliveira (2012) pontuam que na atenção primária o acolhimento exerce papel central na organização do trabalho na unidade de saúde, alternando entre ser um dispositivo humanizador da assistência (e gerador de mudanças no processo de trabalho), e mecanismo de organização da demanda e otimização do serviço. Quanto ao aspecto da reorganização do processo de trabalho, ponderam ainda que a construção de um modelo de atenção à saúde pautado na integralidade, interdisciplinaridade e centralidade nas necessidades do usuário, ainda é um desafio que perpassa a micro e macropolítica da saúde⁷. Apesar dessa forma de acolhimento estar longe de ser algo extremamente inovador/revolucionário - até porque, a reestruturação dos processos de trabalho pode ser proposta por qualquer profissional de saúde -, pôde-se visualizar certa efetividade no cenário de prática, principalmente no sentido de orientar os usuários quanto ao

⁷ São dimensões complementares, sendo que a macropolítica diz respeito à formulação e normatização das políticas públicas, sendo que nem sempre atendem às reais necessidades da população. Já a micro é a prática cotidiana dos serviços, onde os profissionais escolhem algumas estratégias e táticas para prestação do cuidado, o que envolve decidir como a assistência será prestada na prática. Um exemplo mencionado neste artigo é a escolha de 2 grupos específicos para orientação individual (gestantes e trabalhadores).

itinerário a ser percorrido na RAS. Por exemplo, se o método almejado é o DIU, um dos requisitos é que em até 1 ano tenha sido realizada coleta de exame citopatológico (preventivo). Dessa forma, no momento do acolhimento era feita essa orientação, e caso a usuária não tivesse um exame recente, orientávamos a realização antes de participar do grupo, para que no dia ela já saísse com toda a documentação pronta e pudesse seguir o itinerário na rede. Outro cenário recorrente era de usuárias que já haviam participado de algum grupo anteriormente - independentemente do local que foi realizado, podendo ter sido feito em outra UBS, inclusive -, e optavam por outro método contraceptivo. Dessa forma, com vistas a desburocratizar o acesso, era feita atualização da documentação e encaminhamento para a atenção especializada, não sendo necessário, portanto, que ela precisasse participar novamente de um grupo ou recebesse nova orientação individual.

Outro elemento que demonstra a importância do acolhimento é que mediante olhar crítico e escuta qualificada era possível captar outras demandas, além daquela trazida inicialmente pelas/os usuárias - que não necessariamente se esgotavam na política de saúde, e demandava variados encaminhamentos para as políticas setoriais, principalmente as de assistência social e de transferência de renda.

No período de 1 ano (setembro de 2023 a setembro de 2024) foram contabilizados 90 acolhimentos, e o método contraceptivo mais procurado foi laqueadura (42), seguido de DIU (36) e vasectomia (12). Uma falha observada foi a falta de contrarreferência, que de certo modo impacta na integralidade da assistência e impossibilita inclusive, mensurar quantos usuários de fato acessaram ou não os serviços. Geralmente esse *feedback* acontecia apenas com as puérperas, devido à realização de visita domiciliar puerperal, que também é uma atividade que, quando possível, as assistentes sociais realizavam em conjunto com a enfermagem.

Os dados acima refletem que ainda na atualidade o público-alvo das políticas de direitos reprodutivos são as mulheres, recaindo sobre elas a responsabilidade pela regulação da fecundidade. No caso da opção pela laqueadura, muitas relatavam que a dificuldade financeira era um fator determinante na escolha do método contraceptivo “definitivo”, o que de certo modo ajuda a desmistificar o discurso conservador que a população pobre tem muitos filhos para usufruírem dos benefícios assistenciais, como o Bolsa Família, por exemplo. Os estudos de Corrêa e Petchesky (1996) auxiliam na compreensão desse fenômeno, ao explicar que identidades grupais e intergrupais complexas (que perpassam os marcadores gênero, classe, raça, religião, idade, nacionalidade) influenciam a tomada de decisão das mulheres em múltiplas direções. Além disso, explicam que:

Para que as decisões sejam realmente “livres”, e não compelidas pelas

circunstâncias ou por desespero, é necessário que existam certas condições que constituam a base dos direitos sexuais e reprodutivos, o que as feministas denominam “autonomia feminina”. Elas incluem fatores materiais e de infraestrutura, tais como transporte, creches, subsídios financeiros, bem como serviços de saúde acessíveis, humanizados e bem equipados (Corrêa; Petchesky, 1996, p. 159).

Essa análise auxilia inclusive a tecer uma crítica ao próprio conceito de “direito reprodutivo”, que já em sua concepção - sob a ótica liberal -, situa esse direito no campo da liberdade privada e das escolhas individuais. Porém, sob a perspectiva crítica, entende-se que a liberdade enquanto valor ético central depende de condições objetivas para seu exercício, mediante atendimento das necessidades sociais que são mais amplas do que apenas a regulação da fecundidade, e perpassam tanto por aspectos gerais da saúde da mulher (morbimortalidade materno-infantil, violência sexual, IST), quanto pelas condições estruturais que balizam as decisões sexuais e reprodutivas, tais como pobreza, analfabetismo, não acesso à renda, falta de estrutura sanitária, dentre outros. Dessa forma, direitos reprodutivos extrapolam o campo das liberdades individuais, e envolvem também a esfera dos direitos sociais e coletivos e a responsabilidade do poder público (Corrêa; Petchesky, 1996).

Fernandes *et al.* (2022) explicam que ações intersetoriais no âmbito do SUS são estratégias para superar a fragmentação gerada pela setorização administrativa e disciplinar das políticas sociais, o que propicia enfrentamento de algumas questões de saúde de forma efetiva e integral, ancorada num pensamento sistêmico e interdependente. Nessa lógica, em 2007 foi instituído pelo governo federal o Programa Saúde na Escola (PSE), com o objetivo de contribuir para a formação integral dos alunos da educação básica da rede pública por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A articulação entre escola e atenção primária é o pilar da política, e dentre as ações previstas estão as de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva (Brasil, 2025).

Apesar do início da vida sexual ser predominantemente na adolescência, Bezerra *et al.* (2018) explica que a procura pelos serviços de saúde (tanto para orientações quanto para uso de métodos contraceptivos) ocorre em média 1 ano após o início das relações sexuais. Esses dados mostram a importância da quebra de tabus e da educação sexual para a juventude.

O último recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, mostra que houve uma queda na taxa de natalidade no grupo de mulheres abaixo de 20 anos (12,1%) se comparado com o ano de 2000 (21,6%) (Agência IBGE, 2024). Porém, de acordo com Sousa *et al.* (2024), ainda que os dados epidemiológicos evidenciem redução das taxas de gravidez na adolescência, ainda assim é uma questão de saúde pública a ser enfrentada. Aliás, no que se refere ao exercício da sexualidade na adolescência, não é apenas

a dimensão da gravidez e uso dos métodos contraceptivos que deve ser alvo de intervenção por parte dos profissionais de saúde, devendo perpassar também pela dimensão das questões de gênero, diversidade sexual, consentimento, tipos de violência, prevenção de IST, a fim de que os adolescentes desenvolvam “(...) habilidades relacionais e afetivas no processo de construção da autonomia juvenil, dimensões fundamentais que permitem ao jovem reconhecer e articular desejos e limites sexuais, e a aprender a se antecipar e se preparar para os atos sexuais” (Cabral; Brandão, 2020, p. 2).

Por iniciativa da residência, no último trimestre de 2024 foi feita uma articulação com a escola municipal do território de abrangência da UBS e proposto à coordenadora pedagógica a realização de um grupo de direitos reprodutivos com os alunos da EJA⁸ (Educação de Jovens e Adultos). Na ocasião a profissional solicitou que a atividade fosse estendida aos alunos do 9º ano (cerca de 14 anos), justificando que a maioria dos adolescentes era sexualmente ativa, e, portanto, as temáticas deveriam ser gravidez na adolescência e métodos contraceptivos. Essa solicitação revela uma tentativa de transportar para o ambiente escolar a lógica biologizante que já é reproduzida nos serviços de saúde e na sociedade. Contraditoriamente, pediu que não fosse abordado sobre prevenção de ISTs nem mesmo através de imagens ilustrativas.

Devido às restrições impostas pela profissional, seria necessário mais tempo para estudo e elaboração de estratégias diferenciadas para que o plano de trabalho fosse aceito. Por isso, a princípio, colocamos a proposta para o 9º ano em standby e priorizamos o plano de trabalho da EJA. Nesta proposta além dos aspectos biológicos e fluxos de atendimento para acesso aos métodos contraceptivos, contemplava informações sobre os serviços disponíveis na rede pública municipal, como o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) - que oferece testagem gratuita, aconselhamento e intervenções biomédicas (PrEP e PEP) nos casos de ISTs -, breve elucidação sobre a possibilidade de entrega voluntária para adoção, além de uma dinâmica para reflexão sobre os tipos de violência contra a mulher. Após revisão do plano de trabalho pela supervisão da UBS a proposta foi encaminhada, mas devido ao calendário escolar, a atividade não foi realizada.

Considerações finais

Dentre as pautas reivindicatórias do movimento feminista acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, nota-se que apenas o aspecto da regulação da fecundidade parece ter sido absorvido pelas equipes responsáveis pela atenção primária consideradas aqui. Além da ênfase

⁸ A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada às pessoas que não tiveram acesso ao ensino básico na idade preconizada, ou interromperam os estudos (Brasil, 1996).

na contracepção e prevenção de ISTs, baixa adesão do público masculino e da população jovem, conforme apontado na breve revisão de literatura acima, aponto como falhas e entraves no manejo das vivências sexuais e reprodutivas no cenário de prática aspectos como a ausência de abordagem das questões de gênero e sexualidade, tais como o direito à autonomia e integridade do corpo (e as possíveis violações - violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral e obstétrica), aborto legal, identidade de gênero e diversidade sexual.

Ao analisar o acolhimento em si, avalio necessidade de revisão do instrumento (ficha). São feitas algumas perguntas gerais para conhecer o perfil do usuário e 2 dimensões fundamentais da vida dos sujeitos não são abordadas: identidade de gênero e religião - elementos importantes também para conhecer o público atendido e traçar as melhores estratégias de abordagem.

Embora o trabalho grupal seja uma estratégia com potencial contributivo para universalização do direito à saúde mediante ações de promoção e educação em saúde, o GDR especificamente apresenta duas faces: a da educação em saúde em si e da burocratização, uma vez que independentemente do método contraceptivo almejado (DIU, laqueadura ou vasectomia) ao fazer o requerimento junto à atenção especializada é exigido do usuário a declaração de participação do grupo (ou da orientação individual), bem como o encaminhamento. Consequentemente, um aspecto observado é que os próprios usuários encaravam a participação apenas pelo viés da obrigatoriedade, e não como um processo de educação em saúde. Um cenário recorrente era o usuário participar do encontro, mas não usar daquele espaço coletivo para sanar as dúvidas (principalmente as relacionadas sobre a realização dos procedimentos), e posteriormente levarem para o Serviço Social os questionamentos de vários assuntos que foram abordados.

Um dos desafios colocados é conseguir transformar esse espaço - que estruturalmente adota uma forma engessada (com temas pré-determinados), centrada na perspectiva biológica, em algo que desperte o interesse da população em ter uma participação ativa, alinhada com a perspectiva de educação popular em saúde. Uma alternativa é a busca por construção de uma nova abordagem pedagógica que agregue pautas da contemporaneidade, pois, uma vez que a realidade é dinâmica, as formas de abordagem sobre ela devem acompanhar esse processo e propiciar reflexões para além do imediato. Quanto a isso, Bergamasquini *et al.* (2021) sinalizam a importância da APS enquanto espaço privilegiado da assistência pela sua inserção no território, o que permite tanto o conhecimento sobre a realidade social dos sujeitos, quanto dos determinantes e condicionantes de saúde, e identificação das necessidades específicas da

população. Portanto, observar essas interações pode propiciar a construção de uma nova forma de abordagem.

Embora haja um grupo específico para tratar sobre direitos sexuais e reprodutivos, a temática não precisa se restringir a esse espaço. Uma vez que há baixa adesão dos homens para essa demanda, é possível pensar em estratégias como por exemplo, estabelecer parcerias com as empresas no entorno da UBS e inserir as temáticas nas salas de espera, uma vez que na UBS em questão eram realizadas todos os dias nos turnos da manhã e tarde, porém, com temas pré-estabelecidos pela supervisão.

Apesar da residência multiprofissional em saúde ter potencial para contribuir na articulação entre as profissões, reafirmar a integralidade das ações em saúde e promover novas reflexões e concepções sobre os fazeres profissionais e multiprofissionais - suscitando algumas mudanças tanto para os serviços de saúde quanto para as práticas de ensino -, muitas vezes esbarramos em desafios estruturais e conjunturais que dificultam estas articulações e aprendizagens.

O processo de construção do trabalho em equipe interprofissional é atravessado pelos desafios da comunicação e dificuldades de diálogo, a disputa de interesses profissionais, as múltiplas experiências — tanto profissionais quanto pessoais, que interferem na conformação do trabalho —, dificuldades de compartilhar saberes, relações de poder, conflitos, projetos políticos distintos, entre outros (Bergamaschini *et al.*, 2021, p. 6).

Se tratando especificamente do GDR na Atenção Primária, um dos entraves observados foi a dificuldade de permeabilidade na proposição de algumas temáticas junto à equipe, que na concepção de alguns profissionais são vistas como “polêmicas” ou “desnecessárias”, como por exemplo, aborto legal, orientação sexual e diversidade de gênero. Um dos princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social é a defesa intransigente dos direitos humanos (Brasil, 1993), logo, é parte do trabalho pelo menos tentar tensionar o debate sobre essas questões - o que é uma forma de reafirmar o compromisso com o projeto ético político. Ao atuar com políticas públicas, o foco deve ser a garantia de direitos do usuário, portanto, independente da categoria profissional, dogmas e crenças individuais não devem nortear a atuação.

Vale ressaltar que esse conservadorismo/ resistência não se restringe ao âmbito da saúde, e faz parte de uma tendência neoconservadora que se espalhou a nível mundial com o crescimento da extrema direita⁹, e no Brasil houve um *boom* principalmente no Governo Bolsonaro (2019- 2022), mas que ainda na atualidade deixa resquícios. Por isso é primordial

⁹ Essas mudanças estão inscritas no processo de crise estrutural do capital e se desenvolvem com características próprias em cada país e conjuntura. Essa rearticulação política cria novas ideologias resgatando ideários fascistas e conservadores, como neofascismo e neoconservadorismo (Barroco, 2022).

que a formação não se restrinja à dimensão assistencial do trabalho do assistente social no SUS, e haja a integração ensino/serviço, promovendo a articulação entre os atores envolvidos na residência (tutores, residentes e preceptores), visando superar a dicotomia entre o processo de ensino e a prática do cuidado em saúde (Closs *et al.*, 2012 *apud* Castro; Dornelas; Zschaber, 2019).

Apesar dos aspectos pontuados ao longo deste trabalho, a residência multiprofissional é um espaço com potencialidades, e talvez uma das maiores seja o caráter propositivo para algumas temáticas e a forma de se fazer e pensar a saúde pública. Neste sentido, considerando a precocidade da experiência da residência neste território, esperamos que este relato possa ajudar a pensar os desafios para superá-los numa perspectiva a longo prazo.

Referências bibliográficas

- Agência IBGE. Em 2022, número de nascimentos cai pelo quarto ano e chega ao menor patamar desde 1977. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39560-em-2022-numero-de-nascimentos-cai-pelo-quarto-ano-e-chega-ao-menor-patamar-desde-1977>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar, *et al.* Planejamento Reprodutivo em casais homossexuais na Estratégia Saúde da Família. *Revista de APS*, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 104 - 111. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15639>. Acesso em: 09 jan. 2025
- ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 465-469, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/q9MctdsGhp3QSKspjfPt5Rx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2024.
- BARRA, Sabrina Alves Ribeiro; OLIVEIRA, Leda Maria Leal de. O acolhimento na atenção primária à saúde: dispositivo disparador de mudanças na organização do processo de trabalho? *Revista de APS*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 126-138, abr/jun 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14940/7926>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- BARROCO, Maria Lúcia da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 143, p. 12-21, Jan.-Abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2025
- BERGAMASQUINI, Amanda Campos *et al.* Residência multiprofissional, atenção primária à saúde e Serviço Social: potencialidades do trabalho interprofissional. *Serviço Social e Saúde, Campinas*, v. 20, n. 0, p. 1-17, 30 abr. 2021. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8665372>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- BEZERRA, Isaac Newton Machado *et al.* Ações de educação em saúde e o Planejamento Familiar: um relato de experiência. *Revista Ciência Plural*, [S.L.], v. 4, n. 3, p. 82-90, 4 abr. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/17293>. Acesso em: 05 jan. 2025.
- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do/a Assistente Social. Brasília, 1993.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 out. 2024.
- BRASIL. Glossário da Política Nacional de Humanização. *Ministério da Saúde*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizaus/glossario-pnh>. Acesso em: 21 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 21 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica nº 26: Saúde sexual e saúde reprodutiva. 1 ed. Brasília: *Departamento de Atenção Básica*, 2013. 302 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.
- BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, DF. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 16 jan. 2025.
- BRASIL. Programa Saúde na Escola: Sobre o programa. *Ministério da Saúde*, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. *Cadernos de saúde pública*, v. 36, n. 8, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WryX9xCMY5vwNwjM33pqbyb>. Acesso em: 04 jan. 2025.
- CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; DORNELAS, Carina Bárbara de Carvalho; ZSCHABER, Flávia Fernandez. Residência multiprofissional em saúde e Serviço Social: concepções, tendências e perspectivas. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 19, n. 2 (Tema Livre), p. 460-481, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27114/19920>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- CORREIA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 147-177, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/K7L76NSSqymrLxfsPz8y87F/>. Acesso em: 27 out. 2024.
- DAMIÃO, Nayara André. NOTA TÉCNICA: a importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal. *Conselho Federal de Serviço Social*, Brasília, p. 1-26, 26 set. 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Cfess2022-Nota-tecnica-aborto-trabalho.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- DIAS, Marcília Gonçalves *et al.* A participação masculina no planejamento familiar. *HU Revista*, Juiz de Fora, p. 349-354, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/13866/pdf_1. Acesso em: 04 jan. 2025.
- FERNANDES, Lucas Agostinho *et al.* Promoção da saúde e intersetorialidade na escola: a monumental ambição do programa saúde na escola. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46,

- n. 3, p. 5-8, nov. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2022.v46nspe3/5-8/pt>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- JUIZ DE FORA. Lei Complementar nº 047, de 1 de julho de 2016. Estabelece critérios para o cumprimento da jornada semanal de trabalho dos Cirurgiões-Dentistas integrantes do quadro de servidores da Administração Direta do Município, de acordo com as atividades exercidas na rede SUS/JF; altera dispositivos da Lei nº 8.710, de 31 de julho de 1995 e da Lei nº 9.212, de 27 de janeiro de 1998 e dá outras providências. Juiz de Fora, MG. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=47171. Acesso em: 14 set. 2024.
- JUIZ DE FORA. PORTARIA CONJUNTA Nº 95, de 03 de fevereiro de 2024. Dispõe sobre a regulamentação da jornada de trabalho dos servidores integrantes das equipes da Estratégia de Saúde da Família nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=114880. Acesso em: 09 nov. 2024.
- MESQUITA, Cecília Chagas de. *Saúde da mulher e redemocratização: ideias e atores políticos na história do PAISM*. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.
- NASCIMENTO, Pedro; MELO, Arianne Cavalcanti de. "Esse povo não está nem aí": as mulheres, os pobres e os sentidos da reprodução em serviços de atenção básica à saúde em Maceió, Alagoas. In: FERREIRA, Jaqueline; FLEISCHER, Soraya (org.). *Etnografias em serviços de saúde: etnografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 360.
- PAIVA, Carla Cardi Nepomuceno de et al. Atividades educativas do Planejamento Reprodutivo sob a perspectiva do usuário da Atenção Primária à Saúde. *Revista de APS*, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 23-46, 15 jun. 2020. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16675>. Acesso em: 07 jan. 2025.
- RIOS, Giovana Barroso de Melo et al. Papel do planejamento familiar na atenção primária à saúde: métodos mistos de análise de dados. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 3429, 2023. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3429>. Acesso em: 04 jan. 2025.
- RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais*, [S.L.], v. 1, n. 03, p. 57-76, 28 jan. 2021. Universidade Federal do Oeste da Bahia. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- SCAVONE, Lucila. Direitos reprodutivos, políticas de saúde e gênero. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 5, n. 9, p. 1-18, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/196>. Acesso em 13 out 2024.
- SILVA, Reila Freitas; ENGSTROM, Elyne Montenegro. Atenção integral à saúde do adolescente pela Atenção Primária à Saúde no território brasileiro: uma revisão integrativa. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 24, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/vhxBcLFd8J6GrVGTF7DWPSd/#>. Acesso em: 05 jan. 2025.
- SOLANO, Lorrainy da Cruz, et al. O acesso do homem ao serviço de saúde na atenção primária. *Revista de Pesquisa Cuidado É Fundamental Online*, v. 9, n. 2, p. 302-308, 11 abr. 2017. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. Disponível em: https://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3270/pdf_1. Acesso em: 04 jan. 2025.
- SOUSA, Lethicia Braga de et al. Gravidez na adolescência: um desafio para as equipes que atuam na atenção primária à saúde. *Revista Pró-Universus*, [S.L.], v. 15, p. 134-140, 4 out. 2024. Universidade Severino Sombra. Disponível em:

- <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/4336/2537>. Acesso em: 04 jan. 2025.
- SOUZA, Iara Antunes de. Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher no Brasil na perspectiva do feminismo decolonial. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 81-91, 2023. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/969/937>. Acesso em: 02 set. 2024.
- TELO, Florita Cuhanga Antônio. Direitos reprodutivos e (des)colonização: notas preliminares sobre a colonialidade dos direitos reprodutivos. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S.L.], v. 5, n. 4, p. 199-218, 26 dez. 2019. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29658>. Acesso em: 10 set. 2024.
- UNFPA Brasil (org.). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, Pequim, 1995. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/declara%C3%A7%C3%A3o-e-plataforma-de-a%C3%A7%C3%A3o-da-iv-confer%C3%Aancia-mundial-sobre-mulher>. Acesso em: 21 out. 2024.
- XAVIER, Pedro Bezerra *et al.* Processo de trabalho em saúde durante a pandemia de Covid-19: desafios e potencialidades. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 18, n. 53, p. 503-524, 26 maio 2024. Mensal. Editora IOLE. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/4521/1172>. Acesso em: 20 dez. 2024.

“Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre”: entrevista com a Assistente Social Luiza Erundina de Sousa

Maria Lúcia Duriguetto*  

Maria Beatriz Costa Abramides**  

Maria Rosângela Batistoni***  

...os textos de Luiza Erundina estão “molhados” e não apenas salpicados de esperança. É que não há esperança fora da luta, da busca, do empenho de mudar, de refazer, de recriar, de reinventar. Não há esperança na pura espera, na inação de quem cruza os braços e, perdendo o desejo do sonho, submerge no fatalismo imobilista” (Paulo Freire – Prefácio do livro *Exercício da Paixão Política*).

Luiza Erundina nasceu em Uiraúna, no sertão da Paraíba, no dia 30 de novembro de 1934. De uma família numerosa de dez irmãos, cursou metade do curso de Serviço Social na Faculdade de Campina Grande e a outra metade na Faculdade de Serviço Social de João Pessoa, onde concluiu o curso em 1966. Nessa entrevista¹, nosso foco foi que nos falasse de seu trabalho como Assistente Social desenvolvido na Paraíba e na Prefeitura Municipal de São Paulo (entre 1967-1981), da sua militância e trabalho sindical como presidenta da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP) entre 1978-1981, e do trabalho acadêmico como docente de Serviço Social em Faculdades da cidade e do Estado de São Paulo (1977-1981)².

* Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: maluduriguetto@gmail.com

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: biabramides@gmail.com

*** Universidade Federal de São Paulo. E-mail: rosangelabatistoni@gmail.com

¹ Entrevista realizada no contexto da pesquisa de pós-doutorado intitulada “A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1990: reflexões sobre a questão da natureza da dimensão ético-política profissional. Premissas analíticas”, de Maria Lúcia Duriguetto (Bolsista produtividade (PQ) CNPq), realizada no Programa de Pós-Graduação da PUC-SP (2023-24) sob a orientação da Professora Maria Beatriz C. Abramides (Bolsista produtividade (PQ) CNPq). A entrevista com Luiza Erundina de Sousa foi realizada no dia 14/11/2023, na cidade de São Paulo, com duração de 2h13min. Foram entrevistadoras as Professoras Maria Lúcia Duriguetto, Maria Beatriz C. Abramides e Maria Rosângela Batistoni.

² Essas inserções foram desenvolvidas, portanto, antes de Erundina se tornar vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) pelo município de São Paulo, em 1982. Chamamos a atenção que alguns relatos dos trabalhos profissionais, sindicais e de docência feitos na nossa entrevista são reforçados e ampliados por outros depoimentos dados por Erundina e pelo conteúdo do seu livro autobiográfico (Sousa, 1991). Também, explicitamos informações

Entrevistadoras: Erundina, essa entrevista visa contribuir para desocultar a contribuição que segmentos da categoria de assistentes sociais tiveram no sentido de apoiar as lutas populares, de apoiar suas demandas, suas reivindicações, em um momento conjuntural quente aqui em São Paulo, que foi a segunda metade da década de 1970 e toda a década de 1980. Então, estamos fazendo uma entrevista com as profissionais que estabeleceram relação com os movimentos sociais, defendendo suas reivindicações nos espaços institucionais em que atuavam.

Luiza Erundina: Eu tinha um vínculo com a defesa da terra, com a população camponesa como assistente social... Eu vim para São Paulo para fazer o mestrado em Ciências Sociais, na Sociologia Política de São Paulo (1968–1969)... sobre uma experiência que eu vivi como Assistente Social na periferia de João Pessoa... com foco muito forte nas comunidades locais, numa visão muito inspirada na Teologia da Libertação... No meu caso, não tinha um vínculo muito pessoal com a Igreja não; eu sou católica, mas, naquele momento, era mais uma militância política, não partidária, trabalhando como assistente social junto aos camponeses primeiro, depois à população pobre da periferia e com a dimensão política da profissão.

E havia um questionamento, na época, em que nós, Assistentes Sociais — o Serviço Social — éramos uma profissão descolada, desligada da luta concreta e das condições políticas que existiam na época, que era a ditadura militar, fortemente prendendo trabalhador, cassando mandatos de dirigentes sindicais. Então, naquele momento, algumas de nós descobrimos que a profissão carecia de uma dimensão política. O que se pregava nas Faculdades chamadas ascéticas era que a profissão tinha que ser neutra, tinha que ser ascética para poder garantir o caráter científico da profissão. Isso não tinha nada a ver com o que a gente tentava fazer como Assistente Social junto aos camponeses e junto à população pobre dos centros urbanos. E aí se conseguiu articular um grupo de profissionais (*Erundina aqui já trata do período em que chega em São Paulo*) que estava saindo da Faculdade, particularmente da PUC. Aí estavam a Bia³, a Celinha⁴, a Chana⁵... Esses novos profissionais que já vinham com um engajamento político — não em partido, porque os partidos estavam proibidos de existir — mas havia as tendências, sobretudo daqueles que estavam voltando do exílio. E, então, algumas de nós, Assistentes Sociais, não aceitávamos essa pecha de que o Assistente Social era neutro, que não tinha que ter posicionamento político nenhum, que isso comprometeria o caráter racional e científico da

que achamos necessárias serem dadas em relação à alguns fatos mencionados por nossa entrevistada. Todas as informações acrescentadas se encontram em notas de rodapé.

³ Maria Beatriz C. Abramides, assistente social do Inocoop à época.

⁴ Célia Fernandes Vilarinho Peres, assistente social à época do Hospital do Servidor Público Estadual.

⁵ Chana Viner, assistente social à época da Prefeitura Municipal de Osasco.

profissão, e nós recusamos aceitar essa avaliação e esse critério. Mas isso, cada uma de nós sofrendo essa crítica, e foi a necessidade de nos organizarmos para enfrentarmos esse preconceito contra nós: que o Assistente Social era para resolver os problemas dos pobres que o governo criava — o governo da época, o sistema econômico da época criava — e nós, Assistentes Sociais, devíamos ir lá para pormos panos mornos entre os conflitos e as contradições. E alguns de nós nos recusamos a incorporar essa avaliação e deixar barato, e aí nós tivemos um momento de reflexão entre nós.

Não dava para pensar em fazer isso com os profissionais no seu todo, muito menos a partir de uma Faculdade ou de alguma entidade ligada ao Serviço Social, porque não havia — e as que havia não eram no sentido de evoluir, no sentido de assumir a dimensão política da profissão. A gente entendia que a neutralidade político-ideológica favorecia os que não queriam mudança nenhuma; pra eles estava tudo bem, estava tudo bom. Para resolver os problemas da fome, da pobreza, do desemprego, o trabalhador estava despreparado para enfrentar a conjuntura, e a profissão teria que estar junto, ajudando o trabalhador individualmente a superar as dificuldades, e não focada nas causas estruturais do regime político, do sistema político e do regime de governo, que era a ditadura militar.

E nós, trabalhando em órgãos públicos... então nós vimos que tínhamos que nos organizar e nos assumir politicamente e coletivamente, para poder a gente preservar os espaços que a gente estava conquistando e ampliar esses espaços. E aí a gente viu que tinha que assumir a tarefa de contribuir com a organização política da profissão.

Depois do mestrado, eu voltei para lecionar para Assistentes Sociais na Universidade Federal da Paraíba, em 1971... frequentei as reuniões do Departamento de Ciências Sociais; iria assumir a cadeira de Ciências Sociais numa segunda-feira e, na sexta-feira, recebi o recado da Chefe do Departamento de que minha entrada na Universidade tinha sido vetada pelo regime militar, da divisão do regime militar lá da região, que havia determinado ao Reitor⁶...

Entrevistadoras: Nesse momento você vai trabalhar com os camponeses, quando você não é contratada. Você já tinha um trabalho anterior, e você continua o trabalho com a derrota das Ligas Camponesas. Fale um pouco para nós deste trabalho.

⁶ Erundina, depois que se formou em Serviço Social, teve experiência como professora na área de Serviço Social “como monitora, como auxiliar. Mesmo como estudante, eu já trabalhava junto a algumas cadeiras no curso de serviço social lá em João Pessoa”. Explica que “a Faculdade de Serviço Social ainda não era da Universidade, ainda era uma escola de uma congregação religiosa...Portanto, eu, como auxiliar de ensino, como monitora, ajudei em algumas cadeiras lá, ainda como estudante. Quando fiz Ciências Sociais, era para lecionar nos cursos da Universidade. E aí fui impedida pelos órgãos de segurança” (Sousa, 2002, p. 14).

Luiza Erundina: As Ligas Camponesas foram destroçadas, numa violência enorme que ainda não se contou a sua verdadeira história, que teve um foco importante na Paraíba... Nós não éramos ligadas às Ligas Camponesas, nós entramos na relação com os que ficaram dos destroços do massacre... do Sapé⁷, e com o respaldo da Teologia da Libertação e da Pastoral da Terra da Arquidiocese da Paraíba, que era Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara, no Recife⁸. Era a igreja progressista... Toda aquela conjuntura do final do governo Goulart e o início da ditadura militar... teve uma presença muito forte da Igreja progressista, influenciando a política de educação e influenciando a política da terra... Era uma ação do nordeste, da igreja progressista, com os militantes políticos de esquerda que entraram na luta assumindo diretamente, concretamente, a dimensão política da militância. Fé e Política nasceu ali⁹.

A fé sem política se ressentia de sua eficácia, de sua importância, da sua oportunidade e da coerência... A fé sem política não é uma fé consequente, ou seja, uma fé transformadora. Portanto, tinha um vínculo cristão, católico, mas ao mesmo tempo tinha um braço político forte que associava a opção de fé com a ação política com vistas às reformas estruturais, as reformas de base que o Governo Goulart, o Celso Furtado e outros que estavam juntos estavam promovendo. Eles promoviam as reformas de base no sentido exatamente de enfrentar as injustiças, enfrentar as desigualdades, enfrentar, sabe, as consequências do capitalismo na sua forma mais atrasada, que tinha por base a propriedade da terra, apropriada individualmente, improdutivamente e excluindo os trabalhadores da terra e reforçando a migração campo-cidade.

⁷ As Ligas Camponesas do Sapé se referem ao núcleo das Ligas Camponesas que atuou na região do Engenho Sapé, localizado no município de Sapé, na Paraíba, sendo um dos núcleos mais importantes do movimento camponês entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Formadas por trabalhadores rurais (trabalhadores sem-terra, moradores de engenho, arrendatários e pequenos agricultores), as Ligas foram organizações de resistência às duras condições de vida e trabalho impostas pelos proprietários de terra na região do nordeste. No Sapé, as Ligas se organizaram para reivindicar direitos trabalhistas no campo, acesso à terra, fim de expulsões arbitrárias e reforma agrária. Com o golpe de 1964, as Ligas foram duramente reprimidas, e suas organizações – incluindo o núcleo do Sapé – foram desmanteladas. Consultar, por exemplo, Julião (1962), Medeiros (1987) e o Memorial das Ligas Camponesas (2025).

⁸ Dom José Maria Pires, o “Dom Zumbi”, foi arcebispo da Paraíba (1965-1995) e Dom Hélder Câmara foi arcebispo de Olinda e Recife (1964-1985). Foram umas das principais vozes da Igreja Católica na defesa dos Direitos Humanos durante a ditadura e por justiça social no campo. Quando ambos assumiram seus arcebispados, as Ligas já haviam sido duramente desmanteladas e passaram a denunciar e condenar a violência sofrida pelos trabalhadores rurais (que eram assassinados, que enfrentavam expulsões, prisões e ameaças). Dom Hélder e Dom José ajudaram a preservar e transformar o legado das Ligas, impulsionando e apoiando novas formas de organização popular, como as Comunidades Eclesiais de Base, sindicatos, centros de formação e movimentos rurais que deram continuidade, de outro modo, à luta iniciada pelas Ligas.

⁹ *Fé e Política* é uma corrente de reflexão e atuação dentro da Igreja Católica e de movimentos cristãos que surgiu na América Latina a partir dos anos 1960–1970, influenciada pela Teologia da Libertação. É um movimento que busca articular a vivência da fé com o compromisso social e político com as lutas contra as injustiças sociais, a conscientização política e o apoio a movimentos populares. Dom Hélder e Dom José foram grandes referências desse movimento.

Foi nesse momento, eu estava com essa atuação, que eu vim fazer o curso de mestrado (1968-69).

Voltei em 1970 (*para João Pessoa*), e não fui lecionar porque fui vetada pelo regime militar, eu tenho inclusive ofício do Reitor... informando isso... e fiquei o ano de 1970 trabalhando esse trabalho de igreja¹⁰, indo pro campo, indo com o bispo, porque se fosse sozinha era capaz de ser presa. Então, nós íamos no final de semana pra aquelas áreas cobertas que eles faziam no campo para conversar com os camponeses e pra tentar resgatar os trabalhadores que estavam dispersados com os destroços das Ligas Camponesas...

O medo e a repressão foram tão fortes sobre eles que eles não se reconheciam mais como camponeses, como trabalhadores rurais e foi com esse núcleo que restou das Ligas completamente destroçadas, muito medo, muito trauma, a morte do Teixeira (*faz menção ao documentário “Cabra Marcado para Morrer”*) e a sua parceira Elizabete¹¹. Com o apoio do bispo progressista Dom José e Dom Helder a gente tinha um certo respaldo pra tá trabalhando com os camponeses, não estávamos tão frágeis, tão expostas como Assistentes Sociais trabalhando com a igreja até um certo ponto...era um trabalho interdisciplinar, com profissionais de várias áreas...

Eu voltei para ir lecionar na Universidade Federal da Paraíba e aí houve o impedimento... Então eu fiquei trabalhando como funcionária administrativa... no INPS... e sendo muito visada. Onde eu ia tinha um olheiro destes querendo ouvir o que eu estava fazendo e gravando minhas falas em algum lugar pra ir me detonar. Eu me lembro uma vez, eu estava fazendo uma palestra com trabalhadoras domésticas porque elas estavam querendo formar uma associação, nós estávamos juntas para que elas formassem aquela associação e no final da palestra, no final da sala, eu encontrei um jovem que morava vizinho a minha família lá no bairro e eu conhecia esse rapaz, a irmã dele estudou comigo no Colégio estadual... e como o Colégio era afastado, muitas vezes era o pai da Edna e desse rapaz que ia nos levar... porque era muito deserto... Então eu o conhecia como vizinho, ele estava lá no fundo da sala, ele me abordou, se aproximou de mim, se apresentou, eu sou o fulano de tal, irmão da Edna, moro

¹⁰ Um ano antes de cursar o mestrado e trabalhando no SANDU, Erundina vai passar férias em São Paulo na casa de parentes e faz um concurso para assistente social no INPS, sendo aprovada. Ficou o ano de 1970 trabalhando no INPS, em João Pessoa, em uma atividade administrativa e “militando como assistente social. Militava nos movimentos de mulheres, no trabalho com o trabalhador rural” (Sousa, 2002, p. 14).

¹¹ Erundina se refere a Francisco Teixeira, que foi uma liderança das Ligas. Foi assassinado, em 1962, por latifundiários e grupos armados. Sua esposa, Elizabete Teixeira, também era militante e foi duramente perseguida, o que a obrigou a viver escondida durante todo o período da ditadura. O filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, foi iniciado em 1964 e pretendia relatar a vida de Teixeira com a participação de Elizabete. As filmagens foram interrompidas no dia do golpe e parte do material foi apreendida. Coutinho retomou o filme entre 1981–1984, agora como documentário sobre as lutas camponesas pré-64, o assassinato de Teixeira e a perseguição a Elizabete, seu sofrimento e o reencontro com os filhos. Link do documentário: <https://youtu.be/yaOQ2Pyo15w>

vizinho a sua casa e eu trabalho para o regime militar e eu estou aqui pra gravar o que você tá falando pra levar... então ele declarou, assim meio sem jeito.

Eu disse, olha você sabe as consequências disso pra mim e pra outras pessoas que eventualmente você segue levando informações...eu não faria esse trabalho... Então chegou um ponto que eu não tinha mais liberdade nenhuma, segurança em canto nenhum. Aí tinha uma amiga minha, irmã de caridade, que tinha um irmão que era membro do poder do 4º Exército lá em Recife e ela indagou dele qual era minha situação política diante das forças armadas...então ele falou pra ela que eu corria risco, que não era bom permanecer lá, que era melhor eu sair de lá, porque tinha problemas sérios, era mais seguro eu sair de lá...foi quando resolvi vir para São Paulo. Me lembro que eu não queria vir, queria continuar fazendo a luta lá pela Reforma Agrária e fui tomar o ônibus no Recife... até São Paulo. Já tinha estado lá fazendo o curso, e voltei como Assistente Social, como funcionária do INPS¹²... Então eu fui de ônibus para São Paulo...essa religiosa que era minha amiga foi me levar na rodoviária, eu muito magoada, chorando, eu senti como se eu tivesse deixado a luta para trás...

Cheguei em São Paulo (*em 28 de janeiro de 1971*), eu odiava essa cidade... São Paulo era muito frio e eu não tinha roupa adequada para o inverno... me lembro do frio que eu sofria. Eu trabalhava durante o dia...6hs fazendo cálculos... para benefícios para o trabalhador, trabalho... burocrático...

Aí comecei a dar aula na Faculdade Paulista de Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social das Faculdades Metropolitanas Unidas e na Pontifícia Universidade Católica (todas em São Paulo); no interior do estado, em que voltava na mesma noite, de ônibus: Universidade de Taubaté (UNITAU); Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, e na Universidade Católica de Santos, em Santos. Então eu fiquei dez anos lecionando em diferentes Faculdades.

Aí eu entrei na luta política através dos estudantes, que já estavam resistindo aos currículos tradicionais...os alunos fizeram greve e nós, professores, fizemos greve juntos, aí eles nos demitiram...¹³

¹² Erundina pediu transferência como administrativa do INPS para trabalhar em São Paulo. Ela já “tinha feito o concurso de assistente social, estava bem classificada, então era certo o meu aproveitamento como assistente social do INPS. Só que eles me colocaram num órgão de contabilidade, para fazer cálculos custo-benefício... Deve ter sido por limitações políticas, o fato de eles não terem me aproveitado como Assistente Social. E me lembro que me obrigavam a fazer cálculos, a fazer horas extras fazendo cálculos de serviços. Era uma agonia!” (Sousa, 2002, p. 16).

¹³ Erundina foi demitida da Faculdade Paulista de Serviço Social depois de nove anos de trabalho “... porque nós nos aliamos aos estudantes numa greve interna para repensar o currículo, para repensar a formação profissional” (Sousa, 2002, p. 22).

Entrevistadoras: E você também, neste período, já estava na luta no trabalho profissional. Você passa no concurso público em 1971 na Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo (Sebes) e vai trabalhar nas favelas¹⁴.

Luiza Erundina: Eu fiz um outro concurso e a prefeitura me chamou logo em seguida...e me puseram para trabalhar nas favelas e nos cortiços e aí que foi que eu me descobri em São Paulo. Porque quem eu fui encontrar nas favelas? Os trabalhadores rurais que não tinham mais condições de trabalho e viam para a cidade grande, não exatamente os mesmos, mas havia gente do nordeste, do interior de São Paulo. O fluxo migratório campo-cidade intensificou-se naquele período pela mudança da política agrária do governo, enfim, então eu fui para as favelas.

Aí eu percebi, havia poucas favelas na época porque a repressão sobre as ocupações era muito grande, e as ocupações se faziam de madrugada, uma a uma, família por família. Elas estavam chegando, não tinham onde morar, não iam para debaixo de viaduto ainda...então encontravam um vazio na cidade, um espaço e de madrugada montavam um barraco e entravam para dentro... A partir do dia seguinte ia crescendo, e ia se criando os núcleos de favela, foi onde a gente atuou como Assistente Social.

E eu, tendo uma identidade muito direta com a situação deles e com eles, porque estavam vindo expulsos pelo latifúndio, estavam vindo do campo para a cidade e chegavam aqui não tinham onde morar, muito menos trabalho, não tinham a formação para o trabalho urbano, na indústria. Não tinham, porque estavam vindo do campo, portanto numa precariedade muito grande.

O primeiro problema que enfrentavam, além do emprego, era o de não terem onde morar... eu, desde o início com outras colegas, acompanhamos essa construção, esse crescimento do fenômeno de favelas na cidade, favelas e cortiços, e foi rápido porque foi um

¹⁴ A Sebes foi transformada em Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes) em maio de 1977, criando a descentralização do órgão e a criação de Supervisões Regionais de Serviço Social (Surss). Erundina integrou a Surss da zona norte, a partir de 1978, na área de habitação. As diretrizes de trabalho de ação da Surss eram compreensão da realidade regional, criação de uma metodologia comum de trabalho social junto à população da área regional que tinha como estratégia a mobilização e participação popular. Em 1979, como representante da Surss, Erundina foi convidada pela direção da Cobes para a elaboração de uma proposta de trabalho junto a representantes de outros órgãos da prefeitura. A proposta não foi oficializada devido ao esquema montado para apoiar a candidatura do então prefeito biônico Reynaldo de Barros ao governo do Estado de São Paulo, transformando a Cobes em seu cabo eleitoral. Técnicos capacitados foram afastados, Assistentes Sociais perderam emprego e lideranças de movimentos populares cooptadas. “Ainda passei por outras experiências na Cobes. Tive oportunidade de compreender as limitações impostas pela instituição com o fim de impedir a realização de um trabalho comprometido com os interesses dos trabalhadores. Compreendi ainda que o profissional competente e realmente comprometido com os interesses dos trabalhadores, se está sozinho, não é capaz de reorientar uma prática institucional. Para superar as limitações, temos que ampliar e criar novos espaços de atuação, assumindo, ao mesmo tempo, clara posição política diante da realidade social” (Sousa, 1991, p. 69).

período que se intensificou o fluxo migratório campo-cidade... e aí os núcleos de favelas começaram a crescer e a se formar. A repressão policial e de governo se dava com muita força e aí nós fomos de novo visadas por estarmos juntas com eles nos momentos de despejos. Ficávamos ao lado deles enfrentando a repressão policial e como funcionárias da prefeitura.

E eles queriam que nós, Assistentes Sociais da prefeitura, ao invés de estarmos lá apoiando, defendendo os trabalhadores - sem terem onde morar - da repressão policial, nós tínhamos que convencê-los a sair e tendo uma ajuda financeira para dar a eles, uma passagem de volta de onde eram e alguma coisa para comer durante o caminho. Houve um decreto do Paulo Setúbal, que era prefeito da cidade, criando essa função para nós¹⁵. Aí foi a primeira vez que nós nos rebelamos, nós que estávamos sobrevivendo na cidade sob os olhos da ditadura, da repressão a nós, mas como funcionárias públicas.

A condição de funcionárias públicas nos dava acesso aos problemas, à população, às comunidades e as condições de sobrevivência nossa. Mas o compromisso da luta pela questão da terra, o direito a trabalhar e viver da terra e a terra pra morar... Eu descobri na luta que tinha que estar aqui mesmo... Eu tinha uma identidade muito forte porque eu trouxe de lá a razão de ser, o meu compromisso com a democratização da terra no campo, a mesma coisa a democratização da terra na cidade.

E aí foi o vínculo mais forte, político, que se criou entre, no meu caso e outras pessoas que trabalhamos juntas, com as favelas, os cortiços, com a população das periferias, que crescia assustadoramente...as ocupações já não se davam só individualmente, se davam por grandes grupos de pessoas e a resistência era mais forte, conseqüentemente, a repressão era mais forte...

A gente lá tentando evitar a repressão policial. O Adão morreu num despejo de favela na zona leste... Era um ocupante de terra que resistiu à expulsão, ao despejo, e nós tentando negociar com a polícia. Tinha alguns advogados — que estavam na nossa equipe — que também ajudavam a encaminhar junto à justiça, protelando a hora de despejar para poder juntar gente, organizar melhor a luta.

Aí nasceu o grande movimento de favelas e de cortiços pelo direito à terra na cidade pra morar e esse movimento foi tão forte que ensejou a organização política dos Assistentes Sociais, que trabalhavam com esse fenômeno.

¹⁵ Erundina se refere ao Decreto Municipal n.15.086 de junho de 1978 do prefeito biônico Olavo Setúbal. “O decreto determinava o uso da força policial e a intervenção de assistentes sociais através da Unidade de Supervisão Regional de Serviço Social (Surss)...para impedir a ocupação das áreas vazias na cidade para deter o crescimento das favelas”. Erundina, em outra entrevista, elucida: “Então, ia o assistente social, junto com o policial, levando uma ajuda para o aluguel de três meses, ou para a construção de um barraco, ou a compra de um terreno... Alguém que tivesse um terreno, um parente que tivesse um terreno para ajudar a construir uma casa, ou então, dar passagem de volta para as pessoas que estavam chegando...” (Sousa, 2002, p. 18).

A gente viu que não dava mais só como funcionária da prefeitura, Assistente Social que trabalhava na prefeitura, dar condições e ação política nossa sem que isso implicasse na nossa eliminação, na demissão. Não só eu, outras companheiras. Aí veio a ideia da gente reativar a Associação Profissional dos Assistentes Sociais, que estava desativada há sete anos.¹⁶

Aí foi o nosso trabalho, veio a Celinha, a Chana, a Bia, me convencer pra que eu assumisse a presidência da Associação, que seria reativada¹⁷... Eu não estava interessada em fazer militância sindical naquele momento, estava interessada em continuar a luta na cidade... usando a profissão, mas percebendo os limites e as determinações que faziam com que a profissão não iria muito a frente... que não iríamos resistir por muito tempo só como profissionais.

Aí veio a ideia da Associação Profissional, era um outro espaço que a gente criava pra onde a gente levava a discussão da luta pelo direito de morar, terras ociosas na cidade, a repressão nos despejos¹⁸. E o governo, também, começou a nos vigiar, a nos perseguir, enfim, era de novo a resistência ao regime militar a partir da ação profissional, mas ação profissional com uma dimensão político-sindical...onde vieram outros profissionais, outras associações, vieram e se juntaram a nós nesses momentos de *stresse* e de conflito e de confronto com o governo, com o regime.

Era um espaço mais independente e, ao mesmo tempo, apoiado por mais entidades, profissionais de outras áreas... E os próprios favelados também começando a discutir, perceber as causas dos seus problemas, começaram, também, a se organizar e a exigir que os profissionais também se organizassem.

¹⁶ Isso foi em 1977. Mas já no ano de 1968, houve tentativas de reorganizar a Associação por parte de alguns profissionais com o apoio do movimento estudantil por meio da realização de assembleias. Entretanto, com a promulgação do AI-5 em dezembro deste ano, esse processo de reativação foi impedido, assim como associações e entidades sindicais profissionais em todo o país. Esse processo ainda necessita ser investigado.

¹⁷ “Lembro-me que era um pessoal que tinha saído da PUC, recém-formado. Eu já tinha bastante idade, já era formada há muito tempo, mas eles me procuraram para dar condições de representatividade junto à categoria na reativação da APASSP. Então, eram jovens. Era a Chana, a Socorro - que trabalhava no INAMPS -, tinha um grupo grande de pessoas... a Celinha... Enfim, eram jovens que estavam saindo do curso de Serviço Social da PUC e que tinham vínculos com, por exemplo, a Convergência Socialista, com grupos clandestinos e que, no Serviço Social, viam como instrumento reativar a Associação. E eu estava junto com eles na APASSP” (Sousa, 2002, p. 17).

¹⁸ “E aí nós nos rebelamos – nós da APASSP – contra esse decreto e dissemos que não íamos cumpri-lo. Isso em plena ditadura...Aí, chamamos a população favelada para dizer: olha, esse decreto é para tirar vocês das áreas em que vocês estão, além de impedir que ocupem outras. Portanto nós estamos sendo ameaçados de demissão, de enquadramento na Lei de Segurança Nacional etc. Então vamos juntos tentar resistir a essa ordem, a esse decreto”. Sousa (2002, p.18). Um debate sobre essa questão foi promovido pela APASSP com moradores de favelas, representantes de movimentos sociais e de outras categorias profissionais, dando “início ao processo de organização dos moradores das favelas...depois surgiam as Associações de Moradores de Favelas, que passaram a dirigir o movimento de forma autônoma ...” (Sousa, 1991, p. 77-78).

Eles não entendiam, depois de um certo tempo que a gente os convencia a se formarem com suas comunidades para resistir, a luta, eles não entendiam que nós não tivéssemos também a nossa organização. Isso nos formava também, nos levava também, nós, também, tínhamos questões profissionais nossas que requeriam uma ação política em defesa de nós, porque somos trabalhadores. Nunca a profissão se colocava para si mesmo a condição de trabalhador assalariado, os profissionais se achavam profissionais liberais. Coisa nenhuma, eram assalariados, explorados tanto quanto e que precisavam se organizarem, conscientizarem da sua posição de opressão, de injustiça, de desigualdade.

Também isso contribuiu para que os profissionais comessem a se interessar pela militância sindical através da Associação Profissional... Então a profissão começou a se politizar, a profissão era tida mesmo como profissão a pretexto de ser técnica, científica, não pode ter opção ideológica, falar em política¹⁹... então a gente rompeu com tudo isso... e essa ruptura se deu definitivamente no Congresso (de 1979).

Entrevistadoras: Neste contexto mesmo como é que era esse trabalho (na SEBES) junto com a docência?

Luiza Erundina: Eu continuei lecionando nas escolas no horário que não era o do trabalho na prefeitura²⁰.

Entrevistadoras: Luiza, duas perguntas ligadas. Você era Assistente Social, docente e militante sindical. Como é que esse conteúdo, essa prática, essa relação com os movimentos sociais vieram para os conteúdos (se veio, como veio), para o ensino nos espaços em que você estava? E, situe para nós, elementos da pressão interna que esse movimento da categoria produziu no âmbito da Secretaria de Bem-Estar Social. Teve o Congresso que é emblemático, mas também tem muito mais coisa aí.

¹⁹ Segundo Erundina, “a diretoria da APASSP estava decidida a contribuir no processo de mobilização e organização da categoria” por meio de realização de atividades e lutas que envolveram profissionais do estado de São Paulo e de todo o país. Lembra que um “número significativo de profissionais e estudantes de Serviço Social compareceu ao painel intitulado “O papel do assistente social frente à realidade brasileira” em 1978, em comemoração ao dia da profissão no teatro TUCA da PUC-SP. Sousa (1991, p. 76). Explicita: “Reativamos a APASSP, e fiquei três anos como presidente (1978-1981), participando de todas as lutas de resistência”. Na greve geral dos servidores públicos do estado e do município, em abril de 1979, Erundina era do comando de greve como Assistente Social da prefeitura e como presidenta da APASSP, e em alguns momentos, assumiu a liderança da greve, que durou mais de um mês. A APASSP, também, esteve presente na Comissão Permanente de Mobilização no apoio aos trabalhadores metalúrgicos em greve no ABCD (em 1979), no Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos em greve no ABC e, desde 1978, compôs a coordenação geral do Comitê Brasileiro de Anistia.

²⁰ Nesse tempo, Erundina lecionava nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), uma instituição privada: “Lembro-me que, a cada ano, os estudantes me convidavam para ser paraninfa, e meus discursos eram gravados. Em seguida, eu era chamada na diretoria para explicar meus discursos. E os estudantes... faziam um abaixo assinado exigindo a minha volta no ano seguinte, porque eles sabiam que se eles não fizessem isso, se não me sustentassem, eles me demitiriam” (Sousa, 2002, p. 23).

Luiza Erundina: Antes de trabalhar nas favelas, eles me puseram para coordenar o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que era de responsabilidade da prefeitura... e tinha uma equipe muito boa... gente tocada pela luta também... Eu coordenando a equipe... algumas delas politizadas...

Quando estudava, a gente adotava o método Paulo Freire no campo, alfabetizando trabalhadores... esses profissionais conheciam e trabalhavam com o método Paulo Freire. Aí veio a obrigatoriedade do livro do MOBRAL, que era o livro da Abril²¹, com método de alfabetização de adultos mais antigo do mundo e generalizado para todo o país... Dissemos: vamos elaborar apostilas com o método Paulo Freire, nós não vamos usar os textos da Abril, mas isso tínhamos que fazer clandestinamente porque se a gente fosse pego era grave. Nós passamos a alfabetizar com o método Paulo Freire através de apostilas elaboradas pela equipe.

Portanto, a gente ia fazendo subversão na medida que desse aqui e acolá no interior da instituição. Aí veio forte foi esse trabalho nas favelas que era um fenômeno que explodia... e isso tinha um fator de subversão forte. Por isso, eles escolhiam a nós, Assistentes Sociais, para convencer os que estavam ocupando a terra para voltar para seu lugar de origem...

Entrevistadoras: O que vocês faziam quando foi colocada essa demanda, esse decreto?

Luiza Erundina: Ao mesmo tempo que levava os serviços, a assistência social... cesta de alimentos, ajuda para aluguel, etc. nós levávamos, juntas, a preocupação em conversar com as pessoas que a gente levava esses serviços, a razão do porque eles estavam precisando desses benefícios. Não é porque você está desempregado que você está recebendo esses benefícios, você é desempregado porque tem uma situação maior que te coloca nessa situação. Não é culpa sua, nem é favor nenhum do governo... Você tem direito a muito mais, você tem direito ao trabalho, a emprego, a salário, a morar. Então você levava junto a conscientização, a força da conscientização, mas tudo isso sob um risco muito grande, porque havia pessoas encomendadas para ver o que a gente estava fazendo... Éramos profissionais... que conseguiam permanecer junto ao povo e, se realmente estava tocado pelo processo de emancipação do pobre e de oposição ao regime, esse contato com o povo era fundamental. Com todos os riscos que isso implicava. Se não você ia reproduzindo a situação gerada pela própria política do governo...

Não dá para levar os benefícios só sem levar junto a consciência ao beneficiário do porque ele tá recebendo isso, porque isso significa pra ele não achar que tá recebendo um favor. Não é favor. Então era um processo de conscientização na linha freiriana mesmo.

²¹ O MOBRAL foi um programa criado no período da ditadura (1967-1985), que impôs a utilização do material didático produzido pela editora Abril no processo de alfabetização funcional de jovens e adultos. O material promovia um ensino homogeneizador em profunda sintonia com a ideologia do regime.

A gente lia os livros de Paulo Freire que a gente importava clandestinamente²². Alguém que viajava para o exterior e não tinha vínculo com a política, era lançado um livro do Paulo Freire em algum país, a gente sabia. Então falávamos: quando você vier compre o livro tal e esconde na sua mala, chegando aqui eu pago. A gente importava dessa forma, clandestinamente, os livros e, nos finais de semana, a gente se escondia em algum buraco...e estudava, lia os livros, era assim. Era resistência mesmo. Acho que isso nos formou muito. Não foi fácil. Era aquilo que a gente fazia no nordeste...

Então o serviço público dava essa margem de possibilidade se você tivesse uma consciência, se tivesse um projeto, se tivesse decidida a correr o risco... Ou você corria o risco ou você ficava aguardando o dia em que acontecesse alguma coisa, mas alguma coisa estava acontecendo... Foi uma luta muito dura, mas que nos formou...

Entrevistadoras: Você avalia o fato dessas assistentes sociais... já terem resistido como estudantes, já terem resistido no campo, isso auxiliou a própria formação de consciência delas? Eram profissionais que vinham com um grau de consciência muito grande.

Luiza Erundina: É o meu caso. Havia antes o envolvimento dos profissionais na política, até que assumissem uma luta política no plano institucional²³.

Neste momento da entrevista, Maria Beatriz C. Abramides e Luiza Erundina evidenciam, juntas, o fato de os movimentos sociais reconhecerem a importância da APASSP para suas organizações e suas lutas. Também afirmam a importância da APASSP se constituir como um espaço da luta sindical e de articulação política das profissionais que estavam atuando nas várias políticas sociais públicas setoriais. E, nelas, ajudando os movimentos a organizarem-se na defesa dos seus direitos (como as lutas pela tarifa social de água e luz, pelas creches

²² Importante lembrar que Luiza Erundina, quando cursava a graduação em Serviço Social já fazia um trabalho de alfabetização de adultos no ciclo de cultura do Paulo Freire. Com a instauração da ditadura, lembra que "...nossos livros tiveram que ser escondidos, os retroprojetores que usávamos nas aulas de alfabetização de adultos tiveram que ser enterrados..." (Sousa, 2002, p. 7).

²³ Em outra entrevista, Erundina é indagada sobre qual a relevância que teve a militância de alguns Assistentes Sociais vinculados a organizações de esquerda - para além dos espaços da categoria profissional- naquele momento histórico. Ela evidencia: "Antes de tudo, contribuiu para criar uma outra imagem do profissional de Serviço Social junto aos trabalhadores e a sociedade em geral. A militância política desses assistentes sociais e seu engajamento concreto nas lutas reivindicativas dos trabalhadores e dos segmentos excluídos da sociedade, contribuiu para afirmar a dimensão político-ideológica da profissão. Também ajudou na articulação dos Assistentes Sociais com profissionais de outras áreas (pedagogos, sociólogos, economistas, advogados), ampliando e fortalecendo, assim, sua própria atuação e a daqueles com os quais militavam e participavam das mesmas lutas. Ajudou no processo de politização dos assistentes sociais menos politizados e contribuiu na organização política da categoria, participando da criação de associações profissionais e sindicatos como instrumentos de luta por direitos e de conquista de espaço de ação política na sociedade. Em síntese, a militância dos Assistentes Sociais vinculados a organizações de esquerda, nas décadas de 1960 e 1970, foi muito importante como presença da categoria nas lutas que marcaram aquele momento histórico da vida do país e que criaram as condições para as mudanças e avanços, cujos efeitos até hoje se fazem sentir" (Sousa, 2009, n.p.).

diretas, contra as mães crecheiras, entre outras). Eram profissionais que estavam enraizadas na discussão dessas lutas.²⁴

Entrevistadoras: Como que isso pressiona a instituição para mudanças internas? E também dos movimentos que resultam das ações que pressionam essas mudanças?

Luiza Erundina: Você percebe que o movimento é uma luta mais de prestação de serviços e aproveitar essa relação de prestação de serviço para dar um componente conscientizador e politizador. Isso vai crescendo ao ponto de que uma comunidade que lutava para a canalização de um córrego... ou uma creche... ou um posto de saúde, essa luta ela ia se qualificando, ia se coletivizando. Quanto maior era o número de pessoas que demandavam aquele serviço e que lutavam por eles juntos, mais rapidamente esse coletivo se transformava numa força política. Aí, junto com profissionais que tinham uma opção política que trabalhava junto com eles, tinha uma mão dupla de politização e de força política que se criava a partir deles e a partir de nós. Nós nos formamos politicamente, nós nos organizamos politicamente, ao mesmo tempo que ajudávamos a população a se conscientizar da sua força, dos seus direitos...

Depois de um certo tempo que eu vivia isso, eu também quero dizer que quando é que eu e outras decidimos pela militância política partidária, porque exatamente o sindicato, a associação profissional, a CUT (Central Única dos Trabalhadores)... nós estávamos acompanhando a evolução do movimento sindical, nós apoiávamos a greve dos metalúrgicos... a gente ia para os eventos.

Eu me lembro de uma companheira nossa que se chamava Maria Odete... era só profissional, não tinha apelo político, mas ela descobriu a política na profissão naquele momento. Ela fazia lenços para usarmos nos atos contra o gás lacrimogêneo da polícia... Foi um processo muito rico, muito bonito e que fica...

Aí veio a nossa opção partidária e a ideia do mandato de vereadora, a própria profissão e os movimentos entendiam que era importante ter um mandato de vereadora. Então veio não por eu querer ser não, veio como consequência desse processo. Então, eu fui a vereadora levando os movimentos para dentro da Câmara... Essa mesma dinâmica que a gente imprimia à profissão junto aos movimentos, a gente passou a adotar essa dinâmica no espaço institucional no exercício de um mandato de um partido que nascia com uma vocação socialista, o Partido dos Trabalhadores. Que nascia na porta das fábricas, na porta dos sindicatos, na luta do campo, na luta das periferias, na luta pela reforma agrária. Portanto, um partido genuinamente do povo,

²⁴ Para uma explicitação da relação da APASSP com as lutas sociais aqui referidas, conferir Abramides, Duriguetto e Batistoni (2025).

nasceu do povo e o povo se formando com ele. Os petistas de origem se formaram na construção do partido, eles não acharam o partido pronto, eles acharam primeiro a luta e como membro da luta, viam a necessidade de ter uma ferramenta mais forte... não era suficiente o sindicato, a CUT, são necessários, mas não suficientes.

O suficiente era você disputar o poder político, porque é o poder político que muda as estruturas junto com o poder popular. Mas só que, com o tempo, esses partidos que nasceram com a vocação de ser poder popular - nascer com o poder popular e exercitar-se como poder popular - se perdeu e passou a se encastelar nos espaços institucionais de poder e se afastou do povo... Muita gente que veio do movimento se pendurou em mandatos, tirou lideranças dos movimentos, isso ao longo do tempo... Mas o processo anterior nos formava a gente de tal forma que a gente não conseguia fazer diferente.

Entrevistadoras: Este movimento na profissão também estava acontecendo na América Latina.

Luiza Erundina: O processo de formação política — que teve no Brasil aquela expressão que culminou com o Congresso de 1979 — também se dava um movimento na América Latina... a partir da resistência do povo às ditaduras... A categoria de Assistentes Sociais também participou desse movimento no Movimento de Reconceituação, reconceituando as bases teóricas que davam sustentação ao trabalho da profissão... E teve a integração da resistência dos profissionais na América Latina e do Brasil e a construção do novo no Serviço Social que era o processo de reconceituação.

Entrevistadoras: E fizemos aqueles encontros na época com o apoio do CELATS (Centro Latino-Americano de Trabalho Social) que era a unificação desses assistentes sociais com os movimentos sociais na América Latina e no Brasil em que já discutíamos isso, nós fizemos o encontro em Itapeverica, antes do Congresso de 79. Antes deste Congresso, com esta relação direta que a Luiza está trazendo, em que a gente começa a se organizar estando coladas nas lutas sociais, junto com os movimentos sociais como assistentes sociais, nós vamos caminhando para essa direção antes, e com esses apoios como o do CELATS que vai apoiar a experiência do INOCCOP, a CENEAS, e que nos possibilitou organizar antes para o Congresso da Virada.

Luiza Erundina: As oposições sindicais do Serviço Social fazendo oposição aos sindicatos antigos. Uma inserção real nos fatos, nas conjunturas e influenciando as conjunturas... Por conta desse movimento na categoria e relacionado a outras categoriais que teve impacto na formação profissional. Éramos nós que estávamos na formação profissional, mas, já na condição de ter engajamento político...

Entrevistadoras: E era via associações que as Universidades vinham. Nós puxávamos as universidades, lembra quando a gente fez aquele ato pelas creches diretas na PUC, depois a defesa da moradia... Era nossa relação direta com a luta social como assistentes sociais e influenciando as universidades.

Luiza Erundina: Uma questão importante foi a relação da profissão com os trabalhadores assalariados e a relação dos trabalhadores assalariados com a profissão. Quando da greve dos metalúrgicos de 1978, quando Lula fez aquela denúncia no estádio da Vila Euclides²⁵ que a Volkswagen estava contratando Assistentes Sociais para aliciar os trabalhadores a saírem da greve... Quando no encerramento do Congresso (*de 1979*), o Lula foi convidado... para compor a mesa de comissão de honra do Congresso, porque nós destituímos a comissão de honra fruto da preparação nossa três dias antes do Congresso, que a gente não concordava com o Congresso, com como ele foi construído, com a programação, os custos, a exclusão dos estudantes... Nós fizemos uma denúncia a tudo isso... (*Erundina rememora aqui a dinâmica de denúncias e mudanças produzidas no Congresso de 79 pelas associações profissionais*)²⁶.

²⁵ Em abril e maio de 1979, Luiz Inácio Lula da Silva, na condição de líder sindical, realizou discursos e assembleias históricas no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, como parte da greve geral dos metalúrgicos do ABC. No discurso que Erundina faz como paraninfa da turma de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de São Paulo, em março de 1979, ela explicita: “... injusta e arbitrária intervenção do Governo nos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABCD e à odiosa repressão policial de que estão sendo vítimas os trabalhadores daquela região. Estão sendo punidos por reivindicarem um direito. Seu ‘crime’ consiste em exigirem um tratamento mais justo nas injustas relações de trabalho, usando, para isto, do legítimo recurso de greve... Não podemos deixar de repudiar, nesta oportunidade, tais arbitrariedades, em incorrer em grave omissão e sem trair nosso compromisso profissional. Não é suficiente, porém, denunciar e repudiar. Temos que assumir, enquanto categoria profissional, posição ativa de apoio ao movimento dos trabalhadores” (Sousa, 1991, p. 45-46). Nos discursos para a turma da Faculdade de Serviço Social das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo e da PUC de Campinas, respectivamente em 1979 e 1980, também repudia as demissões de profissionais que estavam ocorrendo em órgãos públicos e empresas privadas por suas posições críticas à ditadura: 24 Assistentes Sociais e outros profissionais do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo (Inocoop); 05 Assistentes Sociais da Fundação de Promoção Social da Prefeitura de Santo André; Assistentes Sociais do Hospital dos Servidores Públicos do Estado e 06 professores da Faculdade Paulista de Serviço Social (Sousa, 1991, p. 47-48; 118-119).

²⁶ Nos dias 21 a 23 de setembro de 1979 realizou-se na cidade de São Paulo o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, do qual participaram 21 entidades e criaram a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), que teve a APASSP na coordenação. Um dos temas deste Encontro foi a avaliação da organização do Congresso, em que destacaram o caráter acrítico dos temas que seriam debatidos, como o das políticas sociais, representantes governistas na composição das mesas, descompromisso com as lutas de resistência à ditadura, entre outras questões. O III CBAS foi realizado de 23 a 28 de setembro, com cerca de 2500 profissionais. No segundo dia do Congresso, foi chamada uma assembleia (dentro do Congresso), na hora do almoço, quando estava programada uma visita às entidades sociais. “No refeitório, com 600 congressistas, viramos o jogo do Congresso. Dissemos: Vamos tomar a direção do Congresso. Propusemos, e foi aprovado, que aquela Comissão de Honra composta à revelia da categoria, pelo então Presidente da República, General João Batista Figueiredo; o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, (que havia cassado a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Luiz Inácio Lula da Silva); o Ministro da Previdência, Jair Soares; o Governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, o Prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros e o secretário da Promoção social do Estado de São Paulo, Antônio Salim Curiati, seria substituída por representantes dos dirigentes sindicais cassados; do Comitê Brasileiro pela Anistia; do Movimento Contra a Carestia; da Associação Popular de Saúde; da Frente Nacional do Trabalho, em homenagem aos trabalhadores

Eu queria chegar no momento do discurso do Lula (no Congresso) que começa dizendo assim: agora eu descobri que tem Assistente Social e tem Assistente Social, tem Assistente Social que está do lado do trabalhador e tem Assistente Social que está do lado do patrão. Isso eu aprendi nesse Congresso...

Foi um momento importante politicamente dessa descoberta, porque para nós que estávamos ligadas na resistência à ditadura e construindo uma nova profissão... de ser denunciado para milhares de trabalhadores que estavam na Vila Euclides...que Assistentes Sociais estavam sendo contratados para tirar os trabalhadores da greve, foi uma denúncia que pegou pesado na gente, nós que estávamos lá... Aí ele lembrou desse fato, aliás foi uma assistente social que levou o convite para ele fazer o encerramento do Congresso... isso foi um momento importante, que foi o resgate dos Assistentes Sociais pelos trabalhadores²⁷.

Entrevistadoras: Uma questão agora é em relação à ocupação da Gleba do Pêssego.

Luiza Erundina: A população queria cobrar do governo algumas providências... aí nós trouxemos um grupo bastante grande... para ser recebido pelo Coronel Ávila e ele não recebeu. Então nós entramos na marra...ele chamou polícia para cercar o prédio e queria que a população saísse e que ficássemos só nós, Assistentes Sociais. Aí a população disse não, nós não vamos sair... e saímos juntos só de madrugada...²⁸

Entrevistadoras: Luiza, nas suas entrevistas, no seu livro²⁹, você fala que carregou na sua trajetória política até os dias atuais muito do seu compromisso, da sua concepção e visão profissional. Queríamos que você falasse disso.

Luiza Erundina: Eu tenho consciência de que toda essa trajetória, essa busca, esses avanços, também recuos, também tem perdas... vinha a minha formação profissional. A minha opção profissional marca cada momento dessa trajetória minha. Eu fui a Assistente Social que fui pela minha formação profissional de compromisso com o povo e de acreditar no povo. Que o povo é a origem do poder, portanto, estar com o povo, é estar com o poder e colocar esse poder a serviço do povo.

brasileiros e todos os que morreram na luta em defesa da democracia. A assembleia de encerramento contou com a presença da Comissão de Honra, eleita democraticamente pelos congressistas, ocasião em que várias Moções importantes foram aprovadas destacando-se, entre outras, a de repúdio à intervenção nos sindicatos e prisão de líderes sindicais; contra o projeto de Anistia restritiva e contra a devastação e ocupação da Amazônia" (Sousa, 2009, n.p.).

²⁷ As demais propostas aprovadas e os discursos proferidos por Erundina e por Lula no Congresso estão reproduzidos em Sousa (1991, p. 91-112).

²⁸ A pergunta refere-se a um trabalho de assistentes sociais e demais profissionais da SEBES junto a um movimento de moradia no período de 1979 a 1982. Este trabalho e o processo de tensionamento, de repressão e de criminalização imposto pelo órgão institucional aos profissionais foram desenvolvidos em Abramides e Duriguetto (2024).

²⁹ Sousa (1991).

Outro dia eu encontrei meu discurso de posse como vereadora... é incrível como esse eu já tinha o pensamento político na relação com a profissão... Eu me surpreendi como aquilo era a expressão daquilo que eu carregava comigo desde sempre. Quando eu cheguei como vereadora e de lá para cá eu fui a prefeita que fui, a deputada que fui — e continuo sendo a deputada que fui — tem a marca daquela luta e do meu compromisso profissional. É muito forte. Por isso eu digo se eu tivesse que escolher outra profissão outra vez eu escolheria o Serviço Social. Para mim, não tem uma formação tão determinante, na vida de uma pessoa, determinação na formação profissional de uma pessoa como foi para mim o Serviço Social. Eu não queria ser Assistente Social, queria ser médica... Me encontrei com o Serviço Social, já estava na luta pela reforma agrária. É muito forte o Serviço Social. É uma profissão realmente que muda a pessoa e promove mudanças. Se você realmente se organiza politicamente para isso. Realiza. E é uma profissão que não é prestigiada, que não tem bom salário... Mas é uma opção que se faz...

Se não te passar essa visão da profissão, a formação profissional fica muito reduzida às técnicas... e deixa de ter a marca que teve em toda a América Latina e passou a ser respeitada pela sociedade.

Entrevistadoras: Nossa pesquisa tem esse objetivo também de reafirmar esse tempo, essa posição, esse trabalho de relação político-ideológica com os movimentos sociais, em que segmentos profissionais articularam seu trabalho, nos espaços sócio-ocupacionais, com as mobilizações e as organizações populares que estavam acontecendo naquela época em São Paulo. Ao mesmo tempo em que tinha um trabalho profissional muito vinculado às demandas populares (tanto as organizadas quanto as não organizadas), também tinha uma dimensão da militância política seja no sindicato, seja no partido. E foi essa conjugação de uma ação profissional comprometida nas e com as lutas mais a militância política que formaram a época de vocês, dos Assistentes Sociais dessa época que fizeram tanta coisa maravilhosa. Que lição que isso fica?

Luiza Erundina: Fica nas pesquisas que vocês estão fazendo, e essas pesquisas vão mexer com a cabeça das novas gerações. Não queremos transferir para elas essa nossa experiência que já não serve mais, é outra época, é outro momento. Não é que aquilo lá não serve mais, não serve mais para fazer face a essa conjuntura. Então capacitar as pessoas a avaliar o que é uma conjuntura, como ela se apresenta em um determinado momento e como isso é base da formação profissional... É o que se pretende com essa profissão naquele tempo que você está vivendo.

O que marca a profissão nesse momento como resposta a realidade que está aí... tem que ter uma dimensão política que é a força da ação profissional, é a opção política do profissional. Eu não vejo um profissional que lida com o povo, que lida com as contradições da sociedade, que não tenha um posicionamento político a respeito daquele momento, da sociedade, do país. É isso que nos dá elã, expectativa de futuro. Não fica preso ao cotidiano, a rotina profissional que mata qualquer ânimo, qualquer alento, qualquer sonho. Tem que sonhar. É o tipo de profissão que se não sonhar, se não se apaixonar, não muda muita coisa, e não dá alegria.

Estamos aqui vibrando com o que vivemos a quarenta, cinquenta anos atrás. É muito legal chegar ao momento que a gente está e olhar que a gente viveu isso, isso foi bom para nós e para os que viveram naquele tempo. O país tem jeito. É possível fazer diferente, e a história vai acontecendo... Eu sou muito feliz por ter feito essa opção profissional. Te juro. Eu faria outra vez essa opção, o Serviço Social.

Referências bibliográficas

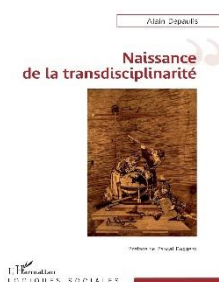
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, DURIGUETTO, Maria Lúcia. “Serviço Social e lutas sociais: o relato de uma experiência de trabalho profissional na prefeitura municipal de São Paulo (1979-1982)”. *Revista Ser Social*, Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia; BATISTONI, Maria Rosângela “Lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical do Serviço Social na realidade paulistana”. *Revista Em Pauta*, 23(59), 2025.
- CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Mapa Filmes / C.P.C. – Centro Popular de Cultura da UNE / MPC – Movimento de Cultura Popular de Pernambuco, 1984. Documentário, 119 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yaOQ2Pyo15w>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- FREIRE, Paulo. Prefácio. In: SOUSA, Erundina Luiza de. *Exercício da paixão política*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SOUSA, Erundina Luiza de. *Exercício da paixão política*. São Paulo: Cortez, 1991.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora FASE, 1987.
- MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. © 2025. Disponível em: www.ligascamponesas.org.br. Acesso em: 7 nov. 2025.

Entrevistas concedidas por Luiza Erundina de Sousa

- SOUSA, Luiza Erundina de. *Luiza Erundina (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/Ministério da Previdência e Assistência Social - Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002.

ERUNDINA, Luiza. *Memória da Associação Profissional dos Assistentes Sociais (APASSP)*. 2009. Disponível em: <http://exerciciodapaixaopolitica.blogspot.com/2011/11/memoria-da-associacao-profissional-dos.html>. Acesso em: 14 nov. 2025.

Resenha



DEPAULIS, Alain. *Naissance de la transdisciplinarité*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2024. 230 p.

Interpenetrabilidade epistêmica como modelo contemporâneo de construção do conhecimento: reflexões a partir de Alain Depaulis

Epistemic interpenetrability as a contemporary model for knowledge construction: reflections on Alain Depaulis

Fábio Luiz Nunes*  

A fragmentação do conhecimento em disciplinas especializadas é um fenômeno que tem provocado debates sobre o progresso científico (Balietti; Mäs; Helbing, 2015) e a própria estrutura da produção de saberes (Lightman; Sera-Shriar, 2022). Em um ambiente de permanente questionamento das fronteiras disciplinares, a publicação da obra *Naissance de la transdisciplinarité* (Éditions L'Harmattan, 2024), ainda sem tradução para a língua portuguesa, representa uma leitura bastante dedicada sobre a gênese de um campo de saber que busca precisamente articular diferentes domínios do conhecimento. Seu autor, o psicanalista francês Alain Depaulis, é membro da École Freudienne e possui um percurso profissional que fundamenta seu interesse teórico no tema. Atuando como psicoterapeuta no Centre Médico-

* Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. E-mail: fabio.nunes.fln@cefetmg.br

psycho-pédagogique (CMPP) e na Consultation Médico-psychologique (CMP), localizados no departamento francês de Creuse, Depaulis cofundou o ateliê PLURIACT, focado na aplicação de múltiplos conhecimentos no atendimento a pessoas vulneráveis.

Naissance de la transdisciplinarité inicia-se com um prefácio de Pascal Roggero, professor de sociologia na Université de Toulouse 1-Capitole, que posiciona o trabalho de Depaulis (2024) como um exame do conflito histórico entre concepções unitárias e diversas do conhecimento científico. Roggero aponta a filiação do autor à linhagem intelectual que valoriza a complexidade e a multiplicidade, estabelecendo um percurso que vai de Giordano Bruno a Gaston Bachelard e que encontra em Edgar Morin um referencial teórico central. Na introdução, Depaulis (2024) apresenta o “paradoxo do Um e do Múltiplo” enquanto problema fundamental que dá vida a sua investigação. O autor reconstitui a origem dos termos, mostrando que emergência lexical de *transdisciplinaridade* data de 1972, em um artigo do biólogo cognitivista Jean Piaget, uma evidência que encontra correspondência em levantamentos históricos que também apontam para o seminário da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 1970 como o evento que inaugura a circulação da palavra (Bernstein, 2015). A introdução organiza ainda a estrutura do livro, cujo objetivo é traçar as condições de gestação, os debates e as resistências que marcaram a constituição do pensamento transdisciplinar.

O trajeto histórico da obra tem seu ponto de partida no capítulo um, que descreve como, na virada do século XX, os trabalhos de Paul Valéry, Sigmund Freud e Carl Gustav Jung conduzem à fragmentação da noção de um sujeito unificado, condição preliminar para a superação de uma visão monocular da realidade. O capítulo dois debruça-se sobre a ascensão do pluralismo no campo epistemológico, com as contribuições do escritor belga Rosny aîné e do epistemólogo e químico francês Émile Meyerson. O capítulo três, por sua vez, narra as resistências a esse movimento, materializadas no verificacionismo do Círculo de Viena e no célebre critério de refutabilidade de Karl Popper. O conjunto desses capítulos apresenta ao leitor as premissas históricas de uma reorganização epistemológica que demanda a interpenetração de saberes distintos, um princípio fundamental do *pensamento complexo*, conceito fulcral de Morin (2005). O capítulo seguinte investiga as fontes do pluralismo anglo-saxão, com especial atenção à filosofia de William James, estudioso que, influenciado por Hegel, Fechner e Bergson, desenvolve um pensamento fundamentado na experiência concreta. Esse itinerário intelectual descrito por Depaulis (2024) antecipa a formulação de novos postulados, como os axiomas da transdisciplinaridade que instituem os *níveis de realidade* e a *lógica do terceiro*

*incluído*¹ como ferramentas para a unificação de campos do conhecimento sem a fusão destes, como afirma Nicolescu (2012).

Nesses capítulos iniciais, Depaulis (2024) põe em evidência uma argumentação interessante (e relativamente inovadora) ao eleger a fragmentação psíquica como o antecedente necessário das revoluções na física e na filosofia, provando que a quebra da unidade do sujeito precisava ocorrer antes da quebra da unidade da ciência. A recuperação de figuras injustamente laterais, a exemplo de Rosny aîné, e a justaposição com a busca meyersonianiana pela identidade conferem densidade teórica ao texto, salvando-o de ser uma compilação histórica banal. É notável a franqueza com que o autor desautoriza a assepsia do Círculo de Viena e a inflexibilidade do modelo popperiano, tratando-os menos como ápices da racionalidade e mais como obstáculos sanitários à compreensão do real. Rejeitando a obsessão pela clareza linguística que esteriliza o pensamento, Depaulis toma partido, e tal atitude fortalece sua tese, na visão deste resenhista.

No quinto capítulo de sua obra, Depaulis (2024) desenvolve um diálogo improvável entre o racionalismo absoluto de Husserl, com o ideal de uma filosofia universal e a busca pela verdade pura, e o racionalismo em extensão de Bachelard, para quem o progresso científico por meio de rupturas epistemológicas e da superação de obstáculos. O próximo capítulo investiga a promessa não concretizada do pluralismo na sociologia, apresentando a constituição da disciplina desde o positivismo comtiano e sua classificação rígida das ciências e a distinção de Dilthey entre as *ciências da natureza* e as *ciências do espírito*, até a sociologia da ação de Simmel. Nesse ponto, Depaulis (2024) afirma que o rigor metodológico inspirado nas ciências naturais limitou o potencial de diálogo disciplinar, uma limitação que estudiosos como o analista do discurso Patrick Charaudeau (2010) ajuda a elucidar, à medida que diferencia a mera justaposição de saberes de uma interação que reconfigura os campos envolvidos. O sétimo capítulo, por seu turno, é dedicado ao pluralismo anarquista de Paul Feyerabend, cuja crítica radical ao método científico é apresentada como uma reação necessária ao dogmatismo, o que se amolda à crítica de Morin (2005) ao chamado *paradigma de simplificação* que mutila o conhecimento ao isolar os saberes.

¹ Os níveis de realidade podem ser entendidos como um conjunto de sistemas regidos por leis idênticas, como o mundo quântico e o nosso mundo macroscópico. A lógica do terceiro incluído é o que permite articular esses níveis: diferente da lógica clássica (na qual algo é A ou não-A), ela compreende um terceiro estado que é A e não-A ao mesmo tempo. Essa aparente contradição se resolve porque esse estado unificado existe em um nível de realidade diferente, como no caso da luz, que no mundo quântico se comporta simultaneamente como partícula e onda, unindo características que seriam excludentes em nossa realidade cotidiana (Nicolescu, 2012).

A partir do oitavo capítulo, Depaulis (2024) analisa as grandes revoluções do conhecimento, iniciando pela copernicana, que é descrita como uma profunda mutação intelectual no campo da astronomia que reconfigurou a relação humana com o cosmos. O capítulo nove trata, então, dos mecanismos de construção do saber, pondo em contato a teoria dos paradigmas de Thomas Kuhn (o que inclui sua distinção entre *ciência normal* e *ciência extraordinária*) e a epistemologia genética de Piaget. Depaulis (2024) faz destacar o papel desse último teórico na introdução do conceito de transdisciplinaridade, um ponto que Klein (2011) aprofunda ao classificar os diferentes graus de interação e integração entre disciplinas, permitindo localizar a proposição piagetiana como um nível superior de organização do saber. De sua parte, o décimo capítulo observa a revolução quântica, mostrando que os princípios da descontinuidade, da incerteza e da não separabilidade desmantelaram a física clássica, de base newtoniana. O autor compreende que a dissolução da causalidade e do determinismo, exemplificada pelos debates entre Bohr e Einstein, constitui a manifestação de uma complexidade irreduzível no real, um fenômeno que Morin (2005) conceitua por meio de princípios como o dialógico, que sustenta a coexistência de lógicas contraditórias.

O leitor poderá perceber que essa sequência de capítulos opera uma desconstrução vigorosa das pretensões absolutistas do saber científico, merecendo elogios pela forma como reabilita figuras teóricas frequentemente marginalizadas pela ortodoxia acadêmica. À medida que confronta o purismo fenomenológico de Husserl com a abertura epistemológica bachelardiana e denuncia o bloqueio imposto pelo positivismo de Durkheim à sociologia das interações de Simmel, Depaulis expõe inteligentemente as fraturas estruturais causadas pela especialização excessiva. A validação do anarquismo metodológico de Feyerabend coloca-se, nesse contexto, como uma contraposição quase niilista à arrogância institucional. A narrativa do autor ganha fôlego por vincular as rupturas cosmológicas iniciadas por Copérnico e a quebra do determinismo clássico na física quântica à urgência de novos modelos cognitivos. Nessa direção, a interpretação dada à complementaridade de Bohr e à espiral epistemológica de Piaget comprova que a transdisciplinaridade não representa um luxo teórico, senão uma imposição da realidade complexa.

Depaulis (2024), no capítulo onze, discorre sobre a *posição do observador*, partindo dos trabalhos de Georges Devereux para questionar a separação radical entre sujeito e objeto. Suas reflexões estendem-se à cibernética de segunda ordem no capítulo doze, com especial atenção a Heinz von Foerster, segundo o qual o conhecimento precisa incluir o próprio conhecedor no processo, instituindo um movimento de autorreflexão. Essa circularidade encontra um fundamento no capítulo treze, dedicado à lógica da energia de Stéphane Lupasco, cujo princípio

de antagonismo e estado-T (terceiro incluído) instituem uma dinâmica contraditória nos fenômenos (Nicolescu, 2012). O movimento de superação da lógica clássica, que segrega elementos, é um passo importante para a compreensão da complexidade, já que admite a coexistência de estados opostos como um componente intrínseco da realidade (Bernstein, 2015).

O capítulo quatorze dedica-se finalmente ao “ato de nascimento” da transdisciplinaridade, centralizado na figura do físico teórico de origem romena Basarab Nicolescu e na formalização de seus três axiomas: os níveis de realidade, a lógica do terceiro incluído e a complexidade (Nicolescu, 2012). Segundo Depaulis (2024), a institucionalização desse campo é marcada pela Carta da Transdisciplinaridade de 1994, assinada no Convento da Arrábida, em Portugal. Em seguida, no capítulo quinze, a obra de Morin é tida como uma fundamentação filosófica para essa nova atitude científica. Seus três princípios (*dialógico*, *recursivo* e *hologramático*)² são descritos como operadores do pensamento complexo, um pensamento que aproxima saberes e restitui os objetos de conhecimento a seus contextos (Vallejo-Gómez, 2008). Depaulis (2024) finaliza sua obra com uma conclusão que aborda as noções de *reliance* (o ato de ligar) e *dialogie* (a convivência dos contrários) como eixos de uma prática científica que assume a incerteza e, ao mesmo tempo, exige uma postura ética e reflexiva do pesquisador.

Os capítulos finais da obra tornam-se reféns de um viés psicodinâmico que, ironicamente, limita a prometida abertura epistemológica. No décimo primeiro capítulo, quando discute o problema da observação, o autor recorre a Devereux e a Lacan, o que faz o leitor associar a complexa questão do conhecimento a mecanismos de angústia e defesa psíquica, patologizando a relação sujeito-objeto. Essa tendência de psicologizar a epistemologia se mantém no capítulo doze, seção em que a cegueira cognitiva de von Foerster é lida sob a ótica do recalque, e segue no capítulo treze, no qual a lógica de Lupasco busca validação em sua proximidade pessoal com Lacan, como se a mecânica quântica carecesse de chancela clínica. Mesmo a exposição sobre Nicolescu e Morin, nos capítulos subsequentes, é concebida por essa perspectiva que converte a transdisciplinaridade em uma terapêutica de um idealizado “sujeito interior”, o que, no ver deste resenhista, desvia o foco das estruturas do saber para o sofrimento ontológico subjetivista. A obra finaliza-se a partir desse confinamento teórico: no momento em que baseia a definição de “Real” nas categorias lacanianas de Simbólico e Imaginário e na

² O postulado dialógico de Morin associa instâncias ao mesmo tempo complementares e antagonistas; no princípio recursivo, os efeitos retroagem sobre as causas em um anel produtor; já no princípio hologramático, entende-se que não apenas a parte está no todo, mas o todo está inscrito na parte.

heterologia de Bataille, Depaulis filia-se a um dogmatismo psicanalítico que contradiz a liberdade investigativa alardeada, o que ameaça transformar o projeto transdisciplinar em um subproduto de teorias do inconsciente.

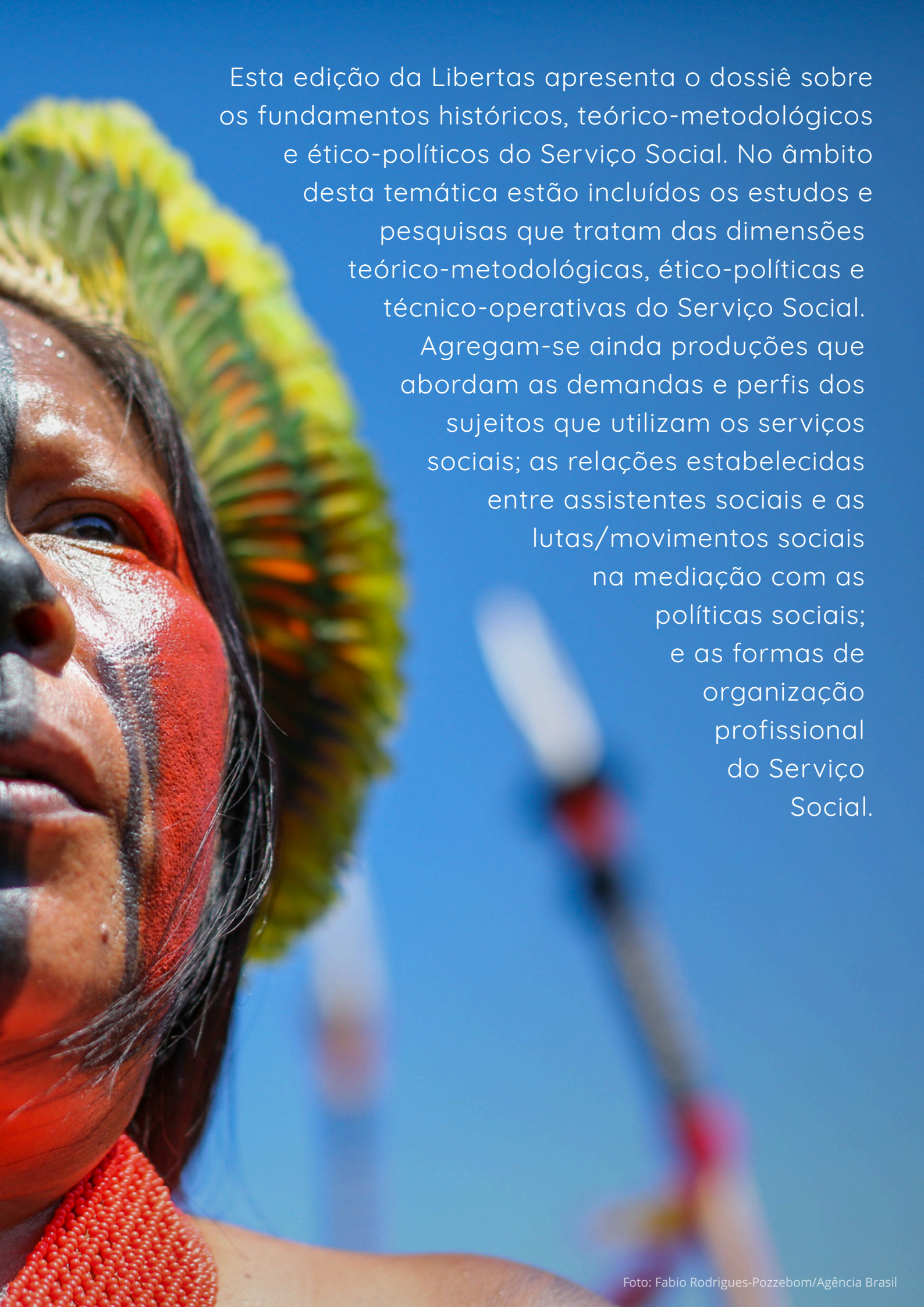
Apesar do exposto, é possível depreender que *Naissance de la transdisciplinarité* possui respeitável pertinência por reconstituir a gênese do modelo transdisciplinar. O estudo, é verdade, parece despreocupar-se dos perigos de uma flexibilização imprudente dos padrões da ciência, que uma interpretação superficial ou enviesada do conceito pode suscitar. Com efeito, mesmo que se admita a importância da interligação de saberes para a resolução de problemas de alta complexidade (Bernstein, 2015), é imperativo que o exame rigoroso do compromisso metodológico e da ética científica norteie a colaboração entre as disciplinas. Essa estruturação é, na visão do resenhista, necessária para rechaçar sistemas de pensamento manifestamente pseudocientíficos, que podem se apropriar do discurso da integração de conhecimentos para legitimar proposições desprovidas de sustentação empírica ou lógica. A construção de um novo paradigma cognitivo (Morin, 2005) reivindica, diante disso, a aplicação de instrumentos teórico-metodológicos adaptados, como a *investigação dialética*,³ que permitem gerir a complexidade sem sacrificar o compromisso com a produção criteriosa do conhecimento.

Referências bibliográficas

- BALIETTI, S.; MÄS, M.; HELBING, D. On disciplinary fragmentation and scientific progress. *PLoS ONE*, [s. l.], v. 10, n. 3, e0118747, 2015.
- BERNSTEIN, J. H. Transdisciplinarity: a review of its origins, development, and current issues. *Journal of Research Practice*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. R1, 2015.
- BULÉON, P. *Spatialités, temporalités, pensée complexe et logique dialectique moderne*. [S. l.: s. ed.], 2002.
- CHARAUDEAU, P. Pour une interdisciplinarité «focalisée» dans les sciences humaines et sociales. *Questions de Communication*, [s. l.], n. 17, p. 195-222, 2010.
- DEPAULIS, A. *Naissance de la transdisciplinarité*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2024.
- KLEIN, J. T. Une taxinomie de l'interdisciplinarité. *Nouvelles Perspectives en Sciences Sociales*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 15-48, 2011.
- LIGHTMAN, B.; SERA-SHRIAR, E. (ed.). *Victorian interdisciplinarity and the sciences: rethinking the specialization thesis*. Pittsburgh (Estados Unidos da América): University of Pittsburgh Press, 2022.
- MORIN, E. *Introduction à la pensée complexe*. Paris (França): Éditions du Seuil, 2005.
- NICOLESCU, B. Transdisciplinarity: the hidden third, between the subject and the object. *Human and Social Studies*, Iași (Romênia), v. 1, n. 1, p. 13-28, 2012.

³ Na essência, esse tipo de investigação se mobiliza segundo os princípios fundamentais da dialética, como a lei da compenetração dos opostos e a lei da negação da negação. Isso significa que ela busca compreender os fenômenos a partir de suas contradições internas e do modo como estas se resolvem e se transformam, gerando novas realidades. É um método que reconhece a existência de uma conexão fundamental entre todos os elementos, mesmo quando eles parecem isolados, e aceita que as soluções e verdades encontradas são sempre provisórias, parte de um processo contínuo de superação (Buléon, 2002).

VALLEJO-GÓMEZ, N. La pensée complexe: antidote pour les pensées uniques: entretien avec Edgar Morin. *Synergies Roumanie*, [s. l.], n. 3, p. 77-90, 2008.

A close-up photograph of a person, likely of indigenous descent, wearing traditional attire. The person has red and black face paint on their cheek and is wearing a large, green and yellow feathered headdress. The background is a clear blue sky. The text is overlaid on the right side of the image.

Esta edição da Libertas apresenta o dossiê sobre os fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social. No âmbito desta temática estão incluídos os estudos e pesquisas que tratam das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social. Agregam-se ainda produções que abordam as demandas e perfis dos sujeitos que utilizam os serviços sociais; as relações estabelecidas entre assistentes sociais e as lutas/movimentos sociais na mediação com as políticas sociais; e as formas de organização profissional do Serviço Social.